

INTELECTUAIS E SINDICALISMO NO BRASIL: HISTÓRIA E MEMÓRIA

**Um resgate da trajetória da
ANDES-SN, com ênfase na
política educacional(1981-1994)**

IGNEZ PINTO NAVARRO

**Tese de Doutorado em Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas**

**Orientador: Prof. Dr. Edmundo F. Dias
Co-orientador: Prof. Dr. Ricardo Antunes**

Dezembro de 1999

UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL

SEÇÃO CIRCULANTE



IGNEZ PINTO NAVARRO

**INTELECTUAIS E SINDICALISMO NO BRASIL:
HISTÓRIA E MEMÓRIA**

**Um resgate da trajetória da ANDES-SN,
com ênfase na política educacional (1981-1994).**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias e a co-orientação do Prof. Dr. Ricardo Antunes.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em

21/12/1999.

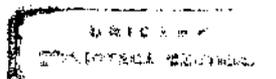
BANCA

Edmundo Fernandes Dias

Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias
Prof. Dr. Roberto Leher
Profa Dra. Rosa Maria Godoy da Silveira
Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço
Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Dezembro/99



UNIDADE	BC		
N.º CHAMADA:	UNICAMP		
	16-278100		
V.	Ex.		
TOMBO	8C142005		
PROC.	16-278100		
C	<input type="checkbox"/>	D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREC.º	R\$11,00		
DATA	3/10/8100		
N.º CPD			

CM-00144783-1

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

N 228 i Navarro, Ignez Pinto
Intelectuais e sindicalismo no Brasil – História e memória: um resgate da trajetória da ANDES-SN, com ênfase na política educacional (1981-1994) / Ignez Pinto Navarro. - - Campinas, SP : [s. n.], 1999.

**Orientador: Edmundo Fernandes Dias.
 Co-orientador: Ricardo Luis Coltro Antunes.
 Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. 2. Sindicalismo. 3. Intelectuais. 4. Singularidades. 5. Política e educação. I. Dias, Edmundo Fernandes . II. Antunes, Ricardo Luis Coltro. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Para

Olívio Álvares Pinto,
avô-referência muito querido

e para

Sílvia Frank Alem,
historiador e fundador/militante do
movimento docente (até o fim dos
seus dias)

UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL

SEÇÃO CIRCULANTE

(Em memória)

A meus pais, muito amados

Paulo e Eugena

Pelo amor e respeito recebidos
e por tudo de bom que me ensinaram/
ajudaram a ser, como ser humano.

A meus filhos,

Ana Carmen e Paulo

"Pedacos de mim" que deram um
significado maior ao meu viver,
enchendo-o de plenitude
amorosa e de muita força/temura.

A *Lineu*,

Por ter representado, em minha vida,
"o que tinha de ser". E pela sua forma muito
peculiar de instigar-me a não capitular diante
de adversidades e turbulências.

***Aos companheiros e companheiras do Movimento
Docente e da CUT***, no desejo de que mantenhamos
acesa a chama de um *"esperançar ativo"*.

A todos os que lutaram e ainda lutam, neste país
e por este mundo afora, pela utopia de uma *vida
justa e feliz para todos os seres humanos*.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

AGRADECIMENTOS

“Todo colapso traz consigo desordem intelectual e moral. É necessário criar homens sóbrios, pacientes, que não se desesperem diante dos piores horrores e não se exaltem em face de qualquer tolice. Pessimismo da razão, otimismo da vontade” (Antonio Gramsci).

História coletiva e história pessoal constituem um processo imbricado. Elaborada sob o signo deste “colapso” de fim de milênio, esta tese exprime uma “síntese contraditória e provisória” de minha própria trajetória pessoal, profissional e militante. Motivada pela “vontade otimista” de produzir conhecimento “socialmente relevante”, ela foi também permeada pelas incertezas, tensões e desafios que compõem um ritual solitário e por vezes angustiante - crivado pelo “pessimismo da razão” - somente possível pela contribuição de coletivos e pessoas, a quem desejo expressar o meu reconhecimento sincero:

Aos que faziam/fazem a ADUFPB-JP e me estimularam a refletir academicamente sobre a nossa militância, como fazer político. Em especial, a Sílvia (em memória), Alexandre, Nathanael, Dinarte e Celinha, cujo papel foi crucial no momento da elaboração do anteprojeto de tese. Aos *companheiros da ANDES-SN*, em especial os do *GTPE*, com quem repartí a satisfação de produzir conhecimento coletivo e engajado. E aos *companheiros da CUT-PB e da CUT Nacional*, com quem, durante a minha militância sindical, muito aprendi e a quem muito devo.

Ao *colegiado do Departamento de Fundamentação da Educação do Centro de Educação da UFPB*, que endossou o meu afastamento e acolheu, quando solicitado, os meus pedidos de prorrogação de prazos para concluir/sistematizar a pesquisa empírica. E aos meus *alunos de História da Educação* que, durante anos a fio, me estimularam a crescer intelectualmente, ensinando-me a enfrentar a dura realidade do fazer universitário em uma IES pública nordestina.

Aos *professores do IFCH/UNICAMP*, com quem tive a oportunidade privilegiada de amadurecimento intelectual e interlocução fecunda: em particular, *Angela Tude de Souza, Armando Boito Júnior, Caio Navarro de Toledo e Vilmar Faria*. E aos *colegas do Curso de Doutorado em Ciências Sociais*, com quem pude experienciar um convívio fraterno e academicamente rico: *Juarez, Lidia, Sérgio, Marcos, Maria Orlanda*. Com *Maria Odete*, vizinha-amiga, repartí ainda, durante alguns anos, um cotidiano recheado de trocas acadêmicas e aprendizado de vida.

A *todos os entrevistados*, pela sua enorme contribuição ao pensar-concretizar a pesquisa. E às *Secretárias da ANDES-SN (Fátima e Clara), ADUFPB-JP (Nana e Celinha) e ADUNIMEP (Telma)*, que foram fundamentais para o meu acesso aos documentos pesquisados.

A *Edmundo* - professor, orientador fraterno e companheiro de lutas no MD - que me transmitiu sempre a solidez de uma referência humana íntegra, solidária e tranqüila. Com ele, aprendi a valorizar mais ainda a necessidade de conjugar competência intelectual e simplicidade, convicções e serenidade. Sua presença, neste processo, me fez apreender o sentido mais profundo da máxima gramsciana “*pessimismo da razão e otimismo da vontade*”, nesses tempos sombrios. E foi também importante para que eu não desistisse, em momentos críticos, da empreitada.

A *Ricardo*, co-orientador, que exerceu com competência e sensibilidade um papel por mim muito instado: atuar como “fiel da balança” na defesa de um rigor intelectual que porventura viesse a ser ameaçado, de alguma forma involuntária, pelo compromisso político e pelo envolvimento do orientador e da orientanda com o objeto estudado. Como professor e como co-orientador da pesquisa, sua postura humana e sua contribuição intelectual transcenderam, por vezes, o nível do esperado/demandado.

À Secretaria do Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP - em particular à Lourdinha -, pelo atendimento sempre solícito.

A *Patrícia*, pelo cuidadoso trabalho de revisão/editoração da maior parte desta tese.

A *Janete*, amiga de infância, com quem dividi as primeiras tempestades de idéias e iniciativas para a realização do doutorado, além de algumas passagens da travessia, pela sua disponibilidade e carinho.

A *Cecília* e *Cida*, pela acolhida calorosa e grande disponibilidade no momento da nossa instalação - minha e de meus filhos - em plagas campineiras.

Aos meus filhos, *Aninha* e *Paulinho*, cujo incentivo e torcida foram cruciais durante todo o processo (longo, tortuoso e interrompido) de realização do doutorado, nos bons e maus momentos vividos. E a meu “genro” e “nora”, *Edvaldo* e *Nayara*, que passaram a se envolver, mais recentemente, nas turbulências desta travessia.

Paulinho e *Naurinha*, minha mãe, dedicaram-me toda a sua atenção, tempo, carinho, paciência e presença, na fase final de redação da tese. Sem eles - e sem o acompanhamento generoso, sistemático e sensível de *Alexandre*, interlocutor/sustentador amigo - este trabalho não teria sido concluído. Os toques estimuladores/afetivos de *Rachel*, prima-irmã; de *Rosália*, irmã, e de *Nayara*, foram também um alento, nesse difícil momento. *Aninha* e *Edvaldo* tiveram um papel decisivo no momento da sua impressão final.

E a *Oscar* e *Lane*, grandes figuras humanas e suportes imprescindíveis.

Tambaú – JP/PB; Campinas - SP, outubro-novembro, 1999.

ÍNDICE

Introdução - OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-HISTÓRICOS DA PESQUISA	01
A CRISE CONTEMPORÂNEA E O MOVIMENTO SINDICAL	01
A reestruturação produtiva e seus impactos no sindicalismo	01
A natureza, as dimensões e as potencialidades da crise sindical	05
Limites e potencialidades do sindicalismo classista	09
Os intelectuais diante da crise sindical	10
BRASIL: NEOLIBERALISMO, NOVO SINDICALISMO E SINDICALISMO DE INTELLECTUAIS	13
O projeto neoliberal no Brasil	13
Os desafios do novo sindicalismo	15
A ANDES-SN como um sindicato de intelectuais: os pressupostos da análise	17
A ANDES-SN investigada: questões centrais e natureza da pesquisa	19
Capítulo 1 - OS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL: DA ACADEMIA ÀS PRAÇAS PÚBLICAS	23
O TRABALHO DOCENTE EM SUA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL	24
Industrialização, universidade e Estado dos anos 30 aos 50: a formação dos intelectuais orgânicos	24
Intelectuais e universidade nos anos 50 e 60: consolidação <i>versus</i> contestação à ordem capitalista	30
Intelectuais e universidades nos anos 70: a emergência do movimento docente	37
O TRABALHO DOCENTE EM SUAS ESPECIFICIDADES	43
A dimensão teórica da questão	44
O trabalho docente na visão dos seus protagonistas	49
O teor das discussões: uma breve amostragem	49
O olhar dos dirigentes sindicais	53
A relação entre trabalho docente e militância sindical	59
Capítulo 2 - A ANDES É CRIADA: PARA QUE E PARA QUEM?	64
AS MOTIVAÇÕES PARA A CRIAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DA ANDES	64
O PROCESSO DE GESTAÇÃO DA ANDES	77
Desafios conjunturais e conformação da identidade do movimento	77
A importância da primeira greve nacional dos docentes	91
A CRIAÇÃO DA ANDES	97
O momento da criação	97

As tensões e divergências internas e seus reflexos no Congresso de fundação da ANDES (I CNDU)	100
A natureza e a importância das divergências	100
A constituição da primeira Diretoria: divergências <i>versus</i> defesa da unidade do movimento	106
O PERFIL POLÍTICO-IDEOLÓGICO TRAÇADO	110
Capítulo 3 – ANDES: UMA ESTRUTURA ORGÂNICA SINGULAR	111
A ESTRUTURA SINDICAL COMO EXPRESSÃO DA SINGULARIDADE	116
A marca de origem e a singularidade dos traços	116
Os conteúdos que qualificam os traços	117
As alterações estatutárias até 1988: ajustes nos traços	122
As mudanças estatutárias decorrentes da transformação da ANDES em Sindicato Nacional	124
OS GT'S COMO ESPAÇO ORGÂNICO: IMPORTÂNCIA E CENTRALIDADE DO GTPE	130
O significado dos GT's na ação sindical dos docentes	130
Limites e tensões na atuação dos GT's	133
O GTPE: origens, funções, fragilidades e realizações	139
Capítulo 4 - A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE SINDICAL (1981-1984)	150
A "CONJUNTURA DE TRANSIÇÃO": ALGUMAS REFERÊNCIAS BÁSICAS	150
O (re)nascer orgânico das classes trabalhadoras	150
As análises de conjuntura e de relações de força da ANDES	154
AS DIFICULDADES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SINDICAL	162
A presença da ANDES na construção do "novo sindicalismo": uma atuação politicamente acertada e historicamente frágil?	162
O conflito interno entre os setores institucionais: verbas públicas para as IES particulares?	174
A PROPOSTA DAS AD'S E DA ANDES PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA: AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE	185
A Proposta em sua contextualidade: intentos e conteúdos fundamentais	185
As repercussões internas e externas da Proposta	190
O significado de política educacional e a relação da ANDES com "intelectuais renomados" e entidades acadêmico-científicas	197
A IDENTIDADE AFIRMADA: UNIDADE DO MOVIMENTO E REALIZAÇÕES	205
A unidade do movimento: resposta possível às dificuldades e tensões	206
As realizações como afirmação concreta da identidade	210

Capítulo 5 - A IDENTIDADE AMEAÇADA: ABALOS NA UNIDADE (1985-1988)	213
A “NOVA REPÚBLICA” EM FOCO: DESAFIOS CONJUNTURAIS	213
As conjunturas analisadas e enfrentadas: leituras, posicionamentos e intervensões gerais	213
A EXPLICITAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS INTERNAS	224
A ANDES entre os “cantos de sereia” sindical e institucional	224
A direção disputada: continuidade ou mudanças?	226
O ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES BÁSICAS	235
As relações com o “novo sindicalismo”: avanços e limites	235
A transformação em sindicato: o processo e os resultados	246
O refluxo do movimento das IES privadas: uma dificuldade nodal	257
AS INTERVENÇÕES MARCANTES NA POLÍTICA EDUCACIONAL: SUSTENTAÇÃO DA IDENTIDADE	268
O combate ao projeto GERES/MEC: uma ação vitoriosa	270
Avaliação institucional e do trabalho docente: um desafio permanente	274
A Plataforma para a Constituinte: reforço à identidade	283
 Capítulo 6 - O COMBATE AO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: CONSTRUIR UM PROJETO ALTERNATIVO DEMOCRÁTICO-POPULAR (1989-1994)	 292
A ANDES-SN E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1989	294
O COMBATE AO GOVERNO COLLOR: UMA AÇÃO DETERMINADA E CONTÍNUA	302
“Para além do <i>impeachment</i> ”: construir uma democracia real no país	319
O GOVERNO ITAMAR: DENÚNCIA E COMBATE AO “NEOLIBERALISMO TRAVESTIDO DE DEMOCRACIA”	331
A sucessão de Itamar: primeiros prognósticos sobre o governo Fernando Henrique Cardoso	349
 Capítulo 7 - AS MUDANÇAS OCORRIDAS: REDEFINIÇÃO DA IDENTIDADE? (1989-1994)	 356
O DISCURSO HEGEMÔNICO E SUA (IN)SUSTENTABILIDADE PRÁTICA	356
A persistência (ampliada) das dificuldades básicas	357
A filiação à CUT e suas repercussões	357
O processo de implantação sindical: busca de expansão/consolida- ção da entidade	378

AS REALIZAÇÕES NA POLÍTICA EDUCACIONAL: SUSTENTAÇÃO DA IDENTIDADE	413
A questão da avaliação institucional	414
A elaboração e defesa de um projeto de LDB	423
As relações educação-trabalho: uma nova frente de atuação	437
A retomada da Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira	443
<i>Considerações Finais - A ANDES-SN DESVELADA: ALCANCES E LIMITES DE UM SINDICALISMO DE INTELLECTUAIS</i>	447
<i>Bibliografia</i>	461
<i>Anexos</i>	470
<i>Anexo 1</i>	471
<i>Anexo 2</i>	474

*“A **Memória** é fundamento da **Identidade**, plural e coletiva. E a **Identidade** é um processo de reconhecimento de um dado grupo social, e também de seu próprio auto-reconhecimento. Portanto, a luta pela identidade é uma disputa para conferir intelegibilidade e sentido ao mundo – elaborar representações sobre o mesmo – que orientem práticas sociais. Assim, a luta pela identidade passa por relações de poder. [...] A **História** é um processo [...] de rememoração também, reflexiva do muito que há a lutar e conquistar.[...] Só não vale ignorar a **História** ou ocultá-la, como, por vezes, alguns parecem querer fazê-lo, em uma época em que a globalização telecomunicacional pretende pasteurizar diferenças e aplastar o passado, nos arrastando a um presentismo sem rosto, sem tempo e sem espaço. **Sem Memória e sem História, não há Identidade. Sem Identidade, não há luta. Sem luta, não há futuro**”.*

(Rosa Maria Godoy da Silveira)

Introdução

OS FUNDAMENTOS TEÓRICO- HISTÓRICOS DA PESQUISA

A CRISE CONTEMPORÂNEA E O MOVIMENTO SINDICAL

A reestruturação produtiva e seus impactos no sindicalismo

No campo da Sociologia - particularmente, da Sociologia do Trabalho - têm proliferado análises sobre a chamada "crise de fim de século" e seus reflexos no movimento sindical, expressando a relevância conjuntural do tema. Com diferentes perspectivas ideológicas e maior ou menor rigor intelectual, essas análises reportam-se às profundas alterações ocorridas no panorama econômico e político mundial, centrando-se nos impactos da introdução de novas tecnologias no mundo do trabalho, ou do que vem sendo designado como a "Terceira Revolução Industrial".

Expressão clara de uma reação histórica do capitalismo à queda da taxa de lucro, esse processo materializou uma profunda reestruturação produtiva em âmbito mundial, implicando a necessidade de refundação da própria "cidadania capitalista". Detendo-se nos seus efeitos mais imediatos e visíveis, o discurso dominante tem apresentado o desenvolvimento da ciência e da técnica (ou o "progresso técnico") como o determinante maior das transformações em curso na organização e gestão da produção, por imprimir uma grande velocidade e descontinuidade nos processos de trabalho, o que teria engendrado, inevitavelmente, a necessidade de qualificação e/ou requalificação dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, a sua desqualificação e exclusão do mercado formal de trabalho.

Desta perspectiva, a informatização é considerada um elemento nuclear - e de efeitos irreversíveis - dos novos experimentos de flexibilização da produção e de descentralização das unidades produtivas ocorridos nas duas últimas décadas. Fala-se inclusive de neofordismo/toyotismo para se referir às novas formas de gestão que vêm sendo implementadas no Japão, no Ocidente desenvolvido e no Terceiro Mundo industrializado, como se essas novas estratégias gerenciais significassem tão-somente decorrências inevitáveis do progresso técnico. Assim procedendo, tais análises caem no *determinismo tecnológico*, obscurecendo o intento de *submissão* das classes trabalhadoras - e dos seus movimentos e lutas - que orienta as atuais tentativas de reafirmação da lógica e dos interesses concretos do capital (Braga, 1997; Dias, 1996a e 1996b).

Parte das abordagens da crise sindical centradas nestas mutações em curso na

estrutura produtiva capitalista, mesmo quando referenciadas por uma perspectiva marxista e, pois, pelo compromisso com o ponto de vista das classes subalternas, sucumbe, por vezes, aos riscos dessas leituras *economicistas/reducionistas* de um processo que tem, forçosamente, dimensões sociais e políticas. Muitas delas não consideram que essa reestruturação produtiva exprime, na *esfera econômica*,¹ as novas formas de uma *mesma* racionalidade capitalista,² em que a organização e o controle político-ideológico da economia e das relações sociais mais amplas apenas assumem características diferentes daquelas observadas historicamente. Nessas novas formas, o controle técnico e o despótico conjugam-se de modo muito mais eficiente no esforço de ocultamento (necessário à reprodução ampliada do capital) do caráter antagônico das relações de força, na atual conjuntura e nas diferentes realidades nacionais.

O uso intensivo e deliberado das novas tecnologias/ inovações organizacionais no processo de trabalho tem implicado a ampliação do capital constante e a diminuição do capital variável. O trabalho morto comanda o vivo, que está cada vez mais subordinado ao processo de valorização e às determinações sociais deste processo. A competição intercapitais, por sua vez, impulsiona a concentração técnica, aumentando a monopolização e a oligopolização do mercado e, conseqüentemente, a concentração de capitais. Em um aparente paradoxo, esta concentração continua sendo determinante para a vigência da racionalidade capitalista, a despeito dos atuais mecanismos da chamada flexibilização produtiva. Trata-se de um processo desigual e combinado, em que formas de extração da mais-valia absoluta se articulam às formas de extração da mais-valia relativa para reafirmar (ao invés de extinguir, como vem sendo alardeado) a centralidade do trabalho no mundo capitalista.

O sentido fundamental da atual reestruturação produtiva reside, portanto, na utilização deliberada, pelas classes dominantes, da ciência e da tecnologia como forças produtivas, para *mobilizar* a imensa potencialidade dos processos de trabalho através de novas formas de gestão e, ao mesmo tempo, *desmobilizar* ou mesmo aniquilar os ímpetus emancipadores dos subalternos. Ela articula, assim, um leque de possibilidades produtivas de infinita capacidade de crescimento, com um duplo objetivo primordial: a ampliação do lucro e a restrição das chances históricas de afirmação hegemônica das classes subalternas (Dias, 1996c), mantendo-as na submissão política necessária à sua integração à ordem.

É preciso lembrar que esta subordinação foi ameaçada pela emergência, em meados

¹ A configuração do real em "esferas" cumpre um objetivo meramente didático.

² Como assinala Gramsci, as invenções anteriores à Segunda Revolução Industrial não foram "[...] nem menos essenciais, nem menos numerosas; no máximo [...] chocaram menos as imaginações, precisamente porque foram precedidas de um período do mesmo tipo, embora original. Todo processo de racionalização não é senão um processo de inventividade, de aplicação de novas descobertas técnicas ou organizativas [...]. As invenções essenciais são as que determinam uma diminuição nos custos, alargando os mercados de consumo e unificando massas humanas cada vez maiores" (Gramsci, 1977a, pp. 1.782-1.783; grifos meus).

dos anos 60, do que hoje se configura como uma crise orgânica do capital, que se fez acompanhar, desde então, do recrudescimento dos movimentos sociais de corte classista (de caráter econômico-corporativo e emancipatório), que se espraiaram na Europa Ocidental, na África, na Ásia e nos países latinos, sobretudo na década de 70 (Braga, 1997). O que se vivencia hoje no mundo do trabalho, portanto, traduz a reação capitalista no sentido do controle da insubordinação.

Desta forma, podemos dizer que as atuais demandas de qualificação e requalificação dos trabalhadores respondem, em geral, aos requerimentos de preservação da ordem. Elas buscam novas e mais sofisticadas formas de *adestramento* do trabalhador, e não o seu maior controle sobre o processo e o produto do trabalho. É igualmente importante não esquecer que, para a maioria deles, a introdução das novas tecnologias implicou a sua desqualificação e desemprego.

Em um contexto de desemprego estrutural que castiga cada vez mais os próprios países de capitalismo avançado, observa-se a redução da classe operária *stricto sensu* e o aumento ostensivo do trabalho precário, ligado à economia informal, além de outras alterações significativas no mercado de trabalho, decorrentes da incorporação do trabalho feminino na produção, do progressivo assalariamento das classes médias e da terceirização da economia. Todas essas mutações exprimem uma crescente fragmentação e heterogeneização das classes trabalhadoras, implicando, para estas, a perda de conquistas trabalhistas obtidas dentro dos limites do *Welfare State* e o desafio de redefinir suas relações com o capital (Antunes, 1995).

Na esfera *político-ideológica*, essas transformações afetaram a organização, o conteúdo, as formas e a disposição de luta dos trabalhadores sindicalizados. A derrocada do socialismo no Leste Europeu, por sua vez, influenciou decisiva e negativamente sobre a subjetividade das classes trabalhadoras organizadas. Ainda são fortes os resquícios do seu atordoamento pela perda de um horizonte socialista, fortemente divulgado e festejado pela mídia, sem esquecermos que o fracasso do chamado socialismo real³ contribuiu significativamente para o enfraquecimento da social-democracia e para o avanço do neoliberalismo, que já se apresentava como resposta orgânica à crise do capital antes mesmo da queda do muro de Berlim.

Tudo isto determinou, evidentemente, um sério comprometimento da possibilidade de construção de uma racionalidade de classe voltada para a emancipação dos subalternos. Aumentaram consideravelmente as chances de subordinação dos trabalhadores organizados

³ Embora as experiências do Leste Europeu não tenham sido efetivamente socialistas, na acepção marxiana do termo, a perda dessa referência histórica, marcada por uma ação sindical dogmática teoricamente frágil e precária, tem provocado, em parcela significativa da esquerda do movimento sindical, reações de desânimo e descrença na possibilidade histórica de superação do capitalismo ou, pelo menos, uma retração defensiva para o terreno das lutas de caráter econômico-corporativo, o que representa, na prática, uma aceitação do capitalismo.

aos valores da sociabilidade de mercado, ou seja, de abandono de um projeto político transformador. Tomou-se muito mais fácil uma maior sensibilização não só aos chamamentos do Estado de Bem-Estar Social (por sua vez, em crise diante do enfraquecimento político da social-democracia), mas também aos do próprio neoliberalismo, apresentado como a melhor resposta à crise capitalista.

O fim de século encontra, pois, o movimento sindical cravado em uma posição defensiva aguda, vivendo um momento de retração e redefinição. Se considerarmos, ainda, como elementos desta crise, a diminuição dos índices de sindicalização, o fosso crescente entre os trabalhadores estáveis e os precários (que fomenta uma tendência à preservação dos interesses dos trabalhadores sindicalizados), a burocratização e o corporativismo dos sindicatos (exacerbados nesse contexto defensivo) e o próprio clima de hostilidade contra o movimento sindical de esquerda, de inspiração socialista, teremos a exata dimensão de sua profundidade (Antunes, 1995).

As mutações ocorridas vêm alterando, portanto, não só as relações capital/trabalho, mas as relações entre as classes, seus representantes e o Estado. Diante deste quadro, importa identificar os limites de saturação dessa racionalidade capitalista, o que supõe precisar a natureza e as dimensões da crise contemporânea. Se é possível falar, de uma perspectiva gramsciana, de crise orgânica do capital, de uma crise conjuntural sem precedentes, em que medida ela prognostica uma crise de hegemonia?

Uma crise de hegemonia configura um momento histórico em que os grupos sociais se distanciam dos partidos tradicionais, com uma determinada forma de organização, desconhecendo os seus dirigentes como seus representantes, em um contexto aberto às soluções de força. Este contraste entre representantes e representados, que pode ocorrer de formas diferentes em cada país, designa uma crise de hegemonia da classe dirigente: ou porque esta falhou em um grande empreendimento político, para o qual demandou ou impôs pela força o consentimento das massas, ou porque as massas saíram da passividade política e apresentaram reivindicações que, no seu todo, são revolucionárias. Neste caso, ter-se-ia uma crise de autoridade, que, na realidade, representaria uma "crise de hegemonia ou crise do Estado no seu conjunto" (Gramsci, 1977a, p. 1.603).

Análises recentes dos avanços do capitalismo neoliberal não apontam nesta direção. Se nos países mais ricos o neoliberalismo fracassou em obter uma revitalização básica do capitalismo avançado, ele

"[...] alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, de que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século. [...] A tarefa de seus opositores é de oferecer outras receitas e preparar outros regimes" (Anderson, 1995, p. 23).

Neste quadro adverso de domínio ideológico do neoliberalismo, é possível admitir, contudo, a possibilidade de que o agravamento da atual crise orgânica do capital leve a crescentes crises parciais de hegemonia dos Estados nacionais (enfraquecidos), em suas especificidades e em suas complexas interligações com a (des)ordem internacional. Diante desta possibilidade, *que contribuições para o avanço da luta anticapitalista podem ser dadas pelo sindicalismo combativo, ele mesmo mergulhado em profunda crise?*

A natureza, as dimensões e as potencialidades da crise sindical

A análise da crise e das potencialidades do sindicalismo requer a compreensão teórica e política de como as classes trabalhadoras estão hoje constituídas e de como atuam, nas formações sociais específicas, através de suas organizações, bem como das suas conexões com os movimentos populares e com o Estado. No caso específico dos países industrializados e intermediários da América Latina, em que se pode situar o Brasil, cabe perguntar, mais precisamente: *em que medida o chamado sindicalismo combativo e classista representa uma força social capaz de se contrapor ao avanço neoliberal e de contribuir para a construção de um projeto de sociedade novo que, de fato, possa vir a significar, a partir de uma disputa cotidiana de hegemonias (ou através da luta de classes), a superação do capitalismo?*

Nesta análise, é indispensável atentar para o fato de que, no movimento real da sociedade, a estrutura social se atualiza em conjunturas, as quais expressam "o conjunto articulado das contradições existentes em um dado momento" (Dias, 1991, p. 7) e são decisivas para as lutas populares. É preciso ter em mente que as fragilidades atuais do movimento sindical se manifestam em um momento histórico em que a disputa entre *conformismos*⁴ antagônicos é particularmente adversa e muito mais facilmente ocultada pelos efeitos desintegradores das novas formas de subsunção real do trabalho ao capital - ideologicamente designadas como a "Terceira Revolução Industrial" - e freqüentemente veiculadas como "força autônoma e irreversível" que comandaria, por si mesma e de fora, o destino dos homens, em seus resultados fantásticos e perversos.

A tendência ao conformismo tomou-se mais ampla e profunda na atualidade, com a maior padronização dos modos de pensar e agir, nos âmbitos nacional e internacional. Enraizada historicamente nas grandes fábricas, com a racionalização do processo produtivo decorrente do taylorismo e do fordismo, esta tendência provocou lutas de hegemonia e crises da sociedade civil decorrentes da posição ocupada pelos sujeitos históricos no processo de produção material da existência (Gramsci, 1977a, pp. 862-863). O

⁴ A tendência ao conformismo é inerente à sociabilidade histórica e à visão de mundo de grupos sociais: "Pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham de um mesmo modo de pensar e agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos, cabendo identificar o tipo histórico do conformismo e do homem-massa do qual fazemos parte" (Gramsci, 1984, p. 12).

americanismo, como expressão maior da ideologia industrialista e de um novo homem-massa, de um novo conformismo, forjou uma sociedade racionalizada em que a estrutura dominava mais imediatamente as superestruturas, demandando uma determinada estrutura social (ou a vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado (Gramsci, 1984, pp. 381-388).

Desta trajetória histórica emergiu um novo tipo de trabalhador coletivo e de homem, uma nova ética coletiva e, portanto, uma nova conformação das classes trabalhadoras, com alterações significativas nas suas formas de organização e de luta. A racionalização da produção e do trabalho foi conjugada ao uso da *força* (para destruir o sindicalismo de base territorial) e da *persuasão* (altos salários, benefícios sociais vários, propaganda ideológica eficiente) visando (e logrando) basear toda a vida nacional na produção. A preservação desta racionalidade, sob a égide dos Estados Unidos, exigiu a extinção do antigo sindicalismo profissional, *locus* de resistência dos interesses corporativos do operariado americano, em que predominavam operários manuais com ofícios qualificados. De grupos de resistência, os sindicatos converteram-se em grupos de produção, repartição e negociação, constituindo um dos tripés da reorganização social fundada no Estado (keynesiano), no fordismo (a acumulação centrada na grande corporação nacional) e neste tipo de sindicalismo (forte) (Souza, 1991).

O fordismo, como ideologia orgânica, representou uma poderosa arma política contra o operariado e suas organizações, gerando uma nova conformação política e ideológica das classes trabalhadoras, que acentuou a sua heterogeneidade e os seus plurais. Ao quebrar a hegemonia operária entre os assalariados capitalistas, o fordismo determinou o início do processo, hoje muito intenso, de deslocamento da centralidade da classe operária na trajetória histórica da luta de classes. Criou, assim, um novo tipo de trabalhador coletivo e uma nova configuração das classes e das relações intelectuais-massa no processo de construção da hegemonia, antecipando o que se concretizou posteriormente como o Estado de Bem-Estar Social. Dele surgiu um novo equilíbrio de forças políticas, em que se conjugaram o totalitarismo industrial, o regime da democracia representativa e a gestão institucional dos conflitos de classe (Souza, 1991).

As conquistas trabalhistas e sociais obtidas pelos trabalhadores na vigência do *Welfare State*, não obstante fortalecerem institucionalmente as lutas sindicais e proporcionarem uma melhoria relativa das condições de vida de parte significativa deles, produziram também mudanças culturais relevantes, moldando o conformismo deste novo homem-coletivo:

"A 'dessindicalização' a que hoje assistimos não responde apenas a um processo estritamente econômico. O afluxo ao mercado de trabalho de um novo tipo de trabalhador condicionou substancialmente a perda de força e vigor do movimento sindical tradicional. Tais mudanças culturais têm muito a ver com mudanças relevantes na estrutura de classes dos países euro-ocidentais e mesmo dos Estados Unidos da América [...]. Desde os anos sessenta [...] ocorreram mudanças ponderáveis no perfil das camadas trabalhadoras do capitalismo

avançado, que repercutiram efetivamente na estrutura de classes" (Netto, 1995, p. 30).

Se o tipo de conformismo engendrado pelo *Welfare State* já representava, pela maior tendência de integração à ordem capitalista, uma ameaça à combatividade do movimento sindical, ainda que, nos anos 70 e 80, as greves operárias tenham sido expressivas, esta ameaça seria concretizada com a ampla afirmação, no final dos anos 80, do projeto neoliberal, firmemente decidido (desde o seu nascedouro, no final dos anos 40) a atacar o keynesianismo e a solidariedade classista para construir, a médio e longo prazos, as bases de um capitalismo mais duro e livre de regras. Desde então, o receituário neoliberal já propunha, nitidamente, "[...] a destruição do poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais" (Anderson, 1995, p. 10).

Em outras palavras, se no *Welfare State* desenvolveu-se um conformismo que debilitou a combatividade classista do movimento sindical (apesar dos ganhos econômico-corporativos), na década de 80, com o avanço neoliberal, um conformismo individualista, despolitizador e pulverizador atingiu fortemente os sindicatos. Como assinala Dias (1996a), o neoliberalismo reeditou o americanismo de modo ampliado, aperfeiçoado e ainda mais perverso. Reterritorializando o trabalho após reduzir os espaços fabris clássicos, que geravam a sociabilidade ampliada do operariado, criou o trabalhador parcelar, descontínuo, defensor ferrenho do seu emprego e tão inteiramente subjugado ao capital que, no limite, acaba por endossar a produtividade do capital e até mesmo a demissão de trabalhadores. Constituindo uma das peças da engrenagem imposta pelas novas formas de gestão e produção, este trabalhador autônomo (para o capital) é vítima, ainda, de um processo de revolução passiva que refunda a própria cidadania capitalista. Inicialmente expansiva, esta foi-se tornando necessariamente restritiva, com o corte dos gastos sociais, o que reduz as possibilidades de organização sindical e provoca a desideologização/despolitização das lutas. A trajetória do capital passou a exigir, no atual contexto, o submetimento das formas de participação democráticas:

"[...] a 'liberdade econômica' [...] leva à ampliação do desemprego, da recessão, da fome. A liberdade política, sem restrições extralegis (mídia, ação dos tribunais), permitiria a organicidade dos subalternos. É necessário impedi-la. A cidadania é, aqui e agora, em todo o planeta, o fetiche decisivo. Desprovido de ideologias e de antagonismo, o cidadão é, na prática, pouco mais que um depositador de voto nas urnas. [...] Esse fetiche é fundamental para a dominação. Sem ele, a violência estaria escancarada" (Dias, 1996a, pp. 18-19).

Inferre-se desse processo histórico de transformações presididas pelo capital que o *cerne da crise sindical atual situa-se claramente na própria crise de identidade de classe dos trabalhadores*. O antigo conformismo, alimentador da luta coletiva, foi diluído e um novo conformismo, mais submisso, vem sendo construído pela ideologia neoliberal, mediante a

afirmação máxima do mínimo, do fragmento, do cotidiano, do indivíduo mergulhado na defesa de si próprio, na base do "salve-se quem puder".

O neoliberalismo estigmatizou o discurso da totalidade e alastrou os discursos do pós-modernismo, do fim da história e da naturalidade do capitalismo como verdades científicas que, desideologizadas, subordinam e cooptam os trabalhadores organizados. A ênfase posta na revolução tecnológica em si mesma visa (e tem conseguido) obscurecer os privilégios de classe, inculcando em amplos contingentes de trabalhadores a idéia de que o trabalhador não é mais antagônico ao capitalista, de que o enfrentamento da crise requer criatividade e esforço conjunto de ambas as partes. Promove-se, na prática, e com difusão multimídia, a transformação do operário padrão em operário patrão (Mota, 1994).

Com isto, tenta-se mostrar a inutilidade ou obsolescência da organização e da luta sindicais. A profunda exclusão social em curso e a acentuada dissolução dos laços sociais e de solidariedade construídos historicamente fazem com que as organizações tradicionais de representação coletiva de interesses de massa se tornem mais e mais debilitadas. A eficácia reivindicativa e a credibilidade social dos sindicatos e partidos vão sendo perigosamente minadas pelo capitalismo neoliberal, empenhado em diminuir o espaço dessas arenas em que o trabalhador organizado pode realizar suas ações e confrontações políticas.

A desqualificação da política é operada sistematicamente pelos meios de comunicação de massa. A televisão reduz os partidos a "simples carimbos, privados de qualquer capacidade de convocação e mobilização",⁵ ao mesmo tempo em que a deterioração dos processos de trabalho e a sua crescente informalização se encarregam de agredir os próprios fundamentos da ação sindical. Verifica-se, assim, uma pulverização do mercado transposta para a esfera política e para as negociações entre operários e patrões, nas quais o poder dos monopólios é infinitamente maior que o da representação popular. Em tal contexto, as classes subalternas vão sucumbindo na busca de soluções imediatistas, em um processo que tem fomentado efeitos contrários e perversos: a renúncia da luta ou o submetimento às duras condições de exploração impostas pelos projetos de flexibilização, a indigência, a criminalidade e o narcotráfico (Borón, 1995).

Neste processo, desvanecem-se até mesmo as figuras do cidadão e da democracia capitalista. Conforme observou Borón (1995, p. 108), "as perspectivas de uma cidadania participativa e autogovernada e de um capitalismo democrático, pelo menos na periferia, se

⁵ Gramsci considerava decisiva a intervenção dos partidos de esquerda para a construção da hegemonia dos trabalhadores e excluídos. No atual contexto, é interessante retomar a sua própria concepção de partido em sentido amplo, a partir da qual pode ser entendida a enorme influência da mídia na arena política. No jornal *Folha de S. Paulo* (25/6/1995, Caderno 1, p. 10), o "intelectual renomado" e atual presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, cuja eleição se deveu decisivamente ao apoio deslavado deste jornal e da mídia, afirmou, como presidente, que é a imprensa brasileira que faz oposição ao governo e que não há partidos que cumpram este papel no país: "Quem faz oposição no Brasil? Não existe. Quem faz as vezes de oposição é a mídia e faz bem".

tomam cada vez mais problemáticas". De acordo com este autor, vive-se um momento sócio-econômico e político em que a gravidade das tensões existentes não descarta, pela impossibilidade do seu prolongamento *ad infinitum*, desfechos traumáticos e de força, ainda quando excluída a alternativa de golpes militares nos moldes anteriores. A tendência à ingovernabilidade do regime democrático, sua deslegitimação crescente e a probabilidade de sua desestabilização podem ensejar, segundo ele, "[...] riscos nada pequenos de uma inesperada - além de cruenta e indesejada - reinstalação de uma ditadura militar de novo tipo, [...] popularmente plebiscitada por um súbito fervor de fundamentalismo nacional-populista, que se apossaria das grandes massas pauperizadas pelo ajuste e condenadas ao inferno da marginalidade pelas democracias capitalistas 'realmente existentes' na América Latina" (Borón, 1995, p. 112).

Limites e potencialidades do sindicalismo classista

A conjuntura coloca, portanto, desafios imensos ao chamado sindicalismo combativo e classista. Se a construção de alternativas ao capitalismo é a tarefa primordial dos que se mantêm no universo de lutas anticapitalistas, a *(re)construção da identidade de classe dos subalternos* passa a ser a pedra angular para uma intervenção mais arrojada dos partidos e dos sindicatos (em suas ações específicas), na perspectiva do embate ideológico em torno de projetos políticos antagônicos.

É preciso ter claro nesta análise que, como criatura do capitalismo, o sindicato é, por natureza, corporativo. Afinal, os trabalhadores se organizaram sindicalmente em resposta à opressão e à exploração capitalistas, tentando obter ou preservar conquistas importantes para a satisfação de suas necessidades básicas. Mas a ação sindical também pode dar uma contribuição significativa à *afirmação da identidade de classe dos subalternos e ao combate ao capitalismo*, desde que consiga *conjuguar lutas econômico-corporativas e lutas políticas em torno de um projeto emancipador*. Investindo na preparação intelectual e moral dos trabalhadores, os sindicatos podem tornar-se *instrumentos revolucionários*, contribuindo para alterar a relação de forças entre as classes em uma determinada formação social e em uma dada conjuntura (Gramsci, 1976, p. 118).⁶

As possibilidades de contribuição do sindicalismo combativo para o enfrentamento do projeto neoliberal passam, assim, pela firmeza de sua direção política e por sua capacidade de, reafirmando a luta de classes como disputa de hegemonias, elaborar estratégias de desconstrução da racionalidade vigente e de construção de uma racionalidade emancipatória, no trabalho cotidiano e molecular junto aos sindicalizados e em articulação

⁶ Para o resgate deste debate na atualidade, são ricas as análises marxistas do início do século deixadas por Lenin (1979), Rosa Luxemburgo (1979) e Trotsky (1978), em suas ênfases próprias e discordâncias estratégicas nítidas, mas também em suas convergências marcantes, além das análises do próprio Gramsci (1976).

com os movimentos de massa - sobretudo se considerarmos a debilidade das novas convicções das massas quando em contradição com as convicções socialmente conformistas das classes dominantes. Se as massas vivem "a filosofia como fé", parte dos subalternos pode ser "dirigente e responsável" pela construção de um projeto político transformador, o que supõe "[...] trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos, [modificando] o panorama ideológico de uma época" (Gramsci, 1981, p. 27).

O enfrentamento de uma crise sindical de tal natureza e com essas dimensões põe em relevo a importância da *relação intelectuais-massa* nas disputas ideológicas em prol dos interesses das classes subalternas e da construção de um novo conformismo. As análises sociológicas guiadas por esta preocupação não devem prescindir, portanto, de um cuidadoso estudo do *papel dos intelectuais*, o que remete à configuração desta problemática no quadro atual e em seu corte classista.

Os intelectuais diante da crise sindical

Os intelectuais que intervêm, de diferentes formas, nos espaços sociais orgânicos ou na formação da opinião pública constituem uma mediação imprescindível para a compreensão da atual crise sindical e para a identificação de estratégias que visem à sua superação. Se, do ponto de vista das classes subalternas, a *reafirmação da sua identidade de classe* é condição essencial para a construção de um projeto político emancipador, ela supõe, ainda na vigência da ordem capitalista, a construção de uma *unidade entre teoria e prática*, forjada em um processo molecular, cotidiano, de superação da subalternidade nos modos de pensar-falar e sentir-agir.

Tal construção exige que os intelectuais orgânicos das classes trabalhadoras, na acepção gramsciana do termo, trabalhem a cultura e as manifestações espontâneas das massas na perspectiva de criar um novo conformismo, a um só tempo individual e coletivo, dimensões que são indissociáveis em um projeto político transformador. O horizonte é o de superação da racionalidade capitalista inculcada em todos e em cada um dos subalternos e oprimidos. Trata-se de viabilizar a possibilidade histórica de uma *reforma intelectual e moral* que necessariamente se traduza em um *programa de reformas econômicas* radicalmente oposto ao da racionalidade dominante, buscando potencializar a cultura e os impulsos emancipadores das massas, ao organizá-las em torno de uma vontade coletiva nacional-popular (Gramsci, 1984).

Sob este prisma de análise do real, salta aos olhos a importância dos intelectuais

orgânicos das classes subalternas para a *reapropriação do saber e do fazer destas classes*, historicamente expropriados pelas classes dominantes. Sua mediação é decisiva tanto no sentido do desnudamento dos mecanismos operantes na racionalidade vigente, como no de contribuir, estrategicamente, para a realização de análises de conjuntura que permitam uma correta avaliação das relações de força existentes no movimento real da sociedade, visando à definição de estratégias de ação e de lutas prioritárias.

Desta avaliação depende um melhor entendimento, hoje crucial, da natureza e do caráter da crise existente, assim como a identificação dos seus limites e positivities. Ela permitirá, inclusive, analisar criticamente as condutas estratégicas e táticas que vêm sendo adotadas pelo movimento sindical e detectar, na concretude histórica de cada formação social, os seus elementos predominantes: *integração passiva à ordem capitalista, tentativa de construção de uma racionalidade própria das classes subalternas, ou uma mistura contraditória dessas duas perspectivas básicas?*

A identificação desses elementos supõe, necessariamente, uma apreensão histórica das classes trabalhadoras em sua complexa pluralidade e em suas possibilidades de articulação e de luta. Reconhecer uma maior complexidade na conformação das classes não deve levar, como adverte Antunes (1995), ao vaticínio mecanicista do fim da sociedade do trabalho e das classes trabalhadoras como elementos estruturantes de uma nova forma de sociabilidade humana. A existência deste debate, em si mesma, expressa a crescente *subordinação* das classes trabalhadoras e o reducionismo nefasto decorrente da identificação destas classes com o operariado fabril.

De fato, os efeitos desestruturantes da crise contemporânea sobre a organização e a luta dos trabalhadores são inegáveis, mas deles não se pode inferir facilmente nem a rápida extinção do operariado, nem a eliminação das classes trabalhadoras, que devem sobreviver enquanto existir o capitalismo. A crise seguramente arrefece o sindicalismo classista, mas as possibilidades históricas de uma efetiva emancipação dos explorados e oprimidos "ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam no mundo do trabalho", o que "não exclui nem suprime outras formas de rebeldia e contestação" (Antunes, 1995, p. 86).

Esta possibilidade nos remete à questão crucial das *classes* e de *suas lutas*. Um dos desafios enfrentados pelos intelectuais marxistas de diferentes correntes de interpretação é definir e conceituar as classes sociais, tendo em vista a sua heterogeneização crescente, processo inerente ao capitalismo. O esforço para superar o problema parece ter levado, de certa forma, a academicismos e/ou cientificismos por vezes estéreis e com desvios positivistas, presos às armadilhas da rigidez epistemológica.

Na atual conjuntura, a reafirmação da perspectiva classista na análise das lutas

sindicais exige um esforço ainda maior no sentido de evitar essas armadilhas. Se considerarmos que as classes trabalhadoras - em seus plurais, em seu movimento e em suas lutas - se relacionam com as classes dominantes e com o Estado por meio da presença fundamental de seus intelectuais orgânicos nos diversos espaços sociais/institucionais constituídos e podem realizar, de forma mais ou menos orgânica, mais ou menos consciente, um *embate histórico de racionalidades* (uma disputa antagônica de hegemonias), o recurso a este critério político-ideológico de análise poderá evitar as camisas-de-força das rígidas definições conceituais, freqüentemente de cunho mecanicista ou economicista.⁷

Há que atentar, contudo, para outro risco: o das limitações que essas abordagens gramscianas têm ensejado, sobretudo ao reduzirem os processos sociais a um esquema bipolar de classes. "Quando as complexas relações entre hegemonia e subalternidade são reduzidas a um simples jogo bipolar, minimiza-se a sutil distinção gramsciana entre dominação e hegemonia, descuida-se da 'rede de intercâmbios, empréstimos, condicionamentos recíprocos' entre as culturas das diferentes classes, ou seja, das 'formações intermediárias' " (Canclini, 1988, p. 65).

Eis aí um alerta importante para a análise da crise e das potencialidades do movimento sindical contemporâneo em uma perspectiva gramsciana, sobretudo quando se considera a importância crescente dos grupos sociais intermediários como geradores de intelectuais orgânicos para as classes fundamentais e a sua presença marcante nos processos de trabalho, seja nas esferas pública ou privada, seja nos chamados mercados formal ou informal, no atual contexto de terceirização da economia e de expansão de um "sindicalismo de assalariados médios" (Antunes, 1995; Ridenti, 1995).

Deste ponto de vista, a capacidade de intervenção política (potencial e real) dos grupos sociais torna-se fundamental ao se analisar a relação de forças em que se insere a ação sindical. Em que pesem a pluralidade, a fragmentação e a pulverização de interesses e posturas dos que integram ou vão sendo excluídos das relações sociais de produção materializadas no mercado formal de trabalho - e, conseqüentemente, a maior dificuldade de apreensão e definição conceitual das classes trabalhadoras e de suas lutas -, persistem relações de dominação-subalternidade no pensar e agir que expressam o solo econômico próprio em que se agregam as pessoas e que dão a marca das oposições e da manifestação possível de lutas (econômicas e políticas) por interesses antagônicos. Assim, a opção por

⁷ Esta perspectiva gramsciana de análise não nega que as relações sociais de produção são fundantes na constituição das classes. Gramsci reafirma o postulado marxiano de que os homens tomam consciência da sua posição social e das suas tarefas no terreno da ideologia, mas enfatiza o nexó vital entre estrutura e superestrutura, ou seja, a existência de um solo econômico nesta tomada de consciência, pois as classes "*emergem do terreno originário de uma função no mundo da produção*" (Gramsci, 1979, p. 3; grifos meus). Sendo este nexó vital, as classes, grupos, camadas ou estratos sociais passam a importar, na análise histórica da luta de classes, dentro das relações de força dadas pelo embate de racionalidades opostas, onde é fundamental o antagonismo entre classes "dominantes e dominadas", "dirigentes e subalternas".

um ideário emancipador - e pelo conjunto de práticas nesta direção - implica aglutinar os grupos ou classes sociais que vivenciam diferentes condições, formas e níveis de subalternidade em torno de uma identidade constitutiva de uma racionalidade própria das classes subalternas.⁸

Trata-se de uma opção que exige, portanto, a crítica dos diversos níveis de consciência anteriores dos trabalhadores, em contraposição à racionalidade dominante, ou seja, a construção de uma visão de mundo crítica, coerente, historicizada, que possa ser assumida, individual e coletivamente, pelos subalternos, gerando uma crescente e efetiva *unidade entre teoria e prática*. O intento é o de superar, neste processo, as contradições entre o agir prático e a consciência teórica, o que supõe não apenas o subtrair-se ao domínio ideológico das classes dirigentes, mas a autocritica consciente, coletiva, voltada para a afirmação de uma sociedade nova, efetivamente democrática, igualitária e justa.

Se aos intelectuais orgânicos comprometidos com as classes subalternas cabe uma atuação primordial nessa direção, isto é particularmente válido para os que têm *o saber como instrumento e objeto de trabalho*, como é o caso, particularmente, dos professores universitários, responsáveis pela prática do ensino, da pesquisa e da extensão - ou seja, pela produção e veiculação de conhecimentos - e, mais precisamente, daqueles que, dentre eles, se orientam por um horizonte político emancipador. É desta perspectiva que o movimento sindical dos docentes do ensino superior brasileiro, - considerado do ponto de vista de um contingente expressivo de seus militantes e dirigentes - constitui o objeto desta pesquisa, isto é, a partir das suas especificidades como um sindicalismo de intelectuais majoritariamente comprometido com os interesses das classes subalternas.

BRASIL: NEOLIBERALISMO, NOVO SINDICALISMO E SINDICALISMO DE INTELLECTUAIS

O projeto neoliberal no Brasil

No Brasil, a implantação do neoliberalismo, com seu receituário padrão, foi favorecida, segundo Oliveira (1995), pela dilapidação do Estado que se iniciou com a ditadura militar e teve prosseguimento na chamada "Nova República". Este processo teria estimulado, de um lado, as veleidades antiestatais (ou anti-sociais) da burguesia e, de outro, uma crescente insatisfação popular. As expectativas democráticas foram se desvanecendo diante da degradação dos serviços públicos, do desemprego e do arrocho salarial, quadro este que

⁸ O processo de construção desta identidade - ou da formação de uma consciência de classe - se enriquece, assim, pela sua explícita vinculação a um projeto político transformador. O "em si" e o "para si" da formulação marxiana sobre luta de classes assumem uma conotação que designa, respectivamente, a permanência da subalternidade no pensar e no agir das classes trabalhadoras e o seu trânsito para a construção consciente de um projeto político emancipador, necessariamente mediatizado pelos seus intelectuais orgânicos.

constituiu um clima fértil para a eleição do presidente Fernando Collor de Mello em 1989. Mas a acriticamente chamada - em especial pelos economistas - "década perdida"⁹ havia sido, também, a década da emergência, e com grande vitalidade, dos movimentos sociais organizados: "Ao contrário do pessimismo de uma teoria política economicista, que associa a queda na taxa de crescimento econômico à apatia e estados de anomia, à desorganização social, a sociedade mostrou uma extraordinária capacidade de responder ao ataque neoliberal, organizando-se" (Oliveira, 1995, p. 25).

A resistência nacional ao neoliberalismo foi, contudo, minada pelos efeitos perversos da hiperinflação, culminando com a montagem eleitoreira do Plano Real, que atacou "as bases da esperança que se construiu nos anos mais duros" (Oliveira, 1995, p. 28). A desesperança de velhos e novos combatentes, assim como o medo da mudança - notadamente da parte dos capitalistas e dos segmentos mais conservadores da chamada classe média -, levariam à eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1994, com um agravante sério para os opositores do neoliberalismo:

"A aura de progressistas com que uma parte dos intelectuais se vestia no Brasil, que já os incomodava, pode, agora, ser jogada fora. [...] A candidatura do senador Fernando Henrique Cardoso legitimou a direitização dessa intelectualidade. Essa perda não é sem importância para os movimentos populares, num país com as desigualdades que o Brasil tem" (Oliveira, 1995, p. 28; grifo meu).

A desistência/debandada de muitos intelectuais orgânicos das classes trabalhadoras até então empenhados em construir alternativas ao neoliberalismo brasileiro aumenta a importância e a responsabilidade dos que permanecem comprometidos com as classes subalternas, no sentido de reafirmar o horizonte de lutas anticapitalistas, de ampliar seus quadros e de avançar na desconstrução dos mecanismos que sustentam o programa neoliberal - dentre eles, o recurso à "legitimidade democrática", que se defronta com as tensões e contradições (crescentemente agravadas) da realidade. Como afirma Netto (1995, p. 32), "a ofensiva neoliberal tem sido, no plano social, simétrica à barbarização da vida societária. [Mas] há um limite, pelos padrões civilizacionais já alcançados, para a instauração da barbárie na vida cotidiana das grandes massas (especialmente dos grandes agregados urbanos)".

Esse limite, ainda não atingido, tem dimensões imponderáveis, a julgar pelo crescimento da violência, da miséria, das várias formas de degradação humana. Além disto, as fragilidades históricas das esquerdas tornam-se mais evidentes e facilmente criticáveis:

"O neoliberalismo sobrevive a si mesmo pela incapacidade da esquerda, até aqui, em construir formas hegemônicas alternativas para a sua superação. Que articulem a crise fiscal do Estado com um projeto de socialização do poder, que desarticulem ao mesmo tempo as bases da legitimação do neoliberalismo, entre as quais se situa, prioritariamente, a passividade, a despolitização, a desagregação social" (Sader, 1995, p. 37)

⁹ A própria expressão "década perdida" já é indicativa de como se deu o processo de acumulação capitalista, em nível planetário, neste período.

Tais críticas, pertinentes - e fáceis -, exprimem o tamanho das dificuldades e desafios que se colocam para as esquerdas brasileiras. Neste quadro de inegáveis fragilidades, o programa neoliberal ganhou maior impulso com a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso - hoje, um importante intelectual orgânico das burguesias -, manifestando-se com uma maior contundência contra o sindicalismo combativo. A dureza com que o governo tratou a greve dos petroleiros no início do seu mandato e o congelamento, desde então, dos salários dos servidores públicos federais (aí incluindo-se os docentes das universidades federais) confirmam que o "neoliberalismo à brasileira" tem como imperativo básico "[...] destruir a capacidade de luta e de organização que uma parte do sindicalismo mostrou. É este o programa neoliberal em sua maior letalidade: a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares, e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal" (Oliveira, 1995, p. 28).

Os desafios do "novo sindicalismo"

O conformismo despolitizante e individualista veiculado pela ideologia neoliberal atingiu também o "novo sindicalismo" representado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), cuja trajetória e identidade classistas estão sendo cada vez mais postas em xeque. Se a CUT se credenciou como interlocutora qualificada do Estado e do empresariado brasileiro, tornando-se uma referência nacional, e se o horizonte socialista permanece norteando o seu ideário oficial, por outro lado cresce, no seu interior, o debate sobre as novas formas de relação entre capital e trabalho, o que, aliás, parece ser uma tendência generalizada do sindicalismo latino-americano, manifesta nas discussões sobre a *concertación*. Como observou Diego Olivares, enveredamos, na América Latina, para um sindicalismo "de mais consciência, compromisso e proposta e, portanto, menos ideologizado politicamente (*sic*)" (Olivares, *apud* Ramalho, 1995, p. 127).¹⁰

As polêmicas a este respeito no interior da CUT evidenciam a existência de sérias divergências, polarizando os dirigentes entre a reafirmação do ideário e das práticas combativas, de corte classista, e a tendência efetiva (possivelmente majoritária) de

¹⁰ A mídia tem dado relevo a esta questão. A manchete do Caderno 2 da *Folha de S. Paulo* do dia 27/10/1996 tem como título "Crise ameaça finanças de sindicatos", enfatizando que "os sindicalistas adotam práticas empresariais antes criticadas, como cortes de pessoal e terceirização", embora a chamada para a matéria reconheça que "a crise, contudo, não atinge igualmente todas as categorias" e que "a estrutura oficial criada na época de Getúlio Vargas continua intacta", registrando ainda comentário do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo no sentido de que "os dirigentes das confederações vivem encastelados em Brasília, fazendo conchavo com o governo". Se o corpo da matéria permite visualizar posicionamentos político-ideológicos que diferenciam as centrais sindicais (e os seus sindicatos), a idéia fundamental veiculada é a da "integração à ordem" pelo desafio de "enfrentamento da crise". Nesta mesma linha, o editorial do referido jornal do dia 29/10/1996 destaca o "mercado sindical", afirmando que os sindicalistas se orientam pela mesma lógica empresarial diante da crise. Nada poderia convir melhor ao neoliberalismo que esta veiculação, que obscurece por inteiro a perspectiva classista da luta sindical, bem como os conflitos e contradições inter e intracentrais sindicais, com destaque para a CUT.

integração passiva à ordem. Tais divergências têm-se tomado nítidas, por exemplo, no debate sobre as novas formas de negociação, com destaque para as Câmaras Setoriais. Existem, nos extremos, posições que advertem contra a substituição do "sindicalismo de classe" pelo "sindicalismo de participação" e posições (predominantes) que defendem a necessidade de negociação permanente com os patrões, o que não significa (aparentemente) uma parceria, mas a "busca de credibilidade e inserção social" como "resultados concretos da luta" (Ramalho, 1995, pp. 130-133). Fala-se até em um "sindicalismo cidadão".

O fato é que o problema está posto e indica uma *crise de identidade classista*. Os rumos a serem tomados pela CUT vão depender, em grande parte, da relação de forças externa e interna ao movimento sindical cutista. Se a força desta central reside no fato de ter se institucionalizado e legitimado pela sua trajetória de lutas, não se pode negar o crescimento de um pragmatismo desideologizante no encaminhamento de suas lutas econômico-corporativas, a despeito de seu esforço de interferência (confrontativa, propositiva) no campo das políticas públicas. Isto torna pertinente a pergunta de Ramalho (1995, p. 132): "como avaliar essa tendência política aparentemente inevitável dentro do movimento sindical de uma perspectiva de transformação da sociedade capitalista?". De acordo com a visão de mundo aqui adotada, a consagração desta tendência vai depender, em grande parte, dos intelectuais orgânicos (dirigentes ou assessores) que atuam nos movimentos sociais organizados e na CUT: "cabe a eles um papel importante de formação político-ideológica, *com e não sobre* as classes subalternas, para evitar [...] a aceitação do inevitável. Sem ignorar que, graças aos problemas desses movimentos, os assessores muitíssimas vezes acabam por 'dar a linha' a ponto de, na prática, *serem a direção não eleita, não escolhida*, desses movimentos" (Dias, 1996a, p. 21; grifos meus).

Trata-se de saber identificar, neste quadro historicamente adverso, elementos favoráveis à aglutinação dos subalternos em torno de ações que os permitam avançar em direção a um projeto político novo. Não obstante o seu relativo sucesso, o avanço do neoliberalismo na realidade brasileira engendra limitações, contradições e tensões evidentes que podem ser exploradas. Temos hoje um parque industrial relativamente amplo, desenvolvido, diversificado e auto-suficiente em várias áreas, o que dificulta a integração subordinada e dependente da economia brasileira na (re)divisão internacional do trabalho em moldes neoliberais. O menor grau de monopolização da economia brasileira também dificulta a sua integração à (des)ordem econômica mundial.

Tais contradições e limites explicam, em parte, o próprio *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. A afirmação do seu projeto neoliberal deparou-se não só com a oposição dos movimentos sociais, sindicais e populares, mas também com a resistência do

empresariado, notadamente daqueles segmentos mais diretamente atingidos, cuja presença política nos aparelhos de Estado e os benefícios dele auferidos são ainda marcantes. Sem esquecermos que a resistência às políticas do governo Collor exigiu um preço alto: as "éticas de resultados".¹¹ Assim, apesar da ofensiva que vem sendo implementada pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, podemos considerar que o neoliberalismo

"[...] não vai ter um campo fácil e aberto para a sua implementação. As contradições de importantes forças sociais com o projeto persistem, inclusive no âmbito das classes dominantes brasileiras. Existe espaço para que os movimentos populares de resistência voltem a inviabilizar a implantação e consolidação do neoliberalismo, desde que adotem uma visão política ampla [e] continu[em] trabalhando as múltiplas contradições econômicas, sociais e políticas que a implantação do seu projeto acarreta e agrava" (Fernandes, 1995, p. 61).

Estas sinalizações indicam as dimensões dos desafios colocados para os intelectuais orgânicos das classes trabalhadoras brasileiras, responsáveis, ao longo da história social e política do país, por realizar a mediação entre a teoria e a prática dessas classes, em diferentes níveis e graus, nos seus diversos espaços orgânicos.

A ANDES-SN como um sindicato de intelectuais

Os pressupostos da análise

Nas últimas décadas, tem-se observado uma progressiva intelectualização dos movimentos dos trabalhadores organizados, que se vem manifestando pela

"[...] crescente utilização das ciências sociais, tanto em sua face teórica quanto na face técnica, pelos sindicatos, por lideranças sindicais e políticas diretamente ligadas aos trabalhadores [...]. O fato novo é que nas duas últimas décadas os trabalhadores em geral e também as classes médias, e até mesmo as elites do próprio governo, têm crescentemente baseado suas apreciações sobre os rumos do país em análises sócio-econômicas e disposições estatísticas de órgãos especificamente montados pelos trabalhadores" (Ghiraldelli Jr., apud Chaia, 1992, p. 9).

Segundo Chaia (1992, pp. 15-16), a criação do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (DIEESE) é exemplar como iniciativa do próprio movimento sindical visando à constituição de vínculos entre sindicalistas e intelectuais, ainda que necessariamente marcados por tensões e contradições. Sua análise das relações entre eles, referenciadas pelas trocas de saberes que o autor designa como trocas entre possuidores de uma *racionalidade aprendida* e possuidores de uma *racionalidade aplicada* (ou, respectivamente, entre lideranças sindicais e assessores, cientistas sociais), dá visibilidade histórica aos processos e mecanismos de formação dos intelectuais orgânicos das classes subalternas e permite realçar a singularidade do sindicalismo dos professores universitários organizados na Associação Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (ANDES), atual Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN).

¹¹ No processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello estiveram presentes, sobretudo em seu momento terminal, um conjunto variado de "éticas de resultados", que iam de Maluf à Rede Globo de Televisão.

Neste sindicalismo, a relação entre atividade intelectual e atividade sindical é marcada pelo fato de que os próprios intelectuais assumiram a condição de sindicalistas e tentam atuar organicamente nesta dupla condição, tanto nas instituições em que trabalham como na CUT, à qual a ANDES-SN se filiou após um longo e conflituoso processo de debate interno. Esta singularidade tem, portanto, uma dimensão crucial na própria constituição da identidade do movimento docente, particularizando-o no conjunto do chamado "sindicalismo de classe média", que, no Brasil, segundo Ridenti (1995), tem sido "tendencialmente de esquerda".¹²

Com efeito, a originalidade histórica da ANDES-SN é reunir profissionais que, pela *natureza do trabalho* que realizam, e pelo *prestígio social e político* historicamente conferido ao intelectual e ao professor universitário, foram compelidos, por injunções várias, a se organizar sindicalmente em nível nacional. Esses profissionais *assumiram, como coletivo organizado, a identidade de trabalhadores assalariados mas mantiveram, em relação ao conjunto dos trabalhadores sindicalizados* (inclusive os professores do primeiro e segundo graus de ensino), *as marcas distintivas da natureza do seu trabalho e da valorização social da sua profissão, que conferem especificidades à própria ação sindical que desenvolvem.*

Por outro lado, ao incorporarem em seu cotidiano de trabalho a dimensão sindical, e tendo assumido formalmente o compromisso com as classes subalternas, eles passaram a se diferenciar, no próprio local de trabalho, do perfil acadêmico predominantemente vigente nas universidades, tornando-se vulneráveis a desqualificações (cujo *leit motif* é ideológico) dos seus pares e à perda do prestígio inerente à sua condição social. Sua *identidade de intelectuais politicamente engajados* foi definindo, assim, tanto o horizonte político do trabalho que realizam quanto a própria identidade da ANDES-SN, cujo sindicalismo designei, por isso mesmo, como *sindicalismo de intelectuais.*

Criada no início da década de 80, concomitantemente às primeiras articulações visando à organização da CUT - das quais os primeiros dirigentes do movimento docente participaram ativamente -, a ANDES integrou o processo de constituição e desenvolvimento do chamado "novo sindicalismo" brasileiro, que teve um papel político decisivo nas lutas pela redemocratização da sociedade e na reorganização horizontal dos trabalhadores, defendendo a autonomia e independência sindicais como condições para a efetivação de ações econômicas e políticas de combate ao capitalismo.

Formada a partir das entidades representativas constituídas nos locais de trabalho (as Associações de Docentes - AD's), a ANDES-SN sempre exerceu, de fato, o papel de sindicato nas lutas econômico-corporativas empreendidas, embora não fosse, de início,

¹² Coerentemente com a abordagem gramsciana das relações entre intelectuais orgânicos e classes sociais e com as suas ênfases próprias na leitura das classes e suas lutas, considereei mais fecundo e menos redutor abordar este sindicalismo a partir desta sua singularidade, ao invés de inclui-lo simplesmente no que se designa por "sindicalismo de classe média", designação em si mesma polêmica.

reconhecida formalmente como tal, dada a proibição à sindicalização dos professores das instituições públicas (estaduais e federais) de ensino superior, setor majoritário na entidade, por sua condição de servidores públicos. Sua criação representou, ainda, a primeira experiência de organização sindical de docentes de todas as instituições de ensino superior do país, públicas e privadas, cujo ideário e cuja ação sempre pretenderam transcender a dimensão puramente econômico-corporativa das lutas sindicais.

A ANDES-SN investigada

Questões centrais e natureza da pesquisa

Este conjunto de traços constitutivos da identidade da ANDES-SN, que lhe conferem originalidade histórica e importância política, é também responsável pelas tensões e contradições que permearam e ainda permeiam a sua trajetória. Foi a partir deles que formulei a seguinte *questão geral, preliminar*, que norteou esta pesquisa:

- quais os alcances e limites do movimento docente, como um sindicalismo de intelectuais, em sua ação mediadora voltada para transformações sociais mais profundas?

Esta questão geral me levou às seguintes *indagações específicas*:

- que tensões e problemas vêm marcando a construção da identidade deste sindicalismo de intelectuais?

- quais traços constitutivos desta identidade potencializam e quais limitam a intervenção transformadora da ANDES-SN?

A busca de respostas para essas questões foi orientada, teórica e historicamente, pelo objetivo de identificar, na trajetória da ANDES-SN (1981-1994), elementos constitutivos da sua identidade, dados pelas suas dimensões *acadêmica* e *especificamente sindical*, que pudessem contribuir, de modo singular, para a *construção da identidade de classe dos trabalhadores*, fundamental para a construção de sua hegemonia.

Com este referencial, de inspiração gramsciana, privilegiei, nesta pesquisa, o campo da *política educacional*,¹³ por considerá-lo emblemático das especificidades deste sindicalismo de intelectuais (ou a sua base de sustentação, que lhe permite transcender sindicalmente o plano estritamente econômico-corporativo) e também pela sua importância para o enfrentamento dos desafios postos ao movimento sindical.

Com efeito, as políticas sociais constituem um espaço público fecundo e decisivo para

¹³ Estou designando como política educacional o conjunto de proposições e ações sindicais desenvolvidas pela ANDES-SN que visam, seja pela tentativa de conjugação de lutas trabalhistas e educacionais, seja pelo esforço de intervenção nacional nos grandes temas educacionais, contrapor-se às políticas governamentais neste campo e, simultaneamente, avançar na construção de um projeto alternativo de educação e sociedade.

a redefinição das relações entre as classes subalternas, as classes dominantes e o Estado, assim como para o embate de racionalidades em oposição ou conflito. Dentre essas políticas, as de educação e saúde têm importância universalmente consagrada, seja como fundamentais para o desenvolvimento dos Estados-nações em bases capitalistas, seja na perspectiva da construção de projetos políticos que visem à superação do capitalismo. Acresce-se a isto, no caso brasileiro, o conhecido quadro de calamidade pública em que se encontra a educação nacional, cujo enfrentamento toma-se um desafio cada vez mais premente para qualquer projeto político. Trata-se, enfim, de uma área de atuação potencialmente fértil para a ANDES-SN, quer em suas relações com a CUT, quer em suas relações com os movimentos sociais e populares hoje organizados.

A pesquisa realizada é de natureza teórico-histórica e recorre a procedimentos empírico-documentais. No intuito de resgatar a trajetória do movimento docente organizado na ANDES-SN e identificar seus alcances e limites, foram consultados documentos oficiais básicos (relatórios de Congressos Nacionais, de reuniões do Conselho Nacional de Associações de Docentes (CONAD), boletins nacionais, revistas e cadernos). Os documentos pesquisados, longos e abundantes, constituíram fontes privilegiadas deste estudo: expressando o "discurso produtor e produto da realidade", deram-me o lastro indispensável para construir o meu próprio discurso transformador.

Além disto, foram entrevistados 29 dirigentes nacionais da entidade (dentre os quais coordenadores do Grupo de Trabalho de Política Educacional - GTPE/ANDES-SN), desde a sua primeira direção à gestão 1992-1994, que prestaram depoimentos pessoais-analíticos a partir de questões por mim apresentadas, calcadas nos pressupostos teóricos e nas questões centrais norteadoras deste estudo.¹⁴ Essas entrevistas, por sua vez, não apenas me propiciaram uma aproximação do objeto que ensejou toda uma reestruturação formal da tese, como me permitiram desvelar, pelo seu caráter reflexivo-opinativo, a dinâmica processual de um sujeito histórico muito singular, da qual puderam e podem ser extraídas pistas para a superação dos limites detectados e a potencialização das possibilidades transformadoras da ação sindical dos professores universitários brasileiros. Memórias vivas e

¹⁴ A relação dos dirigentes entrevistados encontra-se no Anexo 2 e os roteiros que orientaram as entrevistas compõem o Anexo 1, representando o "concreto de pensamento" a partir do qual abordei o tema e as questões centrais da pesquisa. As entrevistas, abertas, duraram, em média, três horas. Após informá-los do tema e das questões centrais da pesquisa, procurei acompanhar o fluxo de pensamento dos entrevistados e centrar-me no momento histórico de sua atuação militante mais significativa, dirigindo-lhes perguntas mais específicas dentre os pontos elencados no roteiro, que não foi rigidamente seguido (nem na seqüência, nem na totalidade dos itens elencados) em cada entrevista feita. Doze dos dirigentes foram entrevistados durante o CONAD realizado em Niterói, em novembro de 1994. Os restantes foram contactados e entrevistados entre janeiro e julho de 1995. Os critérios básicos para escolhê-los foram a representação por "setores" do movimento (docentes das instituições universitárias federais, estaduais e particulares) e a sua participação (como coordenadores) no Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) da ANDES-SN. O local de moradia dos pesquisados também foi determinante nesta escolha, dados os limites financeiros para os deslocamentos da pesquisadora, em uma investigação de abrangência nacional.

ativas da criação e consolidação do movimento, sujeitos históricos fundamentais, na condição de dirigentes, na definição dos rumos tomados pela entidade e dos possíveis caminhos a serem percorridos, os entrevistados prestaram uma inestimável colaboração no sentido do desnudamento das tensões e contradições que estiveram e ainda estão presentes na conformação da identidade deste movimento sindical de intelectuais.

Os depoimentos colhidos permitiram-me redimensionar e/ou privilegiar aspectos do cotidiano de lutas do movimento docente: entremeando documentos, memórias e elementos teórico-históricos, busquei dar visibilidade máxima à *entidade nacional, em suas características mais globais e marcantes, constituída por aqueles que fazem efetivamente o movimento, ou seja, os seus militantes, com diferentes níveis de politização e engajamento, e os seus dirigentes, os quais, sem dúvida, se diferenciam da categoria profissional em si mesma e até mesmo da "base" (na qual se inclui o expressivo contingente dos apenas formalmente associados).*

A estruturação da tese tenta dar conta dessa abordagem do real, ao mesmo tempo em que traduz a minha própria *démarche*. Nesta introdução, procurei situar o contexto e as razões pelas quais escolhi este objeto de estudo, detendo-me em sua importância e nas suas especificidades, segundo a visão de mundo aqui assumida, fruto de minha trajetória pessoal, profissional e militante.

No primeiro capítulo, trato da natureza e das especificidades do trabalho docente, a partir do resgate da própria trajetória institucional dos professores universitários (no contexto das relações universidade/Estado) e da visão dos dirigentes da ANDES-SN sobre as peculiaridades deste trabalho em suas relações com a ação sindical. O intuito foi o de analisar, teórica e historicamente, a íntima relação existente entre a natureza do trabalho docente e este sindicalismo de intelectuais.

O segundo capítulo reconstitui o processo de criação da ANDES, destacando o papel da primeira greve nacional neste processo e as tensões e divergências internas que marcaram este momento, consideradas a origem do perfil político-ideológico que a entidade foi assumindo, bem como das dificuldades que vem enfrentando na construção de sua própria identidade.

O terceiro capítulo volta-se para a materialização deste sindicalismo em uma estrutura efetivamente original, onde se destacam os Grupos de Trabalho e, particularmente, o Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE).

Os dois capítulos seguintes cobrem períodos conjunturais decisivos para a construção e afirmação da identidade da ANDES-SN: 1981-1984 e 1985-1988.¹⁵ Neles, reconstituo o

¹⁵ A configuração desses períodos baseia-se na tese de Coelho (1992). Contudo, eles são referenciados e

percurso histórico da entidade buscando conjugar as memórias viva e escrita do movimento docente acerca das dificuldades básicas vivenciadas nessa trajetória e das proposições/realizações no campo da política educacional, tendo presentes os pressupostos e as questões centrais que orientaram o estudo.

No sexto capítulo, dediquei-me exclusivamente a resgatar as análises conjunturais e proposições estratégicas da ANDES-SN relativas ao período de 1989-1994, por traduzirem seu combate ferrenho ao projeto neoliberal que se implantava no Brasil. Ricas e abundantes, essas análises espelham uma prática teórica exemplar da singularidade deste sindicalismo, o que as torna uma fonte histórica por excelência da produção intelectual academicamente engajada.

O sétimo capítulo retoma esse mesmo período (1989-1994) para reconstituir, em consonância com os períodos anteriores, o percurso feito pela entidade na perspectiva da (re)afirmação da sua identidade, fortemente desafiada pelas adversidades conjunturais e pelas dificuldades inerentes à própria ação sindical da ANDES-SN.

Nas considerações finais, tentei sintetizar os alcances e limites detectados neste sindicalismo de intelectuais, traduzidos pelos traços constitutivos potencializadores e limitadores de uma ação sindical voltada para a “resistência transformadora” à ordem vigente, identificados e reconstituídos ao longo dos capítulos desta tese. Explicitando a minha própria apreensão sobre o significado histórico e a importância política da ANDES-SN,¹⁶ sugiro ainda alguns aprofundamentos e desdobramentos ensejados por esta pesquisa, como contribuição (necessariamente polêmica) ao debate (interno e externo, orgânico e acadêmico) sobre este sindicalismo.

designados a partir dos eixos teórico-históricos deste estudo, que abrange o percurso da ANDES-SN desde a sua criação, em fevereiro de 1981, até 1994, momento em que iniciei a pesquisa empírica.

¹⁶ Cabe registrar que preservei, por tradição e razões afetivas, a designação de gênero “a” ANDES-SN, quando, por correção gramatical e, sobretudo, pela pertinência política, deveria ter utilizado a designação “o” ANDES-SN, a partir da transformação da entidade em Sindicato Nacional.

Capítulo 1

OS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL: DA ACADEMIA ÀS PRAÇAS PÚBLICAS

Tendo como pressuposto que as especificidades da ação sindical da ANDES-SN derivam das próprias especificidades do trabalho docente, considero ponto fundamental para a análise do sindicalismo de professores universitários no Brasil ter em conta o desenvolvimento histórico do trabalho que realizam. Sem pretender exaurir a questão, busco, neste capítulo, resgatá-lo na trajetória das instituições em que se materializa, visando estabelecer alguns nexos entre o fazer acadêmico, o Estado e o processo de formação e afirmação da *identidade profissional* dos docentes, dado que este processo - ao concretizar formas institucionais de luta - constitui um dos elementos que levaram à iniciativa de organização sindical dos docentes do ensino superior brasileiro.

Na verdade, a afirmação da identidade profissional dos docentes universitários, fruto de determinações históricas que transformaram os intelectuais profissionais, com um *status* próprio na sociedade, em trabalhadores assalariados que lutam por uma carreira profissional e por melhores salários, parece ter significado, pela ruptura com identidades parciais, uma mediação importante - ainda que transitória, provisória - para o próprio processo de formação/afirmação político-ideológica dos docentes como integrantes das camadas médias que se foram (re)definindo, potencial ou efetivamente, como intelectuais orgânicos das classes sociais fundamentais.

Acredito que a configuração do trabalho desenvolvido pelos professores universitários dentro destes parâmetros contribui para uma melhor apreensão da singularidade desta categoria profissional e, pois, da essência da sua organização e da sua ação sindical. Neste sentido, apresento aqui uma abordagem que tenta reconstituir a trajetória institucional dos docentes universitários no Brasil, no contexto das relações universidade/Estado, enfocando, em seguida, a natureza e as especificidades do trabalho que realizam em sua dimensão teórica e na sua vivência concreta, com destaque para as percepções dos dirigentes da ANDES-SN acerca da questão, na medida em que estas percepções orientam e influenciam a condução política do movimento docente.

O TRABALHO DOCENTE EM SUA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL

A compreensão da natureza e das especificidades do trabalho docente em sua processualidade histórica está intrinsecamente ligada, como já assinalado, à análise da trajetória das instituições em que este trabalho se realiza. Importa, assim, precisar as suas raízes, os seus fins, as suas atividades básicas, a sua estrutura administrativa e de poder, que se expressam no progressivo "adensamento da rede de práticas que constituem, a um só tempo, a individualidade e o coletivo" desse trabalho (Dias, 1997, p. 27). Isto implica situar a universidade no âmbito da formação social brasileira, entendendo o trabalho que nela se realiza e a sua destinação social como particularidades do mundo do trabalho em uma sociedade capitalista dependente, onde as políticas educacional, científica, tecnológica e cultural, embora possuam racionalidades próprias e gozem de uma autonomia relativa (ou de diferentes graus de liberdade) inerente à produção intelectual, são definidas pelo Estado em estreita conexão com os imperativos do desenvolvimento capitalista, inclusive em nível internacional.

Assim apreendida, a institucionalidade universitária surge como expressão de um processo histórico que integra o movimento real da sociedade, compreendendo as disputas político-ideológicas (de corte classista) que dele fazem parte, em diferentes conjunturas, e suas correspondentes relações de força. Com esta abordagem, acredito ser possível visualizar as especificidades do trabalho docente (em suas múltiplas determinações) e o seu poder (virtual ou real) de intervenção, tanto da perspectiva da produção/reprodução da ordem capitalista, quanto da perspectiva de sua transformação radical.

A retrospectiva histórica da trajetória institucional dos professores universitários no Brasil aqui empreendida remonta aos anos 30, momento em que o Estado nacional, no contexto das marcantes transformações econômicas e políticas que se processavam no país, define mais claramente uma política educacional centrada nas potencialidades e atributos das universidades. Nela busquei, pautando-me pelas questões centrais da tese, reconstituir o caminhar dos docentes nas instituições universitárias - seu percurso da academia às praças públicas -, com ênfase no processo de formação dos intelectuais orgânicos e na afirmação/consolidação dos seus papéis na universidade e na sociedade brasileiras.

Industrialização, universidade e Estado dos anos 30 aos 50: a formação dos intelectuais orgânicos

No Brasil, a instituição universitária foi um fenômeno tardio. As primeiras instituições isoladas de ensino superior criadas no país remontam ao início do século XIX e, coerentemente com a estrutura de classes da sociedade escravagista, tinham uma função

social elitista, marca que, mesmo no decorrer de um processo de ampliação/diferenciação, sobrevive até hoje. Algumas universidades foram criadas nas duas primeiras décadas deste século, mas foi somente a partir dos anos 30 que elas ganharam estatuto legal, de âmbito nacional, expressando as aspirações e demandas do Estado brasileiro no contexto da chamada Revolução de 30.

Processada pelo alto, traduzindo "reações a movimentos populares, reais ou potenciais", a Revolução de 30 assumiu um caráter de *revolução passiva*, na qual as classes dominantes se empenharam em "restaurações" que, em última instância, produziram importantes modificações na composição das classes e prepararam o caminho para novas transformações reais" (Coutinho, 1988, p. 109). Restrita aos âmbitos da estrutura dos poderes estatais e da produção econômica, ela representou uma inflexão do ponto de vista da institucionalização da política, marcando o fim da dominação agroexportadora e a expansão do capitalismo urbano-industrial como pólo dinâmico da economia, o que foi assegurado mediante o fortalecimento do poder estatal central.¹

Neste contexto, tendo em vista minimizar os efeitos da crise da economia mundial de 1929, a política econômica do governo "revolucionário" brasileiro buscou a sustentação do nível de atividade interna mediante medidas marcadamente industrializantes, como a centralização da vida econômica e a criação de órgãos de planificação e controle, visando uma intervenção sistemática, disciplinadora da produção (Gusmão, 1991, p. 27). Inaugurava-se, assim, o "modelo" econômico (dependente) de "substituição de importações".

Essas transformações repercutiram fortemente no sistema educacional brasileiro. Os novos imperativos da acumulação capitalista exigiam a definição de uma política educacional, científica e tecnológica que assegurasse a ampliação da área de atuação do capital industrial e, ao mesmo tempo, medidas voltadas para a expansão da escolaridade dos segmentos populares e médios urbanos. Escolarizar mais tornou-se fundamental para as relações capitalistas que se implantavam, exigindo novos padrões de produção, garantias de consumo dessa produção e melhores condições de concorrência no mercado de trabalho. Era preciso, portanto, tornar o aparelho escolar um instrumento de produção e reprodução da força de trabalho e da própria estrutura de classes.

Com a Revolução de 30, enfim, o Estado brasileiro assumiu, pela primeira vez, a responsabilidade de definir uma política nacional de educação. Criou-se o Ministério da Educação e fizeram-se reformas educacionais de abrangência nacional, nelas se incluindo a da educação superior, de que resultou a criação, em 1931, do sistema universitário,

¹ É neste contexto que se afirmam os grandes sindicatos e partidos de massa. Luiz Werneck Vianna (1978) em uma leitura de matizes gramscianos, aborda esse período histórico e as relações entre sindicatos e Estado no seu livro *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Ver também, a este respeito, as análises althusserianas de Armando Boito Junior (1991a).

concretizado no Estatuto das Universidades Brasileiras. No *plano abstrato* da formulação de seus fins, este Estatuto traduzia a concepção liberal clássica, própria do nacional-desenvolvimentismo, ao propugnar a elevação do nível de cultura geral, o estímulo à investigação científica em todos os campos do conhecimento e a habilitação para o exercício de atividades técnicas e científicas em nível superior como formas de contribuir para "a grandeza da nação e para o aperfeiçoamento da humanidade" (Romanelli, 1978, p. 133). No *plano real*, reafirmava-se o caráter discriminatório e seletivo da educação superior, preocupada em formar quadros dirigentes - as "elites condutoras" - adequados aos novos imperativos econômicos, sociais e políticos, sempre dentro dos limites de dependência do capitalismo brasileiro.²

Implantou-se no país, assim, uma formação acadêmica marcada pela supervalorização do trabalho intelectual e pela tendência utilitária à constituição de uma "burocracia de carreira" (Gramsci, 1977a, p. 1.532). As respostas para as novas demandas do desenvolvimento capitalista brasileiro significaram, pois, a reedição das velhas tradições culturais elitistas e utilitaristas que marcaram o advento do ensino superior no Brasil, cujo objetivo maior, como acima salientado, era formar os quadros dirigentes (burocratas e profissionais liberais) necessários às classes dominantes, ou seja, os *intelectuais orgânicos* das empresas capitalistas e do serviço público.

A organização administrativa das universidades foi definida de modo coerente com o ideário e os interesses do Estado: reconhecia-se formalmente a sua autonomia, mas assegurava-se, contraditoriamente, a sua subordinação administrativo-burocrática ao Ministério da Educação.³ As relações de trabalho, nesta mesma linha, também foram estabelecidas segundo a mais perfeita hierarquia. A carreira docente traduzia vínculos de subordinação que se concretizavam em níveis de poder internos reprodutores do "mesmo tipo de relacionamento vigente entre os políticos e sua clientela, numa verdadeira transplantação, para o âmbito universitário, das relações sócio-culturais do coronelismo" (Romanelli, 1978, p. 134).

Em suma, o Estatuto das Universidades Brasileiras expressava a continuidade e a

² Esses limites são evidentes, por exemplo, quando se considera o descompasso entre a política científica estabelecida para as universidades e as condições objetivas para a sua concretização. Na verdade, o atraso científico nacional, freqüentemente atribuído à falta de tradição de pesquisa decorrente do monopólio da educação brasileira pelos jesuítas durante mais de dois séculos de vigência do sistema de ensino colonial, explica-se muito mais pela própria situação de dependência econômica do país, que condicionou as formas de evolução de sua economia e, sobretudo, o processo de industrialização. Somente nos anos 50 ocorreu, de fato, a implantação de uma política científica com algum impacto na vida nacional. Compreende-se, assim, por que as iniciativas desse período restringiram-se à criação de alguns institutos de pesquisa tecnológica, a exemplo do Instituto Nacional de Tecnologia do Rio de Janeiro e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo. Os esforços concentraram-se, inicialmente, na formação de recursos humanos necessários às demandas da produção, o que explica a própria criação das universidades.

³ A questão da autonomia universitária é, ainda hoje, uma questão polêmica, que expressa os conflitos em torno de diferentes concepções e projetos de educação e sociedade para o país, como se verá mais adiante.

legitimação de uma política educacional discriminatória, a pretensão de implementação de uma política científica e a definição de uma estrutura administrativa e de poder hierarquizada que condiciona até hoje o trabalho docente. Traduzindo o *transformismo*⁴ que caracterizou a revolução passiva de 1930 no Brasil, os fins, a estruturação e a dinâmica de funcionamento do trabalho docente oficializaram a função social da universidade como formadora das "elites condutoras do país", em contraposição à formação pré-vocacional e profissional de nível médio, textualmente destinada, na Constituição de 1937, às classes menos favorecidas.

A criação das universidades, neste contexto, representou a afirmação de um processo de trabalho cujos fins e destinação social transcendiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão imediatamente realizadas pelos docentes e que se subordinava, no limite, às políticas educacional, científica e tecnológica traçadas pelo Estado, em articulação com o grande capital. Simultaneamente, implicou a aceleração do processo de *(re)definição da identidade dos intelectuais brasileiros, na perspectiva da afirmação de uma identidade profissional*.

Na verdade, a partir dos anos 20, com o aumento do número de diplomas conferidos pelas faculdades livres então criadas e com a ampliação do mercado de bens culturais que acompanhou o desenvolvimento econômico de algumas regiões do país, iniciou-se um processo de *padronização e ampliação das funções dos intelectuais* (Gramsci, 1977a), obrigando as tradicionais elites intelectuais brasileiras a reconhecer a necessidade da profissionalização.

Segundo Daniel Pécaut (1990), os intelectuais brasileiros, como grupo social específico, *forjaram a sua identidade na política*.⁵ Mas é necessário termos em conta que esse processo de padronização e ampliação das funções dos intelectuais, instaurado em um contexto ditatorial com o objetivo de produzir os saberes técnicos e os profissionais especializados - médicos, advogados, engenheiros, militares e os primeiros sociólogos - necessários à preservação do regime, parece ter sido importante no sentido de levar os

⁴ Esta expressão é aqui usada no sentido gramsciano, como o processo de incorporação/cooptação de intelectuais de diferentes classes sociais típico do que o autor designa como revoluções passivas.

⁵ Para este autor, os intelectuais brasileiros (entendidos como "aqueles que se identificam e são identificados pelos outros como tais") plasaram-se na política, norteando-se pelo ideário de colocar o seu conhecimento a serviço da realidade nacional e da formação da sociedade. Atuando como grupo de poder específico, acreditavam que "o intelectual tinha de estar à altura da construção da nação, portador que era da identidade nacional e, além disso, detentor do saber relativo às leis da evolução histórica". Isto explicaria, inclusive, o vínculo estreito desses intelectuais com as ciências sociais, com "a sociologia na década de 30 e uma mistura de sociologia e economia nos anos 60 e 70." (Pécaut, 1990, pp. 6-7). Mas esta identidade forjada na política era contraditória ou, no mínimo, ambivalente, pois logo eles também se posicionaram contra a política e suas instituições, seja pela aspiração a uma organização apolítica da sociedade, seja pela busca de um desenvolvimento econômico capaz de gerar, por si mesmo, as estruturas políticas necessárias ou, ainda, de um processo de acumulação do qual as instâncias políticas fossem apenas manifestação e instrumento. Assim, estariam sempre propensos à tentação de uma recusa radical do político, ao mesmo tempo em que a relação que mantinham entre conhecimento e ação demonstraria que "nada escapa ao político e que a realidade é, já de início, totalmente política" (*idem*, p. 7).

intelectuais brasileiros a *também buscar afirmar a sua identidade profissional*. Neste contexto, pode ter sido forjada uma gradativa identificação político-ideológica de parte desses intelectuais com o Estado, tendo em vista a sua crescente utilização política pela burocracia estatal. Sua *identidade política foi-se recompondo, então, pela gradativa afirmação de uma identidade profissional*.

Na visão de Pécaut (1990, pp. 22-23), parte da intelectualidade teria sucumbido à "sedução dos empregos públicos que lhe foram oferecidos". Seu apoio ao poder forte e centralizado do Estado Novo seria, principalmente, um recurso estratégico para "preservar suas posições nas elites dirigentes", o que traduz, para este autor, sua "vocação para elite dirigente". Embora esta seja uma generalização duvidosa, que embasa uma tese também questionável, alguns intelectuais brasileiros ocuparam, de fato, cargos importantes em diferentes esferas do governo federal, convertendo-se em sujeitos políticos e integrando-se às elites dirigentes do país. Portadores de um saber sobre o social reconhecido e valorizado por amplos setores da sociedade, durante todo esse tempo eles foram reticentes quanto à criação de universidades porque não dispunham ainda, para Pécaut (1990, p. 34), de um "princípio de identidade que remetesse a vínculos institucionais. Não se situavam em um campo autônomo, com suas hierarquias e estratégias alicerçadas em critérios relativamente estáveis. Não atuavam, tampouco, no sentido de consolidar as liberdades e os direitos tocantes à condição universitária".

Essa ausência de vínculos institucionais que conformassem uma identidade profissional é um dado relevante. Sem eles, os intelectuais apresentavam, até então, três perfis básicos: o de advogado, o de engenheiro e o de "homem de cultura" (Pécaut, 1990, p. 34). Mas, na ditadura do Estado Novo promoveu-se, competentemente, o reconhecimento da função dos intelectuais, na perspectiva de que atuassem na construção do sentido da nacionalidade, de uma unidade cultural politicamente necessária à concretização das novas formas, urbano-industriais, da racionalidade capitalista que estava sendo implantada.⁶ Vargas teria lhes oferecido uma "parceria" para se integrarem, como grupo dirigente, ao seu projeto de afirmação da nação por meio de sua contribuição à cultura nacional, convertendo-os em "sócios a serviço da identidade nacional". Nesta parceria, três papéis complementares teriam sido atribuídos aos intelectuais incorporados pelo Estado: "concorrer para a definição das finalidades da ação política, expressar a presença da sociedade civil e dar o exemplo de um ator social coletivo" (Pécaut, 1990, p. 73).

Nesta análise, excessivamente centrada nas questões da formação da identidade nacional mediatizada pelos intelectuais e da própria identidade política deste segmento

⁶ Pécaut enfatiza que Vargas foi hábil, inclusive, em acolher os intelectuais rebeldes, mantendo com eles uma relação que evitasse rupturas e credenciando a todos como "sócios do Estado a serviço da identidade nacional" (Cf. Pécaut, 1990, p. 72).

social, Pécaut conclui que eles se tomaram os *intelectuais profissionais da burguesia*, cujo crescimento se deu, em larga escala, respaldado pelo desenvolvimento da ciência, com destaque para a "Sociologia como ciência social e como ciência do governo". Os intelectuais teriam se firmado em sua "vocação dirigente" porque "conseguiam, melhor do que qualquer outra elite, captar e interpretar os sinais que demonstravam que já existia uma nação inscrita na realidade, mesmo que ainda desprovida de expressão cultural e política: do implícito, vangloriavam-se de produzir o explícito" (Pécaut, 1990, p. 38).

Em sua abordagem das funções assumidas pelos intelectuais, Pécaut não considera, porém, a ampliação e padronização deste segmento e a sua própria opção de intervenção profissional e política. Desta perspectiva, é possível admitir, sem recorrer a generalizações, que aqueles intelectuais diretamente envolvidos na revolução passiva de 1930 tenham se incorporado aos aparelhos burocráticos governamentais ou passado a responder às demandas do Estado Novo pela produção e disseminação do conhecimento nas universidades, forjando uma *identidade profissional que se beneficiava do status de professor*. Mas o fato mais importante é que, realmente, começava a se estabelecer um *vínculo mais forte entre intelectuais e Estado*, mediatizado pela indissociabilidade entre política, ciência e ideologia que marca a produção do saber universitário. Além disto, a origem desses intelectuais mobilizados por tais demandas - as classes dominantes rurais e urbanas - e o seu perfil político parecem bastante sugestivos da forma específica pela qual se dava o processo de formação dos *intelectuais orgânicos* dessas classes: no âmbito de um projeto liberal que se afirmava pelo distanciamento concreto das massas populares.

Com efeito, ao assumir a forma ditatorial, o governo Vargas tornou os intelectuais que conseguiu aglutinar protagonistas importantes da nova racionalidade requerida pelo desenvolvimento capitalista brasileiro. O saber científico, na especificidade do termo, foi fundamental para viabilizar as transformações que se faziam necessárias, mediante o recurso institucional das universidades, dos primeiros institutos de pesquisa e do serviço público.

Os vínculos estabelecidos entre os intelectuais e o Estado evidenciam o corte classista de todo este processo. Os intelectuais que se ligaram diretamente à formulação e implementação das políticas necessárias à afirmação do Estado Nacional podem ser considerados até mesmo, em muitos casos, *intelectuais condensados*⁷ a serviço das classes dominantes. Mas, na burocracia, nas universidades, nos institutos de pesquisa, no serviço público e em outros espaços orgânicos, foram se gestando também grupos de intelectuais compromissados com as classes subalternas que, no interior desses espaços institucionais,

⁷ Por "intelectuais condensados" Gramsci designa aqueles cuja organicidade das relações com os grupos sociais que representam é tal que se verifica uma "identidade entre representados e representantes, de modo que são, ao mesmo tempo, intelectuais e organizadores políticos." (Gramsci, 1977a, pp. 2.012).

gradativamente assumiram (ainda que minoritária e embrionariamente) a perspectiva ideológica da crítica e da ação emancipadora. Deste modo, pode-se dizer que os intelectuais que foram emergindo na institucionalidade acadêmica, seja legitimando os interesses do Estado nacional e das classes dominantes, seja ensaiando a oposição a estes interesses, expressavam o movimento histórico de disputa de hegemonias (de luta de classes), disputa que se tornaria mais intensa nas décadas posteriores, com a crescente organicidade de sua ação mediadora.⁸

Intelectuais e universidade nos anos 50 e 60: consolidação versus contestação à ordem capitalista

Somente na década de 50 o Estado brasileiro buscou efetivamente implantar uma política científica e tecnológica que desse suporte e abrisse caminhos à consolidação do capitalismo industrial no país, intensificada com a crescente intervenção estatal na economia e a penetração maciça do capital estrangeiro.⁹ A intervenção estatal - direta (definindo políticas, coordenando o sistema, financiando e executando atividades ou regulamentando o seu funcionamento) e indiretamente (mediante políticas de desenvolvimento social e econômico, de setores estratégicos e da infra-estrutura econômica) - foi determinante no sentido de impulsionar a utilização da ciência e da tecnologia como forças produtivas e de fincar as bases materiais para a construção de uma hegemonia nos moldes então assumidos pela racionalidade capitalista.

A institucionalização dos setores de Ciência e Tecnologia no país deu-se, assim, sob a égide do Estado, sobretudo nas áreas de Física e Engenharia. O coroamento deste processo ocorreu com a criação, em 1951, do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES, atualmente denominada Coordenadoria). Com essas iniciativas, a ciência e os recursos humanos foram valorizados como elementos indispensáveis ao aprimoramento das forças produtivas e à expansão capitalista (Morel, 1979, p. 45).

Norteava a criação do CNPq a necessidade de equiparar a nossa pesquisa de energia nuclear à de outros países, o que passara a ser considerado crucial para a segurança nacional, no pós-Segunda Guerra. Tratava-se de defender o monopólio de materiais físséis,

⁸ Cabe lembrar que, em 1945, foi refundada a Universidade Popular de São Paulo, com o nome de Presidente Roosevelt, voltada para a formação dos trabalhadores numa perspectiva libertária. Expressando "exemplos singulares e descontínuos no movimento operário-sindical brasileiro", iniciativas como esta "sempre partiram de grupos de intelectuais ligados às instâncias institucionais oficiais da educação" (Manfredi, 1996, p. 66), o que revela outra forma ou desdobramento da disputa de hegemonias praticada por esses intelectuais orgânicos comprometidos com os subalternos.

⁹ Neste período foram criados o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Petrobrás, que tiveram papel decisivo na formação da base produtiva do sistema industrial e se tornaram importantes fontes de financiamento dos institutos de pesquisa tecnológica (Gusmão, 1991, p. 30).

tidos como de grande interesse para a política atômica de outros países. Caberia à CAPES, por sua vez, promover uma campanha para a melhoria do ensino superior no país e adotar medidas que assegurassem um corpo de técnicos, cientistas e humanistas que respondesse às necessidades das iniciativas públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento econômico e cultural do país, ou seja, formar um quadro de intelectuais mediadores desse desenvolvimento, do ponto de vista das classes dominantes.¹⁰ Afirmou-se, a partir de então, a "idéia da ciência como força produtiva e da educação como formadora de mão-de-obra para o mercado de trabalho" (Morel, 1979, p. 57). O elitismo do ensino superior despiu-se de suas roupagens aristocráticas e ganhou vestes modernas, adequadas à internacionalização crescente da economia. A educação universitária e a ciência tomaram-se, cada vez mais, indispensáveis ao desenvolvimento capitalista brasileiro.

Mas essas iniciativas no campo institucional evidenciavam, a um só tempo, o quanto as universidades se encontravam despreparadas para responder às novas demandas de qualificação e os limites postos pela subordinação da economia nacional ao desenvolvimento do capitalismo em nível internacional. Foi difícil definir claramente o papel da ciência na expansão da tecnologia nacional, num país em que se recorria à importação de tecnologia e *know-how* estrangeiros. Na prática, os institutos de pesquisa realizavam, predominantemente, atividades de controle de qualidade, além da prestação de serviços de assistência técnica e de apoio a empresas na solução de problemas operacionais e da formação de quadros para o setor privado (Gusmão, 1991, p. 29).

É que o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek expressava os insistentes esforços do Estado Nacional em consolidar o capitalismo com recursos internacionais. Aprofundou-se, com ele, o processo de internacionalização da economia brasileira, calcado no aprimoramento e na agilização do desempenho das forças produtivas, do que resultou uma grande difusão de novas técnicas produtivas. Esta aceleração, contudo, não privilegiou a produção científica nacional, uma vez que as preocupações centrais se voltavam, então, para as dimensões científico-tecnológicas do programa de energia nuclear e para a formação do pessoal técnico necessário à operação do sistema produtivo em expansão.¹¹ De todo modo, com o juscelinismo, com a intensificação do processo de industrialização e com a internacionalização do mercado interno, verificou-se uma vinculação mais explícita dos

¹⁰ Nesta perspectiva, integrava ainda o rol de atribuições da CAPES propiciar condições de formação profissional ou científica de nível superior aos indivíduos "mais capazes", mas sem recursos econômicos, assim como possibilidades de seu aperfeiçoamento (Morel, 1979, pp. 46-47).

¹¹ Os limites da dependência do capitalismo brasileiro fizeram com que, apesar da crescente sofisticação tecnológica da estrutura produtiva, aumentasse o fosso entre o sistema produtivo e a base tecnológica nacional preexistente. Junto com o aprofundamento da dependência econômica, progredia a dependência científica e tecnológica, dado o apoio à instalação de empresas estrangeiras em novos ramos produtivos, que implicaram uma retração das iniciativas voltadas para a criação, manutenção e modernização das instituições nacionais. A racionalidade capitalista implantada submetia-se a esses limites. Se a ciência e a técnica continuaram sendo incorporadas como forças produtivas, até mesmo os investimentos na formação de recursos humanos começaram a sofrer os impactos da internacionalização crescente da economia.

intelectuais das classes dominantes aos interesses capitalistas em jogo.

Sob a égide do nacional-desenvolvimentismo, a *definição das políticas econômicas* resultava, em boa medida, do embate entre intelectuais orgânicos das classes fundamentais, centrado nas relações entre o nacional e o internacional.¹² Se a criação do BNDE representou, por exemplo, uma vitória dos nacionalistas, a Instrução nº 113 da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC), que estimulava investimentos estrangeiros, foi um ganho para os adeptos da internacionalização da economia. Grosso modo, havia uma concentração dos intelectuais de esquerda (notadamente do Partido Comunista Brasileiro - PCB) em torno das reformas de base defendidas pelos nacionalistas¹³ e uma aglutinação de parcela expressiva de industriais, exportadores e grandes proprietários rurais no pólo oposto, tentando influenciar a opinião pública contra as reformas, com o apoio da grande maioria dos jornais.¹⁴

No *plano político*, a relação nacional/internacional também permeava o embate ideológico sobre a democratização da sociedade e as perspectivas de desenvolvimento. Nos seus espaços orgânicos (acadêmicos, científicos, partidários e sindicais), em sua maioria restritos às vanguardas, os intelectuais debatiam a "democracia real", identificando-a com a nação: "o tema democrático estava subordinado ao tema nacional", ocupando o centro das discussões no período 1954-64. Os nacionalistas de esquerda trabalhavam a possibilidade de um confronto em que a identificação da nação com o povo se colocasse a serviço da soberania nacional. Exemplo marcante é o da campanha "O petróleo é nosso", para a qual confluíram diferentes setores nacionalistas e que ensejou uma mobilização ampla, com

¹² Engeajados sobretudo no PCB, atuando junto aos sindicatos, fazendo oposição nas universidades, aderindo ao integralismo, participando da ANL ou se mantendo numa posição liberal, esses intelectuais contribuíram, em diferentes níveis de organicidade, para o acirramento das contradições de classes e da luta de classes que se verificou no final da década de 50 e início dos anos 60. A esquerda intelectual se considerava apta a desempenhar papel decisivo nas mudanças políticas. Daí a sua atuação marcante no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que constituiu "um dos aparelhos de Estado que reuniu os mais significativos intelectuais brasileiros do período" (Manfredi, 1996, p. 87). Ver, a respeito, Toledo (1977).

¹³ Os ímpetus nacionalistas aglutinavam um bloco contraditório de forças: militares, comerciantes, liberais, pequena e média burguesia industrial. Convém lembrar que as forças nacionalistas foram também influenciadas, na década de 60, além do ISEB, por ideólogos do desenvolvimento representados pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que congregava, no Brasil, economistas como Celso Furtado. Influência significativa também foi exercida por setores vinculados à Igreja Católica, mediante iniciativas como o Movimento de Educação de Base (MEB) e os Centros de Cultura Popular (CPC's) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs), além de movimentos como a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC). Essas iniciativas tinham, sempre, uma interface com as instituições universitárias, mediatizada pelos intelectuais orgânicos dos segmentos estudantil e docente, notabilizando-se pela ênfase na educação e cultura populares e na formação sindical. Delas resulta, em grande parte, a criação da Frente Nacional do Trabalho (FNT) (Cf. Manfredi, 1996, pp. 91-104).

¹⁴ Neste campo, vale salientar os novos mecanismos criados pelas classes dominantes, com a contribuição de professores universitários, visando à formação/controlar ideológico dos subalternos, a exemplo do "complexo IPES/IBAD" (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), este constituído com a colaboração de um grupo de professores universitários paulistas que já vinham tendo experiências em cursos de legislação trabalhista e sindical ministrados pelo Instituto de Direitos Sociais e pelo Instituto dos Advogados de São Paulo, e o apoio da AFL-CIO e da Aliança para o Progresso (Manfredi, 1996, pp. 78-83). Ver, a respeito, Manfredi (1986). Sobre o IPES/IBAD, ver também Dreifuss (1981).

participação dos movimentos populares (Pécaut, 1990, pp. 99-100). No entanto, a falta de uma perspectiva socialista voltada para uma efetiva elevação cultural das massas fez com que a luta contra o imperialismo fosse associada à luta contra os adversários da nação. Neste processo, segundo Pécaut, o povo foi reconhecido como "encarnação da nação", em uma formulação "populista" que ganhou contornos nítidos no nacionalismo dos anos 60.

As concepções "populistas" germinaram e o debate sobre a democracia foi mantido nos marcos da concepção liberal-burguesa. Pécaut considera que, com a radicalização crescente entre forças nacionalistas e imperialistas, houve um uso abusivo, pelos anticomunistas, do jargão democrático, fazendo com que os adeptos do nacionalismo se tomassem parcimoniosos a este respeito e atribuíssem à democracia uma conotação negativa, de mera designação formal de procedimentos de representação. É preciso considerar, contudo, que, para além desta reação negativa, faltava às esquerdas brasileiras o aprofundamento dos nexos entre democracia e socialismo, bem como da relação entre representatividade e atuação junto às massas populares. Como salienta Badaloni (1988, p. 23), "a escolha da via democrática implica um grande trabalho de formação de novas subjetividades, que não nascem do nada mas sim daquele contato com a realidade que pode transformar a necessidade em liberdade, desde que não se perca o fio vermelho da consciência que agrega homens e mulheres, não multidões e figuras anônimas".

No campo da *política educacional*, o embate ideológico foi marcado pelo confronto entre o público e o privado, presente na história da educação brasileira desde o início do século. A luta dos Pioneiros da Escola Nova dos anos 20 e início dos anos 30 foi retomada tendo como eixo a democratização da escola pública e gratuita. A função social e os objetivos das instituições universitárias passaram a ser discutidos nacionalmente, em uma perspectiva mais politizada, do ponto de vista dos antagonismos de classes. Mas o tema não sensibilizou, como ainda hoje não sensibiliza, grandes contingentes de intelectuais, e muito menos o conjunto das classes subalternas.

As disputas entre publicistas e privatistas convergiram para o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Apesar da ausência de uma mobilização popular significativa durante o longo período de tramitação do projeto (1948-61), os embates travados são indicativos de uma crescente organicidade dos intelectuais brasileiros neste campo específico. Da relação de forças estabelecida resultou, certamente, o favorecimento de interesses conservadores, que defendiam a educação como um privilégio de classe, não obstante os avanços parciais obtidos pelos defensores da educação pública (Romanelli, 1978, p. 190).

A primeira metade dos anos 60 caracterizou-se pelo acirramento das contradições e conflitos sociais que acabariam sufocados pelo golpe militar de 1964. Se as classes médias

brasileiras, em crescente ampliação e presença política, produziram em maior quantidade intelectuais para as classes subalternas, gerando grupos atuantes nas universidades e instituições de pesquisa, isto não impediu que, nos acontecimentos imediatamente anteriores ao golpe, houvesse uma adesão progressiva de grande contingente das camadas médias aos argumentos e teorizações dos antinacionalistas e conservadores, que também se manifestavam nas universidades, nos meios de comunicação, nas organizações profissionais e nos espaços da administração pública, provocando uma nítida antipatia pela "esquerda intelectual".

Todo este processo foi sufocado pela ditadura militar, que viabilizou as novas formas assumidas pela racionalidade capitalista, alterando o quadro econômico, social e político anterior. Pondo fim ao "pacto populista", inaugurou a supremacia do grande capital, personificado na burguesia internacionalizada, no latifúndio e no Estado. As demandas econômicas implicaram uma reestruturação da produção que reforçava as linhas gerais do Plano de Metas de Kubitschek, mas houve mudanças de ênfase significativas na política científica e tecnológica. A retomada dos investimentos em pesquisa e na criação das condições institucionais necessárias à sua realização, aí se destacando a formação de profissionais especializados, foi assumida como fator indispensável ao crescimento econômico e ao fortalecimento do sistema produtivo brasileiro.

O Estado aplicou vultosos recursos neste campo, criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que se tornou a principal fonte de fomento à pesquisa e à pós-graduação, estimulando inovações e adaptações tecnológicas. Tais recursos, destinados às universidades, institutos de pesquisa e programas específicos de desenvolvimento de atividades tecnológicas, foram ainda decisivos para a implantação dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a partir dos anos 70. Fortaleceu-se, assim, a concepção da ciência como força produtiva e da educação como formadora de mão-de-obra para o mercado (Morel, 1979, p. 57).

A ideologia da "segurança nacional" que alimentava o regime militar teve também repercussões significativas na política educacional adotada, alterando substancialmente as condições e as perspectivas de trabalho dos intelectuais, como profissionais do ensino, da pesquisa e da extensão, nas instituições universitárias. O mito do "Brasil, grande potência" colocou, enfim, o trabalho universitário como essencial ao desenvolvimento capitalista. Nesta perspectiva, o governo ditatorial buscou uma maior integração das universidades, entendendo que este desenvolvimento dependia de dois sistemas fundamentais: a rede universitária (de graduação e pós-graduação) e os institutos de pesquisa.

A Reforma Universitária de 1968 foi decisiva para este processo. Política e ideologicamente, representou a neutralização, através de medidas técnicas, operacionais e

repressivas, das reivindicações de importantes setores das classes médias, sustentadas pelos estudantes e pelos intelectuais universitários de esquerda, dando ao governo o controle da pretendida "modernização" do sistema universitário, conforme a receita norte-americana, via Acordos MEC-USAID. As universidades foram subordinadas às demandas do sistema produtivo: deveriam fabricar, com o menor custo possível, respostas às necessidades imediatas do mundo da produção e, sobretudo, formar o "capital humano" requerido pela administração pública e pelas empresas privadas. Tratava-se de imprimir ao sistema universitário "uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional, [visando] o aumento da produtividade dos sistemas econômicos e assegurar a autonomia da expansão industrial brasileira" (Morel, 1979, p. 59).

O governo, recorrendo violentamente à repressão, cuidou de produzir com rapidez as condições para viabilizar a internacionalização da economia brasileira, investindo claramente na formação de intelectuais orgânicos (burocratas e tecnocratas) para as classes dominantes. Esses intelectuais constituíram-se, assim, em uma tecno-estrutura que, produto racional da modernização conservadora nas universidades, teve papel importante na difusão da ciência e da tecnologia como expressões dessa racionalidade, contribuindo para objetivar as formas de legitimação das estruturas de reprodução capitalistas.

Dentre as principais alterações introduzidas pela Reforma de 1968, com evidentes repercussões para o trabalho docente, destacam-se: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (que se tornará "bandeira de luta" do movimento docente), a extinção da cátedra, a criação do sistema de dedicação exclusiva para o corpo docente, o fomento aos cursos de pós-graduação e a definição do departamento como célula básica da estrutura universitária. Se algumas dessas medidas haviam sido objeto de reivindicações do movimento estudantil e se inspiravam na estrutura da Universidade de Brasília, elas assumiram uma nova dimensão ao serem fortemente direcionadas para a articulação com o sistema produtivo e na medida em que este passou a modelar o campo de intervenção das instituições de ensino superior. Isto ocorreu tanto em termos do conteúdo do ensino e da sua (re)estruturação curricular, quanto em termos da própria divisão do trabalho docente por especializações, uma vez que o fomento à pesquisa, pelo CNPq e pela CAPES, privilegiava as áreas de conhecimento que melhor poderiam responder às demandas do sistema produtivo.

A pós-graduação (*stricto e lato sensu*) tinha por objetivo explícito formar os "produtores" (professores, pesquisadores e técnicos de alto padrão) para este sistema, ao mesmo tempo em que, pelo seu caráter discriminatório, assegurava a reprodução das relações entre as classes sociais, em termos de poder e prestígio. Destinada formalmente aos "mais aptos", ela transformava a desigualdade social em desigualdade de "nível" ou de

"conhecimento", mascarando e criando mecanismos mais sofisticados para a seletividade sócio-econômica que marca o acesso aos níveis mais elevados de ensino no Brasil (Morel, 1979, pp. 60-61).¹⁵

A expansão da educação superior promovida pelo regime militar, marcada por um intenso processo de interiorização e privatização, seguiu, no seu todo, esta mesma lógica. Ela apenas permitiu que a pirâmide social se projetasse inteiramente nos efetivos do terceiro grau, o que foi utilizado, via dados estatísticos convenientemente tratados, para fortalecer a tese da "democratização do ensino superior", camuflando a nítida persistência de uma discriminação sócio-econômica no acesso a este grau de ensino (Moraes, 1983).

Neste quadro de ampliação do ensino superior, de alterações na estrutura e na carreira universitárias e seus desdobramentos, o trabalho docente foi sendo gradativamente submetido aos desígnios do regime e às novas exigências do desenvolvimento capitalista brasileiro. Contraditoriamente, essas mudanças ensejaram, desde então, uma *redefinição da identidade profissional dos intelectuais trabalhadores e dos seus vínculos com a universidade, propiciando um campo fértil para o embate ideológico aberto de concepções de universidade e de sociedade, do qual emergirá o próprio movimento docente organizado.*

Com efeito, se o golpe militar abalou as convicções revolucionárias da esquerda intelectual, trazendo desilusões e o seu esfacelamento, não impediu, contudo, a emergência de reações do movimento estudantil e de parte dos professores e servidores universitários. Embora a maioria dos docentes, na relação de forças vigente, tenha aderido ao golpe, a resistência e a denúncia daqueles que se situavam à esquerda foi crucial. Contestando a ditadura com lastro científico, eles conseguiram um clima relativamente favorável aos professores universitários, sobretudo os cientistas sociais. Puseram em causa temas candentes como a dependência estrutural da sociedade brasileira, a própria universidade e o significado do trabalho nela realizado, aumentando o grau de politização dos docentes. Delineou-se, assim, um novo perfil político do intelectual profissionalizado: "aquele capaz de gerar os debates próprios da esquerda para evitar a sua fragmentação e decomposição e, ao mesmo tempo, propor uma interpretação dos acontecimentos que [fosse] assumida pela opinião pública informada" (Pécaut, 1990, p. 250).

Poder-se-ia dizer que, nos "subterrâneos" da ditadura e nos espaços institucionais por ela redefinidos, gestava-se e crescia uma nova força (ainda não organizada) de reação e de luta pela democratização da universidade e da sociedade: a parcela dos professores universitários comprometidos com as classes subalternas ou a elas organicamente ligados. A dureza da repressão ao movimento estudantil e a esses professores de esquerda, que levou

¹⁵ É importante atentar, contudo, para os efeitos contraditórios destas iniciativas. A pós-graduação, por exemplo, principalmente nas áreas de ciências humanas e sociais, tornou-se um espaço importante de contestação crítica ao regime.

à clandestinidade forçada de muitos deles, contribuiu ainda mais para que esta força de resistência se afirmasse. Embora amordaçados pelo endurecimento do regime militar, estes professores e estudantes fincaram as bases de uma discussão que seria resgatada e redimensionada ao final dos anos 70, no contexto da chamada "abertura democrática."

Intelectuais e universidades nos anos 70: a emergência do movimento docente

O período de 1968 a 1973 caracterizou-se por elevadas taxas de crescimento do PIB, em decorrência da ampliação e diversificação do parque industrial, do grande aumento das exportações e dos altos investimentos públicos, o que possibilitou uma enorme expansão das atividades produtivas do Estado. Vivia-se o chamado "milagre brasileiro". O crescimento econômico estimulou o governo a avançar na institucionalização da política de Ciência e Tecnologia, com marcante participação de fontes de financiamento internacionais (Fundação Ford, Fundação Kellog, Organização das Nações Unidas - ONU, Organização dos Estados Americanos - OEA, Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD etc.). Várias iniciativas foram tomadas no sentido de atualizar e ampliar a formação dos tecnoburocratas necessários a este investimento. No entanto, apesar dos esforços empreendidos, o sistema nacional de Ciência e Tecnologia não atingiu os resultados esperados: a omissão quanto à regulamentação legal de procedimentos e normas operacionais e o descompasso entre a oferta e a demanda efetiva, preponderantemente dirigida a fontes externas, distanciaram este sistema do seu objetivo formal de impulsionar uma coordenação descentralizada das atividades científicas e tecnológicas (Gusmão, 1991, pp. 62-63).

Concretamente, ampliaram-se bastante os espaços e mecanismos de formação, em diferentes níveis e graus, dos intelectuais orgânicos das classes dominantes, dentro do caldo de cultura clientelista que marca a história política brasileira.¹⁶ A partir de 1974, porém, coincidindo com o início da crise capitalista em nível internacional, a economia brasileira começa também a se desacelerar, anunciando a crise que resultaria na recessão dos anos 80. Neste contexto, foram-se revelando os limites da política científica e tecnológica adotada:

"A ciência nacional não teve realmente atuação de força produtiva, uma vez que a tecnologia e

¹⁶ Coelho (1992, p.6) ressalta que o movimento docente se destacou imediatamente pela "crítica e contestação do antigo papel das instituições universitárias", que eram aparelhos ideológicos do Estado "a serviço exclusivo das classes dominantes do sistema capitalista" e foram se tornando, também, "um espaço de conflito, atuando ao mesmo tempo como agente formador de lideranças das classes dominadas". A reconstituição histórica aqui feita, no entanto, tenta mostrar como, a partir dos anos 30, foi-se gestando, nas universidades, este espaço contraditório de disputa de hegemonias. Convém ainda lembrar a influência marcante, nos anos 60, do movimento estudantil, que o próprio Coelho considera o "principal protagonista da proposta de um novo papel da universidade, de agente transformador da sociedade", e a repressão desencadeada contra os professores pela ditadura militar, antes mesmo da emergência da ANDES. Evidentemente que, fruto deste processo, o movimento docente passará a ter papel decisivo na explicitação e na defesa de projetos educativos e de sociedade nas IES do país.

a pesquisa indispensáveis à expansão do processo de industrialização eram buscadas no exterior, através de contratos entre empresas nacionais e estrangeiras [...] [e que] o próprio Estado associou-se com empresas estrangeiras e recorreu à tecnologia externa. Isto decorreu não de uma 'conspiração internacional contra o Brasil, mas sim da forma dependente-associada que caracterizou a expansão capitalista na formação social brasileira' " (Morel, 1979, pp. 54-79).

O contexto do "milagre" e o da sua crise influenciaram diretamente a dinâmica de funcionamento das universidades e do trabalho docente. O ensino superior, em nível de graduação, como já salientado, expandiu-se enormemente, principalmente com a criação de instituições privadas. Se, em 1968, as instituições de ensino superior (IES) públicas detinham 54,5% das matrículas na graduação, em 1971 as IES privadas já concentravam 55% dessas matrículas, índice que se elevou para 61,4 % em 1974 e atingiu o seu ápice (64,3%) em 1980 (Coelho, 1992, p. 48).¹⁷

A pós-graduação também se ampliou, mantendo suas "ilhas de excelência" e tomando-se - contraditoriamente, como já salientado - um espaço significativo de produção de conhecimento crítico (e de formação/aglutinação de intelectuais orgânicos das classes subalternas), sobretudo na área de ciências humanas e sociais. Mas as atividades de ensino e pesquisa tiveram a sua qualidade comprometida pela política educacional privatizante e pelos limites já apontados. A produção da ciência ficou reduzida, na prática, ao treinamento de pessoal e à prestação de serviços a empresas públicas e privadas, salvo exceções em algumas áreas de conhecimento (Física e Biologia, por exemplo).

Patrimônio público, espaço fundamental de crítica e de produção do saber necessário à resolução dos graves problemas nacionais, a universidade pública, neste contexto, foi entrando em crise e perdendo espaço para a iniciativa privada, jamais tendo sido efetivamente colocada a serviço do público. Criada e mantida pelo Estado, na perspectiva da sua integração à ordem capitalista, ela foi sendo crescentemente desprovida de recursos e vítima da desqualificação do seu trabalho, promovida pelo próprio Estado, em sintonia com a mídia: o criador vem tentando destruir a criatura, omitindo-se dos seus deveres e abrindo escancaradamente as portas para a sua privatização.

A natureza e a intensidade das mudanças ocorridas durante a ditadura militar alteraram substancialmente a composição do quadro de docentes e as suas condições de trabalho. Entre 1960 e 1974, o número de instituições de ensino superior cresceu quase 300%, o mesmo acontecendo com o corpo docente, ao passo que o número de alunos teve um incremento de 1.060%, a um ritmo anual médio de 16,95%. No período 1970-80, embora este crescimento tenha decaído, o número de conclusões de curso e de professores aumentou em 194,86% (Moraes, 1983, pp. 88-89).

¹⁷ Sobre a expansão privatizante do ensino superior, ver, entre outros, Cunha (1989), Martins (1988), Oliven (1990) e Vieira (1990).

A massificação e a concorrência, por sua vez, começaram a corroer, incisivamente, a identidade profissional dos docentes (o *status social* do intelectual e do professor como representação de saberes/poderes): eles foram gradativamente empurrados para a condição de assalariados, o que implicou uma *redefinição desta identidade*. A profissionalização assalariada se afirmava, nas IES federais (autarquias e fundações), pelo crescente número de professores em regime de dedicação exclusiva.¹⁸ Ao mesmo tempo, parcela significativa desses novos contingentes passava a reagir contra o autoritarismo na dinâmica institucional e na sociedade.

Neste processo, germinaram e afloraram as contradições que se desenvolviam subterraneamente, no silêncio imposto pela ditadura, engendrando diferentes concepções de universidade e de sociedade que se confrontariam (e ainda se confrontam) nos espaços de trabalho, na luta sindical e nas várias instâncias sociais a partir dos anos 80. Incertos quanto às regras do jogo do regime, os intelectuais passaram a se deparar com fronteiras cada vez mais imprecisas no seu próprio meio. Crescia a *diferenciação no interior da categoria profissional*, fazendo com que

"[...] o tema da profissionalização [se tomasse] cada vez mais presente e um meio de justificar as estratégias de classificação e exclusão no conjunto das camadas cultas e também de fazer avançar interesses específicos. Diferenciação e defesa de interesses específicos: eis o que passa a situar os intelectuais no interior da sociedade, já não mais acima de outras categorias sociais; eis o que rotiniza a função dos intelectuais" (Pécaut, 1990, p. 195).¹⁹

Nas universidades, tal diferenciação configurou uma heterogeneidade político-ideológica do corpo docente que foi assim caracterizada por Luiz Pinguelli Rosa:

"Existem [...] no momento três setores que poderíamos observar. Um deles é o tradicional, formado pelos advogados e alguns setores da Medicina e da Engenharia que, tradicionalmente, estão na universidade há muito e são quase sempre os dominantes, nas maiores universidades. Esse é o setor chamado arcaico, burocrático; o segundo é [...] um setor moderno, construído de 1968 para cá, em que primeiro o BNDE e depois a Finep propiciaram a formação de grupos de pesquisa que começaram basicamente nas ciências exatas e na pós-graduação em tecnologia. O terceiro [...] é a mão-de-obra da universidade [...], os antigos colaboradores e auxiliares de ensino, hoje enquadrados e promovidos, parte com formação acadêmica incompleta e sem pós-graduação, outros com qualificação acadêmica. Tendo em vista a finitude de recursos da Finep, não encontram lugar nos grupos de pesquisa. O movimento docente cresceu em muitas universidades com base neste último setor, com a aliança da parte mais progressista do segundo setor" (Pinguelli Rosa, 1984, p. 88).

Esta caracterização indica não só a heterogeneidade do corpo docente, mas também a hierarquização do saber e poder que perpassava o seu cotidiano de trabalho, expressando

¹⁸ Coelho (1992) apresenta dados significativos a este respeito, referentes aos índices de professores alocados nos diversos regimes de trabalho, segundo as realidades das IES autárquicas, fundacionais, estaduais, municipais e particulares, obtidos junto ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC).

¹⁹ Neste contexto, a emergência do marxismo universitário foi um acontecimento considerável, que marcou o desenvolvimento das ciências sociais e resultou, efetivamente, na adoção de um "paradigma", com todos os riscos, desvios e limites da "academização do marxismo ocidental" apontados por Perry Anderson (1989).

uma possível relação de forças então existente nas universidades.²⁰

Paralelamente, os trabalhadores docentes foram submetidos, no seu todo, aos efeitos perversos da política educacional e científica dos governos ditatoriais, que repercutiram fortemente nas condições materiais e sociais de produção de toda a categoria. A progressiva deterioração do ambiente e dos instrumentos de trabalho, o achatamento salarial sem precedentes, o vínculo empregatício diferenciado pela ausência de uma carreira única, a intervenção nas universidades e o controle político-ideológico sobre o seu trabalho são alguns dos elementos que passaram a determinar o quadro de precariedades, contradições e embates em que este trabalho se realiza, levando a uma *redefinição da identidade profissional* dos docentes e dos seus vínculos com o trabalho realizado nas universidades.

A identidade profissional dos docentes, gestada a partir do reconhecimento da necessidade de profissionalização, nos anos 20, e consolidada durante o Estado Novo, havia *amadurecido e ganhado outros contornos neste momento histórico*, traduzindo a inserção dos intelectuais nas novas camadas sociais intermediárias.²¹ Na relação dos intelectuais com o Estado, esta identidade constituía, acima de tudo, uma forma de "recuperação dos direitos e da legitimidade científica": através do trabalho nas instituições universitárias, da profissionalização e das associações criadas, o meio científico afirmava a sua "exigência de autogestão ou, pelo menos, de gestão paritária com as autoridades de tutela". Na relação política com os governantes, tal identidade viabilizava, ainda, uma defesa de interesses intelectuais e materiais que justificava a "necessidade de um espaço autônomo, com as liberdades daí decorrentes", e permitia utilizar os "requisitos da criação científica [para] questionar as orientações oficiais nesse terreno ou requerer uma participação nessas orientações" (Pécaut, 1990, pp. 269-271).

Considerada a partir das relações sociais mais amplas, essa identidade profissional pode ser entendida como um *recurso político-ideológico que, fundado na especificidade e relativa autonomia da produção/difusão de conhecimento, pôde ser canalizado, inclusive, para a confrontação com a racionalidade capitalista vigente, em oposição à ideologia da neutralidade científica*. No caso dos professores universitários, ela parece ter ganho uma dimensão cuja materialidade é inconfundível: a de assalariados sujeitos às mesmas vicissitudes das classes trabalhadoras. O intelectual viu-se, enfim, na contingência de viver (assumindo ou não) a adversa condição de trabalhador:

²⁰ Esta situação foi substancialmente alterada, na atualidade, pelo fenômeno das aposentadorias em massa nas IES federais, iniciado no governo Collor e intensificado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, bem como pelo avanço do projeto neoliberal no interior dessas instituições, que marcou a admissão de novos docentes em âmbito nacional.

²¹ A condição de assalariamento tendeu a se generalizar nas antigas profissões liberais, resultando em uma célere elevação do índice de sindicalização: os 50.913 sindicalizados de 1965 passaram a 147.307 em 1978 (Pécaut, 1990, p. 268). Sobre a expressiva sindicalização dos assalariados médios nos anos 80, ver Antunes (1991).

"Ele se reconhece agora como um ser de carne e osso, como parte interessada na grande redistribuição de condições materiais e imateriais realizada no período de 70-80 [...]. Ao reivindicar a revalorização do seu salário e exigir um estatuto para a sua profissão, [está] solidário com o movimento pela democratização, pois este se ergue contra o capitalismo selvagem, do qual o Estado é a pedra de toque" (Pécaut, 1990, p. 280).

Depreende-se, do resgate histórico feito que, no final dos anos 70, estavam dadas as condições que impeliavam um segmento expressivo dos docentes das instituições de ensino superior à ação sindical, no contexto do "novo sindicalismo". Na verdade, as bases do Estado autoritário começaram a ser abaladas desde 1974, com a "crise do milagre" e as fraturas cada vez maiores de suas forças de sustentação. O aumento das taxas de inflação, a extrema concentração de renda, as reações nacionais e internacionais contra a truculência da repressão realizada pelo governo Médici, entre outros fatores, haviam gerado um amplo movimento pela volta à "normalidade democrática", impondo-se ao regime a necessidade de adoção de uma estratégia de "abertura política", iniciada durante o governo do presidente Ernesto Geisel:

"O bloco dominante [foi] obrigado a ampliar as concessões políticas e econômicas e a alterar o seu próprio projeto de ordenação política [...]. Para o movimento operário, isto [significou] uma ampliação de suas condições de ação, na medida em que a burguesia tenta(va) substituir os mecanismos anteriores de dominação, sem haver ainda forjado ou pelo menos consolidado outros" (Sader e Sandroni, 1981, p. 20).

As manifestações sindicais foram decisivas para o desencadeamento desse processo. A partir de 1976 e, particularmente, com a greve do ABC paulista, o sindicalismo renasceu de forma vigorosa. Em 1978 as greves se alastraram, atingindo metalúrgicos de São Paulo, professores, médicos e canavieiros do Nordeste, traduzindo uma nítida agudização dos conflitos de classe. Essas greves tiveram uma importância crucial na medida em que atingiram a base econômica do regime autocrático (a superexploração capitalista, o arrocho salarial) e atropelaram a legislação autoritária (lei antigreve, impedimentos à organização/ação sindical de categorias), assumindo o caráter imediato de luta política:

"Mesmo motivadas por causas econômicas - e essa é a força motriz das greves - elas tiveram um claro caráter de confronto com os monopólios e a política econômica do regime. Se houve algum avanço decisivo de 1964 para cá na luta da classe trabalhadora, na luta pela efetiva democratização da sociedade, essa luta foi desencadeada a partir de 1978, com o movimento grevista dos metalúrgicos do ABC" (Antunes, 1991, p. 69).

Pode-se dizer que o movimento dos metalúrgicos foi o carro-chefe da construção do "novo sindicalismo". Com ele emergiu um novo sujeito histórico, que se contrapunha como *alter* à ação do Estado e/ou das burguesias. Como a expansão capitalista das últimas décadas implicara a mercantilização da força de trabalho empregada nos setores público e privado, este novo sujeito social e político ampliou-se enormemente: ao operariado industrial se somaram diversas categorias de assalariados, que se definiam exatamente pela

"constituição de uma alteridade" (Oliveira, 1991). Foi esta alteridade em relação ao Estado e às classes dominantes que deu identidade ao novo sindicalismo: "a denúncia da legislação fascista avançava até a condenação do imposto sindical; o aliancismo de classe era rejeitado; tratava-se de afirmar a independência da classe trabalhadora frente ao coletivo burguês e isso era novo" (Alem, 1991, p. 64).

O "novo sindicalismo" foi-se afirmando na Central Única dos Trabalhadores (CUT), em oposição ao sindicalismo pelego da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), herdeira, por assim dizer, do sindicalismo de Estado implantado por Vargas, orientado pela política de conciliação de classes e de atrelamento ao Estado, expressando uma "resposta da ordem", em sua "moderação" e em seus "desdobramentos" (Antunes, 1991, pp. 59-63).²² Contrapondo-se a essas centrais, a CUT foi-se credenciando como referência nacional e ganhou expressiva e crescente adesão das classes trabalhadoras. Em que pese as diferentes concepções e práticas sindicais existentes no seu interior, esta Central logrou definir e reafirmar, a partir da sua pluralidade interna, um ideário socialista, situando-se, política e ideologicamente, em um universo de lutas anticapitalistas.²³

O sindicalismo cutista enraizou-se em quatro setores expressivos das classes trabalhadoras: operariado industrial, trabalhadores rurais, funcionários públicos e trabalhadores vinculados ao setor de serviços. Representou, assim, um fato histórico também novo: a adesão das camadas médias à luta sindical:

"No início de 1973, quando os primeiros sinais da crise já afloravam, o aparente privilégio das camadas médias começava a se desintegrar. E o que até então era o cotidiano do operariado industrial, qual seja, a superexploração do trabalho e o arrocho salarial, passou a atormentar e a fazer parte do dia-a-dia dos assalariados médios. Até que, ao final da década de setenta, viu-se a eclosão de uma onda grevista, atingindo diversos segmentos, alguns com pouca ou nenhuma tradição de luta e que punham a nu a dura realidade: o visível empobrecimento dos assalariados médios. Resultado: médicos, professores, bancários, funcionários públicos etc. fizeram-se presentes através de paralisações que exigiam reposição salarial, melhores condições de trabalho e o fim do arrocho salarial" (Antunes, 1991, pp. 135-136).

O movimento docente, como já salientado, inseriu-se, através de suas lideranças nacionais, no processo de construção deste "novo sindicalismo" desde o início. Mobilizados pela necessidade de reagir à repressão e ao autoritarismo intervencionista nas universidades, revigorados em sua capacidade crítica nos espaços contraditórios da pós-graduação e ampliados pela grande expansão do ensino superior ocorrida nos anos 70, contingentes expressivos de professores tomaram-se sensíveis às lutas mais gerais da

²² Nos anos 90 surge o sindicalismo de resultados que, através da Força Sindical, passou a representar o contra-ataque do capital (Antunes, 1991, pp. 65-70). Distinto do velho peleguismo e ideologicamente afinado com o neoliberalismo, este sindicalismo de negócios é "nitidamente corporativo, anticlassista e aceita o princípio da eternidade do modo de produção capitalista" (Alem, 1991, p. 65), corporificando, no seu ideário e na sua prática, a plena integração à ordem capitalista.

²³ Sobre as características básicas do "novo sindicalismo" e o que distingue a ação educativa da CUT em relação à das demais centrais sindicais nos anos 80, ver Manfredi (1986 e 1996).

sociedade pela democratização da universidade e do país e começaram a se organizar nacionalmente, criando, em 1981, a ANDES. A luta salarial e a luta específica por uma *carreira nacional unificada* completavam o quadro das principais reivindicações dos docentes das instituições de ensino superior. A compreensão das especificidades da sua ação sindical, decorrentes, em grande parte, das especificidades do trabalho docente, remete à necessidade de um dimensionamento teórico deste processo de trabalho e de seu significado no atual contexto brasileiro.

O TRABALHO DOCENTE EM SUAS ESPECIFICIDADES

A retrospectiva histórica apresentada acima procurou situar o trabalhador docente, professor universitário, em sua vinculação intrínseca com a instituição em que ele realiza o seu trabalho. Tendo em vista as relações estabelecidas entre intelectuais, universidade e Estado, concretizadas pelas classes sociais em seu movimento real, pode-se dizer, em linhas gerais, que:

- com a afirmação do Estado nacional, as universidades foram pensadas como indispensáveis ao desenvolvimento capitalista brasileiro, como produtoras de conhecimento científico e formadoras de "capital humano". Sua estruturação e sua dinâmica de funcionamento, marcadas pelo clientelismo, pelo elitismo e pelo autoritarismo de dois períodos ditatoriais, tomaram-nas um *locus* importante de formação de intelectuais orgânicos para as burguesias nacionais e para o Estado autoritário/classista, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, ensejaram a reação crítico-emancipadora de professores e estudantes comprometidos com as classes subalternas, constituindo também um espaço para a formação de intelectuais orgânicos destas classes, numa relação de forças, evidentemente, sempre desfavorável a elas. Neste processo, a questão da *busca e (re)afirmação da identidade profissional* desses intelectuais teve influência marcante;

- os limites do capitalismo dependente brasileiro frustraram a pretensão de tornar as universidades produtoras de ciência como força produtiva, embora elas tenham sido bem-sucedidas na formação das "elites condutoras" do país;

- a partir de 1974, com a crise capitalista mundial e seu rebatimento na economia brasileira, ocorreram sérias fraturas no bloco ditatorial que exercia o poder, ao mesmo tempo em que se acentuaram os limites de sua política econômica. A crise atingiu progressivamente as instituições universitárias públicas e o governo, com sucessivas políticas educacionais privatizantes, tem permitido um verdadeiro sucateamento dessas instituições, agravando os vieses clientelistas e autoritários já existentes, que se manifestam mais ou menos acentuadamente conforme as disparidades regionais;

- neste contexto de crise, marcado pela expansão sem precedentes do ensino superior

e do corpo docente, o movimento dos professores emergiu como expressão singular da reação crítico-contestadora ao cerceamento das liberdades democráticas na universidade e na sociedade, às políticas educacionais dos governos militares e, também, ao crescente achatamento salarial que se verificou nos anos 80, acompanhado da igualmente crescente deterioração das condições de trabalho. Daí o ineditismo da sua dimensão/ação sindical;

- o trabalho docente nas instituições de ensino superior brasileiras é marcado por (ou herdeiro de) essa trajetória histórica da educação superior no país e pelos embates ideológicos que nelas se processaram e ainda se processam, expressando racionalidades de classes em oposição e conflito. As especificidades do trabalho intelectual, em si mesmas, dadas pela divisão social do trabalho, também integram esses traços históricos a partir dos quais deve ser pensada a ação sindical dos professores.

No intuito de apreender e explicitar essas especificidades, busquei situá-las em duas dimensões: a dimensão *teórica* - a conceituação mesma deste trabalho docente - com um breve olhar marxiano, mas sem a pretensão sequer de reconstituir o amplo e complexo debate marxista a respeito -, e a *histórica*, dada por visões acadêmicas e de dirigentes da ANDES-SN, considerando também as relações por eles estabelecidas entre trabalho e militância sindical.

A dimensão teórica da questão

Conforme salientado na introdução desta pesquisa, a reestruturação produtiva em curso colocou em pauta as problemáticas da centralidade do trabalho e das classes sociais nas análises sociológicas e, evidentemente, da própria conceituação de trabalho. A terceirização da economia, ou seja, o crescimento de um amplo conjunto de atividades desenvolvidas fora do âmbito da produção estritamente material - designadas como trabalho em serviços, trabalho terceirizado ou trabalho improdutivo -, tem ensejado estudos e debates. Tenta-se dimensionar e analisar a questão na atual conjuntura, em que este trabalho terceirizado, de características próprias, desenvolve-se sob múltiplas formas, envolvendo um contingente cada vez maior de pessoas.

As produções teóricas que tratam das alterações ocorridas nos processos de trabalho, das suas tendências de crescimento e da importância desses novos trabalhadores para a manutenção da racionalidade capitalista, do seu lugar nas relações de produção e da sua presença na luta de classes, evidenciam as dificuldades de definir conceitualmente o trabalho em serviços e precisar as atividades próprias deste campo tão complexo. Não é à toa que as hipóteses, teses e conclusões a este respeito se revelam díspares, contraditórias e por vezes insuficientes ao tratarem do real.²⁴ Para os fins deste estudo, tento apenas situar

²⁴ Ver, à guisa de exemplos, Aglietta e Brenda (1984), Braverman (1981), Burawoy (1990), Castro e Alfredo (1991), Clark (1990), Edwards (1978), Gorz (1980 e 1982), Harvey (1992), Nicolaus (1972), Offe (1991), Oliveira (1988), Pollert (1988), Poulantzas (1977 e 1978), Przeworski (1991), entre tantos outros.

o debate no campo marxista, precisando o meu entendimento - a partir do próprio Marx - acerca da *natureza do trabalho docente*.

Na década de 70, as análises e discussões epistemológicas, nas diversas vertentes marxistas, sobre o trabalho no setor de serviços estiveram freqüentemente embasadas na divisão social do trabalho e nas categorias marxianas de trabalho produtivo e improdutivo, assim como movidas pelos desafios da definição conceitual sobre as classes médias. O debate ocorreu sob o impacto da crise do capitalismo e das transformações que já ocorriam no mundo do trabalho nos países capitalistas centrais. Destacava-se, neste contexto, a complexidade maior da estrutura ocupacional e da divisão social do trabalho, que pareciam pôr em xeque a tese da bipolaridade crescente das classes sociais afirmada por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*. As elaborações teóricas voltaram-se, assim, para a afirmação - irrecusável - do crescimento de camadas ou categorias sociais que não pareciam constituir propriamente uma classe e sim grupos intermediários, situados entre as classes antagônicas fundamentais: burguesia e proletariado. Para o marxismo, tratava-se de tentar responder às críticas externas relativas ao seu fracasso em dar conta da complexidade da estrutura de classes na sociedade capitalista moderna e, ao mesmo tempo, aos desafios e impasses presentes no interior do seu próprio campo teórico.²⁵

A partir da segunda metade dos anos 80, com o aguçamento da crise capitalista mundial, a gravidade do quadro de desemprego estrutural, a complexidade da reestruturação produtiva e o desmoronamento do socialismo no Leste Europeu, têm proliferado vaticínios sobre o fim da sociedade do trabalho que questionam, pela raiz, o arcabouço marxiano de análise, notadamente no que se refere às categorias valor-trabalho, classes sociais e luta de classes. A "crise do marxismo" tomou a cena, num processo contraditório de negação-desvirtuação-reafirmação da singularidade do pensamento (teórico e político) marxiano.²⁶

O deslocamento dos eixos de discussão não compromete, a meu ver, a atualidade e validade (teórico-históricas) dessas categorias de análise, razão pela qual tento dimensionar o trabalho docente segundo a polêmica (e controversa) questão da *concepção de trabalho produtivo e trabalho improdutivo* em Marx. Este dimensionamento, mais do que atender a uma necessidade de coerência conceitual, visa situar o trabalho docente, como trabalho

²⁵ São emblemáticos, neste sentido, os trabalhos de Poulantzas (1977 e 1978) com sua tese da "nova pequena burguesia"; de Eric Olin Wright (1981), que defendia a idéia da existência de situações contraditórias dentro das relações de classe, de Braverman (1981), com sua tese da proletarianização das camadas médias, e de Martin Nicolaus (1972), que entendia a classe média como a "classe de trabalhadores em serviços ou servidores". Nesse debate, centrado na questão da conceitualização de trabalho produtivo e improdutivo, ficaram evidentes as controvérsias que ainda hoje persistem, a partir das leituras do próprio Marx. No Brasil, o trabalho de Décio Saes (1984) representou uma contribuição significativa para essa discussão.

²⁶ Nesta direção, são emblemáticos os trabalhos de Gorz (1982), Claus Offe (1989 e 1991) e dos adeptos do "marxismo analítico" (John Elster, 1989, e Adam Przeworski, já citado, entre outros), que ensejaram polêmicas e resgates da teoria marxiana (sobretudo enquanto "paradigma") como os feitos por Robert Kurz (1993) e Alex Callinicos (1992), entre outros.

intelectual, no universo fragmentado que hoje caracteriza o mundo do trabalho, buscando apreender, no contexto das relações sociais de produção, as suas vinculações com o capital e as virtualidades anticapitalistas desse trabalho que - por suposto - direcionam o movimento docente organizado na ANDES-SN.

Marx estabeleceu - e problematizou - essa distinção ao abordar o processo de trabalho em geral, em seu nexos intrínsecos com o processo de sua valorização, no desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista. Ele a explicitou e desenvolveu sobretudo no capítulo VI (inédito) de *O Capital*, tendo como referência básica que o "fim imediato" e o "produto por excelência" da produção capitalista é a mais-valia. Assim, por definição, somente poderia ser considerado trabalho produtivo aquele que gera mais-valia, que é "consumido diretamente no processo de produção com vista à valorização do capital", ou seja, a força de trabalho que se realiza como mercadoria num produto, valorizando diretamente o capital, por ser instrumento de sua autovalorização, de produção de mais-valia (Marx, 1969, p. 108).

Ele tinha claro que, com a subsunção real do trabalho ao capital no modo de produção especificamente capitalista, o agente real do processo de trabalho passava a ser o trabalhador coletivo, ou a "capacidade de trabalho socialmente combinada". Com o desenvolvimento e o aumento desta subsunção, seriam cada vez mais numerosas "as funções da capacidade de trabalho incluídas no conceito imediato de trabalho produtivo, diretamente exploradas pelo capital e subordinadas em geral ao seu processo de valorização e de produção". Na perspectiva do trabalhador coletivo e na materialidade do mundo da produção, deixaria de importar se a função deste ou daquele trabalhador, "mero elo do trabalhador coletivo", estivesse mais próxima ou distante do trabalho manual direto. (Marx, 1969, p. 110). Além disto, o trabalhador produtivo, ao vender trabalho vivo, seria um assalariado, o que é importante considerar sobretudo na abordagem do trabalho em serviços:

"Todo trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo. Quando se compra o trabalho para o consumir como valor de uso, como serviço, não para colocar como fator vivo no lugar do valor do capital variável e o incorporar no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. [O seu trabalho é consumido por causa do seu] valor de uso e não como trabalho que gera valores de troca, é consumido improdutivamente" (Marx, 1969, p. 111; grifos do autor).

Afirmações desta ordem levaram ao predomínio, na literatura marxista, da classificação do trabalho (e do trabalhador) em serviços como *improdutivo*. Mas o próprio Marx se encarregaria de complexificar esta distinção. O assalariamento crescente poderia induzir ao equívoco de tomar todos os trabalhadores assalariados como produtivos e também de recorrer ao assalariamento, "fenômeno característico da *produção capitalista* e por esta

gerado", para converter o trabalhador produtivo em simples assalariado, no trabalhador que "apenas troca seus serviços (quer dizer, o seu trabalho como valor de uso) por *dinheiro*", sem considerar a existência ou não da produção tangente de mais-valia no processo de trabalho (Marx, 1969, p. 112; grifos do autor).²⁷

Além disto, Marx também assinalava ser preciso ter em conta que, mesmo entendendo-se serviço, em geral, como apenas uma "expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa mas como atividade" (*idem*, p. 118), neste setor, um trabalho de idêntico conteúdo também poderia ser produtivo ou improdutivo (ainda que o caráter produtivo da maioria dos trabalhos em serviços configurasse apenas uma subsunção formal do trabalho ao capital, típica das "formas de transição" para o modo de produção "só formalmente capitalista"). No caso específico do trabalho docente, ele foi textual ao dizer que "um mestre-escola que ensina outras pessoas não é um trabalhador produtivo. Porém, um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento, é um trabalhador produtivo" (Marx, 1969, p. 115).

E mais: ao considerar a produção não material em que o produto não é separável do ato da produção, mesmo criando mercadorias, Marx concluiu que, pela natureza deste tipo de trabalho, o modo de produção capitalista só poderia ter lugar de maneira limitada, em algumas esferas: "nas instituições de ensino, [...] para o empresário da fábrica de conhecimentos, os docentes podem ser meros assalariados. Casos similares não devem ser tidos em conta quando se analisa o conjunto da produção capitalista" (Marx, 1969, p. 120).

Como apreender, então, o trabalho dos docentes do ensino superior no conjunto do processo de trabalho capitalista e na concretude da formação social brasileira?

Uma atualização histórica das categorias analíticas de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, sem a preocupação rígida de reafirmação epistemológica da sua validade, mas tomando-as em seu potencial de análise, permite o seguinte dimensionamento do trabalho realizado pelos docentes nas instituições de ensino superior:

- no caso dos docentes da *rede privada*, nas instituições que têm fins claramente lucrativos, eles seriam trabalhadores produtivos (a exemplo dos "mestres-escolas" citados);

²⁷ No caso dos impostos, por exemplo, o preço dos serviços estatais representaria "falsos custos de produção". Os impostos seriam "uma forma em si e para si acidental do processo capitalista de produção" e de "nenhum modo um aspecto condicionado por ele e que lhe é imanente ou necessário". Se todos os impostos indiretos se convertessem em diretos, nem por isso deixariam de ser pagos, mas deixariam de ser um "adiantamento do capital" e se tornariam "dispêndio do rendimento". Essa possibilidade de transmutação formal indicaria a sua "exterioridade, a sua indiferença e a sua acidentalidade em relação ao modo capitalista de produção", nada tendo a ver com a "relação entre o capital e o trabalho". Nessa mesma lógica, relacionando-se a "contratos estipulados entre adquirentes e vendedores de mercadorias, "os funcionários podem converter-se em assalariados do capital, mas não é por isso que se transformam em trabalhadores produtivos" (*idem*, pp. 113-114). (Marx se referia, aqui, a "processos judiciais", escrituras notariais", ou seja, a regulamentações do processo de trabalho e sua legislação, sem discriminar o setor público e o privado).

nas instituições ditas "confessionais" ou "comunitárias" ("sem fins lucrativos"), a lógica da produção da mais-valia está presente com idêntica força. O conceito revela-se, assim, ainda válido e atual, ensejando uma análise acurada das relações sociais desse trabalho com o capital segundo os tipos de instituições particulares e seus vínculos com o Estado, considerando inclusive os preceitos constitucionais vigentes;

- os docentes da *rede pública*, por sua vez, seriam improdutivos? Neste caso, é preciso considerar as relações Estado/universidade. Se, historicamente, a gênese e o desenvolvimento das universidades públicas estiveram conectados com a produção e disseminação dos conhecimentos requeridos para a reprodução do capital, através de intervenções dos diversos organismos do aparelho estatal nas atividades de ensino e pesquisa, vê-se, atualmente, uma mediação cada vez mais intensa do Estado capitalista na perspectiva de legitimar a penetração do projeto neoliberal nas universidades públicas. Os fundos de pesquisa existentes nessas instituições, os convênios e acordos estabelecidos com o empresariado, as políticas educacionais privatizantes e as prioridades estabelecidas pelo MEC - sem falar do grande repasse de recursos públicos para as instituições privadas - compõem, nitidamente e cada vez mais, um quadro em que a formação de "mão-de-obra qualificada" e as pesquisas (sobretudo nos setores de ponta da economia) se subordinam, predominantemente, às necessidades do capital, seja no plano das relações sociais da produção material no âmbito da reestruturação produtiva, seja no plano das relações sociais de produção mais amplas, do ponto de vista político-ideológico. Assim, é possível admitir que os trabalhadores das IES públicas, ainda que não produtores de mais-valia tangível, contribuam (direta e/ou indiretamente) para a lucratividade do capital, podendo ser considerados "produtivos" do ponto de vista da sua reprodução geral. A condição generalizada de assalariamento do conjunto da categoria docente e a sua iniciativa de organização sindical seriam indicativas ou reforçadoras, no caso, deste entendimento.

Com essas interpretações feitas, *em que medida a tentativa de dimensionamento dos trabalhadores docentes dentro desses parâmetros interessa ao presente estudo?*

No meu entender, de diversos modos. Em primeiro lugar, considerando a natureza do trabalho em serviços, cujo processo de trabalho não se desvincula do produto e tem consumo imediato, é cabível supor que a produção do trabalho (intelectual) dos docentes, além de contribuir para a lucratividade do capital, dadas as relações historicamente estabelecidas entre Estado e universidades (públicas e privadas), dentro dos limites já assinalados da condição de dependência do capitalismo brasileiro, destaca-se também pelo seu papel na afirmação da reestruturação produtiva em curso (sobretudo pela produção de intelectuais orgânicos que servem aos interesses das classes sociais em oposição e conflito) e por constituir mediação específica e importante para a legitimação ou superação da

racionalidade capitalista.

Em segundo lugar, o caráter "produtivo" do trabalho que realizam, conforme as interpretações feitas, demonstra o poder virtual de interferência dessa categoria profissional na perspectiva da luta de classes, quer diante do conjunto dos trabalhadores em serviços - cuja importância é crescente relativamente à redução da classe operária estrito senso, conforme analisada por Marx -, quer diante do conjunto fragmentado e heterogêneo das classes trabalhadoras, contribuindo para a articulação das suas lutas e na construção da necessária identidade das classes subalternas em torno de projetos sociais emancipatórios.

Finalmente, o caráter "produtivo" do trabalho docente, considerado a partir das suas relações diferenciadas (professores do setores público e privado) com o capital e com a produção do lucro, enseja a reflexão sobre o tratamento (diferenciado) dado pelo capital a essa categoria profissional, de um lado, e sobre o rebatimento dessas diferenciações nas formas, prioridades, estratégias e táticas de luta sindical desenvolvidas pelos professores organizados na ANDES-SN, de outro. Feitas essas considerações, passo a abordar as especificidades do trabalho docente, respaldando-me em algumas análises produzidas (a título de exemplos) e nas visões de dirigentes da ANDES-SN a este respeito.

O trabalho docente na visão dos seus protagonistas

O teor das discussões: uma breve amostragem

A natureza e as especificidades do trabalho docente têm sido objeto de discussão do próprio movimento docente, sobretudo quando aborda (não por acaso e em contraposição à lógica governamental) a questão da avaliação institucional, constantemente tematizada pelas iniciativas e investidas (de cunho empresarial) do governo federal, em diferentes contextos.²⁸ Em geral, o debate tem-se centrado nos aspectos relativos à concepção do próprio trabalho docente, em que se destacam o seu conteúdo filosófico e ideológico, a sua função social, a sua qualidade e o próprio cotidiano (rotinizado) desse processo de trabalho. Esta própria discussão constitui um traço marcante da singularidade da ação sindical da ANDES-SN. Parcela significativa dos docentes, sindicalizada, convida a categoria a debater o seu próprio trabalho, no contexto da instituição em que ele se realiza. Sua condição de trabalhadores intelectuais, não apenas pela natureza desse trabalho em si mesma (dada pela divisão social do trabalho), mas também pela sua influência na organização e ação sindicais que desenvolvem, torna esse fato algo singular, ainda que não surpreendente. Ao mesmo tempo, ilumina uma das especificidades desta ação sindical.

A abordagem da *concepção do trabalho docente* no interior do movimento mostra-se

²⁸ A questão da avaliação institucional será abordada em sua relação com a ação sindical da ANDES no campo da política educacional.

particularmente rica no tratamento da dimensão da alienação (do estranhamento) nele presente.²⁹ O estranhamento expressar-se-ia na ausência de participação do docente na definição dos fins do seu trabalho e de controle coletivo sobre a destinação da produção/disseminação do saber:

"Trabalhamos numa universidade em que a maior parte dos professores processa e reproduz uma perspectiva sobre o conhecimento e o saber adequada ao crescimento e avanço do capitalismo. O positivismo e o cientificismo eliminaram a possibilidade de conhecimento como processo. Substituíram rigor por precisão - e rigor significa questionamento, que não se estabelece pelo método individual, mas através da discussão pública da visão de cada um. A precisão tornou-se metodologia. Ao mesmo tempo, a questão do conhecimento se transformou numa questão de utilidade" (Miraglia, 1989, p. 63)

"A alienação do trabalho é uma forma específica da relação do docente com o seu trabalho. Tratando-se de um trabalho eminentemente intelectual, em termos da divisão do trabalho existente [...], é mais fácil para um professor, do que para muitas outras categorias, chegar à discussão sobre a natureza e o destino do seu próprio trabalho. O projeto de formação dos centros de excelência voltados para a pesquisa, no Brasil, tem tido a sua ponta de lança na instituição de uma avaliação do desempenho dentro da universidade. Ora, esta avaliação vai significar, também, uma orientação e uma discussão sobre a natureza e o destino do trabalho universitário. Só que, do modo que ela vem sendo implementada, isto significa que esta discussão se reserva àqueles grupos, dentro da universidade, dentro do sistema de ensino superior, que são grupos de decisão da política global de ensino" (Aguar, 1990, p. 10).

Criticando a racionalidade vigente, que subordina a produção do conhecimento e os seus resultados aos imperativos do desenvolvimento capitalista, essas análises reforçam a retrospectiva histórica apresentada no início deste capítulo sobre as relações Universidade/Estado e os fins da instituição universitária, ao mesmo tempo em que assinalam o caráter utilitário/mercantil do conhecimento, a estrutura discriminatória em que ele é produzido e, pois, a perda de controle do conjunto dos docentes sobre a sua destinação social. Elas situam, assim, o patamar das condições sociais em que se verifica o "estranhamento", como elemento que obstaculiza o processo de formação de uma

²⁹ O trabalho alienado tem uma centralidade marcante na obra de Marx, razão pela qual o conceito foi muito divulgado e vulgarizado. No senso comum, a alienação é tomada como "falta de consciência dos problemas sociais e políticos", o que se traduz, na linguagem militante, pela falta de consciência, pelo trabalhador, das condições de exploração e opressão que lhe são impostas pelo sistema capitalista. A complexidade da questão, nos escritos marxianos, tem ensejado aprofundamentos. Marx utilizava quatro expressões muito próximas: alienação, estranhamento, exteriorização e objetivação. A maioria das traduções brasileiras as considera sinônimas, mas o próprio Marx, embora não tendo explicitado as diferenças fundamentais entre os termos, os utilizou diferentemente, em passagens diversas. Os lukácsianos, por darem peso à questão da consciência de classe, se detiveram nessa diferenciação. Istvan Mészáros, em *Marx e a Teoria da Alienação* (1970), considera que, quando a ênfase da análise recai sobre a exteriorização ou objetivação do trabalho, Marx utiliza o conceito de alienação, recorrendo ao estranhamento, por sua vez, para designar o fato de que o homem está encontrando uma oposição por parte de um poder hostil, por ele criado. Deste modo, a alienação seria inerente a todo processo de objetivação do trabalho, ao passo que o estranhamento traduziria mais fortemente a perda da condição humana, em decorrência do dilaceramento do ser social, ou da existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento pleno e efetivo do homem. Logo, todo estranhamento suporia alienação, mas nem toda alienação significaria estranhamento. Para fins desta abordagem, a alienação discutida pelo movimento docente é entendida como estranhamento, ou seja, na sua dimensão desestruturante e opressora, que avilta o trabalho (individual e coletivo). Trata-se de um aspecto importante a ser considerado na concepção do trabalho docente, sobretudo se tomarmos a questão da consciência de classe, gramscianamente, como um dos elementos constitutivos do processo de formação da identidade de classe.

identidade de classe, seja no plano econômico-corporativo restrito à categoria profissional no seu todo, seja na perspectiva de sua contribuição para a afirmação da identidade de classe do conjunto dos trabalhadores organizados.

A questão do *conteúdo filosófico e ideológico* do conhecimento produzido e da *neutralidade científica*, em decorrência, são também enfatizadas:

"O conhecimento é um ente produzido publicamente e na relação entre os seres humanos - não é propriedade particular de quem quer que seja. Mais modernamente, temos a questão do positivismo e da tecnocracia que o acompanha - esta é a ideologia que anda na cabeça dos cientistas com os quais convivemos na Universidade [...]. Há uma ruptura nesse pensamento quando Marx identifica o conhecimento com a consciência da relação que se estabelece, numa sociedade, em função das forças sociais no interior da mesma. Ao apontar nessa direção, ele aproxima o saber e o interesse. Não existe, assim, ciência neutra, saber neutro: o saber é constituído na relação social" (Miraglia, 1989, p. 64).

Se o estranhamento está presente na definição dos fins e da destinação social do trabalho docente, o produto deste trabalho também é marcado pelas clivagens político-ideológicas, pelas discriminações e pela fragmentação que o determinam, no contexto das relações de força da sociedade. O mesmo pode ser dito com respeito à *qualidade* do trabalho realizado. Marcada por essas dimensões históricas, a qualidade do trabalho docente enseja o debate sobre o projeto de universidade que o movimento docente pretende defender, na perspectiva do "desestranhamento" que contribui para a criação de uma identidade coletiva voltada para os interesses das classes trabalhadoras.

"A qualidade não é apenas uma questão de competência técnico-profissional [...]. As universidades brasileiras têm que ultrapassar sua atual condição. A qualidade se baseia na indissociabilidade entre ensino, pesquisa (produção do saber) e extensão. Não é apenas fazer ensino vinculado com pesquisa e extensão, mas fazê-lo ao nível dos padrões contemporâneos de desenvolvimento científico-tecnológico e de acordo com a realidade histórico-social. Cabe perguntar que ensino e que conhecimento nós queremos - que padrão de universidade queremos. Devemos ter a liberdade de investigação, sem a qual não há descoberta significativa a ser feita. Devemos ainda pôr em discussão com a comunidade as necessidades que o saber precisa atender. Não basta trabalhar isoladamente e perder de vista o conjunto de todas as áreas" (Limoeiro, 1989, p. 61).

Preocupações semelhantes orientam a análise do cotidiano do processo de trabalho, crivado pela fragmentação do saber, pelo individualismo e pelos próprios limites à liberdade de pesquisa (difusamente percebidos, em suas dimensões sociais mais amplas). O estranhamento, neste caso, manifestar-se-ia de formas semelhantes (embora específicas) àquelas observadas em outros processos de trabalho:

"Dentro deste quadro, mais e mais se coloca para o docente uma perspectiva de que o seu trabalho é algo mecânico: assim como o trabalho do operário de uma linha de montagem é colocar aquela peça no lugar, o seu trabalho se torna, também, cada vez mais, o de colocar uma peça dentro de uma engrenagem cujo alcance, cujo sentido, lhe escapa completamente e é determinado, na verdade, de fora, muitas vezes até de fora do próprio sistema. Dentro desta visão, o trabalho universitário é visto como formador de um grande banco de dados, de

preferência informatizado, à disposição daquelas instâncias sociais que a ele, por condições de financiamento, por condições de riqueza, de participação na riqueza, a ele teriam acesso. Portanto, a função do professor universitário seria a de contribuir para a formação desse enorme banco de dados, do qual - e do seu trabalho - vai retirar simplesmente aquilo que lhe cabe, isto é, o seu salário. É por isto que [...] existe, como perspectiva para o sistema de ensino superior no Brasil, [a possibilidade] de aumentar a taxa de alienação que, claro, dentro de uma sociedade capitalista como a nossa, é inerente à própria noção de trabalho, seja em que nível ele se coloque" (Aguilar, 1990, p. 10).

Além de explicitar, por analogia, as dimensões de estranhamento também presentes no cotidiano do trabalho docente, esta análise salienta o caráter "produtivo" deste trabalho para a lucratividade do capital e para a legitimação da ordem capitalista. É preciso atentar, contudo, para uma característica marcante: a sua *relativa autonomia*, que explica, entre outras razões, a possibilidade de formação/aglutinação de intelectuais orgânicos das classes subalternas - na perspectiva da construção da sua identidade - e a própria organização nacional dos docentes em moldes sindicais:

"O professor nas aulas, com o giz na mão frente aos seus alunos, com o lápis e papel na sua sala, com os aparelhos e computadores no seu laboratório, tem certo poder, tem bastante controle sobre o que faz, por mais opressivas que sejam as regras que lhe são impostas. Seria ingênuo tratar como homogênea a categoria dos professores ou apelar para a abstrata comunidade acadêmica como progressista ou supor que não há alienação nem apropriação do seu trabalho. Mas cabe ao movimento docente colocar estas questões de conscientização do professor, de sua responsabilidade social, não só na militância política, mas também no seu trabalho acadêmico diário" (Pinguelli Rosa, 1984, p. 114).

As análises aqui destacadas traduzem os parâmetros nos quais a natureza do trabalho docente vem sendo abordada pelos professores em seu movimento sindical. Tratando-se de discussões ocorridas neste espaço, compreende-se que suas preocupações centrais sejam as de incentivar o debate e a reflexão crítica sobre o próprio trabalho e a sua avaliação, em detrimento de precisões teóricas e conceituais inerentes ao tema. São discussões ainda recentes, cujo objetivo político é definir estratégias de reversão desse quadro, rumo à construção/afirmação de um projeto alternativo de universidade e sociedade. Mas a dimensão alienante do trabalho docente também aparece nas análises acadêmicas:

"A prestação de serviços [não] escapa da rotina e da alienação. A imaginação solta ao nível dos indivíduos se resolve concretamente num desperdício monstruoso. O professor pulando de aula em aula, o médico saltando em poucos minutos o obstáculo da consulta, o engenheiro transformado em vendedor de produtos sofisticados, quando não é o bancário atrás do caixa e o escriturário sentado em sua mesa, todos eles assistem a suas vidas passarem metrificadas pelos sinais e pelos relógios de ponto, consumidas por ações que nem mesmo se iluminam pela beleza do produto, todos enfim enquadrados numa segunda natureza que comanda anonimamente o funcionamento das coisas e dos homens. O desperdício, a irrazão, a falta de sentido, tudo isso se perde na rotina duma sociedade que desmembradamente não relaxa um momento os processos de sua monótona reposição" (Giannotti, 1987, p. 24; grifos meus).

O caráter desestruturante e fragmentado do trabalho docente é situado, nesta análise, no cotidiano do conjunto dos trabalhadores do setor de serviços. A citação seguinte assinala

o rebatimento da visão utilitarista dos tecnocratas - para os quais a universidade deve ser "cega empresa produtora e reprodutora das relações capitalistas" - no cotidiano de trabalho, destacando a contradição vivida pelos que buscam o exercício crítico sobre os usos que se fazem do conhecimento que a instituição transmite e produz:

"Tal situação determina que o cientista, o intelectual, o professor universitário que participa do sistema e assume ao mesmo tempo uma práxis de mudança social esteja marcado necessariamente por uma contradição fundamental, objetiva, entre as condições de produção do conhecimento e as condições políticas em termos das quais procura inserir o seu trabalho. Ele tem consciência de que a função prevista da ciência e dos trabalhadores científicos, na sociedade capitalista, é a de reforçar o controle social do sistema sobre as classes dominadas. Por um lado, este controle é exercido através da divisão que separa as tarefas intelectuais das tarefas manuais, concentrando obviamente as primeiras nas mãos de uma minoria. Por outro lado, como explica André Gorz, 'o controle social do sistema se exerce sobre os próprios trabalhadores científicos, por meio de uma ciência da qual só aparentemente são detentores, já que esta ciência é deturpada, dividida e distribuída entre os especialistas de forma a impedir-lhes uma utilização autônoma e a perpetuar o poder do capital sobre a produção e a aplicação do conhecimento. O cientista, nesta perspectiva, é um agente dominado da ordem burguesa" (Marchetti, 1980, pp. 83-84).

Essas análises, ao apontarem as "múltiplas determinações" que condicionam o trabalho docente, vão configurando o quadro das suas especificidades nos marcos da visão de mundo e das preocupações que orientam este estudo. Elas se completam com as análises mais recentes de alguns dos dirigentes da ANDES-SN, obtidas a partir das entrevistas realizadas.

O olhar dos dirigentes sindicais

As especificidades do trabalho docente foram abordadas, nas entrevistas, a partir de uma distinção inicial entre este trabalho e o de outras categorias profissionais, notadamente no setor de serviços. A distinção centrou-se, claramente, na divisão social do trabalho, marcada pelas diferenciações entre trabalho intelectual e manual, conforme ilustrado pelos comentários seguintes, que, em sua maioria, relacionam essa diferença diretamente ao tratamento a ela dado pelo movimento docente organizado na ANDES-SN:

"Eu tenho plena convicção de que o professor também é um trabalhador, de que a gente desenvolve uma ação transformadora também; só que, na verdade, a gente transforma as idéias e não a matéria, como vários trabalhadores. Dessa forma, sou um trabalhador intelectual, que trabalha no campo das idéias, um trabalhador cujo objeto de trabalho são as idéias, as pessoas" (Mauro Del Pino, 30/11/94)

"Nós não somos simplesmente trabalhadores. É um equívoco muito grande as pessoas encaminharem a questão desta forma. O trabalho intelectual é de outra natureza. O biólogo que está lá no seu laboratório e está encantado com as suas experiências, ou o cientista social que está fazendo pesquisa, pensando no mundo, coisas assim, trabalha com um horizonte de referência muito diferente do horizonte de referência de um trabalho rotinizado, mecanizado, que o velho Marx chamaria de alienado (vamos colocar entre aspas). É um outro tipo de trabalho. Esta dimensão foi sendo cada vez mais esquecida, inclusive porque [...] é tratada, na universidade, segundo mecanismos que já estão instituídos: departamentos, conselhos, esse

conjunto. O que fez com que, na minha opinião, a ANDES cada vez mais se especializasse, no sentido weberiano do termo, numa dimensão, que é a mais sindical, com uma conotação política, durante um bom tempo, que era a eleição de representantes” (Renato Ortiz, 7/7/95)

“Nós somos servidores públicos, mas, dentro do serviço público, somos nós que ensinamos e pesquisamos, porque os outros não fazem isso. Nós é que ensinamos e pesquisamos e nós temos que olhar para isso. Porque eu também não sou a favor de nos separarmos dos servidores públicos [...], mas temos que manter as especificidades de trabalhador do setor intelectual. Porque o conjunto dos servidores públicos não é de trabalhadores típicos do setor intelectual; às vezes você trabalha, no setor médico-hospitalar, como em qualquer negócio, em qualquer hospital, em qualquer clínica” (Sadi Dal Rosso, 30/3/95).

Diferenciações desse tipo, com seus diversos matizes, indicam que os dirigentes nacionais da ANDES-SN têm em conta o crivo da divisão social do trabalho ao pensarem o movimento nas suas relações com a instituição universitária e, talvez, sobretudo, ao enfrentarem as dificuldades de relacionamento com o conjunto organizado (sindicalmente) das classes trabalhadoras.³⁰ Este crivo se evidencia, também, em considerações sobre a visão dos demais trabalhadores e do conjunto da sociedade acerca do trabalho docente.

Relembrando diálogos recorrentes com trabalhadores do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, Carlos Martins aludiu ao fato de que os professores sempre tentavam convencê-los de que eram também trabalhadores, ao que eles respondiam: “Não, vocês não são trabalhadores, vocês são professores”. A comparação de contracheques, mesmo que favorável aos petroleiros, não os fazia mudar de idéia: eles se consideravam trabalhadores, embora a maior parte da sua diretoria trabalhasse em escritório, e “os professores eram outra coisa”. Com base neste exemplo, ele manifestou seu entendimento de qual deve ser a natureza da relação específica dos docentes com o conjunto dos trabalhadores organizados e com a sociedade, assim como a sua preocupação fundamental e própria, no local de trabalho e neste universo sindical:

“Eu acho que é fundamental que a gente entenda que há essa visão por parte dos trabalhadores (entre aspas) e há essa visão por parte dos professores, também. Então, não me parece que a solidariedade necessária, ou a solidariedade possível, é eu ir para uma assembleia de docentes ou, eventualmente, para um congresso de trabalhadores e ficar batendo no peito, dizendo: ‘eu sou tão trabalhador quanto vocês!’ Mas é eu assumir qual é a nossa especificidade na divisão social e técnica do trabalho e pensar como é que nós, especificamente, enquanto professores, podemos pensar a universidade de um modo que não seja, simplesmente, um mecanismo de privatização. O que me parece complicado, nesse processo, é o entendimento de que, para fazer isso, é preciso assumir que eu sou um trabalhador, sim, mas eu sou um trabalhador diferente, eu não bato cartão. Tenho *muito mais liberdade e também muito maior poder de interferência no processo de trabalho*, eu diria assim” (Carlos Martins, 15/4/95; grifos meus).

Este entendimento, reconhecido pela maioria dos entrevistados, é também a base da crítica a uma cultura que valoriza mais, socialmente, a própria distinção entre trabalho

³⁰ Esta questão será retomada e aprofundada no tratamento das especificidades da ação sindical da ANDES-SN, da sua dinâmica de funcionamento e de suas dificuldades de inserção orgânica na CUT. Ver capítulos 4, 5 e 7.

manual e trabalho intelectual, em detrimento das virtualidades positivas daquilo que fundamenta esta divisão, ou seja: a especificidade do trabalho docente, em si mesma e em seu contexto histórico:

"A sociedade nos enxerga de uma forma e a gente também se enxerga meio que parecido com a imagem que a sociedade faz da gente. A gente acaba sendo aquele bicho meio esquisito, não é? O conjunto da categoria tem uma dificuldade muito grande de se enxergar como trabalhador comum, que nos últimos tempos vem tendo um achatamento de salário enorme e que não pode mais reproduzir o padrão de vida que gostaria de ter e já teve, em décadas passadas. Quer dizer, a gente se coloca numa condição de falta de recursos financeiros para reproduzir a tal intelectualidade da mesma forma como ela se constituía. Você começa a ter pessoas, também, que entram na universidade e não têm a mesma trajetória dos nossos intelectuais passados, são pessoas que vêm de uma certa democratização do acesso ao ensino superior, que já são filhos de trabalhadores. Então, isto também faz um recorte diferenciado: você começa a ter um embate interno entre essa nova geração e a geração que já está posta. Você poderia ter a especificidade do trabalho docente muito mais bem trabalhada na cabeça daqueles, inclusive, que o desenvolvem. Não dá para negar, é claro, que a gente é uma categoria específica, que tem os seus traços, que tem uma determinada identidade. Mas nem sempre os traços positivos dessa identidade têm sido ressaltados da forma como deveriam. Eu acho que a gente poderia aproveitar muito mais esse traço da especificidade do trabalho acadêmico, intelectual" (Maria Valéria Veríssimo, 2/12/94).

Além da ênfase nos aspectos sócio-culturais dessa distinção, Maria Valéria Veríssimo introduz em sua análise a problemática do assalariamento em massa e do achatamento salarial dos professores universitários, referida na primeira parte deste capítulo. Este processo, que incluiu uma política educacional crescentemente privatizante, ao produzir profundas mudanças nas condições de trabalho e de vida da categoria docente, forjou identidades que se conflitam e se diferenciam, tanto no cotidiano de trabalho (cada vez mais precário) das universidades como no interior do próprio movimento docente, imprimindo uma heterogeneidade historicamente nova ao conjunto da categoria e pondo em xeque a própria qualidade do trabalho realizado.

Preocupações desta ordem estão presentes nas análises de outros dirigentes, que questionam pela raiz o exercício da especificidade do trabalho docente na atual conjuntura, em face da luta pela sobrevivência no grave quadro de desemprego estrutural. Sem negar a divisão social do trabalho, João Carlos Cousin acredita que a distinção do docente em relação aos trabalhadores em geral está calcada na própria prática docente:

"O que diferencia um professor dos outros trabalhadores? Eu acho que há professores e professores. Tem um monte de professores aí que não se diferenciam, que de repente são professores porque conseguiram ser professor e não outra coisa. Então, eu acho que tem uma diferenciação, a gente inclusive está trabalhando esse perfil do professor. Como é que eu vejo o professor? Alguém que tem que ser agente, um agente de transformação da sociedade, que acredita que, acima de tudo, o indivíduo tem que se alimentar, crescer e se educar, para poder dar a sua contribuição a essa sociedade. É assim que eu vejo o professor, o que o diferenciaria de um bancário" (João Carlos Cousin, 30/11/94).

Esta concepção do trabalho docente expressa uma visão de mundo política e ideologicamente orientada para a transformação social, que é compartilhada pela maioria dos entrevistados. Desta perspectiva, as especificidades desse trabalho são definidas, centralmente, em termos da sua função e destinação social, do seu impacto social:

“Eu vou falar do ponto de vista do resultado social mesmo. Porque não há desdobramento algum do trabalho de um bancário, ou de qualquer outro trabalho, que não seja você estar contribuindo para a acumulação do capital, para a lógica da exploração do assalariado. Mas o trabalho que você faz de formação profissional ... A educação é uma alavanca, do ponto de vista do desenvolvimento de uma sociedade. E, numa sociedade em que se pretende avançar enquanto tal, tem de haver uma base cultural, educacional, porque daí deriva a base científica e tecnológica que o nosso trabalho propicia. Aliás, pressupõe, porque nós não podemos fazer formação se não formos formados. Quer dizer, nós estamos mexendo com um dos pilares sociais fundamentais para a construção de uma sociedade soberana, para usar um termo que já está meio desgastado ou em desuso” (Lineu Carlos Maffezoli, 8/5/95).

Esta ênfase na educação como alavanca social, como pilar da construção de projetos políticos, está fortemente centrada, na visão dos dirigentes da ANDES-SN, na responsabilidade social do docente com a formação profissional dos alunos, sem que se perca de vista as demais dimensões presentes no seu trabalho. Para Hideo Araki, a especificidade do trabalho docente reside justamente no fato de

“[...] poder elaborar intelectualmente, compreender essa situação toda, procurar abranger a questão mais global da sociedade. Mesmo os professores que não têm esse envolvimento lidam com a formação dos profissionais que estarão colocados na sociedade. A responsabilidade, que deveria ser de todos, é a de estar formando profissionais não só estrito senso. Por exemplo, a minha área é Engenharia; então, deveríamos estar formando não só engenheiros para se encaixar em uma atividade, mas cidadãos que pudessem analisar a sua inserção na sociedade. Infelizmente, em grande parte da universidade, sabemos que isso não ocorre, principalmente nas áreas técnicas” (Hideo Araki, 2/12/94).

A consciência dessa responsabilidade social, definidora, por excelência, do trabalho que os professores universitários realizam, se faz acompanhar do reconhecimento de seu poder de formar opinião, na perspectiva da educação como processo crítico de acesso ao conhecimento:

“Nós somos professores. E, pelo fato de sermos professores, nós já temos incorporada essa coisa de formar opinião, de ensinar, de propor, de desafiar as pessoas a adquirirem novos conhecimentos. Naturalmente, sem preconceituar que apenas o conhecimento que fazemos é válido, tendo uma relação de conhecimento bem diferente da que nos impuseram. O que nos diferencia é essa coisa da formação, mesmo. Você tem um papel na sociedade, você é um professor, você aprendeu algumas coisas e acha que essas coisas [...] precisam e devem ser compartilhadas” (Maria da Graça Bollman, 2/12/94).

A responsabilidade social pela formação dos estudantes, em face das adversidades do quadro educacional brasileiro, parece definir, portanto, para os dirigentes da ANDES-SN, a especificidade de um trabalho referenciado pela concepção de educação como elemento constitutivo básico da cidadania, em suas dimensões ético-políticas e em seu caráter público:

“O trabalho do professor universitário tem uma certa empatia ou coisa parecida com a questão da verdade. A gente sabe que a verdade não é uma revelação, [ela] é, fundamentalmente, uma construção histórica, social. Mas isto não quer dizer que seja arbitrária; ela é verdade, no sentido ontológico do termo, desde que contribua para o fortalecimento do espaço público, ou seja, da dignidade moral e ética dos indivíduos, [podendo] ser, portanto, questionada, submetida à ação consciente, livre, racional, dos indivíduos. Se o trabalho docente tem uma empatia com a verdade, ele também é um trabalho vocacionado para a vida pública. Há a questão, também, da formação de gerações. Nossa universidade se tornou uma instituição de massa, preocupada com a formação profissional. Então, a gente perde um pouco essa noção, mas eu acho que ela tem que ser resgatada permanentemente. Nós temos um contato privilegiado com as novas gerações. E não é no sentido de que passam pelas nossas mãos; é no contato com as suas angústias: nós participamos da vida delas num momento importante” (Renato de Oliveira, 1/12/94).

Com essas ênfases e esse teor de preocupações, alguns dos dirigentes entrevistados desnudaram ainda mais a sua apreensão das especificidades do trabalho realizado pela categoria ao apontarem os problemas e desafios presentes no cotidiano universitário, centrando-se na atividade de ensino, coerentemente com o destaque dado à responsabilidade social pela formação das “novas gerações” de profissionais. Neste sentido, são contundentes as críticas à qualidade do trabalho realizado, bem como ao corporativismo existente na categoria. Esses problemas são contextualizados, evidentemente, como resultantes, em grande parte, da trajetória histórica do trabalho docente, em suas relações com a instituição universitária e com o Estado, o que diferencia essas análises das críticas correntes à universidade e ao professor universitário veiculadas pelas classes dominantes através da mídia, que os desqualificam deliberadamente, escamoteando as raízes históricas dos vieses, distorções e precariedades existentes. Ao mesmo tempo, elas não eximem o movimento docente do desafio de enfrentá-las, revelando leituras diferenciadas do papel que vem exercendo a esse respeito:

“Eu costumo brincar e dizer que existem duas leis não escritas que regem a universidade brasileira e o movimento docente nunca atentou para elas, que são [...] fundamentais. A primeira é que o estudante que entra, sai, inevitavelmente - é só uma questão de tempo e de ter saco suficiente para fazer as disciplinas que precisa fazer. [...] Essa é uma primeira lei não escrita que o movimento docente nunca enfrentou porque ficou amarrado na questão ideológica do todo mundo tem direito de. Direito de que, exatamente? Todo mundo tem direito a diploma? [...] Em que momento nós enfrentamos a questão de que a universidade, para além de todo o discurso ideológico, é uma instância que atribui a possibilidade legal de cidadãos exercerem determinadas profissões que têm incidência sobre a vida social? Que o engenheiro é um cara que tem responsabilidades sobre prédios que caem em cima das pessoas? Que um médico é um cara que tem responsabilidade legal que implica na vida das pessoas? Nós nunca assumimos isso, assim como nós nunca enfrentamos a outra lei não escrita: professor que entra não sai mais. Mesmo que ele seja incompetente, mesmo que não produza, mesmo que use a universidade como cabide, ele não sai. [...] Se nós não temos coragem de encarar isso, que diabos significa ficar falando da universidade, de função social da universidade ou da responsabilidade que nós, enquanto corpo docente, temos com a política educacional, com a política científica e tecnológica?” (Carlos Martins, 15/4/94).

Na verdade, está em questão o famoso “pacto da mediocridade”, conforme o jargão

utilizado por alguns docentes: o professor faz de conta que ensina, o aluno faz de conta que aprende e tudo prossegue, aparentemente, na mais perfeita lógica individualista de uma racionalidade ditada pela lógica do mercado, pelo “salve-se quem puder”. Lineu Maffezoli configura esse quadro do ponto de vista da postura predominante do alunado:

“Perdeu-se essa dimensão da educação não ser apenas [uma] escada para a ascensão social. A cultura do diploma ainda está muito presente, mas a cultura do saber, não. A busca do diploma [...] parece não pressupor mais o saber. E nos faz enfrentar, na sala de aula, uma certa aversão [ao] conhecimento, à teoria, o que, efetivamente, é uma dificuldade: saber [...] requer esforço, requer um processo, uma certa perseverança, uma certa organização do espaço cotidiano de vida. Nós não podemos criar, na cabeça das pessoas, a ilusão de que vão ter conhecimento estudando na véspera de uma prova, lendo meia dúzia de apostilas. Isto é a banalização do saber, o desprezo pelo saber, pelo conhecimento. É como se a universidade habilitasse, pelo diploma, para você entrar num mercado para aprender, o que não é estritamente falso, do ponto de vista do cotidiano das pessoas. Porque há um requerimento de que as pessoas não pensem, apenas façam, executem, embora isto tenda a ser recolocado pelo desenvolvimento do que alguns chamam de Terceira Revolução Industrial” (Lineu Carlos Maffezoli, 8/5/95).

Para Francisco Miraglia, também os docentes tornaram-se “intelectualmente raquíticos”, o que não representa uma discussão nova, mas que deve ser atualizada:

“A gente tem uma concepção de universidade como um corpo orgânico de intelectuais, mas o pessoal aparentemente topou essa história de sacolão de especialistas: como se ela fosse uma grande sacola onde você joga um monte de especialistas dentro. [...] Agora, por outro lado, por força da luta, a direção política do movimento docente produz uma quantidade e um volume de material que, na minha opinião, em geral é de muito boa qualidade. Mas a perspectiva de ler, do pensamento analítico ... essa ‘pós-modernidade’ traz a tendência a acabar com isso, a nos fazer acreditar que é possível codificar idéias de uma maneira tão simples que você não precisa mais pensar. Quando na realidade é justamente o contrário.[...] Na minha opinião, você tem que conviver com essa dificuldade, com essa tensão: tem que conseguir melhorar os meios de comunicação, mas tem que continuar produzindo idéias do mesmo jeito” (Francisco Miraglia, 13/12/94).

O aprofundamento desse estilo cientificista e empresarial de tratar o conhecimento, para Francisco Miraglia, tende a agravar a situação, porque não só produz como aprofunda o raquitismo intelectual, com sérias repercussões na formação dos alunos, dada a difusão do desprezo pela atividade intelectual integradora. Caberia ao movimento docente atuar decididamente na perspectiva de uma contratendência, tendo claro que não existem soluções fora de articulações globais de problemas e que a própria estrutura de poder universitária deve ser questionada, na medida em que, ao fragmentar o saber, facilita a ação desintegradora do projeto neoliberal. Exemplo marcante da necessidade de discussões globalizantes, democráticas e críticas do trabalho docente é o tratamento dado à questão da “qualidade total” na USP:

“Essa história da qualidade total entra um pouco para o nosso campo e se você não fizer a distinção conceitual, de que nós queremos discutir também a direção, a natureza e a destinação do trabalho, fica parecendo que é a mesma proposta, [quando] existe uma resistência muito

grande no meio empresarial a fazer parte dessa proposta participativa. Agora, isso não é trazido para a universidade. A discussão da qualidade total, ninguém fala nisso. Porque aqui, dada a especificidade do trabalho, se você discutir o rumo, você está discutindo a natureza também; [...] porque qualidade total, aqui, é muito parecida com a nossa proposta: se discutirmos como é que nós vamos fazer o trabalho, vamos discutir o que ele é também, o que acontece de modo diferente com o metalúrgico, o petroleiro etc. Então, não tem essa proposta de discussão aqui, o que é de um cinismo à toda prova, na minha opinião" (Francisco Miraglia, 13/12/94).

As concepções sobre o trabalho docente e os problemas e desafios postos ao exercício concreto deste trabalho se completam com a visão dos dirigentes da ANDES-SN acerca da própria relação entre trabalho e militância, compondo o conjunto de traços que singularizam a ação sindical dos docentes universitários.

A relação entre trabalho docente e militância sindical

Os depoimentos colhidos traduzem muito da trajetória pessoal dos entrevistados, relacionando-se, ainda, à área de conhecimento em que atuam, ao tipo de instituição (pública ou privada) a que pertencem e ao momento em que exerceram (ou exercem) a sua militância, como dirigentes nacionais, na ANDES-SN. Eles não permitem, sequer como amostra, nenhuma análise generalizante a este respeito; ao contrário, são apenas indicativos das diferentes visões dos dirigentes. Mas são também bastante ilustrativos de questões centrais referentes à relação entre trabalho docente e militância sindical, que dão a marca das especificidades de ambos.

Há um reconhecimento significativo, da parte da maioria dos que se manifestaram a respeito, de que a militância interfere objetivamente na atividade docente. Esta interferência parece ser mais acentuada, como ônus, entre os que militaram ou ainda militam em instituições particulares de ensino. Carlos Martins acentuou as restrições impostas à atividade intelectual *stricto sensu*:

"Seguramente, há um prejuízo, que é muito grande, do ponto de vista da vida profissional, para nós. Neste sentido, o nosso sindicalismo é claramente diferenciado. Falar nos prejuízos para a vida profissional que a atividade sindical possa trazer, para nós, é uma coisa completamente distinta do que pode ser para os bancários, os metalúrgicos [...]. Trata-se, sim, de uma especificidade do nosso trabalho, na nossa condição de vida intelectual. Porque, de fato, eu acho [...] extremamente difícil manter o nível de dedicação exigido pela militância em tempo integral [...] e uma vida intelectual fora dos limites estritos da vida sindical" (Carlos Martins, 15/4/95).

Marco Antonio Faria, por sua vez, enfatizou as tensões inerentes aos enfrentamentos políticos no cotidiano acadêmico, assim como a queda de qualidade do trabalho realizado, decorrente da falta de tempo e serenidade:

"A militância acarreta ônus [...] não só [por ela] mas porque você é único, você não é fracionado. A sua atuação institucional está marcada por essa visão que o movimento sindical dá; então, você paga por esse enfrentamento. [...] Você tem a família, tem a profissão, tem a ação sindical ... evidentemente que, quando você vai alocar tempo para a ação sindical, você

não está alocando tempo para o seu trabalho acadêmico, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Você pode até dar aulas, mas... como você está dando essa aula? Como você está preparando tudo, como você está fazendo a pesquisa? E qual a serenidade que você tem para fazer isso?" (Marco Antonio Faria, 12/2/95).

A percepção deste tipo de ônus também esteve presente nos depoimentos de dirigentes vinculados a instituições públicas, em que foram mais ressaltados os prejuízos relativos à produção e à titulação acadêmicas, sobretudo em áreas de conhecimento não diretamente vinculadas às questões que envolvem a militância, bem como à redução do tempo para a convivência com os alunos e a atualização bibliográfica:

"É claro que você tem menos chances de ter uma presença maior de docentes [na militância] porque há um complicador da relação da atividade sindical com a atividade acadêmica, porque a atividade sindical, de fato, atrapalha a vida acadêmica. E se a pessoa, digamos, ainda é da área de Humanas, quem sabe consiga vincular, mas se você é da área de Exatas, Biológicas [...], a vida acadêmica fica comprometida. Então, a militância sindical, no movimento docente, se dá de uma maneira diferenciada de outros movimentos" (Carlos Baldijão, 8/4/95)

"A militância me tirou uma coisa [que] [...] foi a questão de prosseguir na pós-graduação. Eu fiz o mestrado e [...] o doutorado não deu para fazer. A militância restringe o teu período de convívio com os alunos, há uma restrição nisso. Mas eu acho que dá para superar; se tu te empenhares, tu consegues superar um pouco isso. [...] Tem algumas coisas que são complicadas, por exemplo, a questão da atualização [bibliográfica]. A gente perde alguma coisa" (Luiz Carapeto, 30/11/94).

O depoimento de Sadi Dal Rosso, ao mesmo tempo em que reconhece esses limites, chama a atenção para as positivities da relação política entre militância docente e saber acadêmico:

"Sem dúvida alguma, em determinados momentos do envolvimento há uma troca, porque você não consegue dar conta de carregar pesquisa, publicações e, ao mesmo tempo, a atividade política. Pegando o campo das publicações, você olha no currículo e vê que há mudanças; [...] em termos de pesquisa, isto também fica claro. [...] A questão é matemática: se você dedica 10 horas à atividade acadêmica e 20 horas à atividade política, sindical, evidentemente a atividade acadêmica vai ficar um pouco afetada negativamente. [...] Mas a atividade política tem um efeito sobre a concepção teórica que você [formula] sobre a prática social, sobre as relações sociais. Então, [há] um retorno importante, parte do que a gente escreve reflete uma certa concepção de sociedade, de movimento, de mudança, uma análise de vitórias, derrotas, enfrentamentos, cuja raiz se encontra, também, num certo entendimento da atividade política. Há também uma influência, nesse sentido, que é positiva, quer dizer, você ganha, teoricamente, uma certa visão diferenciada, que dá a diferença da teoria pela teoria" (Sadi Dal Rosso, 30/3/95).

Esses e outros depoimentos semelhantes assinalam a natureza das tensões que perpassam a relação entre trabalho e militância. Estas tensões são acentuadas, nos planos individual e coletivo, pela mitificação do título acadêmico, que tem a sua contrapartida na desvalorização da militância, refletindo uma das formas de manifestação do embate ideológico que se trava nas instituições de ensino superior, como ilustra o depoimento a seguir:

"Teve uma fase em que eu achava que devia fazer o doutorado. Não era por dinheiro, não,

porque eu não coloco a coisa nesse nível. Eu queria o doutorado para [ter] uma linha de produção acadêmica, uma linha de pesquisa [...]; eu queria fazer isso também muito pela desvalorização do trabalho [de militância] que a gente faz. Agora, o que eu fiz não é menor do que ter uma vida acadêmica [mas], para o conjunto da universidade, da sociedade, o que nós fazemos é muito menor. [...] Significa ônus profissional. Isso aí está muito encravado na própria vida da academia. Eu acho que nós consideramos o cara de primeiro e segundo graus menor, o auxiliar que está começando a carreira menor ... é uma visão hierárquica. O mais complicado é que esse matiz introduzido pelos cientistas, pelos acadêmicos, vem a ser introjetado por nós. Eu não estou querendo dizer com isto que as pessoas não devem fazer o doutorado, não. Mas apenas [mostrando] a mistificação" (Márcio Antonio de Oliveira, 30/11/94).

Neste caldo cultural, a titulação foi - e continua sendo - reconhecida como um dos elementos legitimadores da ação sindical dos docentes, por lhes conferir maior credibilidade:

"Mesmo ao nível da política sindical, num momento em que a ANDES já tinha uma visibilidade pública, essa questão passava a ser importante: ser um doutor, ter um mínimo de projeção acadêmica. E havia aí um outro lado da história que, para nós, do setor das particulares, ou para o pessoal mais jovem na militância, era extremamente pesado: na hora de ter contato com a ABI, ou com a OAB, na hora de negociar, às vezes de forma bastante dura, no Ministério, era cada vez mais importante ser alguém academicamente respeitável" (Carlos Martins, 15/4/95).

O crivo ideológico de concepções antagônicas de mundo e de projetos de universidade e sociedade se manifesta, segundo Maria da Graça Bollman, em atitudes de rechaço/desqualificação com relação aos docentes que se posicionam contrariamente ao *status quo* e assumem posturas transformadoras, como também no medo de muitos deles de exposição pública de concepções próprias, sobretudo no contexto de derrocada do socialismo real no Leste Europeu e de desgaste da utopia socialista. Neste contexto, essa ordem de tensões inerentes ao trabalho docente expressa a impossibilidade de neutralidade científica e assume configurações novas, em que discursos se confundem, aumentando o desafio de diferenciá-los pela explicitação das diferenças de horizonte político:

"Nas nossas discussões ficou claro o conflito entre pós-modernos e ex-marxistas e os que continuam quase que teimando em permanecer marxistas. Nós passamos a ter esses grandes conflitos. E aí vem, de novo, a rejeição, no interior da academia, àqueles que ainda se conduzem pelo paradigma de classes. A gente sente que vai um bando de coisas aí, desde o medo que alguns intelectuais têm de perderem o seu *status* dentro da universidade, de serem considerados ultrapassados, [até] o medo de assumirem uma posição mais de vanguarda, de estarem se expondo politicamente. Também há isso. Eu não estou agora querendo avaliar os companheiros que não pensam igual a mim, é só para [...] ver a situação que a gente encontra na academia. Principalmente quando você é militante do movimento sindical e professora, quando você é militante do movimento social como um todo, militante de um partido político, não fazendo questão de esconder a sua posição político-partidária. Você acaba sendo rejeitada, porque essas posições se confundem muitas vezes: porque você é militante, você não é competente. E vem o velho discurso da competência. E o que nós, militantes, queremos fazer? A gente acaba entrando no discurso deles, mas não é discurso: é porque a gente acha que tem que ser competente mesmo. Tem que trabalhar isso da melhor forma possível" (Maria da Graça Bollman, 2/12/94).

Mas, além dessas tensões, o elenco de especificidades do trabalho docente inclui

também positivamente que alimentam a convicção da importância da militância sindical: a consciência de que "o movimento educa", como afirmou Maria da Graça Bollman, se soma às possibilidades de conciliação gratificante entre trabalho docente e militância (sobretudo nas ciências humanas e sociais), implicando até mesmo o estímulo à obtenção (politicamente qualificada, redimensionada) da titulação acadêmica:

"No trabalho com educação, vejo a militância sindical, notadamente a levada a efeito pelo movimento docente, como uma das tarefas inerentes à profissão. Veja bem que nem falo de complementação. A participação na organização e nas lutas da categoria é, no meu entender, parte do trabalho educativo. Não só serve de exemplo (educa-se também pelo exemplo), mas consiste em área de desenvolvimento do conhecimento, de reflexão, de crítica no campo educacional, tanto quanto o são os conteúdos específicos da ciência ou da matéria com a qual a gente trabalha. No meu caso particular, foi assim que sempre conduzi minha atuação profissional: como uma dupla e inseparável tarefa acadêmica e sindical. Em momento algum achei que uma estaria 'atrapalhando' a outra. Na verdade, nunca achei que houvesse escolha possível. A necessidade que se colocava era a de ajustar as tarefas específicas, na medida das prioridades, tal qual temos que fazer com as demais tarefas inerentes à docência, sejam elas a administração, a pesquisa ou outras" (Joana Neves, 1/6/95)

"Eu acho que a riqueza do aprendizado político ajuda muito a você inclusive entender teoricamente as coisas que você desenvolve - talvez porque eu estou numa área muito próxima da área das ciências sociais, talvez pessoas de uma outra área possam ter um pouco mais de dificuldade para estar conciliando essas duas coisas. Mas o fato de você ter uma percepção de mundo diferenciada, o fato de você começar a enxergar as coisas que acontecem no Brasil e no mundo de uma outra forma, fazem com que seu trabalho acadêmico seja muito reforçado por isso aí. Você começa a olhar a vida e as coisas de uma outra forma. Você influencia naquilo que você desenvolve cotidianamente. E aí a profissão de professora, de saída de aula ... é uma coisa que lhe dá muito como militante político. Você está ali formando a pessoa [...]. Isso faz com que você possa conciliar o seu conteúdo teórico com o conteúdo político, o que é uma coisa para mim muito bonita. [...] Tem coisas que só a militância ensina, não é verdade? E essa é uma das características fortes do movimento docente" (Maria Valéria Veríssimo, 2/12/94)

"Se eu me tornar doutor [...] eu vou dever muito disso ao fato de ter mergulhado de cabeça nesse tipo de militância. Eu acho que é exatamente essa a especificidade do nosso sindicato: ele propicia a chance de enriquecer a academia com temáticas e reflexões sobre questões que são da nossa prática cotidiana e, por conseguinte, da prática cotidiana das relações de trabalho de todo mundo. A gente tem uma responsabilidade muito grande de refletir sobre isto, porque tem essa possibilidade, dada a especificidade do nosso trabalho. É uma tarefa sindical que a gente tem que fazer. Porque os outros sindicatos fazem isto às expensas de um esforço e de um sacrifício enorme. Para nós, não fazer isto é uma omissão" (Alexandre Náder, 23/3/95).

Géria Franco salienta que a área de conhecimento do professor militante está bastante relacionada às dificuldades e positivamente encontradas no cotidiano de trabalho:

"Eu não tenho muita cara de pau para interromper aula e ficar discutindo política com a moçada [...]. Mesmo em momentos de mobilização, eles perguntam sempre e eu respondo, mas tenho muita coisa para trabalhar. [...] O meu lado acadêmico [é] bem separado. Agora eu [...] estou com uma disciplina optativa, de educação ambiental. [...] Mas é muito difícil. Quando você vai lidar com o ambiente, você faz a ponte; quando você vai lidar com a célula, lá dentro, fica bem difícil [...] É bem diferente quando você vai discutir política científica, não é?" (Géria Franco, 11/4/95).

Este panorama das visões (diferenciadas e complementares) dos entrevistados

constitui, pela sua dupla condição de trabalhadores docentes e militantes, a expressão viva das singularidades do trabalho docente. Se este trabalho é marcado pela trajetória das relações Universidade/Estado no desenvolvimento capitalista brasileiro, podendo ser considerado "produtivo" do ponto de vista de sua contribuição para este desenvolvimento, sua dimensão essencialmente educativa também encerra virtualidades contraditórias, que particularizam a organização e ação sindical dos docentes e vêm tomando o seu movimento uma mediação historicamente importante na construção de projetos emancipatórios. É com este entendimento que resgato, no próximo capítulo, o processo de gestação e criação da ANDES-SN.



Capítulo 2

A ANDES É CRIADA: PARA QUE E PARA QUEM?

Estabelecidos os fundamentos teóricos e históricos da natureza e especificidades do trabalho docente e seus nexos com a singularidade da ação sindical dos professores universitários, reconstituo, neste capítulo, o processo de criação da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Nesta reconstituição, privilegio - através das entrevistas - o contexto histórico de seu nascimento, ressaltando as *motivações* que levaram os professores do ensino superior a se organizarem nacionalmente, a *influência da primeira greve nacional dos docentes das IFES autárquicas* neste processo e as *tensões e divergências existentes no seio do movimento* naquele contexto, que se manifestaram na composição da primeira diretoria nacional da entidade.

Tento, deste modo, ir às *raízes do processo histórico de construção da identidade* do movimento docente, por entender que elas permitem elucidar os tropeços e acertos dos seus dirigentes ao exercerem as dimensões *acadêmica* e *especificamente sindical* (marca da sua singularidade) na busca de transcendência das ações econômico-corporativas, inserindo-se no universo de lutas anticapitalistas. Tais raízes constituem, a meu ver, determinações indispensáveis à compreensão dos limites e possibilidades colocados à ANDES no sentido de contribuir para a *afirmação da identidade de classe dos subalternos e, por suposto, para a sua hegemonia*.

AS MOTIVAÇÕES PARA A CRIAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DA ANDES

A literatura existente a respeito é bastante convergente em conjugar determinações de *natureza política* (luta pela democratização da universidade e da sociedade e pela educação pública) e de *natureza sindical* (melhores condições de trabalho e salário, carreira docente) como as motivações básicas para a criação da ANDES (Baldijão, 1991; Maciel, 1991 e 1992; Coelho, 1992, entre outros). Na avaliação de Osvaldo Maciel, primeiro presidente da entidade,

"[...] a sociedade e os professores aí incluídos acabam por chegar à conclusão de que se esgotara um ciclo do regime autoritário e de que não era mais possível que a imposição pela força, que a falta de participação política, que a repressão ditassem os rumos gerais de uma sociedade já então muito complexa, muito mais diferenciada, que havia evoluído de 1964 a 1978" (Osvaldo Maciel, *apud* Coelho, 1992, pp. 47-48).

"A democracia na sociedade e na universidade", a "transformação na educação" e a "construção de um novo caminho para o sindicalismo brasileiro" - eis, segundo Maciel (1992a, p. 2) - as idéias básicas norteadoras da trajetória do movimento docente, que desde

o início "assume na plenitude as responsabilidades políticas colocadas pelo momento histórico", associando uma "*postura nitidamente sindical e classista, que reivindica melhores salários e condições de trabalho, à necessidade de "lutar contra as políticas que submetem a Universidade e a Educação a um processo de esvaziamento econômico e mediocrização burocrática"*. Entende-se, assim, por que a luta por verbas para a Educação e a firme posição em defesa do ensino público e gratuito tenham sido incorporadas, simultaneamente, como "uma questão de princípio" pelo movimento (Maciel, 1991, p. 72; grifos meus).

Para Maciel, portanto, a mobilização dos professores deu-se em três patamares: o da *luta geral pela democracia*, pelo fim das leis de exceção, pela readmissão dos docentes cassados e pela "anistia ampla, geral e irrestrita"¹; o da *luta sindical geral*, buscando incluir o movimento nesta luta mais ampla e o da *luta específica* em defesa do ensino público e gratuito, em oposição à política oficial privatizante (Maciel, *apud* Coelho, 1992, pp. 51-52).

O peso atribuído a cada um desses patamares, contudo, varia conforme as análises. Coelho, por exemplo, acredita que, ao assumirem a condição de assalariados, os professores universitários passaram a "partilhar das pressões sobre as condições de vida, de trabalho e salário que afetam o conjunto dos trabalhadores, sobretudo num período marcado por uma forte concentração de renda e grande recessão" e que a "luta por uma carreira digna" foi a principal responsável pela mobilização dos docentes na construção das AD's e da ANDES. Para ele, "as questões de natureza econômica [...] não se dissociavam das questões políticas", mas "a *ambigüidade*² da categoria docente, explicada em grande parte por sua origem burguesa e pequeno-burguesa (classe média), fez com que se evidenciasse mais o discurso político" (Coelho, 1992, p. 51; grifos meus).

Diferentemente deste autor, penso que o perfil ideológico (militante) da maioria dos que organizaram e dirigiram a ANDES, ancorado na natureza e nas *especificidades* do trabalho docente, pode explicar melhor esta predominância da ênfase política na criação e na trajetória da entidade. Intelectuais engajados, em sua maioria oriundos da militância estudantil secundarista e universitária, críticos por excelência do regime ditatorial, os fundadores da ANDES e seus continuadores parecem ter-se movido, acima de tudo, pelo esforço de conjugar luta econômica e luta política em torno da construção de um projeto

¹ A este respeito, Carlos Baldijão (1991, p.7) ressalta que, "na luta contra a ditadura militar, participaram ao nosso lado pessoas ou grupos com perspectivas distintas das nossas, inclusive alguns dos que ajudaram na construção do projeto neoliberal, que tinham projeto para a sociedade e para a universidade e que, hoje, se manifestam publicamente contra o Movimento Docente."

² Tenho reservas a esta perspectiva de análise, também desenvolvida por Marcelo Ridenti, que atribui as tensões e limites do movimento docente às "ambigüidades" de uma categoria de "classe média". Além das polêmicas epistemológicas que envolvem estas definições conceituais, este argumento é por demais generalizante e secundariza a singularidade desta ação sindical, bem como as relações de força (com suas diferentes visões político-ideológicas), que se acirram no interior das universidades sobretudo a partir da emergência do movimento docente, sem falar das suas próprias diferenciações internas. (Ver, a respeito, a resenha que fiz do livro de Marcelo Ridenti – "Professores e Ativistas da Esfera Pública", publicada na revista *Universidade e Sociedade*, n.º. 10, janeiro, 1996).

novo de universidade e sociedade.

Esse esforço se traduz nas ênfases dadas a cada patamar apontado por Maciel, ao longo da história da entidade. As interrelações entre eles assumirão configurações várias, conforme as conjunturas e as diferenças existentes entre os "setores" institucionais a que pertencem os docentes (IES *públicas* - federais autárquicas e fundacionais, estaduais - e *privadas* - confessionais, não confessionais). A julgar pelas entrevistas realizadas, pode-se dizer que estes três patamares, de fato, constituem os *eixos aglutinadores*³ que levaram os docentes a se organizar em Associações de Docentes (AD's) e à posterior fundação da ANDES.

Segundo os depoimentos colhidos, abarcando dirigentes oriundos de três gerações do movimento estudantil - anos 60, 70 e 80 - que convivem, como direção nacional, em diferentes conjunturas⁴, as motivações mais fortes para a criação da ANDES têm, efetivamente, como núcleo básico, sobretudo para os docentes das IES públicas, a *luta pela democratização da universidade e da sociedade*, que se interconecta quase sempre à busca de construção de alternativas sociais transformadoras, por sua vez relacionadas ao cotidiano de trabalho dos docentes e aos desafios colocados pela política educacional (oficial) brasileira, particularmente os relativos ao ensino superior. Nesses depoimentos, tais motivações são detalhadas e contextualizadas, o que permitiu resgatar o processo histórico pelo qual esses dirigentes foram levados a criar e a dar continuidade à ANDES. Agrupei-os segundo os "setores" institucionais a que pertenciam/pertencem os depoentes, objetivando dar maior visibilidade ao peso real de tais motivações para os integrantes de cada "setor" e também por entender que estas diferenciações "setoriais" internas constituem uma das dificuldades básicas vivenciadas pela ANDES no processo de sustentação da sua identidade.

Começamos pelos dirigentes vinculados às *IES federais*, o setor mais numeroso, fato que em si mesmo é relevante para a definição dos contornos e da trajetória da entidade nacional. Neste setor, a *defesa da democracia* parece ter tido um peso decisivo na iniciativa de organização local e nacional dos professores do ensino superior. Os depoimentos abaixo são incisivos a este respeito:

"Certamente, houve toda uma luta pela redemocratização ou pela democracia no Brasil. Os

³ Esses eixos traduziram-se em três questões fundamentais: a *questão política da inserção na luta mais geral pela democratização da sociedade* e, especificamente, na luta geral dos trabalhadores via construção da CUT; a *questão sindical da categoria em si mesma* (salário, carreira, melhores condições de trabalho) e a *questão da transformação da universidade*, expressa nas bandeiras históricas da defesa do ensino público e gratuito, da democratização e autonomia universitária) A articulação entre esses três eixos foi, desde o início, pedra angular na construção da identidade do movimento docente. Na busca de articulação e equilíbrio entre eles encontram-se as raízes das contradições, tensões e divisões vivenciadas pelo movimento, que se agudizam nos momentos de debates/disputas eleitorais pela condução política da entidade nacional.

⁴ Considerei as "gerações" de entrevistados a partir das décadas de sua inserção no movimento estudantil e, em poucos casos, de sua inserção direta no movimento docente.

docentes participaram disso e deram a sua contribuição [desde o] Comitê pela Anistia. [...] A democracia era uma questão central e sempre foi, no movimento docente: democracia na sociedade e democracia na universidade" (Rubens Pinto Lyra, 26/03/95)

"Essas Associações de Docentes surgem ao final dos anos 70 [e] o que levou à [sua] criação, em vários lugares, não foi tanto a questão da política educacional, embora isso existisse, e não foi também a questão sindical, mas era uma questão política, de expressão democrática. Não que as outras questões não existissem, mas elas não eram tão fortes, na época, como a luta contra a ditadura, pelo direito de expressão, pela democracia. [...] No caso específico de Belo Horizonte, em determinado momento nós quisemos fazer uma manifestação pública e não podíamos fazer dentro da universidade, porque tinha o problema de a polícia invadir. Fomos fazer numa praça pública e vem a polícia, vêm os guardas e nós não tínhamos em nome de quem falar. Então, começou-se uma discussão sobre criar uma entidade e a primeira direção [atuou] muito dentro desse panorama de confronto com a ditadura militar. É bom dizer também, para [...] não ficar só desse lado, que nessa época os salários nas federais ainda não eram tão ruins; [...] eles, na verdade, vão ficar muito deteriorados em 1980" (Renato Ortiz, 07/07/95).

Se considerarmos que o movimento docente começa a ter vida na segunda metade dos anos 70, com a criação da grande maioria das AD's,⁵ perceberemos com nitidez que a força motriz para a organização dos professores das IES federais era de natureza eminentemente política, o que os fez, desde o início, buscar uma vinculação entre as reivindicações específicas, de natureza sindical, relativas à carreira e a melhores condições de trabalho e salário, e as reivindicações políticas de caráter mais amplo. Isto, sem dúvida, foi decisivo para a criação da ANDES e para a afirmação do seu caráter sindical.

A defesa da democratização da universidade estava muito associada, naquela conjuntura, à necessidade de reagir contra o "autoritarismo dos reitores", contra a ingerência do governo militar que os nomeava, nos espaços institucionais do ensino superior público. Neste quadro de confrontação política com o regime, alguns dos fundadores da ANDES salientaram a importância das reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para o início da articulação nacional dos docentes.⁶ Segundo Maciel (1991, p.71), na reunião de julho de 1978, o encontro das AD's foi o "catalisador que deu início a uma reação em cadeia, no sentido da revitalização política do trabalho das Associações e do crescimento do movimento docente, par e passo com o crescimento da luta da resistência democrática contra o autoritarismo". O depoimento de Agamenon Almeida é também ilustrativo neste sentido:

"Particpei do rico momento da SBPC como espaço de discussão, espaço de debate

⁵ Em alguns casos, como, por exemplo, nas AD's da UFSM e da UFPR, mais antigas, houve um redirecionamento político (fruto de embates internos) de suas finalidades e funções, antes de caráter cultural/assistencial. A tese de Pedro Coelho, já citada, estuda o caso da UFSM em suas interligações com o surgimento e a trajetória da ANDES-SN.

⁶ A relevância histórica desta e de outras instituições acadêmico-científicas e profissionais, a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), como espaços democráticos de resistência e oposição à ditadura, confirma a ênfase atribuída por Gramsci (1979) às instituições civis de caráter privado, próprias da organização cultural do capitalismo, no sentido de viabilizarem a disputa de hegemonias e, portanto, poderem ser também vivenciadas como espaços de luta por uma nova política cultural, referenciada por um horizonte político emancipador.

democrático. Foi quando, através da SBPC, encontrei o movimento em formação. Quando nós tivemos a SBPC em Fortaleza, em 79, tinha havido a tentativa da SBPC de 77, que a repressão impediu e acabou sendo feita na PUC de São Paulo. Mas, em 79, a gente segurou a barra. E foi exatamente esse grupo - que fez o movimento estudantil, que foi da JUC, que foi para a universidade - que conseguiu organizar a SBPC em Fortaleza, em 79. E lá, pela primeira vez, a gente [teve] contato com o movimento docente. Porque as AD's começavam a se encontrar na SBPC, [elas] não tinham estrutura [própria]. Então, em 79, nasceu a idéia, de um grupo de professores que estavam participando da SBPC, de criar uma AD no Ceará. E nós criamos uma Comissão Pró-AD" (Agamenon Almeida, 02/12/94).

Participando desses e de outros eventos⁷ e fazendo denúncias contundentes, os professores começavam a se constituir como um novo sujeito histórico (ou como um *intelectual coletivo*, na acepção gramsciana). A condição de intelectuais engajados, com passado de militância estudantil, como se constata na fala de Agamenon Almeida, parece ter sido decisiva para estas iniciativas de natureza política dos docentes do ensino superior que, a um só tempo e movimento, iam debatendo a idéia de sua organização em uma perspectiva sindical. A marca deste passado militante é afirmada por Maciel (1991, p.68), que enfoca a sua presença entre os organizadores da ação sindical dos docentes, relacionando-a com a natureza do trabalho que desenvolvem: "alguns dos representantes ou associados de AD's, que lá [na SBPC] se encontravam para *apresentar trabalhos científicos*, traziam, na bagagem, o patrimônio político forjado nas lutas do movimento estudantil, o qual, tradicionalmente, constitui escola formadora e origem de quadros dirigentes para as mais diversas atividades sociais."⁸

Nesses espaços institucionais, a natureza do trabalho docente e a singularidade da ação sindical da categoria iam se imbricando e se expressavam nas motivações mesmas que levaram à criação da ANDES. Neste sentido, Anamaria Beck salienta a salvaguarda representada pela sua *titulação acadêmica*, que lhe possibilitava o exercício crítico da docência e a participação no sindicalismo docente:

"[...] tem as duas SBPC's, as famosas, de São Paulo, em 1977 e 1978. À de 77 eu não fui, mas na de 78 eu estava. Aí eu já tinha feito concurso para a universidade; porque eu fui uma das

⁷ Neste momento inicial, outros eventos também tiveram um papel importante para a articulação nacional dos docentes e a sua expressão pública: o *Simpósio Nacional sobre o Plano de Classificação de Cargos*, promovido pela Comissão de Serviço Público da Câmara dos Deputados em Brasília, nos dias 7 e 8 de junho de 1978, e o *Seminário sobre o Sistema Universitário e a Sociedade Brasileira*, de iniciativa do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, realizado em João Pessoa, em outubro de 1978. No ano seguinte, três publicações do movimento docente também levam a público a denúncia de episódios marcantes de perseguição política aos professores: *O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade*, São Paulo, ADUSP, 1979; *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*, Porto Alegre, LPM/ADUFRGS, 1979 e *"O caso Jomard Muniz de Brito: um capítulo do livro negro da UFPB ou o surrealismo da repressão"*, João Pessoa, ADUFPB-JP, 1979. Convém acrescentar que, recentemente, a jornalista e pesquisadora Beatriz Elias localizou documentos reservados nos arquivos do DOPS/SP que comprovam que reitores da USP colaboravam com os órgãos de segurança do Estado desde antes de 1964. Comprovou-se, também, a instalação de uma Assessoria de Informação do DOPS na reitoria da USP durante o regime militar, fato este que foi negado pelo reitor Orlando Marques Paiva em depoimento dado à CPI da Assembléia Legislativa do Estado (*Revista da ADUSP*, 1998).

⁸ A vinculação entre militância no movimento estudantil e outros movimentos sociais, particularmente o movimento docente, está presente na maioria das análises existentes e se apresenta com muita clareza nos depoimentos colhidos para este estudo.

que entrei na universidade sem concurso, em estágio probatório, como auxiliar de ensino. Só que nesse meio tempo eu me doutorei - eu já ingressei com a pós-graduação em andamento - e então eles não podiam me botar na rua. Como me botar na rua? Estava todo mundo querendo sair para fazer doutorado e botar uma doutora na rua! Então, isso para mim foi muito importante, porque eu consegui introduzir nos meus programas questões que outros professores que não tinham o meu currículo não conseguiam" (Anamaria Beck, 01/12/94).

Os nexos entre natureza do trabalho e singularidade da ação sindical dos professores também se expressavam, ao nível das motivações, pela *defesa da qualidade do trabalho e da função social crítica* das instituições universitárias, a julgar pelos depoimentos de Newton Lima Neto e Luiz Henrique Schuch. O primeiro salienta, assim como Agamenon Almeida e Osvaldo Maciel, a marca de *continuidade das lutas do movimento estudantil* que caracteriza o movimento docente, na *perspectiva da defesa da instituição universitária pública e de sua transformação*:

"Aqui em São Carlos, circulava a idéia de começar a discutir a criação de algum movimento organizado, para dar seqüência às nossas concepções de luta que vinham já do tempo do movimento estudantil. O autoritarismo era muito grande, [esta] era uma universidade que tinha uma forte dependência política e econômica dos partidos da chamada ordem e do que se poderia chamar de oligarquia local. [...] Nós resolvemos, então, como um meio de aliar [esta luta] à luta por uma universidade pública de qualidade, crítica, democrática, autônoma, criar a Associação de Docentes, em 78. [...] Nós já tínhamos uma situação consolidada, com várias conquistas importantes internas [...]: concurso público, ascensão por titulação, plano de capacitação, criação de órgãos colegiados, luta pela anistia, necessidade de pesquisa e de dedicação exclusiva, como nódulos fundamentais de uma universidade de qualidade, que se poderia criar aqui e levar para o movimento nacional, [ou seja, a idéia] de uma universidade produtora de conhecimento" (Newton Lima Neto, 10/04/95).

Schuch, por sua vez, explicita essa fonte motivadora ao apontar a defesa da *liberdade de cátedra* como condição de "poder trabalhar criticamente o conhecimento numa universidade que não deixava fazer isso", (Schuch, 01/12/94). Esta seria a força motriz do movimento, em seu local de trabalho, capaz de atrair as forças emergentes (as pessoas novas na universidade, aglutinadas por docentes mais antigos, ligados à esquerda da Igreja), que se pautavam por este ideário.

A defesa das *instituições públicas e da qualidade social do trabalho* nelas realizado, além de demarcar esta especificidade da ação sindical dos docentes, se fazia presente, também, nas *dísputas ideológicas* em torno de projetos políticos de universidade e sociedade, que se explicitam e se intensificam, em grande parte, através do movimento docente, no espaço universitário. O depoimento de Renato de Oliveira expressa bem este entendimento político da *universidade como espaço de lutas ideológicas*, fruto de sua militância em uma "tendência" de esquerda do movimento estudantil, considerada fundamental para o seu engajamento na ANDES:

"A ANDES sempre me chamou a atenção, enquanto frente de trabalho na sociedade, de trabalho político organizado, não partidário, até como uma certa decorrência das posições que

eu defendia no movimento estudantil. A tendência da qual eu fazia parte e ajudei a organizar na UFRGS [...] [tinha] como palavra de ordem a defesa de uma luta ideológica dentro da universidade. Quer dizer, nós achávamos que a universidade era um local de luta ideológica, de enfrentamento do poder burguês no terreno da ideologia. E associávamos isto a toda uma noção sobre o papel do intelectual na sociedade, o significado do engajamento do intelectual na ação política etc. Enfim, achávamos que a nossa participação enquanto intelectuais, que a nossa inserção na luta de classes, era pelo terreno [...] da luta ideológica" (Renato de Oliveira, 01/12/94).

A *dimensão classista e emancipadora* inerente a estas motivações é outro elemento dessas motivações, ressaltado por Rosemary Conti, que a vincula claramente à idéia de *educação como instrumento de transformação social*, em mais uma associação entre a natureza do trabalho do docente e as especificidades da sua ação sindical:

"[...] na medida em que esses professores [entre os quais me incluo] se organizavam, iam assumindo a defesa da organização da universidade, da melhoria da qualidade do ensino, da indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão, entre outras, como conseqüência de sua opção pela transformação radical da sociedade brasileira. [...]. O fato de ter vivido, ou melhor, resistido, [como] estudante e mesmo como profissional, à violência da ditadura militar, de ter acompanhado de perto e incrédulo ao que se chamou de "abertura" e, depois, de "transição democrática", consolidou meu compromisso com a educação, entendida como um direito de todos e como um dos instrumentos de construção de uma nova ordem social. Na minha concepção, a educação deverá estar voltada para a formação de cidadãos capazes de uma compreensão crítica da realidade social e conseqüente apreensão de sua situação de classe, utilizando meios adequados para a superação das desigualdades sociais" (Rosemary Conti, 06/06/95).

Em entrevista concedida à revista *Universidade e Sociedade*, Maria José Féres (1997, p.81), primeira mulher a se eleger presidente da ANDES, reforça, enfim, a importância da busca de transformação da universidade nos primórdios do movimento docente: "tínhamos outra visão de universidade. [...] O grupo do qual eu fazia parte já tinha uma concepção sobre a forma de transformar a universidade brasileira. Pensávamos que era preciso melhorar o salário e os recursos das fundações e aumentar a qualidade acadêmica. E o movimento conseguiu de fato ser o oxigênio da universidade naquele momento".

Neste quadro de intensa politização e disputas ideológicas que marcou a criação da ANDES, as *discussões sobre a universidade* foram se interconectando com as *questões sindicais mais prementes* para os docentes das IES federais. O depoimento de Márcio de Oliveira expressa bem este processo e esta vinculação:

"Lá em Juiz de Fora, na minha universidade, a gente estava engasgado. Em 1964 nós fomos podados [...]. Depois, vieram os anos difíceis do AI-5 e, por fim, em 1973, 74, o próprio modelo começou a entrar em crise e as respostas da movimentação social começaram a se tornar mais fortes. Aí começaram a ser feitas umas reuniões que eram para discutir [...] um novo modelo de universidade que surgia, a partir da reforma que eles começaram a implementar em 1968, 1970. Nós começamos a nos reunir - por isso que eu acho que era *pari passu* com o movimento social - para discutir direitos, propostas para eleição de dirigentes etc. [...] Porque exatamente ali coincidia [...] com [a entrada] de Portela para o início do governo Figueiredo e ele apresenta propostas para a reformulação da universidade que passavam pela eleição de dirigentes, [pelo]

plano de cargos e salários e [pelo] modelo de universidade" (Márcio Antonio de Oliveira, 30/11/94).

Nesta mesma perspectiva, Sadi Dal Rosso mostra como a *precariedade dos vínculos de trabalho na universidade*, dada pela existência do *professor colaborador*, foi significativa para a sua participação - e, certamente, para o engajamento de um contingente expressivo de professores das IES federais - no movimento docente, embora ressalte que o grande chamamento, em seu caso pessoal, foi a questão das *relações de poder* no interior da instituição, que se constituíam em um campo específico de lutas contra o autoritarismo do regime:

"Uma questão que marca até hoje a minha atuação [são] as relações de poder dentro da universidade. Elas existem, só que elas podem ser de uma natureza, de uma qualidade ou de outra; depende de como sejam construídas [...]. Isso foi um móvel importante de minha intervenção e de minha atuação; era uma maneira de você se integrar no movimento de democratização, ainda que institucional, uma forma de você atuar contra o movimento dos militares numa situação concreta. E de poder construir algum caminho que levasse a uma outra relação de poder na universidade. [...] Isso era facilitado pela forma como eram administrados os contratos da gente: eram contratos extremamente precários, dos quais a gente tinha que prestar contas, submeter-se anualmente, com relatórios os mais detalhados. E você ficava numa total [indefinição], sem saber se ia ser recontratado ou não. Além disso, nos níveis mais próximos da gente, havia normas regimentais que negavam a voz e a participação nos organismos colegiados. [...] Isso tudo [...] criou um ambiente favorável à minha participação, ao engajamento, [dentro das] condições limitadas do movimento docente. Mas com uma certa visão de que, atuando aí, poderia interferir em algo mais. [...] Mesmo porque o que estava mais acessível [...] era esse campo, porque [era] um campo de enfrentamento concreto [...]. A UnB - não uma universidade genérica - era um campo de enfrentamento concreto, de um pensamento, de um caminho democrático, no universo de uma forma autoritária de gestão" (Sadi Dal Rosso, 30/03/95).

Ao mesmo tempo em que discutiam essas questões, conformando o perfil político-ideológico da ANDES, os professores do ensino superior federal também debatiam a *estrutura organizativa* da entidade nacional que pretendiam criar. Esta questão, em si mesma, foi importante elemento motivador⁹, como revela o depoimento de Antonio Ponciano Bezerra que, além disto, desnuda outra dimensão dos nexos entre trabalho docente e ação sindical, ao resgatar como esta discussão *perpassou o espaço da própria pós-graduação*:

"Quando eu vim para São Paulo para o doutorado eu comecei a escutar um pouco aquela coisa de constituição das AD's. Algumas estavam se fundando e eu escrevia para as pessoas, dizendo que o movimento de Associações de Docentes estava muito grande, no Brasil. Eu viajei um pouco, fui uma vez a Minas Gerais e vi que a coisa também fervia. [...] Eu participei dessa forma, dizendo o que estava acontecendo para Sergipe, mandando o que eu podia em termos de discussão, da própria forma de estruturação, de estatutos" (Antonio Ponciano Bezerra, 31/03/95).

Esses depoimentos, relativos aos primórdios da ANDES, expressam o conteúdo da luta política que presidiu a organização nacional dos *docentes das IES federais*, unindo os

⁹ A atração exercida por uma estrutura sindical nova, em oposição ao "sindicalismo de Estado" implantado na época de Vargas, parece ter sido particularmente forte para o engajamento dos docentes das IES privadas.

pertencentes a *autarquias* e *fundações*. Para os entrevistados deste setor que interromperam a militância em função da pós-graduação ou que, por esta e outras razões, tiveram um engajamento mais tardio no movimento nacional, assim como para os dirigentes oriundos de gerações posteriores do movimento estudantil, as motivações para a participação continuam sendo predominantemente políticas e marcadas pelos desafios conjunturais postos à entidade nacional.

Assim é que a luta pela *democratização* da universidade permanece como uma motivação forte e centrada na escolha de dirigentes, segundo os depoimentos colhidos. Neles se evidencia a *importância das "atividades de base" e das greves* como alimentadoras do teor político das lutas empreendidas. A *realização da pós-graduação* é também apontada como estímulo à retomada da militância, ao ensejar reflexões e análises sobre o caráter educativo dos movimentos sociais em geral, o que revela a importância do trabalho docente qualificado (politicamente engajado) para a construção, pelos dirigentes, da unidade entre teoria e prática no fazer sindical. A participação no processo de *elaboração e tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, viabilizada pela frequência dos entrevistados às reuniões nacionais dos docentes do setor das IES federais e pelos contatos nesses momentos estabelecidos com o GTPE/ANDES-SN, foi outra das motivações assinaladas por alguns dirigentes.

Os entrevistados das IES federais identificados como pertencentes às gerações dos anos 70 e 80 do movimento estudantil também foram motivados por desafios políticos mais amplos, tais como as oportunidades de *questionamento* e de *oposição ao status quo* propiciadas pela ANDES-SN, que se conectam às *questões cruciais da política educacional* no país. Estas questões - particularmente as da LDB - levaram alguns a optar pela *participação no GTPE*, em um processo onde se conjugam formação acadêmica e militância política que é, mais uma vez, revelador das estreitas vinculações entre estas duas dimensões no sindicalismo praticado pela entidade nacional.¹⁰ As próprias *vicissitudes de remuneração das bolsas de pós-graduação*, fonte de renda crescentemente valorizada face às dificuldades de mercado de trabalho e ao achatamento salarial, constituíram um estímulo para o engajamento, o que revela mais uma faceta dos nexos entre trabalho acadêmico e militância, na esfera da pós-graduação. A *possibilidade de construção de um novo projeto de universidade* continua sendo um chamamento forte, sobretudo para os dirigentes mais jovens, o que indica o esforço do movimento em avançar nesta construção, apesar das dificuldades de sensibilização do conjunto da categoria. As *greves do setor*, em nível local e nacional, pela sua *dimensão formadora*, também persistem como motivação para o

¹⁰ No final dos anos 80, estabeleceram-se, ainda, as distinções entre os papéis de entidades científicas e sindicais no *Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública*, em um contexto político de ampliação dos movimentos sociais organizados que já viabilizava tais diferenciações. Isto levou a um redimensionamento de suas respectivas intervenções, tensionando, por vezes, as relações de caráter aliancista existentes entre essas entidades.

engajamento, a despeito das maiores dificuldades de realizá-las com sucesso. Específica e emblematicamente, a *luta por uma carreira única para o magistério dos três graus de ensino*, relacionada com a *defesa de um projeto educacional transformador*, aparece também como estímulo para a inserção no movimento docente nacional.

Os depoimentos dos que integram o *setor das IES estaduais* não diferem substancialmente daqueles que trabalham em IES federais: todos mencionam a luta pela democratização da universidade e da sociedade como motivação fundamental para a criação da ANDES e/ou para o seu engajamento no movimento docente. Flávio Aguiar, oriundo da geração anos 60 do movimento estudantil, viu-se tocado, basicamente, pela *necessidade de resistência democrática em defesa de presos políticos da ditadura*, ao que se agregou, depois, a sua atração pela *possibilidade de construção de um sindicalismo autônomo e independente*.¹¹ Carlos Eduardo Malhado Baldijão, também desta geração do movimento estudantil, sentiu-se instigado, inicialmente, a lutar pela *eleição do reitor na USP*, salientando a colaboração mútua então estabelecida entre os professores que atuavam na ADUSP e aqueles que integravam o Conselho Universitário da USP, reivindicando igualmente autonomia neste campo. Maria Valéria Veríssimo, militante estudantil nos anos 80, envolveu-se com o movimento docente a partir da *luta pela democratização das instâncias de poder na UNESP*, centradas na questão da estatuinte universitária. Pode-se dizer, assim, que é consensual, nos depoimentos dos dirigentes vinculados ao *setor das IES públicas* (federais e estaduais), a grande importância inicialmente atribuída à democratização das universidades em que trabalhavam, como parte da luta pela democratização da sociedade, aí se inserindo as questões salariais e da política educacional universitária.

Os depoimentos dos dirigentes vinculados às *IES particulares*, por sua vez, revelam a importância deste setor nos primórdios do movimento docente e a maior força aglutinadora das questões salariais e de carreira, como ponto de partida para a luta pela democracia interna e pela qualidade da educação ministrada, o que parece demarcar as especificidades deste setor. Interpelado sobre as suas motivações para se engajar no movimento docente, Ari Vicente Fernandes fez uma reconstituição detalhada do processo de organização dos professores nas IES paulistas, salientando o peso inicial das reivindicações salariais e trabalhistas como decisivo para a criação da Associação dos Professores da PUC de Campinas (APROPUC) e os riscos bem maiores desta iniciativa para os docentes da rede particular de ensino, que buscavam referências e respaldo no movimento dos professores da rede pública, menos sujeito a repressões:

¹¹ É interessante observar que, nos depoimentos dos dirigentes do setor das IES federais, esta não aparece como motivação predominante ou atração forte. Por sua vez, embora os docentes do setor das IES estaduais representem um contingente pequeno de dirigentes entrevistados, também neste setor parece ter sido maior o apelo à luta pela democracia.

"Estava recém-criada a APROPUC de São Paulo. A gente tinha contatos e referência dessa AD como uma alternativa viável de organização para a rede particular. Ela foi, provavelmente, a primeira Associação de Docentes do Estado de São Paulo que conseguiu ser criada e não foi destruída logo a seguir. [...] Aqui em Campinas, a reitoria da PUC era extremamente fascista. Nós entramos em 77 e dois meses depois formamos um núcleo de professores [...] que começou a trabalhar, quase que clandestinamente, a possibilidade de fundação de uma AD. Era uma Comissão Pró-AD. Neste ínterim, foi criada a ADUNICAMP, já se tinha a ADUSP. Então, a gente buscava também referências, para ter uma retaguarda, em AD's de escolas públicas. [...], participava das reuniões, da articulação regional das AD's ou Encontros Estaduais e esteve no I ENAD. Nas áreas públicas, apesar de ser ainda uma época de regime militar e ditadura, pelo menos não havia tanta ameaça de demissão de quem constituísse AD [...]. Já nas particulares, a constituição de uma AD [representava] o risco de perder o emprego. Nós fundamos a APROPUC em 78. Foi um ato de heroísmo, porque havia ameaças. O reitor, logicamente, depois de alguns meses, já começou a tomar ciência de que havia articulações, nos chamava de comunistas, clandestinos, subversivos. Mas conseguimos fundar a Associação no dia 15 de outubro e fomos organizando, associando, filiando. Em 79 fizemos a primeira greve. [...] Elegemos a primeira diretoria, porque a inicial era provisória, já com estatuto aprovado. Essa primeira diretoria já começou as negociações de carreira docente e de equiparação de salários, porque a PUC pagava os salários todos diferenciados. [...] Então, as primeiras ações foram no sentido de buscar uma equiparação salarial e uma tabela que definisse as diferenças salariais por categoria. [...] E se começava a discutir a questão da carreira, progressão, ingresso, concurso, assim como a questão salarial e outras reivindicações trabalhistas que a gente tinha" (Ari Vicente Fernandes, 15/02/95).

De fato, a APROPUC foi duramente atingida em seu nascedouro pela demissão sumária, no começo de 1980, durante as férias, da maior parte de sua diretoria eleita em 1979 (apenas dois diretores foram poupados). Neste contexto, a entidade assumiu a bandeira da luta pela readmissão dos demitidos, obtendo uma forte solidariedade de outras AD's, a ponto de se "conseguir, em maio de 1980, eleger uma nova diretoria [...] e que essa diretoria não fosse demitida. [...] E essa diretoria se elegeu tendo como principal bandeira de luta a readmissão dos antigos diretores, além das outras bandeiras que já vinham do ENAD." (Ari Vicente Fernandes, 15/02/95). Carlos Martins, em seu depoimento, também fez uma síntese expressiva desse momento da trajetória da APROPUC:

"A gente funda a APROPUC numa situação muito de medo, que era típica das escolas particulares. Você era sujeito à demissão, aquela coisa toda. [...] O que tinha marcado a necessidade da Associação era uma questão sindical estrita e direta: a PUC tinha uma prática de atrasar salário todo mês; em vez de no dia 5, como legalmente [estipulado], a gente recebia no dia 17, 18, 20 ou quando se queria. Num primeiro momento, a Associação nasce, claro, por essa motivação sindical mas, à revelia da nossa própria intenção ou de qualquer planejamento, a AD se transforma numa questão de sobrevivência. Com essa situação, ou a gente conseguia manter a entidade ou não. Não tinha muita saída e isso faz com que o movimento docente, na PUC de Campinas, tenha uma particularidade algo interessante: a primeira greve que se faz na PUC é uma greve política, é uma greve pela readmissão dos demitidos. A gente tinha ensaiado algumas paralisações rápidas, pela questão do atraso, mas ainda sem entidade e esse momento aí foi muito marcante, muito forte" (Carlos Martins, 15/04/95).

Esta ação política sem dúvida contribuiu para fortalecer o movimento dos docentes das IES privadas, permitindo-o avançar, mediante articulações estaduais inclusive com os

Sindicatos de Professores (SINPRO's) na conjugação de reivindicações salariais e democráticas:

"Em novembro de 1978, houve a primeira greve, por atraso de pagamento. Uma greve de dois dias, que foi vitoriosa. Greve por atraso de pagamento sempre é vitoriosa, porque chega uma hora em que sai. Em 1979, fizemos uma greve mais duradoura, contra a demissão da diretoria. Em 1980, a nova diretoria que tomou posse fez uma greve mais forte, onde a gente, pela primeira vez, se articulou com a APROPUC de São Paulo, com a ADESP e com a Associação de Docentes da FGV, que foi fundadora da ANDES mas depois sumiu. Tinha mais uma ou duas AD's embrionárias; a de Santos também entrou, fez dois dias de greve. Então, foi a primeira greve articulada do setor das particulares, que juntou cinco ou seis instituições e repercutiu tanto que até algumas instituições que não tinham AD formaram um núcleo de AD e mesmo as que não tinham entraram em greve. [...] Era uma campanha salarial unificada, em 1980, que gerou a primeira aproximação com os SINPRO's, convidados para fazerem conosco a campanha. Vários SINPRO's foram contra a greve. Em função do heroísmo dessa greve, o ENAD que se reuniu em 1980 escolheu Campinas para o Congresso de fundação da ANDES. Claro, escolheu porque a ADUNICAMP era uma AD sólida, segura. Mas coube à ADUNICAMP e à APROPUC a organização do Congresso" (Ari Vicente Fernandes, 15/02/95).

Essas primeiras experiências paredistas já revelavam, contudo, as dificuldades de relacionamento com os SINPRO'S, que constituirão uma fonte de tensões permanentes e limitadoras da ação sindical da ANDES-SN:

"Não foi uma greve tranqüila e nem muito bem articulada, mas foi o primeiro ensaio que dizia: 'olha, é possível fazer, mesmo que os SINPRO's não entrem'. Os SINPRO's no máximo serviram de local de reunião das lideranças, para preparar o movimento de 80. [...] Não havia intercomunicação, não havia ainda estrutura nenhuma. Os sindicatos não se prestavam a isso, nós não tínhamos a ANDES; era na base do telefone de madrugada, vai lá para saber o que aconteceu, era muito precário. No segundo semestre de 1980, a gente fez uma greve forte para tentar estender as conquistas obtidas a todos, que eram, basicamente: carreira docente, melhoria salarial - sempre a bandeira básica, que atrai o movimento - e democratização das universidades. Carreira docente e democratização eram as duas bandeiras de luta da pré-história do movimento docente das particulares. Democratização, no sentido de não mandar ninguém embora e de obter espaço para participar das discussões nos colegiados etc." (Ari Vicente Fernandes, 15/02/95).

Lineu Maffezoli, por sua vez, considera que a possibilidade de criar uma *estrutura organizativa nova*, que fomentasse a (re)politização através da *dimensão educativa* própria do movimento, em *defesa da qualidade do ensino*, parece ter sido uma forte atração inicial para os professores das IES privadas. Ele próprio enfatizou a necessidade premente de criar instrumentos orgânicos de resistência para preservar o "sonho da revolução", como motivação que o levou ao movimento docente:

"Eu estava dando aula em São José dos Campos e [...] [começava] a surgir a idéia de montar uma APROESP, que era uma Associação dos Professores do Estado de São Paulo. E, de fato, a fundamos, legalizamos; ela teve uma existência de dois anos, com pouquíssima ampliação de base. Mas foi a primeira experiência de começar a tentar mexer com a questão da organização [...] aonde você trabalhava. Tínhamos que nos organizar enquanto categoria profissional; o sindicato, evidentemente, na mão dos pelegos, era uma resposta apenas trabalhista - quer dizer, mal e porcamente uma resposta trabalhista. [...] O que nós começamos a fazer em São

Paulo, que [foi] um embrião do que seriam as Associações de Professores - até o nome é muito colado ao que já existia, que era a APEOESP, mas era do ensino oficial e continua sendo - era uma tentativa de aglutinar pessoas, claro que as que já tinham um passado de esquerda, de militância estudantil, de militância partidária, buscando criar instrumentos de resistência, de um lado, e de construção, de outro, que não fossem a luta partidária e a luta sindical estrito senso. Porque se você pensar numa APROESP, ela vai defender o que? [...] (A) dignidade da profissão, o que, obviamente, mexe com salário, condições de trabalho, condições de contratação. E, por outro lado, ao fazer isso, se está necessariamente fazendo a defesa da qualidade do ensino" (Lineu Maffezoli, 08/05/95).

Reaparece, neste discurso, a *crítica e a contraposição aos SINPRO's*, tidos como "pelegos". As restrições a este sindicalismo "oficial", já conhecido pelos docentes das IES privadas, aliadas à necessidade de enfrentamento do caráter empresarial destas instituições, parecem explicar o forte chamamento inicial representado pela defesa (politizada) da educação de qualidade:

"Resistir a isso era resistir a um dos fenômenos que, queira ou não, o golpe de 64 conseguiu institucionalizar, que é uma educação de péssimo nível, não só do ponto de vista material, mas [...] de proposta educacional.[...]. Eu acho que no âmbito da escola particular a gente tem uma facilidade, vamos chamar assim - isso, obviamente, para quem consegue ver as coisas desse jeito - de combinar uma luta sindical com uma luta institucional em que você possa traduzir claramente isso. Quer dizer, quando você discute melhoria de salário, melhoria de condições de trabalho, você discutir a melhoria do ensino é uma decorrência normal. Porque já ficou meio que vaticinado isso, que as escolas particulares não prestam, mesmo! E, de alguma forma, eu acho que a gente conseguiu mostrar - eu acho que a UNIMEP é um exemplo disso - que é possível construir [isso], no espaço privado. Claro que tem que dar aí também um outro corte: essa universidade é uma universidade privada porém confessional; então ela tem uma certa contradição para se expressar como uma entidade mercantilizadora do ensino" (Lineu Maffezoli, 08/05/95).

Estrutura organizativa nova e luta por educação de qualidade aparecem, assim, como eixos iniciais de motivação para o engajamento dos docentes das IES privadas na ANDES. Maffezoli dimensiona bem a questão, sob o prisma do caráter produtivo do trabalho docente, ao mostrar as diferenças de encaminhamento de lutas no setor público e no privado e ao salientar a importância política da luta por educação pública na rede privada, como parte do processo de construção democrática de uma nova sociedade:

"Eu acho que nós [...], da área educacional, temos o privilégio de poder lutar por duas coisas simultâneas e que são extremamente chamativas, são extremamente políticas, porque extremamente contraditórias. Por um lado, temos a questão da remuneração, do salário. Coisa em que, por exemplo, ao nível das particulares, o embate é visível, na relação capital-trabalho e que vocês, nas federais, não têm esse perfil tão claro. No nosso caso, aumentar salário significa, concretamente, reduzir o lucro, ou o que se queira chamar, nas instituições que se dizem sem fins lucrativos. E, por outro lado, nós temos o privilégio de trabalhar num setor em que a defesa da qualidade, vamos chamar assim, do produto, é a defesa de uma das questões básicas da cidadania, que é a educação. [...] Defender a educação - inclusive defendê-la como um serviço público, gratuito, (como) direito de todos - é, na realidade, uma das formas de você brigar por uma construção democrática" [...]. Desde o início, foi possível encontrar, nas pessoas que pensavam em formar a ANDES, propostas que convergiam para isso, propostas que convergiam para um padrão [...] de organização por local de trabalho e, [...] mais do que isso,

com uma bandeira de luta extremamente importante, que era a defesa da educação e, obviamente, sempre a educação pública" (Lineu Maffezoli, 08/05/95).

Evidentemente que muitos dos docentes das IES privadas também tinham, como motivação mais geral para o engajamento no movimento docente, a *atração pelo espaço político que as AD's representavam*, em um contexto ditatorial de cerceamento das liberdades de organização e ação, conforme assumido por Marco Antonio Faria:

"No começo de 1980, eu já estava na diretoria da ADUNIMEP, como secretário, [...] e começando a atuar na cidade, [...] tanto no campo de música e de teatro como na Associação. E, por conta disso, eu tinha uma visão de que, em Piracicaba, a gente tinha que mexer no movimento sindical. Então eu fiz contato com a APEOESP, com o SINPRO, eu queria começar a fazer um trabalho com as entidades sociais. Porque quando você sai de São Paulo, uma cidade grande, para uma cidade pequena, você enxerga uma diferença de visão de mundo muito interessante. Em São Paulo, você faz a maior bagunça e não acontece. Em Piracicaba, você faz uma bobaginha, é um fato político. Então, você começa a ter a percepção de você mesmo como um possível agente transformador da sociedade. E isso pinta, em Piracicaba, com a ADUNIMEP, no começo, em 79, quando você não tinha grandes oportunidades de participação nos movimentos sociais... A coisa estava braba, não é? Então, estava todo mundo voltado para aquela Associação, que estava à disposição. Não tinha partido político para você ter uma efetiva participação [...]. Ali foi o momento, para mim, áureo do movimento docente. Por que? Porque você tem toda aquela vontade de participar, de alterar a sociedade. Ali era o espaço onde, quem estava disponível, a fim de fazer alguma coisa, fazia lá" (Marco Antonio Faria, 12/02/95).

Os depoimentos sobre as motivações pessoais que levaram os entrevistados a se integrarem ao movimento docente, sempre colados às conjunturas e à trajetória política dos mesmos, confirmam reiteradamente que a luta pela democratização da sociedade e da universidade (em seus diversos elementos constitutivos, predominantemente vinculados às especificidades - e às diferenciações - do trabalho docente) foi o carro-chefe da criação da ANDES. Os docentes das IES privadas, em sua relação mais dura com os empregadores, tiveram o mérito de, ao conjugarem luta por condições de trabalho, carreira e salário com luta por democracia institucional, levantar, no *espaço privado*, a defesa de uma *educação pública* de qualidade ligada a perspectivas de transformação social. O conjunto desses eixos reivindicativos - sempre presentes nas pautas reivindicatórias das greves e nelas politizados - conferiram à ANDES a sua singularidade sindical e marcaram o processo de sua criação, como se verá a seguir.

O PROCESSO DE GESTAÇÃO DA ANDES

Desafios conjunturais e conformação da identidade do movimento

Originária, como se viu, das articulações de docentes do ensino superior nos espaços da SBPC, onde era marcante a ênfase na necessidade de um movimento de "resistência democrática" nas universidades, a ANDES emergiu de um processo em que a própria prática

política vivenciada foi delineando os traços fundamentais de sua identidade, na forma e no conteúdo.

As relações dos seus intelectuais com o Estado, embora já crivadas pelo assalariamento em massa e pelas pressões em torno de demandas econômico-corporativas imediatas, ainda se apresentavam, ao final dos anos setenta, significativamente fortes para materializar e fazer avançar o movimento, indicando a persistência do peso político da categoria profissional que se organizava, decorrente do "prestígio social" atribuído ao trabalho por ela exercido, dentro da racionalidade capitalista em que se inscreve a divisão social do trabalho.

Essa força política se expressou na realização, em fevereiro de 1979, do *I Encontro Nacional de Associações de Docentes (I ENAD)*, que reuniu representantes de 24 AD's e 3 Comissões Pró-AD's e que foi decisivo para afirmar a necessidade de criação de uma entidade nacional forte, capaz de coordenar e unificar as lutas dos docentes dos diversos "setores institucionais" e regiões do país. Os debates centraram-se na análise e crítica da Reforma Universitária de 1968, do autoritarismo imperante nas IES, da instabilidade funcional e do arrocho salarial que vinha sendo imposto à maioria dos professores e resultaram na criação de uma Coordenação Nacional das AD's, para articular e encaminhar as lutas em nível nacional. As propostas aprovadas no *I ENAD* podem ser agrupadas em três eixos:

- *Democratização e autonomia*, voltado para a articulação nacional das lutas pela autonomia universitária e pelo exercício e controle democráticos do "governo da universidade", envolvendo ações sistemáticas e organizadas contra o expurgo, a triagem e a discriminação ideológicas e pela reintegração dos docentes afastados do trabalho devido a expurgos, cassações ou aposentadorias.

- *Política educacional*, como expressão de um firme posicionamento contra a ampliação do ensino particular e pela contínua expansão da gratuidade do ensino, através da elevação do montante de verbas públicas para a educação, implicando a "análise crítica e o diagnóstico das diversas IES, com promoção de debate nacional sobre o assunto, com vistas à formulação de um programa para a transformação do sistema educacional brasileiro".¹²

¹²Neste sentido, mais uma decisão importante foi tomada: formar um Grupo de Trabalho, coordenado pelos professores Jorge Guimarães (ADUFF) e José Nilo Tavares (APROPUC) e composto pelos professores Edmar Bacha (PUC-RJ), Joel Teodósio (UFRJ), José Manoel Carvalho de Melo (UFRJ), José Silvério Bahia Horta (PUC-RJ), Luís Antonio Cunha (FGV), Manoel Barreto Neto (UFF), Maria de Lourdes Fávoro (USU) e Ricardo Santos (UERJ), que elaborou uma versão preliminar de *Projeto Alternativo de Reforma Universitária*, para ser amplamente debatido pela comunidade universitária nacional durante o 2o. semestre de 1979. Os resultados desta discussão deveriam ser levados ao II ENAD, previsto para fevereiro de 1980, mas a iniciativa foi "atropelada" por outras "urgências" (Maciel, 1991, p. 72). Os GT's da ANDES - e, em particular, o GTPE - serão abordados no capítulo seguinte, como uma das especificidades marcantes e potencializadoras da ação sindical dos docentes do ensino superior.

- *Organização sindical*, centrado na defesa da "liberdade, autonomia e unidade sindical", visando a "agilização de informações, trocas de documentos e estudos de formas alternativas a uma organização sindical", uma "campanha pelo fortalecimento e expansão das AD's, com entrosamento e reuniões freqüentes, a nível regional" e a filiação ao DIEESE. As questões de carreira e salariais destacavam-se como reivindicações específicas da categoria, defendendo-se a extinção das figuras do professor voluntário e horista, a *realização anual de concurso, extensivo aos colaboradores, para admissão na categoria funcional equivalente à sua titulação acadêmica*, reajuste salarial mínimo de 70% e incentivo de 40% para a dedicação exclusiva (DE) ao trabalho docente. (Maciel, 1991, p. 72).

Esses eixos traduziam, desde aí, as dimensões *acadêmica e especificamente sindical* que conformariam a singularidade da ANDES e foram amplamente divulgados nos boletins das AD's, gerando "notável efeito no ânimo da militância". Pedra angular da organização nacional dos docentes, o *I ENAD* representou, segundo Maciel, para militantes e associados, o início do "aprendizado prático do processo de deliberação democrático, que irá se constituir em valioso referencial político nas futuras lutas contra as tentativas da tecnoburocracia do MEC e seus aliados, inclusive muitos administradores universitários, de impor propostas de alterações da universidade geradas em gabinetes fechados" (*idem, ibidem*).

A despeito dessas iniciativas, as lideranças presentes no *I ENAD* se ressentiam do fato de a maioria dos professores estarem ausentes das reuniões e debates realizados em seus locais de trabalho. Os intelectuais que dirigiam o movimento avançavam na articulação nacional entre as AD's, com a SBPC e com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) mas constatavam a dificuldade de "mobilizar as bases".¹³ Como observa Coelho, essa mobilização somente se efetivará com intensidade diante do agravamento do arrocho salarial e da crise econômica do país:

"O desgaste do regime militar e o crescimento dos movimentos sociais que se organizam na luta pela democracia favorece[ram] muito a união dos docentes. Mas o motivo que irá sensibilizar e congregar a grande maioria dos docentes será o agravamento da crise econômica, o arrocho salarial. Consolidar-se-á, então, o 'movimento docente' como movimento sindical" (Coelho, 1992, p. 16).

O ano de 1979 foi marcado pela intensificação do debate político no interior das IES. Em março, assumia a pasta da Educação o ministro Eduardo Portela, "intelectual progressista" que, mesmo sem prestígio nas cúpulas militares, promoveu a abertura de discussões com a comunidade universitária sobre a política educacional a ela atinente. Como uma de suas iniciativas mais relevantes, o MEC elaborou e pretendia encaminhar ao

¹³ Esta constatação desvela um problema fundamental da prática do movimento docente: o do distanciamento político entre direção e base do movimento, um dos limites postos à ação mediadora da ANDES na perspectiva da sua contribuição para a transformação social.

Congresso Nacional três anteprojetos a serem implantados nas instituições federais de ensino superior (IFES), popularizado como "Pacote Portela": o anteprojeto de *Autarquia de Regime Especial*, o de *Reestruturação da Carreira* (para as IFES autárquicas) e o de *Escolha e Nomeação de Dirigentes Universitários* (para as IFES autárquicas e fundacionais).

Esta iniciativa governamental acentuou as tensões e conflitos entre os intelectuais que lideravam o movimento docente e o Estado, acabando por ensejar um fato inédito: a primeira greve nacional dos docentes do setor das IFES autárquicas, legalmente proibidos de realizá-la. Os docentes pressionavam pelo desmembramento do "Pacote" e pela primazia de atenções ao anteprojeto de Reestruturação da Carreira, dada a possibilidade de, através dele, *recompor os seus salários, conjuntamente com os servidores públicos federais* (Maciel, 1992, p.72). Na verdade, o que estava em jogo era a *afirmação da identidade profissional dos docentes das IFES autárquicas*. No dizer de Coelho, "à medida em que a maioria dos docentes passaram a assumir a condição de assalariados, vivendo exclusivamente da venda de sua força de trabalho, aumentou a pressão pela regulamentação do exercício profissional e isto se expressou em grande parte na luta por um plano de carreira docente" (Coelho, 1992, p. 50).

Compreende-se porque esta questão, agregada à salarial, foi fortemente mobilizadora da categoria, no contexto geral da luta pela democratização das IES. Em setembro de 1979, realizava-se uma *Reunião Extraordinária* em Salvador com representantes de 31 AD's, que debateram as perspectivas da universidade brasileira, questões salariais e trabalhistas, a organização das AD's e formas de ação no campo da política educacional. Reafirmando os eixos de luta do I ENAD, os participantes criticaram duramente o "Pacote Portela", por ter sido elaborado sem o envolvimento da "comunidade universitária nacional" e sem consulta aos docentes e suas associações, e defenderam a luta pela sustação dos anteprojetos sobre "Autarquias de Regime Especial" e "Escolha de Dirigentes Universitários" e pela reformulação do anteprojeto de "Reestruturação da Carreira". Além disso, definiram o dia 26 de setembro como "Dia Nacional das Reivindicações Salariais, Trabalhistas e de Carreira" e resolveram convocar um II ENAD para o mês de fevereiro de 1980 (cf. Edição Prévia do Boletim Nacional das AD's, 1979).

Em outubro de 1979, outra iniciativa governamental provocava a reação organizada dos docentes: era sancionada a Lei de Reajuste Semestral, que incluía os docentes das IFES fundacionais e excluía os das IFES autárquicas e os Servidores Públicos Federais (SPF's). Sucodem-se, neste final de ano, mobilizações e debates sobre carreira e salário, envolvendo todos os docentes de todos os "setores" institucionais. Segundo a avaliação feita do "Dia Nacional de Reivindicações", houve *paralisações* com discussão sobre o "Pacote" em Santa Catarina (UFSC), São Paulo (USP e PUC), Rio de Janeiro (UFF e UFRJ), Brasília

(UnB - somente alunos), Juiz de Fora, Belo Horizonte (UFMG) e João Pessoa (UFPB), constatando-se uma rejeição maciça às proposições do MEC, por seu caráter antidemocrático (cf. Edição Prévia do Boletim Nacional das AD's, preparatória do II ENAD).

Também por iniciativa do movimento docente, são realizadas, em novembro, discussões regionais em Piracicaba (I Encontro Paulista de AD's), Recife (II Encontro Regional de AD's do Nordeste), Belo Horizonte (envolvendo AD's de IES federais do Rio de Janeiro, Goiás, Espírito Santo e Juiz de Fora), Rio de Janeiro (I Encontro Regional) e Porto Alegre (com AD's das IFES do Rio Grande do Sul, São Carlos, Santa Maria, Santa Catarina e Pelotas). Nestas reuniões, além do conteúdo do "Pacote", foram amplamente debatidas questões atinentes à política educacional e à situação salarial dos docentes dos diferentes setores institucionais¹⁴. As AD's também participaram, neste mesmo mês, dos Encontros Regionais promovidos pelo MEC em Natal, Belo Horizonte e Porto Alegre, centrados na Reestruturação da Carreira, cuja realização constituía, em parte, uma resposta do MEC às pressões do movimento pela participação da comunidade universitária na elaboração e debate das reformas pretendidas pelo "Pacote".¹⁵

Estas ações e reações vão conformando o perfil da entidade nacional a ser criada e fazem crescer o movimento docente em nível nacional. O II ENAD, realizado em João Pessoa em fevereiro de 1980, teve a presença de representantes de 38 AD's revelando, segundo Maciel, uma mudança qualitativa do movimento. A própria existência da Edição Prévia do Boletim Nacional das AD's, como documento preparatório desse Encontro, já constituía, para ele, uma expressão deste salto de qualidade, ao subsidiar as discussões sobre os eixos fundamentais de luta do movimento e a sua organização nacional (Maciel, 1991, p. 73).

Os trabalhos do II ENAD iniciaram-se com a discussão sobre as "perspectivas da educação no Brasil". Foram denunciados os "danos marcantes à qualidade do ensino" - resultantes do regime político e do modelo sócio-econômico vigentes - e o caráter antidemocrático de leis e decretos governamentais, que redundavam na elaboração e modificação ilegítimas de regimentos e estatutos universitários. Os docentes criticaram ainda

¹⁴ Os Encontros Regionais do Rio de Janeiro e de São Paulo contaram com a presença majoritária de representantes de AD's de IES particulares, o que revela a força organizativa dos docentes dessas instituições nestes estados e a perspectiva unitária que presidiu a criação da ANDES, ao tentar congregar docentes de todas as IES do país.

¹⁵ Chama novamente a atenção o peso político da categoria, que crescia em organização e poder de interferência perante o Estado. Em relato apresentado ao Ministro da Educação sobre os resultados desses Encontros, a Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESU) dava especial destaque à presença de representantes das AD's, afirmando que os eventos ocorreram em "clima de completa normalidade", tendo a "participação construtiva" das delegações presentes, e que as AD's, após "leitura de manifestos, previamente elaborados, defendendo a rejeição pura e simples do que denominam 'Pacote do MEC', [...] passaram a participar, fazendo sugestões em torno da matéria em discussão, ao lado das instituições presentes. As moções que apresentaram no encerramento de cada encontro expressa[ram], em conteúdo, um posicionamento bem diverso e mais construtivo" (Boletim Nacional das AD's, nº 3).

a política educacional de "progressiva desobrigação do Estado com o custeio da Educação" e a "expansão indiscriminada do ensino privado", o que tornava a educação nacional aberta à iniciativa dos empresários do ensino e subordinada às suas leis, pelas quais era "negociada como mercadoria entre as partes interessadas em vender e comprar". Com esta leitura do real, consideravam inaceitáveis: a "entrada das multinacionais na área educacional, [...] particularizada pela compra de Hospitais-Escolas e faculdades isoladas"; a "ameaça de extensão destes interesses a toda a rede educacional privada" e as "interferências extra-acadêmicas" nas IES, colocadas a serviço de interesses político-partidários (Boletim Nacional das AD's, nº 3, 1980).

Os *princípios de luta* daí resultantes foram assim afirmados: defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis, "voltado para os interesses da maioria da população brasileira"; luta contra a "repressão e discriminação político-ideológica em todos os setores da sociedade brasileira e, em particular, na universidade" (e pela reintegração efetiva de professores cassados e aposentados pelos atos de repressão ou através de "cassações brancas"); pela autonomia universitária (de ensino, pesquisa, administrativa e financeira, pela gerência de verbas pela comunidade universitária) e departamental (demissão e admissão de docentes); pela "democratização dos colegiados dos departamentos" (participação de todos os professores e representação de alunos e funcionários); pela "participação dos colegiados no processo decisório sobre a aplicação de recursos financeiros"; por "melhores padrões de ensino e pesquisa nas IES" e, finalmente, pela "defesa do aprimoramento da inteligência crítica baseada no pluralismo ideológico, científico e cultural, indispensável a uma Universidade Democrática, voltada para os interesses da maioria da população". As *propostas de ação* estabelecidas convergiam, coerentemente, para dois pontos básicos, no eixo da política educacional: uma Campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito e por Mais Verbas para a Educação e a luta pela Democratização da Universidade (*idem, ibidem*).

Relativamente ao primeiro ponto, defendia-se o apoio à criação de Comitês de Defesa do Ensino Público e Gratuito em todo o país, envolvendo a participação conjunta de SINPRO's e AD's em todos os níveis, associações discentes (UNE, UEE's, DCE's), setores democráticos e populares organizados (movimentos pelo custo de vida, comunidades de base, associações de bairro, sindicatos) e "demais setores democráticos e interessados da sociedade civil". Merece destaque, além da perspectiva de ampla articulação nacional em torno deste ponto, o empenho das lideranças em *articular luta econômica e luta política*, expresso na proposta de "aproveitar as campanhas salariais como momentos oportunos de denúncia da atual política educacional" (Boletim Nacional das AD's, nº 3, 1980).

Quanto ao segundo ponto, preconizava-se, com a mesma perspectiva de ampliação do movimento, a "articulação com funcionários, estudantes e organizações democráticas e

populares como forma de se alcançar a gestão democrática da universidade pela sociedade". Para tanto, foi formada uma Comissão das AD's de Fundações Federais (ADUFSCAR, APRUMA e ADFOC) que, juntamente com a Coordenação Nacional, deveria realizar "contatos junto a parlamentares de oposição" visando à revogação da Lei nº 6.733, que dava poderes ao Presidente da República para nomear os dirigentes das IES federais fundacionais. Propôs-se, ainda, formar uma outra comissão, para coordenar as ações relativas à "reintegração de professores cassados e aposentados por atos de exceção", bem como daqueles que "sofr[iam] as assim chamadas cassações brancas e dos professores, incluindo diretores de Associações de Docentes, recentemente demitidos de várias Universidades brasileiras por motivos político-ideológicos". Caberia a esta comissão definir "formas articuladas de lutas das AD's pela extinção e desmantelamento das Assessorias de Segurança e Informação (ASI's) ainda existentes em Universidades". Defendeu-se, por fim, que as AD's iniciassem imediatamente estudos da "estrutura dos estatutos e regimentos" universitários, "denunciando os pontos que evidenci[assem] autoritarismo e promovendo campanhas pela elaboração de novos textos estatutários", com a participação das entidades representativas dos três segmentos da comunidade universitária (Boletim Nacional das AD's, nº 3, 1980).

A denúncia e o desmascaramento da política educacional vigente, associados aos princípios de luta e propostas de ação estabelecidos no II ENAD, iam demarcando a singularidade deste sindicalismo de intelectuais, seja pelas especificidades e peso sócio-político da categoria que ele organizava, seja pela assunção do compromisso com a "educação pública, gratuita e democrática" como pilar de sua ação sindical. Uma ação que se inscrevia, através da direção política dada pelos seus militantes, no universo de lutas anticapitalistas, através da oposição e confronto com os empresários da educação e com os governos nacional e estaduais. O corte classista do movimento já se manifestava, então, pela preocupação em agregar, na prática sindical, setores democráticos e populares da sociedade, para quem a Universidade brasileira deveria prioritariamente se voltar, em evidente compromisso com as classes subalternas.

No que se refere às *questões salariais e trabalhistas*, os participantes do II ENAD buscaram articular nacionalmente as lutas de caráter econômico-corporativo dos vários "setores institucionais" dos docentes. Neste processo, evidenciaram-se tanto o predomínio dos interesses dos docentes das IES federais autárquicas como motor e referência para as reivindicações (decorrente dos enfrentamentos que vinham se dando com o MEC e da sua maior expressão quantitativa),- assim como a força organizativa e a presença dos docentes das IES privadas (embora os seus delegados já se preocupassem com o fato de estarem presentes no evento representantes de apenas nove AD's, quando o ensino privado abarcava mais de setenta por cento das IES do país, algo que devia, segundo eles, ser

considerado na definição de uma política para o setor) (Boletim Nacional das AD's, nº 3, 1980).

Neste sentido, as formulações eram ainda muito genéricas. No Relatório Final do II ENAD, por exemplo, não consta nenhuma política específica para os docentes das IES federais fundacionais nem para os docentes das IES privadas. Por sua vez, a *articulação das lutas econômico-corporativas com a política educacional mais geral* não era explicitada ou se revelava muito tênue, o que talvez já indicasse a tensão ou dificuldade concreta de equilibrar e interrelacionar a dimensão mais ampla do movimento (dada pela disposição de construir uma política educacional alternativa à vigente) com as lutas trabalhistas, ditas especificamente sindicais.

As lutas trabalhistas dos *docentes das IES federais* mostravam-se mais maduras e precisas. Reivindicava-se o reajuste salarial de 48% a partir de 1º de março de 1980 (além do já concedido) e que as diferenças salariais decorrentes da estrutura da carreira fossem pagas com correção monetária em relação a 1º de fevereiro de 1979 defendendo-se, também, que o magistério superior fosse "incluído nos reajustes semestrais já concedidos a outras categorias", assim como o engajamento do movimento nas "lutas salariais de professores de 1º, 2º e 3º graus, quer de Instituições Públicas, quer de Particulares". As formas de ação então definidas vão fazer parte da dinâmica usual do movimento, em sua trajetória histórica: assembléias gerais para debater a campanha salarial, a carreira e estratégias de intervenção; Dia Nacional de Luta pelo Reajuste Salarial, em que se discutisse a *possibilidade de uma greve nacional* e a definição de prazos para o governo se manifestar a respeito e para as assembléias gerais apreciarem/deliberarem sobre a resposta do governo (primeira semana de maio).

A despeito das limitações já apontadas, os delegados das IES privadas também discutiram uma *política específica para o setor*, segundo a orientação geral do II ENAD. A proposta apresentada e aprovada na plenária final do evento enfatizava a relação com os SINPRO's, reafirmando o empenho em torná-los representativos dos interesses da categoria e neles reconhecendo "uma instância fundamental para o encaminhamento das lutas trabalhistas e setoriais". Como iniciativas concretas, a proposta indicava a realização, pelas AD's do setor, de debates, seminários e palestras sobre a CLT, a *questão trabalhista* e o *processo de sindicalização*, que deveria ser incentivado, "visando à democratização dos SINPRO's e à transformação da estrutura sindical". Recomendava-se também que as AD's estudassem a "possibilidade de unificar a data-base dos dissídios", apresentando propostas em Reunião Extraordinária a se realizar em julho de 1980, por ocasião da SBPC, e encaminhassem ao DIEESE, ou a "outra organização idônea de pesquisa", o estudo do *quantum* do piso salarial e do índice de aumento de salários.

A *estabilidade no emprego* foi outra questão debatida pelos militantes do setor. Defendeu-se a discussão, nos acordos e contratos coletivos de trabalho, do problema da estabilidade dos docentes da rede particular e dos dirigentes de AD's, recomendando-se o "estudo de um projeto de lei supletivo à CLT" que definisse as condições segundo as quais seria possível realizar demissões. Além disso, as AD's deveriam exigir que constasse, nas carteiras profissionais dos docentes, a sua carga horária, remuneração e categoria funcional. Para dar força a essas lutas, foi aprovada a deflagração de uma Campanha Nacional pela estabilidade das Diretorias de AD's, incentivando-se a troca de documentos entre as AD's do setor que pudessem "enriquecer as lutas por estabilidade em cada instituição". Caberia à Coordenação Nacional do movimento, sempre que informada, pronunciar-se energicamente contra as agressões à constituição de AD's (Boletim Nacional das AD's, nº 3, 1980).

A questão da *concessão de verbas públicas para o setor privado* de ensino já aparecia como "preocupação fundamental". Entendia-se que o repasse dessas verbas acabava privilegiando os interesses dos proprietários e/ou sociedades mantenedoras, em detrimento das necessidades dos professores, "sujeitos constantemente às dispensas e baixos salários ditados pela lógica empresarial dessas entidades, independentemente da existência ou não de verbas". Por isto, defendia-se que as verbas públicas já concedidas fossem aplicadas "estrita e diretamente na melhoria da qualidade das condições salariais e de ensino" e na "redução imediata das anuidades" e que houvesse, para tanto, a "fiscalização da Comunidade Acadêmica, com a participação das AD's". Tinha-se, desde então, como perspectiva, que as bases do movimento discutissem uma "política universitária para a concessão de verbas para as IES privadas" que desencadeasse o processo de sua desprivatização, segundo o princípio de que "o ensino deve ser público e gratuito em todos os níveis" (*idem*).¹⁶

A *Reestruturação da Carreira dos Docentes das IES Autárquicas* foi, compreensivelmente, o ponto alto do II ENAD, por representar o embate mais direto e contundente que os docentes nacionalmente organizados travavam com o governo. Repudiando-se a "forma reservada adotada pelo MEC para divulgação da nova versão do projeto [...] e a falta de encaminhamento oficial às AD's", exigia-se um "pronunciamento" do MEC sobre o caráter oficial da nova versão do anteprojeto (apresentada reservadamente ao CRUB), o "cumprimento dos compromissos assumidos nos encontros regionais" quanto à participação das AD's na análise final dessa nova versão (antes do seu envio ao Congresso Nacional) e que o Projeto finalmente aprovado fosse "aplicado a todas as IFES".

¹⁶ A concessão de verbas públicas para as IES particulares foi um divisor de águas desde os primórdios da ANDES. A definição de uma "política de transição" para as IES particulares provocou tensões e contradições que permearam a condução política do movimento e contribuíram para o refluxo da participação dos docentes dessas IES particulares na entidade nacional. A questão é analisada nos capítulos 4, 5 e 7 desta pesquisa.

Ao discutirem o conteúdo do anteprojeto do MEC, os docentes explicitavam o seu entendimento histórico do trabalho docente como a *essência de sua identidade profissional*: as atividades do magistério superior deveriam se voltar para a "produção do saber e não apenas sua transmissão e ampliação". As críticas e alterações propostas centravam-se em dois aspectos fundamentais, explícita ou implicitamente interligados: o desta *identidade profissional* e o da *democratização e autonomia* das instituições de ensino superior.

Quanto à *identidade profissional*, reivindicava-se a extinção da figura do "professor associado" e a definição precisa da categoria do "instrutor de ensino", contratado para suprir "atividades acadêmicas eventuais", defendendo-se que este tivesse remuneração equivalente à sua titulação formal, experiência profissional e um regime de trabalho correspondente ao do quadro permanente. Seu número, contudo, não poderia atingir um percentual superior a 10% da lotação de cada departamento. Reivindicava-se, ainda, que não apenas a experiência profissional, mas também a produção científica, intelectual e artística fossem consideradas para o cálculo dos salários e da progressão funcional (alertando-se, desde então, para os problemas decorrentes de "incentivos" mantidos no projeto); que as atividades de um professor visitante se restringissem a dois anos, sendo "vedada qualquer medida que caracterize renovação de contrato"; que a dispensa do diploma de graduação para inscrição em concurso de acesso à carreira fosse definida pelos colegiados departamentais, e não pelo Poder Executivo e que o regime básico de trabalho fosse o de *40 horas semanais*. Na contagem de tempo de serviço para enquadramento, dever-se-ia considerar o tempo efetivo docência em qualquer IES. Os professores auxiliares e assistentes com mais de oito anos em uma categoria funcional deveriam ser enquadrados automaticamente na categoria seguinte, mas reclamava-se da ausência, no projeto, de uma "avaliação global do desempenho dos docentes", para fins de progressão.¹⁷ Por fim, reivindicava-se a *"imediata absorção"* de todos os docentes (colaboradores, visitantes, auxiliares de pesquisa ou equivalente) no quadro funcional das IES, em categorias correspondentes à sua qualificação e experiência acadêmica, segundo critérios definidos em cada instituição e a *isonomia* para os docentes das IES federais de todo o país: salários iguais para as mesmas posições na carreira (Boletim Nacional das AD's, nº 3, 1980).¹⁸

Este desenho inicial do *perfil do trabalhador docente* defendido pelo movimento já continha, como se vê, os elementos fundamentais constitutivos de uma identidade em que se valorizava as condições para o exercício profissional qualificado e competente. Ao mesmo tempo, abria espaço para vieses ditos "corporativistas", geradores de tensões no interior do próprio movimento, como se tornaram a questão da "absorção imediata dos colaboradores" e

¹⁷ A questão da avaliação dos docentes e das instituições de ensino superior constituirá um desafio permanente, tanto internamente como nos embates (adversos) com o governo, como se verá nos capítulos 5 e 7 deste estudo.

¹⁸ Essa incorporação será motivo de críticas ao movimento, taxado de corporativista. Por sua vez, a conquista da isonomia para os docentes das IFES será uma das grandes conquistas da ANDES (ver capítulo 5).

da "avaliação global" do desempenho docente para fins de progressão na carreira.

No que se refere à *democratização e autonomia universitárias*, defendia-se que os colegiados departamentais fossem os "órgãos competentes" para a avaliação e reconhecimento da qualificação profissional, da experiência docente e da produção científica, intelectual e artística; que a lotação do quadro permanente fosse definida, de "maneira global", nas próprias IES (independentemente de aprovação do MEC); que o poder público assegurasse os recursos financeiros para as IES e que estes fossem livremente geridos, com participação da comunidade universitária. Além disto, propugnava-se que todos os professores tivessem o direito assegurado de votar e ser votados para o exercício de qualquer cargo institucional.

A *necessidade de articulação com o conjunto dos trabalhadores* expressava-se na defesa da "luta geral pela estabilidade no emprego e por outros direitos trabalhistas fundamentais, através de formas a serem discutidas com os diversos sindicatos profissionais", reafirmando a perspectiva classista de enfrentamento com o regime militar e a ordem capitalista. No plano específico dos trabalhadores do ensino, pensava-se na formulação de um Estatuto do Magistério Superior que, transcendendo as limitações da CLT, garantisse a estabilidade no emprego ("entre outras coisas"), a ser debatida na Reunião Extraordinária das AD's, com realização prevista para julho, durante a SBPC.

Esta necessidade se somava ao amadurecimento, pelas experiências vividas, da própria idéia de *criação de uma organização nacional dos docentes*, "autônoma e democrática". Neste sentido, decidiu-se fortalecer a Coordenação Nacional das AD's através da constituição de uma secretaria, a ser sediada em uma AD escolhida pela própria Coordenação, pelo período de um ano, estabelecendo-se uma contribuição mensal das AD's para as despesas dessa secretaria. As responsabilidades principais desta Coordenação seriam: realizar duas reuniões anuais, precedidas de reuniões regionais, em datas amplamente divulgadas com a necessária antecedência; manter as AD's informadas sobre todos os assuntos de interesse da comunidade universitária; editar um jornal com as resoluções do // ENAD e, se possível, um boletim periódico; propor o temário dos ENAD's; convocar reuniões nacionais extraordinárias (caso necessário e após consultar todas as AD's, que deveriam ser previamente informadas dos motivos dessa convocação e da sua pauta); apoiar e se fazer representar nos encontros regionais, assim como nos encontros de professores em nível nacional (Boletim Nacional das AD's, nº 3, 1980).¹⁹

Na tentativa de agilizar a concretização desta entidade nacional, deliberou-se ainda que, nas assembléias gerais que discutiriam as campanhas salariais em 1980, os

¹⁹ A composição da Coordenação Nacional, subdivida em Regionais, correspondia à estrutura inicial da ANDES, que foi aprimorada quando da sua transformação em Sindicato Nacional (ver capítulo 3).

professores também debatessem "alternativas de organização a nível nacional", preparando-se para a Reunião Extraordinária de AD's que se realizaria durante a SBPC, na qual se decidiria sobre a "conveniência de criação de uma Entidade Nacional, seu caráter e sua forma de criação". Como tarefa imediata, a Coordenação Nacional incumbiu-se de realizar um estudo em que analisaria as possibilidades de "criação de uma Entidade de caráter nacional ou de uma Executiva Nacional das AD's, de caráter coordenativo, operando como instrumento de articulação e unificação das lutas desenvolvidas pelas diferentes Associações de Docentes", refletindo ainda sobre as formas jurídicas dessa organização (sua constituição estatutária e suas atribuições legais). Além disto, a Coordenação deveria empenhar-se no cadastramento dos professores sócios das várias AD's existentes e na criação de novas (*idem*).

Essas iniciativas, amplamente divulgadas e discutidas, traduziam os princípios democráticos norteadores do movimento docente, com sua ênfase na organização sindical da categoria a partir dos locais de trabalho.²⁰ Elas expressavam, também, os avanços rumo à criação da sua entidade nacional, que logo provocaram reações do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). A princípio um aliado do movimento e um espaço de presença e articulação dos docentes, o CRUB, em Manifesto divulgado em dezembro de 1979, reconhecia o "surgimento e revitalização das AD's como um importante e legítimo instrumento de defesa dos interesses dos professores" - o que, segundo os reitores, demonstrava "com toda a clarividência o avanço da sociedade civil e de sua importância para o processo de democratização do Brasil"- mas ressaltava a "preocupação de que as AD's, *adquirindo caráter sindical, [acentuassem] a distinção empresa-trabalhador*", em detrimento do "sentido da 'comunidade' e do aperfeiçoamento da prática democrática nos próprios órgãos da estrutura acadêmica". O CRUB afirmava, ainda, que "somente [seria] possível o fortalecimento do regime democrático se não houvesse] o *risco do ensino único, caminho inexoravelmente aberto ao totalitarismo*" (Boletim Nacional das AD's, nº3, 1980; grifos meus).

Estas declarações traduziam, na verdade, as tensões e oposições que se manifestariam entre os docentes sindicalmente organizados e seus "patrões imediatos" (os reitores) - sobretudo pelo confronto entre os interesses públicos e privados na defesa de

²⁰ Preocupado em assegurar uma organização nacional segundo esses parâmetros, o II ENAD denunciou o projeto de criação de uma Ordem dos Professores do Brasil, em tramitação no Congresso Nacional, endossando a decisão do Encontro da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), hoje Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) de repudiar essa iniciativa, sem prejuízo da participação nos eventos da categoria, em particular no I Encontro Nacional de Professores, a se realizar em Belo Horizonte. As AD's deveriam pressionar os senadores para adiar a votação desse projeto, ganhando-se tempo para a sua divulgação e debate "nas bases", a quem caberia o parecer final a este respeito, juntamente com outras entidades de professores de todos os níveis de ensino. Este fato demonstra o empenho dos docentes universitários em interferir nas possibilidades de organização mais ampla da categoria profissional como um todo, em um contexto marcado por iniciativas dessa natureza.

projetos de universidade que começavam a ser debatidos. Elas expressavam, ainda, os conflitos trabalhistas entre “empregadores” e “empregados”, que também se manifestam, mesmo que de modo singular, nas universidades brasileiras (inclusive as públicas), como “aparelhos ideológicos” do Estado.²¹

Como se vê, ainda sob o regime ditatorial, estabeleciam-se as bases materiais da disputa ideológica, de corte classista, em torno de concepções de universidade e sociedade. Nesta perspectiva, a moção de solidariedade do II ENAD aos camponeses em luta pela posse da terra, agredidos na região Grande Alagamar (PB), é emblemática do compromisso dos dirigentes do movimento docente e de seus militantes com as classes trabalhadoras.

Nesse contexto, o movimento ganhava notoriedade pública, como revela uma outra moção do II ENAD, reconhecendo a “inestimável colaboração prestada por expressivos setores da imprensa na difusão e fortalecimento dos movimentos do professorado brasileiro” e esperando que esse apoio fosse “mantido e ampliado no sentido de fortalecer as campanhas e movimentos a serem deflagrados em 1980”. Esta iniciativa, ao mesmo tempo em que afirmava o espaço público já conquistado na mídia, revelava a preocupação (tática e estratégica) de preservá-lo e ampliá-lo.

No segundo semestre de 1980, acirraram-se as tensões entre o movimento e o governo. O MEC protelava em responder às reivindicações apresentadas pelos docentes, particularmente aquelas referentes à reestruturação da carreira, que já haviam alcançado “suficiente grau de consenso” entre os docentes e o ministério. O novo projeto do MEC fora “torpedeado pelo DASP e sabotado pela SEPLAN, inclusive com cálculos mentirosos sobre suas repercussões financeiras”, evidenciando a “fragilidade política do MEC e de seu titular”, que acabou recuando e aceitando as “emendas da dupla DASP/SEPLAN, que desfigura[vam] completamente o projeto” (Maciel, 1991, p. 74). Esta versão desfigurada fora rejeitada pelo conjunto das AD's presentes ao ENAD Extraordinário ocorrido em julho de 1980, quando se reuniram representantes de 49 AD's (das quais 15 do setor das IES particulares), o que demonstrava o rápido crescimento do movimento nacional, que tentava articular as demandas dos docentes dos diferentes setores institucionais.

Desta perspectiva, o editorial do Boletim Nacional das AD's nº 4 é bastante elucidativo da preocupação com a *unidade na diversidade* que perpassa a construção da ANDES. Afirmando estar comprovada a “capacidade do movimento dos docentes de construir sua unidade em cima de reivindicações comuns” (melhores salários e condições de trabalho, estabilidade no emprego, carreira docente, verbas para a educação, ensino público e

²¹ A íntegra do Manifesto dos Reitores e da Moção de Repúdio do II ENAD se encontram no Boletim Nacional das AD's nº 3. Uma leitura atenta do conteúdo desses textos permite detectar as diferenças político-ideológicas que demarcavam e punham em conflito essas duas organizações, apesar da existência de interesses comuns.

gratuito, democratização interna das IES), este editorial concluía que as diversas questões específicas tinham "uma origem comum, que é a política deliberada do governo [de] se desobrigar com relação à educação", que só poderia ser efetivamente combatida pelo "desenvolvimento da consciência dos objetivos comuns a todos os docentes, o que leva[ria] à unificação da luta e ao relacionamento das questões específicas entre si, sem com isso relegá-las a um plano inferior" (Boletim Nacional das AD's, nº 4, 1980).

Ao centrarem a construção da sua unidade no enfrentamento político com o Estado capitalista no campo da educação, os dirigentes e militantes do movimento buscavam também avançar, ao menos ao nível do discurso, na direção do equilíbrio interno entre os "setores" institucionais dos professores. Esta mesma argumentação unitária respaldava a decisão de convocar um "Congresso por uma entidade nacional" (o *I Congresso Nacional de Docentes Universitários - I CNDU*):

"Os aspectos nacionais de muitas lutas encetadas pela comunidade universitária, o grande número de AD's existentes e as dificuldades de funcionamento da Coordenação Nacional apontam para a formação de uma entidade nacional. No II ENAD [...] e no Encontro Extraordinário do Rio de Janeiro, considerou-se imprópria e anti-democrática qualquer decisão de criação de tal entidade nesse tipo de fórum. Como fórmula consensual, deliberou-se pela convocação de um Congresso Nacional, em fevereiro de 1981, no Estado de São Paulo, que será o foro adequado de discussão sobre esse assunto, de magna importância para o movimento dos docentes universitários" (Boletim Nacional das AD's, nº 4, 1980).

A ANDES estava prestes a nascer. Um *III ENAD* foi convocado para os três dias que antecederiam a realização do *I CNDU*. Capitaneado pelas demandas e pela dinâmica das IES federais autárquicas, bem como pelos impasses vivenciados junto ao MEC, o *ENAD Extraordinário* aprovou, ainda, um documento exigindo a suspensão do projeto de carreira DASP/MEC e o envio imediato ao Congresso Nacional, pelo poder executivo, da versão apresentada pelo MEC em março de 1980:

"De nada terá valido o esforço da comunidade universitária na discussão desse projeto, realizada nas assembleias gerais das AD's, se o resultado de todo esse trabalho for desvirtuado pela mutilação das idéias centrais [...]. Essa é exatamente a implicação da proposta negociada entre o MEC, a SEPLAN e o DASP e enviada, pelo último, à Casa Civil da Presidência da República" (Boletim Nacional das AD's, nº 4, 1980).

Esgotada a tolerância com o MEC, e após audiência frustrada com o Ministro Eduardo Portela, os militantes do movimento decidiram organizar uma Semana Nacional de Mobilização (8 a 15 de setembro de 1980), com três dias de paralisação, que teve grande impacto. O apoio dos estudantes, liderados pela UNE, e de professores de algumas IES particulares, reforçou, significativamente, o poder de pressão desse movimento paredista, assim avaliado pela revista *Veja*:

"Verificou-se que a greve teve duas virtudes indiscutíveis. Primeiro, mostrar que as universidades brasileiras podem parar sem que haja uma crise política. Depois, ensinou ao governo que, a partir de agora, se há intransigência ou radicalismo no trato da questão

universitária, eles não estão nas universidades, mas em Brasília" (Veja, nº 6817, apud Maciel, 1991, p. 74).²²

A intransigência das esferas centrais do governo, em que pesem os esforços de um Ministro da Educação sem muitos poderes, levaria a mais uma paralisação nacional dos docentes das IES autárquicas nos dias 5 e 6 de novembro, que culminou na deflagração da sua primeira greve nacional, de importância decisiva, como já mencionado, para a criação da ANDES.

A importância da primeira greve nacional dos docentes

Como vimos, o espraiamento das greves, com seu vigor reivindicativo e político, pelas diversas categorias profissionais em todo o país, marcou a emergência do "novo sindicalismo" e o tornou a força decisiva no combate à ditadura militar.²³ Gestada e deflagrada neste contexto, a greve nacional dos docentes das IFES autárquicas de 1980 influenciou decisivamente no processo de nascimento da ANDES²⁴, como se pode constatar mediante a pesquisa documental e pelas análises militantes e acadêmicas a este respeito.²⁵

Resultante da paralisação ocorrida no início de novembro, esta greve desencadeou-se, segundo Maciel, a partir da insatisfação dos professores de Física e de Matemática da Universidade Federal de Goiás (UFGO) que, em assembléia geral numerosa, conseguiram a adesão da maioria para deflagrá-la por tempo indeterminado, pelo atendimento das reivindicações apresentadas ao MEC. A iniciativa propagou-se celeremente e logo muitas AD's colocaram-se em assembléias permanentes, fazendo crescer as expectativas em torno da reunião da Coordenação Nacional das AD's que se realizaria em Brasília, a 10 de novembro.

Nesta reunião, houve um empate técnico no encaminhamento da questão: sete participantes foram favoráveis à imediata deflagração da greve e sete defenderam sua deflagração nacional em março de 1981 (Maciel, 1991, p. 74). Isto levou a Coordenação a remeter o quadro para deliberação das AD's, com as seguintes propostas: a) "imediata utilização do 'maior instrumento de luta dos trabalhadores'", com a consciência de que "uma greve significa não apenas a recusa em dar aulas, conceitos e demais atividades docentes,

²² Outros periódicos de circulação nacional também deram ampla cobertura a esta paralisação: os jornais *Estado de São Paulo* (10 e 13 de setembro), *Folha de São Paulo* (11 e 13 de setembro), *Jornal do Brasil* (11 e 12 de setembro) e a revista *Isto É* (17 de setembro). Considere-se que esta já era a segunda paralisação nacional ocorrida, pois a primeira, também de três dias, fora convocada em maio de 1980 pela Coordenação Nacional das AD's, realizando-se no período de 11 a 13 de junho (cf. COELHO, op. cit., p. 57).

²³ A bibliografia a este respeito é abundante. Ver, entre muitos outros: ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho*, São Paulo, Ensaio/Edunicamp, 1988b; NORONHA, Eduardo. "A explosão das greves na década de 80, in: Boito Jr., Armando (1991 a).

²⁴ Sobre os antecedentes, a deflagração e os resultados desta greve, ver: COELHO, op. cit., pp. 57-63.

²⁵ Segundo o depoimento de Ari Vicente Fernandes, as greves dos docentes das IES particulares paulistas, especialmente as deflagradas em 1980, também impulsionaram muito esta iniciativa.

mas principalmente tirar o 'véu' deste confronto, deixando claro o seu caráter político" e b) "aguardar a criação da entidade nacional", para "conduzir a greve que ainda não est[ava] construída" (Coelho, 1992, pp. 59-60).

A 16 de novembro, diante do fato de docentes de várias universidades já estarem em greve, a Coordenação Nacional propôs a realização de assembleias gerais em todo o país, visando uma definição sobre a adesão à greve, reconhecendo ser isto fundamental para a "consolidação e ampliação do movimento docente, que terá continuidade com a realização do Congresso dos Docentes Universitários em Campinas-SP [...], para decidir a criação da Entidade Nacional, fortalecida nesta etapa de luta" (Coelho, 1992, pp. 59-60).

A vinculação entre a greve das IFES autárquicas e o nascimento da ANDES estava dada. Significativamente, a sua própria deflagração nacional gerou, de início, nítidas e equilibradas divisões no interior da Coordenação Nacional, relacionadas às inquietações táticas sobre a sua pertinência ou não naquele momento. Também significativamente, a greve traduzia os eixos básicos norteadores do movimento, ao conjugar luta econômica e luta política em sua pauta de reivindicações: reajuste salarial de 48% retroativo a março de 1980 e implantação do reajuste semestral de salários, plano de carreira, mais verbas para a educação (até atingir 12% da receita federal) e revogação da Lei nº 6.733.

De expansão "lenta e trabalhosa", a greve nacional ia desnudando a "falta de experiência na articulação, deflagração e condução do movimento". (Maciel, 1991, p. 74). O depoimento de Renato Ortiz confirma estas fragilidades, ao mesmo tempo em que ilumina a chamada "força da base" em relação à direção do movimento:

"Ninguém tinha controle do movimento, não tinha havido nenhum movimento dessa envergadura; a greve tem uma dinâmica própria que não está, muitas vezes, no cálculo das pessoas que estão na direção. [...] Cada assembleia de cada lugar também tinha o seu dinamismo interno. Isso fez com que houvesse um pipocar de assembleias e aí se colocou a questão de como coordenar o movimento. [...] Pela primeira vez se pensou em fazer um Comando Nacional de Greve, só que ninguém tinha idéia de como fazer isso. [...] O Comando de Greve também era muito desorganizado. A gente não tinha experiência nenhuma de fazer greve, era a primeira greve nacional que surgia no país e nós não sabíamos muito como lidar com aquilo" (Renato Ortiz, 07/07/95).²⁶

Em que pesem as suas fragilidades, decorrentes da inexperiência dos dirigentes, esta greve foi forte e teve impacto nacional. Os docentes enfrentaram, em seu percurso e desfecho, a queda do ministro Portela e a ascensão de um ministro militar: o general Rubem Ludwig. Mesmo antes da adesão maciça dos docentes da grande maioria das IFES

²⁶ Ortiz relembra, a propósito, o quanto as primeiras experiências grevistas ensejaram discussões organizativas muito importantes para a concepção e dinâmica de funcionamento posterior da própria ANDES: "por exemplo, durante uma greve, a diretoria da ANDES deve participar ou não? Essa era uma discussão que durava horas, infundável. Porque a diretoria queria participar, mas a greve não era da diretoria; a diretoria representava docentes que não estavam em greve e o comando de greve era formado por grupos que estavam em greve. Então, vinham divisões, clivagens políticas, que não se sabia como resolver".

autárquicas, obtida "penosamente" até 30 de novembro, o então ministro Eduardo Portela, em depoimento à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, onde se encontrava presente o Comando Nacional de Greve, denunciou a "contabilidade mesquinha" do Ministro da Fazenda, Delfim Netto, e demitiu-se do cargo, fazendo declarações públicas que se tornaram célebres, como as seguintes: "não sou ministro, estou ministro" e "prefiro estar do outro lado do rio." O general Ludwig, prestigiado pelo presidente João Figueiredo, "negocia, em uma semana, o que o seu antecessor fora incapaz de arrancar em quase um ano de enfrentamento com o DASP/SEPLAN" (Maciel, 1991, p.74): uma carreira docente que preservava a estrutura básica discutida pelo MEC com o movimento e uma reposição salarial de 30% (além do índice geral dos SPF's). O MEC eliminava, contudo, o reajuste semestral de salários e permitia a absorção, na estrutura da carreira doente, como professores assistentes, de "colaboradores" que tivessem sido admitidos até 31 de dezembro de 1979.

Estas iniciativas do novo ministro colocaram outros problemas e desafios para os docentes em greve. A sua própria condição de general aumentava o medo já existente na categoria, sem falar das maiores dificuldades de negociação pelas atitudes por ele assumidas diante do movimento paredista:

"A participação da base, de início, [...] foi difícil, porque o pessoal tinha medo. Mas gradativamente foi crescendo, porque o pessoal começ[ou] a descobrir que era possível fazer uma greve e não ser reprimido. [...] Em alguns locais, aquela história de colaborador trouxe um grupo muito ativo e muito jovem. A minha universidade tinha poucos colaboradores [...], aí era mais difícil a participação massiva. [...] Na primeira greve, aconteceu a queda do Portela e a subida do general. Imagine o apavoramento, quando se sabe! Em quase todo o Brasil, todo mundo se apavorou. Mas a liderança conseguiu segurar e mantivemos a greve. Foi aquela luta para tentar a negociação, o governo não negociava. E começaram a surgir alguns problemas: como aceitar uma solução que era imposta e não negociada? Por exemplo: a reestruturação da carreira, dada por decreto-lei, pelo Ludwig. E as suas seqüelas, não é?" (Agamenon Almeida, 01/12/94).

Com efeito, as dificuldades de negociação e as "seqüelas" daí resultantes foram elementos que marcaram a criação da ANDES e a sua trajetória inicial. As iniciativas do ministro Ludwig representavam uma forma de o governo tentar arrefecer a força e o impacto positivo do movimento grevista na opinião pública e, ao mesmo tempo, o intuito de isolá-lo do conjunto dos SPF's, gerando ainda a divisão interna entre "velhos" e "novos" professores colaboradores, dada pela clivagem da data-limite para o seu enquadramento automático no quadro permanente das IFES autárquicas.

Mesmo assim, ao avaliar a greve, Maciel considera que, para o governo, só houve perdas: "além do ministro civil, [perdeu-se a] oportunidade de dar solução duradoura à questão salarial que, já no ano seguinte, levaria a nova greve nacional dos docentes das autarquias". Para o movimento, a greve teria acarretado ganhos e perdas:

"Os ganhos evidentes foram a carreira docente, a reposição parcial das perdas salariais e o fato inédito de terem sustentado, com sucesso, a primeira greve nacional de uma categoria de servidores públicos, confrontando, legitimamente, a legislação da ordem autoritária. As perdas, não perceptíveis no momento do encerramento [...], foram a falta de uma avaliação crítica do movimento e a [sua] incapacidade de se posicionar sobre a absorção de milhares de docentes, por decreto, na carreira do magistério" (Maciel, 1991, p. 75).

A falta de uma avaliação crítica teria impedido, ainda segundo Maciel, uma discussão aberta e democrática que "eliminasse ou esclarecesse divergências de posições, o que, mais tarde, se refletiria na eleição da diretoria provisória da ANDES". A absorção maciça dos colaboradores, por sua vez, teria fornecido argumentos, até hoje utilizados pelos "adversários do MD e da Universidade", para combatê-lo. Mas o saldo político fundamental teria sido o aprendizado coletivo da "busca da unidade, da coesão e da solidariedade sindicais, entre companheiros de luta" (Maciel, 1991, p. 75). Pedro Coelho considera, além disto, que "a questão salarial e de carreira dos docentes [...] teve importância fundamental para a consolidação do MD nos anos 80. As greves das IES autárquicas, no início da década, marcam o movimento, dando-lhe o caráter político que o colocaria em confronto cada vez mais aberto com a política econômica e educacional do governo" (Coelho, 1992, p. 54).

Sem adentrar nessas avaliações, importa agora ressaltar a importância desta primeira greve para a fundação da ANDES. Alguns dos entrevistados que vivenciaram este momento ajudam a dimensionar, problematizando, a sua influência decisiva neste sentido. Para Agamenon Almeida, a criação da ANDES é fruto de uma luta concreta, marcada por este movimento paredista:

"É interessante ver [...] que não houve um debate desligado da luta; a ANDES só sai por causa da greve de 80 [...]. Porque nós éramos um conjunto de entidades que procuravam essa identidade. Imagine que todas essas entidades, ou a maioria delas, foram criadas ainda no bojo da repressão. Umas, mais antigas, foram sendo reconstruídas, na verdade. Mas foi uma luta difícil, construir essa entidade. Porque era aquela questão: nós não somos sindicato, e o que somos? É tanto que, nesse processo, são definidos primeiro os eixos políticos. Um elemento aglutinador era a crise salarial. Da crise salarial se puxava um segundo elemento, que eram as condições de trabalho. Das condições de trabalho se ia à questão das verbas; da questão das verbas à da democracia dentro da universidade e tudo isto puxava para a questão do ensino público e gratuito. É um processo que vai se aglutinando, as pedras vão se juntando" (Agamenon Almeida, 02/12/94).

Ari Vicente Fernandes também foi incisivo no sentido de afirmar a importância não só desta greve, mas das greves dos docentes das IES privadas (sobretudo as paulistas), também ocorridas em 1980, para o surgimento da ANDES. Saliendo a relevância do apoio aos docentes das IES estaduais paulistas aos confrontos grevistas encetados, seu depoimento ilumina o esforço de construir a unidade de todos os setores institucionais, que marcou (com reconhecidos insucessos) a trajetória do movimento desde o início:

"Aqui em São Paulo, elas deram todo o apoio que a gente precisava. [...] Nós não tínhamos como nos articular porque não existia a ANDES e os sindicatos jamais se prestariam a isso.

Um dos principais canais de articulação ou retaguarda que nós tínhamos eram as estaduais: a ADUNICAMP em Campinas, a ADUSP em São Paulo e a ADUNESP, que também estava se constituindo [...]. Quando nós fizemos a nossa greve no segundo semestre, que foi muito mais uma greve de consolidação, nós tínhamos, inclusive, nas assembléias, os telegramas e os informes do movimento nas federais [...]. E isto não foi só em 80. Nos primeiros anos da ANDES, era greve em todo canto. [...]. O movimento nas particulares era muito difícil de eclodir, sem as greves, porque, em sua maioria, elas não eram universidades" (Ari Vicente Fernandes, 15/02/95).

Renato Ortiz problematiza a relação entre a greve das IFES autárquicas de 1980 e a criação da ANDES, remetendo a outros ângulos da questão. Por um lado, ele considera que a greve "atropelou" esse processo, ainda em gestação:

"[...] muitas das pessoas que vieram a compor a diretoria, posteriormente, foram contra. Alguns, de maneira mais direta; outros, de maneiras mais sutis, porque eles achavam que, do ponto de vista da criação de uma entidade política [...], uma greve só iria complicar mais as coisas. [...] No momento da greve, uma parte da Coordenação Nacional, que tinha uma certa hegemonia política, foi contra [...]. Havia toda uma montagem política em torno de uma data de fundação, o Congresso já havia sido convocado e, nesse ínterim, surge uma greve que você não tem como controlar. E não tinha nenhum controle, mesmo. Nem nós, que estávamos no Comando de Greve, tínhamos controle, na verdade" (Renato Ortiz, 07/07/95).

Por outro lado, ele reconhece a importância da greve para "impulsionar" a criação da entidade nacional e considera que ela imprimiu um "tônus" ao movimento que, se assegurou o sucesso sindical da ANDES, também implicou o seu fracasso, no que se refere à sua dimensão "acadêmica" ou "universitária". Para ele, a greve provocou divisões internas, atropelando "alianças políticas que haviam sido feitas para montar e escolher reitorias", e colocou os docentes das IES federais autárquicas em um "patamar diferente", o que "acabou marcando um pouco a direção de um tipo de ANDES, no início, muito voltada para as federais autárquicas". Os professores em greve também estariam, segundo ele, despreparados para negociar a proposta de carreira apresentada pelo ministro Ludwig, cuja implantação traria problemas (as "seqüelas" mencionadas no depoimento de Agamenon Almeida e comentadas por Maciel) para o movimento, em sua trajetória histórica:

"[...] a greve terminou por causa do Projeto. O que é que o Projeto dava? Dava uma carreira que não existia, mas também reclassificava a massa de professores e a reclassificação implicava aumento salarial, que não era igual para todos [...]. O Projeto também incorporava - esse item não existia - os colaboradores [...]. Isso, na verdade, [gerou] uma discussão posterior, mas a ANDES nunca foi contra. Por quê? Por razões sindicais: tinha feito a greve, a greve ficava sendo vitoriosa e não se poderia condenar a absorção dos colaboradores. Poucas pessoas se manifestaram contra isso, ou seja: por que é que nós vamos absorver automaticamente esses professores, que não têm qualificação nenhuma, na sua maioria? Porque existiam colaboradores doutores, tudo bem, esses podiam ser assimilados. Mas, na sua grande maioria, não: foram aprovados para dentro da universidade sem prestar concurso. Mas a ANDES silenciou em relação a isso. Depois, em documentos posteriores, você vai até achar referências críticas, mas, no momento, não" (Renato Ortiz, 07/07/95).

Uma outra seqüela apontada seria a incorporação, na carreira dos docentes do setor

das IFES autárquicas, da progressão por tempo de serviço:

"Isso foi invenção do Ministério da Educação: era assim no Projeto anterior do Portela e passou assim. A ANDES também não se manifestou em relação a isso. Mais grave do que isso: a ANDES encaminhou uma política para as fundações exatamente nos mesmos moldes das autarquias. Neste momento, a ANDES já existia. E eu fui o único que votei contra. Eu não sei se isto está em ata [...]. Por que é que eu votei contra, na época? Porque eu achava que não fazia o menor sentido o professor progredir por tempo de serviço, se ele não tivesse qualificação e titulação" (Renato Ortiz, 07/07/95).

Naquele momento, havia ainda uma dificuldade muito grande em discutir essa questão da qualificação e da titulação, o mesmo acontecendo com as questões da política educacional e da "avaliação intelectual", pois "não existiam quadros para isto", predominavam as questões políticas mais gerais e a "necessidade institucional de organizar a nível nacional uma associação em moldes que não existiam". Reconhecendo que esta necessidade burocrática de organização nacional se impunha, Ortiz recorda suas implicações práticas: "o momento político era de construção, também, de uma administração, de uma burocracia, a nível nacional. Então, foi investida muita energia na formação da burocracia da ANDES, porque é necessária uma burocracia! Uma secretaria, eu não estou usando aqui burocracia no sentido pejorativo, mas no sentido da organização. As discussões sobre organização eram muito pesadas; as financeiras menos, as organizativas eram muito importantes" (Renato Ortiz, 07/07/95).

Ao abordar estas facetas da greve e suas imbricações com a criação da ANDES, Ortiz pôs também em destaque as especificidades das greves da categoria docente, ainda que a sua motivação básica, como em qualquer outra categoria, seja sempre a salarial. Seu comentário sobre a greve nacional de 1980 é esclarecedor do significado transcendente das greves salariais e por carreira, na medida em que estas representam também um confronto econômico e político com a ordem vigente:

"Essa greve não é uma greve essencialmente sindical. A questão salarial é muito importante, porém a greve não é só sindical. Se você pegar a pauta de reivindicações, você vai ver. [...] Mas também é bom analisar que todo movimento político faz isso. [...] Do ponto de vista político, de análise, a gente tem que conceder que, obviamente, o movimento político, para não ficar isolado, tem que ter bandeiras mais amplas. [...] Mas, no caso específico, a questão da carreira ia muito além da questão sindical ou trabalhista [...]. A greve teve uma conotação política; foi uma greve inesperada, proibida e que teve sucesso. Então, o elemento político foi muito importante, na época [...]. Isso dava manchete em jornal, dava horas a fio de entrevistas na televisão [...]. Foi uma greve que contou com solidariedade de boa parte da população" (Renato Ortiz, 07/07/95).

A reconstituição histórica desse movimento grevista e as considerações dos entrevistados acerca da sua influência sobre o nascimento da ANDES, aqui apresentadas, podem ser melhor aquilatadas pelas divisões provocadas no próprio movimento, que marcaram a composição da primeira diretoria da entidade, no próprio congresso de sua fundação.

A CRIAÇÃO DA ANDES

O momento da criação

Fortalecido por esse confronto nacional paredista (ilegal, mas legítimo) com o governo militar, o movimento docente realizou o seu *III ENAD* em Campinas (SP), no período de 10 a 17 de fevereiro de 1981, ao que imediatamente se seguiu o *I CNDU*, tendo ambos os eventos contado com a presença de delegados de 61 AD's. Do *III ENAD* emanam as Propostas de Ação para o *I CNDU*, agrupadas nos seguintes eixos: "Democratização e Autonomia", "Salarial, Sindical e de Carreira", "Mais Verbas, Ensino Público e Gratuito" e "Ensino e Pesquisa".

No primeiro eixo, deliberou-se pela "denúncia e crítica do autoritarismo dos estatutos" das IES e pelo recurso estratégico de "aproveitamento de todas as brechas institucionais na reivindicação de democratização e por estatutos [...] não outorgados". Isto deveria ser perseguido através de uma maior participação (ampliando-se o contingente de professores, estudantes e funcionários, eletivamente) nos órgãos de deliberação e colegiados, assim como pela defesa da *autonomia* dos departamentos e cursos e da *subordinação* da estrutura administrativa à pedagógica, das Reitorias aos Conselhos Universitários, democraticamente eleitos. Propôs-se também um "Dia Nacional de Luta pela Democratização e Autonomia das IES" e a integração dos docentes no "movimento global da sociedade civil pela democracia". Destacam-se, ainda, neste eixo, os posicionamentos contrários ao Decreto que proibia a contratação de docentes até dezembro de 1981 e a defesa da "estabilidade do tipo sindical para docentes com mandatos nas AD's" (Relatório Final do III ENAD, 1981).

No segundo eixo, o debate centrou-se na *carreira docente*, confirmando a sua importância para a identidade profissional (e sindical) dos professores. Concluiu-se pela necessidade de uma análise crítica do decreto do ministro Ludwig, sugerindo-se a implantação, contudo, dos seus "pontos positivos" e a elaboração um "projeto alternativo de carreira, que incorpor[asse] todas as reivindicações de docentes". Exigiu-se, também - o que expressava um desvio corporativista reativo às discriminações do decreto, justificado em nome da equidade - a "absorção imediata e equânime dos professores colaboradores e auxiliares de ensino contratados e demais alijados do enquadramento", recomendando-se um abaixo-assinado de docentes das AD's de todos os setores institucionais em prol desta exigência. Propôs-se, ainda, que as AD's das IFES fundacionais elaborassem anteprojeto de carreira unificada, a ser amplamente debatido, e que o mesmo fosse feito pelas AD's das IES privadas, que deveriam se orientar pelo Plano de Carreira das Autárquicas, considerando as críticas feitas e fornecendo contribuições (Relatório Final do III ENAD, 1981).

No *campo salarial*, os docentes reagiram à estratégia isolacionista do decreto,

propugnando uma campanha a favor da extensão do reajuste semestral "a todos os professores universitários, com recuperação do poder aquisitivo", para o que se deveria fazer imediata articulação com os SPF's. Defenderam, ainda, concessão de aposentadoria integral ao professor com 25 anos de serviço²⁷, a unificação da data-base do reajuste e um amplo debate nacional sobre política salarial, com a produção de um boletim informativo específico, que subsidiasse a discussão em todas as AD's. No *campo sindical*, propuseram que as AD's fundacionais discutissem a questão em suas bases e que as particulares prosseguissem na luta pela sindicalização e participação nos SINPRO's, criando-os onde não existissem.

No terceiro eixo, além da defesa da ampliação do ensino público e gratuito e da destinação de 12% do orçamento da União e de 25% dos orçamentos estaduais para a educação, encaminhou-se que as críticas e alternativas à política educacional vigente fossem "*levadas à consideração dos movimentos democráticos da sociedade brasileira*" e que prosseguissem os debates sobre o poder burocrático nas IES, enfatizando-se as questões do "*poder na universidade e na sociedade*" e do "*papel do docente na universidade como intelectual*", o que indicava a existência de uma consciência das *especificidades deste trabalho* no fazer sindical dos professores universitários (Relatório Final do III ENAD, 1981; grifos meus).

No quarto eixo, relacionado à questão da *identidade* e da *competência profissional* politicamente definida, propôs-se que a base do ensino e da pesquisa fosse a "realidade concreta do país", o que requeria direcioná-los, fundamentalmente, "às necessidades das maiorias populacionais". Além disto, defendeu-se a elaboração e o controle democráticos dos projetos de pesquisa e da alocação de recursos, bem como uma campanha nacional pela "melhoria das condições de ensino e pesquisa" e pelo "aperfeiçoamento dos docentes" (*idem*).

Esses eixos de luta, fruto da experiência acumulada, foram reafirmados no I CNDU, do qual participaram delegados de 64 AD's (17 de IES particulares), o que tornou relativamente fácil o "parto" da ANDES. Registraram-se 227 votos favoráveis ao nascimento imediato da entidade, em Campinas, no dia 19 de fevereiro de 1981 e apenas seis votos contrários à sua criação nesta data. Seu "nome de batismo", Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), foi também aprovado por ampla maioria. O caráter da entidade e seu relacionamento com a sociedade foram assim sintetizados:

"A ANDES é uma Associação de âmbito nacional, autônoma relativamente ao Estado e à administração universitária, democrática e representativa dos professores das IES de todo o Brasil, e não apenas das diretorias de Associações de Docentes. Esta Associação deve respeitar a autonomia das Associações Docentes e incentivar a criação de novas AD's, preservar os interesses regionais e setoriais, buscando, ao mesmo tempo, coordenar e fazer

²⁷ Esta questão se tornou polêmica dentro e fora do movimento, engendrando críticas e ataques ao "corporativismo dos docentes", que se acirram sobretudo na conjuntura atual, diante da Reforma da Previdência pretendida pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

convergir o movimento dos docentes nas iniciativas de alcance nacional. *A ANDES não terá caráter político-partidário e buscará efetivamente expressar as reivindicações e lutas dos professores das IES brasileiras nos planos econômico, social, cultural e político, seja em campanhas trabalhistas, seja na defesa de uma política educacional que atenda às necessidades populares, buscando interagir com entidades democráticas representativas de professores, trabalhadores e demais setores sociais, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro*" (Boletim Nacional da ANDES, nº 1, abril de 1981; grifos meus).

A estrutura organizativa provisória aprovada correspondia ao arcabouço básico até hoje mantido pela ANDES, o que sugere o amadurecimento da forma organizativa pretendida na "hora do parto" e a sua coerência com as concepções que marcaram a gestação da entidade: Congresso Nacional (anual) como "instância máxima de deliberação", Conselho Nacional de Associações de Docentes - CONAD (semestral) como "instância deliberativa intermediária" e Diretoria como "órgão executivo"²⁸

Pela sua natureza abrangente, o I CNDU não conseguiu dar conta das discussões e deliberações sobre as lutas específicas a serem travadas, detendo-se na aprovação de algumas lutas gerais emanadas do III ENAD.²⁹ Estas encaminhavam o movimento para a participação na "campanha nacional pela democratização do país", através da luta pela revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN), pela liberdade e autonomia sindical, pelo direito de greve, pela unificação do movimento dos professores e sua integração na luta de todos os trabalhadores, pelo desmantelamento do aparelho repressivo, por eleições diretas em todos os níveis e pela revogação do estatuto dos estrangeiros. Foi aprovada, também, a realização de uma Campanha Nacional pela Defesa e Ampliação do Ensino Público e Gratuito, reafirmando-se a necessidade de assegurar a destinação das verbas federais, estaduais e municipais para a educação nos percentuais já reivindicados. As resistências próprias da categoria organizada (por razões de naturezas diversas) a vãos políticos mais altos se expressaram na rejeição, por ampla maioria, da proposta de incluir, nas lutas sindicais, a tarefa de contribuir para a criação de uma Central Única de Trabalhadores e a defesa da "oportunidade de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte", deliberando-se por encaminhar um debate nacional sobre essas questões, para decisões no Congresso seguinte da ANDES.

Como lutas específicas, chegou-se a aprovar defesa da democratização da universidade, o posicionamento contrário à exclusão das IES fundacionais da Lei nº 6.733 e a luta contra as demissões sumárias dos docentes e pela readmissão dos demitidos. A partir daí, os debates foram interrompidos, por decisão do próprio plenário, para que se procedesse à eleição da primeira diretoria (provisória) da entidade.

²⁸ A estrutura orgânica original da ANDES será objeto de análise mais circunstanciada e detalhada no capítulo seguinte.

²⁹ Muito tempo foi gasto, compreensivelmente, nas articulações e no processo de constituição da diretoria provisória da entidade, o que privou o movimento da definição de um "plano de lutas", dificultando ou enterrando a ação dos seus primeiros dirigentes nacionais.

As tensões e divergências internas e seus reflexos no Congresso de fundação da ANDES (I CNDU)

A natureza e a importância das divergências

As tensões e divergências internas manifestas quando da fundação da ANDES relacionam-se, como já dito, a posições político-ideológicas diante da conjuntura daquela época e podem ser traduzidas em duas questões que se interconectam e cuja importância específica é maior ou menor conforme a vivência e as análises atuais de seus protagonistas: *a deflagração e condução da primeira greve dos docentes das universidades federais autárquicas* e *a natureza da entidade a ser criada: federação ou algo novo, com estrutura organizativa própria?*

Agamenon Almeida descreve o quadro em que se situavam essas questões, interrelacionando-as no tempo e com as cisões provocadas. Segundo ele, os conflitos a este respeito começaram a se materializar na própria experiência dessa greve:

"O salto para a concepção da entidade se dá no bojo da luta e da greve de 80. É um negócio fabuloso a gente entender como é que aquilo aconteceu. Porque aconteceu de formas distintas em lugares distintos [...]. Mas foi fundamental para começar a definir os eixos do que essa entidade seria. E aí a questão da democracia é fundamental. O Comando de Greve se instala e a primeira coisa importante definida é que um delegado tem que estar ligado à base. Tudo que ele tem que trazer, tem que trazer da base. As AD's não tinham estrutura e era difícil você estar deslocando o pessoal. Então, era por telefone, mesmo: se passava os boletins do Comando de Greve por telefone, decisões dos comandos locais por telefone. E isso foi importante porque marcou aquela história da democracia, da base, do poder de decisão da base e a tentativa de abrir um espaço político, no contexto geral do país" (Agamenon Almeida, 02/12/94; grifos meus)

"O primeiro momento de conflito [...] surge na primeira greve, no próprio processo de discussão do que era a ANDES [...]. Os contornos da proposta da entidade vão nascendo nos ENAD's. E aí se mantêm, mais ou menos, aqueles grandes eixos. [...] Já de início, se tinha o seguinte: a estrutura não pode ser uma estrutura de federação ou de confederação. Isso vai se construindo devagar, mas desde o início era isso. Como é que fica? Bem, a gente vai encontrar uma forma de organizar. *Mas as AD's não são independentes nem a ANDES vai ser uma federação de AD's.* Essa foi a primeira grande discussão, onde surgiu um corte, em que um grupo tinha a concepção de federação, dentro da estrutura tradicional dos sindicatos, apesar de não se falar em sindicato, e uma articulação que era interessante" (Agamenon Almeida, 02/12/94; grifos meus).³⁰

Esse entrevistado considera que existia, de fato, uma influência partidária nessa

³⁰ Segundo Carlos Martins, esta articulação foi denominada *Força Estranha*, dada a dificuldade de caracterizá-la: "afinal de contas, o que nos unificava? Era a questão do PT, era a questão da autonomia sindical, muito claramente, mas ... enfim, isso eram algumas palavras de ordem, alguns princípios políticos ainda muito genéricos para explicar como é que, de repente, num movimento de classe média, num movimento sindical emergente, se articula uma coisa tão forte. A maneira que a gente tinha de enfrentar esse problema, naquele momento, era usando o termo *Força Estranha*, porque era uma força muito estranha [...]. Nós éramos os independentes - essa era a outra forma como nós éramos conhecidos - e fomos acusados de estar aparelhando a entidade [...]. Quer dizer, há aí uma contradição nos termos. Aparelhar uma entidade significa, a rigor, colocá-la a serviço de um interesse externo, partidário ou qualquer coisa que o valha. Como é que é essa coisa de independência e aparelhar uma entidade? Aparelhar para que? As próprias articulações internas do PT não estavam tão claramente definidas, ainda. Daí a idéia de *Força Estranha*, que era o máximo de precisão a que a gente conseguia chegar, naquele momento" (Carlos Martins, 15/04/95).

articulação, mas sem hegemonia de nenhum partido. Segundo ele, a interferência do Partido Comunista (PC) era muito nítida no outro grupo, pois o Partido Comunista do Brasil (PC do B) ainda não tinha expressão no movimento: Neste contexto, o primeiro corte, a primeira cisão, foi sobre a concepção da entidade, o que, "desemboca lá no Congresso. Mas como as AD's já tinham sido formadas nessa nova concepção, isso aí não criou problema". Na sua visão, as tensões relativas à concepção da ANDES, manifestas desde os ENAD's, atravessaram a primeira greve nacional que, por sua vez, gerou novas tensões, também presentes no congresso de fundação da entidade.

Newton Lima Neto tem um entendimento semelhante ao de Agamenon Almeida, quando identifica nessas questões as raízes das tensões e divergências expressas no processo de criação da ANDES. Mas, sequenciando no tempo a polêmica sobre a natureza da entidade e as divergências sobre a condução da greve, ele pondera diferentemente as suas repercussões no *I CNDU*:

"Havia duas propostas. Uma, do núcleo mais independente, de que a gente fazia parte, que defendia a criação de uma associação com as características com que foi criada: desatrelada do Estado, de partidos, do sindicalismo formal, que tivesse uma organização na base, autonomia completa e que fosse a síntese de uma ação profissional e sindical, que aliasse essas duas dimensões. Até porque os servidores públicos não podiam se sindicalizar, à época, e a maior parte das Associações era de universidades públicas, por razões óbvias, como até hoje. Imaginou-se, então, que a entidade, ao lado de ser de todos os docentes das instituições do ensino superior, porque se tinha uma visão de projeto universitário, de país, ela tivesse essas características que eu citei. Essa nossa concepção embateu-se com uma outra [...], que era a de criação de uma filiação clássica, via Associações, dentro do sindicalismo tradicional, defendida por companheiros que, depois compreendemos melhor, tinham histórias de luta dentro do chamado "Partidão" no Brasil [...]. No começo, havia a divergência [criar uma] federação ou associação, ou seja, sindicalismo formal e, portanto, confederações, Ministério do Trabalho, ou uma livre associação, que exercesse o mesmo papel. Ganhamos essa tese e a ANDES é ANDES e não federação, porque tinha uma proposta de federação. Isso é na gênese, isso é quando acontecem os ENAD's, em 1979 e 1980, sobretudo. O ano de 1980, nós passamos discutindo essas duas concepções. Prevaleceu a da ANDES, criada como um tipo de sindicalismo novo, no Brasil" (Newton Lima Neto, 10/04/95).

Segundo Lima Neto, esta cisão já estava suficientemente trabalhada no momento de criação da ANDES, onde as tensões e divergências decorrentes da condução da greve nacional foram mais fortes e tiveram repercussões diretas, inclusive, na composição da diretoria provisória. Neste momento, o "racha" não se dava mais pela questão da concepção:

"Essa greve marcou lideranças diferenciadas, mais flexíveis ou menos flexíveis. Então, na forma de condução dessa greve, há uma concepção, que ficou implícita, de que os "azuis" eram mais acadêmicos que os "pretos", que eram mais sindicalistas. Naquele momento, era um pouco esse o traço que se tentava passar.³¹ As forças políticas do PC e do PC do B

³¹ O entrevistado está se referindo a uma designação que passou a ser usada para identificar os dois blocos, durante o I Congresso da Andes (Florianópolis, 1982), relativa à cor da tinta usada nos mimeógrafos que reproduziam os seus respectivos documentos: *azul*, no caso dos defensores da idéia de federação, aglutinados em torno do nome de Luiz Pinguelli Rosa, e *preto*, nos documentos dos que se reuniam na chamada "Força

agregaram-se aos "azuis" - naquele momento, curiosamente, chamados de grupo mais intelectual. E não era exatamente isso, até porque as lideranças não tinham uma relação política diferente conforme o grau de titulação e a vinculação orgânica. Foi um pouco confuso, isso, mas foi um pedaço importante, porque era o Pinguelli que estava nos "azuis" e havia uma liderança importante nos "pretos", que era o Carlos Martins, por exemplo, dentre outros nomes que, naquele momento, eram fundamentais" (Newton Lima Neto 10/04/95).

Avaliando a correlação interna de forças e a influência partidária nos dois blocos, Lima Neto considera que os militantes que se alinhavam em defesa da concepção hegemônica correspondiam a cerca de 70% dos que faziam o movimento, constituídos por "um bando de independentes que já tinham [...] simpatias pelas concepções do Partido dos Trabalhadores", mas sem uma ligação orgânica, pois o que predominava era uma "identidade de propósitos, uma simpatia política". Já entre os 30% restantes, que compunham o outro bloco de forças, havia "concepções de partido, de organizações partidárias que tinham uma influência direta e orgânica no movimento, sobretudo o Partidão e o PC do B", além de "outras tendências políticas, que eram pontuais", e de "uma linha de social-democracia". Desses dois blocos faziam parte os docentes que militavam nos três setores institucionais:

"Tinha os três setores nos dois blocos. Os setores das privadas e das públicas, para generalizar, se distribuía nos dois lados. Se bem que, nas privadas, praticamente, o movimento docente nunca teve nada sempre pronto. Sempre foram os docentes das comunitárias que participavam do movimento, sempre: os da Santa Úrsula, das PUC's de São Paulo, da UNIMEP [...]. Nas particulares enquanto tal, a repressão era enorme, porque elas são dos empresários [...] e, portanto, eles não permitiam quaisquer mecanismos e tentativas associativas. Até hoje, recentemente, você não tem o movimento organizado nessas instituições. [...] Ele só se dá nas públicas e nas comunitárias e, [nelas], tinha gente dos dois grupos. Aí, independia da natureza da instituição" (Newton Lima Neto, 10/04/95).

A partir da sua vivência no setor das IES particulares, Ari Vicente Fernandes também considera, como Lima Neto, que os desdobramentos da greve nacional de 1980 foram a fonte maior de tensões no Congresso de fundação da ANDES, acentuando os impactos das mesmas na definição da própria presidência da entidade:

"Já estávamos organizando o ENAD [...] para fevereiro de 1981 e [aparece, na televisão] o Pinguelli sendo entrevistado, com aquela cena da assembléia da UFRJ, o auditório cheio. E o Pinguelli, que era presidente da ADUFRJ na época [...], antes da assembléia, dizendo que a opinião pública, os pais de alunos, podiam ficar tranquilos, que eles iam fazer a assembléia, de fato havia discussões, mas não havia perspectiva de que a Federal do Rio de Janeiro entrasse em greve. E a assembléia deliberou pela greve. Esse foi um dos fatores decisivos, no Congresso [de fundação] da ANDES, em que o Pinguelli era o candidato natural dos chamados azuis [...], para que ele não se elegeisse presidente" (Ari Vicente Fernandes, 15/02/95).³²

Estranha", posteriormente auto-definida como "Andes Autônoma e Democrática", que foi longa e amplamente majoritária no movimento nacional.

³² Um ano depois, no documento "*Unidade do Movimento: uma Proposta para a Direção da ANDES*", (Florianópolis, 1982, p.1), divulgado no I Congresso Nacional da entidade (Florianópolis, 1982), a tendência política hegemônica ("Força Estranha", "pretos", depois "Articulação ANDES Autônoma e Democrática"), recuperando momentos significativos do MD, afirmava que, até o ENAD do Rio de Janeiro (julho de 1980), a polarização se dera em torno da concepção da entidade (com divergências quanto à "setorialização" - e, pois, estrutura, estatuto -, mas que, no I CNDU, ocorrera uma "ruptura do bloco inicial", polarizando-se as divergências

Também como Lima Neto, Ari Fernandes avalia que a questão da concepção da entidade foi menos relevante que os efeitos da condução da greve no sentido de provocar cisões. Além disto, no seu entendimento, a divergência maior entre "azuis" e "pretos" se dava em torno do tratamento conferido aos setores institucionais dos docentes, divergência essa que se acentuaria no decorrer do tempo:

"Os azuis e os pretos não tinham grande divergência em relação ao caráter sindical da ANDES. Uma das divergências mais marcantes entre eles era exatamente uma coisa que depois vai se reproduzir nos outros congressos, que é o tratamento igualitário entre particulares e públicas. Os azuis apontavam na direção de uma ANDES de servidores públicos [...], ou seja, as concepções que tinham para a entidade revelavam, ainda que não de forma explícita, um projeto de que ela viesse a ser um sindicato das públicas. E de que as particulares, mais para a frente, teriam uma outra maneira de se organizar. Mas era muito mais essa questão da hegemonia das públicas ou de compartilhar o poder na direção da ANDES com as particulares que envolvia a polêmica, que marcava" (Ari Vicente Fernandes, 15/02/95).

Fernandes acrescenta que, se o caráter sindical da ANDES não provocava cisões, o relacionamento a ser mantido com uma central sindical em processo de formação tornou-se fonte permanente de divergências internas:

"Claro que havia outras divergências, já na época, [quanto] ao relacionamento sindical.. Ia ter o CONCLAT em 1981, [...] mas já havia as articulações sindicais. Os azuis tinham uma visão um pouco do tipo: 'não vamos nos envolver tanto com essa organização dos sindicatos de outras categorias'. Os pretos não, eles tinham uma concepção mais obreirista, digamos: 'professor é trabalhador do mesmo jeito e tem que estar junto, e tal.' E já se falava na construção de uma central sindical unitária. Não se falava a palavra CUT, mas o projeto CUT estava presente. Então, a questão sindical dividia por esse lado, e não pela questão de concepção sindical da entidade que se constituiria" (Ari Vicente Fernandes, 15/02/95).

Reforçando o seu entendimento de que havia consenso sobre a necessidade de criação da ANDES e sobre o seu caráter sindical, Ari Fernandes mencionou, na entrevista, os pouquíssimos votos contrários à sua fundação, relacionando-os, mais uma vez, à questão, ainda que não explícita, da presença do setor das particulares na entidade. Adentrando nesta questão, ele recordou os argumentos defendidos pelas posições contrárias à existência de uma entidade nacional que congregasse os docentes de todas as instituições de ensino superior:

"Eu lembro que a única referência de sindicato de professores que tenha sido conquistado pelas forças revolucionárias era o de Minas Gerais, que o MR 8 tinha ganho. E eles, durante todo o Congresso, bateram firme contra a criação de uma entidade nacional que incluísse as particulares. E algumas correntes políticas de esquerda, na época, tinham essa posição como questão de princípio; uma parte da delegação de Pernambuco era dessas correntes [...]. Um argumento era o que depois, em 1988, quando a ANDES resolve se transformar em Sindicato [...] continua aparecendo: o de que os professores das particulares não têm uma relação com o Estado. São lutas difíceis. O outro grande argumento era o de que a rede particular tem

em torno das "posturas assumidas durante a greve das autarquias", (pelo confronto entre "combativos" e "atrasados"). Esta foi, portanto, naquele momento, a visão predominante sobre as divergências, no interior da força hegemônica no movimento.

problemas muito sérios no 1º e 2º graus e que o descolamento do 3º grau num sindicato à parte enfraqueceria a luta unitária dos professores do setor das particulares. Esses dois argumentos, batidos, pisados e repisados desde 1981, em 1988 vão criar essa grande cisão. Sindicatos de um lado e ANDES-Sindicato do outro" (Ari Vicente Fernandes, 15/02/95).

Nesta mesma linha de avaliação, Carlos Martins considera marcante a cisão decorrente da greve nacional de 1980 e relembra as tentativas feitas, em seguida, (sem êxito), de "recosturar" a unidade do movimento, cujo "racha" acabou se estendendo, no *I CNDU*, para os docentes das IES paulistas, que se dividiram na adesão às lideranças dos dois grupos:

"Naquele momento havia a necessidade de uma articulação que tentasse recosturar a cisão que tinha se dado na primeira greve das federais, aquela coisa de basicamente o Rio *versus* o resto do país. Provavelmente isso era um pouco assim que se colocava: Pinguelli *versus* Newton [...]. Eu me lembro que, quando esse racha se deu, foi em função da greve das federais e, portanto, não atingia São Paulo. Nós tínhamos a ADUSP com um papel pioneiro; nós tínhamos a PUC [...] já bastante forte; nós tínhamos uma PUCC também extremamente forte, em função desse processo de início. [...] E eu me lembro que o Baldijão e eu fomos, um dia, encarregados de[...] dar uma viajada geral pelo país e tentar recosturar. Então era, um pouco arrogantemente, o seguinte: vamos jogar o peso de São Paulo para fazer com que o pessoal pare com essa bobagem e vamos grudar esses dois pedaços. O que o Congresso de Campinas mostrou é que a repulsão entre os dois pedaços era muito mais forte do que o suposto peso de São Paulo, e o que acabou acontecendo é que São Paulo rachou, [...] , com a PUC de São Paulo ficando mais vinculada, mais próxima a Pinguelli [...] e a ADUSP, nós, a ADUNIMEP, vinculados, com o Newton, ao outro pessoal" (Carlos Martins, 15/04/95).

Apesar de lembrar essas cisões, e diferindo substancialmente dos demais entrevistados a este respeito, Carlos Martins não considera que houvesse divergências políticas de fundo no momento da criação da ANDES e sim uma "radicalização tonta", um certo "embate de estrelas", aguçado pelas divergências quanto à condução da greve de 1980:

"Até hoje, eu acho que o que se deu ali foi uma radicalização algo tonta. Certamente, há uma briga de lideranças, porque há um certo embate de estrelas. Eu não gostaria que isso tivesse um tom tão pejorativo; quer dizer, há um embate de lideranças que são extremamente importantes nos seus locais e que vêem que o movimento docente está deixando de ser uma federação informal de associações e que é uma entidade nacional que está madura. [...] Quando a gente vem para o Congresso de Campinas o ponto de pauta é criar ou não criar a entidade, [...] os que tinham a convicção de não criar eram absolutamente minoritários. Quer dizer, estava claro que se ia criar uma entidade e estava claro, portanto, que, afinal, ia se definir quem seriam as suas lideranças. Eu tenho a impressão de que não teria muita pertinência falar em divergências de fundo naquele momento; eu acho que há divergências de condução. O Pinguelli foi um cara extremamente criticado, naquele momento, por uma condução supostamente não autônoma ou vacilante da greve. Eu acho que, nos anos posteriores, a gente começou a entender um pouco melhor a dinâmica interna de uma universidade do porte da Federal do Rio de Janeiro; na verdade ele é apenas obrigado, pelo menos por aqueles que o criticaram tão tremendamente, a se perguntar se lá teria sido possível fazer outra coisa. Eu não estou dizendo que não tenham havido erros de condução, mas, seguramente, ninguém ali foi detentor exclusivo dos erros de condução. Eu, honestamente, não acredito, naquele momento inicial, que houvesse divergências políticas profundas" (Carlos Martins, 15/04/95).

Além disto, Carlos Martins acentua que a polêmica sobre a concepção da entidade, no seu entender, se deu mais por conta da influência do PC, do PC do B e, até certo ponto, do

Movimento Revolucionário-8 (MR 8), que eram forças minoritárias no movimento e tentaram se beneficiar dessa divergência inicial no momento de fundação da ANDES. Seu depoimento chama a atenção para o problema (polêmico), já enfatizado por Renato Ortiz, da influência político-partidária no processo de construção da identidade e da própria trajetória da ANDES, em suas colorações próprias e a despeito do zelo da entidade pelo princípio da absoluta independência e autonomia sindical.

"Existiu, ou de qualquer maneira existia, a polêmica federação ou entidade nacional, na época dos ENAD's, e essa discussão vem para Campinas. Eu não estou dizendo que a divergência não existisse; agora, de fato, ela não se dava entre as cabeças visíveis do movimento, quer dizer, entre Pinguelli e Newton, ou Pinguelli e Maciel. Essa divergência se dava com uma ou outra das posições políticas que estavam lá; se dava com o Partidão, se dava com o PC do B. Eles eram minoritários o tempo todo no movimento, [mas], na verdade - e de certa maneira o Oito também - eles se beneficiaram dessa divergência inicial. Em parte porque o Pinguelli, percebendo que tinha uma posição minoritária, organizou o que ele próprio chamava - e foi chamado no Congresso de Florianópolis, que foi o Congresso seguinte - de Contra-Articulação. Era uma maneira de ele, de alguma forma, nos dar o recado de como ele não necessariamente estava à vontade com aqueles seus colegas, mas ele não tinha alternativa, porque nós [havíamos] montado [aquela] articulação que, naquele momento, recebeu o saboroso nome de "Força Estranha" (Carlos Martins, 15/04/95).

Neste sentido, e criticando sempre a influência das forças políticas organizadas no interior do movimento, Renato Ortiz afirma, contundentemente que, para além das questões provocadoras de divergências, foi o clima de disputas político-partidárias que caracterizou o congresso de fundação da ANDES:

"O Congresso [...] foi uma briga no escuro, cada um atirava de um lado. Aliás, a primeira diretoria foi muito isso. Ela foi experimental, as pessoas não tinham consciência do que estavam propondo, às vezes sim, às vezes não [...]. Dentro do movimento, no Congresso, havia facções políticas muito claras. Havia, por exemplo, todo um jogo de esquerda [...] que era um tipo de atitude muito conspiratória e acusativa, isso era muito comum. Porque a maioria das pessoas - delegados, pessoas que estão na diretoria da ANDES e, depois, nas outras diretorias e nas Associações de Docentes - vinha de uma esquerda [...] que ou era do Partido Comunista, que era considerada a ala conservadora do movimento, ou de uma esquerda que tinha tido algum tipo de envolvimento com a luta armada, ou coisa assim. [...] Então, o que acontece é que a maioria das pessoas que estavam ali presentes eram pessoas da universidade, mas com muito pouca vocação universitária (e) com uma vocação, mais forte, política. E o congresso refletia um pouco isso: uma coisa de ordem política, atravessada por questões universitárias. Porém, as questões universitárias, no meu entendimento, não eram o que determinava o congresso. Porque o Congresso foi um congresso tenso, [...] cheio de discursos" (Renato Ortiz, 07/07/95).

Desta perspectiva, a avaliação de Renato Ortiz é ímpar. Ao reconstituir o clima do congresso de fundação da ANDES, Carlos Martins, embora tendo analisado, como a maioria dos entrevistados (integrantes ou ex-integrantes da força então hegemônica), as influências político-partidárias existentes, realçou o apelo predominante ao *sentimento de unidade* que vigorou nesse momento. Tal como Ari Vicente Fernandes, ele considera que a questão decisiva, no campo das divergências, foi a da participação das lideranças dos diferentes setores

institucionais do movimento, na composição da primeira diretoria nacional da entidade:

"No I Congresso, de qualquer maneira, prevaleceu o sentimento, que estava no plenário, de que, naquele momento, *a unidade ia acima de tudo*. Por que fundar uma entidade já com duas chapas e a partir de posições políticas que tampouco eram suficientemente esclarecidas? Não era uma oposição partidária, não era uma oposição sindical, então por que estamos aqui brigando? Porque houve uma greve onde houve divergências de encaminhamento [...]. Agora, o que está em questão é a possibilidade ou não de construção de uma entidade para o conjunto dos docentes do país. E essa é uma questão que [...] vai marcar muito fortemente toda a trajetória da ANDES: saber se estava se fundando uma entidade nacional dos professores das universidades federais ou se estava se fundando uma entidade nacional dos professores do ensino superior" (Carlos Martins, 15/04/95; grifo meu).³³

A constituição da primeira diretoria:

divergências versus defesa da unidade do movimento

No Congresso de Campinas, os "conchavos" para a composição da diretoria provisória da entidade vão ser combatidos pelos participantes não diretamente envolvidos nessa discussão, o que exprime a preocupação com a democracia interna que parece fazer parte deste movimento desde o seu nascedouro. Segundo Agamenon Almeida:

"Num Congresso que vai criar uma entidade, logicamente a questão da direção está colocada.[...]. Agora, tinha uma faixa de delegados ao Congresso que não vinha participando muito do processo, porque eram mais as lideranças que participavam dos ENAD's. E as lideranças se conheciam e começavam a se aglutinar. Então começa aquela história, falando muito francamente, dos conchavos. E, numa plenária, alguns delegados fazem a denúncia: ora, se nós vamos criar uma entidade séria, nós temos que discutir a direção da entidade aqui na plenária. [...]. Isso foi feito, fundamentalmente, pelos companheiros de Campina Grande. (PB). Então, houve a democratização dos conchavos, de certa maneira. Aí se foi obrigado a discutir" (Agamenon Almeida, 02/12/94).

Prosseguindo na reconstituição deste processo, Agamenon Almeida relatou a discussão sobre os procedimentos eleitorais, destacando o "presidencialismo" que marcou o debate sobre a composição das chapas e as disputas ocorridas:

"Antes, teve a discussão de como se ia compor a direção, o que foi um primeiro passo interessante, também, na conformação da entidade. Ora, a eleição deve ser direta. Mas não dá para fazer agora. Então, nós vamos ter uma direção provisória, com mandato de um ano (...). Quando se chega na escolha da direção, a discussão se polariza (...) expressando, de uma certa maneira, um aspecto da nossa cultura que é o culto do presidente: quem vai ser o presidente? E surgiram, logicamente, dois nomes: o Maciel e o Pinguelli. Como fazer? Vamos fazer a eleição no Congresso. Aí, vem o seguinte problema: essa concepção sai com uma chapa e essa com outra? Não, não dava. O movimento ainda não tinha estofo para esse tipo de coisa. A solução dada foi eleger cargo a cargo. Plenária de eleição: como é que se vai fazer o processo? Bem, alguém apresenta os candidatos, [eles] têm um espaço para se colocar e se faz a votação. O Maciel é apresentado, ele era um nome que todo mundo esperava, porque ele era coordenador de plenárias e também por representar um tipo de concepção sindical. O

³³ O esforço de construção da unidade gerou, contudo, a polêmica em torno da diferença entre "unidade e indiferenciação" e as pressões (inclusive das bases militantes) pela necessidade política de "explicitação das divergências". Esta questão, essencial para a análise da identidade do movimento (e, pois, de seus limites e potencialidades) será retomada no capítulo 4.

Pinguelli também é apresentado e o Maciel ganha. O meu nome foi apresentado como primeiro vice, não houve contestação. Aí sai a composição nessa base, alguns eram candidatos únicos ou havia confronto. Pinguelli vai para a Secretaria Geral. Era a concepção de que se tinha que aglutinar aquelas forças, mesmo que tivessem concepções diferentes, e de que o conflito tinha que ser levado para a base. Compusemos a primeira diretoria. Não dá para dizer que foi balanceada, mas tinha representantes das duas concepções" (Agamenon Almeida, 02/12/94).

Não me foi possível, durante o período estipulado para a realização da pesquisa empírica, entrevistar Luiz Pinguelli Rosa e Osvaldo Maciel, mas as memórias de ambos, publicadas na revista *Universidade e Sociedade*, preenchem bem esta lacuna, que não é das menores. Pinguelli Rosa, no seu depoimento pessoal sobre o processo, ressaltou, como Renato Ortiz, o tom político-partidário das "brigarias":

"Em uma composição para a diretoria de uma nova associação, que era a ANDES, a ADUFRJ teria, muito provavelmente, o cargo da presidência. Havia uma possibilidade de essa escolha ser por consenso entre os grupos mais atuantes. Mas, com a demora da ADUFRJ entrar em greve, criou-se um desgaste muito grande. E, também, devido à iniciativa de nosso encontro com o Ludwig, que foi a solução da greve, porque abriu a negociação, criou-se uma celeuma sobre a conveniência dessa atuação. Na minha opinião, um problema mais para Freud do que para Marx. [...]. Eu era candidato à presidência, apoiado por um grupo muito grande, que eu poderia dizer que representava o que veio a ser [...] a chamada Articulação do PT. Não que a ANDES fosse partidarizada. Mas muitas das pessoas que se destacaram ao longo de sua atuação no movimento se identificavam com essa corrente do partido. Outras correntes mais à esquerda participavam - como a Convergência Socialista, a Democracia Socialista, o PC do B - e outros partidos e grupos que formavam uma esquerda mais radical do movimento e sua articulação resultou na eleição do professor Osvaldo Maciel [...]; houve uma 'brigaria' monstruosa. Eu fui, inclusive, acusado de ser espião. Eu tinha sido oficial do exército e fui acusado de ser do SNI. Isso porque eu tinha sido preso no dia 1º de abril de 64, como oficial, e respondido a um inquérito do general Estêvão Rezende. Nessa diretoria provisória eu fui o Secretário Geral. Era eu, o professor João Ferreira [...] e o professor Renato Ortiz. Eu tinha bons amigos nessa diretoria, em particular o Newton Lima Neto, mas que não tinha a mesma posição que eu. Ele estava mais próximo do grupo do professor Maciel" (Pinguelli Rosa, 1996, p. 143).

Ao abordar essa questão, Renato Ortiz, que se identifica como adepto das concepções e posturas de Luiz Pinguelli Rosa, também considera que as divergências que dividiam os docentes quanto à composição da chapa da diretoria provisória resultavam de disputas políticas mais gerais, expressas em barganhas de natureza diversa:

"No Congresso, houve uma discussão sobre se a ANDES deveria ser uma Associação de Docentes ou um Sindicato. Ganhou a Associação de Docentes. [...] Essa foi uma divisão que colocava alguns grupos em contradição, isso existia. Agora, na composição da chapa, isto não era revelado desta forma. [...] Havia um conjunto de barganhas regionais, pessoais, políticas, de afinidades. A maioria da diretoria era totalmente partidária [...]; provavelmente, quem não era vinculado a nenhum partido [éramos] eu e o Pinguelli. Na época se imputava, equivocadamente, ao Pinguelli, o fato de estar ligado ao PC. Mas isso era uma acusação que grupos faziam para ele perder voto na assembleia, como de fato perdeu. Aliás, a acusação era de que ele era do PC e, como o PC tinha sido contra a greve, o Pinguelli não deveria ser presidente. O Pinguelli era a pessoa que, naturalmente, se apontava como presidente da primeira diretoria. E não foi por causa disto [...]. Por outro lado, também, não havia uma única força política, a diversidade era muito grande. A impressão que você tem é que a primeira diretoria foi montada, um pouco,

assim, por pedaços; que uma certa unidade de coerência e de ação foi se constituindo à medida em que as pessoas se conheceram mais, porque necessariamente as pessoas não se conheciam. Elas foram se conhecendo mais à medida em que a primeira diretoria começou a trabalhar em escala mais nacional" (Renato Ortiz, 07/07/95).

Pinguelli Rosa também entende - e nisto parece haver uma grande concordância entre os entrevistados - que o cerne das divergências se deu

"[...] em torno da greve. [...] A concepção sindical certamente era puxada mais pelo grupo que apoiava Maciel e [havia] a concepção de entidade mais como associação, nos moldes da Associação Brasileira de Física [...]; uma concepção de atitude contra a ditadura, que era o papel que essas entidades cumpriam naquele momento. O nascimento dessas entidades é justamente durante essa luta, mais a luta sindical, por salário e carreira, que também era real. E na greve essas posições ficaram bem definidas" (Pinguelli Rosa, 1996, p. 143).

Neste sentido, a memória analítica de Osvaldo Maciel, ao mapear as divergências que marcaram a disputa e a sua eleição como presidente da diretoria provisória da ANDES, apresenta *nuances* próprias, no que se refere às implicações da greve nacional dos docentes das IFES autárquicas:

"A análise da greve de 1980, que deveria ter sido feita no seu encerramento, ou seja, durante o III ENAD, que precedeu o CNDU, foi evitada pelas lideranças. A meu ver, salvo melhor juízo, pretendia-se evitar com isso reabrir as polêmicas próprias e inevitáveis de uma greve, na suposição de que isso facilitaria a unidade política necessária para a construção da nossa entidade nacional. [...] Nesse contexto, deu-se a disputa à presidência da ANDES. A mim coube representar uma das posições, cabendo ao professor Luiz Pinguelli Rosa representar a outra. Contra a postulação de seus apoiadores pesou o fato de a ADUFRJ ter sido uma das AD's que defenderam a greve em 1981 e ter aderido mais tardiamente [...], em 1980. Por outro lado, a postulação vinha embasada nas credenciais exibidas pelo professor Pinguelli como militante, cientista e líder de uma AD importante, que realizara, em julho/80, um ENAD Extraordinário [...], rumo à fundação da ANDES. A meu favor, pesava o fato de liderar uma AD que, em virtude de sua contribuição política, de sua organização e de sua estrutura material, tinha presença marcante a nível nacional. Fora, inclusive, escolhida para ser a Secretaria Executiva da CNAD [Coordenação Nacional das AD's], cabendo-me, por isso, o cargo de secretário nacional da Coordenação e a tarefa de ocupar espaços no trabalho político e nos meios de comunicação social. Outro ponto a meu favor era o fato de eu contar com articuladores experientes no meu grupo de apoiadores" (Osvaldo Maciel, 1992, pp. 3-4).

Retomando essas questões mais recentemente, Maciel faz referência a alguns dos episódios que influenciaram negativamente na candidatura de Luiz Pinguelli Rosa, tecendo inclusive uma crítica (historicizada) às explorações negativas desses episódios, ocorridos durante a greve nacional de 1980:

"Além do fato de termos uma boa organização e de termos trabalhado um pouco na organização nacional, aconteceram, durante a greve de 80, alguns episódios envolvendo o professor Pinguelli e a sua associação [...]. Eles ficaram um pouco mal vistos a nível nacional. Enquanto nós estávamos lutando para expandir a greve, alguns colegas da diretoria dele, e ele por consequência, quase por osmose, queriam negociar com governo. Estavam com muito receio de fazer a greve [...]. Mais tarde, [...] o Ministro Ludwig foi ao Rio de Janeiro [...] e o Pinguelli, enquanto presidente de uma entidade cuja categoria estava em greve, foi falar com o

Ministro. Foi e apareceu numa foto do Jornal do Brasil apertando a mão do general. Não havia nada demais em ele chegar lá e apertar a mão do general, só que para nós o general era o malefício, encarnação do demônio e anti-cristo. Então, ele ficou um pouco mal visto a nível nacional. No entanto, temos que reconhecer que ele tem uma história de combatividade e de luta de toda a dignidade possível. Agora, naquele momento, havia uma luta política e nós achávamos que, se eles ganhassem a eleição, iriam tender a ficar um pouco mais na retranca. Nós queríamos avançar a luta sindical, política e associativa. Havia diferenças básicas de concepção de sindicalismo entre nós e o grupo de Pinguelli e outros grupos, também" (Maciel, 1996: 154).

Além dessas diferenças de concepção da entidade, que se materializaram nas diferenças de postura durante a greve de 80, houve, no processo de composição da chapa da diretoria provisória, "barganhas" específicas, relativas à questão dos setores institucionais, sempre referenciadas pela necessidade de assegurar a unidade nacional da entidade nascente:

"Eu não entro na diretoria provisória que é formada em Campinas. Naquele momento, havia a necessidade de uma articulação que tentasse recosturar a cisão que tinha se dado na primeira greve das federais [...]. Eu, nesse momento, era uma liderança já consolidada em termos da PUCC [...]; não entrei na primeira diretoria exatamente porque se acreditava na necessidade de compor uma diretoria que articulasse esses dois tais blocos - Articulação e Contra-Articulação - e o mecanismo que a gente encontrou para isso foi montar uma diretoria provisória que não passasse pelo corredor. A diretoria foi montada em plenário, esse foi um momento de lucidez que a gente teve. Aí ficou aquela lógica do xadrez, que vai prevalecer durante muito tempo: se o presidente é Maciel, então o secretário geral é o Pinguelli; o primeiro vice-presidente teria que ser, naquele momento, alguém ou de uma estadual ou de uma particular, [porque havia] a lógica dos setores, também, para contemplar [...]" (Carlos Martins, 15/04/95; grifos meus).

Newton Lima Neto acrescenta mais detalhes à dinâmica dessa primeira composição, ao relatar a sua decisão de abrir mão dos cargos de presidente e de secretário geral, na diretoria provisória:

"Houve quatro propostas para presidente: Maciel, Pinguelli, Newton e Agamenon. Newton e Agamenon renunciaram à candidatura, indicada em plenário, e disputaram Maciel e Pinguelli, insistindo em que haviam duas questões em jogo. Se bem que, nesse caso específico, já tinha sido superada a questão da natureza da entidade. Isto não quer dizer que o Pinguelli, de forma alguma, defendia a federação. Mas quem defendia a federação estava do lado do Pinguelli. Do outro lado, estavam as pessoas inconformadas com o desfecho da greve, com a sua limitação de tempo ou com os resultados conseguidos à época. E, nessa votação, o Maciel ganhou [...] e começou o entrelaçamento entre os dois grandes grupos, o que era importante, naquele momento, para a criação unitária da entidade"

"Na disputa para a secretaria geral, eu me reputo, pessoalmente, um ato importante, político, da minha vida, eu me orgulho dele. Porque nós tínhamos duas candidaturas possíveis, a minha e a do Pinguelli; [...] se fôssemos a voto, tudo indicava que eu seria o secretário geral e o Pinguelli ficaria fora da diretoria, porque as mesmas pessoas que votaram no Maciel votariam em mim. [...] E eu, num ato de reflexão política, sabendo dos prejuízos e pressões que poderia ter com uma decisão daquelas, mas entendendo o momento político de criação unitária da entidade e sabendo que não era impossível a exclusão de uma liderança importante como o Pinguelli - e de todas as pessoas que apoiavam aquela concepção, que precisavam estar juntas numa conjuntura super difícil - renunciei à disputa. Meu nome estava também indicado para primeiro secretário, segundo secretário, enfim. E quando eu vou ao microfone e anuncio, em nome da

unidade do movimento, a minha renúncia à candidatura, [...] houve uma vaia estrepitosa que abafou, em vários decibéis, os aplausos daqueles que concordavam com a minha posição. Mas foi super-fundamental, mesmo. Vários companheiros que, naquele momento, tomados pela emoção [...], não aceitaram a minha decisão, depois, ao longo do tempo, [...] concluíram que foi o melhor, porque nós nascemos unidos, fortes e, enfim, [...] essa divisão não ia levar a nada, apenas à satisfação de uma determinada concepção contra a outra. E a ANDES não ia ser o que é hoje, com toda a sua trajetória" (Newton Lima Neto, 10/04/95).

O PERFIL POLÍTICO IDEOLÓGICO TRAÇADO

A ANDES nasce, pois, desse processo e dessa dinâmica, que alguns dos entrevistados contribuíram bastante para desvelar. Com um ideário de esquerda dado pela vanguarda dirigente, ranços do movimento estudantil, disputas internas de poder e dificuldades na mobilização e politização de suas "bases", este sindicalismo de intelectuais emergia, na "década da esperança", crivado por divergências pontuais marcantes, provocadoras de tensões que vão condicionar a sua caminhada e, em certa medida, demarcar os limites e possibilidades de sua intervenção, dentro da correlação de forças político-ideológicas internas e externas ao movimento, que fazem parte da concretude do processo histórico do país.

A ANDES nasce, sobretudo, sob o signo da "unidade" em busca da democracia, tanto no próprio movimento e no local trabalho, como pelo seu empenho na construção da democracia da sociedade brasileira. Em seu ineditismo, esta associação nasce dos docentes e para os docentes como categoria social de trabalhadores intelectuais. Mas não nasce apenas para eles: fruto da vontade política majoritária de seus dirigentes, ela nasce também para o movimento sindical combativo e classista que se organizava e para todos aqueles que, direta ou indiretamente, estavam envolvidos na busca de transformações radicais da educação e da sociedade.

De fato, ao saírem da academia para as praças públicas, os *trabalhadores intelectuais* das instituições de ensino superior (militantes e simpatizantes do movimento docente) vão se convertendo, organicamente, em *intelectuais trabalhadores* que, através de suas direções nacionais e valendo-se da estrutura democrática criada, tentam articular-se com os movimentos sindical e popular, a partir de suas especificidades próprias. Especificidades estas que, decorrentes em grande parte da natureza do trabalho que realizam, vão implicar novas tensões, contradições e desafios ao seu movimento.

Como suporte deste perfil e auto-referência constante em sua caminhada, a própria *estrutura organizativa* da ANDES exprime a singularidade deste sindicalismo de intelectuais. Os traços constitutivos dessa estrutura serão abordados no capítulo seguinte, que antecede as análises sobre a trajetória dos docentes nacionalmente organizados, segundo as diferentes conjunturas em que vem sendo construída a história da sua entidade.

Capítulo 3

ANDES: UMA ESTRUTURA ORGÂNICA SINGULAR

As questões relativas à estrutura sindical no Brasil têm sido objeto de várias análises no campo da Sociologia do Trabalho. Dentre elas, destacam-se as relativas à existência, ou não, de uma ruptura entre o chamado "novo sindicalismo" (no qual a ANDES se inscreve) e o sindicalismo oficial, instaurado desde o governo Vargas. Como já foi amplamente analisado, este sindicalismo funda-se em uma estrutura atrelada ao Estado, cujas características mais marcantes são a *representação sindical outorgada*, a *unicidade sindical* (ou sindicato único por força de lei), as *contribuições sindicais obrigatórias* e a *tutela do Estado* sobre as ações reivindicativas, sobretudo através da Justiça do Trabalho.

A convivência com a unicidade e as contribuições sindicais, mantidas na Constituição de 1988, tem sido fonte de muitos problemas, tensões e contradições na prática do "novo sindicalismo". Para Armando Boito Jr., a permanência, ainda hoje, dessas características na estrutura sindical pressupõe o reconhecimento oficial-legal dos sindicatos, o que continua a defini-los como *sindicalismo de Estado*:

"Nessas condições, o Estado pode regulamentar, com rigor ou flexibilidade - isso dependerá da correlação de forças - a vida associativa e as formas de gestão da entidade sindical, estabelecendo, inclusive, as punições cabíveis para cada transgressão cometida pelos sindicalistas. Essa regulamentação, rígida ou flexível, é um efeito da estrutura sindical" (Boito Jr., 1991a, p. 51; grifos meus).

Com esta leitura, Boito Jr. contrapõe-se a uma parcela significativa dos estudiosos que consideraram, à época, a possibilidade de uma *ruptura* efetiva do "novo sindicalismo" com o sindicalismo oficial - que vigorou predominantemente nas duas ditaduras (a de Vargas e a militar) - o que configuraria uma *crise irreversível* deste sindicalismo.¹ Para aquela parcela, foi exatamente por assumir a *autonomia*, a *liberdade* e a *independência sindicais* como elementos constitutivos da sua identidade que o sindicalismo emergente no final dos anos 70, com sua pujança reivindicativa, se afirmou como um "novo sindicalismo".

Segundo Boito Jr., esta seria uma interpretação "precipitada": o que, de fato, entrou em crise, a partir de 1978, foi o *modelo*² *ditatorial de gestão do sindicalismo de Estado*

¹ Dentre os que assumiam este entendimento, Boito Jr. menciona Weffort (1972), Almeida (1975), Maranhão (1978) e Moisés (1982). Cf. Boito Jr., op. cit., p. 48.

² Este autor define "modelo" como uma consequência (não mecânica) da estrutura sindical, "já que a sua existência depende também da correlação política de forças, mas uma consequência, porque tal modelo só é possível graças à existência da estrutura sindical, que lhe serve de base." (Boito Jr., 1991b, p. 53). A estrutura social, por sua vez, é "algo mais profundo, nem sempre fácil de detectar, reafirmada pelo discurso daqueles que, ao se referirem criticamente aos efeitos da estrutura sindical, imaginam erroneamente estarem, por causa disso, criticando a estrutura que produz tais efeitos. Enquanto os efeitos da estrutura sobre a organização e o funcionamento do movimento sindical, uma vez que não são todos eles efeitos mecânicos [...], apresentam, na sua concretude, uma grande variação de conjuntura para conjuntura - sem por causa disto deixarem de

implantado pela ditadura militar, mantendo-se a força do populismo sindical e a "sobrevivência e convivência contraditórias, no interior das novas tendências sindicais emergentes, de inúmeras características do velho sindicalismo populista com orientações tradeunionistas e aspirações socialistas", em uma "situação contraditória, complexa e, em muitos pontos, indefinida" (Boito Jr., 1991b, p. 46).

Desta perspectiva, a *estrutura sindical*, enquanto "sistema de relações que assegura a subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado", não viveu nenhuma crise³ nesse período; as transformações vivenciadas teriam acarretado apenas a sua *reforma*, permitindo-lhe resistir à crítica ideológica e prática de que foi alvo, sobretudo a partir das greves de massa desencadeadas em 1978. A inexistência da crise se explicaria exatamente porque

"[...] desde então, não se constituiu nenhuma força social que agisse conscientemente no sentido de suprimir aquela estrutura. [...] As correntes sindicais mais poderosas que integram a CUT lutaram, fundamentalmente, contra esse modelo ditatorial de gestão do aparelho sindical de Estado [...], mas não lutaram contra os efeitos jurídicos tutelares da estrutura sindical, tal qual esses efeitos se apresentavam numa situação histórica determinada, [...] não se opuseram, de fato, aos elementos essenciais da estrutura sindical" (Boito Jr., 1991b, p. 58).

O que teria ocorrido seria um *declínio* dessa estrutura sindical, motivado, de um lado, pelo conjunto de transformações na estrutura de classes do país, que engendrara a contradição entre os novos contornos assumidos pelas classes trabalhadoras e a estrutura sindical e, de outro lado, pela contradição entre essa estrutura e os movimentos reivindicativos (sobretudo grevistas) dessas classes, que tenderam a se ampliar, ganhar força e regularidade, assumindo novas práticas e formas de ação.

Boito Jr. salienta, nesse contexto, a importância do "sindicalismo de classe média"⁴ e, dentro dele, o dos funcionários públicos, que transformaram as suas associações de caráter

concorrer para uma mesma e única função política, que consiste em limitar e moderar a ação sindical dos trabalhadores - a estrutura, ao contrário, caracteriza-se por uma maior estabilidade" (*idem*, p. 50).

³ Boito Jr. (1991b, pp. 57-58) define crise como "uma situação de instabilidade característica de um sistema, provocada pelo desenvolvimento de contradições internas e externas, que leva tal sistema ao seu limite, colocando-o diante da necessidade de se reformular e da possibilidade, dadas determinadas condições, de perecer". Politicamente, um Estado, um regime político ou uma estrutura sindical (um sistema) entram em crise "quando, além do desenvolvimento objetivo de contradições pertinentes ao sistema, existem uma ou mais forças sociais que lutam por sua destruição." Nesta *concepção de crise* se coloca um primeiro elemento diferenciador da abordagem explicitada na introdução desta tese: para Boito, a crise tem, necessariamente, um caráter de ruptura, o que dificulta a exploração da historicidade do processo de crises, parciais ou mais abrangentes, específicas ou mais gerais, que integra a trajetória das instituições capitalistas e do próprio capitalismo.

⁴ Boito Jr. vem desenvolvendo toda uma densa teorização, de matriz althusseriana, sobre a natureza e as especificidades do "sindicalismo de classe média" (onde se incluiria a ANDES), centrando-se na ideologia meritocrática que o preside como elemento diferenciador. Foge aos propósitos e objetivos desta tese desenvolver essa discussão, complexa e polêmica. Restrinjo-me a afirmar que, exatamente em função desses propósitos e objetivos, considere mais rico e fecundo respaldar-me, gramscianamente, na natureza e nas especificidades do que designei como um *sindicalismo de intelectuais*, optando por desenvolver as questões centrais que orientaram a pesquisa dentro desses marcos e seguindo a trilha (teórica e histórica) da influência marcante das especificidades do trabalho docente na sua ação sindical. Não nego, com esta opção, as contribuições e possibilidades de análise da ANDES segundo este polêmico corte classista: apenas o considero

cultural e de ajuda mútua em ativos sindicatos. Eles teriam evidenciado ser possível organizar os trabalhadores por fora da proteção tutelar do Estado, demonstrando que a representatividade sindical pode existir sem a carta sindical, que o sindicato pode ter auto-sustentação financeira sem o recolhimento das contribuições sindicais compulsórias e que é capaz de "forçar o patronato a negociar sem a muleta do sistema de datas-base e da mediação e tutela da Justiça do Trabalho" (Boito Jr., 1991b, p. 64).

Engrossando os movimentos grevistas dos "assalariados de classe média", os funcionários públicos, excluídos por lei do sistema do sindicalismo oficial, teriam, portanto, reforçado a tendência ao declínio do sindicalismo de Estado, exatamente por não se encontrarem integrados à estrutura sindical oficial. Contudo, embora a ação sindical massiva viesse se conflitando, "de modo prático, espontâneo, contraditório e inconsciente com a estrutura sindical, as lideranças sindicais não [teriam] procurado se apoiar naquilo que existe de mais inovador e crítico dessa prática espontânea". Inexistiria, assim, o "componente subjetivo que permitiria o desencadeamento de uma crise da estrutura sindical" (*idem*, p. 66).

Como se pode constatar, a busca de rigor e precisão conceituais, própria do referencial analítico althusseriano assumido pelo autor, que separa "materialismo dialético e histórico" (ou teoria e história), acaba por atribuir um peso teórico excessivo às determinações estruturais, em detrimento das *relações de força* (por ele reconhecidas) que fazem com que *as estruturas se atualizem em conjunturas*, pela vontade consciente, organizada e coletiva das classes sociais em antagonismo e presença histórica. Este é um limite inerente à opção teórica do autor, que dificulta uma melhor apreensão dos nexos entre estrutura e superestrutura na concretude do real. Disto resultam diferenças substanciais na abordagem das possibilidades históricas de lutas por transformações radicais da sociedade, através do embate de racionalidades classistas (ou das lutas de classe) que se processam, inclusive e particularmente, no âmbito do movimento sindical. Se esse limite é real, ele não invalida - ao contrário, realça - as análises de Boito Jr. sobre as tensões e contradições que se fazem presentes na trajetória mais recente do sindicalismo brasileiro, no que tange às suas possibilidades efetivamente inovadoras ou transformadoras. Seu estudo contribui para salientar, contundentemente, os problemas e limites históricos (estruturais, conjunturais, de concepção, estratégicos e táticos) do "novo sindicalismo", dentre os quais merecem destaque:

- a *política de abertura sindical* do Ministro do Trabalho, Murillo Macedo, que amenizou, ainda no governo Figueiredo, o controle sobre os sindicatos oficiais, sobretudo

por demais generalizante e insatisfatório para dar conta da abordagem da singularidade da ANDES segundo os pressupostos e indagações que me moveram, registrados na introdução deste trabalho.

através da implementação de uma legislação salarial e de negociação coletiva que alargou um pouco a margem de ação desses sindicatos, evitando, dentro de limites, a prática de depor diretorias sindicais eleitas, além de "fazer muitas promessas e projetos de reformas de modo a inflar as expectativas e desorganizar o campo inimigo" (Boito Jr., 1991b, p. 69);

- a atração das lideranças sindicais emergentes para o interior da estrutura sindical, como decorrência dessa política de "abertura" sindical, o que acelerou e fortaleceu o processo de integração e subordinação dos movimentos grevistas aos sindicatos oficiais, rompendo com o seu isolamento inicial. Isto levou a uma "reciclagem dos pelegos" e provocou divisões no "novo sindicalismo", fortalecendo as tendências que falavam em "quebrar a estrutura sindical por dentro" mas que visavam, de fato, *reformular* essa estrutura (principalmente as vinculadas ao PC, ao PC do B e ao MR-8, que acabaram por fazer alianças com o "peleguismo reciclado"), e isolando tendências que "queriam, ainda que nem sempre de modo conseqüente, constituir um sindicalismo livre a partir da organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho" (*idem*, pp. 69-71);

- a adesão, na prática, do "novo sindicalismo" à estrutura sindical existente (ou, melhor dizendo, sua *institucionalização dentro desses marcos*), principalmente com o advento da "Nova República", quando o então ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, "consagrou no plano da lei e das instituições aquilo que os sindicalistas mais combativos já vinham praticando desde o período do governo militar", ou seja: um "controle flexível e indireto do governo sobre os sindicatos", extinguindo o estatuto padrão, sustando o controle direto e minucioso das DRTs sobre as eleições sindicais, reconhecendo politicamente as centrais sindicais e extinguindo a prática das deposições punitivas de sindicalistas, sem falar na formulação das políticas salariais do governo Sarney que, "ainda que restringindo muito o ritmo e os índices legalmente permitidos para a reivindicação sindical, eram mais liberais do que o controle exercido pelos governos militares" (*idem*, pp. 72-73);

- a consagração dessa "política de reforma da estrutura sindical" na Constituição de 1988, que "elevou os principais elementos da estrutura sindical", como normas da CLT, à "condição de normas constitucionais". De fato, a nova Carta Constitucional preserva "a necessidade de reconhecimento oficial dos sindicatos, a unicidade sindical, as contribuições sindicais obrigatórias, a divisão do movimento sindical por categorias e seu retalhamento por municípios e [...] manteve a mesma estrutura básica da Justiça do Trabalho e a sua tutela sobre o movimento sindical." Como novidades, a Constituição *proíbe a interferência e a intervenção do Poder Público na organização sindical* (art. 8º, inciso I) - em nítida contradição com outros incisos do mesmo artigo, que preservam a unicidade sindical, a organização por categoria e as contribuições obrigatórias, isto é, traduzem uma ingerência do poder público na organização sindical - e *estabelece o direito de greve* (art. 9º) "de modo

bastante amplo, constituindo-se em um obstáculo jurídico à implantação de novas leis de greve nos moldes das que existiram no período dos governos militares" (*idem*, pp. 73-74);

- o *ensaio de extinção do imposto sindical*, no governo Collor, através de Medida Provisória que caducou. O imposto continuou sendo arrecadado, o que, para Boito Jr., representou apenas um "jogo de cena" deste governo, pois além de não efetivada, esta medida não abolia a contribuição assistencial (a velha contribuição compulsória de um trinta avos do salário, recolhida de todos os trabalhadores e distribuída pelo Ministério do Trabalho), "com a particularidade de não ter qualquer limitação no seu valor e de ser arrecadada diretamente pelos próprios sindicatos oficiais" (*idem*, p. 75);

- o *fato de a CUT permanecer, em muitos aspectos, integrada à estrutura sindical*: "suas ações efetivas, em certos casos, e sua omissão, em outros, abalam as declarações de princípio em defesa da liberdade sindical. Mas essa relação da CUT com a estrutura sindical não está, obviamente, isenta de contradições. Talvez continue apropriado falar, mesmo, de uma *'integração conflituosa'*⁵ das lideranças cutistas ao sindicalismo de Estado" (*idem*, p. 76) ou, mais amplamente, à *ordem capitalista*, conforme ressaltado na introdução deste trabalho.

Essas e outras análises históricas apresentadas pelo autor para afirmar a sua tese da extinção do modelo ditatorial de sindicalismo de Estado com a permanência da sua estrutura básica, podem ser reconhecidas, gramscianamente, como elementos importantes seja para o dimensionamento da correlação de forças que impingiu, nas sucessivas conjunturas, tais limites e contradições ao "novo sindicalismo", seja para iluminar as próprias tensões e contradições internas que permearam e ainda permeiam a trajetória deste sindicalismo. É pertinente reafirmar, aqui, que esta trajetória descreve uma conflituada e crescente *integração à ordem capitalista* (ou seja, o submetimento das veleidades/possibilidades emancipatórias das classes subalternas à racionalidade capitalista, o que significa bem mais que uma *integração à estrutura sindical oficial*) e que, de fato, se o "novo sindicalismo" conseguiu "eliminar o controle ditatorial sobre os sindicatos, sobreviver e crescer", as tendências que "procuraram unir a luta sindical à luta pelo socialismo saíram derrotadas do processo de reforma da estrutura sindical" (Boito Jr., 1991b, p. 90-91).

A partir desses mesmos elementos históricos, algumas indagações se impõem, dentro da perspectiva de análise que vem sendo adotada:

- *poderia uma luta deliberada e prioritária pela destruição da estrutura sindical ainda vigente, em si mesma, ser definidora das possibilidades transformadoras da ação sindical?*

⁵ Expressão tomada por Boito Jr. do trabalho de Moreira (1990), *op. cit.*, p. 76.

• *por outro lado, quais as potencialidades transformadoras que a estrutura sindical da ANDES-SN, efetivamente nova e desatrelada do Estado e dos "patrões", encerrou e encerra, no sentido de contribuir para a afirmação de um sindicalismo combativo e classista, no atual contexto?*

• *atribuindo-se tamanho valor, estratégico que seja, aos limites decorrentes da estrutura sindical vigente, como analisar os impactos provocados e as dificuldades de mão-dupla vivenciadas pela ANDES-SN nas relações com a CUT?*⁶

A ESTRUTURA SINDICAL COMO EXPRESSÃO DA SINGULARIDADE

Pode-se afirmar, metaforicamente, que a organização e a estrutura sindical da ANDES, materializadas em seu primeiro Estatuto, retratam bem um sindicalismo singular. A fotografia é em branco e preto, sem retoques, e tem as características tradicionais de uma "3 por 4", ou seja, a *linguagem padrão* dos estatutos. Mas o que é padrão se esgota na forma, pois a imagem retratada, em seus conteúdos e traços fundamentais, é seguramente distinta das que aparecem nas fotografias do chamado sindicalismo oficial e, mesmo, do "novo sindicalismo". Enquanto imagem, ela tem um desenho novo, cujo significado só pode ser apreendido pela sua origem e pela identificação histórica de seus traços.

A marca de origem e a singularidade dos traços

Uma diferença fundamental está na raiz mesma do retrato estatutário da ANDES: ele resulta de um "coletivo de fotógrafos" muito particular, pela sua condição de *intelectuais* que, voluntária e previamente, discutiram e processaram o *que, para que, de que forma e em que tempo e lugar* fotografar.

O primeiro Estatuto da entidade, assim originado, foi aprovado no *I Congresso Nacional da ANDES* e imediatamente registrado no Cartório do 2º Ofício de Títulos e Documentos e Pessoas de Brasília, Distrito Federal. Contém 11 capítulos, que abarcam 69 artigos: deste total, 8,7% destinam-se à especificação dos *fins, sede e duração da entidade* (Capítulo I) e dos seus *objetivos* e 7,2% se voltam para a *aquisição e alienação de bens* e para a *receita e despesa da entidade* (Capítulos VIII e XI, respectivamente). Os 84, 1% restantes (do que não escapam as "disposições gerais e transitórias") dedicam-se a conformar e precisar, com o máximo de detalhes, as *instâncias de decisão* da entidade, suas *competências e atribuições*, os *processos constitutivos* dessas instâncias e as *formas e mecanismos* de sua *dinâmica de funcionamento*.

Esses índices ajudam bastante a visualizar o formato, as dimensões e os traços fundamentais da ANDES: *precisão e objetividade* quanto aos fins, aos objetivos e à sustentação material da entidade (ou à sua autonomia político-ideológica e financeira) e

⁶ Essas questões, de fundo, passam a integrar o rol de indagações sobre as potencialidades e limites deste sindicalismo de intelectuais, segundo o referencial teórico-histórico adotado nesta pesquisa.

detalhamento do seu caráter eminentemente *democrático*, o que, naquela conjuntura, exigiu uma forma estatutária obsessivamente empenhada em assegurar mecanismos e práticas internas que a "protegessem" e "imunizassem" da contaminação dos vícios do sindicalismo oficial e das ingerências de um regime autoritário, contra o qual tinha a ousadia de "se registrar".

Desses contornos emerge um binômio que consagrou a orientação político-ideológica por muito tempo hegemônica na direção do movimento docente: *autonomia e democracia*, como princípios motores da entidade. Deles se pode depreender uma *estrutura* sindical efetivamente nova, inteiramente desatrelada e na contra-mão dos próprios preceitos constitucionais que regiam o país: seu caráter sindical, proibido, foi habilmente sustentado no retrato estatutário, exatamente através dos fins, dos objetivos e da auto-sustentação financeira, ao mesmo tempo em que cuidadosamente se construía uma estrutura orgânica que sustentava essa dimensão sindical e seus princípios motores.

Se as dimensões desse retrato já configuram algo diferente, a singularidade dos traços que lhe conferem identidade só pode ser apreendida pelo *conteúdo* mesmo que os anima, cujos ingredientes fundamentais são analisados a seguir.

Os conteúdos que qualificam os traços

Constituindo-se como "pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos e duração indeterminada", com sede jurídica em Brasília⁷ e jurisdição em todo o território nacional, a ANDES se auto-designou como "*órgão representativo* dos docentes das Instituições de Ensino superior (IES) de todo o país a ela associados", tendo por finalidades precípuas "*a união, a defesa dos direitos e interesses da categoria e a assistência*"⁸ aos associados" (arts. 1º a 4º do Estatuto; grifos meus). Seu caráter sindical já estava aí subjacente; seus princípios motores estão contidos na definição de sua natureza, no art. 5º: "*uma associação democrática, sem caráter religioso nem político-partidário, independente com relação ao Estado e às administrações universitárias*" (grifos meus).

Mas o seu perfil político-ideológico só pode ser apreendido em suas especificidades através do registro ("possível", face aos limites formais das instituições sindicais e ao contexto ditatorial) dos *objetivos* da Associação (art. 6º): além dos de praxe, salientam-se os de "expressar as reivindicações e lutas dos professores das Instituições de Ensino Superior nos *planos educacional, econômico, social, cultural e político*"; "defender a *autonomia da Universidade* frente a quaisquer iniciativas impostas por interesses,

⁷ A sede administrativa foi definida na "cidade de domicílio do presidente", devido às precariedades organizativas, de infra-estrutura e financeiras que a entidade enfrentou em seus primeiros anos.

⁸ Cabe registrar que esta finalidade assumiu, na forma e na prática predominante da entidade, um caráter substancialmente diferente do *assistencialismo* que marca o sindicalismo oficial, ao restringir-se, sobretudo, à prestação de serviços jurídicos (de caráter pessoal ou coletivo) aos associados.

instituições e órgãos capazes de inibir a sua livre atuação" e "buscar a integração com movimentos e entidades nacionais e internacionais que lut[assem] por princípios que express[assem] a defesa dos interesses dos docentes", destacando-se, em parágrafo único e emblemático, que "a ANDES defenderá uma *política educacional* que atenda às *necessidades populares* e buscará integração com entidades representativas de professores, *trabalhadores* e demais setores na *luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro*" (grifos meus).

Estão aí contidos não só o horizonte político (com os princípios motores) do sindicalismo dos docentes, como também as suas dimensões *acadêmica* e *especificamente sindical* (cerne da sua identidade e fonte das tensões já mencionadas), tendo como eixo fundamental de ação a *construção de uma política educacional compromissada com interesses e necessidades dos subalternos*. Portanto, ao assumir a defesa da autonomia universitária como elemento viabilizador dessa construção, os professores simultaneamente assumiam, como objetivo, o "fortalecimento das Associações de Docentes existentes, *respeitando a sua autonomia*"⁹ e estimulando a criação de novas AD's.

Autonomia institucional e autonomia do movimento entrecruzavam-se, assim, em um mesmo solo: o próprio *local de trabalho*, espaço vital para a emergência da ANDES que, ao organizar-se, identifica como sócios: "todos os docentes"¹⁰ do ensino superior associados às Associações de Docentes (ADs) existentes em todo o país que sejam filiadas à ANDES, todos os docentes integrantes das Comissões Pró-ADs filiadas à ANDES, e ainda *todos os docentes de IES onde não houver AD ou Comissão Pró-AD organizada* que se associarem à entidade através das Vice-Presidências Regionais ou por delegação de uma AD da região, sem excluir os docentes aposentados ou em disponibilidade." Isto significava (e significa, ainda hoje), que qualquer professor de IES pode, individual e independentemente da existência e/ou decisão de sua AD de filiar-se à ANDES, tomar-se sócio da entidade nacional, em nítida contraposição ao *verticalismo* que marca o sindicalismo oficial. Por isso mesmo, o Estatuto estabelecia uma distinção entre sócios (os docentes) e filiados (as ADs), ao tratar, no Capítulo II, dos direitos e deveres da categoria organizada.

A própria estipulação dos direitos e deveres, para sócios e AD's/Comissões Pró-ADs filiadas, traduzia o "espírito democrático" da organização: os direitos são (e não apenas quantitativamente) mais acentuados que os deveres. Aqueles incluem participação ampla em todas as atividades da ANDES, com possibilidades de votar e ser votado; apresentação de propostas, sugestões ou representações de qualquer natureza; recurso das decisões da

⁹ Convém ressaltar que cada AD possuía estatuto e regimento próprios, em uma nítida demonstração formal da autonomia defendida.

¹⁰ Os docentes são definidos, estatutariamente, como "os que exercem cargos, funções ou atividades de ensino e/ou pesquisa nas IES do país, excetuando-se aqueles que exercem tais atividades apenas na qualidade de alunos" (§ 1º do art. 8º).

Diretoria, do CONAD e do Congresso (art.10). Os deveres são concisos: observância dos estatutos e regimentos, *pagamento pontual* das contribuições financeiras e zelo pelo "cumprimento dos *objetivos* da ANDES".¹¹

A *auto-sustentação financeira*, traço já destacado, constituiu-se, desde o primeiro momento de existência da entidade, na alavanca material da sua autonomia, contrapondo-se fortemente (na teoria e na prática, apesar das dificuldades enfrentadas) às contribuições sindicais que vigoravam no "novo sindicalismo". A *receita ordinária* da entidade foi assim definida: as contribuições financeiras dos sócios, os juros provenientes de depósitos bancários efetuados pela ANDES e de títulos incorporados ao patrimônio, a renda dos imóveis de sua propriedade (quando os possuísse) e a renda de doações. Como *receita extraordinária*, estipularam-se as "subvenções de qualquer natureza e as rendas eventuais" (art. 56).

Seu *patrimônio* era constituído pelos bens imóveis que viesse a possuir, por móveis e utensílios e pelas doações e legados recebidos com especificações (art. 54), sendo que "a aquisição, alienação ou aceitação de doações de bens imóveis e títulos e valores imobiliários classificados como investimentos de caráter permanente da entidade só poder[iam] ser efetuadas com a aprovação do Congresso Nacional da ANDES", por deliberação de pelo menos 2/3 dos delegados inscritos no Congresso (art. 25).¹²

Alicerçada nesses pilares, a *prática democrática* foi obstinadamente perseguida, na elaboração do Estatuto. Especial atenção foi dada às instâncias decisórias da ANDES (Congresso, CONAD e Diretoria), no sentido de definir, na *estrutura organizativa* do movimento, a composição, as competências e os mecanismos de funcionamento das mesmas.

O *Congresso Nacional*, como instância deliberativa máxima, tinha como atribuições exclusivas, entre outras, "estabelecer as diretrizes para a consecução dos objetivos previstos", referendar ou não a admissão, exclusão ou readmissão de sócios e filiados e definir a sua contribuição financeira, examinando (em última instância) os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pelo CONAD ou pela Diretoria. De sua pauta obrigatória deviam constar ainda os recursos interpostos por sócios e filiados e a ratificação das deliberações dos CONADs (arts. 18, 19 e 20).

A composição do Congresso foi definida pela presença de delegados "indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo Congresso imediatamente anterior", nele incluídos

¹¹ As sanções (de advertência, suspensão e exclusão, as duas primeiras aplicáveis pelo CONAD e a última pelo Congresso) previstas para sócios e AD's filiadas atinham-se ao "descumprimento das normas estatutárias e regulamentares" da ANDES e vinham acompanhadas, sempre, da garantia do "amplo direito de defesa".

¹² Pelo art. 25, as seguintes questões exigiam o mesmo *quórum* de 2/3 dos inscritos no Congresso para deliberação: alteração do Estatuto, exclusão de associados ou filiados, destituição de membros da Diretoria e dissolução da ANDES.

"delegados representantes de Diretorias e Comissões Pró-ADs e delegados *eleitos diretamente* pelos associados de cada AD filiada", seja através de Assembléia Geral convocada especificamente para este fim nos termos estatutários de cada AD, seja pelo voto direto e secreto dos seus associados. (art. 21).¹³

O Estatuto estipula que, como instância deliberativa máxima, o Congresso deve se reunir "ordinariamente, uma vez por ano, nos meses de janeiro e fevereiro, em data e local fixados pelo Congresso anterior" e extraordinariamente, sempre que requerido pelo CONAD, tendo como quórum mínimo de funcionamento de cada plenária a maioria absoluta dos delegados inscritos e, como quórum mínimo para deliberações, a maioria simples dos delegados presentes em cada plenária, excetuando-se aquelas matérias, já mencionadas na nota nº 12 deste capítulo, que exigiam 2/3 dos inscritos para apreciação e deliberação (arts. 22 a 25).

Ao *Conselho Nacional de Associações de Docentes (CONAD)*, como "instância deliberativa intermediária", cabia, dentre outras atribuições: "deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do Congresso Nacional da ANDES, lhe fo[ss]em atribuídas, nos rígidos limites desta atribuição"; fazer cumprir as deliberações do Congresso, regulamentando-as quando necessário; exercer as funções de Conselho Fiscal; decidir sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria; convocar extraordinariamente o Congresso Nacional da ANDES; elaborar o regimento das eleições da Diretoria e *criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes* (art. 27, inciso X; grifos meus).¹⁴ O Estatuto estabelecia ainda (art.28) que, "nos intervalos entre as reuniões do Congresso, por motivos imperiosos e justificados", o CONAD poderia deliberar sobre as diretrizes para a consecução dos objetivos da ANDES, desde que essas deliberações não contrariassem decisões tomadas em Congressos anteriores e que ficassem sujeitas à ratificação do Congresso imediatamente posterior. De sua pauta deveria constar, obrigatoriamente, a discussão/julgamento dos recursos dos sócios e filiados e da exclusão/readmissão dos filiados (art. 34).

Reunindo-se ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente quando convocado por 1/4 de seus membros ou pela Diretoria (a quem compete, respectivamente, fixar a data e o local das próximas reuniões, não podendo as mesmas coincidir com as

¹³ Nas Disposições Transitórias (art. 68) do Estatuto foi definido o seguinte sistema de proporcionalidade, ainda em vigor, indicativo da preocupação com a "democracia pela base": um delegado de cada diretoria de AD filiada; um delegado de cada Comissão Pró-AD filiada, delegados eleitos pelos sócios das AD's filiadas na seguinte proporção: um delegado por 100 sócios até 500; um delegado por 250 sócios de 500 até 1000 e um delegado por 500 sócios a partir de 1000, incluindo fração.

¹⁴ Esta atribuição, também formulada para a Diretoria (inciso VIII do art. 36), respalda a gestação e desenvolvimento dos Grupos de Trabalho (GT's) da ANDES, que se tornaram espaços orgânicos fundamentais para a sua ação sindical.

reuniões do Congresso), o CONAD foi constituído por um delegado de cada AD filiada, eleito pelas Assembléias Gerais convocadas nos termos estatutários das mesmas, mas cada Comissão Pró-AD filiada também pode enviar representante com direito à voz. O presidente da ANDES é considerado membro nato do Conselho, com direito à voz e voto, e deve presidir suas reuniões; os demais membros da Diretoria têm direito apenas à voz. Como definido para o Congresso, o quórum mínimo das suas plenárias é de maioria absoluta dos delegados inscritos e as deliberações são feitas pela maioria simples dos delegados presentes a cada sessão (arts. 29 a 33).

À *Diretoria*, como órgão executivo da ANDES, cabia, coletivamente, cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações de Congressos e CONADs, organizar os serviços administrativos, elaborar relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias anuais, resolver sobre admissões de filiados *ad referendum* do Congresso, dar posse à diretoria eleita para o mandato subsequente e convocar reuniões extraordinárias do CONAD, entre outras funções (arts. 35 e 36).¹⁵

O Estatuto definiu que a Diretoria seria eleita por "escrutínio secreto, universal e direto de todos os sócios da ANDES", com mandato de dois anos (art. 37), sendo vedada a reeleição como diretor de qualquer um de seus membros por mais de uma vez consecutiva (art. 52) e a acumulação de cargos na Diretoria e no CONAD (art. 38). Além disto, explicitava que os membros da Diretoria não seriam remunerados pelas atividades que exercessem na ANDES (art. 62).¹⁶

Originalmente, a Diretoria foi constituída por 17 membros efetivos, dos quais 9 Vice-Presidentes Regionais¹⁷, e de 12 membros suplentes. (art. 38). O Estatuto cuidadosamente definiu as competências de cada cargo¹⁸ (arts. 41 a 47) estabelecendo, ainda, que suas deliberações seriam tomadas por maioria simples de votos, com a presença mínima de 9

¹⁵ Apesar dessas definições, a prática da ANDES-SN não conseguiu escapar de vieses que marcam o exercício do poder político nas instituições capitalistas e, particularmente, na formação social brasileira, com destaque para o "presidencialismo" e para a "tendência à postura de "capas pretas" (jacobinista que seja) que tem marcado o desempenho dessas funções, sendo um dos elementos explicativos do distanciamento direção-base que a ANDES-SN tem vivenciado.

¹⁶ Este conjunto de determinações, que ficou conhecido, no jargão do movimento docente, como "*dispositivos caça-pelegos*", tentava neutralizar a possibilidade de burocratização/perpetuação dos dirigentes nos cargos, como acontecia e acontece freqüentemente no sindicalismo atrelado.

¹⁷ As Vice-Presidências Regionais (VPRs), criadas para representar a ANDES na região de sua jurisdição (nela criando uma Secretaria Regional com estatutos e regimentos próprios, a serem aprovados pelo Congresso) e esta região na ANDES, eram nove: *Norte* (Pará, Amazonas e Acre); *Nordeste I* (Ceará, Piauí e Maranhão); *Nordeste II* (Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte); *Nordeste III* (Bahia, Alagoas e Sergipe); *Centro-Oeste* (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal); *Leste* (Minas Gerais e Espírito Santo); *Rio de Janeiro*; *São Paulo* e *Sul* (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (arts. 38 e 47).

¹⁸ Os cargos eram os seguintes: de *Presidência* (Presidente, Primeiro Vice-Presidente e Segundo Vice-Presidente); de *Secretaria* (Secretário Geral, Primeiro Secretário e Segundo Secretário), de *Tesouraria* (Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro), acrescidos dos 9 VPRs. Os suplentes, em número de 12, eram assim distribuídos: um para os cargos da Presidência, um para os cargos da Secretaria, um para os cargos da Tesouraria e um para cada um dos VPRs (art. 38).

diretores (art. 39), em reuniões periódicas bimensais ou em reuniões extraordinárias convocadas pelo presidente ou por 1/3 de seus membros (art. 40). Previu, também, que qualquer membro da Diretoria ou toda ela poderiam ser destituídos em Congresso convocado especificamente para este fim (art. 48), desde que deliberado por 2/3 dos inscritos no Congresso.¹⁹

O Estatuto trata ainda dos *procedimentos eleitorais* relativos à composição da Diretoria, que conformam o seu Capítulo VII, abarcando prazos para convocação das eleições, regimento eleitoral, condições para candidaturas e formação de chapas, proclamação dos eleitos e prazo para a sua posse.

Como se vê, as feições deste sindicalismo de intelectuais foram definidas pelo seu compromisso explícito e formalizado com a *liberdade, a autonomia e a democracia* das práticas sindicais, traduzindo-se nessa estrutura orgânica efetivamente inédita e calcada nas decisões das bases organizadas em seus locais de trabalho. Essa organização sindical não se modificou substancialmente ao longo da trajetória da entidade: seus traços constitutivos foram apenas ajustados às experiências vividas neste percurso, expressando-se em alterações estatutárias.

As alterações estatutárias até 1988: ajustes nos traços

As alterações estatutárias ocorridas até 1988 centraram-se, basicamente, em ajustes pontuais nos mecanismos de escolha dos dirigentes e de funcionamento das instâncias da ANDES.

No *II Congresso Nacional* (1983), foram aprovadas modificações referidas, predominantemente, aos processos eleitorais. Decidiu-se que:²⁰

- a eleição da Diretoria da ANDES seria convocada para o mês de maio²¹ (não mais setembro) e com um prazo menor de antecedência (90 dias) (art. 49);
- a atribuição de elaborar o regimento eleitoral deixaria de ser do CONAD (com dois meses de antecedência das eleições) e passaria a ser do Congresso anterior à data da realização das eleições (art. 50);

¹⁹ A própria dissolução voluntária da ANDES, com seu "número de sócios ilimitado e sua duração indeterminada", está prevista no art. 62 do Estatuto (Disposições Gerais), desde que em Congresso especificamente convocado para tal e com deliberação de pelo menos 2/3 dos inscritos, conforme art. 25. Neste caso, os bens, "pagas as dívidas existentes, serão distribuídos às Associações de Docentes e às Comissões Pró-AD's filiadas, na proporção do número de seus sócios." (Parágrafo Único do art. 62).

²⁰ Sobre essas alterações, ver: ANDES, Estatuto, 1988, pp. 16 -18.

²¹ No I Congresso, deliberou-se que a eleição da primeira Diretoria seria feita conforme o Estatuto e o Regimento eleitoral, efetivando-se em maio de 1982 e com mandato até setembro de 1984, passando a realizar-se no mês de setembro dos anos pares, sendo convocada pelo Presidente em exercício com pelo menos 120 dias de antecedência. Caso não fosse convocada neste prazo, caberia ao CONAD convocá-la no máximo 30 dias após o seu esgotamento (ver: arts. 66 e 49 do primeiro Estatuto).

- o prazo de posse da Diretoria eleita seria ampliado para 45 dias após a data da realização das eleições, ao invés de 30 dias (art. 53).

Além disso, estipulou-se que:

- o delegado de cada AD filiada ao CONAD passaria a ser *indicado* na *forma deliberada pela AD, através de sua instância máxima*, alterando-se o caput do art. 29, que estipulava que os delegados seriam escolhidos em Assembléia Geral convocada para esta finalidade;

- as alterações estatutárias passariam a ser aprovadas por maioria absoluta (50% + 1 dos delegados credenciados ao Congresso) e não mais por 2/3 dos inscritos.²²

Compreensivelmente, neste *II Congresso*, os ajustes refletiam a necessidade de viabilização estatutária dos processos eleitorais das Diretorias e de representação nas instâncias deliberativas, com base nas experiências recém-vividas. No *IV Congresso*, (1985), foram introduzidos dois parágrafos (aprimoradores do processo) no art. 51²³, especificando que, durante o Congresso ordinário imediatamente anterior às eleições, o registro de chapas seria precedido da *apresentação de manifesto* e dos *candidatos a Presidente, Secretário Geral e Primeiro Tesoureiro*, devendo ainda as chapas registrarem os candidatos aos demais cargos até sete dias após o encerramento do Congresso. No *V Congresso* (1986), a própria composição da Diretoria foi mudada: ela passou a ter 18 membros, pelo acréscimo de mais um cargo: o da Vice-Presidência Regional do Rio Grande do Sul, e seu suplente.

O *VII Congresso* (1988), introduziu, no inciso III do art. 6º (objetivos da entidade), uma modificação mais substancial: a ANDES passa a coordenar e unificar o movimento dos docentes *das instituições de ensino superior*, nele incluídos todos aqueles que lecionavam no 1º e 2º grau de ensino e se encontravam vinculados às IES. Modificações semelhantes foram feitas nos incisos I e II do art. 8º (especificação dos sócios da ANDES), tornando-os compatíveis com esta ampliação do quadro de associados.

²² Esta modificação estatutária, introduzida com o art. 68 das Disposições Transitórias, foi sucessivamente mantida pelos Congressos posteriores (cf. ANDES. *Estatuto*, 1988, p.18). Esta questão continuará problemática após a transformação da ANDES em Sindicato Nacional.

²³ O art. 51 original apenas definia que os candidatos à Diretoria comporiam chapas, com diretores efetivos e suplentes, que seriam registradas junto à Diretoria em exercício durante o Congresso ordinário imediatamente anterior à data da realização das eleições.

As mudanças estatutárias decorrentes da transformação da ANDES em Sindicato Nacional

Congresso a Congresso, como acima resgatado, os docentes organizados na ANDES ajustaram/aprimoraram, pontualmente e com base nas vivências internas e injunções conjunturais, sua estrutura sindical, reafirmando uma organização que ganhará traços essencialmente novos, fecundos e problemáticos quando, em novembro de 1988, em seu // *Congresso Extraordinário* e ao calor da nova Carta Constitucional brasileira, os militantes da entidade decidem *transformar a ANDES em Sindicato Nacional*.²⁴

A fotografia estatutária da ANDES adquiriu, agora na forma e no conteúdo, traços explicitamente sindicais. Mas os seus militantes tiveram, contudo, o cuidado de preservar a estrutura organizativa básica da entidade, o que se traduziu, de pronto, na manutenção (inclusive afetiva) da sua própria sigla, mesmo após a alteração do seu "nome de batismo": a Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior passou a designar-se *Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior*, mas preservou a sigla ANDES, à qual foram adicionadas as iniciais de Sindicato Nacional (ANDES-SN).

Aos seus *fins e objetivos* (ou princípios motores) foram apenas acrescentadas as atribuições especificamente sindicais que a entidade antes exercia de fato mas não de direito: ela se constitui, a partir de então, "para fins de defesa e *representação legal* dos docentes, sejam estes de 1º, 2º ou 3º grau, das Instituições de Ensino Superior - IES, *públicas e privadas*, por prazo indeterminado [...]", entendendo-se por IES "toda universidade, Centro de Educação Tecnológica, conjunto de faculdades, faculdade isolada ou ainda *campus* universitário, sempre definido de acordo com a vontade dos docentes diretamente interessados" (art. 1º e § Único; grifos meus).

As *finalidades principais* da entidade continuaram sustentadas, literalmente, no art. 3º do Estatuto, e o seu caráter autônomo/independente foi explicitado em relação às *mantenedoras* das IES privadas (art. 4º). Aos seus *objetivos*, foram adicionados aqueles referentes ao acúmulo de experiências e lutas em defesa das universidades e os resultantes da transformação da entidade em sindicato (ou relativos às dimensões *acadêmica e especificamente sindical*), a saber (art. 5º):

"Defender a democratização, a autonomia e um padrão unitário de qualidade para as IES do país (inciso X); defender as condições adequadas para o bom desempenho do trabalho acadêmico, bem como a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão (inciso III);

²⁴ O contexto, as implicações e os desafios decorrentes da transformação da ANDES em Sindicato Nacional serão abordados no Capítulo 5 desta tese. Limitar-me-ei, aqui, a destacar as principais alterações estatutárias resultantes desta decisão, com base em: ANDES-SN. *Estatuto*. (Atualizado e consolidado até o XVI Congresso - João Pessoa, 1997), nele incluídas, em Aposto, as modificações feitas nos Congressos de Londrina (1990), Curitiba (1991), Cuiabá (1992), Manaus (1993), Viçosa (1994), Brasília (1995) e Santa Maria (1996).

fortalecer e estimular a organização da categoria por local de trabalho, respeitando a sua autonomia, nos limites desse Estatuto (inciso V); incentivar a participação dos sindicalizados nas reuniões, assembléias e demais atividades inerentes à Entidade (inciso IV)" (ANDES-SN, Estatuto, 1997; grifos meus).

Os demais objetivos do Estatuto original foram mantidos/atualizados, destacando-se a ênfase na *política educacional*, com a defesa da "Educação enquanto um *bem público* e [de] uma política educacional que atenda às necessidades populares, o direito do ensino *público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos*" (inciso IX; grifos meus). Mas as prerrogativas e deveres da ANDES-SN passaram a incorporar, em decorrência da decisão tomada, as funções de:

"Representar, perante as autoridades administrativas e judiciais, os interesses gerais da categoria e os interesses individuais de seus sindicalizados, inclusive com substituto processual; celebrar convenções e acordos coletivos; estabelecer contribuições financeiras para todos os sindicalizados de acordo com as decisões tomadas no Conselho da ANDES-Sindicato Nacional, denominado CONAD, e no Congresso da ANDES-Sindicato Nacional, denominado Congresso; referendar a constituição de ADs-Seções Sindicais (ADs-SSinds)" (ANDES-SN, Estatuto, 1997, art. 6º, incisos I a IV).

São considerados sindicalizados (em número ilimitado) todos os docentes das IES públicas ou privadas, de todo o país, que requeiram sua sindicalização junto à ANDES-SN, entendidos os docentes como aqueles que "exercem atividades de *magistério*, seja no 1º, 2º ou 3º graus, nas IES de todo o país", aí se incluindo os *aposentados, em disponibilidade ou desempregados*" (arts. 7º e 8º; grifos meus).

A sindicalização passa a ser feita através da AD-SSind ou, nas IES onde esta não existir, através da Vice-Presidência Regional (art. 8º, § 3º). Os *direitos* dos sindicalizados são mantidos, acrescentando-se um *dever* aos originalmente estipulados: "exigir da Diretoria o cumprimento das decisões das instâncias deliberativas da entidade". (art. 10, inciso IV).

Autonomia institucional e autonomia do movimento continuam, assim, se entrelaçando, de modo mais elaborado e atualizado pela trajetória da entidade, com base nos princípios motores e dentro dos marcos dessa transformação.

A *autonomia das AD's* foi preservada, porém necessariamente redimensionada. Ela continuou ilimitada ao nível de garantir-se o seu *direito à opção* de tomar-se ou não Seção Sindical da ANDES, dentro de prazos fixados, que seriam prorrogados por sucessivos Congressos²⁵. Esta opção, contudo, foi condicionada ao acatamento das seguintes concepções e princípios:

"Art. 44 - A AD-Seção Sindical (AD-SSind) é a menor instância organizativa e deliberativa territorial da ANDES-Sindicato Nacional;

²⁵ Pelo art. 70 das Disposições Transitórias, a entidade "reconhece e dá prerrogativas de seções sindicais (ADs-SSinds) a todas as Associações de Docentes filadas até o XVII Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em Assembléia Geral, decidirem em contrário" (cf. deliberação do XVI Congresso, realizado em João Pessoa).

§ 1º A AD-SSind possui regimento próprio aprovado pela Assembléia Geral dos docentes a ela vinculados, respeitado o presente Estatuto;²⁶

§ 2º A AD-SSind tem autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira, dentro dos limites deste Estatuto" (ANDES-SN, Estatuto, 1997).

Feita esta opção no local de trabalho, em Assembléia Geral "convocada especificamente para este fim, com ampla divulgação prévia, inclusive em órgão da imprensa oficial ou de grande circulação local com no mínimo 72 horas de antecedência" e "previamente comunicada ao Vice-Presidente Regional da respectiva região, de modo a possibilitar o seu acompanhamento" (art. 45), a constituição da AD-SSind deve ser então homologada pelo CONAD ou pela Diretoria²⁷, *ad referendum* do Congresso, cabendo ao CONAD (*ad referendum* do Congresso) e a este último apreciar a "revogação da homologação de constituição", caso a AD-SSind não repassasse a contribuição financeira dos sindicalizados de sua jurisdição à Tesouraria da ANDES-Sindicato Nacional por prazo igual ou superior a seis (6) meses" (§ 3º do art. 55). Em decorrência dessa opção, cumpridas essas exigências e feitos esses procedimentos, a AD-SSind passa a ter as seguintes atribuições (art. 47):

- sindicalizar os docentes de sua jurisdição (a IES);
- representar os seus interesses gerais e individuais diante de autoridades administrativas e judiciais "nas questões que lhe sejam específicas;
- estabelecer a contribuição financeira dos seus sindicalizados que será destinada ao próprio custeio, nos termos regimentais;
- receber e repassar para a Tesouraria da ANDES-SN as contribuições financeiras estipuladas pelo Congresso ou pelo CONAD.²⁸

Além dessas inovações e redimensionamentos, outras regulamentações também foram feitas neste Capítulo específico do novo Estatuto (o IV, integrante do Título III - *Da Estrutura Organizativa da ANDES-Sindicato Nacional*)²⁹, dentre as quais se salientam a eleição da Diretoria da AD-SSind "pelo voto secreto e universal dos sindicalizados a ela vinculados e em pleno gozo de seus direitos" e a subordinação da AD-SSind à sua respectiva Assembléia Geral para "assinatura de acordos, convênios ou contratos de

²⁶ O regimento da AD-SSind pode estabelecer outros órgãos deliberativos ou executivos, além da Assembléia Geral e da Diretoria (art. 49). As modificações regimentais das ADs-SSinds passam a ser homologadas pelo Congresso ou pelo CONAD (*ad referendum* do Congresso), que devem verificar "exclusivamente sua compatibilidade" com o Estatuto da ANDES-SN. (art. 46).

²⁷ A extensão dessa atribuição à Diretoria foi feita pelo Congresso de Londrina, 1990.

²⁸ O regimento da AD-SSind pode fixar, dentro dos limites estatutários, "outras atribuições, entre elas a aquisição, administração e destinação do seu patrimônio, a eleição dos seus diretores e respectivos processos eleitorais." (§ Único do art. 46).

²⁹ Evidentemente, a forma do Estatuto foi alterada/aprimorada, na sua estruturação e na designação de Títulos e Capítulos, tornando mais trabalhosa a comparação de artigos, parágrafos e incisos, o que se complexifica com as alterações pontuais que foram feitas sucessivamente, conforme já registrado.

trabalho, podendo a Assembléia delegar à Diretoria da ANDES-Sindicato Nacional a assinatura dos mesmos" (arts. 49 e 50).

A *auto-sustentação financeira* se reafirma como alavanca material da autonomia do movimento, ganhando contornos mais firmes e maior contundência prescritiva e prática com a sindicalização dos docentes. As regulamentações atinentes à *aquisição e alienação de bens do ativo permanente* permanecem literalmente as mesmas, resguardando-se que "os bens patrimoniais da ANDES-Sindicato Nacional não respondem por execuções resultantes de multas eventualmente impostas à entidade por razão de dissídio coletivo de trabalho ou qualquer outro tipo de ação judicial" (art. 58). As fontes de *receita ordinária* permanecem as mesmas, mas as de *receita extraordinária* são acrescidas das "contribuições financeiras provenientes de cláusula inserida em Convenção Coletiva de Trabalho, conforme decisão das Assembléias Gerais de cada AD-SSind", tendo-se o cuidado de especificar que, dessas contribuições financeiras, o Congresso fixará, a cada ano, porcentagem nunca superior a 40%, a ser enviada para a Tesouraria da ANDES-Sindicato Nacional, e que "os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias acerca da receita e da despesa da entidade são apresentados pela Diretoria ao CONAD que se realiza no primeiro semestre de cada ano, para exame e deliberação" (arts. 59 e 60).

Nas Disposições Gerais do Estatuto encontra-se mais claramente a (re)afirmação da autonomia financeira da nova entidade sindical perante o Estado. O art. 68 estabelece que:

"A ANDES-Sindicato Nacional luta contra toda taxa compulsória sindical não deliberada nas suas instâncias competentes.

§ Único: Toda taxa compulsória, referida neste Artigo, recebida pela Entidade, deverá ser devolvida àqueles de quem foi descontada, na forma definida pelo Congresso" (ANDES-SN, Estatuto, 1997; grifo meu).

Tratava-se, para os docentes, de um dispositivo fundamental à preservação da auto-sustentação financeira do movimento, diante da manutenção das taxas sindicais compulsórias na nova Constituição brasileira, cujo recebimento, como inicialmente ressaltado neste capítulo, é contraditório e problemático, no seio do sindicalismo cutista.

Este cuidado político também se manifesta na regulamentação do próprio funcionamento interno das direções do movimento e do usufruto dos benefícios legais da sindicalização. O art. 61 das Disposições Gerais afirma que "os membros da Diretoria da ANDES-Sindicato Nacional, assim como os da Diretoria das ADs-SSinds, gozarão de *estabilidade no emprego*, conforme o disposto no inciso VIII do art. 8º da Constituição Federal", ao mesmo tempo em que o art. 64 reafirma que "os membros da Diretoria *não recebem remuneração* pelas atividades que desempenham na ANDES-Sindicato Nacional, ressalvado o ressarcimento de despesas feitas para o desempenho das atividades

sindicais, bem como eventual ônus de liberação de Diretor(es), pela categoria, aprovado em CONAD ou Congresso."

Na *estrutura organizativa*, o zelo pela *democracia interna* permanece ativo e confrontado com as dificuldades e práticas vividas, agora acrescidas das implicações das novas prerrogativas assumidas. As mesmas instâncias (com as novas denominações) são mantidas (art. 13), acrescentando-se formalmente a elas as ADs-SSinds, com a seguinte composição: "Assembléia Geral, Diretoria e outros órgãos constituídos no seu interior, nos limites deste Estatuto e de seu regimento" (inciso IV).

O Congresso, além das *atribuições* de origem, passou a se incumbir também das seguintes: "estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados da ANDES-SN"; "referendar ou homologar a constituição das ADs-SSinds, ou revogar sua homologação"; "referendar as alterações verificadas nos regimentos das ADs-Sinds, e "decidir sobre a filiação da ANDES-Sindicato Nacional a organizações nacionais e internacionais" (art. 15).³⁰

Sua *composição* foi basicamente mantida, explicitando-se a presença de "delegados representativos de sindicalizados via Vice-Presidências Regionais [...], indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do art. 17".³¹(art. 16). As formas de escolha dos delegados de base e de participação do presidente e dos demais diretores da entidade nacional foram também preservadas, sendo esta participação aberta, com direito à voz, para *todos os seus membros efetivos ou em exercício*, excetuando-se "aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional" (§ Único do art. 16). O *quórum mínimo* para funcionamento das plenárias e para deliberações não sofreu também alterações, a não ser a da exigência original de pelo menos 2/3 dos inscritos para decidir sobre a *alteração do Estatuto*, que passou a ser feita por maioria absoluta: esta alteração vem sendo renovada anualmente, para assegurar a possibilidade de transformações no Estatuto (art. 71 das Disposições Transitórias). A periodicidade e as formas de convocação do Congresso também não foram alteradas.

O CONAD teve suas atribuições reafirmadas, somando-se a elas as de "alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do Congresso subsequente" e de "homologar a constituição das ADs-SSINDs, ou as alterações no seu regimento", também *ad referendum* do Congresso posterior. Nenhuma modificação foi feita relativamente à composição, participação da Diretoria da ANDES-SN, quórums mínimos, periodicidade e

³⁰ Esta atribuição, não diretamente vinculada à transformação da ANDES em Sindicato Nacional, era fruto dos avanços do movimento na busca da sua inserção nacional na CUT (a decisão de filiação seria tomada no primeiro Congresso Ordinário posterior a essa transformação) e em organismos internacionais de trabalhadores em educação.

³¹ Pelo art. 17, os critérios de proporcionalidade são os seguintes, para as eleições dos delegados de base das ADs-SSINDs e dos sindicalizados via VPRs: até 500 sindicalizados, 1 delegado por conjunto de 100 ou fração; de 501 a 1000, 1 delegado por conjunto de 200 ou fração; a partir do milésimo sindicalizado, 1 delegado por conjunto de 500 ou fração.

formas de convocação, além das semelhantes àquelas mencionadas acima sobre os Congressos.

Já a *Diretoria*, eleita por "escrutínio secreto, universal e direto dos *sindicalizados* [...] *no gozo de seus direitos*", por mandato de dois anos (art. 31), sofreu modificações substanciais, em termos de suas *atribuições* e, sobretudo, da sua *composição*. Ao nível das atribuições, ela passou a "representar a Entidade e defender os interesses da categoria perante os Poderes Públicos, mantenedoras e administrações universitárias, podendo [...] nomear mandatário por procuração", e a "representar a ANDES-Sindicato Nacional no estabelecimento de negociações e dissídios coletivos" (art. 30). Definiu-se também que, na sua primeira reunião, seriam atribuídas, entre outras, as seguintes responsabilidades a diretores: encarregado de *relações internacionais*; de *imprensa e divulgação*; de *relações sindicais*; de *assuntos jurídicos* e de *assuntos de docentes aposentados*, responsabilidades essas que deveriam ser de conhecimento imediato das ADs-SSinds (art. 32, §§ 3º e 4º).

A sua composição, já alterada desde o Congresso de Salvador (1986), foi significativamente ampliada, possivelmente em função das novas prerrogativas assumidas e da necessidade mesma de investir na expansão e no trabalho das Vice-Presidências Regionais. A Diretoria da ANDES-SN passou a integrar 77 membros efetivos, assim distribuídos (art. 32):

- I - cargos da Presidência, em número de quatro (4): Presidente, Primeiro-Vice-Presidente, Segundo-Vice-Presidente e Terceiro-Vice-Presidente;*
- II - cargos da Secretaria, em número de quatro (4): Secretário-Geral, Primeiro Secretário, Segundo-Secretário e Terceiro-Secretário;*
- III - cargos da Tesouraria, em número de três (3): Primeiro-Tesoureiro, Segundo-Tesoureiro e Terceiro-Tesoureiro;*
- IV - Primeiros-Vice-Presidentes Regionais e Segundos-Vice-Presidentes Regionais, representando as seguintes regiões:*
 - a) Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima;*
 - b) Nordeste I: Ceará, Maranhão e Piauí;*
 - c) Nordeste II: Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco;*
 - d) Nordeste III: Alagoas, Sergipe e Bahia;*
 - e) Planalto: Distrito Federal, Goiás e Tocantins;*
 - f) Pantanal: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;*
 - g) Leste: Espírito Santo e Minas Gerais;*
 - h) Rio de Janeiro;*
 - i) São Paulo;*
 - j) Sul: Paraná e Santa Catarina;*
 - l) Rio Grande do Sul" (ANDES-SN, Estatuto, 1997).*

Além desses membros, integram também a Diretoria um Primeiro Secretário Regional, um Segundo Secretário Regional, um Primeiro Tesoureiro Regional e um Segundo Tesoureiro Regional, com âmbito de atuação e competência restritos à área de sua Regional (inciso V do art. 32). Pelos §§ 1º e 2º deste artigo, fica ainda vedada a

acumulação de cargos na Diretoria, assim como "a participação de membros efetivos desta como delegados no CONAD, no Congresso e nas reuniões setoriais, como representantes de ADs-SSinds, ou de sindicalizados via Vice-Presidências Regionais, excetuados os Secretários e Tesoureiros Regionais".

Ainda no plano das Disposições Gerais, ficou estabelecido que a entidade "poder[ia] se filiar a organizações nacionais e internacionais que lut[assem] pelos princípios e objetivos do [...] Estatuto", desde que a filiação [fosse] aprovada em Congresso de cuja pauta conste esta matéria (art. 65) e que "pode[ria] ser voluntariamente dissolvida em Congresso convocado especificamente para este fim", caso aprovado por pelo menos 2/3 dos inscritos (art. 66).

Essas normalizações de maior monta são suficientes para iluminar a permanência da originalidade da estrutura sindical da ANDES que, de certa forma, fica realçada com a sua transformação em Sindicato Nacional. Tal originalidade se completa com a existência dos Grupos de Trabalho (GTs), que vêm representando um espaço fundamental de formação, elaboração e intervenção na realidade, como analisado a seguir.

OS GT'S COMO ESPAÇO ORGÂNICO: IMPORTÂNCIA E CENTRALIDADE DO GTPE

Como vimos, os Grupos de Trabalho estão previstos desde o primeiro Estatuto da ANDES, ficando a sua constituição a critério do CONAD e da Diretoria.³² Para uma melhor apreensão do seu significado na estrutura organizativa da entidade, abordo, num primeiro momento, a partir da visão e da experiência acumulada de alguns dos dirigentes entrevistados, a *importância* desses espaços, bem como os limites e tensões que demarcam as relações entre eles e as instâncias de poder decisório da ANDES-SN (em particular, a sua Diretoria), no contexto das práticas vigentes no interior deste sindicalismo de intelectuais. Num segundo momento, especial atenção é dada ao GTPE - às suas origens, funções, fragilidades e realizações -, face à centralidade assumida pelas questões da política educacional na vida do sindicato e nesta pesquisa.

O significado dos GT's na ação sindical dos docentes

Como recorrentemente enfatizado, esses espaços orgânicos vêm sendo fundamentais para a formação política e sindical dos militantes, para a elaboração teórica que vem fundamentando as principais linhas de atuação do Sindicato e, até mesmo, como instâncias fonecedoras de quadros competentemente preparados para a intervenção na

³² Por deliberação do Congresso de Curitiba (1991), esta atribuição passou a ser também do Congresso. Na prática, estas iniciativas têm surgido como proposições das AD's ou da Diretoria, sendo a sua constituição referendada em CONADs e Congressos.

realidade. Poder-se-ia dizer que os GT's representam e congregam, por excelência, as especificidades da ação da ANDES-SN, em suas dimensões *acadêmica* e *sindical*, constituindo-se, por isso mesmo, em um *locus privilegiado* de formação/atuação dos intelectuais orgânicos da entidade.

Essa importância dos GT's para a sustentação da vida sindical da ANDES-SN foi salientada em suas diferentes dimensões por alguns dos entrevistados. Para Luiz Henrique Schuch (01/12/94), presidente da entidade à época da realização desta pesquisa, a sua significação maior reside na *formação de quadros* para a militância sindical: "Por incrível que pareça, eu vou falar primeiro na formação de quadros. O espaço de formulação teórica, de agudizar as contradições - no específico e no geral -, de influir, [...] é dado pelos GT's. Nada melhor que uma experiência dessas para a formação de quadros, nessa crise [...] de acesso, pequenininho, ao poder".

A mesma ênfase é compartilhada por João Carlos Cousin (30/11/94), que explicita outros aspectos do processo de formação de quadros propiciado pelos GT's: " [...] é através dos GT's que a gente consegue incorporar novas pessoas que estão ali, nos locais de trabalho, nas AD's: lideranças emergentes, querendo participar não sabem como, entram num GT e começam a participar, a conhecer um pouco mais a AD e o próprio Sindicato".

Além dessa dimensão formadora, alguns entrevistados que conduziam a ANDES-SN à época da pesquisa ressaltaram a importância dos GT's como *assessoria para a Direção*, através da *elaboração de políticas* que subsidiam as competências requeridas para as lutas sindicais em diferentes áreas de intervenção e alimentam o próprio movimento como um todo:

"[...] a nossa estrutura é uma estrutura cara, super-multifacetada [cada vez mais]. Quanto mais a gente analisa a conjuntura, a gente tem que prever um número maior de casos. Se a gente não for capaz de ter competência nessa prevenção, a gente está perdido. E a gente só vai ter competência [...] se tiver [esses] fóruns de elaboração" (Luiz Henrique Schuch, 01/12/94)

"Os GT's são aquelas células básicas, são os iniciadores do nosso processo de formulação, de toda essa elaboração maior que [existe] no Sindicato. A maior parte do que a gente elabora vem dos GT's, que também são a "marca registrada" da ANDES" (João Carlos Cousin, 30/11/94)

"Os GT's servem acima de tudo para estar subsidiando e acumulando discussões para o movimento como um todo, inclusive para os dirigentes, porque nós não somos especialistas em tudo. Eles têm um tempo maior para se debruçar e estudar determinadas questões e poder oferecer, para o conjunto do movimento e para a própria direção do Sindicato, algumas articulações que a gente não lograria fazer se não estivesse olhando com um pouco mais de cuidado para aquela questão específica; [...] eles acabam tendo muito essa função de fomentar e de oferecer os instrumentos para uma análise mais aprofundada das questões que envolvem as discussões que o Sindicato faz" (Maria Valéria Veríssimo, 02/12/94).

Por sua vez, Anamaria Beck, então vice-presidente da ANDES-SN, e Géria Franco, uma das coordenadoras do GTPE à época, salientam a *qualidade da produção* da entidade e a *articulação entre a dimensão acadêmica e a sindical* que esses organismos propiciam:

"A qualidade da produção da ANDES passa pelos GT's. Se a Diretoria tivesse ficado sozinha para fazer tudo, isso seria muito difícil. Os GT's fazem esse limiar *entre o sindical e o acadêmico*, eles conseguem trabalhar esse limiar. Alguns não deram muito certo, outros têm algumas dificuldades. A gente está retomando, por exemplo, a experiência com o GT de Política Agrária e o GT de Comunicação e Arte" (Anamaria Beck, 01/12/94; grifos meus) ³³

"Se você imagina um sindicato como o que a gente propõe [...], que é uma entidade de classe no sentido mais amplo, na medida em que vai tratar das *questões sindicais, especificamente*, mas vai também tratar da *elaboração intelectual em cima de temas e projetos*, eu vejo que o que viabilizou, na ANDES, se caminhar um pouco nesse sentido - e talvez nem sempre essa questão caminhe bem - foi a existência dos GT's" (Géria Franco, 11/04/95; grifos meus).

Uma síntese da importância dessas duas dimensões, a formadora e a de elaboração/articulação entre o especificamente sindical e o acadêmico, foi bem formulada por Joana Neves, também coordenadora do GTPE em gestão anterior:

"Os GT's representam, no meu entender, um espaço de articulação sindical e de formação de quadros num espaço diferente dos espaços 'políticos' propriamente ditos; constituindo-se em grupos de assessoria, que são os espaços privilegiados para a elaboração acadêmica e técnica (eu diria mesmo *científica*). Neste caso, sua principal contribuição tem sido a de assegurar sólida base, em termos de dados, argumentação, fundamentação, para a atuação política do Sindicato" (Joana Neves, 03/07/95; grifo da entrevistada).

Por essas razões, acrescidas da possibilidade de sua *organização enraizada na base*, nas AD's, o que propicia uma *democratização* das atividades da entidade nacional - Mauro del Pino (também coordenador do GTPE à época das entrevistas), considera que a importância dos GT's deveria ser melhor aquilatada no interior da ANDES-SN:

"[...] eles têm uma importância muito grande no interior da ANDES, talvez uma importância que anteriormente a gente não pensasse que eles pudessem assumir. Eu [os] entendo como o grande momento de elaboração das principais políticas, ou de todas as formulações políticas que a ANDES propõe para o movimento. *Tudo, hoje, na verdade, que a ANDES propõe, surge dos GT's*. Eu acho até que eles têm que ser muito mais discutidos, muito mais pensados, no interior da ANDES. *Tem poucas discussões para entender realmente o que é que são os GT's. Até o nosso Estatuto não fala muita coisa sobre os GT's, a não ser que eles são instâncias não deliberativas*. Mas eu acho que eles são algo fundamental para o funcionamento da ANDES, tão importantes quanto os setores, tão importantes quanto a própria Direção Nacional. [...]. Eles têm também uma organização de base, cada Seção Sindical pode escolher pessoas para participar de qualquer GT. Isso possibilita uma democratização das atividades da ANDES" (Mauro Del Pino, 30/11/94; grifos meus).

³³ Em seu depoimento, Anamaria Beck comenta que, à época da criação dos primeiros GT's (de Política Educacional, de Saúde), lideranças como Raul Gunther consideravam-nos canais importantes de ampliação do movimento: "é por aí que a gente vai chegar naqueles docentes que têm resistência à ANDES".

Há uma convergência entre os entrevistados quanto aos GT's hoje considerados cruciais para a eficácia teórica e política da ação sindical da ANDES-SN, assim como no que diz respeito à importância do GTPE, considerado o GT mais antigo e modelo:

"Na minha avaliação, tem dois GT's que eu coloco como prioritários. Um é o GTPE, e o outro, o GT de Política Sindical. Eu não estou desfazendo dos outros, mas é como prioridade. [...] O GTPE ajuda a formular muito, para aquilo que a gente faz. E o GT de Política Sindical vai ter que [...] trabalhar esse lado da nossa expansão, da nossa inserção dentro da própria CUT. Para mim, são as duas prioridades, num sentido macro. Porque eu acho que tem outros GT's que nós precisamos priorizar. Um GT que precisa ser priorizado, dentro da ANDES, é o GT de Comunicação" (Luiz Paiva Carapeto, 30/11/94)

"O GTPE, por ser quem trabalha com a nossa atividade, quem trabalha com o nosso trabalho, é um dos GT's primitivos do Sindicato. E eu diria que existem outros GT's que eu chamaria de derivados. [Quais], para mim, seriam primitivos? O GTPE e o GT de Política Sindical, porque a gente é um sindicato de professores; tem que ter alguém que trate dos professores e tem que ter alguém que trate do sindicato. Então, eu veria como primitivos esses dois e o GT Segurança [...], na medida em que também existe uma imbricação muito grande do meio dos profissionais da saúde com a universidade e da própria atuação da universidade no sistema de saúde nacional, com a questão dos hospitais e escolas. [...] Os outros GT's [surgem] a partir de uma derivação. O GT Carreira, claramente, é uma derivação do GTPE; [...] o GT Verbas, o GT Ciência e Tecnologia - é claro que ciência e tecnologia têm especificidades - também estão muito vinculados à política educacional, em termos de ensino superior" (Alexandre Náder, 23/03/95).

O reconhecimento, pelos dirigentes entrevistados, da importância e do alcance dos GT's - e, em particular, do GTPE - não obscurece a constatação de limites e tensões no funcionamento dessas instâncias, como analisado a seguir.

Limites e tensões na atuação dos GT's

Se o *alcance* do trabalho dos GT's deriva, em grande parte, das especificidades do trabalho docente, os seus *limites* também se relacionam a essas especificidades, segundo o olhar dos entrevistados. Há um entendimento no sentido de que, como na academia - onde os saberes específicos, dentro da divisão social do conhecimento, são praticamente isolados -, os GT's também trabalham de modo fragmentado/desintegrado, articulando-se apenas em termos de demandas específicas ou questões pontuais:

"Eu acho que a gente não escapa impunemente do pecado da fragmentação, sabe? A gente não encontrou, assim como a academia não encontrou, solução para isso: várias estratégias e táticas foram tentadas, tipo reuniões conjuntas das coordenações, mas elas não adquiriram caráter de processo" (Alexandre Náder, 23/03/95)

"Nacionalmente, isso aí é uma coisa que ainda tem que ser trabalhada. [...] Porque a gente, efetivamente, não tem, a nível nacional, uma integração entre os GT's, a não ser nos [grandes] eventos. A gente trabalha os GT's, pode-se dizer, nos nossos CONAD's e nos nossos Congressos" (João Carlos Cousin, 30/11/94).

"O que observei no período em que estive mais atuante sobre as relações entre o GTPE e os demais GT's é que elas são, predominantemente, de caráter pontual. Neste período, ocorreram algumas reuniões conjuntas com o GT de Carreira e com o GT de Política Sindical, a propósito de estreitar a articulação com o DNTE/CUT, sem esquecer que o GT Verbas

colaborou durante toda a discussão do Capítulo de Financiamento da Educação na LDB" (Rosemary Conti, 06/06/95);

Aprofundando-se nas razões (limitadoras) dessas relações pontuais, Maria da Graça Bollman, também coordenadora do GTPE à época das entrevistas, faz análises interessantes, que realçam a conexão entre as especificidades do trabalho docente e a da ação sindical, expressando a falta de organicidade neste campo:

"A razão maior é porque a ANDES, na sua organização, reproduz a academia. É um sindicato de professores - e aí vem a força do sindicato de professores - e há essa reprodução nos GT's, cada um trabalhando isoladamente, assim como nos GT's da ANPEd, que representam a academia. [...] Com um agravante: a nossa capacidade de intervenção [...] precisa ser, politicamente, muito mais ágil e com uma unidade muito maior, para ter mais força, e acaba não tendo. É meio uma questão orgânica ... falta organicidade" (Maria da Graça Bollman, 02/12/94).

Uma outra razão por ela apontada vincula-se à própria organização interna quanto ao uso do tempo disponível, em que se constata de novo a marca da divisão acadêmica dos saberes e dos limites dessa compartimentalização, aguçada pelo excesso de atividades de cada coordenador de GT e dos próprios GT's, que "ficam trabalhando nas suas igrejinhas". A entrevistada considera, ainda, que essa desarticulação entre os GT's é um problema antigo, que tem raízes na (in)eficiência da organização dos GT's locais onde, por sua vez, outras demandas políticas vão reduzindo o potencial de ação nesses espaços:

"A dificuldade que nós temos, hoje, de articulação dos GT's, deve ser de muito tempo. Os GT's não estão com essa bola toda, a nível local. Deve ter havido muita dificuldade. Não dá para generalizar, por exemplo, com o caso de Belo Horizonte que está, parece, com os GT's funcionando, com o caso de Pelotas ... Agora, isso também depende de muitas coisas locais. Por exemplo, em Santa Catarina. Por que é que há uma desmobilização dos GT's? Porque nós temos uma prefeitura no campo democrático-popular, que absorveu uma série de pessoas que eram dos GT's locais, que eram do movimento local. Há uma reitoria que, embora não seja totalmente do campo, também foi eleita por nós. A gente teve uma participação nessa eleição, ela chamou algumas pessoas e algumas pessoas aceitaram. Então, as dificuldades vão por aí também, localmente. E isso tem reflexos nacionalmente, porque nós estamos num processo, agora, de tentar expandir o GT nacional. Mas essa expansão depende também da expansão local" (Maria da Graça Bollman, 01/12/94).

De fato, com a ampliação dos espaços democráticos que foi se processando a partir da "distensão pelo alto", muitos militantes, dirigentes ou intelectuais comprometidos com as lutas anticapitalistas que atuavam na ANDES-SN optaram por intervir nesses outros campos institucionais, por razões diversas, de ordem subjetiva ou objetiva, pessoal ou coletiva.³⁴ Um outro limite objetivo à atuação dos GT's é o do fluxo e refluxo dos seus participantes, dificultando a continuidade/viabilização de suas ações.

³⁴ O advento da "Nova República" foi um momento de cisões e de explicitação de divergências no interior do movimento docente: a ocupação desses novos espaços institucionais por dirigentes e militantes passou a se constituir em nova fonte de tensões, tornando-se um problema/desafio político para a ANDES-SN.

Joana Neves também fez comentários instigantes sobre as relações entre o movimento docente *nacional* e o *local* que são mediadas pelos GT's, valendo-se da sua experiência no GTPE:

"A relação entre o GTPE nacional e as AD's varia conforme cada AD tenha ou não constituído o GTPE local. No primeiro caso, a relação é [deve ser] entre os GT's; até onde pude/posso acompanhar, tem havido bom relacionamento e entendimento entre o GTPE nacional e os GTPE's locais. No segundo caso, o GTPE nacional deve tentar promover a criação do GTPE local e, enquanto isso não ocorrer, deve se lembrar de, pelo menos, incluir a AD na correspondência, para socializar todas as informações e envolver todos os sindicalizados nas questões tratadas pelo GT. No conjunto, considero ainda um tanto quanto frágeis todas essas relações. Há, me parece, tendência a uma certa 'autonomia' equivocada entre as diferentes instâncias do nosso Sindicato" (Joana Neves, 03/07/95).³⁵

Nesta perspectiva, o depoimento de Rosemary Conti (06/06/95) ilustra o quanto o estreitamento das relações entre os GTPE's locais e o nacional pode produzir resultados inovadores e de maior alcance, na prática democrática do movimento: "[...] quero registrar como inovador, durante a gestão em que atuei na Coordenação Nacional do GTPE (1990-92), o estreitamento das relações entre as AD's, através de seus GTPE's e do GTPE/ANDES, diluindo, em certos momentos, a própria função coordenadora, sem falar na execução e avaliação de atividades."

Se é inegável a positividade desta participação ampliada, que ocorre em momentos históricos de condensação de lutas, ela não deve obscurecer o fato de que essa ampliação também expressa as dificuldades de coordenação existentes, quantitativa e qualitativamente limitadoras do exercício desta função pelos dirigentes nacionais.

Os entrevistados enfatizaram, ainda, a necessidade de trabalhar a articulação entre os GT's, registrando suas expectativas de possíveis caminhos para a reversão deste quadro de precariedades. Destacam-se, aí, a necessidade de integrá-los a partir dos locais de trabalho e a centralidade conferida ao GTPE. Os depoimentos de João Carlos Cousin e Mauro Del Pino dão conta, no geral, dessas dimensões:

"Nós precisamos cada vez mais fortalecer o trabalho desses GT's, porque a aproximação é ali, onde se debate o problema local e onde se chega ao nacional; o que significa também uma aproximação da direção com a base. [...] É tanto que a gente realizou, recentemente, o Primeiro Encontro de GT's do Rio Grande do Sul. Nós reunimos, num mesmo evento, todas as AD's e todos os GT's durante dois dias. Foi um trabalho muito importante, pioneiro e, no final, a gente teve a unanimidade de todos, dizendo que as expectativas foram superadas, pedindo um segundo evento desses e, inclusive, a divulgação dos resultados, que foram gravados e se transformaram em Caderno de Textos" (João Carlos Cousin, 30/11/94)

"A relação do GTPE com os demais GT's é uma coisa que não está sendo trabalhada. A gente já se deu conta da importância de interagir com o GT Carreira, com o GT de Política Sindical,

³⁵ Observa-se, de fato, uma tendência a confundir autonomia com soberania, no movimento, o que desfigura, por vezes, a *organicidade local-nacional* da estrutura da ANDES-SN: algumas AD's manifestam-se, por vezes, acerca de questões candentes e movidas por especificidades próprias, como se não integrassem a entidade nacional.

com o GT de Ciência e Tecnologia, já tiramos até resoluções, em Encontros Nacionais e CONAD's, sobre a importância de reunir o "GT X" com o "GT Y", para pensar sobre determinado assunto sobre o qual se queira produzir, mas não temos condições de implementar nada disso. Em nenhum momento, se fez reuniões conjuntas, para realmente pensar, discutir, elaborar. Acredito que a atual iniciativa do Rio Grande do Sul de fazer esse I Encontro foi super-interessante, nós vamos lançar um Caderno. [...] Então, temos uma longa trajetória pela frente, ainda" (Mauro Del Pino, 30/11/94).

Nesses esforços de articulação, João Carlos Cousin salientou a necessidade de integrar o GT de Política Educacional e o de Ciência e Tecnologia:

"Um GT de Política Educacional integrado com um GT de Ciência e Tecnologia seria uma coisa fundamental. Tem toda essa transformação que está ocorrendo, principalmente pelo veio científico e tecnológico, que tem repercussão no nosso sistema educacional e nas necessidades de mudança desse sistema. Eu vejo esse trabalho como imediato e imprescindível, o que poderia ser feito a nível local e nacional" (João Carlos Cousin, 30/11/94).

As tensões vivenciadas nas relações entre os GT's e, principalmente, entre os GT's e a Diretoria da ANDES-SN podem constituir outra ordem de limites ao potencial que os mesmos representam para a ação sindical dos docentes. Os entrevistados têm opiniões divergentes a este respeito, o que indica a pertinência de problematizar a questão, que tem como essência as possibilidades de *democratização de saberes/poderes* na prática sindical dos docentes. Nesta prática, os GT's acabam acumulando um saber específico sobre determinada questão que é maior que o da Diretoria e que, por isso mesmo, constitui um poder de interferência sobre esta e sobre a definição das linhas estratégicas das lutas sindicais. Na opinião de Alexandre Náder, fundada em sua experiência na Coordenação do GTPE, a Diretoria lida com isto indo do pólo da desvalorização ao do controle da delegação de poderes:

"Houve determinados momentos em que, por causa da visualização de que, no fundo, aquelas questões não eram prioritárias, não era em cima das quais a disputa do poder se fazia visceralmente: aí era uma delegação assim: 'toma, tá bom, é um poder, mas é um poderzinho' [...]. É uma leitura que eu acho equivocada, porque, afinal de contas, ali [...] estão se definindo os rumos de atuação do Sindicato [...]; o processo de elaboração não é neutro, traz dentro de si algum direcionamento para determinada posição. Então, esse poder é intrínseco à existência de um espaço de elaboração. O que o Sindicato tem que fazer com isso não é delegar, pelo contrário, é reconhecer que isto existe, que está, de uma certa maneira, numa relação dialética com o poder institucional da entidade sindical e saber como é que trabalha essa coisa" (Alexandre Náder, 23/03/95).

O entrevistado admite, contudo, que há uma positividade nesta delegação, na medida em que ela propicia a ampliação dos espaços informais de poder, na perspectiva da formação de novos quadros de intelectuais orgânicos que possam oxigenar o exercício desse poder, no jogo das disputas inevitáveis que perpassam o cotidiano sindical. Mas considera que não se "lida bem, dentro da ANDES, com essa riqueza [...] de poderes pulverizados": não se trata de "micro-poderes" e sim de "poderes distribuídos": como "articulá-los dialeticamente no sentido do fortalecimento da atuação do sindicato como um

todo?" Na sua experiência, a questão se complicava porque a postura da Diretoria era oscilante a este respeito, embora ele reconheça a possibilidade de construir equilíbrio e articulação de poderes:

"[...] a gente oscila, quer dizer, como contra-face da mesma moeda, houve um momento em que o pessoal achou - na gestão da qual eu fiz parte - [que era preciso controlar os GT's]. Eu ouvi muitos pronunciamentos na linha de: 'os GT's agora vão ter que andar de rédea curta'. E dizer que você [...] vai elaborar, mas é apenas sobre isto, é matar o processo de elaboração. Não é assim que se constrói conhecimento. A gente está conseguindo construir, nesse sobe e desce, de alguma maneira, um processo de equilíbrio e de articulação [...] desses espaços não formais, na perspectiva que a gente quer. Mas isso ainda é um problema sério, dentro da ANDES" (Alexandre Náder, 23/03/95).

Joana Neves também identificou essas tensões, clarificando outras dimensões nelas presentes:

"É preciso salientar que, algumas vezes, os GT's tendem a assumir postura de direção e deliberação, atropelando ao invés de assessorar a Diretoria. O exemplo mais claro disto foi o GT Carreira. Aliás, houve muita discussão, no interior da Diretoria, no período em que eu estava nela, sobre a validade da criação do GT Carreira; para muitos, ele não devia ter deixado de ser uma Comissão do GTPE, uma vez que se entendia que a questão da carreira não podia ser desvinculada da questão educacional geral" (Joana Neves, 03/07/95).

"A Diretoria coordena o GTPE e isso é correto. Mas, muitas vezes, essa acaba sendo a única relação. Parece que esse relacionamento depende muito das circunstâncias e/ou dos problemas que estão na ordem do dia. Dependendo disso, a Diretoria pode se envolver, quase como um todo, com o GTPE ou se distanciar a ponto de nem acompanhar o que está acontecendo. Minha impressão geral é que existe uma certa 'divisão do trabalho', na qual a Diretoria se encarrega das questões 'políticas' e o GTPE fica com a responsabilidade das questões 'educacionais' (e eu ouvi *meramente* antes do educacionais uma porção de vezes" (Joana Neves, 03/07/95; grifo da entrevistada).³⁶

O que é "político" e o que é "meramente educacional" parece marcar as decisões, inclusive, sobre as representações externas, no exercício dos saberes/poderes pelos GT's e pela Diretoria. A experiência vivida por Maria da Graça Bollman na Coordenação do GTPE é ilustrativa neste sentido:

"Eu entendia que o GTPE seria o GT assessor, um bloco que qualificaria a discussão de toda a Diretoria no que diz respeito à política educacional [...] [e que] teria mais força dentro da própria direção. E não tem. No cotidiano, é assim:[...] nós fomos chamados, pelo país, por todas as AD's, para falar sobre LDB. Quando se trata de avaliação institucional, é chamada a Diretoria como um todo. Até que eu acho que todos precisam entender de tudo, agora há uma especificidade e um acúmulo de conhecimento nosso a respeito de avaliação que, por exemplo, outros integrantes da Diretoria, por serem de outras áreas, desconhecem historicamente. [...] Então, a maior dificuldade é como sistematizar esse acúmulo, de tal modo que [se] passe também a dizer assim: 'quais os GT's que vão qualificar essa discussão?' [...] Para não estarmos [fazendo] aquela célebre dualidade [...]: o GTPE pensa e alguns diretores fazem, participam da intervenção política, por exemplo, no MEC" (Maria da Graça Bollman, 02/12/94).

³⁶ O tratamento dado pela direção do movimento às questões educacionais/pedagógicas será abordado no próximo capítulo, quando analiso a concepção de alguns entrevistados sobre "política educacional".

Géria Montanari Franco salienta, contudo, que o GTPE (ao lado do GT de Política Sindical) vinha ganhando espaço maior dentro da Diretoria, pela sua natureza e pelo volume crescente de tarefas a ele delegadas:

"É uma reclamação das Coordenações antigas dizer que, dentro do espaço da Diretoria, na hora em que senta todo mundo junto, o GTPE não tem o espaço que merecia, na medida em que trata da maior parte dos assuntos. [...] Hoje, a minha experiência é de que começa a haver um *reconhecimento de que quase tudo o que nós fazemos é política educacional* e que, nesse caso, quando há algumas especificidades, há algumas tarefas específicas. Então, hoje, nós temos [...] duas vertentes: uma, que é a da política educacional e uma outra que é a da *política sindical, junto com os funcionários públicos, porque o setor das federais é muito grande dentro da ANDES*. E tem essa coisa [...] das relações internacionais, da relação com a CUT. Eu vejo essas duas (vertentes) tendo um espaço importante. E o momento que a gente [vive], agora, leva também, de novo, à retomada das questões educacionais. Reconheceu-se, na última reunião da Diretoria, que é preciso reforçar a Coordenação do GTPE. Historicamente, ela era composta de três membros e a gente conseguiu incluir um quarto; assim mesmo, está sendo insuficiente para o momento atual" (Géria Montanari Franco, 11/04/95; grifos meus).

Outros entrevistados não identificam essas tensões como um problema maior, entendendo que a relação da Diretoria com os GT's passa pela sensibilidade da mesma no encaminhamento das questões e que o risco de os GT's se transformarem em estruturas intermediárias (de direção ou de encaminhamento) tem sido bem trabalhado:

"A direção tem que procurar trabalhar as questões encaminhadas pelos GT's com bastante sensibilidade. Logicamente que pode ocorrer, de repente, uma discordância, um encaminhamento diferenciado. A gente tem que atentar para o seguinte: às vezes, nós temos um GT trabalhando com 4 ou 5 pessoas e que formula algo, às vezes, bem próximo de um evento nacional. Essa formulação é jogada para um coletivo de Diretoria de 32 pessoas, que representam um universo bem mais amplo e pode ocorrer alguma discordância, algum encaminhamento diferente. O que eu poderia dizer é que, no geral, a Diretoria tem procurado absorver as questões de fundo que são trabalhadas pelos GT's e debatê-las, enquanto Diretoria" (João Carlos Cousin, 30/11/94)

"O risco de os GT's se transformarem em estruturas intermediárias - de direção ou de encaminhamento - é um risco que tem sido bem trabalhado. Muitas vezes se contou com o GTPE, inclusive por iniciativa dele mesmo, para preencher o embate no Congresso Nacional sobre determinada Lei. *Mas há uma disciplina muito grande na ANDES, porque a maior parte das pessoas entende a forma e a concepção sindical [...] e acaba se submetendo aos fóruns coletivos: sabe qual é a posição da Diretoria, sabe qual é a posição do CONAD, do Congresso, mesmo que não saiba explicitar perfeitamente isto. [...] Então, esse risco de verticalismo do sistema federativo, que as Regionais poderiam estar concretizando, não acontece. Para a ANDES, por essa compreensão e por essa disciplina, os fóruns criados - de Regionais e até mesmo de GT's Regionais - têm sido elo de aproximação e não instância de distanciamento. Especialmente na questão educacional, esse elo é fundamental*" (Luiz Henrique Schuch, 01/12/94; grifos meus).

"Pela estrutura como a ANDES se organiza, não tem como ter problemas. Porque o momento máximo de organização que a gente pode ver, dos GT's, da Direção e dessas relações se traduz nos Congressos e CONAD's. Neste CONAD, a gente tem um Caderno de Textos que foi todo ele forjado nos GT's. Cada GT escreveu, para toda a sua problemática: pensou e formulou propostas para virem aqui para o CONAD. Só que tudo o que os GT's elaboraram, todos os textos que foram escritos, eles passam depois por uma reunião da Diretoria: todos os

Diretores têm que ler tudo o que foi escrito por todos os GTs e acabam se metendo em tudo. [...] Então, concretamente, por exemplo, neste XXIX CONAD, tudo o que foi escrito pelo nosso GT (nós criamos seis textos), nada daquilo está no Caderno em sua forma original, nem na sua forma nem no seu conteúdo. Muitas coisas, inclusive, foram criticadas, modificadas profundamente pela Diretoria. [...] A Diretoria discute e depois isto vai para o Caderno, cabendo à Coordenação do GT compatibilizar as discussões que foram feitas pela Diretoria em um novo texto" (Mauro Del Pino, 30/11/94).

Os depoimentos aqui registrados dão visibilidade à importância dos GT's na estrutura sindical da ANDES-SN, revelando alguns limites e tensões que obstaculizam ou podem obstaculizar o alcance e o potencial desses espaços de formação/intervenção de intelectuais orgânicos. Cabe finalizar este capítulo enfocando, com especial atenção, um traço fundamental da ANDES-SN: o próprio GTPE, por sua importância/centralidade - já apontadas - no cotidiano da entidade.

O GTPE: origens, funções, fragilidades e realizações

Pode-se considerar, com base nas memórias escritas de Maciel, que a *origem mais remota* do GTPE localiza-se no I ENAD, realizado em São Paulo (1979), quando se decide formar um GT para elaborar uma Proposta Preliminar de Reforma Universitária. Diretamente vinculado ao intuito de formulação de uma política universitária coerente com o ideário do movimento, este Grupo (ou Comissão) *ganha identidade institucional* - (inclusive estatutária, como vimos), com a criação da ANDES. Tanto é que o Boletim n° 2 da entidade, divulgado três meses após a sua criação, já contém a seguinte matéria: "o Grupo de Trabalho designado pelo CONAD reuniu-se no dia 9 deste mês em São Paulo, na sede da APROPUC. Foram discutidas questões básicas da Política Educacional, tendo-se levantado [...] temas a serem desenvolvidos e consubstanciados em documento para discussão nas AD's" (Boletim Nacional da ANDES, n° 2, 1981). Os temas levantados diziam respeito à *questão da educação*, abrangendo desde o problema do analfabetismo até o ensino de 1° e 2° graus e os cursos supletivos. Com relação ao ensino de 3° grau, os assuntos elencados incluíam fundações e autarquias, ensino pago, orçamento e verbas para a educação, ensino privado, democratização, controle da educação pelo Estado.

Nesta reunião, o "Grupo de Trabalho sobre Política Educacional" encaminhou a realização de um *Painel sobre a Educação*, no "Tuquinha" (PUC/SP, junho de 1981), com os seguintes subtemas: fundações/autarquias e ensino pago; ensino público e ensino privado, encaixados no tema geral: O Estado e a Educação. Decidiu também contactar o jornal *Folha de São Paulo* acerca da viabilidade de realização de um Debate sobre Política Educacional ainda no primeiro semestre de 1981 e, dando concretude às deliberações do I CONAD, providenciar a preparação de um *Seminário Nacional sobre Política Educacional*, a se realizar em Salvador, em julho, além de contactar a *Secretaria da SBPC* visando assegurar a realização de uma Mesa sobre este tema em sua próxima reunião anual. O

Grupo dispôs-se, ainda, a *organizar um livro* sobre os resultados desses debates realizados, cuja venda reverteria como finanças para a ANDES, e se encarregou, também, de discutir o "documento de resposta ao MEC",³⁷ a ser modificado segundo as sugestões apresentadas/aprovadas em uma próxima reunião.

Esta atuação inicial do GTPE é ilustrativa da centralidade que a política educacional assumiu no primeiro ano de vida da ANDES. Traduz, também, a *concepção e os objetivos* da ação da entidade neste campo, que trazem as marcas das especificidades desse sindicalismo de intelectuais: elaboração, debate, pesquisa, produção (revertendo os seus frutos para a auto-sustentação financeira da entidade), organização de eventos amplos e externamente articulados (incluindo o cuidado de afirmar o espaço conquistado na mídia), com a finalidade precípua de construir uma política educacional para o país (do 1º ao 3º graus de ensino) alternativa à implementada pelo Estado brasileiro.

Como se vê, o GT de Política Educacional assumiu, desde o início, *funções de elaboração e intervenção*, cujo exercício provocará desequilíbrios e será fonte de algumas tensões específicas na prática cotidiana da entidade, analisadas mais adiante. Conforme registrado em nota oficial da ANDES, a criação desse Grupo, por deliberação de CONAD, teve por finalidade "elaborar um amplo levantamento da política educacional imposta ao país nos últimos anos, com o objetivo de denunciar de forma solidamente fundamentada os prejuízos que ela vem causando à nação, bem como de formular propostas que poderão servir de subsídio a um amplo debate democrático, no qual a população brasileira definiria os rumos da educação no país" (Boletim Nacional da ANDES, nº 2, 1981; grifos meus).

Se a concepção do GTPE foi marcada por essas preocupações e iniciativas de espectro mais amplo, o real motor da sua criação parece ter sido a construção de uma Proposta para a Universidade, como apontado por Carlos Eduardo Malhado Baldijão:

"Depois de fundada a ANDES, começa-se a discutir, efetivamente - porque era importante - [a necessidade de] o movimento docente ter uma Proposta para a Universidade. Porque o movimento não tinha: [existiam] N universidades com projetos diferentes - fundações, autarquias etc, com [regimes de] contratações diferentes. A carreira praticamente não existia, porque você tinha o professor colaborador e, em outros lugares, por fisiologismo, como em Sergipe [...], todo mundo era titular e ninguém tinha título [...], você tinha situações as mais diversas. O movimento docente discutia muito, e então surgiu a idéia de se criar um Grupo de Trabalho.[...] O GTPE nasce a partir daí, porque a gente cria um Grupo de Política Educacional exatamente para isso, para formular essa Proposta. A origem do GTPE está aí. Eu cheguei a fazer parte do grupo, em 81, 82. Aí entram os embates políticos [...], os azuis e os pretos e tal. [...] Este foi um espaço de disputa política também, mas, de qualquer maneira, foi positivamente aproveitado. E daí surge um grupo que começa a organizar seminários, sai o

³⁷ Tratava-se da resposta da ANDES ao documento do Secretário da SESU/MEC, Tarcísio Guido Della Senta, aos dirigentes de IES, que traduzia as concepções e proposições do MEC (fortemente criticadas pelo movimento) sobre questões fundamentais - tais como recursos para a educação, expansão da rede pública, gratuidade do ensino superior público, processo decisório para a escolha de dirigentes - além das relativas à organização estudantil (Boletim Nacional da ANDES, nº 2, 1981).

primeiro número dos Cadernos da ANDES e, depois disso, o Grupo se consolida para fazer a Proposta" (Carlos Baldijão, 10/94/95).

O depoimento de Renato de Oliveira, ao estabelecer os vínculos entre a referida Proposta e a criação do GT, salienta princípios e alcances dessas iniciativas, na perspectiva da conformação da identidade do movimento e do seu projeto político:

"Houve uma vinculação do processo de elaboração da Proposta com a criação do GTPE. A minha memória não é muito boa para essas coisas, mas houve. [...] A partir dali, já se começou a falar num Grupo de Trabalho sobre Política Educacional, ou seja, começou-se a vincular a presença de um movimento nacional organizado dos professores universitários à formulação de uma política educacional. Essas coisas nasceram meio juntas, o que significa dizer que o movimento se colocou, desde o início, um compromisso de formulação de política educacional. O que significa, também, [...] o compromisso do movimento docente com a idéia de um espaço público, com a educação pública, não apenas enquanto educação estatal, mas enquanto educação formadora de cidadania, de opinião pública independente, a serviço do público, enquanto categoria política, categoria estruturadora do projeto político. Isso é o que conferiu a primeira identidade do movimento docente, [...] é o que deu esse caráter diferente para a ANDES enquanto um sindicato [...] e que [lhe] confere a especificidade de um sindicato de intelectuais" (Renato de Oliveira, 01/12/94).

Movidos por uma concepção de política educacional que integrava, como vem sendo salientado, princípios gerais e interesses específicos da categoria, os docentes investiram, de fato, no GT. O Boletim Nacional da ANDES nº 4, de agosto de 1981, informa que a "Comissão de Política Educacional" foi fortalecida pelo II CONAD, que

"[...] decidiu ampliar o grupo de trabalho sobre política educacional do governo, sob a coordenação da ANDES. Nas AD's, onde for possível, serão formados grupos de trabalho semelhantes para subsidiar o grupo da ANDES. Além da APROPUC-SP, que já tem o seu grupo formado, várias AD's se comprometeram a formar equipes de trabalho, com o mesmo objetivo: APROPUC-Campinas, ADUNICAMP, ADUNESP, APUBH, ADUFG, ADUnB, ADUFRN, APUB, APRUMA, ADUFSCar, ADUFES e AD São Leopoldo. A próxima reunião da comissão será no dia 8 de agosto, em Belo Horizonte" (Boletim Nacional da ANDES, nº 4, 1981).

Chamam a atenção, nesta notícia, a busca de envolvimento das AD's - pela constituição dos seus próprios GT's - e a presença marcante de algumas das AD's das principais IES de São Paulo (particulares e estaduais) nesse processo. O depoimento de Renato Ortiz, por sua vez, contribui para dimensionar, de uma perspectiva muito própria e divergente da dos demais entrevistados, o processo interno à Diretoria que marcou a criação do GTPE e do primeiro *Cadernos ANDES*, assinalando ainda as tensões políticas e os resultados obtidos:

"A idéia do Grupo de Trabalho era simples: [...] era importante criar, no interior de uma Associação de Docentes, um grupo, um conjunto de pessoas que fizessem reflexões sobre a universidade propriamente dita. Daí a idéia de se editar uma revista, o Caderno. [...] Essa foi a idéia, mas essa idéia congregava algumas pessoas, no caso específico o pessoal da PUC de São Paulo deu um apoio muito grande, inclusive porque eles estavam na Diretoria [da ANDES] através da pessoa de Laurindo. [...] E era uma maneira de sair, também, dessas questões exclusivamente sindicais e salariais. Portanto, uma fonte de tensão dentro da Diretoria." [...] Esse tal grupo de trabalho e o Caderno foram uma decisão que nós tomamos internamente,

em minoria, na direção. Nós, quem? Eu, o Pinguelli e o Laurindo, depois o Wolfgang ingressou. [...] Para editar aquele Caderno foi uma briga de foice. [...] Não queriam o Caderno e não é que eles não queriam uma Proposta. Eu diria que as lideranças políticas tiveram, sempre, uma dificuldade muito grande de pensar uma política educacional. Por que motivo? Na minha interpretação, [...] existe um motivo que é central: a maioria das pessoas engajadas na ANDES não possuía experiência acadêmica; [...] as pessoas eram jovens, egressas do movimento de esquerda e sem uma formação acadêmica adequada [...]; a maioria foi formada por uma universidade regional, ou seja, por aquela universidade regional tradicional, onde o trabalho intelectual, a vida intelectual e acadêmica não estavam avançadas. Inclusive, muitos deles não tinham nem mestrado e alguns tinham e foram fazer o seu doutorado posteriormente. [...] O Grupo de Trabalho de Política Educacional - esse grupo que era embrião - no fundo, queria tocar [nas] questões de uma maneira mais forte, mas era muito difícil. Porque a vivência das pessoas era outra. Você teria que propor, por exemplo, no caso da própria ANDES, da carreira das universidades, cair a progressão por tempo de serviço. Do ponto de vista sindical, seria suicídio. Só que, do ponto de vista acadêmico, seria correto. [...] O grande problema é que as pessoas que participavam ou não da ANDES tinham uma cultura e essa cultura tem um pouco de funcionalismo público. E esse lado do funcionalismo público se expressava às vezes com mais força, as vezes com menos força. O lado propriamente acadêmico, universitário, nas universidades federais, era o elo mais frágil, ele era mais forte na USP e, evidentemente, em alguns setores da Universidade Federal do Rio de Janeiro. [...] Mas o que você tinha era uma predominância do espírito mais político e sindical, que prevaleceu ao longo da orientação. [...] Os documentos são um conjunto de conciliações que se fazem, qualquer proposta de pensar uma política educacional que tivesse uma ligação um pouco mais além desse marco político encontrava [...] dificuldades" (Renato Ortiz, 07/07/95).

Não obstante essas supostas dificuldades, envolvendo concepções e práticas cruciais para o movimento, o fato é que o primeiro *Cadernos ANDES* foi lançado em prazo rápido,

"[...] com tiragem de 3 mil exemplares, que talvez circulasse] no III Conselho Nacional da Associação de Docentes. O caderno, além de apresentar documentos importantes para o movimento dos docentes - relatórios de reitores e membros do Conselho Federal de Educação - reproduz estatutos leis e contém análises sobre a situação da universidade, entre as quais uma de Dalmo Dallari sobre a situação legal das Fundações Universitárias" (Boletim Nacional da ANDES, nº 5, 1981).

Seja qual for o ângulo sob o qual se queira focar esse primeiro produto do GTPE, não se pode negar que o "espírito democrático" prevaleceu nos seus resultados e que o seu conteúdo transcende os limites apontados por Ortiz. Cobrindo temas básicos de interesse do movimento docente naquela conjuntura e naquele momento da sua trajetória, esse "conjunto de textos" incluiu um artigo do próprio Ortiz - "Fundações, Autarquias e Reforma Administrativa", além das análises de Dalmo Dallari já mencionadas, e os artigos de Carlos Baldijão - "ANDES-Breve História"; de Wolfgang Leo Maar - "A Estrutura de Poder das Fundações Universitárias Federais: o caso de São Carlos"; de Edmundo Fernandes Dias - "Parecer Ferraz e Ensino Pago"; de Laurindo Leal Filho - "O Longo Caminho da Privatização" e de Neidson Rodrigues - "A Propósito da Reforma Universitária". Ampliando o conteúdo desse *Caderno*, o próprio GTPE/ANDES e o GTPE da APROPUC-SP assinam as "Considerações sobre Documento Endereçado aos Dirigentes de Instituições do Ensino Superior pelo Secretário de Ensino Superior do MEC em 08/03/81" e

a ADUFRGS escreve sobre "Política Educacional: Falsas Prioridades e a Universidade Democrática." ³⁸

A partir de então, a trajetória do GTPE expressa os caminhos e (des)caminhos do movimento no campo da política educacional. Para melhor compreendê-la, é necessário identificar as tensões que se processaram em torno das suas *funções de elaboração e intervenção*, na medida em que elas permitem apreender os limites e potencialidades deste espaço orgânico da estrutura da ANDES-SN.

Cabe, em primeiro lugar, precisar o entendimento que referencia a abordagem dessas duas funções. Por *elaboração*, estou designando o processo de produção intelectual politicamente engajado demandado pelas instâncias da ANDES-SN, que inclui sugestões de posicionamentos e encaminhamentos (táticos e estratégicos) sobre os temas propostos para debate e deliberação nas diferentes instâncias do Sindicato. Por *intervenção*, estou qualificando as ações concretas de presença e atuação nos diversos espaços de luta (inclusive e sobretudo) externos ao Sindicato, que transcendem a função básica de assessoramento (via elaboração) atribuída aos GT's.

Com este entendimento, é possível observar que, na trajetória do GTPE, principalmente a partir da elaboração do projeto de LDB da ANDES e do acompanhamento da sua tramitação na Câmara Federal, houve uma inflexão, por assim dizer, na sua prática acumulada de elaboração/atuação nas instâncias da entidade nacional e um fortalecimento da sua função de intervenção, na medida em que a Diretoria da entidade passou a delegar atribuições (de representação) que seriam suas a membros do Grupo, sobretudo no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Esta ênfase na função de intervenção foi ressaltada por alguns dirigentes entrevistados, que avaliaram as condições que a favoreceram, bem como os aspectos positivos e negativos do exercício dessa função. Segundo Alexandre Náder,

"para essa delegação de competências [pela Diretoria] acontecer, houve momentos [...] de estágio probatório. E, como o GTPE sempre se saiu bem [nesses] estágios, ele adquiriu uma certa confiabilidade, credibilidade, que deixou essa delegação, de uma certa forma, tranqüila. [...] Ela só deixa de ser tranqüila [...] quando o GT passa a ter momentos em que não trabalha mais sob o consenso dos seus componentes. A questão da carreira, por exemplo ... primeiro ela é puxada para outro GT e, depois, ela é puxada para a instância mesmo. Mas é porque aí, nitidamente, houve um momento de dissenso dentro do próprio GT e dentro do movimento. Mas enquanto as coisas tratadas eram entendidas, mesmo que superficialmente, no plano de um consenso, a delegação estava dada, sem muito problema" (Alexandre Náder, 23/03/95).

Anamaria Beck, por sua vez, questiona o exercício desta função pelos GT's, de certo modo "inaugurada" pelo GTPE, embora admita que esta nova faceta ainda precisa ser

³⁸ Este Caderno tomou-se "peça histórica" na produção teórica da ANDES. Foi reeditado e atualizado na gestão de Newton Lima Neto, tendo a sua 2ª edição atualizada em janeiro de 1988. Ver: *Cadernos ANDES*, n° 1, 1988.

adequadamente avaliada. Sua preocupação é a de que, com essa atribuição assumida pelos GT's, "as lutas se fragmentem", cada um deles cuidando apenas das questões que lhe são pertinentes, ao mesmo tempo em que reconhece que isto tem sido importante para consolidar a representação da ANDES que, como sindicato, "*não é meramente corporativa*, tem um *projeto de sociedade* e busca, através desses fóruns e da intervenção nesses fóruns, avançar" (grifos meus):

"Penso que os GT's avançaram numa direção que eu não sei se seria a mais adequada, que é a questão da intervenção. Por exemplo, o trabalho do GTPE no Congresso Nacional, durante a LDB; do de Ciência e Tecnologia, na questão da Lei de Patentes; do de Agrárias, na questão da Reforma Agrária, do de Comunicação, no Fórum [...]. Porque os GT's, a meu ver, não foram criados com essa finalidade, eles foram criados com a finalidade de assessoria da Diretoria [...]. Eles assessoram a Diretoria, ou seja, trazem as informações para a Diretoria, a Diretoria elabora politicamente, enfim. [...] Agora, eu acho que o papel de intervenção - isso ficou muito claro na defesa da LDB, na participação no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública - [coube] ao GTPE, que ia e juntava os GTPE's do Brasil inteiro. Isso trouxe uma nova faceta, que não é ruim, não. Eu acho que a gente ainda não avaliou adequadamente" (Anamaria Beck, 01/12/94).

Na visão de Náder e Maria da Graça Bollman, essas duas funções se interconectam quase que necessariamente e o predomínio da intervenção só deve ser considerado negativo quando compromete a função de elaboração:

"[isso] faz parte até mesmo da nossa visão de que o processo de militância tem que *articular teoria e prática*. Então, é importante, porque não adianta também o Sindicato definir que tem um pedaço que mora em uma torre de marfim, como a academia faz. A gente não pode reproduzir isso. Agora, tem momentos em que essa delegação não deveria ser dada; as tarefas de intervenção mais de ponta deveriam ser assumidas pela Diretoria e o GT devia ser deixado, com mais tranquilidade e tempo, para elaborar determinadas coisas que precisavam ser elaboradas, além da LDB, que ele tinha que tocar intervindo" (Alexandre Náder, 23/03/95; grifo meu)

"[...] aumenta a dificuldade, aumenta o desafio da gente. Agora [...], enquanto só elaborador e não interventor, me parece que o GT acaba se distanciando da discussão maior, porque essas coisas não são tão lineares assim. O que não pode, para mim, é o nível de intervenção ocupar todo o tempo, prejudicando o nível de elaboração. Isso, para mim é um complicador. (Mas) o GT deve tanto elaborar quanto intervir, desde que não haja uma superposição da intervenção sobre a elaboração" (Maria da Graça Bollman, 02/12/94).

Para esses dois entrevistados, o desequilíbrio entre as duas funções é determinado pelas demandas ou injunções conjunturais que se colocam e também pela própria composição/qualificação profissional do GTPE:

"A fase de intervenção implica também em a gente ficar muito contaminado com o ritmo das coisas, com [a forma] como as coisas estão andando dentro do Fórum, com a fermentação dentro do Congresso. Quando está tudo em baixa, a gente traz essa baixa para dentro do GT, inclusive no momento da elaboração. Quando as coisas estão indo bem, a gente está animado e aí, também, como tem que elaborar, elabora bem. Agora, houve momentos em que isso foi comprometedor. Mas eu não diria que você possa articular [essas funções] linearmente" (Alexandre Náder, 23/03/95)

“A própria composição do GT me parece que determina a sua maior intervenção ou a sua maior elaboração. [...] Do que eu tenho lido do resgate histórico do GTPE, houve um momento em que tínhamos, por exemplo, uma Miriam Limoeiro, se não me engano, um Luiz Antonio Cunha ... alguns nomes renomados ³⁹, algumas estrelas da academia. Naquele momento, o nível de elaboração foi bastante grande. Depois, passou um período, nos anos 91, 92, 93, em que a gente percebia que essas pessoas eram tão absorvidas pela academia, pelo seu trabalho, e também pelo Partido, pelas Secretarias de Educação, sejam municipais ou estaduais, quando o campo democrático começou a assumir as instituições - no caso, as Prefeituras e também o Parlamento - que o GTPE se esvaziou na sua capacidade de elaboração. [Isto] coincidiu com a ausência de pessoal mais qualificado para elaborar textos, para fazer algumas propostas e análises teóricas [...] e com grande esforço que o GTPE teve que fazer junto ao Congresso Nacional por conta da aprovação do Projeto de LDB. Então, o papel de interventor do GT superou o de elaborador” (Maria da Graça Bollman, 02/12/94).

A entrevistada ressalta, ainda, o quanto a descontinuidade na composição do GTPE pode afetar o processo de elaboração, de formulação teórica. Essa descontinuidade se manifesta tanto do ponto de vista das pessoas quanto da procedência geográfica, o que a faz perguntar: “qual a real capacidade de poder participar, durante tanto tempo, ou mais tempo, da elaboração de um texto ou do acompanhamento de uma questão? Porque todos nós também temos as nossas outras atribuições - locais, regionais - de professor, de orientador.”

Esses depoimentos evidenciam não só a estreita relação entre as especificidades do trabalho docente e a militância sindical, como também a relevância das funções do GT para municiar as respostas do movimento às diferentes conjunturas. Os entrevistados não deixaram de mencionar, contudo, os efeitos negativos da preponderância da função de intervenção para o alcance da ação sindical da ANDES-SN:

“O GT parou de produzir [...] e entrou naquela de [ficar] correndo atrás da tramitação da LDB. Ele teria que fazer isso, é óbvio. [Mas] não era só o GTPE que teria que ter feito isso, porque era (uma) questão do movimento como um todo e da direção como um todo. A gente tem pernas curtas [...], não dá para dar grandes passos, porque são complicados. Então, a minha avaliação é que parou um pouco a produção. Nós tínhamos o Projeto de LDB, que estava lá tramitando, mas a gente tinha outras coisas, tinha que ter produzido mais” (Luiz Paiva Carapeto, 30/11/94).

Nesta direção, Maria de Fátima Félix Rosar mapeou questões importantes no campo da política educacional que deixaram de ser trabalhadas satisfatoriamente pelo GT - e, por consequência, pela ANDES - devido ao acompanhamento da tramitação da LDB no Congresso Nacional, observando que a queda na elaboração comprometeu a própria qualidade da intervenção:

“Não [se] conseguiu conciliar essa atividade, absolutamente fundamental, com as demais atividades consideradas no plano de trabalho elaborado pela Coordenação e apresentado ao GTPE, que o discutiu, aperfeiçoou e aprovou em reunião do início do ano de 1993. [...] O

³⁹A relação da ANDES-SN com intelectuais renomados e entidades acadêmico-científicas será abordada no capítulo seguinte.

GTPE postergou a elaboração de uma proposta de Plano Nacional de Educação para desencadear um debate em todas as instâncias do sistema educacional, criando um acúmulo de conhecimento sobre esse tipo de instrumento de política do Estado e certa pressão sobre o governo federal para a sua definição, conforme o previsto na Constituição de 1988. Com essa prática de não se antecipar ao debate e depois ser obrigado a correr para vencer o atraso de implementação de sua tática, o GTPE perdeu em qualidade de intervenção. Tanto é que passou a ter, progressivamente, cada vez mais dificuldades para aprovar os seus textos apresentados [em] CONAD's e Congressos" (Maria de Fátima Félix Rosar, 20/07/95).

Além desses prejuízos internos e externos (na esfera da luta institucional), Hideo Araki chamou a atenção, implicitamente, para as lacunas no campo da elaboração conjunta com os demais trabalhadores e movimentos sociais organizados, o que provavelmente fortaleceria o próprio poder de pressão das reivindicações no campo da política educacional comprometida com os subalternos, alterando favoravelmente a correlação de forças no embate de racionalidades travado no próprio Congresso Nacional:

"Essa necessidade de intervenção, é claro, deixa a desejar no sentido de que esse tempo poderia realmente estar sendo usado na elaboração. E [na] elaboração a ser feita não só ali, no Congresso, e sim essa elaboração que precisa estar sendo levada junto com as outras instâncias da própria sociedade, na própria questão de trabalhar com a CUT, nesse projeto que está sendo colocado agora, de uma Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública. [...] Que força maior pode ter a questão da Educação, na medida em que ela for encampada por uma parcela muito maior da sociedade! Aí, sim, isso vai se refletir também nas ações dos nossos parlamentares" (Hideo Araki, 02/12/94).

Os desequilíbrios e insuficiências na produção e na prática do GTPE constituem, em boa medida, as suas principais fragilidades, que se traduzem em problemas de naturezas diversas. As análises de Maria de Fátima Félix Rosar a este respeito contribuem para dimensioná-las em nível mais amplo. A entrevistada parte da constatação de que a dinâmica interna do GT também é marcada pelas diferentes articulações políticas existentes no interior do movimento docente, derivadas tanto da militância partidária quanto da sindical, mas considera que, a despeito delas, "sempre houve um grande esforço de construção de propostas de encaminhamento [...] no que tange às medidas de política educacional do governo contra a escola pública de qualidade, contra a autonomia universitária, enfim, contra a democratização da educação pela via do fortalecimento de um sistema nacional de educação" (Maria de Fátima Félix Rosar, 20/07/95). No entanto, o esforço de coordenar "as diferentes articulações e tendências" nem sempre teve resultados positivos, e os conflitos internos originados das divergências de "concepção de sistemática de trabalho e de condução política do GT" aumentariam as suas fragilidades. De certo modo, em nível mais abrangente e como possível decorrência, ter-se-ia a superficialidade ou inconsistência das críticas formuladas:

"A reiteração das críticas à política governamental sem demonstrar os seus efeitos no cotidiano do funcionamento do sistema educacional em todos os seus níveis implica em perda de credibilidade em relação às análises apresentadas, que algumas vezes estavam sendo

baseadas em suposições ou deduções a partir de medidas anteriormente apresentadas pelo governo” (Maria de Fátima Félix Rosar, 20/07/95).

A esta fragilidade, Maria Valéria Veríssimo (02/12/94) acrescenta que “pelo volume de coisas que acontecem ao nível da educação, hoje, no Brasil, [o GTPE] não tem conseguido, na verdade, estabelecer quais são as lutas prioritárias de cada momento. [...] Daí a dispersão, a dificuldade de entender, a falta de interesse, inclusive, do plenário, quando está se discutindo educação.”

Tais fragilidades não impedem que, externamente ao movimento, de modo por vezes complementar e contraditório, construam-se novas possibilidades de atuação do GTPE:

“À medida em que o GTPE vai perdendo fôlego no processo de organização, elaboração e implementação de linhas de trabalho junto às AD’s, fica evidente que o trabalho que vai se aprofundando e ganhando uma dimensão mais ampliada em termos de alcance nacional é aquele que o GTPE, através de seus representantes no âmbito do DNTE e da Comissão de Educação da Secretaria de Políticas Sociais da CUT, vai dando continuidade a partir desse eixo [Educação e Trabalho], conseguindo imprimir uma marca de sua contribuição para uma relação entre a ANDES-SN e os demais sindicatos organizados na CUT” (Maria de Fátima Félix Rosar, 20/07/95).⁴⁰

Por sua vez, essa relação apresenta dificuldades de avançar até mesmo entre os trabalhadores em educação filiados a esta Central:

“Ao mesmo tempo em que se apreende a positividade desse tipo de prática, percebe-se o quanto se distancia a ANDES-SN no sentido de consolidar uma prática de trabalho conjunto com a CNTE e, portanto, com as questões do ensino de 1º e 2º graus. Embora assuma publicamente a incorporação de bandeiras e reivindicações relacionadas a esses níveis de ensino, não traz, para o âmbito interno do GTPE, como eixo de trabalho, a formação do educador que perpassa a própria organização interna dos cursos de licenciatura nas universidades brasileiras” (Maria de Fátima Félix Rosar, 20/07/95).⁴¹

No nível mais específico do cotidiano de trabalho do GTPE, Maria de Fátima Rosar destacou os problemas relativos à presença às vezes esporádica dos seus participantes, o que torna a sua composição sempre diversa em cada momento de encontro, sem falar nas dificuldades de reconstituição da trajetória feita quando mudam as suas Coordenações, a cada eleição de uma nova Diretoria. Outra grande fragilidade, apontada por Alexandre Náder, diz respeito à insuficiência numérica de quadros que se disponham a ou se comprometam com a realização dos trabalhos do GT, o que sustenta, sob este ângulo, a afirmação de Joana Neves de que os principais problemas do Grupo são atinentes àquela espécie de divisão do trabalho que separa o *político* do *educacional*, problemas esses agravados pela desmobilização que o movimento vem sofrendo.

⁴⁰ Como se verá no capítulo 7, esta expectativa da entrevistada, fundada nas experiências que se iniciavam nesta direção a partir de 1992, não se concretizaram com o alcance desejado.

⁴¹ Apesar de, no seu III Congresso (Piracicaba, 1984), a ANDES ter aprovado uma Moção de Apoio ao Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador, hoje institucionalizado na ANFOPE, o GTPE e o movimento, de fato, não assumiram plenamente essa questão, que integra o cerne das especificidades do trabalho docente, em sua agenda de ações de elaboração e intervenção.

A dialeticidade da história do GTPE está em que, de algumas de suas fragilidades e limites, ele extrai forças que se expressam em contribuições de grande alcance. Exemplo marcante foi o da elaboração e debate (interno e externo) do Projeto de LDB da ANDES-SN e a sua participação no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, quando da tramitação desta lei, o que foi enfatizado pela grande maioria dos entrevistados.

Uma síntese das principais contribuições do GTPE foi formulada por Joana Neves que, em seu tom apaixonado, (fruto talvez de um acentuado “otimismo da vontade”), consegue dar conta das dimensões essenciais da atuação de intelectuais orgânicos vinculados às classes trabalhadoras neste e através deste espaço, entrelaçando as especificidades do seu trabalho e as suas lutas político-sindicais:

“Ao GTPE, o MD e a educação brasileira devem grandes contribuições:

- acadêmicas: o GTPE produziu, desde a sua criação até agora, um importantíssimo acervo de dados, análises, críticas, reflexões e propostas para a educação brasileira, tão ou mais rico do que o que vem sendo feito pelas instituições especializadas. Na verdade, o GTPE tem conseguido reunir as principais contribuições dos melhores educadores e cientistas sociais do país, militantes ou não do MD;
- políticas: o GTPE é, sem qualquer dúvida, um dos principais e mais articulados críticos da política educacional da ditadura e vem mantendo sob fogo cerrado a política dos governos ‘de transição’ e ‘democráticos’ que se lhe seguiram. Desse modo, graças aos trabalhos do GTPE, a ANDES-SN tem podido responder às investidas da política elitista e privatizante que tem caracterizado a ação dos governos brasileiros;
- educacionais: reunindo os dois tipos de contribuições - acadêmicas e políticas - o GTPE vem prestando, também, um grande serviço à Universidade e à Educação brasileiras. As melhores propostas para o Ensino Superior, tanto do ponto de vista teórico-metodológico e científico como institucional, são originárias dos estudos empreendidos pelo GTPE. Eu diria mesmo que a principal, se não única, sistematização de uma política global para a educação brasileira, nela situando-se a Universidade como responsável por essa política, foi feita pelo GTPE, ao elaborar a Proposta das AD’s e da ANDES para a Universidade Brasileira e o Projeto de LDB” (Joana Neves, 03/07/95).

O depoimento de Rosemary Conti é uma espécie de confirmação fatural das dimensões entusiasticamente salientadas por Joana Neves, no que têm de mais relevante. Segundo o seu resgate, *o movimento se firmou no cenário da política educacional com a Proposta das AD’s e da ANDES para a Universidade Brasileira e com a sua Plataforma Educacional para a Constituinte*. Nos anos 90, ela salienta como realizações significativas do GTPE, além do Projeto de LDB:

- os confrontos com a CUT a propósito do envolvimento da Central no Plano Nacional de Alfabetização (PNAC) do governo Collor, ao lado do esforço de atuar, na CUT, objetivando uma discussão conjunta sobre Educação e Trabalho;
- as discussões sobre a Reforma Constitucional tentada pelo governo Collor, particularmente no que se refere ao capítulo sobre Educação e, em seguida, a avaliação crítica sobre o Plano Decenal de Educação para Todos, iniciado no governo Itamar Franco;

- o esforço para “sensibilizar as comunidades universitárias quanto à necessidade de tratar com rigor e seriedade a avaliação institucional”, que culmina na proposição, feita pelo XXX CONAD, de realizar um Seminário Nacional sobre Avaliação Institucional no segundo semestre de 1995;

- a elaboração, no XXVIII CONAD, de uma Proposta de Campanha em Defesa da Escola Pública, a ser deflagrada junto com entidades nacionais e internacionais compromissadas com esta luta, a qual foi acatada, na forma e no conteúdo, pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública;

- a organização e realização, sob a égide deste Fórum, dos Seminários “Uma Pauta para a Educação Nacional”, ocorridos em 1994, em Brasília;

- o envolvimento nas discussões sobre RJU, Proposta de Carreira Docente, Política Nacional de Saúde/SUS e Previdência Social, promovidas pela ANDES-SN.

Essas realizações, de âmbito nacional, espelham a importância e a centralidade do GTPE no cotidiano de lutas do sindicalismo dos docentes do ensino superior brasileiro, ao mesmo tempo em que trazem, embutidas, as tensões, fragilidades e problemas desvelados pelos entrevistados. Se os GT's - e, em particular, o GTPE - constituem a marca registrada da ANDES-SN, no que a sua estrutura organizativa tem de mais original e transformador, eles também mostram que essa mesma estrutura sindical, por si só, não garante (embora indiscutivelmente favoreça muito) uma ação sindical classista e politicamente emancipadora. Afinal, os limites e possibilidades do movimento docente nacionalmente organizado são históricos e profundamente imbricados com os limites e possibilidades da própria formação social brasileira, isto é, de uma estrutura sócio-econômica ímpar que se atualiza, permanentemente, em conjunturas mais ou menos favoráveis ao avanço de projetos sociais alternativos ao projeto do capital (no país e fora dele).

Nos capítulos seguintes, tento desvelar, historicizando, os traços constitutivos limitadores e potencializadores deste sindicalismo, que se traduzem/compensam em suas iniciativas no campo da política educacional.

Capítulo 4

A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE SINDICAL (1981-1984)

A “CONJUNTURA DE TRANSIÇÃO”: ALGUMAS REFERÊNCIAS BÁSICAS

Como já registrado na introdução e configurado nos capítulos antecedentes deste estudo, o movimento docente emerge ao final dos anos 70 e se articula nacionalmente em um contexto ainda ditatorial. Para que se possa melhor detectar seus alcances e limites históricos no âmbito das lutas anticapitalistas, considero necessário contextualizar, ainda que sucintamente:

- os movimentos das classes subalternas que contribuíram para o eclodir do "novo sindicalismo" e para a afirmação deste sujeito coletivo no cenário econômico e político da década de 80, delineando suas fragilidades e forças constitutivas;
- as análises conjunturais e de relações de força que nortearam as ações do movimento docente no período,¹ por serem ilustrativas, em si mesmas, das especificidades deste sindicalismo de intelectuais.

Acredito que, a partir dessas duas referências básicas, é possível resgatar e analisar os desafios internos e externos colocados à ANDES nesse período, em que as suas proposições e ações desvelam, a um só tempo e movimento, tanto os *traços constitutivos limitadores* (expressos em dificuldades e tensões internas), quanto os *traços constitutivos potencializadores* da sua própria identidade - ou da singularidade de sua ação, dada pelo imbricamento de suas dimensões *acadêmica e sindical* - com ênfase nas suas objetivações no campo da política educacional.

O (re)nascer orgânico das classes trabalhadoras

Uma reconstituição, mesmo que sucinta, dos movimentos de insubordinação dos subalternos que interferiram na “conjuntura de transição”, requer a consideração preliminar, dentro dos parâmetros teóricos aqui adotados, de que o bloco histórico dominante no Estado ditatorial brasileiro, para além dos mecanismos de coerção explícita utilizados a partir de 1964, tecera

¹ Respaldo-me, para tanto, em relatórios dos Congressos Nacionais da ANDES ocorridos neste período, editoriais de Boletins Nacionais, Cartas Abertas aprovadas em suas instâncias máximas e em alguns documentos de avaliação do movimento que circularam nos processos de disputas eleitorais pela direção nacional da entidade, que as entrevistas também ajudam a reconstituir. Este período foi demarcado tendo em vista o rico momento conjuntural de construção/afirmação da identidade da ANDES, na conjuntura que vai da “transição pelo alto” (governo Figueiredo) aos acontecimentos que levaram ao advento da “Nova República”.

"um ordenamento mais sutil, pautado no experimento efetivo - pessoal e coletivo - da vida social das classes subordinadas a esse processo instituído de dominação: o silêncio como auto-defesa, o conformismo que faz obliterar no tecido social o homem-concreto (com história, lugar, com relações sociais constituídas num campo de liberdade) e a indiferença como modo de sobrevivência individual" (Silveira, 1998, p. 55; grifos meus).

Nesse ordenamento, a *subordinação à ordem* era vivida como "normalidade". Os subalternos pareciam ter perdido a sua condição de sujeitos históricos e assumido uma postura imobilista, fundada na crença da própria impotência e, por conseqüência, da incapacidade de construir alternativas à ordem instaurada (cf. Barraza, 1980, *apud* Silveira, 1998).

Os primeiros sinais de resistência e rearticulação das classes trabalhadoras, ainda incipientes, haviam se originado de experiências moleculares em algumas fábricas e bairros populares, com destaque para os "Clubes de Mães" e o "Movimento Custo de Vida", no Estado de São Paulo, criados em meados dos anos 70 (Sader, 1988). Neste contexto, emergem entidades originadas do próprio movimento sindical, como a Casa do Trabalhador e o DIEESE. As contribuições deste Departamento ao "novo sindicalismo" foram relevantes, tanto no que se refere à produção de conhecimentos, à prestação de assessoria em geral, à organização e oferta de dados para campanhas salariais e ao resgate histórico das lutas travadas, quanto no que diz respeito à "iniciativa de organizar atividades sistemáticas voltadas para o processo formativo do trabalhador, através de cursos e encontros".²

Essas e outras iniciativas no campo da *educação das classes trabalhadoras*³ certamente contribuíram para que estas classes ressurgissem como força organizada no quadro político da segunda metade dos anos 70. Para segmentos expressivos de trabalhadores elas viabilizaram "[...] a posse, ainda que insuficiente, de uma intelegibilidade que, mesmo fragmentada e desagregada, engrenhada no conformismo da sociedade burguesa, compõe o seu experimento subjetivo-histórico e, portanto, a sua forma possível de vivenciar a sua dimensão de classe" (Silveira, 1998, p. 63).

Na continuidade desse processo histórico, um contingente expressivo de trabalhadores sindicalmente organizados aparecerá, no final da década, como um novo sujeito coletivo a se confrontar com o Estado, conforme salientado anteriormente.

² Estudos deste Departamento já identificavam, nesse período, experimentos específicos de formação nos próprios sindicatos, que começam a assumir essa responsabilidade junto aos trabalhadores "de base" (Silveira, 1998, p. 61).

³ Cabe ressaltar a importância da educação sindical para a emergência do "novo sindicalismo" e, neste âmbito, o trabalho político-educativo desenvolvido pela Pastoral Operária, às vezes conjuntamente com as Oposições Sindicais, que aglutinavam a resistência dos trabalhadores fundamentando-se nas relações estabelecidas pelas comunidades de base, cooperativas de compras comuns, cursos de alfabetização (com destaque para o método Paulo Freire) etc. Trata-se de uma dimensão insuficientemente considerada nas análises de época sobre a questão e de um *campo privilegiado* de atuação sindical dos docentes universitários, na sua articulação com o conjunto dos trabalhadores. Nele reside a possibilidade de uma contribuição sistemática e decisiva (também muito insuficientemente analisada e potencializada) do movimento docente às lutas anticapitalistas.

Desencadeia-se um ciclo de greves⁴ sem precedentes, que surpreende o governo do general Ernesto Geisel, os empresários e os próprios sindicalistas. A realização do Encontro Nacional de Oposições Sindicais (ENOS), em 1979, foi politicamente decisiva no sentido de afirmar a dimensão classista da (re)estruturação orgânica dos trabalhadores, do que resultavam propostas concretas de intervenção política na realidade, com destaque para as sinalizações da necessidade de criação de uma Central Sindical, presentes nas teses de várias categorias profissionais nele reunidas.⁵

O conjunto de práticas que se efetivou nesse contexto, não obstante os seus limites históricos, foi decisivo para o eclodir do movimento dos trabalhadores como *força política (re)organizada* que, ainda nos marcos de uma compreensão/explicação da realidade moldadas pelo *senso comum*, buscava uma ampliação e diferenciação em termos da obtenção do *bom senso*, indispensável para o alcance da *consciência filosófica* e, pois, para a construção da *unidade* entre *teoria e prática*. Vivia-se um momento em que a ação sindical sobrepujava a partidária como alavanca das lutas das classes subalternas, ensaiando-se a dimensão transformadora, analisada por Gramsci (1976), que os sindicatos podem ter em determinadas conjunturas, em cada formação social.

Seminários, cursos e encontros intra e intercategorias, capitaneados por sucessivas greves, plasmavam nos trabalhadores uma maior consciência dos limites da estrutura sindical vigente e o reconhecimento da necessidade de outras formas de organização, compatíveis com as novas apreensões do real e de estratégias de luta que se pretendia disseminar. Essas iniciativas materializavam, naquela conjuntura ainda repressiva, as mudanças que se processavam na *subjetividade* das classes trabalhadoras, viabilizadas pela experiência concreta do trabalho, a partir e através da qual se davam a troca, a comparação e a veiculação de semelhantes ou diferentes saberes/fazeres, sustentadoras das tentativas de *insubordinação dos subalternos*.

⁴ Para Eduardo Noronha, a principal característica dessas greves foi a "incorporação crescente de categorias ou grupos de trabalhadores que jamais haviam experimentado o confronto direto", aí se incluindo, como analisado no capítulo 2 desta tese, os docentes do ensino superior. A relevância do fenômeno pode ser avaliada pelos seguintes índices: em 1978, desencadearam-se 118 greves; dez anos depois, elas já atingiam o número de 2.188. O número de grevistas aumentou 60 vezes e, nesse mesmo período, o número de jornadas não trabalhadas passou de 1,8 milhões para 132 milhões (cf. Noronha, E. "A explosão das greves na década de 80", in: Boito Jr., A. (Org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, op. cit.).

⁵ Se, por um lado, essa influência das Oposições Sindicais foi historicamente decisiva para o movimento que buscava a superação do corporativismo sindical e para a construção de novos parâmetros de luta contra a estrutura sindical oficial, por outro, é preciso reconhecer a existência de um distanciamento histórico entre o discurso das oposições - de rompimento radical com as concepções conservadoras do movimento operário - e as concepções e práticas assumidas pelas bases sindicais e exercitadas pelas suas lideranças, no cotidiano de luta dos trabalhadores. A obtenção da *unidade teoria-prática*, fundamental para essa superação, ainda estava (como está até hoje) longe de ser alcançada, o que constitui um obstáculo nodal para o avanço de toda e qualquer luta classista de crivo emancipador.

Os anos 80 vão se iniciar neste quadro de atualização histórica das relações antagônicas de classes. Do lado das classes dominantes, gestava-se a *conciliação pelo alto* contundentemente denunciada por Florestan Fernandes (1986), ou seja, o *pacto conservador* que embasava um processo de “redemocratização” voltado para assegurar a manutenção do modelo econômico, em consonância com o movimento global do capital, mediante uma reinstitucionalização preventiva de possíveis crises de legitimidade e, portanto, para a criação de recursos de poder que, extrapolando a força militar, possibilitassem a sustentação e ampliação dos graus de consentimento dos governados aos governantes. Do lado das classes trabalhadoras, apesar da ausência de um projeto emancipador nitidamente delineado e da inexistência de estratégias compatíveis com o vulto das transformações pretendidas pelos segmentos mais radicais dos seus intelectuais orgânicos, avançava-se na busca de uma articulação mais ampla de interesses e ações constitutivos de um novo conformismo.

É nesses marcos que se realizam importantes encontros de trabalhadores, rumo à criação da CUT.⁶ Estavam aí postos os elementos fundamentais de *reafirmação da identidade das classes trabalhadoras* que, convergindo para os esforços de criação de uma Central Sindical Única, passavam a intervir objetivamente, em sua condição de subalternidade, no pacto conservador que se construía. O “novo sindicalismo” se fortalecera o suficiente para ampliar o leque de demandas aos patrões e governantes, credenciando-se como representante das classes trabalhadoras e interlocutor respeitado que provocava novos desafios ao regime. Mas não se afirmara o suficiente para abalar as bases de sustentação das políticas governamentais deste regime, notadamente em um contexto de crise econômica mundial, que jogará o Brasil, na primeira metade da década, em acentuadas recessões⁷, desafiando o fôlego das classes trabalhadoras, que se

⁶ Em fevereiro de 1980, o *Encontro de João Montevade*, influenciado por intelectuais da Igreja Católica, conseguiu reunir militantes dos vários movimentos sociais existentes com sindicalistas. Nele foi estabelecido um conjunto de princípios democratizadores da estrutura sindical, apontando-se para a importância de articular as lutas de trabalhadores rurais e urbanos. Criticando-se os militares e as multinacionais, defendeu-se uma sociedade “dirigida pelos trabalhadores”, embora as reivindicações não se nortegassem claramente por um horizonte socialista. Em julho deste mesmo ano, o *Encontro de São Bernardo* ampliaria essas reivindicações, incluindo a luta de trabalhadores rurais e urbanos pela posse da terra e salientando a necessidade de criação de uma Articulação Nacional de Movimentos Populares (ANAMPOS) e de um *partido político* que contribuísse para a “libertação das classes populares”, assim como de uma central única de trabalhadores. Neste processo de articulações mais amplas, vão se definindo os papéis “coadjuvantes” das organizações populares e a supremacia das lutas sindicais na confrontação ao regime. No ENTOES (Nova Iguaçu, setembro de 80), estabelece-se o divisor de águas entre sindicalistas autênticos/diretorias combativas/oposições sindicais e diretorias ligadas à “Unidade Sindical”, apoiadas por setores conservadores/pelegos do movimento sindical, aliados a sindicalistas vinculados ao PCB, MR-8 e PC do B. Ver, na perspectiva de análise aqui adotada, a síntese feita por Silveira, op. cit., pp. 72-76. Delineava-se aí a cisão que levaria, posteriormente, à formação da CUT pelo primeiro bloco (de onde emerge também a criação do Partido dos Trabalhadores) e da CONCLAT pelo segundo.

⁷ Não cabe, aqui, tratar da crise orgânica do capital que se acentua no início dos anos 80 e de suas materializações na formação social brasileira. Sólidas abordagens marxistas da questão foram feitas por Mandel (1987) e Mézáros (1989). No Brasil, mais recentemente, contribuições relevantes foram dadas por Souza (1994), Antunes (1995), Dias (1996 a, b e c) e Braga (1996).

encontravam divididas em diferentes tendências políticas, com concepções distintas quanto ao rumo das transformações a serem efetivadas na sociedade brasileira. É nesses marcos, também, que se situam as análises conjunturais da ANDES, cujos apelos de corte classista se centravam na defesa da educação pública e gratuita e, em particular, da Universidade, como direito inalienável dos subalternos, ou da "maioria da população".

As análises de conjuntura e de relações de força da ANDES

Os primeiros passos da ANDES neste campo de intervenção foram dados, principalmente, na perspectiva da *auto-afirmação da própria entidade* - ou da sua identidade sindical, do seu lugar - no conjunto das relações de força então existentes. O editorial do Boletim Nacional nº 2, por exemplo, depois de ressaltar a importância da entidade no contexto político brasileiro, chama a atenção para a necessidade de vincular lutas gerais e específicas via *política educacional* e para a indispensável articulação, por essa via, do movimento docente com outras categorias organizadas das classes trabalhadoras.

O *combate à política educacional do governo* era a pedra de toque para a definição de táticas e estratégias de lutas (específicas e gerais) do movimento, que afirmava e media a sua própria força a partir da avaliação dos avanços e conquistas obtidos nas interlocuções e confrontos com o Ministério da Educação, tendo como carro-chefe (interna e externamente) as proposições e reivindicações dos docentes das IFES autárquicas, legitimadas pelas greves nacionais por eles realizadas quase que anualmente entre 1981 e 1984.⁸ Os editoriais dos Boletins nºs. 4, 5 e 6 demonstram a importância atribuída pelos dirigentes a essas greves, seja como afirmação da força e do caráter sindical da entidade, seja como sustentadoras das reivindicações fundamentais dos docentes no campo específico da política educacional, seja ainda como balizadoras, pelos seus resultados, dos ganhos e perdas do movimento.

Mantendo-se nessa mesma trilha, o movimento prossegue se *auto-avaliando na conjuntura* e conformando a sua *identidade*. No Boletim nº 5, publicado em outubro de 1981, um mês após a realização de uma Semana de Mobilização em Defesa da Educação, que congregava as reivindicações dos professores dos diferentes setores institucionais - avaliada como exitosa⁹, a Diretoria da entidade, além de destacar a força do movimento no setor das IES autárquicas (cuja paralisação indicara a possibilidade de uma nova greve,

⁸ O Boletim nº4 divulga os resultados do II CONAD, em que foi marcante o debate sobre a inserção da ANDES no "novo sindicalismo", que se foi constituindo em uma das dificuldades básicas da sua atuação. A ata do evento registra a discordância do movimento com os critérios de participação na CONCLAT no que se refere aos docentes do setor das IES particulares, cuja presença na ANDES também representa, como já ressaltado, um foco de tensões, principalmente devido à questão do repasse de verbas públicas para as IES particulares (cf. Ata do II CONAD, 1981).

⁹ Dentre as atividades desta Semana de Mobilização, foi realizada uma paralisação de um dia, considerada bem sucedida, pois atingira "plenamente 24 universidades e instituições isoladas de todo o país e, parcialmente, outras 5, totalizando cerca de 25 mil professores".

que de fato acontece), reafirma que o papel da ANDES é o de “canalisar no seu seio esse movimento específico”, buscando articulá-lo com os demais setores de docentes universitários. A importância e centralidade deste setor para a entidade é reconhecida e dimensionada, estrutural e conjunturalmente, em termos da medição de forças com o governo, em que a sua capacidade de realizar greves nacionais era fundamental. Caberia à ANDES, diante dessas diversidades internas, abrir espaço para que o movimento como um todo “fluísse naturalmente”, organizando-o e o conduzindo de modo a politizar as lutas específicas e construir a unidade interna em torno das reivindicações gerais dos docentes:

“A própria luta salarial é política em si mesma, desde que não caia em um cooperativismo cego que não veja mais nada em torno, sem enxergar as verdadeiras causas da exploração do trabalho que unem todos os trabalhadores. O movimento tem reivindicações gerais: a ampliação do percentual do orçamento federal destinado à educação para 12%, a democratização e autonomia da universidade e o ensino público e gratuito. A primeira delas é também específica das federais autárquicas, pois, sem mais verbas, não é possível o reajuste salarial. Fica clara a relação entre o sistema político, social e econômico do país, que atinge os professores na sua própria pele, além de prejudicar os estudantes e não servir aos interesses da população geral” (Boletim Nacional da ANDES, nº 5, 1981).

O esforço de politização se materializava, pois, pelo estabelecimento de relações entre as bandeiras de luta específicas e gerais, pelo tratamento unitário das diversidades internas e pela denúncia da racionalidade capitalista, que colocava os próprios professores em condições de exploração idênticas às dos demais trabalhadores, aproximando a categoria do “novo sindicalismo”. As alianças preferenciais da ANDES continuavam sendo definidas, ao menos no nível das intenções, com os servidores públicos e com os professores de todos os graus de ensino:

“Além dessa união de todos os setores em apoio mútuo [...] é procurada aliança com os funcionários públicos pelo reajuste semestral, através da articulação iniciada durante a CONCLAT, sem refrear o avanço em mobilização que os docentes já atingiram em relação aos servidores e sem a ilusão de puxá-los imediatamente para o nosso nível de luta. A ANDES, junto com a Confederação dos Professores do Brasil e a UNATE, está colaborando com a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, à qual se filiam 800 entidades de servidores federais, estaduais e municipais que totalizam alguns milhões em todo o país, no sentido de promover manifestações conjuntas em diversas cidades em 27 de outubro, véspera do dia do funcionário público. De maneira análoga, os professores participaram das manifestações de 1º de outubro deliberadas pela CONCLAT” (Boletim Nacional da ANDES, nº 5, 1981).

Neste processo, a ANDES avança no exercício de um dos traços que particularizam este sindicalismo de intelectuais e que constitui, talvez, a sua potencialidade mais forte no combate à racionalidade capitalista: a *elaboração de análises de conjuntura*. Ainda embrionárias e crivadas pelo inevitável linguajar militante (decorrente do passado estudantil da maioria dos dirigentes), essas análises já se fazem presentes no *I Congresso Nacional da ANDES* (1982), em que é nítida a consciência da acentuação das dificuldades postas às classes trabalhadoras e ao movimento docente pela crise econômica (com seus

desdobramentos políticos) instalada no país. A *Carta de Florianópolis*, aprovada ao final deste Congresso, denunciava, contundentemente, as políticas públicas voltadas para os interesses do capital, demonstrando o nível discursivo de comprometimento dos seus participantes com as demandas básicas da "maioria da população", em particular no que se refere aos destinos da educação superior:

"Após contínua iniciativa contra os interesses sociais, vem o Governo anunciar a implantação do ensino pago nas instituições de ensino superior públicas, agitando de maneira estranha a bandeira da justiça social como finalidade última para essa medida. Um governo que reverte bilhões de cruzeiros em iniciativas iníquas como a de salvar da falência a empresa multinacional do Projeto Jari, que enterra bilhões de cruzeiros num programa nuclear condenado por toda a comunidade científica brasileira e que cria estímulos e benefícios para os grandes capitais, regateia, no entanto, verbas para os setores públicos, como a educação, a saúde, a habitação, a previdência, a cultura etc" (ANDES, Carta de Florianópolis, 1982).

Nesta *Carta*, a Universidade, entendida como "patrimônio da nação", "acervo de suas tradições" e "instrumento do seu futuro", é vista como uma construção plural, da qual participam "grande número de diferentes segmentos das diversas classes sociais", ao mesmo tempo em que muitas das suas "imperfeições crônicas e conjunturais no exercício de suas responsabilidades" são creditadas à "própria política do governo, descomprometida com as necessidades da Nação e comprometida com as exigências de setores econômicos e sociais privilegiados". O corte classista da *concepção de educação e de universidade* do movimento docente traduzia, desde então, a busca de enfrentamento da distância entre a realidade educacional brasileira, historicamente excludente, e as proposições transformadoras dessa realidade, com os correspondentes desafios estratégicos e táticos que vão estar presentes nas tentativas desta transformação. Este misto de *denúncia do real* e *anúncio da utopia* (ou, como defendia Gramsci, de desconstrução/reconstrução molecular e cotidiana do real) é uma marca da *Carta de Florianópolis*, onde está explícita a *concepção de educação e de função social da escola pública* hegemônica no movimento:

"[...] a educação não é um bem privado e sim um bem público. O desenvolvimento científico, a produção tecnológica e cultural e a formação social e política de uma nação não podem ser comparados com a produção de bens materiais numa sociedade de consumo. Sendo assim, a responsabilidade pela sua manutenção há de ser socializada e dividida por toda a sociedade, pois é ela que se tornou destinatária soberana da produção dos bens sociais. Instituir o ensino pago numa universidade pública ou em qualquer nível de ensino é inverter a própria função da escola pública, transformando-a numa simples empresa prestadora de serviços contra pagamentos" (ANDES, Carta de Florianópolis, 1982; grifos meus).

Através desta *Carta*, enfim, os participantes do *I Congresso* endossavam o posicionamento dos dirigentes da ANDES no sentido de que a *luta pela reestruturação da universidade* - já desencadeada, como resgatado no capítulo 2, nos primeiros confrontos do movimento com o MEC - se tornasse a espinha dorsal da atuação da entidade no campo da política educacional e fosse travada na perspectiva da "*análise da Universidade que temos*"

e da construção da “*Universidade que o País necessita*”, construção esta que não poderia ser “delegada às elites burocráticas da Universidade ou às elites dirigentes do Estado”. O combate tático às *ameaças de implantação do ensino pago* foi então apontado como tarefa fundamental da ANDES, no contexto da luta estratégica pela “reorganização da universidade” :

“[...] a implantação do ensino pago tenderá a agravar as formas de seletividade e de discriminação daqueles que podem freqüentar, hoje, a escola pública. Tal fato servirá igualmente para colocar a Universidade à cata de recursos financeiros junto a órgãos e instituições que detêm hoje a riqueza da Nação. Em conseqüência, as grandes corporações industriais, comerciais e financeiras tornar-se-ão proprietárias dos destinos da Universidade. O que isto pode representar para os destinos da educação, da cultura e da ciência no Brasil é difícil de delinear, já que os prejuízos serão debitados à nossa história futura” (ANDES, Carta de Florianópolis, 1982).

Nestas formulações, identifica-se um elemento recorrente na trajetória política dos intelectuais brasileiros: o apelo à “nação” como ingrediente basilar da conformação da sociedade que se desejava transformar pela via do nacional-desenvolvimentismo, em seus diferentes matizes, e ao “povo” como equivalente das classes subalternas.¹⁰ Ao mesmo tempo, a *Carta* também materializava uma certa tendência do movimento docente de superestimar o seu poder de intervenção como “porta-voz” abalizado dos interesses dos subalternos, como está nítido nesta conclamação em defesa da Universidade:

“Conclamamos o povo a se mobilizar junto com a comunidade universitária na defesa do seu próprio patrimônio. Não estamos insensíveis à necessidade de renovação da Universidade, mas essa renovação deve possibilitar o seu fortalecimento e o crescimento de sua capacidade de ação a serviço da sociedade brasileira”. [...] A Nação está convocada por nós, professores, a resistir às investidas que possam desestabilizar a Universidade e transformá-la em mais um centro reprodutor de privilégios” (ANDES, Carta de Florianópolis, 1982; grifos meus).¹¹

Com essas concepções e disposição de luta, o movimento docente vai avançando em suas análises sobre a crise econômica vivida no país e seus reflexos na política educacional do governo. No *II Congresso Nacional da ANDES* (1983), os participantes já contavam com um documento (ou “texto base”) produzido pela Diretoria visando orientar o debate sobre este tema¹², em que, ao lado da crítica e denúncia da racionalidade capitalista, observa-se o intento de construção de estratégias adequadas de enfrentamento político, do ponto de vista classista, da agudização de uma “crise internacional”, marcada pelo “estrangulamento do balanço de pagamentos” e pela “tutela do FMI e dos grandes

¹⁰ Rever, a este respeito, as análises de Daniel Pécaut, com as quais dialogo e que tento problematizar, no capítulo 1 desta pesquisa.

¹¹ Na realidade, a universidade brasileira, na própria leitura histórica do movimento docente, já era um centro reprodutor de privilégios de classe. O que estava em questão era a possibilidade de colocá-la efetivamente a serviço dos interesses das classes subalternas. Esta formulação revela, pois, uma imprecisão ou simplificação teórico-histórica do discurso dos seus dirigentes.

¹² Esta análise de conjuntura, nos seus eixos e proposições fundamentais, foi referendada pelo *II Congresso Nacional da ANDES*. Ver: “A crise e seus efeitos na educação”, *Boletim Nacional da ANDES*, nº 12, março de 1983.

banqueiros internacionais” sobre os rumos da política econômica brasileira. As perspectivas apontadas para o ano de 1983 eram sombrias. De um lado, antevia-se o *aprofundamento da recessão e aceleração inflacionária*, com elevação dos já “alarmantes níveis de desemprego” e deterioração das condições de vida da população brasileira, “tensionando o momento político e colocando um volume de demandas sociais sobre o Estado [que] dificilmente poder[iam] ser atendidas ou negociadas”. De outro, o governo propugnava a *redução do déficit orçamentário público* através de “profundos cortes nos investimentos das estatais e a redução compulsória do orçamento de alguns ministérios, inclusive o MEC”, e impunha *programas recessivos*, com o conseqüente agravamento da situação salarial do funcionalismo público e dos demais assalariados, não se descartando a possibilidade de extinção do reajuste semestral pleiteado (cf. ANDES, Anexo à Ata do II Congresso, 1983).

A crise econômica brasileira é abordada como uma “questão política fundamental”, por ensejar a possibilidade de “profundas e aceleradas mudanças”, no contexto da “transição pelo alto” que se vivenciava. O documento chamava ainda a atenção para os resultados das eleições majoritárias de novembro de 1982, que suscitavam “novas indagações e possibilidades”, sobretudo no que diz respeito ao relacionamento com os governos estaduais recém-eleitos pela oposição:

“[...] as instituições estaduais de ensino superior poderão assegurar alguns avanços nas brechas abertas pelos resultados eleitorais, destacando as possibilidades de se avançar no processo de democratização e escolha de reitores. No entanto, será desnecessário reafirmar a fidelidade com nosso programa de lutas, autonomia e independência política de nosso movimento e entidades” (ANDES, Anexo à Ata do II Congresso, 1983, p. 5).

Perseguindo sempre a construção de alianças que favorecessem os subalternos, a Diretoria da ANDES alertava também para a importância política do Congresso Nacional, que se transformaria “no grande fórum dos conflitos políticos e sociais” e, pois, em um espaço de atuação fundamental para o movimento docente, que nele deveria intervir mediante a apresentação de denúncias e projetos, o que exigiria uma “articulação mais íntima com os partidos de oposição”.

As estratégias traçadas mantinham coerência com essas análises e com o percurso feito até então pela ANDES. Apontavam a necessidade de “readequação do movimento à conjuntura”, através de uma “*luta de resistência* no que se refere às verbas para a educação e às reivindicações trabalhistas” e da ampliação da política de alianças com o funcionalismo público e com os estudantes, visando obter “mais vigor e valorização” da entidade. Particularmente, devia-se estreitar as articulações com o funcionalismo público no encaminhamento conjunto das reivindicações salariais, tendo em vista, principalmente, a participação na CONCLAT e na Comissão Pró-CUT, de modo a ampliar a mobilização popular na luta contra o desemprego, viabilizar as mudanças pretendidas na política salarial

e combater as demais medidas recessivas da política econômica. Face à dimensão e à gravidade da crise, os dirigentes do movimento docente consideravam que o desafio fundamental seria o de *“consequir superar a fase de denúncias e bandeiras gerais”* e passar para *“um período de políticas de afirmação de propostas e projetos concretos e viáveis”*, ou seja, de adequações nas estratégias e táticas de superação da distância entre a realidade opressora/excludente e a utopia transformadora. Para tanto, seria indispensável *“universalizar as reivindicações”* das classes trabalhadoras: *“o descontentamento acumulado só poderá se traduzir em avanços concretos se logramos superar nossas lutas trabalhistas ‘específicas’ e unificarmos as ações”* (ANDES, Anexo à Ata do II Congresso, 1983, p. 6; grifos meus).

No campo específico da política educacional do governo, o documento previa que o MEC tenderia a *“evasivas indefinições”* e que as reivindicações da ANDES seriam transferidas para *“comissões de estudo intermináveis no CFE”*, reafirmando-se *“os limites conjunturais e a fragilidade do MEC no coletivo ministerial”*. Deste modo, inexisteriam *“interlocutores visíveis”*, sendo impossível trabalhar com calendários precisos, pois o MEC tentaria a todo custo neutralizar o potencial reivindicativo do movimento através de *“respostas vagas e provisórias”* e, simultaneamente, desenvolver *“táticas de implementação de suas diretrizes de política educacional”*. Esta reorientação ministerial, segundo a Diretoria da ANDES, também estaria presente no encaminhamento da reestruturação da universidade, prognosticando-se a burocratização dos debates no CFE, o adiamento das discussões e a ausência de cronogramas, como formas de *“mascarar o engavetamento do processo de reestruturação”* e legitimar medidas de *“maior eficiência gerencial, que possibilitem cortes nas dotações orçamentárias”* (ANDES, Anexo à Ata do II Congresso, p. 5).

A estratégia de *resistência*, que supunha uma *“maior participação e criatividade para superar o esgotamento das atuais formas de luta e mobilização”*, deveria se concretizar, no imediato, na luta por verbas públicas para a educação e contra os cortes orçamentários, pelo congelamento da rede particular de ensino (face à expansão planejada pelo CFE/MEC) e pelo incremento de vagas na rede pública, tendo-se como perspectiva, nesses embates, que o MEC tenderia a se tornar, mais e mais, *“uma sucursal da SEPLAN, com o papel específico de abafar o debate sobre a educação e implantar a estratégia privatizante”*, e que caberia à ANDES *“colocar a crise da Universidade e do sistema educacional na ordem do dia da sociedade brasileira”* (*idem, ibidem*; grifos meus).

O Relatório do *III Congresso Nacional da ANDES* (1984) expressa a atualização e o adensamento desta linha de análises conjunturais. Os dirigentes e militantes presentes ao evento consideravam que o país vivia a mais grave crise econômica de seu passado recente, com sérias repercussões políticas e institucionais. A previsão de *falência* deste modelo de desenvolvimento, apoiado no favorecimento internacional à importação de

capitais e à política de incentivo às exportações, era tida como “praticamente consensual”, mas não havia ainda alternativas concretas para a sua transformação, naquele quadro político-institucional. A relutância dos “detentores do poder” em assumir essa falência, associada à incapacidade de políticos e empresários de “formular alternativas concretas” e à ingerência direta do capital (via FMI, Clube dos Onze etc) na administração das contas nacionais, estariam levando a uma situação de “empobrecimento generalizado da população trabalhadora” e de “crescimento das tensões sociais a um nível tal que a alteração da política econômica e a transformação do próprio modelo político/institucional se apresenta[riam] de forma intimamente articulada” (cf. Relatório Final do III Congresso, 1984). Frente a essa situação sócio-econômica e política, o movimento defendia a luta pela *soberania nacional* e pela *democratização do país*, traduzindo-a nos seguintes pontos fundamentais:

“Rompimento imediato com o FMI; política de empregos e investimentos públicos voltados para o atendimento da população em áreas prioritárias; [...] política salarial e tributária não recessiva; reforma agrária ampla, sob controle dos trabalhadores, resgate da soberania via participação plena da população na definição do enfrentamento da dívida externa (moratória, não pagamento, escalonamento); participação plena da população na definição da política externa do país (luta contra a permanência da exploração imperialista e neocolonial e pela defesa da soberania dos povos na opção de suas formas de organização política e econômica); contra o armamentismo e em defesa da auto-determinação das nações, sobretudo na América Latina”;

“Restabelecimento da soberania do Congresso Nacional (com o fim do decurso de prazo e dos decretos-lei); imediatas eleições diretas, universais e secretas para a Presidência da República, para as Capitais Estaduais e para todos os Municípios; revogação imediata da LSN e demais medidas de exceção; total liberdade de organização partidária e aprofundamento da discussão sobre a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte como forma de redefinição da legitimidade institucional” (Relatório Final do III Congresso, 1984; grifos meus).

Ao defender essas reivindicações, a ANDES tanto reafirmava uma perspectiva de ações transformadoras como uma *identidade sindical não corporativista e não economicista*, inscrevendo-se, ao nível do discurso e dos posicionamentos da maioria de seus dirigentes e militantes, ao lado da vanguarda das esquerdas brasileiras (sindicais e partidárias) mais radicais, ao entremear economia e política na definição dos embates anticapitalistas travados naqueles primeiros anos da “década da esperança”.¹³

A entidade apostava, sobretudo, na luta por Eleições Diretas que sacudiu o país em 1984. A *Carta de Piracicaba*, aprovada ao final do evento, denuncia e desvela o *caráter dependente do desenvolvimento do capitalismo brasileiro* e afirma que, “neste momento crucial da resistência ao regime, face à gravidade da situação nacional”, os docentes

¹³ Evidentemente, esse perfil político-ideológico, apesar de “democraticamente definido” nas instâncias da estrutura orgânica da entidade, não traduzia o perfil predominante na base do movimento e menos ainda na categoria dos professores universitários como um todo, além de continuar provocando tensões internas. Por outro lado, apesar de radicalmente oposto à racionalidade capitalista, tal perfil se mantinha essencialmente discursivo e com pouco poder de interferência no interior do “novo sindicalismo”, como analisarei a seguir.

universitários do país “comungam com as aspirações da esmagadora maioria da população brasileira pelo estabelecimento imediato de eleições livres e diretas em todos os níveis, em particular para a Presidência da República”. A radicalidade do significado atribuído à democratização da sociedade através dessa luta é clara:

“A luta por diretas deve desencadear um processo de discussão e mobilização capaz de conduzir ao questionamento do modelo econômico do governo, abrindo perspectivas de organização e ação dos mais diversos segmentos sociais [e] apontando, assim, para alternativas globais que visam pôr fim ao regime militar”, [eleições livres e diretas] favorecem um processo de mobilização e organização no qual o povo, nas praças públicas, abre o caminho para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, capaz de fazer valer a vontade popular hoje tolhida no exercício de suas liberdades” (ANDES, Carta de Piracicaba, 1984; grifos meus).

Para além da (re) aquisição da representatividade da democracia formal, burguesa, a Carta parece valorizar aquela *vontade coletiva nacional-popular* que, respaldada em um programa de reformas econômicas anticapitalista, levaria, segundo Gramsci, através de um processo molecular, cotidiano e dentro do “velho”, do instituído, à construção emancipatória do “novo”. Os apelos ao “povo” e à “nação” ganham, então, um significado mais claramente emancipador, quando se assinala que *somente uma ampla participação e mobilização* é capaz de restituir ao povo o “inalienável direito de escolher, democrática e soberanamente, os seus governantes, dos quais se espera que promovam as transformações econômicas, sociais e políticas que a nação exige: rompimento dos acordos com o FMI, suspensão do pagamento da dívida externa até que o povo decida a respeito, substituição da política econômica do governo” (ANDES, Carta de Piracicaba, 1984).

A aposta na Campanha pelas Diretas é também visível nos encaminhamentos definidos, em que se insiste na participação nesta luta como *indispensável* para “ampliar ao máximo o conteúdo e os ganhos políticos nela embutidos”. Na definição das *formas de ação*, porém, essa perspectiva emancipadora é adequada à realidade estrutural e conjuntural do país e ao caráter plural e supra-partidário da Campanha.¹⁴ Os procedimentos indicados para a mobilização popular e dos docentes partiam da articulação, “com as demais correntes de opinião”, de um Comitê Nacional Pró-Diretas (que se espalharia em organismos locais equivalentes, aos quais as AD’s deveriam se integrar), passavam pela “confeção de placar informativo sobre o andamento da campanha” (como forma de denunciar o boicote da imprensa oficial), pela pressão junto aos parlamentares (telegramas, visitas) e pela participação das AD’s na Caravana à Brasília (no dia da votação da Emenda Dante de Oliveira), e chegavam a formas especificamente sindicais, como o indicativo de

¹⁴ A luta pelas Diretas envolvia, como se sabe, uma “frente ampla”, “progressista” e, portanto, expressava um leque de alianças bem maior do que as que se fizeram em torno de um efetivo compromisso com as classes subalternas. Na verdade, a própria diversidade político-ideológica da categoria (e da “base”) organizada pela ANDES estava bem mais contemplada nessa “frente” do que no ideário político e nas proposições formuladas pelos dirigentes e militantes da entidade nacional dos professores universitários brasileiros.

paralisação do trabalho neste dia, a leitura do *Manifesto* e da *Carta de Piracicaba* no início das aulas em todo o país, a compatibilização de propostas e programas do movimento docente com os dos Comitês locais e o estabelecimento de relações (em documentos e pronunciamentos) entre a Campanha e a luta pela democratização da Universidade.

As análises de conjuntura e de relação de forças elaboradas pela ANDES nesses quatro primeiros anos de sua existência, assim como suas proposições gerais de intervenção na realidade nacional, confirmam o perfil político-ideológico da entidade como um sindicato de intelectuais comprometido com as lutas anticapitalistas, ao nível do ideário e das definições estratégicas e táticas de suas ações. Em sua nitidez, esse perfil constitui uma referência tanto do horizonte político da ação sindical pretendida quanto das dificuldades concretas vividas pelos docentes na construção dessa identidade, que serão abordadas a seguir.

AS DIFICULDADES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SINDICAL

Nos capítulos 2 e 3 desta pesquisa foram identificadas algumas tensões e contradições que permearam o processo de gestação e parto da ANDES e que marcam as relações internas e externas constitutivas do seu fazer sindical. Com base nesse resgate, é possível considerar que a busca de integração harmônica entre a dimensão *acadêmica* (dada pela natureza e especificidades do trabalho docente) e a dimensão *sindical* da entidade, nó górdio da sua singularidade, se expressa como uma tensão permanente, que esteve e está na raiz das divergências de concepção e condução do movimento, bem como dos desequilíbrios entre os "patamares" de luta da entidade.

É igualmente cabível admitir que, ao nível das relações constitutivas da prática sindical, os limites decorrentes dessa tensão permanente foram se materializando, externa e internamente, sobretudo nas dificuldades enfrentadas pela ANDES em *concretizar princípios e critérios de inserção no movimento sindical como um todo e na articulação entre os setores institucionais do conjunto dos professores do ensino superior* que pretendia nacionalmente representar. Desse modo, passo a resgatar, como *traços constitutivos limitadores do exercício da identidade da ANDES*, as formas pelas quais essas dificuldades (por mim consideradas como as mais relevantes) se apresentaram e foram enfrentadas no período de 1981 a 1984.

A presença da ANDES na construção do "novo sindicalismo": uma atuação politicamente acertada e historicamente frágil?

As fragilidades das relações estabelecidas pela ANDES com o "novo sindicalismo" têm como cerne a natureza e as especificidades do trabalho docente, que explicam, em grande parte, por que a categoria, apesar de massificada e assalariada, tem resistências a

se assumir como parte das classes trabalhadoras -e, pois, encontra dificuldades de integrar harmonicamente a dimensão *acadêmica* e a *sindical* - e também porque as demais categorias de trabalhadores sindicalizados a percebem e a assimilam de modo diferenciado.¹⁵

A participação do movimento docente nas primeiras iniciativas de organização mais ampla dos trabalhadores já desvela essas particularidades e fragilidades, que se concretizam nos debates sobre a presença dos professores universitários na I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT).¹⁶ O II CONAD havia decidido que a ANDES se faria representar com sete delegados escolhidos entre os membros da sua Diretoria. Os critérios de participação das AD's definidos pelos organizadores do evento geraram, contudo, insatisfações, dado que a proporcionalidade da representação das AD's das IES públicas prevista era menor que a estabelecida para outros sindicatos e as AD's das IES particulares tiveram a sua representação cortada, sob a alegação de que os seus filiados já estariam representados pelos SINPRO's. Esta exclusão não foi aceita pelos docentes do setor, seja por descaracterizar a dupla representação existente (AD's e SINPRO's), seja porque muitas das AD's se localizavam em municípios não vinculados a sindicatos mas diretamente ligados a federações, além do fato de que a política de sindicalização de várias diretorias de SINPRO's marginalizavam ou mesmo impediam "taxativamente" a sindicalização de professores universitários. Contudo, apesar de o CONAD deliberar firmemente em defesa da participação das AD's de IES particulares na CONCLAT e das gestões da Diretoria da ANDES no sentido de se redefinir a forma de representação dos professores universitários no evento, os critérios originais foram mantidos (cf. Boletim Nacional da ANDES, nº 4, e Cadernos ANDES nº 5, 1987, p.12).

Além dessa frustração inicial, os segmentos mais politizados do movimento docente revelaram-se insatisfeitos com a condução e os resultados do debate ocorrido no seu próprio âmbito. O documento *O I Congresso: um Momento Decisivo*, elaborado pela força hegemônica (a "Força Estranha") e divulgado no *I Congresso Nacional* da entidade, chama atenção para a despolitização gerada pela confusão entre *unidade* e *indiferenciação*, resultante do escamoteamento das divergências em nome da unidade, considerando que

¹⁵ Considero, também, que a superação dessa dificuldade requer, como condição indispensável, a própria superação da tendência às práticas vanguardistas (embora cuidadosas e respeitadoras das instâncias democráticas do movimento), exercidas pelos dirigentes e "lideranças intermediárias" da ANDES-SN.

¹⁶ Esta Conferência foi convocada por cerca de 200 entidades sindicais de todo o país e se voltava para o esforço de criação de uma Central Única de Trabalhadores (Boletim Nacional da ANDES, nº 4). Chama a atenção, em seu amplo temário, a ausência do debate sobre Educação, que evidencia o quanto a luta por este direito elementar se tornou historicamente secundária para os trabalhadores brasileiros, premidos por vicissitudes básicas de sobrevivência física e material. Nesta fragilidade das demandas pelo direito elementar à educação reside uma das razões externas das dificuldades de inserção orgânica efetiva da ANDES no conjunto do movimento sindical, que pretendia se dar, principalmente, através da formulação de reivindicações e propostas de ação no campo da política educacional.

esta confusão foi mantida pelo fato de a Diretoria da ANDES não viabilizar a discussão da pauta da CONCLAT: "[...] o II CONAD [foi] constrangido a definir uma *participação quase que formal* no mais importante evento sindical do país nas últimas décadas. Limitando-se a defender tão somente questões específicas da categoria, *absteve-se de participar da construção da entidade nacional dos trabalhadores*" (Documento O I Congresso..., 1981; grifos meus).

Dentro dessas limitações, a ANDES participa da I CONCLAT e valoriza o evento. No Boletim Nacional nº 5, é apresentada uma síntese bastante positiva e animadora do significado e da importância do mesmo, demonstrativa da afinação predominante dos seus dirigentes com as concepções e perspectivas de articulação classista, orgânica, das classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo em que informava as bases sobre o acontecimento, o texto salientava a pertinência da inserção da ANDES no conjunto das entidades sindicais de trabalhadores, o que era realçado pelo destaque à "expressiva presença de entidades de profissionais de formação universitária, categorias que só recentemente [vinham] se manifestando através de seus Sindicatos" (Boletim Nacional da Andes, nº 5, 1981).

No I Congresso Nacional da ANDES deliberou-se, sem quórum regimental - o que pontua a fragilidade do respaldo interno a essa decisão - pela participação das AD's e da ANDES nos ENCLATS e II CONCLAT, requerendo-se o direito aos mesmos critérios adotados para os demais trabalhadores, inclusive para os representantes de ADs de IES particulares. A articulação com a Comissão Pró-CUT, com o funcionalismo público e com os professores de 1º e 2º grau (Confederação dos Professores do Brasil - CPB) foi também aprovada, incluindo-se aí o esforço de ativação da Comissão ANDES/CPB/Confederação dos Servidores e de debates sobre o tema nas AD's (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p. 8). A participação do movimento nos ENCLAT's e CONCLAT é incentivada pela Diretoria, tendo em vista a "defesa das bandeiras sindicais da categoria" e a sua contribuição específica para o *aprofundamento da discussão sobre o Setor Educacional*, sendo dada especial ênfase à Campanha em Defesa do Ensino Público e Gratuito" (Boletim Nacional da ANDES, nº 8, 1982; grifos meus).¹⁷

Esta orientação política traduz bem o esforço de inserção dos dirigentes da entidade no sentido de afirmar a singularidade deste sindicalismo de intelectuais, ao buscar o equilíbrio entre as suas dimensões *acadêmica* e *especificamente sindical* mediante o levantamento de bandeiras e proposições no campo da educação. Ao mesmo tempo,

¹⁷ Dentre as iniciativas tomadas pela Diretoria, destaca-se a de "enviar veemente repúdio aos critérios de representação deliberados para o CONCLAT/82, reivindicando uma revisão dos mesmos no sentido de fortalecer a representação das bases sindicais e de possibilitar a participação das AD's de IES particulares e fundações" (cf. Boletim Nacional da ANDES nº 8 e Cadernos ANDES nº 5, p. 8).

tentava-se superar os limites decorrentes desta singularidade, como mostra o documento elaborado pelo Vice-Presidente da ANDES, Flávio Valente, divulgado neste mesmo Boletim:

"Apesar de termos participado, enquanto ANDES e AD's, na preparação e na realização dos ENCLAT's e da CONCLAT, a nossa intervenção política enquanto categoria foi bastante tímida nestes eventos. Em parte, este fato pode ser atribuído ao nível ainda incipiente de articulação do Movimento Docente com o movimento trabalhador em geral. Por outro lado, a falta de maior debate sobre a I CONCLAT no seio do movimento não contribuiu nem um pouco para uma melhor atuação das AD's e da ANDES na CONCLAT. O CONAD de Salvador refletiu muito bem esta indefinição. Lá deliberamos que a ANDES se abstinhasse nas questões políticas a serem discutidas [...] que se caracterizavam como polêmicas. Isto transformou nossos delegados durante grande parte do encontro em simples observadores" (Cadernos ANDES nº 5, 1987, pp. 9-10; grifos meus).

Visando à preparação para o congresso de criação da CUT, este documento trabalhava a questão das particularidades dos setores institucionais dos docentes, reiterando a tentativa de articulação de suas demandas internas e externas em torno das questões da educação. Depois de reconhecer que os docentes das autarquias representavam a grande maioria dos associados da ANDES e de afirmar que isto se devia a terem "condições relativamente melhores de trabalho por não estarem *diretamente submetidos à lógica do capital*", a usufruírem de uma "relativa liberdade de crítica e organização" e de uma "relativa estabilidade", além de serem submetidos a um só patrão,¹⁸ Valente ressalta a importância da unidade da categoria dos professores universitários como um todo:

"Enquanto categoria, temos que nos defender contra as tentativas de universalizar as relações e condições de trabalho existentes hoje na maioria das IES particulares e em algumas das fundações; temos que lutar pela reversão deste quadro. Essa luta é, por um lado, a defesa de nossos direitos enquanto trabalhadores e assalariados e, por outro, é a defesa de um mínimo de condições necessárias para que o nosso trabalho possa ser cumprido de forma satisfatória. Temos, enquanto categoria, de lutar por uma Educação de qualidade, independente de interesses empresariais, democrática em todos os seus aspectos e, por isto tudo, pública e gratuita. É dentro dessa perspectiva que o I Congresso da ANDES definiu como eixo central para o movimento a defesa do Ensino Público e Gratuito. O Ensino Privado, a nível da Universidade, é incompatível com boas condições de trabalho para os docentes e com uma educação de qualidade para a população" (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p. 11).

Este eixo central deveria nortear a inserção orgânica, efetiva, da ANDES no conjunto do movimento sindical brasileiro: "[...] nossa luta se articula [...] com a luta dos trabalhadores tanto a nível político como a nível sindical, entendendo-se inclusive estas distinções como meramente formais. O importante neste momento é *fortalecer nossos vínculos reais* com o movimento trabalhador, lembrando que [...] *na prática todos os eixos de luta do Movimento Docente estão incluídos nas resoluções oficiais da I CONCLAT*" (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p.11; grifos meus).

¹⁸ Rever, neste sentido, as considerações sobre o "caráter produtivo" do trabalho docente, no capítulo 1.

Com este entendimento, Valente trabalha ainda - possivelmente em função da autocrítica à forma pouco clara de condução política do movimento - a relação entre o *específico* e o *geral* das lutas sindicais a serem travadas naquela conjuntura, visando avançar na obtenção de conquistas para as classes subalternas e, portanto, alterar a relação de forças a seu favor:

"Logicamente, o Movimento Docente, com sua mobilização específica, conseguirá fazer avançar o nível de conquistas, e as greves das autarquias de 1980 e 1981 nos mostram isso. No entanto, alguns avanços só virão com a nossa maior articulação com outros setores da classe trabalhadora [...] e com toda ela, no caso da luta pela Estabilidade de Emprego, Liberdade de Organização, Ensino Público e Gratuito, Democratização da Sociedade Brasileira etc. Precisamos entender que a articulação de nossa luta, hoje, com o conjunto da classe trabalhadora, não é uma artificialidade ideológica espúria motivada por um desejo de identificação. Hoje, como resultado da política econômica e educacional do governo, somos trabalhadores do ensino, e grande parte de nossas reivindicações básicas, sejam elas de cunho profissional, sindical ou geral, só serão conquistadas no bojo da luta dos trabalhadores" (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p.11; grifos meus).

Após esse chamamento à categoria no sentido de se assumir como parte da "classe trabalhadora" - que marcará todos os esforços da direção majoritária no movimento docente em suas iniciativas de inserção no movimento sindical -, o documento de Valente elenca as reivindicações fundamentais que deveriam ser defendidas pelos professores no II CONCLAT, as quais "coincidem com as deliberações da I CONCLAT", a saber: *Direito ao Trabalho* (estabilidade de emprego, liberdade sindical, direito de greve, convenção coletiva de trabalho com unificação de reivindicações e datas-base, salário profissional); *Sindicalismo* (liberdade e autonomia sindical, direito de sindicalização dos funcionários públicos, criação da CUT); *Saúde e Previdência* (contra o "pacote da Previdência"); *Política Salarial* (reajuste semestral, reajuste de pelo menos 100% do INPC mais produtividade, extensão do reajuste semestral e do 13º salário aos funcionários públicos, unificação das datas-base por categoria e a nível nacional, efetiva liberdade de negociação direta do índice de produtividade e outras vantagens; estabilidade plena no emprego a partir da contratação); *Política Econômica* (incentivo à pesquisa voltada aos interesses e necessidades dos trabalhadores, exigência de Plenas Liberdades Democráticas com o fim do governo militar); *Problemas Nacionais* (revogação da LSN, anistia ampla, total e irrestrita, pela liberdade de expressão, informação e reunião e de organização partidária, pelo Ensino Público e Gratuito em todos os níveis).

O documento registra ainda a permanência das discordâncias entre a ANDES e os organizadores do II CONCLAT acerca da representação dos professores universitários e afirma que o papel do movimento é "pressionar em todos os níveis para que sejam alterados estes critérios diferenciados que ferem diretamente o direito de representação de nossa categoria" (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p.12). Este problema é emblemático das

dificuldades de inserção dos docentes das IES brasileiras no conjunto do movimento sindical: ao mesmo tempo em que tentava sensibilizar as "bases" no sentido de que assumissem a sua condição de trabalhadores, a direção da ANDES se deparava com restrições formais à plena representação da categoria organizada nos CONCLAT's.

Dando continuidade a esses esforços de definir e consolidar, interna e externamente, as relações do movimento docente com o movimento sindical, o *II Congresso Nacional da ANDES* (1983) vai reiterar as análises e encaminhamentos fundamentais adotados pela entidade acerca da questão, ao mesmo tempo em que reafirmará *a sua identidade e as possibilidades de sua contribuição específica* ao conjunto dos trabalhadores:

"A ANDES, uma das primeiras entidades nacionais de trabalhadores, se insere na mesma experiência histórica de organização autônoma a partir dos locais de trabalho [...] que fundamenta a construção da CONCLAT e da Pró-CUT. Experiência com que deve interagir de modo ativo, inclusive enriquecendo-a com sua eficácia organizativa, demonstrada não só em 3 greves nacionais conduzidas de forma organizada, mas também por representar em conjunto os professores da rede pública e privada de ensino de 3º grau. Como setor nacional diretamente envolvido e mobilizado em torno das questões de educação em nosso país, pode representar contribuições do maior significado para os problemas da política educacional enfrentados pelos trabalhadores em seu movimento" (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p. 15; grifos meus).

Os professores reunidos no *II Congresso Nacional da ANDES* consideraram, em suma, a participação da ANDES no *II CONCLAT*¹⁹ e a sua representação na CUT "um dos aspectos mais importantes envolvidos na questão da necessária integração efetiva dos trabalhadores brasileiros", necessidade esta acentuada pela *conjuntura de crise da sociedade*, que apontaria para um "acirramento das contradições sociais e, provavelmente, [para] o crescimento dos movimentos reivindicativos" (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p.16).

No *VII CONAD* (1983), as avaliações dos resultados dessas estratégias levam à insistência na efetivação de uma presença mais forte do movimento na Comissão Nacional Pró-CUT e na CONCLAT, assim como na necessidade de uma participação ativa das AD's nos ENCLAT's e nas Intersindicais estaduais e municipais, referenciada sempre pelo objetivo de "intervir no debate sobre as questões gerais do movimento e contribuir para a elaboração de trabalhos específicos do setor educacional". Delegando à Diretoria a função de indicar os representantes da ANDES no evento, este CONAD também continua discordando das restrições regimentais à plena participação dos docentes universitários, mas *posiciona-se* favorável à manutenção desse regimento, por entender que ele "expressa uma correlação de forças no quadro de uma conjuntura de dissensões" e que a tentativa de alterá-lo poderia significar "a diluição da Comissão Nacional Pró-CUT e o enfraquecimento

¹⁹ Este evento foi adiado para 1983, devido a "problemas políticos internos, aliados à conjuntura eleitoral de 1982".

do movimento dos trabalhadores" (Boletim Nacional da ANDES, nº14, 1983; Cadernos ANDES nº 5, 1987, pp. 16-17).

Cumprindo deliberação do *II Congresso*, a Diretoria da ANDES participa da Comissão Nacional Pró-CUT, fazendo-se representar pelo Vice-Presidente Regional de São Paulo, Aloízio Mercadante Oliva. Segundo seu próprio relato, uma das principais questões que polarizavam o movimento sindical naquele momento era, além da própria criação da CUT e da greve geral prevista para junho, a dos *critérios de representação das entidades sindicais*: algumas Federações queriam que as Associações não tivessem direito a voto, esboçando-se a tendência de ampliar a participação das Federações e de preservar o direito de participação das Associações. A ANDES, evidentemente, interveio reforçando a preservação desse direito, sem o qual "todo o funcionalismo estaria fora do II CONCLAT"²⁰ (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p.17).

Além da firmeza desses posicionamentos, a ANDES continuava insistindo na importância da unidade das classes trabalhadoras, sobretudo em virtude do avanço da intervenção imperialista, que "deix[ara] de ser uma figura de retórica [...] para se tornar elemento do cotidiano, das manchetes dos jornais às conversas dos bares [...]. Caber[ia] mostrar que a unidade dos trabalhadores [também] poderia deixar de sê-lo" (Cadernos ANDES nº 5, 1987, pp. 18 e 19).

O Boletim Nacional nº 15 dedica grande espaço a essa questão, tendo em vista o "racha"²¹ que se prenunciava no interior do movimento sindical brasileiro, em sua tentativa de construção de uma central única. No editorial "*O Dificil Caminho da Unificação*", depois de denunciar os mecanismos opressores e discriminatórios de "administração da crise" capitalista, os dirigentes da ANDES são enfáticos ao afirmar que "a unidade dos trabalhadores deixa de ser uma questão ideológica para tornar-se a única alternativa de sobrevivência" [...], a única chance de vitória na luta de defesa contra o massacre econômico" (Boletim Nacional da ANDES, nº 15, 1983).

Ao mesmo tempo em que apelava para a reconstituição de uma "unidade mínima" dos trabalhadores argumentando ao nível econômico-corporativo da luta de classes, o editorial enfatizava a importância da preservação da própria *integridade* da entidade nacional dos

²⁰ Durante todo este período e coerentemente com o seu intento de construção da unidade (interna ao movimento e das classes trabalhadoras como um todo), os representantes da ANDES, dentro dos limites e fragilidades apontadas, atuam na perspectiva dessa construção. Abrir mão da insistência em alterações regimentais do II CONCLAT é uma postura ilustrativa desse intento, que subordina, inclusive, os interesses do movimento aos interesses "mais gerais" das classes subalternas. Essa mesma postura está presente na divulgação e chamamento à participação dos docentes na greve geral de 25 de junho, convocada pela Comissão Nacional Pró-CUT.

²¹ As divergências que levaram à realização do CONCLAT em São Bernardo e do CONCLAT de Praia Grande, responsáveis pela criação de duas Centrais Sindicais, são por demais analisadas na literatura existente a respeito, razão pela qual se faz desnecessário reconstituir este processo de cisão.

docentes, face às divisões que se acentuavam no interior do sindicalismo brasileiro. Integridade essa atestada não só pelo fato de a ANDES ser uma entidade forte, porque organizada a partir dos locais de trabalho, mas, principalmente, porque "abriga[va] professores de todas as concepções políticas, não se partidaria[ra] e não opt[ara] por essa ou aquela fração do movimento". Assim sendo - concluía o editorial - a ANDES deveria participar do CONCLAT a se realizar em São Bernardo do Campo, bem como de "outro Congresso que [viésse] a ser realizado" para, "[...] no interior dos congressos, somar-se a todos aqueles que ainda entend[iam] que a unidade é necessária e que cabe aos trabalhadores exigir de suas lideranças a concretização da única força capaz de impedir uma derrota econômica e política de proporções históricas: a unidade da luta do movimento sindical" (Boletim Nacional da ANDES, nº 15, 1983).

Com esse objetivo, os dirigentes da ANDES divulgaram, nesse Boletim, um dossiê sobre a "polarização no movimento sindical" - um "painel sobre as divergências surgidas com relação à realização do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, a partir dos principais documentos sobre a questão" -, entendendo que "os professores [tinham] o direito de saber dos acontecimentos e formar suas próprias conclusões". Neste dossiê, ficava claro o endosso da entidade às decisões e encaminhamentos da Comissão Pró-CUT e sua defesa da unificação do movimento.²² Diante da iminência de "racha" do movimento sindical e da realização de dois CONCLATs, a Diretoria da ANDES anunciou também que, caso falhassem em definitivo as gestões para evitá-lo, a entidade deveria "participar dos dois para levar [a] posição de não opção por uma ou outra facção e de luta pela unicidade da organização, seja qual for a qualidade em que se der essa participação (efetiva ou observador)" (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p. 25).

Este posicionamento refletia, na verdade, o cuidado em respeitar as divergências a este respeito na própria militância do movimento docente. É neste sentido que deve ser lida a solicitação às AD's de que discutissem e se posicionassem a respeito, enviando recomendações à Diretoria, acompanhada do destaque à necessidade de preservar a "unidade interna da ANDES, que tem conseguido abrigar companheiros de todas as posições políticas".

Apesar desse empenho, as negociações não evitam o "racha", fechando-se o espaço de ação pela unidade no âmbito do que sobrou da Comissão Pró-CUT. Face a esta situação irreversível, que descaracterizava a própria Comissão, na medida em que "expressivo número de sindicatos" (os que organizavam o CONCLAT de São Bernardo)

²² Mesmo abstendo-se de votar pelo adiamento de 60 dias do evento (por não concordar com os seus "termos"), a ANDES assume a decisão da Comissão, "como base de discussão para se tentar chegar a um acordo de todos, incluindo os companheiros que mantêm com firmeza a data de 26, 27 e 28 de agosto, na esperança de que contraponham uma nova data" e entendendo ser "melhor para todos os trabalhadores a realização de um só CONCLAT, levando para dentro dele as discussões e divergências", integrando uma Comissão de Negociação com este fim, em que se fazia representar pelo seu presidente, Luiz Pinguelli Rosa.

deixam de comparecer às reuniões, a representação da ANDES opta por não participar de nenhuma das articulações, "já que o movimento sindical fracion[ara-se] pública e notoriamente". Sendo impossível convocar uma instância deliberativa da ANDES antes da realização do CONCLAT de São Bernardo, é mantida a decisão de participar deste evento e de "outro que venha a ocorrer" (Cadernos ANDES n° 5, 1987, pp. 26-27).

No VIII CONAD (outubro de 1983), o movimento decide por participar do CONCLAT de Praia Grande, convocado para dezembro, mas com posicionamentos claros: (a) manifestação de protesto pela modificação do artigo 8° do regimento (que permitia a participação de categorias cujas diretorias das respectivas entidades se negassem a convocar assembléias para eleição de delegados, através de assembléias devidamente fiscalizadas pelas Intersindicais); (b) defesa da "necessidade de unificação concreta do movimento sindical como condição essencial para a resistência dos trabalhadores às medidas de arrocho da política econômica"; (c) intervenção pela não criação de uma nova central, evitando o aprofundamento da fratura do movimento sindical; (d) defesa do entendimento entre as lideranças das duas articulações (Boletim Nacional da ANDES, n° 16, 1983; Cadernos ANDES n° 5, 1987, pp. 27-28). Além desses posicionamentos, decide-se também encaminhar ao III Congresso Nacional da ANDES a discussão e deliberação sobre a *filiação da entidade a uma central sindical*, devendo a mesma, até lá, relacionar-se tanto com a CUT criada em São Bernardo quanto com a Comissão Organizadora do CONCLAT de Praia Grande e com a forma organizativa dele resultante, "como legítimas e representativas do movimento sindical brasileiro". A mesma delegação indicada para comparecer ao CONCLAT de São Bernardo é mantida como representativa da ANDES no CONCLAT de Praia Grande, acrescida de novos delegados para completar as oito vagas a que, pelos novos critérios de participação, a ANDES tinha direito²³ (Cadernos ANDES n° 5, 1987, p. 28).

O Boletim Nacional da ANDES n° 17 divulga relatório da Diretoria sobre a participação dos delegados da ANDES no CONCLAT de Praia Grande.²⁴ Dentre as resoluções mais importantes, são destacadas: a criação de uma Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, a realização de um novo Congresso (amplo) dentro do prazo de dois anos, a possibilidade de preservação das intersindicais estaduais como espaço de encontro das duas frações do movimento sindical e a unificação das lutas em torno de um plano de ação concreto.

²³ Esta delegação, anteriormente composta pelos professores Luiz Pinguelli Rosa, Wolfgang Leo Maar, Carlos Martins e Flávio Valente, foi ampliada com os professores Newton Lima Neto, Edmundo Fernandes Dias, Roberto Martins, Emmanuel Appel e Aloízio Mercadante (como suplente) (cf. Boletim Nacional da ANDES n° 16, 1983).

²⁴ Estiveram presentes como delegados os professores Pinguelli Rosa, Wolfgang Leo Maar e Carlos Martins e, como observadores, os professores Flávio Valente e Newton Lima Neto, além de duas diretoras que representavam suas ADs. Delegações de 15 AD's de IES federais e estaduais também compareceram (cf. Cadernos ANDES n° 5, 1987, pp. 29-30). Relatando a dificuldade inicial de credenciamento dos representantes da entidade, que foi superada através de pressões e protestos junto à Comissão Organizadora, o relatório informa sobre reuniões diárias dos delegados das AD's e da ANDES visando a definir uma "linha geral de atuação em prol da unificação dos setores de Praia Grande e São Bernardo".

Segundo o relatório, o poder de interferência da ANDES na perspectiva da unificação revelou-se frágil: embora não tenha sido criada outra Central neste momento²⁵, sua proposta de que esse novo Congresso fosse unitário (em conjunto com a CUT criada em São Bernardo) sequer chegou a ser discutida. A entidade também não conseguiu a aprovação da proposta de que esse evento se realizasse dentro de um ano, para "acelerar o processo de reunificação e implementar melhor as lutas sindicais nesta fase de crise". Por sua vez, a manutenção das intersindicais estaduais (sem a organização de coordenações estaduais) foi aprovada em termos, sendo a unificação das lutas "em princípio admitida, mas não claramente concretizada em uma resolução explícita" (Boletim Nacional da ANDES, nº 17, 1983).

O relatório constatava como inegável o predomínio, no "setor de Praia Grande", de uma "visão institucional" do sindicalismo, valorizadora da hierarquia confederações-federações, conforme com a estrutura legal vigente, e "ostensivamente excludente de qualquer organização não enquadrada nesta ordem legalista, mesmo as organizações representativas e combativas", o que explicaria o "mal tratamento" dado à ANDES e às AD's.²⁶ Segundo a interpretação que circulou, a ANDES estaria sendo "queimada" por ter comparecido ao CONCLAT de São Bernardo e se ausentado da reunião que convocou o CONCLAT de Praia Grande, à qual enviou apenas uma carta com a sua posição. Para os delegados da ANDES, porém, era perceptível a hostilidade desta fração do movimento com todas as associações, razão pela qual "nenhum espaço foi aberto à ANDES, totalmente segregada de conversações, entendimentos ou consultas de lideranças". Diante desses fatos, a Diretoria conclui o relatório manifestando a preocupação de que "se cristaliz[asse] a existência da CUT de um lado e da Coordenação [então] criada de outro. Mesmo que se realiz[assem] entendimentos de cúpula entre essas partes [...] e que result[assem] ações comuns unificadas positivas, esta não [era] a forma democrática e participativa de movimento que defendemos" (Cadernos Andes nº 5, 1987, p. 31).

Estavam em jogo, na verdade, as fundas divergências de concepção e prática sindical presentes desde sempre no renascer orgânico das classes trabalhadoras. Tais divergências se materializavam nas ações articuladas das diferentes "tendências" político-partidárias que capitanearam a criação tanto da CUT quanto da CONCLAT e que continuam dividindo as Centrais Sindicais hoje existentes, sem falar das divergências no interior da própria CUT. Possivelmente, ao abstrair a radicalidade dessas divergências e a força das "tendências" e

²⁵ O relatório considera a criação de uma Coordenação "melhor que uma nova entidade", mas havia os que defendessem que a mesma, na prática, tivesse a estrutura de uma entidade (posição derrotada na votação). A ANDES se absteve de votar pela criação dessa Coordenação, por "não ter ficado claro, na ocasião da votação, a natureza desta" (cf. Boletim nº 17, 1983).

²⁶ O relatório afirma que "a própria designação de 'associação' era olhada como suspeita, como um 'paralelismo' sindical condenável, pelos setores mais atrasados ou ligados à burocracia sindical, embora esta não fosse a visão dos mais progressistas" (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p. 31).

suas articulações, com o seu insistente *chamamento à unidade*, os dirigentes da ANDES se isolavam e eram isolados,²⁷ diminuindo assim o seu potencial de intervenção e de inserção concreta, orgânica, no movimento sindical brasileiro tal como se apresentava nesse "ressurgimento". Também externamente, portanto, esse chamamento à unidade se revelou estratégica e taticamente frágil e alimentador das tensões e contradições vivenciadas pela ANDES em sua trajetória histórica.

No *III Congresso Nacional da ANDES* (1984), coerentemente com suas análises de conjuntura, com as avaliações das práticas exercidas e com os posicionamentos que vinham sendo adotados, militantes e dirigentes definem como linhas mestras da sua política sindical: (a) a articulação permanente com as demais categorias de trabalhadores, visando o atendimento às reivindicações gerais (salariais e trabalhistas) e específicas;²⁸ b) a "luta pela unificação concreta e orgânica do movimento sindical em nível nacional através da criação de uma Central Unitária de Trabalhadores, democrática e independente em relação ao Estado e aos patrões" (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p. 33).

O movimento docente considerava que a alteração da relação de forças a favor das classes trabalhadoras passava por ações efetivas voltadas para o desatrelamento e a independência dos organismos sindicais do Ministério do Trabalho. As greves de junho de 1983, inclusive a greve geral do dia 21, teriam demonstrado esta necessidade, *pari passu* ao esforço de organização conjunta de todas as categorias que "sofrem os efeitos da política econômica". Reconhecendo que o "racha" no movimento sindical se devia a divergências fundas quanto ao encaminhamento das lutas e quanto à própria *concepção de estrutura sindical*, mas se comprometendo a continuar buscando a unificação orgânica dos trabalhadores numa Central Única, o Congresso encaminhava o aprofundamento dessa discussão na "base", ressaltando, mais uma vez, a singularidade da ANDES e o seu papel nesse espaço e nessa busca:

"O movimento docente deve aprofundar a discussão sobre o caráter das divergências entre as duas grandes articulações sindicais, hoje expressas na CUT e na CONCLAT e, particularmente, sobre o significado e o papel da própria ANDES enquanto entidade nacional organizada a partir dos locais de trabalho, com uma estrutura democrática e autônoma em relação ao patronato e a quaisquer organismos estatais. Deve ainda fazer ver que é exatamente graças a estas características que tornou possível o trabalho conjunto de companheiros com as mesmas posições políticas e concepções sindicais que não encontraram

²⁷ Considerando que a força majoritária no movimento docente se identificava com as concepções sindicais do "setor de São Bernardo", essa insistência na unidade em si mesma pode ser lida tanto como uma opção política de intervenção no espaço sindical (que preservava a "unidade interna"), quanto como uma postura de "intelectuais sindicalizados" que, com essa credencial, possivelmente entendiam poder atuar nesse espaço se colocando "acima" do jogo e das relações internas de força das "tendências" político-partidárias em oposição e conflito.

²⁸ Subentender a luta educacional como específica da categoria - a ser ampliada para o conjunto dos trabalhadores - indicava, a um só tempo, o reconhecimento do real e o desejo de construir a utopia de uma nova educação e sociedade, como traço político fundamental da entidade.

ainda, no movimento sindical, as condições de convivência numa mesma estrutura nacional." (Boletim da ANDES n° 18, 1984; Cadernos ANDES n° 5, 1987, p. 36).²⁹

Como encaminhamentos mais concretos, deliberou-se por perseverar na busca de unificação imediata das diferentes posições sindicais em torno das lutas concretas de interesse do conjunto dos trabalhadores; combater as intervenções nos sindicatos e lutar pela imediata reintegração das diretorias cassadas; integrar a luta pelo direito irrestrito de greve e pela plena liberdade de autonomia de organização sindical, e defender a realização, ainda em 1984, de um Congresso Unitário das Classes Trabalhadoras, visando à articulação das lutas nacionais e à reunificação orgânica do movimento nacional (Cadernos ANDES n° 5, 1987, pp. 36-37).

Diante dessa realidade e desses objetivos, bem como da constatação de *não* haver ainda, - apesar de todas as divulgações e orientações políticas já encaminhadas - "suficientes informações e posicionamentos das bases" para que a *filiação à CUT ou à CONCLAT* pudesse "corresponder às [suas] aspirações", o *III Congresso* assume a inexistência de condições para deliberar sobre a questão, conforme demandado pelo *VIII CONAD*.³⁰ Os encaminhamentos decorrentes se aglutinam em dois eixos: o da continuidade das ações concretas no sentido da unificação das lutas imediatas dos trabalhadores (já elencadas) e o da definição de posicionamentos e ações preparatórias das bases para deliberar sobre a "questão sindical".

Neste segundo eixo, decide-se reconhecer a CUT e a CONCLAT como "instâncias nacionais de representação sindical", cabendo à ANDES participar das reuniões promovidas por ou entre essas instâncias como *observadora*, visando à sua unificação no encaminhamento das lutas concretas e à sua unificação formal. Considera-se igualmente importante a participação dos docentes em todas as manifestações contrárias à política econômica do governo e, principalmente, na preparação de uma greve geral nacional dos trabalhadores, além da combatividade na luta pelo direito à sindicalização dos funcionários públicos. A "preparação das bases" para a tomada de decisão sobre a vinculação orgânica a uma das Centrais incluía o encaminhamento às AD's de todos os documentos da CUT e da CONCLAT e a solicitação de sua ampla divulgação; a publicação de revista ou boletim específico sobre "as diferentes concepções do movimento sindical" (incluindo a sua vinculação à Campanha pelas Diretas) e a promoção de debates, pelas AD's, sobre a

²⁹ O auto-reconhecimento dessas características como potencialidades transformadoras se deparava, conforme o resgate já feito, com os limites históricos dados pelas próprias contradições no interior das classes subalternas e do movimento sindical, que se expressavam em diferentes posições acerca de concepções e práticas, também presentes no interior do próprio movimento, demarcando diferenças entre "azuis e pretos".

³⁰ Possivelmente, esta deliberação significava um *adiamento do enfrentamento das tensões internas* a respeito da questão, traduzindo/contemplando também as inquietações dos militantes que, atentos à radicalidade das divergências no interior do movimento sindical brasileiro, desacreditavam no caminho da unidade e defendiam a explicitação interna das divergências, identificando-se inequivocamente com o "setor de São Bernardo".

legislação trabalhista e suas implicações na vida sindical, no interior das universidades, com a presença de lideranças sindicais e políticas, como "forma de ampliar o conhecimento e a articulação dos docentes com os planos sindical, partidário e parlamentar, visando à expressão sindical e política dos interesses dos docentes".³¹

Todo o período que vai de 1981 a 1984 caracteriza-se por esses posicionamentos e gestões, que iluminam as dificuldades internas e externas de atuação da ANDES no movimento sindical, bem como o seu potencial de intervenção nesse espaço vital para o fortalecimento das classes trabalhadoras. O esforço de construção classista da unidade interna e externa e de politização das bases sobre essa questão vai continuar presente na atuação da entidade no próximo período estudado (1985-1988), o que parece explicar os adiamentos sucessivos da decisão da filiação a uma central³² e demonstrar, sob este prisma, que a atuação da ANDES no movimento sindical foi-se revelando politicamente acertada mas historicamente frágil.

O conflito interno entre os setores institucionais : verbas públicas para IES particulares?

O problema da destinação de recursos públicos para IES privadas, que se inscreve no confronto histórico mais amplo entre o *público* e o *privado* no campo da política educacional brasileira,³³ foi, desde o início do movimento, como já frisado, provocador de tensões e desequilíbrios entre os militantes das IES públicas e privadas no interior da ANDES. Tendo como carro-chefe, de um lado, a ação sindical dos docentes das IES federais autárquicas e, de outro, os desafios de um setor quantitativamente majoritário no ensino superior brasileiro, os dirigentes do movimento docente se depararam inevitavelmente com a necessidade de definir e encaminhar "formas unitárias" de enfrentamento dessa realidade, eivada de diversidades e divergências intra e inter setores institucionais envolvidos.³⁴

³¹ Todas essas deliberações, por decisão dos participantes, foram repassadas à CUT e à CONCLAT.

³² Em *O Movimento Sindical em Debate*, Carlos Martins comenta a deliberação do III Congresso Nacional da ANDES, movida pela insuficiência de informação e posicionamento da base: "admitindo que esta posição não seja escudo para evitar definições mas uma constatação realista, cabe perguntar por que uma entidade - um movimento - que realiza quatro greves nacionais e outras tantas localizadas, que acumula indiscutíveis vitórias de caráter trabalhista, que ocupa um espaço significativo no cenário político nacional, tem sido incapaz de oferecer às suas bases a informação necessária ao posicionamento." Para ele, a indefinição ou indiferença do setor das federais autárquicas está na raiz dessa dificuldade, tendo a reflexão sobre o tema avançado mais no setor das particulares e das fundações, que vivem "dilemas concretos (o relacionamento AD-Sindicato, o "paralelismo sindical"), a serem resolvidos no enfrentamento cotidiano das lutas da categoria" (cf. Boletim Nacional da ANDES, nº 19, outubro de 1984).

³³ Sobre este conflito, ver, entre outros: Cury (1986); Paiva (1987) e Buffa (1979).

³⁴ Esse confronto mobilizava, evidentemente, sobretudo os docentes desses dois "setores" institucionais envolvidos. Os professores das IES estaduais e fundacionais parecem ter tido um papel mais "coadjuvante" a este respeito. É preciso ter claro, contudo, que as posições sobre a questão não podem ser mecanicamente associadas ao pertencimento estrito a setores, por se situarem no jogo interno de forças (também dinâmico e mutante) entre "azuis" e "pretos".

No I CONAD, ficara evidente a impossibilidade de haver consenso nos debates sobre os "subsídios para as IES particulares". A questão envolvia aspectos vários a serem analisados, tais como o combate à concessão indiscriminada de verbas públicas para IES particulares que alegassem dificuldades financeiras (o que na maioria das situações constituía endividamento progressivo e baixa rentabilidade financeira das IES para as mantenedoras); a possibilidade de concessão que beneficiasse apenas alunos com dificuldades financeiras, mediante bolsas de estudo não reembolsáveis; o repasse governamental direto, através de agências financiadoras, para programas e/ou atividades específicas vinculadas às IES reconhecidamente de qualidade e de interesse público, entre outros (Boletim Nacional da ANDES, nº 2, 1981).

Os professores reunidos no II CONAD posicionaram-se *contrariamente à concessão de subsídios às mantenedoras*, por serem consideradas verdadeiras empresas privadas que apenas capitalizam ou distribuem aos seus proprietários os recursos obtidos, sem propiciar nenhum benefício concreto para o ensino e a pesquisa nas universidades particulares. Reconhecendo-se, contudo, os "problemas gravíssimos" dos professores e alunos do ensino privado, defendeu-se que *auxílios e bolsas para os estudantes e verbas para a pesquisa somente [fossem] admitidos se repassados diretamente para a comunidade universitária e por ela controlados (idem; grifos meus)*.

Esses posicionamentos não foram suficientes para esclarecer e dirimir as discordâncias de fundo entre os docentes das IES públicas e privadas. A dimensão e a profundidade dos problemas envolvidos na questão eram bem maiores. Tanto é que, neste II CONAD, os docentes do setor das IES particulares apresentaram outras reivindicações e proposições. Salientando que o vínculo dos professores se dava com as mantenedoras, que "interferem permanentemente na vida acadêmica, submetendo-a aos desígnios de sua política administrativa" - eles contestavam essa "presença espúria, contrária aos interesses universitários". Afirmavam que elas eram, na verdade, "mantidas pelos superávits gerados no plano acadêmico", sob formas distintas. Uma vez que o lucro era proibido, esses superávits se tornavam "imobilização não utilizável", convertida em "altos salários de assessores e burocratas, em equipamentos desnecessários e em todo tipo de mordomia". Assim, defendiam a "desmobilização de todo o patrimônio improdutivo", com total separação entre a estrutura administrativa das mantenedoras e das IES; a subordinação do plano administrativo das mantenedoras às necessidades e exigências do plano acadêmico e a vinculação contratual dos professores às IES. Essas reivindicações eram acrescidas da exigência de controle do ingresso, promoção e demissão dos docentes pelo Departamento e por uma comissão de pessoal livremente eleita (respeitando, em última instância, os acordos coletivos de trabalho) e, ainda, da necessidade de eleições diretas para todos os cargos de direção e chefia (Boletim Nacional da ANDES, nº 4, 1981).

O caráter polêmico da questão é noticiado no Boletim Nacional da ANDES nº 5, que menciona, primeiramente, as divergências entre a ANDES e a UNE, considerando natural a existência de posições diferenciadas, desde que não inviabilizassem a "luta principal [...] em defesa da educação, do ensino público e gratuito para todos, por mais verbas para a educação, pela autonomia e democratização da universidade e por melhores condições de trabalho e ensino", reivindicações essas comuns às duas entidades nacionais. Relembrando o "problema gravíssimo" dos estudantes do ensino privado, a ANDES reafirma e defende as posições assumidas no II CONAD,³⁵ que enfatizavam contundentemente as razões pelas quais se deveria combater o repasse de verbas públicas para o ensino privado. Essas razões expressavam o confronto de concepções de educação que opunha o movimento ao governo e aos empresários:

"É uma ilusão pensar que uma maior generosidade do governo dando verbas abundantes aos empresários de ensino resultará em aumento de salários dos professores e em diminuição das anuidades dos alunos. A lógica empresarial é de minimizar os custos (no caso, os salários) e maximizar os preços (no caso, as anuidades). [...] Pensar que é possível controlar o dinheiro em mãos de entidades privadas é ilusório e quem condiciona a doação dessas verbas à sua aplicação exclusivamente em salários de professores não está sendo realista com a dinâmica da iniciativa privada. O que determina os baixos salários é o mercado de trabalho, em que sobram docentes sem ocupação, enquanto o número de alunos por turma é excessivo e a carga horária de cada docente é incompatível com a prática de um ensino sério. Quem manipula essa situação são os proprietários de faculdade" (Boletim Nacional da ANDES, nº 5, 1981).

Resgatadas essas razões de fundo, predominantes entre os docentes das IES públicas federais - e que, por certo, reabrem o debate sobre os posicionamentos do II CONAD - a matéria conclama os docentes para a necessária e possível unidade interna em torno da questão:

"Um ponto em que vemos todos estar de acordo é o da necessidade [de os] professores das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas conquistarem um controle interno maior das suas IES, incluindo a fiscalização da situação financeira e das relações com as mantenedoras. A situação atual é péssima: os professores não têm a necessária participação sequer nas decisões de caráter puramente acadêmico na maioria das IES privadas. Nelas, muitas vezes não há estrutura departamental efetiva, não há colegiados representativos, não há docentes em tempo integral, enfim não há um ambiente universitário. Os estatutos não são respeitados, prevalecendo a CLT que permite ao patrão demitir um ou muitos professores sem dar maiores satisfações à comunidade acadêmica. Ao fim de cada ano letivo repetem-se as demissões generalizadas, com a finalidade de promover o rodízio dos professores, aviltando-os profissionalmente para rebaixar seus salários. [...] Estamos conscientes de que é preciso manter unido o movimento dos docentes. Por isso estamos abertos à discussão desse tema, sabendo-o muito delicado porque toca diretamente os colegas e estudantes do ensino privado. Achamos que a colocação, com toda a clareza e sinceridade, das nossas posições sobre o ensino privado ajudará a construir a unidade sobre bases sólidas e duradouras" (Boletim Nacional da ANDES, nº 5, 1981; grifos meus).

³⁵ São retomados trechos do estudo feito logo após o II ENAD por docentes da ADUFRJ, publicado no seu Boletim e transcrito tanto no Boletim da APROPUC-SP como no Jornal Movimento de 13/4/80 (cf. Boletim da ANDES nº 5, 1981).

Esta unidade sólida e duradoura se revelará inviável, mas os docentes das IES particulares, neste primeiro ano, vão se afirmar no movimento pela sua capacidade de articulação. Além das greves realizadas, foram programados um Encontro Nacional (em Porto Alegre) e outro Regional (em São Paulo), dos quais resultaram propostas significativas, dentre as quais uma *Campanha Nacional contra o Desemprego* (incluindo a luta pela estabilidade, entre outras questões atinentes à carreira), uma *Campanha Salarial Unificada*, conjuntamente com os SINPRO's e a *recomendação, ao GTPE, de que o segundo número dos Cadernos da ANDES tivesse como tema o Ensino Privado no Brasil*.³⁶

Este segundo número dos Cadernos acabou tendo um conteúdo bem mais abrangente que o previsto: a *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*.³⁷ A primeira versão dessa Proposta, aprovada no V CONAD (1982), reitera a posição do movimento sobre a questão do repasse de verbas públicas para IES particulares, referenciada pela defesa de um "padrão único" de qualidade para a universidade brasileira:

"[...] enquanto persistir o ensino superior privado, cabe ao Estado exigir dele que se aproxime ao máximo do padrão único de universidade aqui definido. Entretanto, os recursos para este fim deverão ser captados no capital privado pelas mantenedoras, que devem ser fiscalizadas e obrigadas a cumprir o seu papel de manter as universidades privadas, sem quaisquer fins lucrativos - como, aliás, é formalmente estabelecido e não cumprido. Não deve o Estado fornecer subsídios às mantenedoras, já subsidiadas pelas isenções de impostos, pois a verba pública deve ser destinada ao ensino público e gratuito" (Boletim Nacional da ANDES, nº 8, 1982; grifos meus).

Nova onda de insatisfações se instala entre os docentes do setor privado, que retomam a questão e investem na construção de uma "política de transição" para o movimento, a ser defendida pela entidade nacional. No VI CONAD, essa posição contida na *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira* é contestada por algumas AD's do setor. Consubstanciando os questionamentos feitos, um texto elaborado pela Associação de Docentes e Pesquisadores da PUC-RS tem o mérito de situar a questão no contexto histórico mais amplo da política educacional brasileira.

O texto faz um resgate analítico do processo de privatização do ensino superior (70% dos alunos e quase 50% dos docentes se encontravam, então, vinculados à rede particular) para mostrar que a sua expansão significou, na prática, o endosso (subsidiado) do Estado à privatização do ensino, cujo coroamento se deu com a Reforma Universitária de 1968.

³⁶ Como se verá adiante, essa elaboração ficará a cargo do GT das Particulares, criado especificamente para este fim, o que exemplifica os limites da atuação do próprio GTPE, analisados no capítulo anterior. Merece também destaque o empenho do setor em assumir a defesa da escola pública e outras bandeiras gerais da ANDES, bem como em socializar seus problemas específicos com os demais setores do movimento, numa recíproca que não se revelou com a mesma força. Por sua vez, a proeminência do setor das IES federais autárquicas no movimento e os desafios conjunturais então colocados a este setor fazem com que o III CONAD seja antecipado pela Diretoria e realizado em Brasília, tendo como temas "plano de lutas" e "campanha salarial das IES autárquicas", o que leva a um postergamento das tentativas de debate nacional sobre as questões dos docentes do setor privado.

³⁷ Pelo seu significado e relevância, esta Proposta será abordada como item específico deste capítulo.

Interessada em imprimir maior eficiência às IES através da “máxima produtividade” com um “mínimo de custo operacional possível”, esta Reforma defendera a “desobrigação do Estado em arcar com todas as despesas da educação” e, desta forma, teria incentivado a iniciativa privada mediante “subsídios vultosos que permitiram a criação de grandes *campi* universitários”, posteriormente impedindo as IES, pelo Decreto-Lei nº 574/69, de reduzir a oferta de vagas, de modo a continuar absorvendo a demanda e aliviando as tensões oriundas do movimento estudantil. Com isto, universidades que “chegaram a possuir um orçamento majoritariamente coberto pelos subsídios governamentais passaram a receber menos de 2% desses subsídios”. Ao chamar a atenção para esse movimento do Estado, o texto considera que o retraimento dos recursos públicos, ocorrido principalmente a partir da metade dos anos 70,

[...] colocou sobre os ombros dos alunos a manutenção das IES privadas, através do aumento das anuidades, como fez com que o interesse pela lucratividade viesse a reduzir o corpo docente, seus salários, buscando obter a maior produtividade possível com o menor quadro de pessoal, com reflexos evidentes sobre as condições de trabalho dos docentes e a qualidade de ensino nestas IES” (Boletim Nacional da ANDES, nº 10, 1982).

Essas e outras análises remetem à discussão fundamental sobre a função social da universidade e o seu caráter público (não necessariamente estatal). O texto da ADPUC-RS salienta que, como *instituição social de interesse público*, a universidade deve “estar voltada para as necessidades da sociedade em que está inserida”, o que significa, no Brasil, capacitar para “uma visão real e crítica da sociedade” e oferecer o “instrumental técnico e intelectual capaz de fazer detectar os problemas da sociedade e agir eficazmente para a sua solução dentro do objetivo maior de construção [...] de uma sociedade mais igualitária e melhor”. Isto só seria possível pelo asseguramento de um padrão único de qualidade, cuja manutenção deveria ser responsabilidade do Estado, garantindo-se a gratuidade do ensino. A discordância entre essa leitura e a posição contida na primeira versão da *Proposta das AD’s e da ANDES para a Universidade Brasileira* é clara:

[...] a proposta de sobrevivência das IES privadas sem o financiamento do Estado, mas buscando recursos pelas suas mantenedoras junto ao capital privado, revela-se absolutamente irreal e incoerente, uma vez que traz como consequência direta a INTERFERÊNCIA DO CAPITAL PRIVADO nacional e/ou internacional nas decisões fundamentais da mesma, determinando a vinculação do saber produzido aos interesses dos investidores e prejudicando os interesses sociais da Universidade” (Boletim Nacional da ANDES, nº 10, 1982; destaque em maiúsculas no original).

O texto adverte, também, para o fato de que esse projeto está embutido na proposta governamental de transformação das IES autárquicas em fundacionais, que havia sido veementemente rechaçado por docentes e discentes da rede pública. E argumenta: “se ele não serve às IES públicas, não serve, com a mesma razão, de solução às IES privadas”:

“ao invés de ampliar o ensino público, esta proposta leva ao fortalecimento da iniciativa privada na educação, não garante a qualidade de ensino, não permite o livre acesso ao ensino superior, elitizando-o ainda mais, não assegura a participação democrática da comunidade

acadêmica na tomada de decisões fundamentais da Universidade, tampouco garante a sua autonomia. E, finalmente, descompromete o Estado com a manutenção do ensino superior” (idem).

Estavam postas, neste documento, as divergências básicas dos militantes das IES privadas com a “posição oficial” da entidade nacional a este respeito. No VI CONAD foi criado, também, um *GT das Particulares*, que passou a refletir sobre esta questão e outras dificuldades próprias do setor³⁸, daí resultando o documento *Padrão Único de Universidade e Verbas na Rede Particular*, apresentado ao II Congresso Nacional da ANDES.³⁹

Este novo documento parte da constatação de que o repasse de recursos públicos para as IES privadas é um dos pontos “mais polêmicos e menos elaborado do processo de discussão do movimento nacional dos docentes” e considera que a ausência de aprofundamento conjunto sobre o mesmo tem gerado dois equívocos: de um lado, propostas que, para garantir o acesso democrático ao ensino superior, acabam reforçando a perspectiva privatizante e empresarial e, de outro, tentativas de barrar a expansão das condições de privatização que ignoram problemas reais e urgentes presentes na realidade da rede privada. Para os seus autores, tal quadro se agravaria se não se assumisse que “a definição e implementação de uma política para o setor privado é parte integrante da questão educacional no país e, portanto, responsabilidade do conjunto do movimento docente”. Tratava-se de “construir uma proposta de transição entre a realidade da privatização de quase 70% da rede nacional de ensino, que não pode ser ignorada, e a busca de um padrão único de universidade, que não é apenas uma perspectiva no horizonte mas o conteúdo concreto das lutas cotidianas de todo o MD” (Ata do II Congresso Nacional da ANDES, Anexo 5, 1982, pp. 1e 2; grifos no original).

A construção dessa política de transição implicava ter a clareza quanto ao significado de *padrão único público e padrão único privado*. Para o GT, o “elemento essencial” da *Proposta das AD’s e da ANDES* estava no “estabelecimento, a partir do poder normativo e fiscalizador do Estado, de um padrão único para a universidade brasileira que elimin[asse] as distorções e o autoritarismo e assegur[asse] uma produção cultural e científica verdadeiramente criadora e conforme às aspirações democráticas da universidade brasileira”, o que só poderia ser atingido pela “transformação e expansão da universidade

³⁸ O Boletim Nacional da ANDES n° 11 relata os resultados da primeira reunião do GT, ocorrida em São Paulo, com a presença de representantes das AD’s da PUC/SP, PUC/Campinas, PUC/Mogi das Cruzes, PUC/GO, PUC/RJ e PUC/RS, que debateram o texto da ADPUC-RS, onde se afirma que “a discussão foi unanimemente considerada a mais rica já realizada no setor sobre este tema”, tendo permitido o “avanço em direção a uma posição praticamente consensual ao nível do Grupo de Trabalho”. Nova reunião é marcada para dezembro, no Rio de Janeiro, tendo como pauta a discussão e aprovação do documento sobre verbas e a discussão de Projeto de Carreira.

³⁹ O GT apresentou, além deste, outros documentos: “Estatuto de Magistério Unificado para as IES Particulares Brasileiras” e uma avaliação do documento da Associação Brasileira de Mantenedoras (ABM) que havia sido encaminhado ao CFE. Tais documentos são considerados suficientes para um debate substancial sobre o setor, dispensando contribuições da Diretoria que, no que se refere às verbas públicas, assume coletivamente as posições definidas pelo setor, tidas como um avanço na elaboração política e também um passo importante para a unificação do movimento (cf. Ata do II Congresso Nacional da ANDES, 1982, p.13).

pública e pela retração da participação do ensino privado”. O Estado não podia se “desobrigar do custeio da universidade pública sem comprometer a sua qualidade”. Era neste sentido que a *Proposta* definia, como princípios sustentadores desse padrão único público: o ensino público e gratuito, a autonomia e democratização das IES e a unificação das condições de trabalho, ensino e pesquisa (*idem*, p. 2).

No entanto, a *Proposta* não especificava o conteúdo desse padrão único, por entender ser isto incoerente com o princípio democrático de delegar à sociedade como um todo a responsabilidade de defini-lo, cabendo aos professores, estudantes e funcionários promover esse processo. Ao mesmo tempo, embora apontasse para a unificação das condições de trabalho, ensino e pesquisa, “não avanç[ava] além [das] orientações previamente discutidas e elaboradas pelo MD, organizadamente”. Por sua vez, o MEC, o CRUB e as mantenedoras, ancorados em uma política de proliferação (aparentemente aleatória) de “tipos” de universidade amparada por uma suposta autonomia universitária, estariam, a rigor e na prática, assegurando o *padrão único privado* e concretizando, de forma escamoteada, o intento de desobrigação completa do Estado com relação ao custeio do ensino superior, mediante a ampliação de oportunidades de investimento para o capital privado (*idem, ibidem*).

Face a esta realidade, a política de transição para o *padrão único público* deveria significar uma *política de desprivatização progressiva das IES particulares*, concretizada pela superação gradual dos “entraves à realização de um ensino entendido como *serviço público* e pela afirmação da preponderância dos critérios educacionais sobre as atividades administrativas”. Tal política deveria orientar e viabilizar a realização de um trabalho que, partindo das diferenças concretas existentes entre as IES, garantisse a “unidade de perspectivas”. Para tanto, apoiar-se-ia na defesa de alguns supostos básicos, norteadores da luta pelo *caráter público e unitário do ensino*:

- *controle público da vida universitária*: gestão democrática e autônoma das atividades pela coletividade, com total independência das mantenedoras; eleição direta para todos os cargos diretivos; redefinição do papel e do caráter dos órgãos colegiados (orientada pelo princípio da paridade entre os três segmentos da comunidade universitária, “sem ignorar as especificidades desses órgãos no que diz respeito à participação de professores, estudantes e funcionários, em função do seu caráter pedagógico e/ou administrativo”) e igualdade de direitos de elegibilidade para todos os professores, independentemente da titulação ou de sua referência na carreira;

- *carreira única nacional*: contratação por regime de tempo contínuo, priorizando a dedicação exclusiva; estabilidade no emprego; concursos públicos para ingresso no quadro; isonomia e irredutibilidade salariais; controle democrático e pleno direito de defesa em casos de demissão;

- *integração entre ensino, pesquisa e extensão*: projeto educacional coerente com a concepção de educação como *serviço público de interesse social*, através de *programas de pesquisa* integrados e subordinados a um projeto pedagógico definido pela comunidade universitária e adequado às necessidades da comunidade a que serve; *projetos de extensão* à comunidade, de interesse social e prioritariamente dirigidos ao atendimento da população; *programas de capacitação docente* com acesso assegurado mediante comissões democraticamente constituídas, com o objetivo de “definir uma política de capacitação adequada ao projeto pedagógico”; *garantia de condições mínimas para a realização da atividade de ensino*, com especificação de um número limite de alunos por sala de aula em função de critérios pedagógicos e não financeiros;

- *inversão da tendência privatizante de expansão de vagas*: *campanhas internas e de esclarecimento público* diante das tentativas e propostas de ampliação de vagas e de instalação ou criação de novos cursos que implicassem o aumento de vagas nas IES particulares; *movimentos organizados* em prol de condições necessárias à ampliação de vagas e cursos nas IES públicas e do imediato preenchimento das vagas aprovadas em IES estatais e não preenchidas por razões políticas ou burocráticas espúrias, a serem nacionalmente denunciadas;

- *empenho efetivo pela melhoria da qualidade do ensino*, de modo a evitar que a desprivatização não favorecesse o “processo demagógico” de algumas reitorias no sentido do aumento de vagas às custas da sobrecarga de horas-aula na dedicação dos professores, da elevação indiscriminada da relação alunos-turma, da criação de cursos incipientes, de períodos noturnos inadequados e sem condições, ou mesmo da abertura de cursos “reconhecidamente desnecessários”, em face da realidade regional ou nacional, nas IES mantidas pelo Estado (Ata do II Congresso Nacional da ANDES, Anexo 5, 1982, pp. 4-6).

Situando essa *política de transição* naquela conjuntura, o documento deixava claro que a concessão de financiamento com recursos públicos, mesmo elevada, não resolveria a crise da universidade: tratava-se apenas de uma medida de transição referenciada pela proposta de padrão único, que buscava equiparar as oportunidades de carreira e desempenho dos docentes das IES privadas e públicas. Realçava também que as mantenedoras, embora privilegiadas com esse financiamento indireto, não teriam possibilidades de intervir na alocação dos recursos, se garantida a sua administração democrática e pública. Caberia pensar, neste sentido, em “contrapartidas obrigatórias” das mantenedoras a cada “financiamento público concedido a órgão sob sua administração” e em critérios de gerenciamento desses recursos que, em caráter imediato e provisório, poderiam se inspirar nos de algum organismo público, como o CNPq.

Com essas ressalvas e sugestões, o GT defendia que os recursos públicos fossem *ampliados* em relação aos níveis então existentes e destinados a programas de pesquisa

vinculados a projetos pedagógicos definidos, a programas específicos de extensão em áreas de interesse social e a programas de capacitação docente integrados nos projetos pedagógicos e subordinados às condições de carreira já apontadas. E concluía afirmando que a obtenção de verbas públicas para as IES particulares tinha, evidentemente, “implicações e desdobramentos políticos e administrativos que deve[riam] ser objeto de exame acurado por parte do MD a partir do II Congresso da ANDES , podendo resultar em algumas alterações da Proposta das AD’s e da ANDES para a Universidade Brasileira, caso o Congresso assim o decid[isse]” (*idem*, p. 6).

Ao apresentar o documento em plenário, delegados do setor das particulares foram mais contundentes: queriam a sua discussão pelo conjunto do movimento nacional e que ele fosse tomado como “referência para a aprovação”, pelo Congresso, de uma “resolução de política do movimento nacional dos docentes para o setor”, como *adendo à Proposta das AD’s e da ANDES para a Universidade Brasileira*, que deveria “sofrer as alterações necessárias em função da coerência com as propostas que venham a ser aprovadas” (*idem*, p.1; grifos meus). Com essas reivindicações, o GT provoca fortes tensões nos encaminhamentos do Congresso a este respeito,⁴⁰ que se resolvem com a elaboração e aprovação de um texto substitutivo ao do GT, contendo os seguintes posicionamentos:

- reafirmar a posição unitária do movimento docente, contrária à captação de recursos públicos pelas mantenedoras;
- defender a implementação do padrão único na universidade brasileira, fosse ela pública ou privada, ou seja, uma “política de transição” que a um só tempo respeitasse os princípios já assumidos pelo movimento e considerasse as bases históricas, reais, do cotidiano do ensino superior no país;
- reafirmar a necessidade de expansão de vagas na rede pública e de congelamento na rede particular de ensino, diante da conjuntura de crise e da estratégia privatizante do MEC;
- assegurar, na “política de transição” para as IES particulares: democratização interna, controle público da vida universitária, carreira docente nacionalmente unificada e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

⁴⁰ O tema foi colocado como primeiro ponto de pauta da Plenária sobre Reestruturação da Universidade e Campanha pelo Ensino Público e Gratuito. A Ata desta plenária registra sérios desentendimentos provocados pela proposta (por escrito) de votação do documento apresentada pelo setor das particulares. Alguns delegados defendem a necessidade de uma definição do Congresso favorável à posição do GT das Particulares como fundamental para viabilizar a integração do setor à luta pela reestruturação, enquanto outros opinam por remeter a discussão às AD’s para posicionamento futuro, dado o desconhecimento prévio sobre o conteúdo do debate e, em outro extremo, outros defendem a impossibilidade de aprovação de alguns itens, que “contêm elementos fundamentais na posição da ANDES referentes ao ensino público”. O impasse gera a criação de uma Comissão para redigir um substitutivo à proposta do setor, que chega a se retirar do plenário, tendo havido inclusive acusações entre um delegado da ADPUC/RS, o professor Boeira, e o presidente da entidade, Luiz Pinguelli Rosa, que levam este último a cogitar de demitir-se do cargo. Acalmados os ânimos, o substitutivo da Comissão é trazido à Plenária e aprovado por ampla maioria (cf. Ata do II Congresso Nacional da ANDES, 1983, pp. 24 e 25).

- admitir a concessão de recursos do Estado para a implementação deste programa de integração, desde que submetidos ao “controle público e democrático da comunidade universitária a que se destinam” e “aplicados exclusiva e diretamente para esses fins, sem nenhuma intermediação das mantenedoras”, devendo ainda os programas específicos de pesquisa e capacitação docente serem “integrados num projeto pedagógico definido pela comunidade universitária e voltado para os interesses do conjunto da população” (Ata do II Congresso Nacional da ANDES, Adendo 2, 1983).

Como se pode depreender da reconstituição do processo de elaboração e defesa desses dois documentos e do seu próprio conteúdo, os militantes do setor das particulares atuaram com presença forte e vontade política de se integrarem na entidade nacional, além de terem inegavelmente contribuído para o aprofundamento e alguns avanços na discussão e proposição de uma política educacional para o ensino superior que, contemplando a realidade desse setor, fosse coerente com o ideário do movimento e compatível com o real (extremamente contraditório) a ser transformado. Os pontos aprovados nesta plenária constituem, sem dúvida, uma conquista do setor e impulsionam todo o movimento a (re)pensar a questão no debate mais amplo (que prosseguia) sobre a própria *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*.

O Boletim Nacional da ANDES nº 12 confirma esses avanços. Ao lado da divulgação das resoluções do *II Congresso*, publica também os resultados de um *Congresso Nacional de AD's Particulares*,⁴¹ envolvendo um trabalho conjunto entre AD's e SINPRO's, em que se valorizava a iniciativa do setor de “criar um grupo de trabalho e produzir avaliações sobre a realidade do movimento *como um todo, provando a sua capacidade de intervir politicamente nas lutas gerais encabeçadas pela ANDES*” e se enfatizava a necessidade de o setor “articular-se politicamente aos demais setores da ANDES e, através disso, garantir o espaço necessário a nível social e político para a expansão de sua organização e mobilização”. Registra-se, também, que o documento da ANDES sobre a universidade brasileira foi criticado “por sua insuficiência no tocante à realidade da rede particular”, entendendo-se que “sem um aprofundamento das realidades setoriais, fica dificultada a definição de uma política de transição para o Padrão Único de Universidade”.

Os militantes do setor das IES privadas admitem, por outro lado, que esse aprofundamento sobre as realidades setoriais era até então muito precário e que a produção do GT representava um passo importante no sentido da superação do desconhecimento recíproco. Com este objetivo, propõem-se a “levar a discussão política que afeta o setor para o conjunto dos docentes”, tomando assim a ANDES a sua

⁴¹ Neste Congresso estiveram presentes 50 professores, representando 12 AD's, praticamente restritas, em sua quase totalidade, às IES privadas confessionais, situadas predominantemente nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

"interlocutora legítima" perante o poder público e o MEC, e a investir na articulação entre a entidade nacional e os SINPRO's "dispostos ao diálogo e à ação comum", visando a fortalecer a mobilização interna e a organização do movimento nas IES particulares. Pretende, com essa estratégia de unidade dentro e fora da ANDES, "chegar à aliança com os demais setores das classes trabalhadoras afetadas pela política do governo de capitulação frente ao FMI" (Boletim Nacional da ANDES, nº 12, 1983).

No que se refere especificamente ao repasse de verbas públicas para as IES particulares, o Congresso das AD's de IES Particulares reitera as críticas já feitas à *Proposta das AD's e da ANDES*, reafirmando as posições defendidas sobre a "política de desprivatização progressiva" e reiterando, também, a condenação ao subsídio direto às mantenedoras, com a ressalva de que "o debate sobre verbas públicas seja tomado no interior do movimento em todas as suas implicações, as quais não se restringem às IES particulares". Nesta perspectiva, pleiteia ainda "uma progressiva reversão no quadro de oferta de vagas, congelando imediatamente as vagas da rede particular e propondo a ampliação das vagas na *rede estadual*, com o conseqüente aproveitamento da capacidade ociosa dessas IES, a implantação de cursos noturnos etc." (Boletim Nacional da ANDES, nº 12, 1983).

O empenho (bem sucedido) dos docentes das IES privadas em lutar pelo seu espaço e pelos seus interesses específicos, tendo como perspectiva a construção, juntamente com os demais setores do movimento, de uma política para o ensino superior brasileiro alternativa à do Estado, revela-se nos debates sobre Reestruturação da Universidade ocorridos no VII CONAD (1983).⁴² Os aspectos fundamentais desses debates foram divulgados no Boletim Nacional da Andes nº 14, que salienta os "saltos de qualidade" obtidos pelo movimento, sobretudo no que se refere à questão do repasse de *recursos públicos para as IES privadas*. Os avanços na definição de condições e critérios para esse repasse foram considerados importantes para a unidade do movimento e para a defesa concreta de um padrão único para as universidades, na medida em que se reiterava, explicitava, desenvolvia e aprimorava a política de "desprivatização progressiva das IES particulares" contida no documento (histórico) do GT e os posicionamentos aprovados no II Congresso (Boletim Nacional da ANDES, nº 14, 1983).

O III Congresso Nacional da ANDES consagra esses avanços ao deliberar que as resoluções já existentes sobre a questão sejam levadas a efeito não só pelas AD's das IES particulares, mas pelo conjunto do movimento docente, cabendo ao GT das Particulares a definição clara de uma estratégia de *implantação* da política de verbas para as IES do setor. Esta estratégia deveria considerar não só as origens e destinação das verbas

⁴² Confirma também esses avanços a promoção pela ANDES, em junho de 1983, na Universidade Santa Úrsula (Rio de Janeiro), de um Simpósio sobre a Universidade Brasileira, cujos resultados foram publicados em livro intitulado "O Público e o Privado, o Poder e o Saber: a Universidade em Debate" (1984).

públicas como também o orçamento financeiro global das IES privadas, assegurando o controle do processo pela comunidade universitária (Relatório do III Congresso Nacional, 1984, pp. 14 e 21).

O enfrentamento dessa tensão entre os setores institucionais do movimento docente foi, portanto, árduo e conflituoso, mas bem mais profícuo que os esforços da ANDES de inserção no movimento sindical. Tudo levava a crer que a *unidade interna entre os setores* teria se consolidado na prática, fortalecendo um traço essencial da identidade do movimento docente: a representação efetiva do conjunto dos professores universitários brasileiros. O quadriênio seguinte (1985-1988), porém, colocará o movimento diante de impasses, redefinições e recuos que em muito contribuirão para o refluxo dos docentes do setor das IES particulares, segundo os entrevistados. Por outro lado, os passos dados na construção e divulgação da *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*, no período estudado, a despeito das tensões e conflitos enfrentados - e das limitações desse processo, em sua forma e conteúdo -, contribuíram decisivamente para a afirmação das ações da ANDES como um sindicato de intelectuais.

A PROPOSTA DAS AD'S E DA ANDES PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA: AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE

Ao canalizar esforços para a construção de uma *Proposta para a Universidade Brasileira*, a ANDES investia não só na unidade interna do movimento e na sensibilização das "bases" para essa construção, como também na demonstração pública de sua capacidade de intervenção na realidade educacional brasileira. Respaldando-se na credibilidade obtida pelas lutas já realizadas, os militantes e dirigentes da entidade nacional, contrapondo-se ao Estado e aos empresários da educação, respondiam ao desafio da reestruturação da universidade com a apresentação, ao MEC, da primeira versão do seu *projeto de universidade* para o país.

Para que se possa melhor apreender o alcance e o significado histórico dessa iniciativa no sentido da *afirmação da identidade da ANDES*, é necessário contextualizá-la no período em estudo, precisando tanto o seu conteúdo e os seus intentos fundamentais quanto as repercussões internas e externas desta iniciativa, que traduzem, no conjunto, a vivência contraditória, pelo movimento, de sua própria concepção de política educacional.

A Proposta em sua contextualidade: intentos e conteúdos fundamentais

Os princípios norteadores desta *Proposta* foram aprovados no V CONAD (1982).⁴³ A discussão foi subsidiada pela realização de dois simpósios sobre o tema, imediatamente

⁴³ O documento resultante - ou a *primeira versão* da *Proposta* - foi redigido por uma Comissão designada pelo plenário, composta por docentes de todos os setores institucionais - professores Aloízio Mercadante de Oliva

anteriores a este evento. Pretendia-se, com a sua exposição à opinião pública e com o seu encaminhamento ao governo, afirmar a capacidade de intervenção crítica do movimento na política educacional e, ao mesmo tempo, garantir o debate democrático sobre a *reestruturação da universidade*, forçando o governo a sustentar os compromissos já assumidos com a ANDES:

“O objetivo deste documento é levar ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), ao Governo e à opinião pública a posição crítica dos professores sobre o ensino superior no país e as suas propostas concretas para a Universidade Brasileira, em resposta à proposição do MEC [...] A expectativa dos professores [...] é de que o mesmo seja efetivamente levado em consideração pelo Governo, conforme publicamente se comprometeu o Ministro da Educação em discurso ao Conselho Federal da Educação, em novembro de 1981. Esperam ainda que nenhuma medida de reestruturação da universidade seja tomada pelo Governo, nem mesmo aproveitando os pontos aqui propostos, sem ser submetida ao mais amplo debate com a Comunidade Universitária, nela incluídos estudantes, funcionários e professores e sem que seja discutida e aprovada por votação no Congresso Nacional” (Boletim Nacional da ANDES, nº 8, 1982).

A primeira parte do documento, intitulada *A Universidade, seu Papel e a Crítica da Situação Atual*, traduz as concepções da ANDES sobre a universidade: “instituição social de interesse público, independentemente do regime jurídico a que se encontra submetida e da propriedade do patrimônio material a que se vincula”. Este caráter público se materializa pela “*capacidade de representação social, cultural, intelectual e científica*” - somente possível pela garantia de uma produção científica crítica e inovadora -, respeitando-se a *diversidade* e o *pluralismo* existente no interior das IES. Em consequência, não lhe caberia “apenas preencher uma função de reprodução de estruturas, relações e valores”, mas também integrar “*elementos que possam constituir questionamentos críticos*”, indispensáveis para torná-la “um dos fatores dinâmicos na evolução histórica da sociedade”(Boletim Nacional da ANDES, nº 8, 1982).

A defesa do *pluralismo* e do *livre exercício de uma produção intelectual questionadora e crítica* representava, na conjuntura ainda ditatorial de 1982, não apenas a luta pela democratização das IES no seu fazer acadêmico mas a busca de concretização da idéia de

(PUC-SP), Eliezer Rizzo de Oliveira (UNICAMP), Flávio Augusto Picchi (UFSCar), Luiz Pinguelli Rosa (UFRJ), Reinaldo Calixto de Campos (UFRJ) e Wolfgang Leo Maar (UFSCar) - e oficialmente entregue ao MEC no dia 30/06/82, conforme data acordada com o Ministro Ludwig durante a greve dos docentes das IFES autárquicas ocorrida em 1981. É com base nesta versão que trabalho os intentos e conteúdos fundamentais da Proposta, cuja apresentação e íntegra das partes 1 e 3, bem como trechos da parte 2 (relativos ao padrão único) foram transcritos no Boletim da ANDES nº 8, de junho de 1982. O debate sobre as questões centrais nela contidas prosseguiu, conforme registrado na nota anterior e, em maio de 1985, a ANDES promove, em conjunto com a FASUBRA e com a UNE, um *Seminário Nacional sobre Reestruturação da Universidade*. No mês seguinte, no XI CONAD (Olinda), com base nessa primeira versão e no acúmulo de discussões existentes, chegou-se a propostas mais conclusivas para a Reestruturação da Universidade Brasileira, que são retomadas em Salvador (6 e 7 de maio de 1986) na *Jornada Nacional pela Reestruturação da Universidade Brasileira*. Como coroamento desse processo, o XIII CONAD (São Paulo, junho de 1986), endossou o documento aprovado em Olinda, com aprimoramentos nos conteúdos referentes à administração acadêmica, do que resultou a 3ª edição (revisada) dos Cadernos ANDES nº 2. A última edição desse Caderno (especial, atualizada e revisada) data de julho de 1996 e, preservando a matriz original, contém os posicionamentos e propostas da ANDES para a universidade brasileira, em face dos desafios da conjuntura mais recente.

universidade como um *espaço público* que, integrando um todo social desigual e contraditório, estruturado em classes, permite e viabiliza o embate de projetos antagônicos de educação e de sociedade. Caberia a este sindicalismo de intelectuais explicitar, dentro dos e alargando os limites conjunturais, o seu projeto, e conquistar, nesse espaço institucional público - através de seus dirigentes e militantes, em articulação com as lutas mais gerais travadas na sociedade -, a hegemonia de suas concepções e práticas transformadoras. Defender essas práticas representava, também, corporificar a concepção e os princípios norteadores da Reestruturação da Universidade pleiteada pelo movimento, no sentido de direcioná-la para o cumprimento democrático da sua função social:

"Assim entendida, a Universidade pode também contribuir à adequação das estruturas do Estado às aspirações democráticas em curso na atual conjuntura do país. Adequação que deve passar necessariamente pela democratização e autonomia da estrutura universitária, como garantias para o desempenho da Universidade enquanto instituição da sociedade. Não é isto que se observa na história recente do Brasil, sobretudo a partir da implementação da Reforma Universitária, imposta com a Lei 5540 de 1968" (Boletim Nacional da ANDES, nº 8, 1982; grifos meus).

Autonomia e democracia (re)afirmam-se, pois, como os princípios motores do movimento docente, como um binômio indissociável que vai nortear a sua ação acadêmica e sindical em busca da construção de um projeto alternativo de universidade e de sociedade, capaz de superar os graves problemas existentes nas redes pública e privada do ensino superior brasileiro. Além de diagnosticar esses problemas, historicizando suas origens, seus autores e suas implicações, o texto desvela e denuncia o *autoritarismo* presente no cotidiano das IES como um sério entrave à viabilização da autonomia e democracia universitárias, bem como o intento governamental de implantação do ensino pago no país, apontado como "um dos pontos de maior conflito entre as proposições do governo e as dos professores, que defendiam a "ampliação das vagas do ensino público e gratuito para todos os estudantes".

O fato de a *segunda parte* da Proposta - *O Caminho para um Padrão Único de Universidade* - ter sido divulgada apenas em alguns trechos possivelmente traduzia a necessidade vivida, naquele momento, de aprofundar as questões e os desafios colocados, sobretudo, pela construção de uma *política de transição* para o setor das IES particulares. Nesta primeira versão, o padrão único era defendido com base no diagnóstico já feito da existência de uma "grave heterogeneidade" no ensino superior brasileiro que, decorrente da "desobrigação orçamentária" e da "omissão didático-pedagógica" do Estado, tendia a aprofundar o processo de privatização enquanto "fator agravante do caráter elitista e excludente do atual sistema". A superação desse quadro impunha a necessidade do "[...] estabelecimento, a partir do poder normativo e fiscalizador do Estado, de um padrão único para a universidade brasileira, que elimin[asse] as distorções e o autoritarismo e

assegur[asse] uma produção cultural e científica verdadeiramente criadora e conforme as aspirações democráticas da sociedade brasileira” (Boletim Nacional da ANDES, nº8, 1982).

Os posicionamentos relativos à concessão de verbas públicas para as IES privadas contidos nesta primeira versão da *Proposta* eram aqueles questionados e criticados, como já resgatado, pelos militantes do setor: exigir do Estado que o ensino privado (enquanto existisse) se aproximasse ao máximo desse padrão único e que os recursos para esse fim fossem captados pelas mantenedoras junto ao capital privado, devendo as mesmas ser fiscalizadas e garantir a manutenção das universidades sem nenhum fim lucrativo, conforme formalmente prescrito e não cumprido. Em nenhuma hipótese o Estado deveria subsidiar as mantenedoras, já favorecidas pelas isenções de impostos, devendo a verba pública ser destinada ao *ensino público e gratuito*. Além desses posicionamentos, são elencados e explicitados os seguintes princípios que deveriam nortear o *processo de constituição e implementação de um padrão único para a universidade brasileira*: ensino público e gratuito, autonomia e democratização, unificação das condições de pesquisa, ensino e trabalho. ⁴⁴

A *terceira parte* do documento contém, como o título designa, a própria *Proposta para a Universidade Brasileira*, comportando os seguintes itens:

- *Universidade e responsabilidade do Estado com a Educação*: partindo do princípio de que é dever do Estado garantir o atendimento das demandas sociais do ensino em todos os níveis, através do ensino público e gratuito, o movimento defendia a consecução desse objetivo pela ampliação das vagas na rede pública de ensino, e não pela concessão de subsídios à rede particular buscando-se, no ensino superior, a construção de uma universidade autônoma e democrática, regida por um padrão único de qualidade fundamentado na estrutura da universidade pública;

- *Financiamento da Universidade*: defesa de que o Estado financiasse o ensino, a pesquisa e a extensão nas universidades públicas, através da destinação de recursos orçamentários específicos e vinculados a este fim nunca inferiores a 12% do orçamento da União. Tais recursos deveriam suprir a *gratuidade do ensino para todos os estudantes da rede pública* e garantir reais condições de estudo (sistemas de auxílio à alimentação, moradia e transporte). Sua utilização deveria ser definida no *Orçamento da Universidade*, elaborado e gerido por colegiados democraticamente eleitos, de modo a assegurar o pleno atendimento das necessidades da instituição, definidas a partir dos planos acadêmicos formulados pelos departamentos. Além disso, o Estado deveria *suplementar*

⁴⁴ Como se viu, os docentes do setor das IES particulares já haviam transcendido esse patamar de reflexões e proposições desde o *II Congresso Nacional da ANDES*, mas outros avanços somente serão incorporados em versões subsequentes da *Proposta*, como resultado do amadurecimento dos debates ocorridos nos eventos posteriormente realizados pelo próprio setor e pela ANDES.

automaticamente as verbas das universidades públicas para “compensar as diferenças entre índices inflacionários previstos para efeito de elaboração do orçamento universitário e índices inflacionários efetivos do exercício”, bem como garantir a suplementação automática das verbas de pagamento de pessoal nos momentos de reajustes e aumentos salariais. Os *recursos adicionais*, provenientes de outras fontes de financiamento, teriam *caráter complementar* às verbas de pesquisa previstas no orçamento para atender plenamente as atividades definidas pelos departamentos. Os projetos de pesquisa, assim financiados, deveriam ser elaborados e executados sob a responsabilidade de colegiados democraticamente eleitos, a fim de assegurar que a *direção política* das pesquisas fosse definida “autonomamente, no interior da Universidade, independentemente de prioridades das agências financiadoras”. Por sua vez, as atividades de extensão não deveriam visar à captação de recursos para complementar verbas insuficientes e sim à “formação acadêmica, de desenvolvimento de pesquisa e do apoio à comunidade”, segundo as diretrizes departamentais traçadas, cabendo aos departamentos gerir os recursos eventualmente provenientes dessas atividades segundo normas e critérios estabelecidos por colegiados democraticamente eleitos. Por fim, a universidade pública teria o dever de *prestar contas da dotação e aplicação de todos os seus recursos, através de um relatório global de todas as suas atividades, a ser submetido ao Congresso Nacional.* ⁴⁵

- *Regime jurídico*: para além da designação formal desse regime, cujas implicações eram objeto de embate com o governo pela sua intenção de transformar as autarquias em fundações, a Proposta pleiteava que esse regime, na Universidade Pública, deveria ser *único* e atender aos requerimentos de custeio integral pelo Estado, através de dotação orçamentária global, de autonomia administrativa, pedagógica e científica e de carreira docente unificada, com isonomia salarial.

- *Administração acadêmica*: concretizando os princípios de autonomia e democracia, a Proposta postulava uma *descentralização administrativa* que respeitasse a autonomia dos Centros, Unidades e Departamentos, “dentro de um projeto de unidade científica e cultural ao nível da própria Universidade”. Isto exigia que os seus Estatutos e Regimentos fossem elaborados e aprovados segundo processo definido e esgotado no âmbito da própria universidade, com a participação de toda a comunidade universitária, através de mecanismos democráticos. A *autonomia administrativa* exigia, também, a estruturação da universidade em órgãos colegiados e em cargos executivos, cujo poder deliberativo seria

⁴⁵ As proposições do movimento relativas ao financiamento, baseadas em uma concepção radicalmente oposta à visão gerencial de universidade que tem comandado as políticas governamentais, consubstanciam o cerne da Proposta. Em seu detalhamento, elas representam, desde essa versão, um instrumental para o embate entre o público e o privado na educação brasileira, concretizando os princípios de autonomia, democracia e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que deveriam (e devem) reger a construção de uma universidade voltada para os interesses sociais mais amplos, o que requeria o combate ao autoritarismo e ao clientelismo constitutivos da trajetória histórica das instituições de ensino superior no país.

subordinado aos primeiros. Os cargos de direção e gestão financeira deveriam ser exercidos exclusivamente por professores da instituição, escolhidos por meio de processos eleitorais livres de ingerências externas e democraticamente concebidos e realizados pela comunidade universitária. A *autonomia pedagógica e científica* deveria ser viabilizada pela criação um “*organismo colegiado, interuniversitário, de caráter público e âmbito nacional*, constituído por representantes das Universidades eleitos democraticamente para esse fim”. Caberia a este organismo definir “normas mínimas” para o exercício dessa autonomia, a partir das quais cada universidade fixaria seus objetivos pedagógicos e suas metas científicas, tecnológicas, artísticas e culturais; criando, organizando, reconhecendo e credenciando cursos de graduação, pós-graduação e outros, realizados em seu próprio âmbito ou fora dele, além de estabelecer critérios e normas de seleção e administração dos seus alunos, em todos os níveis.

- *Política de pessoal docente*: defesa de uma carreira única para o magistério superior, calcada na isonomia salarial e na indissociabilidade entre ensino e pesquisa, com adequada “política de carga horária”. Além dessa reivindicação mais geral, que abrangia todos os setores institucionais dos docentes, a *Proposta* requeria a instituição do ano sabático, o reajuste semestral único e não escalonado, com índice mínimo igual ao da inflação, o ingresso na carreira exclusivamente por concurso público, a contratação em regime de tempo contínuo, privilegiando-se o regime de dedicação exclusiva, a estabilidade no emprego e os direitos de aposentadoria integral, de sindicalização e de greve. A normatização e fiscalização dessa Política Unificada ficaria sob a responsabilidade do *Conselho Interuniversitário* proposto no item anterior.

Estava consubstanciada, nessa primeira versão da *Proposta*, a matriz a partir da qual a ANDES aprofundaria e atualizaria o seu projeto de universidade e de sociedade, iluminando as suas especificidades e o seu caráter eminentemente não corporativista. Com essas proposições a entidade - em apenas um ano e meio de existência - compatibilizava as suas dimensões acadêmica e sindical, incorporando as lutas que estavam sendo travadas pelos docentes dos diferentes setores e, ao mesmo tempo, *definindo a sua identidade*, ao apresentar ao governo e à sociedade o significado e a direção política da sua existência.

As repercussões internas e externas da Proposta

A relevância desta iniciativa para a afirmação da identidade da ANDES e da sua capacidade de intervenção na política educacional brasileira foi ressaltada por alguns dos entrevistados. Carlos Martins considera que

“[...] talvez um dos elementos de força do movimento a nível nacional e da ANDES enquanto entidade representativa foi o reconhecimento, bastante marcado, de que nós éramos um

sindicato especial, específico [...]; seja pela estrutura organizativa, diferente [da] estrutura sindical tradicional, seja pela especificidade da base social ali representada. [...] Essa base social não está única e exclusivamente interessada naquilo que tradicionalmente é o objeto da luta sindical no Brasil: salários. Essa consciência sempre esteve muito presente: nós não podemos ser um sindicato que simplesmente reivindica salários, nós temos a obrigação, enquanto entidade livre, sindicato livre, enquanto representantes desse setor social específico, de propor uma redefinição do papel da universidade [...], no bojo e no sentido desse processo de transformação social que de alguma maneira [...] estava se dando [...]. Existia um processo real de democratização, ele estava na rua, estava clara a compreensão de que o avanço desse processo não era mais única e exclusivamente a derrubada da estrutura militar e política, mas que era preciso repensar a sociedade; era preciso, particularmente, repensar o papel da universidade na sociedade e a contribuição específica que a universidade poderia dar a esse processo de democratização. A necessidade de definir uma política educacional, ou o que veio a ser a Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira, portanto, é constitutiva do que foi a ANDES, nesse momento. [...] Se isto não eram os músculos da ANDES - os músculos eram evidentemente a sua capacidade de mobilização por salário - isto era a alma da ANDES: nós não estamos aqui única e exclusivamente para brigar por salário, nós queremos salário porque essa é a condição de levar uma política educacional; nós queremos carreira docente, nós queremos dinheiro para pesquisa, exatamente porque não estamos só interessados em salário" (Carlos Martins, 15/04/94).

Carlos Baldijão e Newton Lima Neto, por sua vez, ao comentarem o significado da *Proposta* naquela conjuntura, avaliam que a sua relevância transcende a dimensão de uma resposta a um imperativo puramente conjuntural, o que se confirma pela sua atualidade:

"A formulação da Proposta é um fato mais estrutural do que conjuntural. Tanto é que, até hoje, ela tem validade. Embora você possa questionar alguns pontos, eu acho que, na essência, ela é a mesma. [...] Hoje você avançou na discussão, mas a essência da Proposta está lá ainda" (Carlos Baldijão, 15/04/95)

"Eu sustento a tese de que [...] aquele documento [...], que nós construímos unitariamente, continua sendo uma 'bíblia', um referencial para nossas ações. Se você substituir [a parte introdutória] e fizer uma análise de conjuntura ao longo desse tempo, vai chegar à conclusão, sem reducionismos, de que os eixos centrais da Proposta estão absolutamente presentes. Claro que têm vieses que precisam ser hoje melhor explorados mas, na essência, o projeto educacional é muito bonito: a produção crítica do conhecimento, a indissociabilidade, o padrão unitário de qualidade, o papel desse padrão" (Newton Lima Neto, 10/04/95).

Se esta relevância pode ser assim avaliada, os impactos da *Proposta* junto às "bases" do movimento e a segmentos acadêmicos e científicos da sociedade brasileira são indicativos tanto o potencial nela contido quanto dos limites inerentes à sua concretização. Para Agamenon Almeida, ela representou um grande "salto do ponto de vista de eixo político", mas

"[...] infelizmente este salto só foi dado pela liderança do movimento docente. A gente constrói - um trabalho difícil - aquela Proposta, ainda cheios de dúvidas, que estamos reavaliando agora. Por exemplo, a gente dizia que cada universidade devia prestar contas dos recursos recebidos ao Congresso Nacional, lembra dessa loucura? Mas isso fazia parte do ideário político naquele momento: a [defesa] da transparência, da democracia e, [também], o rompimento com a ditadura e a visão do Congresso Nacional como um espaço político importante. Eu acho que houve uma tentativa de trabalho junto à base. Só que o processo de

amadurecimento, na base, é muito lento. E, na tentativa de construir aquele projeto, as lideranças nas AD's o assumem, mas a gente não consegue vender a idéia na base. Isso é um fato concreto. Com raríssimas exceções, os segmentos da base não assumiram" (Agamenon Almeida, 02/12/94).

Agamenon Almeida estabelece, ainda, uma certa diferenciação no envolvimento dos docentes, segundo as áreas de conhecimento em que realizavam o seu trabalho acadêmico:

"O segmento preocupado com a educação participou do processo, mas não conseguiu ampliá-lo. Fazendo uma divisão de caráter didático, eu chegaria a dizer, [sem] muita segurança que, na maioria das AD's, as chamadas áreas da ciência - e aí tem exceções - sempre foi muito refratária à participação. Até mesmo nas propostas que deveriam ter um apelo maior, [como] a questão da construção da universidade, da ciência, da pesquisa etc. Essas áreas, com algumas exceções, são áreas refratárias. Não como pessoas, porque aí, quando você olha a militância, você tem o pessoal da Física, você tem matemáticos e às vezes até, em algumas AD's, muito mais que o pessoal da área de Humanas. Agora, algumas áreas são refratárias mesmo: Direito, Economia, Engenharia, sempre com algumas exceções" (Agamenon Almeida, 02/12/94).

Esta diferenciação por áreas de conhecimento e de trabalho/inserção no cotidiano universitário, que grosso modo corresponde à "tipologia" da categoria profissional ensaiada por Luiz Pinguelli Rosa e mencionada no capítulo 1, sugere que a compartimentalização do saber e os vínculos de trabalho podem ser relacionados ao grau de envolvimento da "base" com a construção da *Proposta*. Mas, certamente, a fonte primeira dessas diferenciações no envolvimento devia ser de natureza político-ideológica (ou de visões de mundo) quanto a concepções de universidade e sociedade, como o próprio depoimento de Agamenon Almeida indica e o de Joana Neves explicita:

"A gente constrói a Proposta mas não consegue vender. Tanto é que muita gente que [a] lia dizia: mas isso é uma utopia! Só depois que você fizer uma revolução, construir uma nova sociedade, você vai construir isso. E a gente não encontrou caminhos para ir fazendo isso devagar, a não ser no aspecto da famosa política de transição" (Agamenon Almeida, 02/12/94)

"A matriz político-ideológica da Proposta [...] é a mesma que embasa as propostas para a educação e que expressa uma concepção global de sociedade e de história. A palavra que a sintetizaria seria *socialista*. Mas, por motivos vários, ela adquiriu o apelido de 'democrático-popular'. Esse jogo eufemístico, no meu entender, deveu-se, em um primeiro momento e na fase de construção do Sindicato, a uma estratégia adotada pelas lideranças/direções que reconheciam e, até certo ponto, aceitavam, a profunda defasagem que existia/existe entre o *movimento docente* e a *categoria docente*. Resumindo: o MD era progressista, o magistério superior conservador. No limite, quase como caricatura, eu diria que criamos um sindicato de esquerda para organizar e representar uma categoria de direita" (Joana Neves, 03/07/95; grifos da entrevistada) ⁴⁶

⁴⁶ Há que considerar a existência, na categoria e no conjunto dos associados, de todo um leque de visões/posicionamentos, que iam do conservadorismo/reacionarismo caricaturado por Joana Neves (possivelmente predominante), passando por posturas alienadas/omissas, simpatizantes ou conscientes mas temerosas do envolvimento pela repressão ditatorial, até posições militantes de esquerda (com seus vários matizes). A luta salarial parecia unificar o conjunto no sentido de respaldar o movimento e a entidade nacional,

As razões para esses diferentes níveis de envolvimento, portanto, são várias e de diferentes naturezas. Renato Ortiz julga, por exemplo, que a fraca repercussão da *Proposta* no interior do movimento se devia às próprias prioridades de ação imediata (e concentração de esforços) dos dirigentes, naquele momento voltados principalmente para o “esforço organizacional” da ANDES. Uma voz discordante dessa avaliação, que pode ser considerada típica dos militantes do setor das IES públicas, é a de Sadi Dal Rosso, para quem a *Proposta*

“[...] teve um papel muito importante, porque conseguiu catalisar o interesse, eu não digo da intelectualidade toda do movimento, mas de bons segmentos. Se a gente fizesse um levantamento, universidade por universidade, e contabilizasse em termos nacionais, a gente chegaria a um bom número de pessoas em torno dela, com mais proximidade, menos proximidade, maior envolvimento, menor envolvimento” (Sadi Dal Rosso, 30/03/95).

Sadi Dal Rosso não menciona a diferenciação por setores institucionais, mas possivelmente, nessa pesquisa quantitativa específica seria constatado um maior interesse e envolvimento dos militantes docentes da rede particular de ensino superior com a *Proposta*, como demonstra a reação questionadora e crítica do setor à “política de transição” nela contida, já resgatada no item anterior. Alguns entrevistados abordaram o peso dessas divergências na construção da *Proposta*. Agamenon Almeida, dirigente integrado ao setor as IES federais autárquicas, assim se reporta a essa questão:

“A história da construção da *Proposta* tem uma polarização também dentro do movimento. O que fazer com o setor privado? Em determinados momentos, [...] a idéia era não ter o setor privado. Federaliza, a proposta é federalizar todas as faculdades privadas? É fechar? É esquecer? E como fica a história de nós termos uma entidade que representa o conjunto inteiro? E os companheiros, o que a gente vai fazer com eles? Isso vai forçando a discussão da política de transição” (Agamenon Almeida 02/12/94).

Carlos Martins, à época professor de uma IES particular e um dos dirigentes que se notabilizou pela sua contribuição decisiva à construção, aprimoramento e defesa da “política de transição”, considera que, de fato, esse foi um ponto de discordância relevante:

“Eu creio que a *Proposta* da ANDES, afinal consolidada em Belo Horizonte, tinha uma característica de consensualidade enorme, o que era a sua força e, talvez, em algum momento, tenha sido também a raiz de alguma debilidade, porque é claro que, também, na busca de consensualidade, se deixa de lado pontos mais polêmicos. No caso da política de transição para o setor privado, como para nós era uma questão de sobrevivência para o setor, isto nunca entrou na barganha pelo consenso” (Carlos Martins, 15/04/95).

Os acontecimentos posteriores, resgatados no item anterior, mostram que, de fato, os militantes do setor privado foram à luta em defesa da política de transição e o fizeram trazendo à pauta toda a discussão de um projeto global de universidade para o país. Trabalhando e militando em situações bem mais adversas que os professores da rede

podendo se admitir que a direção à esquerda assumida pelas lideranças era “consentida” pela base como contrapartida às possibilidades de ganhos salariais, de estabilidade e de carreira.

pública, esses docentes parecem ter se mobilizado fortemente pelo ideário e pela necessidade de concretização da *Proposta*, que se tomou um referencial e um instrumento efetivo para as suas lutas específicas. Os depoimentos de Carlos Martins e Lineu Maffezoli são bastante ilustrativos não apenas desse maior envolvimento dos integrantes deste setor com a *Proposta*, mas também das conquistas dele resultantes, ainda que não dêem conta das diferenciações locais e regionais do movimento dos professores das IES particulares nacionalmente organizado na ANDES:

"Nós fizemos, efetivamente, da universidade o espaço onde, além de se discutir salários, se discutia um projeto para a Universidade. Isso é real. Dessa perspectiva, se hoje existe carreira docente nas universidades particulares, isso se deve a que? As reitorias foram lúcidas? As reitorias foram lúcidas em acabar por aceitar uma coisa pela qual o movimento docente estava trabalhando. A carreira docente da PUC de São Paulo e da PUC de Campinas saíram da proposta da APROPUC. Quer dizer, nós tivemos uma incidência direta na transformação. No geral para bem, em algumas coisas para mal, mas isso faz parte do jogo" (Carlos Martins, 15/04/95).

"Nesse sentido, a ANDES foi uma grande referência para quem buscava melhoria de qualidade, por exemplo, nas escolas particulares. O projeto de carreira que nós temos hoje, o estatuto de magistério que nós temos na UNIMEP, [são] quase uma cópia da Proposta da ANDES. A ANDES fechou essa Proposta em junho de 82 e, em agosto de 83, nós fizemos a primeira proposta de Estatuto de Magistério, aqui em Piracicaba, colada na Proposta da ANDES. Era uma referência importantíssima, nós tínhamos já uma Proposta de Universidade! [...]. Não era uma postura meramente defensiva, era possível defender a universidade mostrando para onde você queria ir. [...]. Não que a gente quisesse copiar o setor federal, mas eu acho que nós não queríamos ser o que era o setor federal do ponto de vista do que estava ruim e queríamos ser, um pouco, aquilo que tinha de bom: carreira, política de pesquisa, política de extensão, verbas para isso. Porque, afinal de contas, nós estamos em um setor onde, fundamentalmente, é a receita do ensino que mantém a universidade. E as mantenedoras só têm o nome de mantenedoras: elas sequer botavam dinheiro naquilo que não fosse construir salas de aula e, em alguns casos, construir laboratórios" (Lineu Maffezoli, 08/05/95).

Para além dessas diferenciações, pode-se considerar que, no geral, a *Proposta* representou, de fato, um *salto de qualidade* do movimento nacionalmente organizado na ANDES no sentido da *afirmação da sua identidade*, por articular as suas dimensões *acadêmica* e *sindical* em um projeto de universidade com horizonte transformador, por alavancar conquistas substanciais, mais imediatas, para os docentes das IES particulares e por referenciar as reivindicações/conquistas posteriores dos docentes das IES federais autárquicas e fundacionais, sem falar das lutas pela democratização da universidade, que parecem ter mobilizado predominantemente, nesse período, os docentes das IES estaduais. A continuidade do depoimento de Carlos Martins reforça essa perspectiva de análise:

"Essa preocupação com a questão educacional não ficou no nível de um discurso que a gente utilizava para disfarçar uma perspectiva meramente sindicalista. Houve uma intervenção direta e concreta nessas universidades a partir da Proposta da ANDES: desde a implantação de um projeto de carreira com regime de dedicação exclusiva e atividades de pesquisa em uma série de universidades privadas, até a isonomia salarial, com todos os problemas que teve, nas

federais, a unificação do regime jurídico, com todos os problemas com que se deu e, até mesmo, a alteração do Estatuto da USP, que também se deu! (Carlos Martins, 15/04/95; grifos meus).

Referencial identificador, instrumento de luta e de conquistas do movimento nacionalmente organizado, a *Proposta* - um projeto em construção com seus limites de conteúdo e processo - teve também *repercussões externas*, imediatas e predominantemente positivas. Merece destaque, neste sentido, o editorial do Jornal *Folha de São Paulo*, de 30 de julho, transcrito no Boletim Nacional da ANDES nº 9. Este editorial considera a criação das AD's na grande maioria das IES como um "fenômeno típico da reorganização da sociedade civil que vem marcando estes anos de abertura política", afirmando que, tendo sido constituídas em torno de reivindicações ou de protestos, essas entidades refletiam, "até há pouco tempo, certo caráter corporativo, presente nos movimentos grevistas desencadeados por razões essencialmente salariais". A fundação da ANDES não teria mudado substancialmente esta tendência,

"pelo menos até o 5º Conselho Nacional das Associações de Docentes [...] Naquela ocasião, foram delineados os pontos básicos da proposta dos Professores para a Universidade brasileira. Resposta ao desafio lançado em novembro de 1981 pelo Ministro da Educação, no sentido de receber subsídios para uma reformulação da Universidade, o documento resultante daquele encontro acaba de receber importantes adesões da sociedade civil com o apoio oficial da SBPC, da OAB e da ABI, às quais deverão somar-se outras entidades" (Folha de São Paulo, *apud* Boletim Nacional da ANDES, nº 9, 1982).

Essa crítica ao "caráter corporativo" da atuação da ANDES vai estar presente na mídia, com maior ou menor intensidade, em toda a trajetória da entidade, estendendo-se a praticamente todas as categorias profissionais do movimento sindical brasileiro combativo e classista, como se fosse possível abstrair o plano econômico-corporativo de lutas que é basicamente constitutivo da própria natureza dos sindicatos enquanto criaturas do capitalismo, não diferenciando sequer esse caráter corporativo de vieses corporativistas que podem e devem ser combatidos. Mas, no caso da ANDES, o reconhecimento, pelos editorialistas da *Folha*, da "superação dessa tendência" através da formulação da *Proposta*, representava, também, a visualização externa da sua singularidade e a ênfase no potencial político de suas lutas, como se pode constatar pelos seguintes trechos:

"Toma corpo, assim, uma proposta de adoção de princípios básicos destinados a orientar as transformações a serem empreendidas na Universidade, contrariando a índole tecnocrática, que se traduz em modelos acabados, normas centralizadoras e estatutos impostos de cima. [...] A idéia essencial é a de que esses princípios encontrem sua forma de concretização em cada instituição, respeitadas as características próprias da comunidade em que se insere. [...] No momento em que o Ministério da Educação procede a estudos destinados a reformar o estatuto jurídico das universidades públicas e a rever a gratuidade do ensino que elas proporcionam, o documento da ANDES é oportuno porque enseja o debate e a tomada de posição dos demais setores da sociedade. Os termos amplos em que a questão foi situada darão margem a que também os meios empresariais - e por que não? - os sindicatos de trabalhadores venham a pronunciar-se sobre o destino dessa instituição cujos rumos não

devem depender somente de decisões tecnocráticas, nem tampouco apenas da comunidade universitária, porque dizem respeito a todos os brasileiros” (Folha de São Paulo, apud Boletim Nacional da ANDES, nº 9, 1982).

Como se vê, esses princípios, em si mesmos - para alguém do horizonte socialista ou de esquerda que orientava o contingente majoritário da direção da ANDES - eram facilmente assimiláveis pela mídia “progressista”, porque compatíveis com as aspirações democráticas de entidades representativas da sociedade civil. Esta repercussão indica a pertinência estratégica das formulações da entidade nacional dos docentes àquela conjuntura e às suas pretensões de ampliar o leque de alianças em torno de suas ações no campo da política educacional, captada e incentivada pelos próprios editorialistas da *Folha de São Paulo*.

Nesta perspectiva, foi ainda mais expressivo o aval à *Proposta* consubstanciado no Manifesto conjunto assinado por Crodowaldo Pavan, presidente da SBPC; Herman Assis Baeta, secretário geral da OAB, Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI e Luiz Pinguelli Rosa, presidente da ANDES, resultante de reunião realizada no dia 28 de junho daquele ano. Ao colocar sua tradição histórica e seu peso político na *Proposta*, essas entidades atestavam publicamente a credibilidade conquistada pela ANDES, endossando as suas pretensões de intervir, como entidade acadêmico-sindical, na política educacional brasileira para o ensino superior.⁴⁷ O Manifesto divulgava à opinião pública e às instituições da sociedade civil - e encaminhava ao Poder Público - princípios gerais norteadores da reestruturação da universidade, solicitando que “*nenhuma iniciativa [...] fosse adotada sem levá-los em conta [e] sem que o projeto de lei [fosse] discutido previamente pela comunidade acadêmica e pelas instituições da sociedade civil interessadas e, ainda, sem que [fosse] aprovada por votação no Congresso*”, abrindo o documento à “adesão de todas as entidades interessadas” (Boletim Nacional da ANDES, nº 9, 1982; grifos meus).

Essa primeira tentativa de intervenção mais global da ANDES na política educacional brasileira, que seguramente expressa uma *afirmação da sua identidade* - sempre em (re)construção - e das suas potencialidades transformadoras como um sindicato de intelectuais, vai marcar e referenciar toda a trajetória da entidade. Desdobrada em outras iniciativas marcantes, como a formulação de uma *Plataforma Educacional para a Constituinte* e a elaboração/defesa de um *Projeto de LDB*, que serão resgatadas nos

⁴⁷Este Manifesto expressava o *acordo de ação comum* dessas entidades no sentido de encaminhar ao MEC e ao Poder Legislativo proposições para a Reestruturação da Universidade Brasileira que assegurassem os seguintes “princípios gerais”: manutenção e ampliação do ensino superior público e gratuito; autonomia e funcionamento democrático da Universidade, com base em colegiados e cargos de direção eletivos; estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual nas universidades públicas; criação de condições para a adequação da Universidade à realidade brasileira; garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a Universidade, bem como no exercício de funções e atividades acadêmicas” (Boletim Nacional da ANDES, nº 9, 1982).

próximos capítulos, a *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira* ensejará a explicitação e o (re)dimensionamento do próprio *significado de política educacional* para o movimento docente - com as tensões, limites e potencialidades já desvelados no capítulo 3, na abordagem feita sobre os GT's e a centralidade do GTPE -, assim como a natureza das *relações* que foram sendo estabelecidas, neste campo, entre a ANDES, os "intelectuais renomados" e as entidades acadêmico-científicas.

Considerando que estes aspectos, ativados com a elaboração da *Proposta*, são de fundamental importância para a ação sindical interna e externa da ANDES - e para as questões que orientam esta pesquisa - cabe analisar, a partir da concepção de política educacional nela adotada e de algumas das entrevistas, as contribuições advindas da visão dos dirigentes a esse respeito.

O significado de política educacional e a relação da ANDES com "intelectuais renomados" e entidades acadêmico-científicas

Como especificado na introdução desta pesquisa, a política educacional elaborada e praticada pela ANDES-SN está sendo tomada como o *conjunto de proposições e ações desenvolvidas que visam, seja pela tentativa de conjugação de lutas trabalhistas e educacionais, seja pelo esforço específico de intervenção nacional nos grandes temas educacionais, contrapor-se às políticas governamentais neste campo e, simultaneamente, avançar na construção de um projeto alternativo de educação e sociedade para o país.*

No que se refere à elaboração e intervenção específica neste campo, é possível considerar, com base na minha vivência pessoal e em alguns depoimentos contidos no capítulo anterior, que a prática do movimento tendeu a uma certa divisão entre *questões especificamente educacionais* (tidas como política educacional com "p minúsculo", "coisa de pedagogos") e *questões da política educacional* (as que ficavam principalmente a cargo da direção e, através dos encaminhamentos e gestões feitas, em resposta aos desafios conjunturais, transformavam as questões *especificamente* educacionais em Política Educacional com "P maiúsculo").⁴⁸

No intuito de avaliar as implicações dessa divisão para o alcance das intervenções da ANDES-SN neste campo, o problema foi posto à consideração de alguns entrevistados. Para Sadi Dal Rosso, que se deteve no âmbito da Política Educacional com "P maiúsculo" praticada pela entidade, o problema se coloca em termos da *maior ou menor familiaridade*

⁴⁸ Vale registrar que esta tendência também se fez presente na prática dos militantes, igualmente marcada pela divisão social do trabalho que gerou as divisões específicas em áreas de conhecimento no trabalho docente.

do movimento com as questões educacionais que transcendem o âmbito da política universitária estrito senso:

"[...] as questões universitárias, de política educacional universitária, sempre permearam a história da ANDES, desde o comecinho. E elas eram valorizadas pelas direções, eu acho que sim! Os primeiros projetos que começam a colocar o papel da universidade na sociedade tiveram uma valorização extrema, [a Proposta] foi o documento que primeiro criou uma *identidade* para o movimento. E é um documento que, se você olha, ele combina, também, questões de carreira, de salário, com uma avaliação do papel da universidade na sociedade [...]. Tudo isso, então, foi muito valorizado. Já o que é mais difícil, eu não sei se penetrou naquela primeira avaliação, são as questões de política educacional como um todo: do sistema nacional de educação, do sistema nacional de pesquisa etc. Então, uma parte da não familiaridade do movimento se coloca aí; quer dizer, era realmente um problema de não familiaridade do movimento" (Sadi dal Rosso, 30/03/95; grifo meu).

Esta fala do entrevistado, que retroage aos primórdios da afirmação da *identidade* da ANDES pela via da Política Educacional para abordar o problema, remete a uma contextualidade em que se vivia o desafio de participar do processo de elaboração e tramitação da LDB, que trouxe a necessidade de *domínio sobre as questões da política educacional como um todo*. Neste contexto, houve uma inflexão que, de certa forma, projetou essa divisão para um novo patamar, uma vez que a direção nacional e a própria base do movimento passaram a se informar e a valorizar mais as questões da política educacional:

"[...] no momento inicial da elaboração do Projeto de LDB, isso era trabalho do GT. Caía dentro da Diretoria e não tinha muita discussão. [Havia] a confiança nas pessoas, no GT, sabia-se que quem estava trabalhando no GT daria conta. Então, aliviava a carga e, por aliviar a carga, as pessoas se dedicavam a outras coisas. [...] Hoje, apesar do movimento ter o GT, ter a confiabilidade do GT, a política educacional não é mais coisa de pedagogo. Pelo menos, na minha avaliação. No momento em que se coloca a discussão nos grupos e nas plenárias, ela está sendo muito mais rica. Todo mundo tem uma colaboração mais qualificada. [...] Todo mundo entra na discussão, a política educacional está com P maiúsculo" (Luiz Carapeto, 30/11/94).

O depoimento de Luiz Carapeto revela, também, como o problema esteve e está imbricado com a atuação do GTPE e com as relações entre este GT e a Direção, conforme analisado no capítulo 3. É neste terreno que se situam as observações de Maria da Graça Bollman, relativizadoras dos impactos positivos da inflexão acima registrada ao sustentar a *persistência do problema* na prática sindical da ANDES-SN:

"Na minha experiência no GTPE, que é de 90 para cá, seja a nível local, seja a nível nacional, eu sempre senti que o GT ficou circunscrito, em geral, aos pedagogos. Quer dizer, era quase que uma condição ser pedagogo e era onde o GT se fortalecia mais. Mas tem duas questões, aí. Uma, é o fato de o GT ser de Política Educacional parece que chama, "naturalmente", os pedagogos. Outra é que, quando se trata dos eixos maiores de discussão que temos hoje - avaliação institucional, autonomia universitária, a própria questão do financiamento da educação superior - se alija o GTPE da discussão. E só não se alija mais por conta da intervenção do próprio GT. Isso, eu senti. Senti na outra Diretoria e [sinto] agora. Quer dizer, ainda assim, com toda a abertura que essa atual Diretoria tem, eu percebo que, por exemplo,

para a gente se envolver com a discussão da autonomia universitária, financiamento da educação superior e avaliação institucional, teve que ir atrás” (Maria da Graça Bollman, 01/12/94).

A julgar por esse depoimento, a inflexão ocorrida (re)situou o problema em termos de uma certa hierarquia de temas que merecem o tratamento de *especificamente educacionais* e aqueles atinentes às *questões da política educacional* (com P maiúsculo), hierarquia esta perpassada pelas relações internas de poder, no âmbito das direções nacionais da ANDES-SN. Mesmo assim, Maria Valéria Veríssimo revela que a própria Diretoria em seu todo não só não atingiu o domínio dessas questões, conforme avaliado por Luiz Paiva Carapeto, como também tem entendimentos diversificados sobre o problema que, certamente, o complexificam e o remetem a novos ângulos de reflexão:

“[...] a política educacional deveria ser o átomo que oxigena a nossa ação sindical. E, aí, há um grande preconceito das pessoas de lutarem por questões que dizem respeito à educação, [por achar] que educação pública não presta [...]. Então, ficamos nós lutando por outras coisas, inclusive enquanto sindicalistas: por conjuntura, por ciência e tecnologia, seguridade, saúde [...]. *E aí a gente não anda no que [...] faz com que tenhamos inclusive uma identidade enquanto categoria.* [...] Apesar de sermos todos professores, somos professores especializados, de uma certa forma, porque viemos de formações específicas diversas [...], que nem sempre dão conta da percepção e do lugar que a educação tem que ocupar. Educação é coisa para educadores, quer dizer, pedagogos. [...] E, no entanto, somos um sindicato que tem que ser oxigenado justamente por uma das suas coisas mais caras, que é a defesa do ensino público. Então, não dá para você entender direito o que acontece com essa história [...] de não querer trabalhar, não querer entender, não querer defender... Talvez ... um menosprezo, como se a questão da educação fosse área do GTPE. Por outro lado, o próprio GTPE não tem feito a sua tarefa tão bem quanto poderia fazer. Eu não sei qual é o perfil das pessoas que compõem o GTPE, se elas também não incorporaram a questão da educação como uma coisa que só elas cuidam, que é delas. Pode ser uma coisa de mão dupla, e a *gente deveria estar pensando um pouco como é que a gente pode transformar as questões que dizem respeito à educação [em] algo que vale para o conjunto do sindicato*” (Maria Valéria Veríssimo, 02/12/94; grifos meus).

Essas análises sugerem que, embora a afirmação da identidade da ANDES-SN venha se processando pelas suas realizações no campo da política educacional, persistem fragilidades internas neste campo, constituídas por elementos diversos: a divisão de saberes/poderes existente na sociedade e que se reproduz no sindicato; a desinformação/pouca familiaridade com as questões educacionais como um todo; a desvalorização social da educação pública e, acima de tudo, o próprio entendimento diversificado dos dirigentes e militantes sobre o significado e a importância da política educacional em sua prática cotidiana. Se tais fragilidades, dadas pela cisão (ainda que inflexionada) entre política educacional com “p minúsculo” e com “P maiúsculo” - e por uma certa confusão a este respeito - não parecem ter comprometido decisivamente as ações da ANDES-SN, são, sem dúvida, limitadoras do seu potencial neste campo central de sua intervenção.

As relações da ANDES-SN com *intelectuais renomados e entidades acadêmico-científicas* no campo da política educacional também vêm sendo marcadas por fragilidades, configurando um processo contraditório em que a sua *identidade* é simultaneamente limitadora e fortalecedora de seu poder de influência e de intervenção.

De uma maneira geral, os dirigentes consideram que o poder de influência de intelectuais ilustres (muitos deles filiados à entidade nacional), como formadores de opinião, é maior que o do sindicato: a condição de intelectuais nacional e/ou internacionalmente respeitados (somada ao fato de vários serem intelectuais orgânicos da burguesia), lhes confere, nitidamente, mais poder de convencimento imediato e de acesso à mídia do que a condição de *intelectual orgânico coletivo* da ANDES-SN, apesar da representatividade e da força política acumuladas pela entidade. Este fato foi relacionado, pela maioria dos entrevistados, ao forte controle sobre a mídia exercido pelos grupos ou classes dominantes e pelos poderes estatais:

"Eu acredito que o peso do intelectual renomado possa ser maior, porque nome é nome, isso depende também das características, da faixa da população que é atingida. [...] Para aqueles que nós poderíamos chamar de mais conservadores, eu diria que sim. Para a opinião pública esclarecida, eu acho que também. Primeiro, porque é mais conveniente para a mídia colocar um figurão lá. Eles colocam um figurão, que consegue espaço no telejornal da Rede Globo, espaço que a ANDES, um sindicato, não tem. Então, esse figurão pode ir lá e trabalhar [com sucesso] contra os nossos interesses. [...] Tem que se ver a formação humana, a posição ideológica deles. O nosso sindicato é visto, por eles, como um sindicato da CUT, ligado ao PT, e existe uma posição completamente contrária a isto" (João Carlos Cousin, 30/11/94).

Luiz Henrique Schuch avalia que, mesmo sem acesso fácil à mídia, a ANDES-SN e a CUT, enquanto organismos sindicais, continuam tendo a sua força própria e insubstituível. Detendo-se nos mecanismos de ocultação/desvirtuação do real utilizados pela mídia que, em seu fetiche, seduz e aprisiona esses intelectuais renomados, ele salienta a importância da conquista deste mesmo espaço pelos movimentos sociais compromissados com a desocultação desse real:

"[...] a ANDES tem grande parcela de contribuição pelo que existe de ensino público no país; [...] ele existe por conta do movimento, garantido pela via sindical [...]. E mais: eu acho que mesmo os intelectuais que criticam a ANDES como corporativista, que combatem o seu discurso, também sabem disso. Mesmo os reitores progressistas que há um certo tempo começaram a falar do corporativismo do movimento, agora, quando vem a avalanche do próximo governo, estão desesperados atrás da ANDES, atrás da CUT. Eles sabem *que quem garante é o movimento*. Em 24 horas o episódio Ricúpero teve uma leitura, que foi absorvida pelas pessoas, completamente diferente da realidade, tão poderosa é a mídia. Ela é absolutamente prioritária para a ANDES e para o movimento social por causa disto: dá espaço para quem quer, constrói a imagem que quer. Então, ela constrói a imagem da universidade com os intelectuais que quer, esses intelectuais se encantam e pensam estar acertando porque estão consumindo o que eles dizem.[...] Este é o espaço para convencer que quem produz é quem está certo e se dá meios então para ser produzido o que convém. Então, o certo é produzido por quem sustenta essa estrutura e isto leva ao encantamento dos intelectuais em questão. Eles mantêm, na minha opinião, o seu potencial crítico e a sua

inteligência na análise e no diagnóstico, mas sucumbem no encaminhamento: [entregam-no] ao status quo” (Luiz Henrique Schuch, 01/12/94; grifos meus).

Nesta mesma linha de análise, a fala de Sadi Dal Rosso historiciza essas questões, salientando inclusive a perda de apoio ocorrida com a “debandada” de intelectuais de esquerda “progressistas” ou afinados com o ideário da ANDES, face à perda da referência socialista:

“A liberdade de expressão, em nosso país, [existe] para quem tem dinheiro e para quem tem acesso aos meios de comunicação, de divulgação. Os demais, ficam calados. A gente não consegue colocar artigos nos jornais, não aceitam. Eles têm mais força que a gente e não é só agora, isso vem de anos. [...] Com a Nova República e com o [seu] avançar, especialmente com o desaparecimento do horizonte socialista [...], aumentou o grau de pessoas e do nível de discurso contra posições que o movimento vinha defendendo. O ambiente político geral que nós estamos vivendo é favorável aos nossos críticos. Hoje, eles são o poder, têm a sua chance histórica: o Giannotti, a Eunice Durham, o Paulo Renato ... esse pessoal todo tem a sua chance histórica de realizar o seu projeto político; eu não sei se a história vai dar a eles outra chance mas, nesse momento, eles têm a sua chance histórica.” (Sadi dal Rosso, 30/03/95).

Essa maior influência dos *intelectuais renomados*, marcada pelas suas opções político-ideológicas e por suas relações com as classes dominantes e com os poderes do Estado representa, a um só tempo, uma perda e um desafio permanente para a ANDES-SN como *intelectual orgânico coletivo*, sobretudo porque a maioria deles é filiada à entidade nacional. A relação da ANDES-SN com esses intelectuais, crivada por essas determinações históricas, revela-se particularmente instigante quando se consideram as relações de força existentes e as possibilidades de sua alteração a favor do aumento da influência da entidade no espaço público.⁴⁹

Para Maria Valéria Veríssimo, essas relações se complicaram com a transformação da ANDES em Sindicato Nacional, que implicou um maior distanciamento desses intelectuais e, pois, a redução do potencial de suas contribuições à entidade:

“Muitas pessoas acabam tendo um enorme preconceito em relação ao movimento sindical. Na verdade, nessa passagem entre a ANDES-Associação e a ANDES-Sindicato, [a entidade] se diferenciou pelo marco da defesa de algumas questões que até então não estavam postas com a mesma explicitação. E isso, se por um lado [foi] um chamamento para alguns segmentos da categoria, por outro [provocou] um certo afastamento. Nesse sentido, a intelectualidade renomada [...] não tem necessariamente passado por dentro das suas AD’s, das suas Seções Sindicais. Por isso, não passa por dentro da ANDES. Isso preocupa, você [...] despotencializa num determinado campo. [...] Você tem alguns nomes que têm uma grande representatividade, têm um certo poder de estar influenciando muito, com espaço na mídia, os seus próprios pares. No entanto, eles não usam esse potencial para estar

⁴⁹Desafio maior é representado pela não adesão orgânica de contingente expressivo de *intelectuais renomados* que, filiados e declaradamente com posições de esquerda, colaboram apenas pontualmente com a prática teórica e as ações de envergadura desencadeadas pela ANDES-SN, predominantemente quando convidados. As razões contextuais e específicas da existência deste desafio merecem aprofundamento próprio, que transcende os objetivos deste estudo. O problema está apenas posto, mas o seu enfrentamento é fundamental para a superação desses limites vivenciados pela entidade nacional.

trabalhando no espaço da ANDES, [eles fazem] a sua trajetória de forma individualizada” (Maria Valéria Verissimo, 02/12/94).

Sadi Dal Rosso, ao considerar essas perdas reais e potenciais sob o crivo político-ideológico, salienta que o fenômeno transcende o espaço sindical e se coloca no próprio cotidiano institucional do trabalho docente, relacionando-as também a um crescente predomínio das ações estritamente sindicais da ANDES, em detrimento da sua *dimensão acadêmica*:

“[...] No meu departamento, estão claras as situações de conversão ideológica! Pessoas que eram radicais trotskystas hoje são liberais-conservadoras, não aceitam mais eleição para reitor. [...] Existem processos de conversão que são exatamente isto. [...] Em segundo lugar, nós perdemos um pouco o pé dentro da universidade. As sucessivas greves que nós tivemos que fazer, pela questão salarial, paradoxalmente nos fizeram perder o embate e nos firmar, apenas, como pessoas que entendiam de salários, que mexiam com salários ou, atualmente, com ações jurídicas também. Com isso, a gente perde uma certa capacidade de atrair para o debate político de idéias. Aí se coloca também, um pouco, a nossa fragilidade mais recente; isso afeta a possibilidade de nós trazermos intelectuais renomados para dentro do movimento, para produzirem intelectualmente conosco” (Sadi Dal Rosso, 30/03/95).

Anamaria Beck julga inevitável a existência do confronto político-ideológico entre a ANDES-SN e esses filiados “renomados”, mas a sua leitura é afirmativa da força da entidade e da *preservação da sua identidade*, dada pela firmeza na distinção que estabelece entre o sindical e o institucional:

“[...] a ANDES sempre teve muito clara - e por isso ela se dá bem - a distinção entre o sindical e o institucional. [...] Essa clareza que a ANDES construiu tem sido fundamental para a existência deste sindicato, para a [sua] autonomia. Essa clareza, essa autonomia com que a ANDES enfrenta a questão nem sempre [estão presentes] no sindicalismo brasileiro. [...] A ANDES se mantém fiel à sua proposta de organização, seja ela sindicato ou não. [...] [Isso] lhe dá uma respeitabilidade que pouca gente hoje desconhece. Ela é vista com respeito nem tanto talvez pela qualidade dos quadros dirigentes, porque essa qualidade varia muito, quer na questão política, quer na questão acadêmica. [...] Mas a [sua] respeitabilidade passa muito por essa credibilidade” (Anamaria Beck, 01/12/94).

As considerações e análises desses entrevistados indicam a maturidade política das direções da entidade no tratamento dessa questão. O reconhecimento do desafio que essas relações representam e de suas implicações para o fortalecimento da ação sindical da ANDES faz-se acompanhar da consciência realista sobre as poucas possibilidades de alteração imediata deste quadro desfavorável:

“Como é que a gente vai trabalhar isso? É difícil. Eles fazem parte do nosso quadro de associados, são nossos filiados, mas nos combatem até pela nossa luta, pelo nosso projeto democrático, porque a visão, a formação e o posicionamento ideológico deles é divergente. [A parcela progressista] continua trabalhando em faixa própria, dentro de um projeto acima de tudo individualista. Não há muito o que fazer, porque ela opta, sempre, por escrever um artigo, participar de uma reunião acadêmica, ao invés de se inserir na ANDES. É mais fácil, rende mais, escrever para um jornal de grande circulação” (João Carlos Cousin, 30/11/94).

“A experiência acumulada sempre foi no sentido de aprofundar o debate de idéias. Você tem posicionamentos diferenciados aprofundando o debate. Agora, não há dúvida de que uma política neoliberal tem implantação no Brasil. Com o recuo do ideal socialista, em vários lugares do mundo, o sindicato está sofrendo pressões de todos os lados: dentro das fábricas há movimentos explicitamente anti-sindicais. No Brasil, já se vê isso. Há um ambiente bastante contrário às idéias de esquerda, [o que] nos coloca numa posição meio que de recuo. Como fica esse relacionamento com os intelectuais renomados? Uma coisa efetivamente importante é você manter o debate de idéias, de posições. Esse, aliás, é o problema que nós temos. Se nós tivéssemos uma polarização absoluta, como foi no regime militar, o movimento seria muito vigoroso. A perda de um inimigo à vista dificulta, torna mais difícil esse debate de idéias” (Sadi Dal Rosso, 30/03/95).⁵⁰

Este quadro, agudizado pelo momento conjuntural, desnuda as contradições vividas pela ANDES-SN no exercício da sua singularidade. Por um lado, seus princípios, sua estrutura orgânica e sua prática sindicais a fazem acolher como filiados *intelectuais renomados* que não a consideram um espaço de elaboração/intervenção e, mais que isso, a combatem interna e externamente. Por outro, ao se assumirem sindicalmente como *intelectual orgânico coletivo*, os militantes da entidade enfrentam, como intelectuais profissionais, limites na sua capacidade de influência no real e, à medida em que se afirmam sindicalmente, vão perdendo a capacidade de atrair, para esse espaço orgânico, os intelectuais renomados, além de enfrentarem o desafio de a eles se contrapor, como militantes e nos locais de trabalho, numa relação de forças que lhes é desfavorável exatamente pelo seu ideário de comprometimento com os interesses das classes subalternas. Reverter esse quadro, alargando os limites existentes, é sem dúvida um desafio nodal para a potencialização dessa singularidade.

Na relação com as *entidades acadêmico-científicas* no campo da educação, a ANDES-SN parece ter sido (não obstante a presença tensionante e explícita de conflitos entre as entidades acadêmicas e sindicais, já mencionados no capítulo antecedente), mais bem-sucedida em sua afirmação como entidade sindical que também agrega uma dimensão acadêmica. Neste sentido, foi fundamental a sua iniciativa de incentivar a criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública no momento constituinte e de participar ativamente da rearticulação desse Fórum para defender a educação pública no processo de tramitação da atual LDB. A força dessa afirmação, porém, varia conforme a visão dos entrevistados e o momento conjuntural a que se reportam. Para Alexandre Náder e Géria Montanari Franco, que viveram esse segundo momento, a participação do GTPE/ANDES foi decisiva para a própria existência e preservação do Fórum:

“[...] o GT - agindo com delegação de poder - teve um papel muito positivo na construção de uma identidade para o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. O Fórum, quando funciona bem, é efetivamente um organismo da sociedade civil por causa do GT, porque

⁵⁰As questões levantadas por esses entrevistados exigem um aprofundamento de mão dupla, que considere as razões externas e internas ao fazer sindical da ANDES-SN.

senão ele não era Fórum, era uma SBPC das entidades científicas e educacionais” (Alexandre Náder, 23/03/95)

“[...] o que aparece claro para todo mundo é o papel que a ANDES tem na hora de segurar a barra, por ser uma entidade nacional estruturada e com um nível de participação bastante importante. Antes e agora, a manutenção do Fórum [...] tem estado nas costas das entidades sindicais e eu diria, sem medo de exagerar, da ANDES, especialmente. A CNTE segura bastante bem mas vem em segundo lugar, e a FASUBRA em terceiro, se der para colocar as coisas assim. As outras entidades, as ditas científicas, têm uma característica de participação que não é igual à das entidades sindicais: não conseguem se bancar financeiramente ... ou não têm base” (Géria Montanari Franco, 11/04/95)

Autonomia financeira e representatividade de “base” parecem ser os traços constitutivos da ANDES-SN que a aproximam das demais entidades sindicais e a diferenciam, em diferentes graus, das entidades científicas, ancoradas sobretudo na força da sua autoridade acadêmica. Este equilíbrio interno de forças, conflituoso e de naturezas desiguais, tem assegurado, de certa forma, a própria força “progressista” e aglutinadora representada pelo Fórum, que lhe permitiu participar e obter conquistas pontuais expressivas nos embates ideológicos sobre os rumos da educação nacional (calcados, predominantemente, na disputa entre o público e o privado), travados pelos grupos de pressão organizados que atuaram e atuam no Congresso Nacional.

O desempenho da ANDES neste Fórum e em outros de que participa é indicador, segundo os entrevistados a este respeito, de que a entidade tem se empenhado, com algum sucesso, no estabelecimento de relações com as entidades acadêmico-científicas, na perspectiva de ampliação do leque de alianças que sempre marcou a sua estratégia de atuação. Hideo Araki tem uma visão muito positiva a este respeito e João Carlos Cousin avalia estas relações de modo semelhante:

“A ANDES tem uma grande capacidade de conseguir certas articulações, de tentar organizar em torno de questões, como, por exemplo, no Fórum de Ciência e Tecnologia. A SBPC não tem essa mobilidade, essa agilidade toda, [...] essa característica de conseguir envolver os vários segmentos sociais” (Hideo Araki, 02/12/94);

“Eu acho que é possível levar um trabalho conjunto, apostar cada vez mais na aproximação com essas entidades, buscar uma maior participação em seus eventos, na medida do possível. Estar entrosado com essas entidades. Com a SBPC, a gente está [tendo] este espaço, que já envolve a UNE, a AGB. E, no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, esse trabalho já é mais antigo e está mais adiantado” (João Carlos Cousin, 30/11/94).

Isto não significa, porém, que essas relações estejam bem desenvolvidas e menos ainda consolidadas, pois persistem dificuldades de comunicação e de inserção orgânica, certamente oriundas de tensões e contradições já salientadas:

“A gente [...] tem dificuldade de se comunicar com os trabalhadores, com a base da categoria (e) também com as entidades representativas a nível científico.[...]. Eu não tenho visto a ANDES atuar de forma orgânica no interior da ANPOCS, por exemplo.[...] Com a ANPEd [...] também acontece isso [...]. Você tem um grande número de pessoas que são militantes da ANDES, que participam da ANPEd, [e] no entanto existe um grande distanciamento entre a

ANDES instituição e a ANPEd instituição. A própria ANDE, até ela, tem dificuldade de trabalhar com a ANDES. A gente conseguiu melhorar um pouco essa relação no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Mas [há] uma dificuldade grande de diálogo e dessa proximidade maior das entidades científicas que, nem sempre, reconhecem a ANDES. [Isso] também passa um pouco [pelo] desconhecimento de qual é o trabalho que a ANDES desenvolve" (Maria Valéria Veríssimo, 02/12/94).

Além disso, como assinala João Carlos Cousin, o maior peso conferido às entidades acadêmico-científicas, em detrimento das sindicais, pela opinião pública, pela mídia e pelos "segmentos conservadores", é decorrência dos valores culturais existentes no país, que expressam a divisão e a visão hierárquica de saberes/poderes inerente à racionalidade capitalista:

"[...] eu digo isso com toda a convicção. Até o momento ainda é assim. [...]. Isso está incorporado na cultura das pessoas, a idéia do sindicato também é nova para as novas gerações, *ainda mais um sindicato de professores universitários*. Professor universitário tem que estar metido em laboratório, dentro da sala de aula. O que o professor universitário está fazendo em política? O que ele quer com bandeiras, com agitação, essas coisas aí? Com essa cultura, eu acho que sem dúvida se escuta muito mais uma formulação ou recomendação vinda da sala de aula, de uma reunião da SBPC, do que toda uma elaboração vinda da ANDES" (João Carlos Cousin, 30/11/94; grifo meu).

Este depoimento traduz, mais uma vez, as determinações históricas dos limites e potencialidades das relações da ANDES-SN com os *intelectuais renomados* e com as *entidades acadêmico-científicas*. Esse conjunto de reflexões permite sustentar que tais relações constituem, por excelência, um campo fértil para a tentativa de alterar ou esmaecer os traços limitadores da identidade deste sindicato de intelectuais, superando os conflitos e contradições que vêm permeando a sua prática de elaboração e intervenção na realidade.

A IDENTIDADE AFIRMADA: UNIDADE DO MOVIMENTO E REALIZAÇÕES

A reconstituição do processo de *afirmação da identidade* da ANDES-SN no período de 1981 a 1984 aqui realizada permite concluir que os seus *traços constitutivos limitadores*, expressos nas dificuldades analisadas, embora continuem presentes na sua trajetória, tensionando-a, não foram impeditivos dessa *afirmação*, principalmente através de suas proposições e ações no campo da política educacional, como expressões de seus *traços constitutivos potencializadores*. Esta *afirmação* se sustentou, por sua vez, em dois pilares estratégicos: o apelo à unidade do movimento e o avanço das lutas concretas encetadas neste período.

A unidade do movimento: resposta possível às dificuldades e tensões

As tensões e conflitos presentes desde o processo de criação da ANDES convergiram, como já ressaltado, para as duas dificuldades básicas enfrentadas pela entidade e analisadas neste capítulo, que se manifestaram com maior intensidade nos momentos de eleição das diretorias nacionais.⁵¹ Nessas ocasiões, “pretos” e “azuis” elaboravam e faziam circular documentos contendo avaliações sobre o movimento e proposições de luta que ajudam a dimensionar não só a importância do chamamento à unidade para a afirmação da identidade da ANDES, como também os equívocos e problemas decorrentes do escamoteamento das divergências em nome desta unidade.

Em 1982, a “Força Estranha” fez circular dois documentos: *O I Congresso: um Momento Decisivo* (já citado) e *Unidade do Movimento - uma Proposta para a Direção da ANDES*⁵², que visavam politizar o processo eleitoral. No primeiro documento, divulgado no próprio Congresso da ANDES, afirmava-se que a unidade deveria ser *objetivo permanente* do movimento, por se tratar de um elemento vital para “resistir à importante e articulada ofensiva do regime no sentido da total privatização do ensino público e gratuito em todos os níveis”, sendo função da Diretoria garantir e expressar essa unidade, indispensável à sobrevivência do movimento, o que demandava um “preciso plano de ação” respaldado nas “bases”. Ao buscar essa unidade, o movimento, em seu *I CNDU*, acertara ao constituir uma Diretoria que congregava as diferentes posições e lideranças nacionais de expressão real no movimento, mas errara ao *confundir unidade com indiferenciação*, não explicitando “posições e divergências cujo debate claro e aberto diante do conjunto dos professores” seria “a base necessária de um movimento democrático”. Esta mesma confusão estaria mantida pela não explicitação das “*divergências reais e profundas na questão das verbas públicas para as IES particulares*”. Disto teria decorrido uma *despolíticação das questões* que constituiria a

“raiz da incapacidade demonstrada em superar algumas limitações fundamentais de nossa intervenção: não avançamos nem na explicitação da bandeira do ensino público, gratuito e universal nem na sua colocação em prática; não conseguimos explicitar o que entendemos por autonomia e democracia universitária; não demos nenhum passo importante na questão

⁵¹ A articulação e apresentação de candidaturas para as diretorias se deram no *I e III Congressos Nacionais da ANDES* (1982 e 1984).

⁵² Esses documentos foram divulgados sob a coordenação de Carlos Martins, deflagrando possivelmente a organização da “Força Estranha” como a posteriormente designada “Articulação ANDES Autônoma e Democrática”- ou, simplesmente, “Articulação” - no interior do movimento, que tem atuado predominantemente nos momentos eleitorais e não pode ser confundida ou mecanicamente associada à “tendência” Articulação, majoritária na CUT e no PT. Lideravam essa força, ao lado de Carlos Martins, Agamenon Almeida, Ari Vicente Fernandes, Carlos Eduardo Baldijão, Edmundo Fernandes Dias, Newton Lima Neto, Osvaldo Maciel, Sadi Dal Rosso, Rubens Pinto Lyra, entre outros que subscrevem os documentos. No processo de disputas internas que continuou ocorrendo, deu-se a incorporação, a esse grupo, de lideranças que se integraram inicialmente no bloco concorrente.

fundamental de estabilidade para os docentes da rede particular, não avançamos na integração dos diferentes setores do movimento, da mesma forma como demos passos absolutamente insuficientes na articulação com os setores democráticos e populares” (Documento “ O I Congresso...”, 1982, p.2).

Esta autocrítica, que apontava a despolitização do movimento como a raiz das tensões e conflitos vivenciados naquele momento, entendendo-a como responsável pelos limites nodais da ação sindical praticada pela ANDES, introduziria a questão da *necessidade de explicitação das divergências*, como requisito imprescindível à *real construção da unidade interna*. Neste *I Congresso da ANDES*, contudo, consegue-se apenas dar os primeiros e insatisfatórios passos nessa direção. Como observa Newton Lima Neto,

“Nós não conseguimos conciliar essas divergências [...], mas eu diria [que] existiam já as diferenças de concepção - claro que as forças políticas continuavam se alinhando ainda como rescaldo da greve de 80, ainda no caudal do que aconteceu em Campinas no Congresso de Fundação, onde foi se tentando amalgamar mais as posições - e eu continuava achando que elas não eram de forma nenhuma suficientes para a ruptura. E embora tivéssemos organicamente dois grupos, que se reuniam e procuravam os seus “contingentes” [aspas] para o embate de concepções, o Congresso acabou ficando patético, porque não se conseguia com muita clareza mostrar a diferença entre uma concepção e outra. *A planta era muito verdinha, ainda, para mostrar que frutos ela ia dar e nós estávamos tentando, na verdade, robustecer raiz e caule*” (Newton Lima Neto, 10/04/95; grifos meus).

Embora não amadurecidas, as divergências já se encontravam mapeadas. Tanto é que o documento *Unidade do Movimento - uma Proposta para a Direção da ANDES*, divulgado em março de 1982 com o objetivo de “definir princípios e propostas orientadores da participação dos docentes no processo eleitoral”, considerava que o Congresso havia sido “marcado pelo esforço de superar a velha confusão entre unidade e indiferenciação”, mas que tal esforço se diluíra na “enorme confusão e mesmo descrédito com que a grande maioria dos delegados passou a enxergar a questão da ‘explicitação das divergências’” (Documento “*Unidade do Movimento...*”, 1982, p.1).

O documento divulgado pelo bloco oponente, “*Visando Formação de Chapa*”, aberto a todos, sem quaisquer exceções, (grifado no original) abordava a questão com ênfase na *construção da unidade pela prática de lutas*, não se detendo na explicitação das divergências e apontava a

[...] necessidade premente de aprendermos a conviver com as divergências internas e respeitarmos as posições de colegas que, mesmo discordando em alguns pontos, não podem ser tratados como nossos inimigos. O respeito humano, a honestidade na retórica, a coerência entre as atitudes políticas e o discurso constituem, para nós, uma questão democrática essencial para o crescimento de qualquer movimento” (Documento “Visando Formação de Chapa”, 1982, p. 2; grifos meus).⁵³

⁵³ O documento a que tive acesso, fotocópia do original constante dos arquivos da ADUFPB-JP, não contém um título específico nem está especificamente datado. É subscrito por Luiz Pinguelli Rosa, Márcio Antonio de

A construção da unidade, calcada em tais princípios éticos de convivência democrática traduzia, também, uma concepção de “independência” do movimento docente no sentido de conduzir-se a partir das suas questões específicas, o que *não* significava “isolamento e despolitização”, mas o entendimento de que essas questões “não só mobilizam e fortalecem como estabelecem a relação de determinado movimento social com outros setores organizados e com as questões mais gerais da sociedade brasileira, de caráter essencialmente político”. Assim, todo esforço deveria ser canalizado para as lutas específicas colocadas pelas bases para, “na prática dessas lutas, estabelecer a ligação com as questões gerais e a articulação com os demais setores da sociedade”, cujos movimentos sociais eram vistos como “fundamentais para a construção de uma sociedade democrática, igualitária e pluralista”. O inverso - priorizar as lutas gerais - seria um equívoco, na medida em que “nem se levam adiante essas questões gerais, por não sensibilizarem o conjunto desses movimentos sociais, e freiam-se as reivindicações próprias desses movimentos” (Documento “*Visando Formação de Chapa*”, 1982, pp. 1-2).⁵⁴

Este documento salientava ainda que a ANDES havia sido criada pela “premência” de uma entidade com o seu caráter, ditada sobretudo pela luta dos docentes das IES autárquicas, e que nascera com “o compromisso de construir a unidade dos docentes do ensino superior”. Neste sentido, afirmava-se que era preciso ter “coragem de assumir que [essa] unidade ainda [era] muito frágil”, fragilidade esta que deveria ser enfrentada forjando-se “uma direção política que [fosse] capaz de superar [as] diversidades [internas], respeitando a autonomia relativa dos diversos setores e criando formas concretas de entrosamento entre eles, [sem temer] que as iniciativas no campo das reivindicações esfaçem a entidade”, ao invés de “tentar subtrair estas diferenciações [...] colocando-as numa camisa-de-força de palavras de ordem generalizantes e abstratas” (*idem*, p. 5).

Estavam aí colocadas as divergências básicas de concepção e condução do movimento, que se traduziam em visões opostas ou conflitantes sobre a *construção da unidade interna*, sobretudo em torno da necessidade ou não de explicitação formal dessas divergências e das formas de articulação entre as dimensões acadêmica e sindical (expressas na polêmica sobre a priorização de lutas específicas ou gerais). Elas explicam por que a inserção da ANDES no movimento sindical brasileiro e a integração entre os setores do movimento docente - prejudicada pelas discordâncias sobre a “política de transição” para as IES particulares - tomaram-se dificuldades básicas que exprimem, desde

Oliveira, Renato Ortiz, Maria José Féres, Alexandre Magalhães, Laurindo Leal Filho, Neidson Rodrigues e Wolfgang Leo Maar, entre outros.

⁵⁴ A força historicamente majoritária no interior do movimento considerava, por sua vez, um equívoco esse tratamento dado à relação entre geral e específico, por induzir a uma “falsa oposição” entre os dois pólos. Entendia estarem os mesmos intimamente relacionados e, pois, deverem ser tratados com igual ênfase. Essa questão constituirá uma das divergências de fundo que marcará as disputas eleitorais no interior da ANDES.

a origem, os traços constitutivos limitadores da ação sindical da ANDES. Construir uma unidade “sólida e duradoura” passava pela efetiva superação desses entraves, o que, até hoje, não foi inteiramente alcançado.

Do debate suscitado pelo processo eleitoral de 1982 resultou uma chapa única encabeçada por Luiz Pinguelli Rosa, representante dos “azuis” e tendo como secretário geral Newton Lima Neto, representando os “pretos”, que foi vista como algo positivo para o movimento:

“[...] eu, junto com outros companheiros, conseguimos convencer os “pretos” de que tínhamos de propor aos “azuis” uma chapa única, unitária, [diante] da conjuntura, da gênese, enfim, daquele momento [...] da entidade, da situação do governo. E eu, mais uma vez, abro mão de um cargo que seria o mais elevado, que seria o de presidente, numa disputa em que [...] eu não sei quais seriam os resultados, porque seria cabotino dizer que nós ganharíamos, não fomos para o Congresso conhecendo essa realidade. Mas, independentemente do resultado eleitoral ou de quaisquer vaidades pessoais, nós propusemos que eu abria mão da presidência, o Pinguelli aceitaria e eu ficaria então de secretário geral, que era considerado o segundo cargo mais importante na hierarquia. Fizemos uma chapa muito interessante, única, entremeando “azuis” e “pretos”, que foi muito importante na condução do movimento, para o fortalecimento da agremiação de docentes, para a consolidação da entidade como entidade, para a Campanha pelo Ensino Público e gratuito que a gente desenvolve” (Newton Lima Neto, 10/04/95).

A Diretoria eleita vai continuar vivendo essas tensões e conflitos e, ao mesmo tempo, tentar concretizar os planos de luta deliberados nos eventos nacionais ocorridos. No *III Congresso da ANDES* (1984), que deu início a um novo processo eleitoral, foi apresentado o documento “*Por Uma Chapa Unitária*”, assinado por integrantes dos dois blocos, que definia “pontos políticos básicos e essenciais” para discussão pelos delegados, objetivando formar uma chapa que garantisse “a fidelidade aos princípios históricos e correspond[esse] às necessidades [...] do MD e da entidade” (Documento “*Por uma Chapa Unitária*”, 1984, p.1).⁵⁵

Princípios básicos e pontos programáticos convergentes são explicitados e assumidos pelos dois blocos nesse documento, exprimindo a necessidade de tentar construir a unidade política possível em torno das dificuldades básicas e suas questões polêmicas, para fazer face aos desafios conjunturais. Ao nível dos *princípios*, registrava-se o compromisso com a defesa da *independência da entidade* (inclusive em relação à “estrutura sindical atrelada”); com a *democracia interna* (através do cumprimento e encaminhamento das resoluções dos Congressos e CONAD’s e do respeito à autonomia das AD’s) e com a “luta pelo ensino público e gratuito, pela melhoria e unificação das condições de trabalho do conjunto da categoria e pela autonomia e democratização da Universidade”, sob todas as formas que se fizessem necessárias. Os *pontos programáticos*

⁵⁵ Assinavam este documento Agamenon Almeida, Alexandre Magalhães, Carlos Martins, Edmundo Fernandes Dias, Luiz Pinguelli Rosa, Maria José Féres (eleita presidente para o mandato 1984-1986), Newton Lima Neto, Renato de Oliveira, Rubens Pinto Lyra, Sadi Dal Rosso e Wolfgang Leo Maar, entre outros.

diziam respeito à *reestruturação da universidade* (orientada pela busca de superação do “impasse formalista” da discussão a este respeito, mediante a implementação, por todos os meios, da *Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira*, na prática cotidiana, como forma de obstruir as tentativas de implantação autoritária de qualquer medida de reestruturação”); ao *movimento sindical* (enfatizando-se a necessidade de “integração da ANDES na luta geral dos trabalhadores” e da sua presença nos espaços abertos pela CUT, bem como de intensificar as relações com a CONCLAT, visando fortalecer os setores não atrelados à burocracia sindical, para avançar no processo da reunificação orgânica dos trabalhadores) e na *luta democrática pelas eleições diretas*, tida como “prioridade essencial” (Documento “*Por Uma Chapa Unitária*, 1984, pp. 1-3).

Esses princípios e pontos programáticos constituíam, pois, o consenso possível (negociado ao nível dos dirigentes) e absolutamente necessário para a *consolidação da identidade da ANDES, para uma unidade de proposições e ações que buscava a integração harmônica entre a sua dimensão acadêmica e a sindical*. Com essa “carta de intenções” construiu-se a chapa unitária que conduziu Maria José Féres à presidência da entidade.⁵⁶ Mas essa unidade (movida por um pragmatismo conjuntural) vai se revelar mutante no transcorrer do seu mandato, cujo término levará a uma primeira disputa eleitoral pela direção da entidade, com duas chapas concorrentes, como se verá no capítulo seguinte.

As realizações como afirmação concreta da identidade

Como já enfatizado, a expressão maior da afirmação da identidade da ANDES nesse período inicial se consubstanciou, de um modo geral, no processo de elaboração, divulgação e aprimoramento da *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira* e nas tentativas de sua efetivação. Congregando as dimensões acadêmica e sindical de uma forma efetivamente unitária (porque majoritariamente consensual em seus conteúdos fundamentais), essa *Proposta* foi incorporando, ao longo desse período, como *projeto-referência* e como *prática processual, cotidiana*, as reivindicações, os avanços e as conquistas fundamentais obtidas pelo movimento docente no campo da política

⁵⁶ Em documento intitulado “O Processo Sucessório da ANDES” (1984), Rubens Pinto Lyra divulga sua avaliação desse processo, ocorrido no III Congresso, considerando que o debate levantou “questões de interesse vital para o conjunto do professorado, apesar das aparências em contrário”, na medida em que “avançou significativamente, revelando o antagonismo das correntes que mediam força neste conclave”. Para ele, o documento *Por Uma Chapa Unitária* “contribuiu significativamente para a clarificação das divergências ao posicionar-se contra quaisquer formas de subsídios para as mantenedoras das IES privadas e ao manifestar a sua simpatia pela CUT, denunciando o caráter atrelado e burocrático da estrutura sindical vigente”. No entanto, ele advertia para o risco de que a constituição de uma Chapa Unitária pudesse significar apenas um recurso dos dissidentes para confundir a seu favor os delegados (ocultando a defesa de uma “chapa única a qualquer preço”) e, portanto, uma “adesão pró-forma” dos “opositores” à força hegemônica, fazendo com que as concessões recíprocas se tornassem “infrutíferas e inúteis” (Lyra, 1984, pp. 1 e 5).

educacional. As realizações neste campo, entendidas nos dois planos interconexos que integram a concepção de política educacional aqui adotada, configuram, portanto, a *materialização da identidade* da ANDES. Cabe ainda destacar, como conquistas relevantes, além da formulação da *Proposta* em si mesma:

- os avanços nos processos de escolha dos dirigentes universitários, principalmente no âmbito das IES federais autárquicas e das IES estaduais, sobretudo a partir da derrubada da lei nº 6.733, que sufocava autoritariamente esse processo nas IES federais fundacionais (cf. Boletim da ANDES nº 17, dezembro de 1983);

- o recuo tático do MEC em sua tentativa de implantação do ensino pago nas IES federais e de transformação das IES autárquicas em fundacionais, ao lado da sustentação do debate democrático sobre reestruturação da universidade, que viabilizava o embate de projetos de universidade e o combate crítico aos “descaminhos” do governo nesta esfera, a exemplo do Programa de Avaliação da Reforma Universitária - o Projeto PARU - e da tentativa empreendida pelo MEC/CFE de desvincular as IES autárquicas do DASP (cf. Boletins da ANDES nºs 16 e 18, de outubro de 1983 e março de 1984, respectivamente);

- os debates sobre a realidade do ensino superior brasileiro que, intensificados pela mobilização dos docentes do setor das IES privadas em torno da questão do repasse de verbas públicas para essas IES, possibilitaram o aprofundamento das discussões sobre o projeto de universidade e de sociedade da ANDES e pois, o aprimoramento da *sua Proposta para a Universidade*;

- os avanços na articulação nacional dos docentes do setor privado, evidenciados pelos eventos realizados (que começam a envolver os SINPRO’s) e pelos seus resultados, no que se refere a saltos de qualidade nas lutas específicas empreendidas junto aos padrões;

- os ganhos salariais e de carreira obtidos, em diversos graus e níveis, pelos movimentos grevistas dos diferentes setores institucionais que, reforçando a dimensão sindical da entidade, eram sempre associados, nas pautas de reivindicação e na avaliação das conquistas obtidas, à defesa da qualidade do ensino superior no país e politizados em torno da necessidade de construir um “padrão único” de qualidade para a universidade brasileira;⁵⁷

⁵⁷ Merece destaque a “greve nacional de 84 dias” sustentada pelos professores das IES federais autárquicas, em 1984, considerada “fato sem precedentes” e “a maior greve nacional já desenvolvida por uma categoria na história do Brasil”, que teria alterado qualitativamente não só o movimento como a própria vida universitária”. Avaliando-a, a direção da ANDES salientava o “apoio recebido [...] dos diferentes setores da sociedade civil, de sindicatos, de todos os partidos políticos, do Congresso Nacional e da opinião pública em geral”, explicando-o pelo fato de que “pela primeira vez, o movimento docente colocava a questão da Universidade na pauta da sociedade brasileira, rompendo o isolamento, saindo do espaço restrito dos campi e procurando redimensionar as relações efetivas da Universidade com a Comunidade. Os Comitês em Defesa da Universidade Pública, que

- as articulações efetivamente tecidas pela ANDES com entidades acadêmico-científicas em defesa do ensino público e gratuito e a sua inserção, embora frágil, no movimento sindical brasileiro, que concretizavam, dentro dos limites analisados, a sua estratégia de alianças com os setores “progressistas” da sociedade na luta pela democratização da universidade e da sociedade brasileiras.

Pode-se assim afirmar que, nesses quatro primeiros anos de existência, a ANDES não só se revelou à opinião pública e à sociedade brasileiras como uma nova força social atuante, como disse a que veio, obtendo credibilidade e respeitabilidade externa à sua *identidade* como um *sindicato de intelectuais*. Ao mesmo tempo, internamente, enfrentou as tensões, contradições e limites dessa identidade na perspectiva da sua superação e, pois, do fortalecimento do seu potencial inovador, no campo dos embates anticapitalistas. A continuidade dessa trajetória será abordada nos capítulos subsequentes.

proliferaram em todo o país, [seriam] exemplos claros do salto de qualidade realizado pelo movimento docente e caracteriza[r]iam uma ação organizada da sociedade em defesa desse grande patrimônio cultural, pedagógico e científico” (Boletim Nacional da ANDES, nº 20, 1985). De fato, abstraindo-se os rasgos ufanistas desta avaliação, esta greve, que enfrentou a ilegalidade declarada e foi concomitante à greve dos servidores técnico-administrativos dessas IES, levando-as a examinarem minuciosamente o seu próprio cotidiano, pode ser considerada, talvez, a demonstração mais forte da afirmação da identidade da ANDES em seu duplo caráter acadêmico-sindical, para além das tensões e limites a ele inerentes. A coesão do movimento, a sua capacidade de resistência na ilegalidade e a sua pauta de reivindicações são inequivocamente ilustrativas da dimensão política das greves e do não corporativismo da ação sindical da ANDES. Este embate político é analisado no Boletim nº 20: “o governo tirava a máscara e confirmava claramente o que os docentes já vinham afirmando há muito tempo: a greve era *um problema político para o regime* e, como tal, o SNI tomava a si o controle da situação. A chamada ‘ala dura’ do regime passou a apostar nas punições, no esmagamento do movimento e da própria universidade”. Encerrada sem nenhuma conquista concreta, à guisa de uma “trégua com o MEC crua e corajosamente assumida”, esta greve teve, como desdobramento imediato, o compromisso de que o próprio CRUB, como “Comissão de Alto Nível”, passasse a examinar, num prazo de 30 dias, as reivindicações de docentes e servidores. Nos demais setores do movimento, que declararam seu apoio e solidariedade contínuas ao embate dos 84 dias, outros avanços também se concretizavam. Em 1984, os docentes das *IES Estaduais* continuavam sua luta pela democratização das IES e por melhores condições de trabalho e salário, enfrentando crises pela sustentação dos nomes votados pela comunidade, como na UNESP e greves (predominantemente bem-sucedidas), como a das Estaduais do Paraná (Londrina e Maringá) e a campanha salarial encetada nos três campi da Universidade Estadual de Santa Catarina. Neste mesmo ano, os professores das *IES federais fundacionais* também se mobilizavam (com paralisações, greves, atos públicos (*nacionalmente* coordenados - em “ação coletiva estruturada e materializada em uma série de reuniões nacionais”) em defesa de dois eixos básicos: salários e verbas para a manutenção das universidades e democratização da escolha de dirigentes (eleições diretas para reitor). Os docentes das *IES particulares*, por sua vez, avançavam realizando, neste mesmo ano, o II Encontro Nacional AD’s-SINPRO’s e se propondo a realizar, em 1985, a I Campanha Salarial Unificada Nacional de docentes de IES Particulares e Fundações, com Coordenação Nacional e Coordenações Regionais e Locais, onde possível. Já em 1984, no 2º semestre, as campanhas salariais articuladas haviam possibilitado conquistas em “inúmeras escolas”, ao mesmo tempo em que os docentes deste setor buscavam ampliar seu espaço no interior da ANDES e contribuir com a “política acadêmica” da entidade, aí se incluindo a elaboração de um Plano de Carreira unificado nacionalmente. Como se vê, a dimensão sindical específica da ANDES ia se afirmando/alastrando nacionalmente e a “Nova República” encontraria este sindicalismo no auge da sua combatividade (cf. Boletim Nacional da ANDES, nº 20, 1985).

Capítulo 5

A IDENTIDADE AMEAÇADA: ABALOS NA UNIDADE (1985-1988)

A “NOVA REPÚBLICA” EM FOCO: DESAFIOS CONJUNTURAIS

Em meados dos anos 80, o movimento docente já se encontrava *afirmado em sua identidade* e nacionalmente consolidado. As análises e realizações dos quatro primeiros anos de sua caminhada lhe asseguravam o acúmulo histórico necessário à continuidade e aprofundamento de suas linhas fundamentais de ação (definidas pela concepção politicamente hegemônica), face às alterações ocorridas na vida econômica, social e política do país, com o fim da ditadura militar e o advento da chamada “Nova República”.

Este acúmulo permitiu à ANDES não só preservar (reafirmando) a sua *singularidade* - em suas dimensões “academicamente engajada” e “especificamente sindical” - como tentar interligá-las e concretizar intervenções teórico-práticas no sentido de avançar em ambas as dimensões, *vis à vis* os desafios postos pelo novo contexto. Neste segundo quadriênio de existência da entidade (1985-1988), os *limites e potencialidades dos traços constitutivos de sua identidade* vão se desvelar em sua plenitude, pela exacerbação das tensões inerentes a esta identidade e pelo enfrentamento de novas tensões, resultantes das divisões internas que a “Nova República” provocava e revelava.

Trata-se, no meu entender, de um período rico em possibilidades e realizações, em que o movimento nacional demonstra toda a sua *combatividade* e, também, o seu esforço de superação das *dificuldades básicas* enfrentadas ao longo de sua trajetória: as *relações com o “novo sindicalismo”* e *entre os setores institucionais dos docentes*, cujos desafios se recolocam agora sob ângulos novos, sempre mediados pelas intervenções na *esfera da política educacional*. Apesar dos limites e possíveis equívocos cometidos no enfrentamento dessas dificuldades, pode-se dizer que as *ações da ANDES nesta esfera* potencializaram e materializaram, mais uma vez, a sua identidade singular.

As conjunturas analisadas e enfrentadas: leituras, posicionamentos e intervenções gerais

O exame dos documentos produzidos pela ANDES no período de 1985-1988 ilumina uma maior capacitação da entidade para elaborar análises de conjuntura alicerçadas na preocupação estratégica, tão valorizada por Gramsci, de considerar as relações de força visando definir conteúdos e procedimentos de luta. Há, nos textos pesquisados, uma

abordagem mais densa e alongada das questões em pauta, que expressa a *direção política* assumida pelo movimento e os seus posicionamentos/intervenções na perspectiva de defender/sustentar uma *resistência transformadora* às injunções da “nova ordem” instaurada.¹

Assim é que, no Relatório do *IV Congresso Nacional da ANDES* (1985), encontra-se uma explicitação do significado atribuído pelo movimento docente à transição política que se processava. Considerava-se que a derrota da Emenda Dante de Oliveira, com o conseqüente deslocamento da disputa sucessória para o Colégio Eleitoral, trouxera para a frente oposicionista “correntes conservadoras até então alinhadas com o regime”, resultando no reforço ao caráter conservador da “abertura democrática”. E alertava-se, também, para o fato de que as forças conservadoras se apresentariam em novos moldes, ao lutarem pela manutenção de seus privilégios. Previa-se que a *persistência da crise econômica*, ao mesmo tempo em que dificultaria a conquista de demandas populares, acirraria as contradições sociais existentes, viabilizando a “intensificação das lutas e a elevação das formas de luta”. Tomava-se indispensável, assim, “desenvolver esforços pela *unificação concreta das forças populares*”, definindo-se uma pauta mínima de reivindicações e de formas de luta unitárias (Relatório Final do IV Congresso, 1985, p. 3, grifos meus).

Na visão dos congressistas, o governo Tancredo Neves, que assumiria em março, estava preso aos compromissos contraditórios dessa “transição pelo alto”. Eleito por um amplo leque de forças, certamente enfrentaria disputas na composição de seus quadros dirigentes, mas já se previa a predominância do conservadorismo, cujas forças tentariam dar continuidade às políticas sociais e econômicas do regime militar. Ao mesmo tempo, por representar um certo corte com o militarismo vigente e pelas expectativas criadas em torno da sua eleição, fruto do confronto político entre forças conservadoras e “progressistas”, acreditava-se que o novo governo teria credibilidade suficiente para tomar iniciativas e gestar formas de ação próprias e que tenderia a lidar com as entidades da sociedade civil individualizadamente, dificultando as articulações entre elas. Dentre as iniciativas de políticas governamentais que se delineavam, o movimento chamava a atenção, especificamente, para o propalado *pacto social*, posicionando-se inequívoca e contundentemente em contrário: “os trabalhadores não têm mais o que ceder e, portanto, não deverão abrir mão de suas reivindicações nem de suas formas de luta”.

Com essa leitura do momento histórico, o IV Congresso da ANDES concluía pela necessidade de os docentes se unirem às forças progressistas e aos movimentos sociais,

¹ A bibliografia crítica a respeito da “transição conservadora” é ampla. Destaco, à guisa de ilustrações: Dreifuss (1989), Fernandes (1986), Faoro (1989), Laranjeira (1990) e Oliveira (1990).

intervindo nos novos espaços institucionais da política e exercitando o seu poder de mobilização e articulação:

"[...] além da cobrança dos compromissos gerais e setoriais assumidos pelo presidente eleito, é necessário que o movimento docente aprofunde cada vez mais a sua inserção no movimento por uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. Pelas iniciativas que já se avizinham para as áreas de educação, cultura, ciência e tecnologia, é fundamental que o MD esteja preparado não só para a luta política geral, como também para os embates permanentes em seu próprio terreno. Isto implica em captar com lucidez as novas qualidades da luta política, como condição para influir de forma efetiva no curso das transformações que a sociedade brasileira requer" (Relatório Final do IV Congresso, 1985, pp. 2-3; grifos meus).

Percebe-se, da parte da direção política majoritária no movimento docente, a consciência e a denúncia dos limites postos pela transição conservadora e, ao mesmo tempo, o seu empenho em preservar e potencializar ao máximo os espaços de luta existentes, na perspectiva do alargamento/transposição desses limites. A *guerra de posições* a ser travada ganhava, pois, a conotação de uma *resistência transformadora*, na disputa de hegemonias que se renunciava. Compreende-se, a partir dessa interpretação gramsciana, por que o *IV Congresso* assumiu, como "novas tarefas políticas" da entidade (seja no plano institucional, seja no de mobilização de massas):

"Lutar pela transformação da universidade brasileira, no sentido de torná-la pública, gratuita, autônoma e democrática; articular-se com o movimento operário, sindical e popular, na defesa intransigente das grandes bandeiras da classe trabalhadora brasileira; participar, com as demais forças da sociedade civil, da formulação de políticas sociais de longo alcance e ser capaz de propor medidas emergenciais que a grave situação social requer. [...] Finalmente, [...] lutar pelo avanço da democracia em nosso país, com a remoção do entulho autoritário e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana" (Relatório Final do IV Congresso, 1985, pp. 3-4; grifos meus).

Um ano depois, o movimento reafirmaria a sua análise do governo de transição como "marcado pela contradição entre as suas propostas de abertura política e institucional e o perfil marcadamente conservador de sua base de sustentação política e parlamentar". O "desfecho de abril", com a substituição de Tancredo Neves² por José Sarney, "frágil individualmente e carente de base política significativa", não mudara substantivamente os rumos e as estratégias governamentais. Coerentemente com esse entendimento, os participantes do *V Congresso Nacional da ANDES* avaliavam que

² A 21 de abril de 1985, quando do falecimento do presidente eleito Tancredo Neves, a Diretoria da ANDES divulgou nota oficial em que registrava sua visão da gravidade do momento político e a consciência da necessidade de manutenção dos compromissos de democratização por ele simbolizados. Temendo retrocessos na transição possível, afirmava que "somente a sociedade organizada será capaz de garantir a permanência dos valores democráticos. Somente a participação popular em todos os níveis sustentará a Assembléia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática, aspiração máxima de todo o povo brasileiro". O reforço/apelo à idéia de Nação e de Povo, já comentado no capítulo anterior, reaparece aqui juntamente com a auto-imagem (afirmada) de um sindicalismo que se via capaz de *conclamar* "os partidos políticos, as organizações sindicais e da sociedade civil para a instalação imediata do Comitê Nacional Pró-Constituinte". Os professores universitários - afirmava a nota - "continuam lutando intransigentemente pela *justiça social*, pelas *liberdades políticas* e pela *humanização* da sociedade brasileira" (cf. Boletim da ANDES nº 21, abril de 1985).

"[...] o discurso liberalizante, para além da dimensão retórica, indicava o reconhecimento da enorme pressão social pela democratização - sintetizada na Campanha pelas Diretas - e a necessidade de algum nível de atendimento a essa pressão, que garantisse ao novo governo o mínimo de legitimidade necessária para levar a cabo o projeto de uma transição conservadora. Combinar uma relativa abertura a nível político e institucional com a manutenção das políticas sociais de fundo já era uma estratégia clara do governo. A ela o movimento docente opunha, com lucidez, a necessidade de avançar na articulação autônoma dos movimentos sociais e dos segmentos organizados da sociedade civil" (Relatório Final do V Congresso, 1986, p. 1; grifos meus).

Os participantes do V Congresso admitiam como inegáveis alguns avanços na institucionalização da democracia, como a liberdade partidária, o reconhecimento das Centrais Sindicais e a realização de eleições diretas para as prefeituras. Mas esses avanços, embora pudessem estar previstos na estratégia governamental, não teriam ocorrido sem a "pressão do movimento popular e democrático" e não eram suficientes, pelos limites já apontados, para "consolidar transformações de fundo" nas condições de vida da maioria da sociedade. Desta perspectiva, o adiamento da renegociação da dívida externa com o FMI, aparentemente uma "atitude de independência" governamental, expressava de fato a "prorrogação de um acordo lesivo para o país e fora das condições [...] do próprio mercado financeiro internacional". Ademais, a política salarial permanecia institucionalmente intocada e, se havia mudanças na política de arrocho salarial, isto se devia "ao intenso movimento grevista das diversas categorias de trabalhadores".³ A Lei de Greve também continuava a mesma, assim como a estrutura sindical corporativa. A proposta de Reforma Agrária apresentada pela Presidência da República (baseada no Estatuto da Terra do governo Castelo Branco), visando neutralizar a campanha nacional que seria deflagrada a partir do Congresso da CONTAG, não fora acolhida por latifundiários e setores retrógrados da sociedade, o que mostrava que o governo não estava "politicamente aparelhado para levar adiante qualquer reforma de caráter social, mesmo aquelas como a Reforma Agrária, reconhecida por setores do próprio capital como necessária para a modernização da estrutura capitalista do país" (Relatório Final do V Congresso, 1986, p. 2).

Na avaliação dos congressistas, uma das diferenças básicas deste governo em relação aos dos militares era a sua maior permeabilidade à pressão social organizada, geralmente "respondida" sem confrontação direta. Esta pressão estaria produzindo a

³ O período em estudo é marcado por Dias Nacionais de Luta, Campanhas Nacionais Unificadas e greves, no geral bem-sucedidas, dos docentes de todos os setores institucionais da ANDES, tendo como eixos reivindicatórios básicos: verbas, salários, carreira e democratização das IES. No caso das IES federais, em 1985 os docentes das fundações obtêm, com a sua greve nacional, importantes vitórias rumo à isonomia, que é perseguida juntamente com os professores das IES autárquicas em 1986 e conquistada, nacionalmente, através da greve de 1987, que unifica os dois setores. No caso dos docentes das IES estaduais e particulares, os movimentos grevistas foram muitos e constantes, sobretudo nos dois primeiros anos, concentrando-se nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, onde a organização dos docentes se encontrava mais forte.

criação de “Comissões de Alto Nível”, que teriam o duplo intuito de evitar a mobilização social direta e esvaziar a representatividade das entidades da sociedade civil, deslocando o embate político de projetos para o terreno técnico dos especialistas dos gabinetes ministeriais. A própria *Reforma Universitária*, assumida por Tancredo Neves como uma das prioridades de seu governo, estava sendo objeto deste mesmo “jogo diversionista”.⁴ Contudo, a expressão maior dos limites e contradições do governo Sarney - ou do projeto político da Aliança Democrática - estaria na condução do processo constituinte:

“Inicialmente utilizada como pretexto para o adiamento do processo de democratização, postergando a remoção do chamado entulho autoritário, a Constituinte chega à sua convocação diminuída pela tentativa de condicionar seu trabalho ao anteprojeto apresentado pela Comissão, descaracterizada pela concessão de poderes constituintes ao Congresso Nacional, diluída pela indefinição de um prazo para os seus trabalhos e tutelada pela permanência de um Presidente da República que, além da ilegitimidade de seu mandato, preserva à sua disposição todo o arsenal sobrevivente dos instrumentos de exceção” (Documento Final do V Congresso, 1986, p. 3).

Com esta leitura da “Nova República”, os participantes deste V Congresso avaliavam que os embates políticos cruciais dar-se-iam no cada vez mais cerceado (mas nem por isso menos importante) *espaço constituinte* e recomendavam, como *condição essencial* para a obtenção de melhorias da qualidade de vida e de trabalho e para a ampliação dos espaços sociais democráticos, o empenho na articulação dos movimentos sociais e populares *autônomos*, visando enfrentar o “aparato institucional e político de sustentação do governo” (*idem*, pp. 3-4).⁵

Logo no início de 1986, a entidade deparou-se com mais um desafio: posicionar-se diante do Plano Cruzado I, definido através do decreto-lei nº 2283, de 27/02/86. Em nota oficial de 8 de março, a ANDES reconhecia que a repercussão positiva do Plano se devia à implementação de medidas há muito ansiadas pelos setores populares. Considerava, porém, tais medidas emergenciais e questionava sobre o tratamento que seria dado aos fatores estruturais, agudizadores dos desequilíbrios da economia nacional, a exemplo da *questão da terra* e da *dívida externa* (Boletim Nacional da ANDES, nº 25, 1986).

A entidade via com bons olhos o congelamento de preços, mas advertia para as fragilidades das propostas de seguro-desemprego e de escala móvel de salários,

⁴ Desde o IV Congresso, o movimento docente vinha reagindo a esse tipo de ação governamental, propondo “tirar a discussão dos gabinetes”. Para tanto, encaminhara a realização de um Seminário Nacional sobre a Universidade Brasileira, que constituiria um “marco de abertura (nessa) discussão, além de buscar ultrapassar a discussão corporativa e envolver a sociedade na questão da Universidade de forma concreta” (cf. Boletim da ANDES nº21, abril de 1985). Este Seminário, patrocinado conjuntamente pela ANDES, pela UNE e pela FASUBRA, ocorreu em Brasília, em maio de 1985, centrando-se na Reestruturação da Universidade (cf. Cadernos ANDES nº2, 1986).

⁵ No campo especificamente econômico, os posicionamentos sobre a *dívida externa* continuavam contundentes: “lutar pela *suspensão imediata* [do seu pagamento], até que se realize um processo de discussão e deliberação democrática a nível nacional, que defina uma política de enfrentamento da dívida na perspectiva da soberania nacional e dos interesses populares” e “*rompimento com o FMI*” (*idem*, p.7; grifos meus).

ênfatizando o impacto do Decreto nos saláios: “qualquer programa de estabilização implica um preço econômico a pagar e, portanto, a escolha política dos setores sobre os quais esse preço será descarregado”. Apesar dos insistentes desmentidos governamentais, avaliava que o conjunto de medidas representava um “instrumento de confisco salarial”, dada a prevalência da concepção de que os saláios seriam os principais responsáveis pela inflação, o que implicava tratamento diferencial ao trabalho e ao capital: os saláios eram congelados pela média do semestre, ao passo que os preços se congelavam pelos seus picos em 27/02/86. A nota ressaltava, também, o problema da permanência da *concentração de renda*, afirmando que a reversão desta tendência histórica não poderia “estar baseada no congelamento por baixo dos saláios e na garantia, ao capital, de congelamento das altas taxas de lucro recebidas nesse último semestre.” Detendo-se nas conseqüências negativas do decreto para os professores universitários, demonstrava, ainda, as perdas salariais diferenciadas para os docentes dos diversos setores institucionais.

Declarando-se convicta da necessidade de uma articulação ampla e efetiva, viabilizadora de uma mobilização e organização dos trabalhadores que evitasse que o preço da estabilização recaísse sobre os seus ombros, a entidade propunha o debate, pelo movimento sindical e demais segmentos organizados da sociedade, de uma *pauta comum* que contemplando os seguintes pontos: reajuste de saláios pelo pico do semestre; rigoroso controle de preços; salário mínimo real (índices do DIEESE); seguro-desemprego negociado pelos trabalhadores; patamar inflacionário de 5% como detonador da escala móvel; tabelamento dos juros; estabilidade no emprego; liberdade e autonomia sindicais; fim da proibição à reposição de perdas salariais e unificação das datas-base. Sem essas medidas, “os trabalhadores, a quem em princípio interessa um plano de estabilização econômica, estarão sendo os principais onerados com o seu custo e, portanto, sofrendo mais um rude golpe nos seus interesses” (Boletim Nacional da ANDES, nº 25, 1986).

As cautelas e advertências da ANDES, contrastando com a euforia generalizada em torno do Plano, logo se revelaram pertinentes. Em agosto deste mesmo ano, o Boletim nº 26 publicou um documento da Diretoria abordando a crise do Cruzado e criticando a falsa saída representada pela decretação de “pacote” complementar, que estabelecia os empréstimos compulsórios, a taxaço de viagens ao exterior, um plano de metas e medidas tributárias sobre aplicações financeiras, para favorecer a venda de títulos e elevar a arrecadação. A lógica dos pacotes, segundo os dirigentes do movimento, seria a mesma: “enfrentar os problemas vividos pelo capitalismo brasileiro de modo a beneficiar o grande capital, apresentando a conta aos trabalhadores”. Caberia, assim, às classes trabalhadoras, defender com independência seus interesses, combatendo a política salarial vigente e reivindicando um efetivo congelamento dos preços dos gêneros e serviços de primeira

necessidade (Boletim Nacional da ANDES, nº 26, 1986).

Quando da decretação do Plano Cruzado II, logo após as eleições de novembro de 1986, a Diretoria fez uma crítica retrospectiva à política econômica da “Nova República”, que estaria se caracterizando por medidas de impacto: a edição de “pacotes econômicos através de decretos-lei, oriundos de discussões sigilosas. O Plano Cruzado teria funcionado no sentido de deter a tendência à hiperinflação e evitar a perda de controle governamental sobre o processo inflacionário, mas não representava nenhuma mudança estrutural no capitalismo brasileiro: favorecia claramente o empresariado, para quem liberara uma grande quantidade de recursos financeiros a juros inicialmente mais baixos, aumentava a demanda por produtos e serviços e continha os salários médios reais.⁶ Avaliava-se, no entanto, que o Plano fora bem-sucedido na afirmação política do “novo governo”. Naquele momento crucial para as forças conservadoras brasileiras, ele se constituía, talvez, na principal arma governamental, na disputa de hegemonias que se travava, para a obtenção do consentimento dos governados ao hoje designado projeto neoliberal, que já se delineava no Brasil:

[...] o Plano Cruzado correspondeu a uma intervenção de grande importância na luta política e ideológica vivida pela sociedade brasileira. Mobilizando em torno do congelamento geral de preços multidões que acreditavam na viabilidade de ser alcançada a ‘inflação zero’ prometida pelo presidente e seus ministros, o governo procurou disputar com os partidos, sindicatos, associações e movimentos populares organizados a direção sobre os movimentos de massa urbanos. Contraposta à ação organizada em termos partidários ou sindicais, aparecia(m), com o suporte da ação executiva, [as] multidões de ‘fiscais do Sarney’. Para além desse tipo de movimento de massas, fortalecia-se a imagem de um governo acima dos partidos, dos interesses sociais, da própria política. O Plano Cruzado II inscreve-se, assim, no modo concreto como vem se dando o avanço do conservadorismo no Brasil” (Boletim Nacional da ANDES, nº 27, 1986).

Na visão da Diretoria, o governo brasileiro estava promovendo uma *desqualificação sistemática* da política, pelo esvaziamento da ação política organizada e coletiva, buscando atingir, especificamente, “a política *independente* e não apenas *oposicionista*”, ao confrontar-se com os movimentos e organizações populares que primavam pela sua autonomia. Por isso a oposição era frequentemente rotulada como “antidemocrática”, “radical” ou “demagógica” (num claro intuito de desmoralizá-la/isolá-la); por isso a CUT era sempre responsabilizada pela ocupação de terras por camponeses, pela esmagadora maioria das greves que se espalhavam e pelas “mais variadas formas de manifestação de trabalhadores descontentes com a política governamental e com as posturas patronais”. Por sua vez, aumentava a ofensiva direta contra o conjunto dos trabalhadores que lutavam por

⁶ Não era à toa que se verificava o ascenso dos movimentos paredistas: “temos agora um reconhecimento de muitas categorias de trabalhadores da necessidade de reivindicar melhores salários e se hoje sua mobilização aparece nos jornais e televisão, o mesmo não se deu com as mais de 300 greves de trabalhadores havidas no período de março a julho de 1986” (Boletim Nacional da ANDES, nº 27, 1986).

seus direitos, liderada pelos proprietários de terra organizados na União Democrática Ruralista (UDR). Tinha-se, enfim, uma *"combinação da desvalorização da política com a ofensiva sistemática contra as lutas dos trabalhadores"*, conformando os traços do conservadorismo brasileiro, cristalizados no conjunto das ações governamentais que se fizeram e se fazem presentes no campo da *política educacional* e, particularmente, no terreno da reestruturação da universidade (Boletim Nacional da ANDES, nº 27, 1986; grifos meus).⁷

O combate à política econômica governamental, caracterizada pelo recuo do Estado de todo espaço que pudesse ser minimamente ocupado pelo capital privado e pelo intuito de enxugamento da máquina administrativa de modo a atender às exigências do FMI, esteve também no centro das discussões do *VI Congresso Nacional da ANDES*, cujo Relatório Final contém muitas e muitas páginas sobre o tema "Movimento Docente e Situação Política Nacional". Nelas, os congressistas voltavam a insistir em que uma reversão significativa deste quadro somente seria possível com a força dos movimentos reivindicatórios e salientavam que a convocação de uma Constituinte Congressual era a "resposta da classe dominante à grande mobilização de massas contra a ditadura militar e por Diretas-Já", (resposta esta condizente com os objetivos do Capital). Daí a sua recusa a qualquer tipo de pacto social ou trégua:

"Depois das eleições de 15 de novembro, ainda durante a apuração dos votos, o governo tomou medidas econômicas que trouxeram novas e maiores dificuldades para a maioria da população, especialmente os trabalhadores. Diante da revolta generalizada por essas medidas antipopulares, do protesto generalizado, da greve geral do dia 12 de dezembro, o governo acena com a proposta do pacto social, do entendimento nacional. Demonstra isso a intenção clara de conter a luta dos trabalhadores em defesa de suas reivindicações econômicas e políticas. Com isso, o próprio governo inviabiliza qualquer tipo de entendimento, pois o que temos hoje é o peso da crise sendo atirado novamente nas costas dos trabalhadores e a soberania nacional novamente aviltada pelas vergonhosas concessões aos credores internacionais" (Relatório Final do VI Congresso, 1987, p. 2; grifos meus).

Do aprofundamento dessas análises sob a ótica da sua persistente *resistência transformadora*, os congressistas extraíram encaminhamentos visando à reação ampla e organizada do movimento sindical, consubstanciados na definição de uma "pauta mínima" de reivindicações, com treze pontos, a serem defendidos perante os constituintes:

"1) estabelecimento de um índice real de inflação elaborado com base no DIEESE; 2) congelamento real dos preços e tarifas, com tabelamento dos aluguéis e garantia de abastecimento; 3) reajuste salarial para todos os trabalhadores, ativos e inativos, com base na

⁷ Nesse contexto, a implantação do *Plano Cruzado II* tivera por objetivo básico responder às principais exigências do FMI, como demonstrava o fato de ter sido adotado às vésperas da conclusão do relatório deste organismo internacional e da data para as negociações com o Clube de Paris e com os banqueiros credores. Tanto é que suas principais medidas estariam voltadas para o favorecimento da *renegociação da dívida externa*. Lançado logo após as eleições de novembro, que deram maioria esmagadora ao poder dominante, o Cruzado II teria provocado uma "revolta generalizada" na população, que não sensibilizara o governo, disposto apenas a negociar aspectos irrelevantes das medidas tomadas (cf. Boletim Nacional da ANDES nº 28, 1986).

inflação real, a partir de 1º de janeiro de 1987; 4) salário mínimo real de acordo com o DIEESE; 5) garantia de estabilidade no emprego; 6) jornada máxima de trabalho de 40 horas semanais; 7) escala móvel mensal para os salários com base na inflação real; 8) liberdade e autonomia sindical; 9) fim da L.S.N., da Lei de Greve, dos decretos-lei e das Medidas de Emergência; 10) Reforma Agrária com a participação e controle dos trabalhadores; 11) não pagamento da dívida externa e rompimento dos acordos com o FMI; 12) ampliação progressiva do Ensino Público e Gratuito, até que seja suficiente para atender toda a demanda; 13) acesso do Movimento Sindical organizado, de forma gratuita, aos meios de comunicação de massa, durante todo o funcionamento do Congresso Constituinte” (Relatório Final do VI Congresso, 1987, p. 13).

Como se vê, todo um ideário anticapitalista subjazia a esta pauta, que retomava e atualizava algumas reivindicações antigas do movimento. Em termos concretos, além da preparação de um documento, a ser divulgado na instalação da Constituinte - marcando o início de mais uma *Campanha Nacional em Defesa do Ensino Público e Gratuito* - recomendava-se que se organizassem manifestações contra o pacto social e que se investisse efetivamente na *politização e conscientização* da categoria, subsidiando-a com análises sistemáticas de conjuntura que incluíssem a situação internacional.

No Relatório Final do *VII Congresso Nacional da ANDES* (1988) já se encontram análises sobre a crise internacional e a sua projeção no país. A crise era explicada como tendo raízes na reorganização do sistema capitalista mundial no pós-segunda guerra, responsável pela “destruição do sistema monetário internacional”, a partir do final da década de 60. A sua agudização era atribuída à política econômica do governo Reagan, que promovera a economia norte-americana às custas do agravamento dos principais problemas geradores da crise internacional, prognosticando-se, em decorrência, uma “violenta recessão”, com sérias repercussões em economias como a brasileira (Relatório Final do VII Congresso, 1988, p. 9).

No caso brasileiro, a situação era mais desafiante ainda devido ao fracasso do Plano Cruzado II, a que se seguira o insucesso do Plano Bresser. Esses insucessos teriam sido desastrosos para o projeto político conservador, na medida em que inviabilizavam o arco de alianças políticas construído em torno da conciliação com o regime militar e os seus grupos de sustentação - voltado para a neutralização da pressão e insatisfação populares - e por terem definido, como instrumentos fundamentais de ação, a *política econômica* e a *condução do processo constituinte*. Através da política econômica, pretendiam os governantes obter o apoio popular (e, pois, garantir a intensificação da acumulação capitalista, de modo a viabilizar a continuidade do pagamento da dívida externa). Por meio do processo constituinte, sustentado no êxito da economia, esperava-se a legitimação, pelos trabalhadores, do arcabouço institucional do governo. Em suma, na avaliação da ANDES, o projeto político da “Nova República” seria, para as classes dominantes, um “instrumento novo para a manutenção e ampliação da hegemonia, na sociedade brasileira,

do grande capital” (*idem*, p. 10).

O fracasso econômico do governo comprometera esse traçado do projeto dominante, embora não favorecesse, por si mesmo, as forças sociais de oposição. Formara-se, na Constituinte, uma clara maioria conservadora e os movimentos sociais situados no terreno anticapitalista não haviam logrado, por sua vez, organização e mobilização suficientes para alterar este quadro, apesar da crescente insatisfação popular. Mesmo assim, o insucesso dos “pacotes” e a conseqüente “perda da eficácia da ação política e social do governo sobre os trabalhadores” teriam provocado rachaduras no interior das classes dominantes que acabaram viabilizando, através da pressão organizada dos trabalhadores, a incorporação, pela Comissão de Sistematização, de algumas reivindicações essenciais, como a redução da jornada de trabalho e a proibição de dispensa imotivada do emprego (cf. Relatório Final do VII Congresso, 1988, p. 11).

Para os militantes reunidos no *VII Congresso*, essas vitórias parciais confirmavam o “acerto político da linha de ação proposta pela ANDES”, no sentido de “atuar junto à Constituinte sem alimentar ilusões quanto à sua composição e limites, mas reconhecendo nela um espaço importante para a defesa das propostas do movimento docente”. Salientava-se, contudo, que mesmo essas vitórias estavam “comprometidas pelas propostas retrógradas do ‘Centrão’, tanto no campo econômico-social como político-institucional”, posto que medidas como a estabilidade, o aumento no valor das horas-extras, a dilatação do período de licença-gestante e a ampliação do direito de greve haviam provocado uma “violenta reação do grande capital”, que ia da ameaça de desestabilização política e de fechamento da Constituinte até uma maciça campanha de mídia contrária às mesmas. Assim, admitia-se que o principal resultado da luta pelos interesses populares seria “*barrar o retrocesso, mais do que promover avanços na ordenação jurídica do país*” (Relatório Final do VII Congresso, 1988, pp. 11 e 12; grifos meus).

A complexidade deste quadro político possibilitara, também, a obtenção de uma maioria de votos, na Comissão de Sistematização da Constituinte, em favor da realização de eleições diretas para presidente da república em 1988. Na visão dos militantes da ANDES, isto significava o reconhecimento, pelo grande capital, da inviabilidade do projeto político representado pela “Nova República”, o que tomava o momento eleitoral a oportunidade de rearticular visões e propostas políticas na perspectiva da absorção e neutralização das demandas populares. Para os segmentos populares, contudo, as eleições expressariam a possibilidade de manifestarem a sua insatisfação com as políticas anti-sociais em curso e de contribuírem para o fortalecimento dos partidos efetivamente comprometidos com os seus interesses. A redução do mandato do Presidente Sarney para quatro anos representaria, assim, não apenas “livrar o país das ambições pessoais do ex-

presidente do PDS e do seu séquito de corrupção”, mas, principalmente, a possibilidade histórica de aniquilar o projeto governamental de “recessão econômica para saldar a dívida externa” e de contenção da crise social pela “repressão pura e simples”. Por todos esses motivos, era da maior importância e urgência que o movimento se engajasse na campanha por eleições diretas em 1988.⁸

O VII Congresso posicionou-se ainda sobre o *agigantamento da dívida externa brasileira*, questão julgada determinante para elevar a qualidade de vida da população, manifestando-se *contrário ao seu pagamento e a qualquer negociação com o FMI*, bem como à sua *conversão em capital de risco*.

Quanto à universidade Brasileira, os militantes advertiam para as ameaças concretas que a rondavam. Tornando-a novamente alvo de falsas acusações, como a de “financiar a ‘incompetência’ e o ‘grevismo’” com recursos financeiros federais e a de absorver 80% dos recursos do MEC, o governo objetivava “preparar a opinião pública para uma nova investida contra a Universidade”, expondo ao descrédito a própria ANDES (Relatório Final do VII Congresso, 1988, pp. 14-15).

Tendo em vista esses e outros aspectos analisados, foram definidos os seguintes encaminhamentos: (a) intervir no processo constituinte, visando derrotar o projeto do “Centrão” e garantir a inclusão de reivindicações populares e específicas no Relatório da Comissão de Sistematização, o que exigiria uma retomada do Fórum em Defesa do Ensino Público na Constituinte e o fortalecimento da Frente Nacional de Entidades Sindicais e Populares em Defesa dos Direitos do Povo na Constituição; (b) engajar-se na luta para levar às ruas a Campanha pelas Diretas-88 e (c) exigir a conclusão dos trabalhos da CPI da dívida externa, elaborando documento didático que explicitasse as conseqüências práticas do endividamento brasileiro, bem como um calendário de mobilização que incluísse um Dia Nacional de Mobilização em torno dessas bandeiras (*idem*, pp. 15-16).

Este resgate das leituras, dos posicionamentos e das intervenções da ANDES no período de 1984-1988 permite constatar que, neste momento, as suas atenções convergiram para o enfrentamento das grandes questões que desafiavam a sociedade brasileira, com o advento da “Nova República”, interligando sempre as suas dimensões *acadêmica e sindical* na defesa da universidade. Há que se ter em conta, porém, que os

⁸ A participação da ANDES e das AD's nesta campanha foi, de fato, marcante, como registram os Boletins da entidade. Na Paraíba, a inserção da ADUFPB-JP no Comitê Supra-Partidário que organizava as atividades e manifestações de massa chegou a render-lhe tensos episódios de confronto com a Polícia Federal, quando da visita do presidente José Sarney a João Pessoa, que redundaram no arbitrário e injustificado indiciamento na LSN do prof. Rubens Pinto Lyra, então vice-presidente Regional da ANDES, e de outros dirigentes de entidades/partidos organizadores da manifestação por Diretas. O fato teve repercussão nacional e exigiu forte intervenção da ANDES e da OAB, que finalmente obtiveram o arquivamento do processo (cf. Boletins da ANDES n°s 34 e 35, de março e abril de 1988, respectivamente). No entanto, mais uma vez, a mobilização popular foi insuficiente para que a aposta concreta do movimento docente nacional nesta luta fosse vitoriosa.

documentos pesquisados retratam apenas as resoluções e encaminhamentos de lutas majoritários no movimento docente, não explicitando as tensões e divergências internas que se acirraram no contexto histórico em foco, *abalando a sua unidade e ameaçando a sua identidade*. Essas tensões e divergências são dimensionadas a seguir, a partir de alguns depoimentos e de documentos publicados em Boletins, durante a primeira disputa eleitoral pela direção nacional da entidade.

A EXPLICITAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS INTERNAS

Como afirmado no início deste capítulo, as tensões iniciais que marcaram a criação da ANDES, centradas na relação entre a sua dimensão “academicamente engajada” e a “especificamente sindical”, expressas nas diferentes concepções de entidade e de como conduzir o movimento, agudizaram-se diante das divisões internas determinadas pela necessidade de (re)definição das relações da entidade com o Estado e com os movimentos sociais. Nesse momento crítico, a entidade se viu diante da necessidade de rever a sua própria trajetória e identidade singular, para traçar os caminhos a serem percorridos.

A ANDES entre os “cantos de sereia” sindical e institucional

Com o fim da ditadura militar, encerrava-se a unidade inabalável do movimento docente em torno do seu combate, abrindo-se um novo campo de possibilidades históricas no que se refere à leitura do real e às estratégias e táticas voltadas para a transformação desse real. Concepções distintas e mesmo divergentes (predominantemente partidárias) do processo histórico em curso e do horizonte político a perseguir (social-democracia? socialismo?), que já se faziam presentes nas esquerdas brasileiras, vão ganhar corpo ao longo dessa segunda metade da década de 80, por muitos designada como a “década da esperança”. Em meio a essas concepções, as análises das relações de força e das lutas de classe que se travavam eram decisivas para a (re)definição das estratégias e táticas da ação sindical dos docentes. Se a *autonomia* e a *independência* da ANDES foram formalmente mantidas como princípios inabaláveis, emergiram diferentes interpretações sobre a sua materialização, em face da “nova” ordem instaurada.

O próprio contexto da transição conservadora ensejava manifestações dos movimentos sociais organizados que acabaram por convergir para o *processo constituinte*, tendo como cerne a *reorientação da vida político-partidária*. Com a volta à “normalidade democrática”, entidades que anteriormente haviam exercido funções políticas proeminentes na luta pela democratização do país (OAB, ABI, ANDES e as próprias Centrais Sindicais criadas) vão reassumir o seu papel específico, posto que as decisões políticas de maior monta orbitavam no eixo dos partidos, representados no Congresso Constituinte.

Neste quadro de redefinição de papéis e significados, as divergências no interior da

ANDES vão se materializar em divisões quanto à natureza e ao grau de descrença ou crença nas possibilidades efetivamente renovadoras da “Nova República”, colocando o movimento docente *entre os cantos de sereia sindical e institucional*, no dizer de Carlos Martins:

[...] eu vejo que os grandes embates e a grande polarização se deram [...] nas alternativas de engajamento [...]. Nós tínhamos duas sereias poderosas, cantando para nós: de um lado, a sereia do movimento sindical e, particularmente da CUT [...] e, de outro lado, a poderosíssima sereia do aparelho de Estado. Assim, as questões internas de definição da *Proposta da ANDES para a Universidade* nunca chegaram a ter o grau de polêmica que foi deflagrado, por exemplo, pela minha recusa em participar do Grupo de Trabalho de Reforma Universitária do Marco Maciel. Porque, de fato, essa era a questão decisiva; a questão não era tanto se a *Proposta da ANDES* tem essa linha a mais ou a menos, a questão era: o que a gente vai fazer com ela? Qual é a perspectiva de luta para concretizar essa *Proposta*? Os que defendiam que eu deveria ter participado do tal grupo, uma minoria dentro do movimento, acreditavam que [...] cabia encaminhá-la a quem de direito [...], o Ministério da Educação: [...] se o Ministério reconhecia a importância de fazer uma reestruturação da universidade, e me convocava para isso, mesmo que o [Ministro] dissesse que eu não estava convocado como vice-presidente da ANDES mas enquanto um professor, eu devia ir lá e levar a nossa *Proposta*. E a nossa posição, que era majoritária, dizia: a nossa *Proposta* não é a proposta do Carlos Martins, que ele vai lá trabalhar com o Giannotti ou com mais não sei quem; a nossa *Proposta* é a proposta do movimento. Nós tenta[remos] discutir isso com o Marco Maciel, sim, [mas] numa audiência com ele e não através de um mecanismo institucional que é uma Comissão, ou um grupo, [para] introduzir o nosso documento [...]” (Carlos Martins, 15/04/95).

Poder-se-ia dizer, simplificadamente e a partir desse fato concreto, que, para a direção política hegemônica no movimento - afinada com as teses, proposições e práticas fundamentais da CUT e do PT -, tratava-se de preservar e potencializar a singularidade e o acúmulo de experiências da ANDES na perspectiva da *resistência independente e transformadora*, o que implicava investir na presença, na sintonia e mesmo no direcionamento das lutas mais gerais travadas pelas classes trabalhadoras. Para as forças divergentes, predominantemente afinadas com as teses e práticas do PC e do PC do B, a aposta maior era a da ocupação dos espaços institucionais, o que reforçava a ênfase de raiz na dimensão acadêmica da ANDES, em detrimento dos avanços possíveis em sua articulação orgânica com as Centrais Sindicais e os movimentos populares. Segundo o depoimento de Carlos Martins, essas divergências se explicitaram, inicialmente, entre os militantes de base e, com maior peso, entre os membros da direção nacional da ANDES, quanto à opção de “tancredar”:

No fundo, nós tínhamos ali, colocada, a questão que estava [posta] para o movimento social do país inteiro: *tancredar ou não tancredar*. Esse foi um momento decisivo. Porque, embora [essa] questão [...] se colocasse externamente, ela se colocava no interior da direção com uma gravidade maior, porque nós sabíamos que *estávamos, naquele momento, jogando com a possibilidade de unidade ou não do movimento*” (Carlos Martins, 15/04/95; grifos meus).

Embora as posições conciliatórias com o governo da “Nova República” fossem minoritárias na direção e na militância do movimento docente, e a despeito da consciência da força política que a ANDES representava, estimuladora da preservação da sua unidade

interna, as divergências persistiram e se revelaram suficientemente marcantes a ponto de suscitar, em 1986, a primeira disputa eleitoral pela direção da entidade.

A direção disputada: continuidade ou mudanças?

Nos Boletins da ANDES números 24 e 25 constam três documentos que permitem reconstituir as discordâncias básicas que perpassavam a disputa de chapas.⁹ O primeiro deles, intitulado *Por uma ANDES voltada para os Docentes e comprometida com um Projeto de Universidade Pública, Gratuita e Democrática*, é de autoria de João Augusto de Lima Rocha, à época Presidente da Associação de Professores Universitários da Bahia - APUB.¹⁰ Diante das mudanças conjunturais em curso, o seu autor defendia a necessidade de a direção da ANDES apontar perspectivas concretas de intervenção na “nova” realidade. Um dos seus argumentos centrais era o de que a preservação da *autonomia e independência* da entidade, em face dos riscos de cooptação de alguns de seus membros ou de subordinação do movimento aos interesses do Estado - ponto crucial dos debates e discordâncias - seria garantida pela defesa intransigente dos interesses e reivindicações do movimento, para o que era importante *abrir-se a todas as possibilidades de atuação nos espaços institucionais* (Boletim Nacional da ANDES, nº 24, 1986).

Para Rocha e adeptos, estava em questão redefinir as relações entre a ANDES e o governo da “Nova República”: a entidade exercera um importante papel ao se posicionar entre as forças democráticas e populares que combateram o regime militar, mas era preciso, naquele momento, ter clara a necessidade de fortalecer as forças transformadoras no interior da Aliança Democrática, dado que o governo Sarney, não sendo monolítico e não dispondo de base social própria, estaria sujeito às contrapressões inovadoras. A ampliação e consolidação do quadro de liberdades políticas e de conquistas do movimento docente dependeriam, sobretudo, da sua capacidade de intervir e mudar a correlação de forças em benefício dos segmentos populares e democráticos.

Desta perspectiva, a construção de um movimento docente *unitário* exigia a *explicitação e o debate franco das posições divergentes*. Tratava-se, segundo Rocha, de consolidar a democracia interna pela *“busca do consenso possível a cada momento”*. Neste sentido, a gestão em término de mandato teria falhado principalmente no modo de conduzir os debates sobre a reestruturação da universidade:

⁹ Além desses documentos, baseio-me também nos depoimentos de dirigentes diretamente envolvidos no processo eleitoral. Não me foi possível, por circunstâncias várias, ter acesso a outros documentos da chapa representante dos interesses minoritários. Também não pude colher depoimentos de nenhum dos seus componentes, seja pelo critério básico definido para a escolha dos entrevistados (ser dirigente ou ex-dirigente da ANDES), seja por impedimentos objetivos de realização das mesmas. Creio, porém, que o material utilizado para este resgate fornece os subsídios a ele indispensáveis.

¹⁰ É comum, na prática sindical da ANDES-SN, a elaboração/divulgação de documentos de autoria pessoal sobre questões candentes. Este documento ilustra um momento privilegiado dessa prática.

"[...] a ANDES perdeu terreno por não interpretar adequadamente a nova situação política, acreditando ser a única interlocutora da Universidade. Querendo subordinar a nova dinâmica política ao seu ritmo interno, viu-se atropelada pelos acontecimentos. Outros setores sociais e entidades representativas de parcelas da comunidade acadêmica, como a SBPC, [...] começam a participar mais intensamente dos debates sobre os rumos da universidade e tomam iniciativas importantes como a publicação de suplemento especial da [sua] Revista [...]. O IV Seminário Nacional sobre Reforma Universitária, realizado pela UNE, mobiliz[ara] cerca de 1000 estudantes de todo o país, tendo ampla repercussão na imprensa além de ter suas propostas divulgadas por três edições de jornal da entidade, [...] [ao passo que] a Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade [...] não fo[ra] sequer divulgada entre os documentos, sob alegação de falta de recursos por parte da diretoria da ANDES, até o XII CONAD. [...] Naquele evento, conforme relatório geral dos grupos, [registrava-se] o desconhecimento prévio do documento, o que dificult[ara] os trabalhos durante o encontro" (Boletim Nacional da ANDES, nº 24, 1986).¹¹

Essas críticas, carregadas nas cores, indicam não apenas o acento posto na dimensão acadêmica da ANDES, mas, principalmente, a aposta do autor na possibilidade de mudanças efetivas através da "ocupação das brechas" existentes nos espaços institucionais do Estado,¹² em detrimento do esforço de popularizar o debate sobre a educação e as grandes questões nacionais. O fortalecimento da entidade exigiria, fundamentalmente, a identificação coletiva dos "caminhos para a conquista das reivindicações da categoria e para a construção de uma Universidade Pública, Gratuita, Democrática, voltada para os interesses nacionais e populares".

Nesta mesma linha inscrevia-se o documento *A Conjuntura Nacional e o Movimento Docente*.¹³ Os seus autores afirmavam que a reconstrução da ordem democrática em meio a uma crise econômica e social exigiria "muita sensibilidade e realismo políticos", uma vez que a montagem da transição colocava "fatos novos com espantosa velocidade", requerendo uma "avaliação política permanente dos diferentes setores sociais engajados na perspectiva do avanço democrático". Nesse processo, o dado animador seria a possibilidade de eliminar, progressivamente, a "polarização entre o Estado e a sociedade civil", ao se redefinirem os pressupostos reguladores das ações governamentais (Boletim Nacional da ANDES, nº 24, 1986).

As forças sociais atuantes no cenário político, diversificadas e mesmo antagônicas, precisavam ser bem avaliadas. Os setores comprometidos com os interesses populares não deveriam ser superestimados, pois ainda estariam em "processo de reorganização", mas a defesa da institucionalidade democrática poderia ser a "bandeira capaz de unir as principais

¹¹ O autor desconsidera, em sua crítica, a iniciativa da ANDES de realizar, em 1985, o Seminário Nacional sobre Reestruturação da Universidade, conforme registrado em nota anterior.

¹² Falava-se muito, nessa época, na estratégia gramsciana da "guerra de posições", numa interpretação predominantemente reformista, que germinou sobretudo no PC e que "justificava" a "ocupação das brechas".

¹³ Assinam este documento 24 docentes de 11 AD's, dentre os quais Joel Teodósio, Vítor Gentile, Francisco Brossard, Antônio Carlos R. Moraes, Renato A. Jorge, José Ênio Casalechi, Júlio César Boeira, Telmo Pires Mota, Norberto Fenzi, Evaldo Sindon e Demétrio Ribeiro.

correntes de opinião presentes na vida política nacional”. Os desencontros existentes na equipe governamental eram, neste contexto, compreensíveis e até saudáveis, exceto para “os saudosos dos tempos em que imperava o monolitismo estatal” ou para os “adeptos da revolução imaginária”. Findo o regime militar, caberia aos setores “progressistas” redefinirem suas estratégias de luta, pois a *resistência* teria sido superada pela “*abertura de canais de ação próprios de uma institucionalidade democrática em construção*”. Caso não renovassem suas formas de ação gerais e específicas, estariam “inevitavelmente condenados ao gueto da atividade política menor, ou seja, à defesa exclusiva dos interesses particularistas-corporativos” (Boletim Nacional da ANDES, nº 24, 1986; grifos meus).

Os autores deste segundo documento argumentavam que iniciativas das esferas estatais, tais como a criação da “Comissão de Alto Nível” do MEC, a aprovação da Emenda Calmon e as proposições atinentes à carreira docente e aos salários, requeriam constantes posicionamentos do movimento docente e que a democratização da universidade, com eleições diretas para reitor bem-sucedidas, já era, em muitos casos, uma realidade. Esses fatos mostravam que as “condições para o exercício da política voltada para a transformação da universidade” haviam se alterado bastante, cabendo à direção do movimento docente promover

[...] mudanças em relação ao passado recente. Aparentemente, isso não ocor[rera]. A direção nacional da ANDES, a quem cabe[ria] implementar as resoluções das instâncias deliberativas, bem como, inspirada nessas resoluções, tomar iniciativas em meio às diferentes conjunturas de luta, tem demonstrado não apenas falta de sensibilidade para as mudanças que têm marcado o seu principal interlocutor (o governo), como também, e principalmente, para as novas qualidades do próprio movimento docente, expressas nas lutas cotidianas de cada AD em sua respectiva Universidade” (Boletim Nacional da ANDES, nº 24, 1986).

As críticas prosseguiram na identificação de problemas na prática interna da entidade: a unificação de bandeiras de luta e iniciativas concretas só ocorreriam nos eventos nacionais e, mesmo neles, consumia-se muito tempo com debates sobre questões já discutidas e deliberadas, quando a função básica desses eventos seria exatamente a de “formular a direção política do movimento”, esperando-se que a Diretoria a executasse permanentemente, o que não estaria acontecendo. Esta falta de condução firme e coerente seria responsável pelo fato de a ANDES vir perdendo

[...] um valioso espaço na sociedade civil, conquistado a duras penas. [...] É como se não estivesse preparada para operar em condições marcadas pelas liberdades democráticas. Perdeu ênfase na formulação de alternativas para a universidade brasileira e tem deixado de somar-se aos outros movimentos sociais em várias frentes de luta. Tem estreitado o horizonte de suas reivindicações, ao insistir exclusivamente nas questões salariais. Não tem sido capaz de atrair uma massa enorme de docentes-pesquisadores, normalmente arredios aos movimentos puramente corporativistas, por não encarar com seriedade as questões relativas a uma política científica e tecnológica para a universidade e o país” (Boletim Nacional da

Desse “quadro de equívocos” da direção nacional poderia resultar, enfim, o próprio “esvaziamento da entidade nacional”, embora existisse o fato alentador de o movimento docente levado pelas AD’s caminhar bem, mesmo com uma “direção nacional em crise”. Esperavam os signatários deste segundo documento que a deflagração do processo sucessório possibilitasse grandes discussões sobre o “caráter e os rumos” do movimento e da ANDES, razão por que apresentavam “algumas idéias” visando construir uma plataforma eleitoral e compor uma chapa para disputar as próximas eleições.

O terceiro documento, *“Pela Consolidação da ANDES Autônoma e Independente”*,¹⁵ entendia que se estava vivendo um momento crucial para a construção da democracia no país e para a definição dos rumos da universidade brasileira e que o processo eleitoral deveria incentivar os professores a refletir profundamente sobre os princípios e práticas que nortearam a criação da ANDES, sobre a sua trajetória e sobre o novo quadro político em que passaria a atuar. Seus autores ressaltavam as realizações mais marcantes da Associação Nacional, afirmadoras da sua identidade - como o combate ao arrocho salarial e a defesa da dignidade do exercício do magistério; o avanço na unificação da carreira em nível nacional e na democratização interna das IES e a capacidade de *barrar a reestruturação conservadora* da Universidade -, afirmando que tais realizações se tornaram possíveis porque os professores haviam criado, com a ANDES, uma organização sindical e política nova, totalmente autônoma e independente, um instrumento indispensável para a construção da Universidade Pública, Gratuita e Democrática, requerida pelos docentes e necessária à sociedade.

Seus autores salientavam, também, as lutas gerais travadas, com ênfase consciente na articulação autônoma dos movimentos sociais, que teriam produzido um desempenho relevante da ANDES, tanto na Campanha pelas Diretas como na construção da unidade do movimento sindical e na defesa de uma Constituinte livre e soberana, que considerasse os direitos fundamentais dos trabalhadores. Os insucessos obtidos nessas lutas, por sua vez,

¹⁴ Expressando a crença na possibilidade de mudanças efetivas através de novas formas de relacionamento com o Estado, essas críticas à direção nacional da ANDES enfocavam também problemas que transcendiam e transcendem este momento conjuntural: o do distanciamento direção-base do movimento e o da incapacidade de atrair para a luta sindical os intelectuais renomados. No entanto, tais problemas eram atribuídos apenas à “insensibilidade” daquela Diretoria. Tais críticas, além de responsabilizarem unicamente a direção nacional por esses problemas, não os dimensionam em sua complexidade e profundidade maior, como desafios inerentes à própria potencialização das virtualidades positivas da ANDES. Ademais, desconhecem todos os esforços empreendidos no campo da política educacional nessa mesma conjuntura, traduzindo uma concepção de entidade que praticamente desconsiderava a sua dimensão sindical.

¹⁵ Assinavam este documento, dentre outros, os seguintes militantes: Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Carlos Martins, Edmundo Fernandes Dias, Flávio Valente, Francisco Miraglia, Josevaldo Cunha, Lineu Carlos Maffezoli, Márcio Antônio de Oliveira, Marco Antônio Faria, Newton Lima Neto, Osvaldo de Oliveira Maciel. Ao que parece, a preocupação maior com a unidade do movimento e a preservação da sua identidade de movimento autônomo e independente em relação aos aparelhos de Estado unia até mesmo “adversários” tradicionais, pois Wolfgang Leo Maar, Luiz Pinguelli Rosa e Maria José Féres também o subscreviam.

eram creditados à rearticulação dos setores dominantes, responsável pela

“ampliação da base política de sustentação do governo, através da inclusão, na Aliança Democrática, tanto de setores liberais até então opositores quanto de forças que, embora se colocando em uma perspectiva progressista, defend[iam] uma política de compromisso como forma de evitar o ‘risco do retrocesso’ ou priorizavam a ‘ocupação dos espaços institucionais’, fundamentalmente pela contradição entre o discurso mudancista, necessário para a busca de um mínimo de legitimação popular e a perspectiva de manutenção das políticas sociais de fundo, exigência das forças conservadoras dominantes no perfil político governamental” (Boletim Nacional da ANDES, nº 24, 1986; grifos meus).

Reafirmando o fundamental das análises de conjuntura já resgatadas neste capítulo, o documento registrava a sua descrença na “Nova República”, cujos limites estariam evidenciados pela manutenção das políticas econômica e salarial, pelo “recuo desordenado” na questão da Reforma Agrária, por uma Constituinte Congressual “nem livre nem soberana”, pela ausência de consenso governamental quanto à legislação trabalhista e à lei de greve e pela inexistência de políticas de saúde, habitação e educação efetivamente voltadas para interesses sociais mais amplos.

No que se refere especificamente à *condução da política educacional*, o terceiro documento denunciava a “apropriação retórica das bandeiras democráticas e [...] o esforço de esvaziamento de seus conteúdos” pelo governo, o que explicava o “privilegiamento das ações institucionais que descaracteriza[vam] a representatividade própria das entidades do movimento social organizado”. Neste sentido, justificava-se a recusa em participar da “Comissão da Reforma Universitária”, na medida em que esta Comissão, além de minimizar a representatividade das entidades nacionais, retirava a reestruturação da universidade da prática cotidiana em que se encarnava. Na visão desse grupo, a Comissão era, também, um “canal diversionista para as reivindicações da comunidade”, isentando o ministro da Educação dos desgastes da interlocução direta com os segmentos organizados da universidade e facilitando o uso, pelo MEC, das verbas da Emenda Calmon para atender interesses clientelísticos e eleitoreiros. Assim, a tarefa da ANDES deveria ser a de

“[...] continuar a demonstrar a sua disposição de construir na prática uma universidade flexível e democrática nos seus mecanismos internos de decisão administrativa e pedagógica. Uma Universidade criativa e competente para pensar e executar instrumentos eficientes de relacionamento com uma sociedade em busca de formas democráticas e justas de convivência social. Uma Universidade pública na lógica de seu funcionamento e na destinação de sua produção, gratuita e democrática nas oportunidades de acesso. Uma Universidade capaz de cumprir o seu papel de agente da soberania cultural, científica e tecnológica do país” (Boletim Nacional da ANDES, nº 24, 1986).

Interligando lutas gerais e específicas e reafirmando as dimensões *acadêmica e sindical* constitutivas da identidade da ANDES, os signatários deste terceiro documento consideravam imprescindível, para a manutenção da *autonomia e independência* da entidade, uma direção política que garantisse concretamente a observância dos princípios

que nortearam a sua criação. O exercício desses princípios - advertia o documento - passava por admitir que os interlocutores e os espaços institucionais variavam conforme as conjunturas, mas o perfil da universidade que se buscava construir e os interesses dos docentes eram permanentes e definidores das formas e dos ritmos de ação da entidade. Desta perspectiva, a nova direção a ser eleita, que se desejava amplamente representativa, não poderia se basear em "recortes partidários"; deveria ser composta a partir de uma "plataforma de ação e princípios de atuação rigorosamente definidos". Acima de tudo estaria o seu "compromisso explícito com o respeito à democracia interna do movimento, garantido pela trajetória e pela prática de seus integrantes".

O exame desses três documentos permite detectar a centralidade assumida pela questão da identidade da ANDES, ao se discutirem os seus rumos. Se, para os oponentes à direção, a participação nos espaços institucionais não comprometeria essa identidade, para o grupo hegemônico no movimento tratava-se, mais do que nunca, de preservá-la diante dos "cantos de sereia" colocados pela conjuntura, capazes de abalar, pelas diferentes concepções político-partidárias de relacionamento com o Estado, a unidade mínima necessária à sustentação dessa identidade.

Essas concepções divergentes, que se alinhavam em dois blocos (representados pelas primeiras duas chapas em disputa) continuaram se manifestando durante o período eleitoral. Quando da implementação do Plano Cruzado, os posicionamentos dos grupos concorrentes se revelaram, em essência, radicalmente distintos. A Chapa 1 - *ANDES Autônoma e Democrática*, encabeçada por Newton Lima Neto e representante da linha política majoritária, em documento intitulado *Por um Tratamento Equitativo dos Preços e Salários*, praticamente reproduzia/desenvolvia as análises oficiais da entidade, propugnando que ao movimento docente caberia *pressionar por mudanças de todas as determinações que parecessem inadequadas*, no texto do decreto-lei 2284 (Boletim da ANDES nº 25, 1986; grifos meus).

A Chapa 2, encabeçada por Paulo Rosas, docente da UFPE, embora fosse em princípio contrária à emissão de decretos-lei, defendia a decretação do Plano Cruzado, por considerar existirem "circunstâncias atenuantes, até mesmo imperativas", que podiam justificar o uso desse recurso. No documento *Sim às Perspectivas de Mudança*, esse grupo argumentava:

"Nenhum governo tem o direito de 'lavar as mãos', [de] assistir, como vinha sendo o nosso caso, à degradação das condições de vida da população, em benefício de setores expressivos do capital nacional e das empresas multinacionais, e sujeita aos abusos cada vez mais incontroláveis da especulação financeira. Nenhum governo tem o direito de ser mero espectador do drama de uma nação em que, em sua totalidade, vivem os cidadãos e sensação de serem protagonistas de um filme surrealista, com lances de humor negro, quando as reivindicações dos assalariados, justas no quadro reinante, eram utilizadas para justificar os

estímulos realimentadores dos fatores de asfixia dos próprios reivindicantes” (Boletim Nacional da ANDES nº 25, 1986; grifos meus).

Este trecho desnuda plenamente a aposta da Chapa 2 na possibilidade de mudanças substanciais alavancadas pela “Nova República”. Para os seus componentes, vivia-se uma “situação insustentável”, onde os riscos de retorno à “sufocação das liberdades individuais e coletivas” não eram um “delírio persecutório”: o momento apontava para “desfechos que em nada beneficiavam os interesses populares e nacionais.” Por isso, admitiam que o governo recorresse a decretos-lei, no “esforço de implantar uma reforma econômica menos injusta e, sobretudo, mais estável”. Neste sentido, consideravam que o decreto-lei nº 2284 contemplava, ao menos parcialmente, “importantes metas”: congelamento de preços, contenção da especulação financeira, introdução do critério de correção salarial com base na escala móvel, salário desemprego, redução de prestações, taxas e impostos decorrentes da conversão da moeda. Tais ganhos, contudo, não deviam ser vistos com “ingênua euforia, como se tudo estivesse resolvido”, cabendo perseguir objetivos maiores: uma Assembleia Nacional Constituinte que assegurasse a estabilidade democrática, a implantação de reformas sociais que atendessem às demandas da população e a “*eliminação definitiva da miséria e do subdesenvolvimento.*” Era necessário, pois, prosseguir na luta pela ampliação das mudanças que o país necessitava, pela organização da sociedade civil e pela consolidação dos avanços democráticos:” *Sim às perspectivas de mudanças abertas pelo decreto-lei 2283 [não significava], portanto, ingênuo entusiasmo ufanista, mas atitude ponderada e crítica*” (Boletim Nacional da ANDES, nº 25).

Na raiz dessas diferenças e da disputa eleitoral estava, como já frisado, a postura de adesão ou não à “Nova República”, isto é, as divergências quanto aos caminhos a perseguir na construção de um “novo estado democrático”. Tratava-se de uma clivagem que se manifestou nas discordâncias quanto à participação da ANDES no Grupo de Trabalho da Reforma Universitária do MEC e que continuou se expressando diante dos fatos econômicos e políticos do período, como observou Newton Lima Neto:

[...] a disputa de chapas foi um embate extremamente rico para a ANDES, [que] ganhou notoriedade em páginas dos principais jornais do país. Vivíamos o momento de fim de ditadura e começo do governo Tancredo-Sarney. [...] E aí, abre-se uma dissensão interna: os pró-transformação pós fim da ditadura e aqueles que se colocavam numa posição extremamente crítica, como nós, num campo marcadamente progressista, que se identificava de fato com o Partido dos Trabalhadores. Tem um momento importante nesse processo: participar ou não participar das reuniões com Tancredo, com os intelectuais, com os grupos dos chamados ‘luminares’, que são chamados para a construção de uma proposta alternativa para a educação superior brasileira. Isso foi o estopim de um racha importante, então. [...] A diretoria da Zezé¹⁶ sai rachada, com lideranças de um lado e de outro e acompanha muito o fenômeno que estava acontecendo na discussão intelectual brasileira sobre apoiar ou não apoiar a Nova República, aderir ou não aderir, participar ou não participar. Sai o Plano

¹⁶ O autor refere-se a Maria José Féres, então presidente da ANDES (1984-1986).

Cruzado, que nós caracterizamos [como algo] que vinha, mais uma vez, na lógica das elites, para procurar resolver o problema da inflação e do chamado equilíbrio interno através de um profundo arrocho, de uma profunda recessão. Nós combatemos o Cruzado; nossos opositores tentaram dissimular, mas [...] o apoiavam" (Newton Lima Neto, 10/04/95; grifos meus).

No processo eleitoral, a Chapa 2 caracterizou-se também por defender uma concepção de ANDES "acadêmica" (nos moldes de uma SBPC), com representantes qualificados, em oposição a uma concepção, por eles designada como "sindicaleira", aglutinada na Chapa 1. Acionavam-se, desta forma, as antigas divergências de concepção e prática sindical, então aguçadas pelos "cantos de sereia" conjunturais. Os depoimentos de Newton Lima Neto e Carlos Martins, expressando o ponto de vista da facção então majoritária no movimento docente, detêm-se nos mecanismos de disputa utilizados pela Chapa 2:

"[...] eu penso que, nessa história, mais uma vez voltam aquelas coisas da raiz, de *movimento mais acadêmico ou mais sindicalizado*. Então, [houve] exatamente isso, essa desqualificação acadêmica.[...] E, curiosamente, nunca houve [esse corte] de titulação, de profissão intelectual [entre as duas chapas]. Eu acho até que empatariam, se fosse o caso. Mas existia a desqualificação, existia o rótulo" (Newton Lima Neto, 10/04/95; grifos meus).

"A idéia de uma "ANDES SBPC", na verdade, não encontrava respaldo: de nenhuma maneira pode se dizer que a chapa encabeçada pelo Paulo Rosas fosse academicamente uma chapa relevante. E na hora de considerar a lista de apoios, então... era uma goleada! Do ponto de vista do peso acadêmico específico, a lista de adesão à candidatura de Newton era uma goleada. Se fôssemos pensar especificamente em termos de SBPC, porque os membros proeminentes da SBPC estavam assinando uma ou outra lista, a situação era evidentíssima" (Carlos Martins, 15/04/95).

Por trás desse recurso, estavam as divergências de concepção e prática sindical, então bem mais crivadas pelas influências de cunho partidário já mencionadas. Segundo Carlos Martins, tratava-se de um mecanismo utilizado principalmente pelos militantes vinculados ao PC do B:

"Havia uma tentativa muito clara, mais que tudo do PC do B, de usar um nome [o do Paulo Rosas], que circunstancialmente tinha sido guindado a uma posição bem mais relevante, o que se trabalhou publicitariamente muito bem: o fato de ele ter sido convidado pelo Marco Maciel [para participar da Comissão], de estar ao lado de nomes como Eunice Durham, Giannotti, Sérgio Micelli etc, [foi utilizado] para [lhe atribuir] um prestígio acadêmico que ele não tinha. Ele era uma pessoa respeitada mas, enfim, não era um 'luminar' do mundo acadêmico nacional. Usou-se esse mecanismo para tentar, uma primeira vez, ir para um embate de forças" (Carlos Martins, 15/04/95).¹⁷

Outra questão que permeou a disputa eleitoral de 1986 foi a da filiação da ANDES a uma Central Sindical, questionada pela Chapa 2. Segundo Newton Lima Neto, essa

¹⁷ Um outro mecanismo utilizado foi o de tentar ganhar os poderes locais - nas AD's - para conformar uma oposição mais ampla à direção nacional da ANDES: "em 1986, o pessoal [...] ligado ao PC, ao PC do B, aonde eles tinham força política, eles tomaram as AD's [...] e começaram a trabalhar contra, a esvaziar" (Marco Antônio Faria, 12/02/95). Para este entrevistado, este procedimento é também um dos elementos explicativos do refluxo dos docentes das IES particulares no movimento, tema que será abordado mais adiante.

questão foi também utilizada pelo grupo oponente para reforçar o rótulo de “sindicalista” atribuído à Chapa 1:

“[...] como os professores universitários, pelo seu perfil, provavelmente oporiam resistências à filiação a uma Central, que era um fenômeno novo no Brasil, era mais cômodo e mais fácil [...] acomodar-se numa posição de defesa de não filiação a Central alguma e de caracterização do nosso grupo como um grupo cutista. Na verdade, a nossa posição sempre foi claramente a de vinculação a uma Central que era autônoma, independente, nova [...]. Mas eles preferiam omitir sua posição e trabalhar na linha da despolitização, da não filiação, como mecanismo de ganhar esse processo” (Newton Lima Neto, 10/04/95).

Este embate eleitoral, travado no início do período em estudo, foi importante não só no sentido de explicitar e publicizar as divergências existentes no interior do movimento docente, como também no de submeter à apreciação e escolha dos militantes e associados da ANDES, através do debate político que permeou o processo eleitoral, as distintas concepções e práticas sindicais presentes no movimento, em um contexto de marcantes alterações na vida econômica, social e política do país. A vitória da Chapa 1, naquele momento, teve o significado de reafirmar a identidade original do movimento, no que se refere à sua *autonomia e independência*, à busca de *conjugação de suas dimensões acadêmica e sindical* nas práticas realizadas e à *resistência transformadora* como resposta política às tentativas graduais de implantação do projeto neoliberal no Brasil. Na avaliação de Newton Lima Neto,

“[...] foi muito importante, naquele momento, o conjunto dos docentes universitários ter-nos dado [...] a vitória. Porque senão nós teríamos aderido, a universidade não seria hoje o que é. Logo depois, nós coordenamos a maior greve, a mais reconhecidamente exitosa, em 1987. Ela obteve um êxito importante, ao unificar, ao ter ganho salarial concreto - o maior salário em dólares, em valor real, que se pôde ter nos últimos anos -, ao conseguir ganhos importantes, que deram o passo fundamental para a transformação de todos os docentes das federais em estatutários, para a unificação da natureza jurídica. Pouca gente se dá conta disso, mas as fundações deixam de existir como tal e passam a ser autarquias com o nome de fundações. A natureza jurídica muda no projeto; em 1985, já mudava. Em 1987, consolida-se isto, com o PUCRCE e todos os democráticos processos de progressão na carreira - apesar dos seus vieses ruins, pois foi impossível obter alguma coisa perfeita” (Newton Lima Neto, 10/04/95).

Este depoimento destaca a prevalência, como desfecho concreto da disputa ocorrida, da identidade e do ideário originalmente hegemônicos na ANDES. Carlos Martins a corrobora analiticamente ao considerar, relativamente aos “cantos de sereia”, que

“[...] como as duas sereias eram muito fortes, o movimento acabou não caindo para nenhum dos lados, nem em termos de uma ANDES estritamente sindical, nem em termos de uma ANDES estritamente lobbista. [...] Porque o que a identificava era exatamente não admitir essa distinção. [...] Houve um processo em que uma determinada categoria [...] tentou criar um fato político novo, que era uma entidade que nem era exclusivamente sindical nem exclusivamente de representação institucional, que apostava na possibilidade de ser as duas coisas ao mesmo tempo. E exatamente dessa dupla natureza extraía a convicção de que tinha a possibilidade de apresentar um projeto educacional, um projeto para a universidade. E um projeto para o país, dentro de uma visão determinada, mais ou menos clara, de qual deve ser o papel da

universidade neste novo país que se esta[va] construindo” (Carlos Martins, 15/04/95).

Poder-se-ia afirmar, pelo resgate aqui feito, que esse primeiro teste eleitoral em relação ao ideário, às proposições e às intervenções mais gerais da ANDES avalizou a sua trajetória e definiu os seus rumos no contexto da “Nova República”. A partir daí, as tensões inerentes a esta sua identidade singular, assim como às limitações dela decorrentes, serão vividas em um grau maior de complexidade, tanto pela explicitação de divergências e pelos embates internos, como pelos desafios postos pela “nova” ordem aos movimentos sindical e popular brasileiros.

O ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES BÁSICAS

Com suas concepções e práticas hegemônicas eleitoralmente reafirmadas, a ANDES prossegue na trajetória de *afirmação/consolidação da sua identidade*. O período de 1985-1988 foi particularmente decisivo, dada a conjuntura então vivida, no que diz respeito à *continuidade do seu processo de aproximação do “novo sindicalismo”* e à *afirmação de sua dimensão sindical* (dada pela sua transformação em sindicato), assim como no que se refere às relações entre os docentes dos diversos setores institucionais do movimento, marcadas pelas *tensões internas vivenciadas em torno das inflexões ocorridas na política de transição para as IES privadas*. Inversamente ao ocorrido no período anterior, contudo, o enfrentamento dessas dificuldades se revelou mais frutífero no terreno da afirmação sindical, registrando-se impasses e mesmo retrocessos relativos à presença dos docentes das IES particulares no movimento.

As relações com o “novo sindicalismo”: avanços e limites

Um dos desafios básicos assumidos pela ANDES neste período foi *lutar pela transformação da estrutura sindical*, tendo como referência as características da sua própria organização. O movimento docente tinha claro que a CUT e a CONCLAT mantinham-se numa *relação contraditória* com a estrutura sindical oficial: embora a sua criação contrariasse dispositivos legais dessa estrutura, essas Centrais ainda se apoiavam em Sindicatos constituídos segundo a CLT, o que implicava restrições à “ação livre dos trabalhadores”. Avaliava-se, também, que a conjuntura de transição conservadora ensejava o debate sobre o *atrelamento da estrutura sindical*, o que possibilitava tanto as ações do movimento sindical pela sua transformação quanto a exploração, pelo governo, das contradições e deficiências da organização dos trabalhadores, de modo a impor “reformas modernizantes, de cunho liberal”, distantes das reais necessidades organizativas das classes trabalhadoras”¹⁸ (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p.39).

¹⁸ Como se vê, a ANDES propugnava uma ruptura radical com a estrutura sindical existente no Brasil e a criação de uma nova, inspirando-se em sua própria história. No entanto, sua força própria, pelos limites que vêm sendo analisados e pelas injunções estruturais e conjunturais do país e do próprio sindicalismo brasileiro,

Por sua vez, como as políticas sociais continuavam determinadas pelos interesses do grande capital nacional e internacional, seria fundamental a “*unidade concreta* de todos os setores representativos do movimento sindical, formulada através de sua prática e de suas lutas pela conquista das reivindicações mais básicas e essenciais dos trabalhadores e da população brasileira.” Assim entendendo, os militantes da ANDES chamavam a si, naquele momento, a responsabilidade de contribuir em duas direções:

“O movimento docente como um todo - AD’s e ANDES - deve ocupar o espaço sindical que legitimamente construiu e estreitar suas relações e seu acompanhamento das atividades das demais instâncias e entidades sindicais, apresentando a sua contribuição específica tanto ao esforço imediato de definição das condições e propostas de unificação concreta das lutas dos trabalhadores, quanto ao debate e à proposição de uma nova estrutura sindical, decidida de forma autônoma pelos trabalhadores e adequada às suas necessidades materiais e políticas” (Cadernos ANDES nº 5, 1987, pp. 39-40; grifos meus).

A perspectiva era a de articular e unir o movimento sindical na elaboração e defesa de um *programa mínimo*, com os seguintes pontos: reajustes salariais em bases não inferiores aos índices inflacionários; trimestralidade, salário desemprego e estabilidade no emprego; jornada de 40 horas semanais sem redução de salário; reforma agrária sob o controle dos trabalhadores; recomposição das perdas salariais; definição de novo salário mínimo, com base nos cálculos do DIEESE; direito de greve; *liberdade e autonomia sindical*; direito de organização das comissões de empresa. Além disso, propugnava a organização de um *fórum unitário* do sindicalismo para definir posições e propostas relativas à Assembléia Nacional Constituinte, e para elaborar a *proposta de uma nova estrutura sindical*, calcada nos princípios organizativos da própria ANDES (*idem*, p.40; grifos meus).

Em decorrência dessas leituras e proposições - e sem menção à dificuldade interna de sensibilizar a categoria para esse debate - a decisão de filiar-se a uma das Centrais Sindicais, no *IV Congresso Nacional da ANDES*, era mais uma vez postergada:

“Considerando que [...] a CUT e a CONCLAT não lograram constituir-se em referenciais polarizadores do conjunto do movimento docente e que a alteração necessária da estrutura sindical incidirá sobre as suas próprias estruturas e configurações, o IV Congresso Nacional decide que, nesse momento, a ANDES não se filiará à CUT nem aderirá à Conclat, participando da luta dos trabalhadores e mantendo sua posição de defesa da unidade prática na luta como condição e caminho para a unificação orgânica do movimento sindical” (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p. 40).¹⁹

assinaladas no início do capítulo 3, era sem dúvida mínima, diante da pretensão de direcionar as lutas do “novo sindicalismo” para essa ruptura.

¹⁹ O IV Congresso deliberou, contudo, que a ANDES deveria participar, como observadora, das reuniões plenárias e dos congressos das duas Centrais e ainda, com “plenos direitos”, dos eventos unificadores das suas lutas. Definia também que a entidade deveria “trabalhar em todas as esferas do movimento sindical pelas reivindicações específicas do setor educacional e especialmente pela afirmação do Ensino Público, Gratuito e Democrático como direito e necessidade de toda a população”. E reafirmava sua posição de defesa do direito à sindicalização do funcionalismo público, “nos marcos de uma nova estrutura sindical organizada segundo os princípios defendidos pelo movimento”, que respeitasse a realidade organizativa dos professores das redes autárquicas federais e estaduais (Cadernos ANDES nº 5, 1987, pp. 40-41; grifos meus).

Em 1986, durante o V Congresso Nacional, avaliava-se que o ascenso do movimento reivindicatório e os avanços obtidos na unificação concreta das lutas dos trabalhadores expressavam o *acerto* da entidade em concentrar esforços nessa direção.²⁰ Era preciso dar continuidade a esses esforços e tentar *romper com a estrutura sindical vigente* reunindo, ainda naquele ano, um Fórum Nacional Unitário do movimento sindical. Assim, seria possível definir posições sobre a legislação trabalhista e sindical; encontrar formas de garantir, na nova Constituição, os princípios de autonomia e independência sindicais e estabelecer estratégias conjuntas para obter, na Constituinte, a aprovação de “princípios de ordenação social, política e econômica” que respondessem às demandas das massas trabalhadoras. Nessa mesma direção, os congressistas declaravam-se firmemente favoráveis, já naquela época, à imediata homologação da Convenção 87 da OIT, que tramitava no Senado Federal:

“[é preciso] eliminar os pilares em que está assentada a estrutura sindical corporativa e atrelada. Entre esses, destacam-se o poder de intervenção do Ministério do Trabalho, a obrigatoriedade do estatuto padrão e o imposto sindical. Cada categoria deve definir, sem qualquer ingerência do Estado, a organização estatutária de suas entidades, [estabelecendo] prazos para a substituição do imposto sindical, [com base] nos princípios da sustentação voluntária das entidades pelas respectivas categorias” (idem, p. 43).

Nesta perspectiva, a ANDES mantinha acesa a esperança de avanços em outras questões interligadas e fundamentais. Defendia a imediata articulação de uma campanha nacional que exigisse o envio ao Congresso Nacional, pelo governo, de um projeto de lei substitutivo à lei anti-greve (lei nº 4330) e pressionasse, simultaneamente, pelo fim do impedimento legal à sindicalização dos funcionários públicos. A entidade deveria, contudo, inserir-se neste processo de construção da nova estrutura sindical norteadas pelos princípios da *independência e autonomia, da democracia interna e da organização por local de trabalho, cabendo-lhe*

“assumir uma política coerente com o entendimento de que ela já é o instrumento construído pelo movimento da categoria para a defesa de seus interesses materiais e políticos, continuando a luta pela unificação da categoria a nível nacional e alinhando-se claramente às forças do movimento sindical que avançam no processo de implosão da estrutura sindical atrelada” (Cadernos ANDES nº 5, 1987, pp. 43-44).

Os encaminhamentos aprovados neste V Congresso traduziam avanços na aproximação entre a ANDES e a CUT e proposições mais concretas rumo à filiação a uma Central. Decidiu-se que a entidade e as AD's deveriam discutir a *participação efetiva* na campanha nacional de luta da CUT, que incluía como reivindicações: redução da jornada de 40 horas, reforma agrária sob controle dos trabalhadores²¹, reajuste trimestral de

²⁰ As manifestações do 1º de maio, as lutas pela Reforma Agrária, a campanha nacional pela trimestralidade dos reajustes salariais e a primeira campanha salarial unificada, intercategorias, ocorridas em 1985, seriam demonstrações palpáveis da consolidação de práticas unitárias de luta (*idem*, p. 43).

²¹ Coerentemente com as análises de conjuntura feitas, o movimento avançava ao definir sua participação nesta

salários, salário mínimo real de acordo com o DIEESE e congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Quanto à sua filiação a uma Central, dever-se-ia promover, em 1986, um amplo debate sobre o movimento sindical, cabendo às AD's realizar assembleias gerais (AG's), neste mesmo ano, tendo como pauta específica de deliberação este tema. Era importante, também, abrir espaço, a partir do próximo Boletim da ANDES, para que as Centrais Sindicais se manifestassem a respeito do movimento sindical, como contribuição a esse debate (*idem*, p. 44).

O Boletim Nacional nº 27, de novembro de 1986, concretiza este encaminhamento. Nele se encontra um texto da nova Diretoria que historiciza as relações da ANDES com o movimento sindical, refletindo em seguida sobre as vantagens e riscos de filiação a uma Central naquela conjuntura. Como vantagem maior, a Diretoria destacava a possibilidade de uma articulação mais orgânica da ANDES com "parcelas significativas do movimento sindical" e de "influir politicamente por dentro da estrutura da Central". Mas era preciso atentar para a unidade interna e para a reação das "bases":

"Sem uma discussão de boa qualidade, abre-se toda uma gama de possibilidades despolitizantes, de manipulação das opiniões de base que vão desde a acusação de instrumentalização partidária da ANDES (isto é coisa do PT!) indo até críticas, supostamente progressistas, de que o Congresso descolou da base, é mera reunião de massa avançada tentando tutelar o MD; passa horas discutindo temas que não são do interesse dos docentes, não representa, enfim, os professores" (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p. 46).

Os dirigentes da ANDES rebatiam, assim, algumas das críticas recebidas durante a disputa eleitoral, ao mesmo tempo em que identificavam a origem desses argumentos e ações despolitizantes como "estritamente partidária". Mesmo assim, advertiam para a sua influência "conturbadora e desagregadora", que eventualmente poderia "complicar a unidade na base do MD", unidade esta absolutamente necessária para a intervenção no processo constituinte e para realizar lutas específicas como o combate ao projeto do Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior (GERES/MEC), pela isonomia salarial "em níveis mais dignos" e pelo ensino público e gratuito. Daí a importância de um "debate aberto, com exame refletido e crítico de toda a questão" (*idem, ibidem*).

Considerando-se os "cantos de sereia" conjunturais, percebia-se nitidamente o esforço da Diretoria em dar conta das duas dimensões (a *sindical* e a *acadêmica*) nos seus posicionamentos e ações. É possível admitir que existisse até mesmo uma preocupação

luta. Nos encaminhamentos do V Congresso constam: a denúncia do Plano de Reforma Agrária do Governo; a defesa de uma "Reforma Agrária ampla, massiva e controlada pelos trabalhadores, incluindo a demarcação e respeito à terra indígena"; apoio e solidariedade às lutas e reivindicações dos trabalhadores rurais, com participação de "pessoal especializado das IES" para assistência à saúde, tecnologias de plantio e construção; "apoio firme" às entidades engajadas na luta pela reforma agrária de interesse dos trabalhadores; organização de seminários e debates, com participação de sindicatos rurais, como colaboração ao debate/entendimento da necessidade dessa reforma. Além disso, o GT sobre Reforma Agrária, criado em CONAD anterior ao Congresso, deveria ser mantido e agilizado (Cadernos ANDES nº 5, 1987, pp. 44-45).

maior, da parte dos dirigentes, com a preservação do poder de influência da ANDES no Fórum Nacional sobre Educação, Ciência e Tecnologia (depois Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública), o que os faria colocar a participação da entidade neste espaço acima dos riscos que a filiação precipitada a uma Central acarretaria:

"Não subestimamos o papel da ANDES como aglutinadora e intermediária no funcionamento do Fórum. Aqui, de novo, a filiação da ANDES a uma das Centrais, se não for resultado de opção amplamente discutida pela base, abre espaço para que se criem dificuldades, não só para o papel que nossa entidade tem no processo, como também para o próprio sucesso da iniciativa. Como no risco anteriormente apontado, a manifestação clara da base do movimento é sustentação política mais do que adequada para contorná-lo" (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p. 46).

Esta cautela da direção nacional resultara na proposta de que cada AD enviasse à Coordenação de Relações Sindicais da ANDES, logo após sua deliberação em assembléia geral, um informe da decisão tomada a respeito da filiação a uma Central, acompanhado de um "relato do estado do problema" na IES. Assim, os dados, colhidos e sistematizados em relatório, poderiam subsidiar os debates programados para o próximo Congresso Nacional da entidade. Ao mesmo tempo, a Diretoria deixava clara a sua disposição de continuar trabalhando pela aproximação do "novo sindicalismo" e pela filiação a uma Central:

"Se a tentativa daqueles que buscam manter o controle político e ideológico do país será desencadear uma ofensiva contra o movimento sindical e as lutas e reivindicações dos trabalhadores, devemos estar constantemente dispostos à articulação e participação nestas lutas, que também são nossas. Não se trata aqui de redefinir, qualificar ou relativizar esta postura, deliberada com clareza no V Congresso e vivida pela ANDES desde o seu berço. Trata-se, isto sim, de cuidar para que o MD a nível nacional permaneça unido na sua trilha combativa, democrática e autônoma, afastando a possibilidade de divisão, despolitização, enfraquecimento e perda de espaço político pelo uso político indevido de uma questão que, talvez - as Assembléias o dirão - não esteja suficientemente esclarecida" (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p. 47).

Demonstrando esse empenho cauteloso e cumprindo as recomendações do V Congresso, o Boletim Nacional nº 27 divulgava também as posições da CUT e da CGT sobre a situação nacional e informava sobre as suas concepções e práticas sindicais²², visando alimentar o debate nas "bases" da categoria. Nesta mesma trilha de aproximação do movimento sindical, a ANDES teve ainda "participação ativa" na Greve Geral do dia 12 de dezembro de 1986, subscrevendo manifesto conjunto divulgado nos principais jornais do país, dirigido "aos trabalhadores e à nação".

No VI Congresso Nacional (1987), porém, os saldos dessas iniciativas ainda se revelavam insuficientes para a decisão de filiação da entidade a uma Central. Constatava-se que a quase totalidade das AD's não haviam debatido suficientemente a questão e

²² O documento da CUT, bem mais extenso e abrangente, abordava inclusive a sua visão de universidade e a sua relação com os docentes, argumentando a favor da filiação da ANDES à Central. O da CGT, mais sintético e sobre questões candentes da conjuntura, dedicava, ao final, algumas linhas à defesa da filiação da entidade a esta Central.

seus delegados estavam, na maioria, desautorizados a se definir sobre este ponto de pauta. Diante deste “impasse”, os congressistas formularam-se duas perguntas: *por que se dá, pela terceira vez, esta situação e como a ANDES deve se situar perante o conjunto do movimento*”? A primeira delas foi assim respondida:

“[...] achamos que a resposta é complexa. Por um lado, acreditamos que falta clareza ao conjunto dos docentes de seu caráter de trabalhador intelectual e das implicações que esta condição traz na sua relação com o conjunto dos trabalhadores. Como consequência desta falta de compreensão, as AD’s, na prática, não mantêm relações construtivas e ativas com o conjunto do movimento sindical. Neste semi-isolamento, [...] debates sobre sindicalismo, especificamente sobre Centrais Sindicais e filiação a uma delas, não conseguem atrair os docentes em número significativo nem são eficientes para levar com clareza a uma decisão. Acreditamos que, na medida em que as AD’s se engajarem ativamente nas instâncias sindicais regionais, serão criadas condições para se estabelecerem debates concretos sobre o movimento sindical e as diferenças existentes entre as duas Centrais” (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p. 59; grifos meus).

A resposta à segunda pergunta, intimamente relacionada à primeira, foi que a não filiação formal a uma entidade não deveria significar a manutenção da neutralidade da ANDES perante as “diversas instâncias do movimento sindical” nem a sua participação nessas instâncias apenas como observadora. Tratava-se de, com base no ideário e nas propostas do movimento docente, intervir concretamente em defesa dos mesmos e em contraposição a concepções e práticas opostas, em nível local e nacional. Os argumentos que embasavam essas deliberações levavam a maioria dos congressistas a assumir oficialmente a sua identificação com a CUT:

“[...] a ANDES, na sua origem, se construiu como uma articulação nacional defendendo a absoluta liberdade dos trabalhadores de se organizarem e de manterem a sua unidade sem necessidade de uma lei externa ao seu movimento. [...] Durante a sua trajetória, denunciou a transição burguesa realizada através do Colégio Eleitoral e [...] as diversas medidas demagógicas (PNRA, Pacto Social, Cruzado I etc) com que a Nova República tenta desmobilizar e enganar os trabalhadores. [...] Hoje, se recusa a aceitar uma trégua que não seria outra coisa que uma rendição da classe trabalhadora frente à voracidade do capital no Brasil, o qual não aceita pagar nem os prejuízos decorrentes dos erros de sua própria política. Podemos concluir que hoje a ANDES identifica-se em grande parte com o conjunto de práticas, bandeiras e análise política da CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Isto não implica nem a afirmação de uma completa identidade entre as duas entidades nem caracteriza uma filiação branca. Trata-se de definir, na prática, o campo privilegiado de construção do movimento sindical e as alianças necessárias a esta construção” (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p. 60; grifos meus).

Assumida essa identificação, as propostas aprovadas no VI Congresso reiteravam posições de luta pela unidade concreta do movimento sindical e de continuidade e aprofundamento dos debates sobre o sindicalismo e a filiação a uma Central; aí se incluindo a defesa da sindicalização dos servidores públicos e a discussão sobre o “significado social e político da divisão social do trabalho em manual e intelectual, recuperando, nesse contexto, o caráter de trabalhador do docente universitário.” Como novidades, propunha-se

que a Diretoria da ANDES contatasse o DIEESE e o DIAP para “estudar a filiação” da entidade a essas organizações; sugeriu-se a elaboração de Boletim Específico sobre o movimento sindical e as Centrais, com divulgação a curto prazo, e a inclusão do tema nas publicações da ANDES²³ e recomendava-se, também, que as AD’s e a ANDES se engajassem ativamente nas atividades do movimento sindical, buscando um trabalho comum com os SINPRO’s nas AD’s em que houvesse direito de sindicalização.

A partir de então, desencadeou-se um processo mais intenso de iniciativas e atividades voltadas para a questão sindical. A Diretoria da ANDES empenhou-se com vigor em estimular a participação dos docentes na greve geral do dia 20 de agosto de 1987, que tinha como reivindicações centrais a “discussão pública e democrática das políticas de governo e o envolvimento do Estado no desenvolvimento social [...]”.²⁴ Ao incentivar a presença do movimento em mais esta greve geral, os dirigentes explicitavam a busca permanente de exercício da singularidade do sindicalismo dos docentes, associando lutas gerais e específicas como condição para se obter avanços efetivos:

“Nossas lutas por melhores salários, verbas e educação pública e gratuita estão inseridas no contexto geral das lutas populares para o avanço da democracia social, política e econômica do Brasil, que estão sob o fogo cerrado da Aliança Democrática e do grande capital. Entendendo a extensão dessa estratégia, defender a Universidade pública, gratuita e competente passa por manter nossas lutas específicas por verbas, salários e a reestruturação democrática da Universidade constantemente articuladas com as lutas gerais da população trabalhadora brasileira” (Boletim Nacional da ANDES, nº31, 1987; grifos meus).

No XVI CONAD (setembro de 1987), os representantes das AD’s decidiram intensificar o debate sobre o significado da filiação da ANDES a uma Central, cuidando de deixar claro, nos subsídios que fossem produzidos, que esta filiação não significaria “atrelamento” nem tampouco perda da “autonomia deliberativa da entidade”. Nesta perspectiva, foi proposta a realização de um Seminário Nacional sobre a Questão Sindical e de uma Semana Nacional de Discussões sobre o tema, calcada em dois eixos: *a articulação das bandeiras políticas específicas e gerais e a importância dessa articulação para o MD* (Boletim Nacional da ANDES, nº 32, 1987).

O Seminário Nacional sobre *Conjuntura e Movimento Sindical*, realizado em outubro, contou com representantes de cerca de 19 AD’s dos diferentes setores institucionais e de alguns SINPRO’s. No entanto, nem a CUT nem a CONCLAT compareceram, o que levou a

²³ Como subsídios a este aprofundamento, o VI Congresso recomendava a elaboração do que veio a ser o Cadernos ANDES nº 5, bastante utilizado nesta pesquisa, que contém, conforme sugerido, textos de Boletins Nacionais, Resoluções de Congressos, cartas programáticas e análises das Centrais Sindicais até a data da sua edição (20/10/87).

²⁴ Os dirigentes buscavam, deste modo, uma inserção expressiva da categoria na luta política pela garantia das propostas populares na Constituinte, pelo “fim da sangria da dívida externa”, contra a subordinação da política econômica aos interesses dos banqueiros internacionais e por eleições diretas para presidente da República, tendo como preocupação imediata um “programa mínimo de melhoria das condições de vida e trabalho da população brasileira”.

Diretoria da ANDES a encaminhar ofício a ambas as Centrais, salientando o prejuízo decorrente da “perda de oportunidade de aprofundar as questões políticas do movimento sindical” e solicitando “justificativas políticas pelo ocorrido”. Para minorar essa perda - posto que o Seminário era elemento importante do processo de preparação do VII Congresso da entidade, que deveria decidir sobre a filiação -, encaminhou-se também às duas Centrais uma lista de perguntas²⁵, pedindo-se que as mesmas fossem respondidas até o final daquele mês, para comporem o material preparatório da “rodada de AG’s” sobre a matéria, a se realizar em novembro.

Apenas a CUT justificou a ausência no Seminário e respondeu às questões apresentadas. Vale destacar a sua visão sobre a ANDES e sobre a sua filiação a esta Central:

“A ANDES expressa, em sua concepção e prática, alguns dos princípios fundamentais da CUT. Personifica a resposta que os trabalhadores empregados no Estado têm dado à proibição de sua organização sindical e consagra a unidade de organização e atuação de trabalhadores de um mesmo ramo de atividade, apesar da tentativa do Estado e dos patrões em querer dividi-los. Além disso, a ANDES tem cumprido um papel importante no campo cultural e político, [papel esse] que a CUT considera inerente a todas as organizações sindicais. Diante desse quadro e principalmente [da] organização que a ANDES construiu desde a sua fundação, travando lutas concretas e obtendo conquistas significativas, a CUT considera muito importante que em seu próximo congresso seja aprovada a filiação à CUT” (Cadernos ANDES nº 5, 1987, p. 68-69).

No texto preparatório ao VII Congresso Nacional da ANDES (1988)²⁶, a Diretoria chamava a atenção para a continuidade do ataque das classes dominantes à organização política e às condições de vida dos trabalhadores, assinalando que a estratégia dos movimentos popular e sindical deveria ser a de “*resistir com energia aos retrocessos propostos pelo texto constitucional*”, tomando decisões políticas que contribuíssem para manter a organização e a capacidade de luta dos trabalhadores e dos movimentos populares. Esta seria a única forma de “responder, política, econômica e programaticamente ao ataque dos dominantes”, centrado no aprofundamento da alienação e dominação políticas e na exploração do trabalho. O texto afirmava ainda que seria igualmente fundamental “*distinguir, com clareza, entre aliados e adversários*, ainda quando estes últimos se encontr[assem] atuando no interior dos movimentos popular e sindical” (Boletim

²⁵ As questões enviadas diziam respeito a aspectos fundamentais da concepção e da prática sindical das Centrais: 1) mecanismos de deliberação e estrutura organizativa das Centrais, garantia da organicidade e autonomia dos sindicatos e associações filiadas; 2) divergências entre ambas e como se expressavam em relação à estrutura sindical existente, à Convenção 87 da OIT e ao papel do “sindicalismo de resultados”; 3) visão das Centrais sobre a estrutura orgânica da ANDES, em sua singularidade e como parâmetro de organização para o movimento sindical; 4) visão sobre a filiação da ANDES; 5) visão sobre a divisão internacional das organizações de trabalhadores e com quais delas mantinham relações ou convênios.

²⁶ Este texto consta do Relatório Final do VII Congresso, acrescido de outro complementar. Ambos foram apresentados como documentos que embasaram a discussão sobre “Movimento Docente e Organização Sindical: a questão da filiação a uma Central Sindical” (cf. Relatório Final, pp. 17-23).

Nacional da ANDES, nº 33, 1987; grifos meus).

Neste sentido, caberia entender bem as diferenças concretas entre a CGT, que sucedera a CONCLAT, e a CUT. Enquanto esta era identificada como o “pólo combativo do movimento sindical”, a primeira, a despeito dos setores combativos presentes no seu interior, teria a sua linha política determinada por lideranças aliadas ao patronato ou atreladas ao Ministério do Trabalho, pautando-se por “alguma retórica e pouca ação concreta na luta”. Uma demonstração disto era o apoio dado ao Colégio Eleitoral, à Constituinte Congressual, ao Plano Cruzado e à negociação de um Pacto Social nos termos patronais, além da omissão quanto à permanência de Sarney na Presidência da República, dado que a luta por Diretas-88 continuava “não fazendo parte da pauta de reivindicações da CGT”. Para a Diretoria da ANDES, esta linha política estaria inviabilizando a própria expressão de alguns partidos como o PCB e o PC do B, que deram suporte à criação da CONCLAT e posteriormente da CGT, mas que se encontravam em sérias dificuldades para justificar na base dos seus sindicatos a sua permanência nesta Central. No interior do movimento docente, os militantes ligados a esses partidos, apesar de terem dado apoio ao projeto político da Aliança Democrática e às posições assumidas pela CGT em relação às questões acima mencionadas, propugnando um “enlace progressivo da ANDES com o poder institucional e o MEC, como método para fazer avançar a conquista das reivindicações”, estavam defendendo uma posição de equidistância em relação às Centrais, de *não filiação a nenhuma delas*, alegando a “partidarização da CUT” e criticando o “caráter estritamente sindical” da ANDES. Segundo os diretores da entidade, esta proposta de equidistância era um “recurso tático diante da impossibilidade de sustentar, na discussão aberta, uma linha estratégica de atuação política”, deslocando assim a discussão e evitando o debate sobre o “significado e o conteúdo histórico e político das suas posições” (Boletim Nacional da ANDES, nº 33, 1987).

Em contraposição a esse recurso tático, a Diretoria reafirmava a necessidade de articulação orgânica da ANDES na CUT. A decisão de filiar-se a esta Central em nada ameaçaria a sua autonomia e viabilizaria a participação da entidade no debate e nas deliberações políticas da “parcela do movimento sindical efetivamente comprometida com as lutas e os interesses gerais da população brasileira.” Através dela, o movimento docente poderia influir, particularmente, na formulação de diretrizes de atuação política e de propostas para a educação, “*potencializando ganhos e avanços como trabalhadores intelectuais*”. Ela permitiria, também, o “aprimoramento da estrutura de relacionamento dos movimentos sociais organizados a partir da base, autônomos e democráticos, fonte da força em avançar para o estabelecimento de uma real democracia social, econômica e política no Brasil” (Boletim Nacional da ANDES, nº 33, 1987).

No texto complementar apresentado ao *VII Congresso*, a Diretoria anunciava a sua participação, com a CUT e a CGT e diversas Federações, na “Frente Nacional de Entidades Sindicais e Populares”, um instrumento de luta pela inclusão das “propostas progressistas” no texto da Comissão de Sistematização da Constituinte e, sobretudo, por eleições diretas em 1988. Neste processo, a ANDES assumira também o compromisso com a fundação do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT (DNTE/CUT). Apesar de essas iniciativas externas representarem um progresso na inserção da entidade no movimento sindical, os seus dirigentes constatavam que o debate sobre a filiação a uma Central ainda não estava maduro, no interior do movimento: em muitas AD’s o debate se aprofundara, mas em várias outras persistiam dificuldades e entraves para realizá-lo. Desta forma, mesmo tendo-se atingido um “patamar mais elevado de percepção e compreensão coletiva” da natureza da questão e da sua importância, impunha-se o esforço estratégico de “continuar aprofundando e ampliando a discussão na base do movimento, incorporando setores ainda resistentes a travá-la”. (Relatório Final do VII Congresso, 1988, pp. 21-22).

Neste texto, curto e complementar, percebe-se a cautela da Diretoria em indicar claramente a filiação à CUT, talvez pelo receio dos desgastes que a decisão poderia acarretar, naquele ano decisivo, à “unidade do movimento” e à participação da ANDES na “Frente Nacional de Entidades Sindicais e Populares”, o que novamente indica a preocupação central dos dirigentes com os ganhos a serem obtidos no processo constituinte.

As decisões tomadas neste *VII Congresso* expressam, portanto, os avanços efetivamente obtidos no processo de aproximação da CUT e o endosso à direção política até então adotada. Baseados nos argumentos dos textos apresentados e na existência de AD’s que se posicionavam pela filiação à Central,²⁷ sem que nenhuma propusesse a filiação à CGT, os congressistas aprovaram o

“indicativo de filiação à CUT, a ser amplamente discutido pela base do MD e com deliberação final no VIII Congresso”,²⁸ o privilegiamento da participação da ANDES nos eventos da CUT e o estreitamento das ligações entre as duas entidades, através das seguintes medidas: participação de delegação da ANDES no Congresso Nacional da CUT, a ser realizado em agosto de 1988 [...]; participação ativa das AD’s e da ANDES no DNTE/CUT[...] e divulgação, sob responsabilidade da Coordenação de Relações Sindicais, de textos e documentos da CUT; [recomendando] a discussão da filiação direta das AD’s à CUT, nos termos dos Estatutos da CUT e a continuidade do [...] aprofundamento e ampliação da discussão, preparando a deliberação da filiação à CUT no VIII Congresso” (Relatório Final do VII Congresso, 1988, pp. 22-23).²⁹

²⁷ A ADUFPB-JP foi uma das AD’s pioneiras na decisão de filiação à CUT Estadual antes mesmo da decisão da ANDES e que deliberou pela filiação da entidade nacional a esta Central naquele Congresso, conforme votação amplamente majoritária de sua AG, respaldada pela eleição secreta e posterior dos delegados ao Congresso: apenas um deles, militante do PCB, defendia a posição de não filiação e equidistância das Centrais.

²⁸ Este indicativo foi aprovado por 179 votos a favor, 44 contrários e 28 abstenções (cf. Boletim Nacional da ANDES nº 35).

²⁹ Os congressistas recomendavam, especificamente, o debate sobre a filiação das AD’s à CUT no setor das

Esse indicativo provocou reações negativas da parte dos que defendiam a máxima “nem CUT nem CGT”. O Boletim Nacional nº 35 divulga o texto *Preservando a Unidade do Movimento*, em que a diretoria da ANDES é acusada da “atitude golpista” de promover uma “filiação branca” da entidade à CUT, sobrepondo interesses partidários aos reais interesses da categoria. Entendendo ser necessário evitar o “aparelhamento” da ANDES, os signatários propugnavam a reconquista da sua autonomia e o combate e denúncia de “todas as tentativas de partidarização [...] ou instrumentalização do MD”, prosseguindo o debate sobre a questão sindical e realizando ações conjuntas com a população em geral sempre que existisse “coincidência das bandeiras de luta, em decisões não impostas autoritariamente às bases do MD”. Discordando da forma de condução da deliberação referente ao indicativo, eles assumiam o “compromisso democrático com as bases do movimento de fazer denúncia, nas AD’s, desta deliberação, lutando assim pela manutenção da unidade do movimento docente e do movimento sindical em geral”. Somente pela unidade de ação da entidade com o conjunto dos movimentos populares se derrotariam os “inimigos do povo.”

Neste mesmo Boletim, no texto *“Preservando a Unidade do Movimento, Mesmo”*, a Diretoria repudiava a linguagem e o conteúdo do texto dos descontentes, reiterando seu “compromisso com a democracia, a autonomia e a combatividade que tem sido a marca da ANDES”. Deixando claro que os seus signatários eram oposição a esta gestão, constituindo um grupo de antigos ou ainda partidários da articulação do movimento sindical na CGT ou membros dos seus organismos diretivos, além de terem, em sua maioria, aderido à “Nova República”, a Diretoria partia para o restabelecimento da “verdade dos fatos”, afirmando que a unidade do movimento se construía no “cumprimento do espírito e da letra das deliberações das instâncias coletivas da entidade”. Ao invés de denunciar o que era uma deliberação do *VII Congresso*, os seus opositores deveriam se empenhar no cumprimento dessa deliberação, de cuja votação haviam participado. O documento concluía lembrando que, pelo que havia sido aprovado, eles ainda poderiam defender, num próximo fórum, que a ANDES não se filiasse a Central alguma (Boletim Nacional da ANDES, nº 35, 1988).

Esta polêmica, sem desdobramentos maiores, não impediu que a ANDES se aproximasse ainda mais da CUT. Do III Congresso Nacional da Central (III CONCUR) participaram cerca de 80 delegados das AD’s, além dos 3 a que a ANDES tinha direito. Na avaliação feita ao final do ano, concluiu-se que as decisões/iniciativas tomadas haviam contribuído significativamente para essa aproximação e que a participação no CONCUR, além de respaldar positivamente a trajetória e a atuação da Central, ensejara a articulação do movimento docente com os demais servidores públicos, do que resultara a aprovação,

IES particulares, certamente pela complexidade maior colocada pela existência dos SINPRO’s, muitos deles já filiados à Central e que passariam a disputar a “base” do MD.

ao final do evento, de uma proposta de sindicalização de autoria da ANDES-FASUBRA-Servidores Públicos (Boletim Nacional da ANDES, nº 38, 1988).

Dentro dos limites postos pela própria singularidade da ANDES, o longo processo de debates sobre a filiação a uma Central amadurecera, sustentando a identificação original da entidade com o sindicalismo cutista. A filiação à CUT finalmente ocorrerá no *VIII Congresso*, mas não significará uma inserção orgânica plena e sem dificuldades, como se verá no próximo capítulo. A transformação da entidade em sindicato nacional, por sua vez, certamente teve influência na decisão de filiação à CUT.

A transformação em sindicato: o processo e os resultados

O processo de transformação da ANDES em sindicato nacional foi desencadeado a partir do *XVII CONAD*, realizado em junho de 1988, *pari passu* ao processo de aprovação da nova carta constitucional.³⁰ Neste processo, porém, a conquista do direito à sindicalização dos trabalhadores do serviço público, uma “antiga bandeira de luta do funcionalismo”, não resultara de debates suficientemente aprofundados, no interior do movimento docente e do conjunto dos servidores públicos, sobre as formas possíveis de organização sindical. Além disto, ainda eram significativas as limitações do texto constitucional, pois impunha-se a unicidade sindical e se atribuía ao Ministério do Trabalho a concessão da carta sindical: “o Estado dirá o que é, legalmente, um sindicato”. Mesmo assim, como a ANDES não era representante “de direito” dos docentes da rede pública, o movimento docente julgou importante garantir essa conquista apresentando, com a máxima rapidez, a sua “carta sindical” (cf. Relatório do *XVII CONAD*, 1988, pp. 33 e 34).

Para agilizar esse processo, as AD's e a ANDES definiram estratégias e cronogramas de debates que considerassem as “visões em gestação”³¹ sobre o tema da sindicalização, buscando articular-se com o funcionalismo público inserido na CUT. Defensores desde então de um processo e de formas de organização que respeitassem a história concreta dos movimentos dos servidores públicos, os participantes deste *XVII CONAD* deliberaram

³⁰ Neste CONAD, realizado em Porto Alegre, Sadi dal Rosso, eleito em maio de 1988, foi empossado como presidente da ANDES, dando continuidade à linha política da “Articulação Andes Autônoma e Democrática”. A sua chapa não teve concorrentes e os resultados eleitorais respaldavam inequivocamente a continuidade dessa linha: do total de votantes (18.099 docentes), 15.727 (86,9%) disseram sim à Carta-Programa desta Chapa, ocorrendo 1.935 votos em branco e 437 votos nulos. Vale salientar, contudo, que o total de votantes correspondia a 44% do conjunto dos associados, o que pode ser tomado como índice da militância efetiva do movimento docente naquele momento (cf. Ata de Posse, Relatório Final do *XVII CONAD*, 1988).

³¹ Havia, basicamente, duas visões no cenário: a que defendia a formação de Sindicatos Únicos de Servidores Públicos (federais, estaduais e municipais) e a que considerava importante “partir das estruturas já existentes”. Nesta segunda visão, aventavam-se três alternativas: a “organização por ramo de atividade”, a formação de sindicatos a partir do local de trabalho e a que considerava que se deveria respeitar a história dos movimentos, não apresentando alternativas acabadas. Examinando os prós e contras de cada visão, os participantes do *XVII CONAD* apontavam a terceira alternativa da segunda visão como a mais pertinente, por indicar “princípios como a democracia interna nos movimentos e passos possíveis que não [viesssem] a resultar em organismos burocraticamente organizados e politicamente ineficazes” (Relatório Final do *XVII CONAD*, 1988, p. 36).

que a entidade deveria subsidiar este processo nas AD's, divulgando as diferentes visões sobre a questão e promovendo atividades específicas. Os meses de junho e julho foram reservados para o recebimento e divulgação nacional de textos das AD's a este respeito, cuja discussão, ocorrendo antes do III CONCURTO, culminaria na realização de um Seminário Nacional antecedendo o XVIII CONAD, previsto para outubro. Com relação ao III CONCURTO, aprovou-se que o evento deveria debater a questão, mas sem tomar decisões sobre a forma de organização para o setor", devendo também a CUT articular "amplo debate nacional" a este respeito. Finalmente, deveria a ANDES "atuar em interação com os outros setores de trabalhadores, com vistas ao estabelecimento de uma legislação sindical que preserv[asse] a liberdade de organização independente dos trabalhadores" (cf. Relatório Final do XVII CONAD, 1988, p. 37).³²

Apesar do curto espaço de tempo, os debates foram bem subsidiados. No Boletim nº 36, de agosto de 1988, o texto intitulado *Sindicalização: uma Proposta para a ANDES* fundamentava, em termos legais e históricos, a proposta de organização da entidade como Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. *Legalmente*, encontrava-se respaldo no Art. 8º do texto aprovado no primeiro turno da Constituinte, que permitia a proposição de um sindicato nacional, mas não dava conta de como incluir, nele, os professores já sindicalizados das IES privadas e fundacionais. A "saída" foi encontrada no Art. 571 do Capítulo II da própria CLT, que afirmava que qualquer atividade ou profissão concentrada conforme parágrafo único do Art. 150 poderia dissociar-se do sindicato principal formando um grupo específico desde que, a critério da Comissão de Enquadramento Sindical, possibilitasse vida associativa regular e ação sindical eficiente. Por sua vez, este parágrafo assegurava que, "em determinadas circunstâncias, um sindicato pode[ria] abrigar categorias conexas ou semelhantes".³³ Havia a possibilidade, assim, de requerer a dissociação dos professores do 3º grau de ensino dos SINPRO's para que constituíssem um sindicato próprio, definindo os professores do ensino superior como categoria profissional e, em seguida, solicitando essa dissociação. *Politicamente*, contudo, avaliava-se que esta seria - como de fato o foi - uma tarefa difícil, dada a previsão de reações em contrário "do MEC, do Sindicato Patronal, dos pelegos e das forças políticas mais reacionárias e atrasadas", o que reforçava a importância de se fundamentar o mais consistentemente possível a argumentação e de se conseguir o "apoio incondicional a nível do movimento docente, das Centrais Sindicais e dos sindicatos mais combativos", visando assegurar a efetivação da proposta (Boletim Nacional da ANDES, nº 36, 1988).

A justificativa apresentada para a constituição dos professores universitários como

³² Estas proposições foram de fato acatadas pelo III CONCURTO, do qual resultou a proposta de sindicalização ANDES-FASUBRA-Servidores Públicos, mencionada no item anterior.

³³ Os SINPRO's, por exemplo, incluíam professores de escolas de cabeleiros, de auto-escolas, além de docentes dos três graus de ensino do sistema regular de educação brasileiro.

categoria profissional partia do princípio de que a atividade docente era voltada para a produção de conhecimento e não apenas para a sua transmissão. Considerando a “revolução técnico-científica” em curso, entendia-se que esta produção deveria “responder com precisão e qualidade aos desafios cada vez maiores da ciência, da tecnologia e da cultura”. Nos países do “Terceiro Mundo”, superexplorados pelo Capital, seria fundamental que a própria classe trabalhadora elaborasse seu projeto de ciência e tecnologia, no bojo de um projeto maior de transformação da sociedade. Por isso, a *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão* era uma luta central dos professores das IES, a quem caberia realizar, majoritariamente, uma *atividade profissional de dedicação exclusiva* (Boletim Nacional da ANDES, nº 36, 1988).

Quanto aos docentes das IES privadas, reconhecia-se que tinham maior dificuldade de organização e que a sua participação na ANDES vinha diminuindo, devido à “repressão aberta” à constituição de AD’s neste setor.³⁴ No entanto, a defesa de um “padrão de qualidade” para todas as IES exigia, conforme mostrava a experiência já acumulada, a *unidade de ação* de todos os professores do ensino superior. Se estes iriam se constituir como categoria profissional, nada justificaria a exclusão dos que atuavam na rede privada e que haviam sido fundadores da ANDES, cuja história estava “enriquecida pela luta do setor privado no seu interior”. Ademais, com a sua presença no sindicato a ser criado, os dirigentes de AD’s teriam direito à estabilidade, o que favoreceria a organização por local de trabalho na rede particular de ensino superior.

As razões para a transformação rápida da entidade em Sindicato se ligavam às injunções conjunturais. Tratava-se, diante da conquista constitucional, de exercer o direito legal de representar toda a categoria dos docentes das IES, incluindo a negociação formal com o governo de acordos de interesse dos docentes da rede pública. Caso a ANDES não representasse sindicalmente este setor majoritário no movimento, correria o risco de outros organismos assumirem esta iniciativa, desorganizando um trabalho de muitos anos e comprometendo a luta política realizada. Inversamente, a obtenção do direito de representação de todos os docentes possibilitaria, através dos acordos coletivos firmados, “ampliar a discussão e obter avanços na [...] *política educacional* e, mais particularmente, na proposta de um modelo [...] que [trouxesse] o mínimo de qualidade à universidade do país”. Por sua vez, a transformação em *sindicato de base nacional* se prendia às mesmas razões que levaram à criação da entidade e sustentavam a sua trajetória. Era imperativo fortalecer a organização criada no início da década, mantendo intacta a sua estrutura original: autônoma, independente e democrática³⁵ (Boletim Nacional da ANDES, nº 36, 1988).

³⁴ As razões que levaram ao refluxo dos docentes das IES particulares na ANDES serão abordadas no item seguinte deste capítulo.

³⁵ As necessárias adaptações da estrutura da ANDES à condição de sindicato nacional já foram abordadas no capítulo 3 desta pesquisa.

Para a Diretoria da entidade, era indispensável respeitar, nesse processo, a historicidade dos movimentos: do mesmo modo que a unicidade sindical imposta aos trabalhadores não garantiria a sua unidade na luta - ao contrário, possibilitava a sua divisão em sindicatos municipais com resultados nem sempre positivos -, a vinculação orgânica de diferentes categorias em um único sindicato também não asseguraria, necessariamente, esta unidade que, de fato,

"[...] é conseguida politicamente, não decorre seja de decretos de estado, seja da imposição da vontade. Se docentes e funcionários do ensino superior ou mesmo de outros níveis estão organizados em entidades distintas, que surgiram para responder às necessidades de lutas específicas, não será a nossa vontade que as unificará organicamente; esta unificação, se vier, virá da necessidade de resposta a um conjunto de fatores intervenientes e nunca a um só, principalmente uma simples lei" (idem).³⁶

Embasado nesses argumentos e proposições, o processo de transformação da ANDES em Sindicato Nacional prosseguiu celeremente. No XVIII CONAD, decidiu-se aprovar o texto da Diretoria publicado no Boletim nº 36, com algumas modificações e acréscimos, como a *proposta indicativa* de sindicalização dos docentes do ensino superior, e pela realização de um *Congresso Extraordinário* em novembro, para deliberar especificamente sobre este tema (cf. Relatório do XVIII CONAD, 1988, p. 69).³⁷ O Boletim seguinte, em seu editorial, divulgava entusiasmamente essas resoluções como a afirmação de uma proposta "totalmente inovadora", salientando a importância do seu caráter político e a premência de tempo para o amadurecimento da decisão a ser tomada" (Boletim Nacional da ANDES, nº 37, 1988).

Reunido em novembro, o *II Congresso Extraordinário* da ANDES, apesar do processo de debates ocorrido, registrou algumas reações contrárias à proposta de sindicalização indicativa do XVIII CONAD, principalmente da parte de militantes ligados à rede privada. Na Plenária de Abertura foi lido um telegrama do então presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores de Estabelecimentos de Ensino (FITEE), Wellington Teixeira Gomes, justificando sua ausência do evento pela coincidência de datas entre este *II Congresso* e a realização do II Encontro Interestadual da FITEE, e manifestando "veemente repúdio" à "cúpula da ANDES" que, por meio de "proposta elitista e pretensiosa" e "desconhecendo o movimento real", visava, sem ouvir a categoria de entidades interessadas, impor a organização de um sindicato nacional de ensino superior abrangendo todas as redes de

³⁶ Essa unidade vinha sendo buscada historicamente. A organização horizontal dos trabalhadores era desejável e possível, podendo ocorrer dentro de uma Central Sindical, o que reforçava a idéia de avançar no processo de filiação à CUT. Seria imprescindível, portanto, aprofundar toda essa discussão, de modo a tomar uma "decisão madura".

³⁷ A proposta de convocação deste Congresso Extraordinário foi aprovada por unanimidade. Os participantes do XVIII CONAD (João Pessoa, outubro de 1988) também reforçaram o indicativo de filiação à CUT aprovado no último Congresso, aprovando, como encaminhamentos, a "participação ativa das AD's e da ANDES nos Departamentos regionais, estaduais e nacional de Educação da CUT" e que as AD's discutissem e deliberassem sobre a sua filiação às CUT's regionais e estaduais e a da ANDES à CUT Nacional até o VIII Congresso (cf. Relatório do XVIII CONAD, 1988, p.71).

ensino. O telegrama anunciava, ainda, que o “conteúdo desorganizativo” dessa proposta ensejava “demoradas pendências judiciais, favorecendo, na prática, interesses patronais” (cf. Ata do II Congresso Extraordinário, 1988, p. 27). Tinha início, assim, a disputa política e jurídica de “bases” que vem se travando entre a ANDES-SN, a FITEE e a Confederação Nacional de Trabalhadores de Estabelecimentos de Ensino (CONTEE).³⁸

Durante o Congresso, todas as propostas apresentadas, inclusive as advindas de Assembléias Gerais das AD's, foram discutidas e votadas nos “grupos mistos” (compostos por docentes de todas as redes de ensino), com destaque para a de *adiamento* da decisão sobre sindicalização. Na maioria dos grupos, essa proposta foi amplamente rejeitada; mas como obteve mais de um terço de votos favoráveis dos delegados de um único grupo, foi recolocada em Plenária. Nesta Plenária, que deliberaria sobre o tema central do Congresso, após 38 oradores se pronunciarem sobre a proposta de *adiamento da decisão*, ela foi derrotada por mais de 80% dos delegados: apenas 31 se manifestaram favoráveis, enquanto que 189 foram contrários e 10 se abstiveram. Passou-se, em seguida, à votação da proposta de sindicalização indicativa do XVIII CONAD (originária da Diretoria da ANDES), que havia sido aprovada em todos os grupos mistos e que também teve a aprovação de mais de 80% dos delegados: 183 foram favoráveis, 23 contrários e 12 se abstiveram (cf. Ata do II Congresso Extraordinário, 1988, pp. 33-34).³⁹ Estava, assim, criado o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).⁴⁰

Do relatório consolidado dos grupos mistos constavam recomendações várias, dentre as quais o registro imediato do sindicato, a “preservação dos princípios concernentes a diversidades locais”, a “flexibilidade, reversibilidade e rediscussão no próximo Congresso da

³⁸ Na Plenária Especial deste II Congresso Extraordinário, dedicada à apresentação das propostas sobre a sindicalização, registraram-se ainda quatro pronunciamentos contrários à proposta do XVIII CONAD, a saber: (a) o do SINPRO-RJ, que entendia que a ANDES representava, basicamente, os docentes da rede pública e acusava a proposta indicativa do movimento docente de “divisionista e elitista”, enfraquecedora dos SINPRO's; (b) o do SINPRO-RS, que considerava esse indicativo “desprovido de legitimidade para se impor aos docentes da rede particular”; (c) o do SINPRO-SP que, reforçando as posições já manifestas, salientava a “inevitabilidade do desfecho jurídico entre ANDES e SINPRO's” e (d) o da APROPUC-SP, que sugeria a organização sindical, em separado, dos trabalhadores em educação das redes pública e privada, com sua articulação em um fórum comum (cf. Ata do II Congresso Extraordinário, 1988, p. 30).

³⁹ Segundo o quadro demonstrativo das “Delegações e Custos” deste evento, dele participaram 232 delegados e 37 observadores, dos quais apenas 5 delegados de IES particulares e 5 de IES estaduais (cf. Ata do II Congresso Extraordinário da ANDES, 1988, pp. 19-20). Esses dados indicam a fragilidade da “representatividade” das bases e da presença dos docentes desses setores institucionais na entidade, o que constitui uma séria limitação ao exercício - sem dúvida democrático - do seu ideário e práticas.

⁴⁰ A Plenária do Tema II - Estatuto e Encaminhamentos, bastante longa, foi dedicada ao debate e votação de emendas ao Estatuto da ANDES-SN, oriundas dos grupos mistos e que tomavam por base a proposta de Estatuto elaborada pela Diretoria da entidade e publicada no Boletim nº 37 (cf. Ata do II Congresso Extraordinário, 1988, pp. 36-39). Na Plenária de Encerramento, decidiu-se delegar à Diretoria a responsabilidade de constituir uma Comissão de Redação deste Estatuto, com apenas um voto de abstenção (*idem*, p. 40). O Estatuto, as Atas do II Congresso Extraordinário e seus anexos foram entregues ao ministro Ronaldo Costa Couto, em audiência no gabinete da Casa Civil da Presidência da República, em 16/12/88, tendo o ministro assinado de próprio punho o recebimento e feito arquivar cópia idêntica no protocolo do Ministério do Trabalho. O pedido de registro foi apresentado ao Cartório do 2º Ofício de Registro Civil do Distrito Federal e expedido oficialmente no dia 21/12/88 (cf. Boletim Nacional da ANDES nº 37, 1988).

proposta aprovada”, bem como a indicação de algumas questões a serem aprofundadas. Uma dessas recomendações foi aprovada por aclamação: “simultaneamente à discussão e aos encaminhamentos da organização sindical dos docentes das IES, a ANDES deve ter um papel ativo na articulação das organizações dos trabalhadores em defesa de uma legislação complementar, decorrente da nova Constituição, que signifique avanços no direito de Sindicalização dos Trabalhadores”. Por outro lado, a recomendação de que a ANDES e a FASUBRA trabalhassem no sentido da unificação dos dois movimentos e realizassem, no prazo de dois anos, um Congresso conjunto, de caráter nacional, visando construir um “Sindicato Nacional dos Trabalhadores nas IES”, foi derrotada por maioria de votos (cf. Ata do II Congresso Extraordinário, 1988, pp. 34-35).

A decisão foi festejada pela direção da ANDES como a afirmação de uma forma de sindicalismo “inovadora e completamente distinta do tradicionalismo, do sindicalismo do estatuto padrão e do imposto sindical”. Segundo o editorial do Boletim nº 38, as articulações estabelecidas com outras entidades teriam permitido ao novo sindicato “fincar bases sólidas no cenário nacional, se colocando como legítimo e incontestado representante dos docentes das IES”. A “decorrência natural” dessas articulações seria o aprofundamento do processo de aproximação da CUT, conforme deliberações já tomadas em Congressos anteriores. O editorial ressaltava ainda os avanços obtidos na Constituinte:

“as conquistas dos trabalhadores, apesar de poucas, foram significativas. No que tange às questões sindicais, apesar de se conservar os nefastos imposto e unicidade sindical, a conquista do direito de sindicalização para os servidores públicos e a abolição do estatuto padrão são inequívocos avanços para a organização dos trabalhadores. Mesmo a preconizada liberação de organização sindical (com ressalvas) e o assegurado direito de greve, apesar de [estarem sujeitos] às regulamentações em lei, devem ser contabilizados, também, como importantes vitórias do conjunto dos trabalhadores” (Editorial do Boletim Nacional da ANDES, nº 38, 1988).

Apesar de o processo de transformação da ANDES em sindicato nacional ter transcorrido dentro do calendário previsto, respeitados os procedimentos de debate democrático costumeiramente praticados pela entidade, as avaliações sobre os resultados deste processo e desta decisão, a curto e longo prazos, não são consensuais, traduzindo diferentes visões sobre a questão. Para Carlos Baldijão e Sadi Dal Rosso, essa transformação foi um “processo natural”, em si mesmo vantajoso para os docentes universitários:

“Quando a ANDES se transforma em sindicato, ela já era um sindicato na prática. Um sindicato livre, porque se organizou segundo a vontade exclusiva da sua própria base, o que é uma coisa riquíssima nesse país. [...] Então, quando vem a possibilidade de transformar a ANDES em sindicato, o processo é muito rico também, é um processo de discussão intensíssima, que é, [...] depois, reafirmado. [...] Embora a gente tivesse várias posições pululando aqui e ali, realmente [...] foi um momento de hegemonia. Na realidade, foi muito a decorrência de toda uma história, foi uma coisa natural. [...] E o que a gente vai ganhar? A

gente vai ganhar porque a gente passa a ser um sindicato de direito; isso implica [...] ter as garantias da Constituição, a da negociação e a do acordo. Embora até hoje isso seja uma coisa complicada, eu acho que se caminhou nessa direção" (Carlos Baldijão, 08/04/95).

"[...] em si, essa transformação não constituiu um evento que criasse uma clivagem. Não foi a transformação da ANDES em sindicato e das AD's em Seções Sindicais que criou distorções. Pelo contrário! Eu acho até que foi um processo natural de amadurecimento, porque a ANDES só não tinha sido sindicato, desde o começo, porque era proibido. Então, nós culminamos um processo cuja gênese está lá no começo do movimento, nas idéias iniciais. Nesse sentido, ela não deveria constituir um entrave e não constituiu [...]; ela não é responsável por qualquer problema posterior. [...] Que vantagens ela trouxe? Nós pudemos construir um Sindicato bastante autônomo, dentro daqueles requisitos de autonomia interna e externa, independência financeira, independência de partidos. Isso foi muito importante" (Sadi Dal Rosso, 30/03/95).

Já os depoimentos de Ari Vicente Fernandes e Newton Lima Neto, que estiveram presentes no *II Congresso Extraordinário*, indicam que havia, desde então, apreensões quanto aos desdobramentos desse processo:

"[...] na discussão com a Diretoria toda, eu estava apreensivo com a maneira como estava se transformando a ANDES em Sindicato. Um aspecto era tático, imediato [...]: eu achava que entre o anúncio e a realização efetiva do Congresso não se fez o trabalho político que devia ter sido feito. Taticamente, eu entendia que, de fato, era um momento complicado para se votar a transformação em Sindicato. E também, do ponto de vista de uma visão de *projeto sindical* [...], eu sentia que ainda não se havia definido a peculiaridade e o espaço próprio, enquanto sindicato e com o nome de sindicato, que a ANDES passaria a exercer. Enquanto sindicato que, como proposta sindical, foi fiel às origens de 1981, de ser um sindicato dos docentes do 3º grau de ensino [...] de todas as IES. Eu entendia que a discussão interna da ANDES, de um projeto sindical, não estava bem esclarecida. Não havia muita clareza, particularmente, do lado dos companheiros das federais, que não têm de enfrentar essa questão de convenção coletiva, protocolamento, Ministério do Trabalho. Todas essas coisas eram absolutamente desconhecidas até na Diretoria, que era, majoritariamente, como sempre aconteceu, formada por professores das federais" (Ari Vicente Fernandes, 15/02/95)

"eu me lembro da minha intervenção [...] no Congresso do Rio de Janeiro. Eu saudava a transformação da ANDES em sindicato nacional mas, ao mesmo tempo, eu marcava que seria um grande erro histórico se nós, ao nos transformarmos em sindicato, nos transformássemos em um sindicato como qualquer outro, perdéssemos a nossa especificidade de professor, de intelectual, de quadro social diferenciado - destacando o perfil do professor universitário em suas contradições como segmento social, inclusive - e passássemos a exercer, eventualmente, um sindicalismo clássico, de luta corporativa maior, deixando de lado os projetos centrais de educação, de diretrizes e bases para ela, de consolidação do ensino público e gratuito. [...]. Então, naquele dia, eu colocava isso com alguma veemência, eu achava que era importante marcar a idéia da não descaracterização da ANDES como entidade profissional" (Newton Lima Neto, 10/04/95).

Em essência, essas apreensões diziam respeito à preservação da *identidade* da ANDES, seja em sua dupla dimensão *sindical* e *acadêmica* - e pois, em seus fins -, seja no âmbito da sua representatividade de todos os docentes do ensino superior brasileiro. Os depoimentos seguintes explicitam essas questões de fundo. No entender de Renato Ortiz, a sindicalização consagrou a perda definitiva da dimensão acadêmica da entidade, coroando um movimento que já vinha ocorrendo:

“Quando ela deixou de ser uma Associação de Docentes e resolveu ser um sindicato, ela assumiu uma vocação. E perdeu outra [...]. Porque, hoje em dia, o que pauta a ANDES? Se você pegar o jornal da Andes [...], não tem muita diferença, não parece jornal universitário, parece jornal de um sindicato. Se você pegar o jornal dos funcionários, a diferença é muito pequena, inclusive na linguagem. Eu, como sempre fui atento a essas coisas, [percebo que] a forma como alguns professores falam em público, sobretudo em assembleias, é uma forma sindical. Existe uma linguagem sindical, até, inclusive, com erros de português. Essa forma não é uma forma universitária de falar” (Renato Ortiz, 07/06/95).

Renato de Oliveira, por sua vez, se ateve no afastamento dos fins precípuos da entidade, que se teria acentuado com essa transformação:

“[...] o que a ANDES ganharia, se transformando num sindicato? Ela ganharia levando, para dentro do movimento sindical, a necessidade de construção de um espaço público no Brasil. A tese que eu defendo hoje[...] é a seguinte: as mesmas forças sociais que colocaram em xeque o projeto de transição lenta, gradual e segura e que, portanto, foram responsáveis pelo alargamento da democratização do país [...], têm que se mostrar capazes de construir um espaço público na sociedade brasileira, um espaço público de exercício da cidadania. Sem isso, nós não temos revolução democrática; sem isso, nós não temos uma democracia radical. [...] A alteração na composição da estrutura da representação política no Brasil não significa um prelúdio de uma revolução democrática. Falta algo aí, que é a construção de um espaço público do exercício da cidadania, a construção de uma cultura política fundada na ética do bem comum, voltada para a noção do público. Acho que o movimento docente, na sua origem, teve isso. E, a partir do momento em que ele foi absorvido pela lógica sindical, eu não vou dizer que ele perdeu isso, mas isso deixou de orientar a sua ação. [...] As pessoas estão muito afundadas numa consciência sindical. As pessoas chamam a ANDES de sindicato e eu sei o que elas querem dizer com isso: o reforço ao plano econômico-corporativo.[...] E eu não gosto, realmente. Porque, quando a gente transformou a ANDES em sindicato, a gente tinha muito claro isso: é um sindicato, mas é um sindicato com peculiaridades e virtualidades que lhes são muito próprias. É um sindicato que não abdica da sua capacidade de elaboração crítica, que não vai se reduzir a uma dinâmica corporativista e que é absolutamente independente do Estado, dos partidos políticos; enfim, é um sindicato apto para levar a luta de idéias, também. Um sindicato que se constrói sobre a luta de idéias. Eu acho que nós perdemos um pouco isso” (Renato de Oliveira, 01/12/94).⁴¹

A possibilidade de que a transformação da ANDES em sindicato tenha se dado prematuramente e possa vir contribuindo, por injunções e razões várias, para o predomínio de suas ações econômico-corporativas deve, de fato, ser considerada, na avaliação da trajetória de consolidação da sua identidade, como um dos elementos tensionadores do equilíbrio entre as duas dimensões constitutivas dessa identidade. Além disso, a ANDES-SN teve de se defrontar, de imediato, com as resistências localizadas de parte dos militantes presentes ao *II Congresso Extraordinário*. Segundo Carlos Eduardo Baldijão, as resistências oriundas de algumas AD's não implicaram maiores transtornos ao processo de decisão:

⁴¹ O predomínio da dimensão sindical da ANDES em detrimento de sua dimensão academicamente engajada apareceu como um problema concreto, independentemente ou não da transformação da ANDES em Sindicato, em alguns depoimentos. Neles, a datação predominante do problema se dá no período posterior ao dessa transformação, havendo a sua vinculação às mudanças conjunturais e de ênfase da própria direção da ANDES-SN.

"[...] as resistências que a gente teve foram, por exemplo, as da UFRJ, mas tinha um ranço acadêmico nessa resistência. As de Minas Gerais, porque eles tinham uma outra proposta, mas só eles tinham aquela proposta. E havia algumas resistências, por exemplo, das estaduais do Paraná, porque já tinham sindicato e aquele medo de perder o patrimônio e tal. Então, houve resistências localizadas, elas não chegaram nem a se juntar, porque as propostas não batiam. Por isso, elas não conseguiram, de modo nenhum, segurar o processo. E, depois, tinha uma posição [...] que era a do sindicato de todos os docentes e servidores; a do "sindicatão", que era a da UFF e a de Feira de Santana, mas que, também, eram posições isoladas, [...], não fechavam com a posição dos outros. Então, o que acabou acontecendo foi que, quando ganhou a proposta de sindicato dos docentes, o pessoal de Feira de Santana e o da Fluminense começou a votar com a gente, nas outras questões" (Carlos Baldijão, 08/04/95).

Já a resistência dos militantes vinculados aos SINPRO's tinha um conteúdo bem mais complicador e dificultador da pretensão da ANDES de representar todos os docentes, embora não tenha tido o alcance de alterar a proposta aprovada em Congresso:

"A Constituinte brigou, brigou e no fim aprovou a unicidade sindical e, ao mesmo tempo, aprovou, nas disposições transitórias, a liberdade de abertura de sindicatos. Isso tinha acabado de sair, nem a CUT tinha feito ainda uma leitura do que é que ia resultar disso. E a ANDES estava exatamente no interior dessa ambigüidade, enquanto um Sindicato que [...] sempre teve a posição [a favor do] pluralismo sindical [...] e, no entanto, a viabilidade do modelo sindical que se aprovou em 88 dependia da unicidade, de os SINPRO'S abrirem mão do 3º grau e se organizarem na ANDES. [...] Isso deu problemas; [ao] Congresso vieram inúmeros manifestos de SINPRO's e de várias AD's controladas, na época, por correntes políticas a eles ligadas. Alguns, mais ponderados; [...] outros bastante agressivos, alegando que a transformação da ANDES em Sindicato era um golpe" (Ari Vicente Fernandes, 15/02/95).

No fundo, estava em jogo, principalmente, a perda do imposto sindical como principal fonte de arrecadação dos SINPRO's. Esses organismos passaram a disputar, desde então, com a ANDES - que a recolhe e devolve - essa fonte de receitas:

"Essa agressividade toda tinha, apesar de uma argumentação supostamente bem embasada, uma preocupação só: na média nacional, 70% da receita dos SINPRO's vinha do 3º grau. Em alguns lugares, esse percentual era de 80%. E com a desfiliação dos professores [universitários] dos SINPRO's, passando para ou continuando na ANDES - porque já estavam via AD's - os SINPRO's iam perder essa receita. Eu estou falando de receita proveniente da mensalidade dos associados e, principalmente, do imposto sindical. Havia lugares em que se chegava ao absurdo de [o imposto sindical] representar 85% a 90% da arrecadação, pela maneira como era calculado. Então, os SINPRO's não estavam com esse empenho todo em demover a ANDES de se transformar em Sindicato Nacional por razões políticas ... era um problema de sobrevivência. Tanto é que, até hoje, existem várias pendências judiciais, em diversos estados, em que a ANDES teve que abrir [...] para saber quem teria o direito de resgatar o que foi arrecadado via imposto sindical" (Ari Vicente Fernandes, 15/02/95).

Esse enfrentamento, porém, já se iniciava com a desvantagem de que, naquele momento, a atuação das AD's do setor das IES particulares era bem pequena na ANDES, o como se viu pela quantificação das mesmas no Congresso Extraordinário. O refluxo das IES particulares é um problema ainda hoje não resolvido e que, segundo Ari Vicente

Fernandes, mudou a geografia política do setor, dentro da entidade nacional. É que as correntes políticas atuantes nos SINPRO's, mais vinculadas ao sindicalismo tradicional, como salientado anteriormente, vinham conseguindo "ganhar" várias AD's:

"[...] Eles tomaram conta da rede sindical tradicional e começaram a pressionar as AD's. E [se] passa a ter uma nova geografia política das AD's do setor das particulares, no início de 1987. Tem as AD's nas mãos desse grupo, tem as AD's que não têm alinhamento político prévio mas que são maciçamente influenciadas pela propaganda dos SINPRO's - porque eles tinham dinheiro e jogavam na propaganda nas escolas - e que acabam fazendo a política deles. Então, isso começa a roubar as AD's, já antes mesmo de a ANDES virar Sindicato. E é no momento em que esse refluxo já era evidente - ele começou em 86 - que a gente se firma como sindicato, já não tendo mais a ANDES como aquela referência que comandava e puxava as campanhas de lutas e, também, a entidade do dia-a-dia, porque os SINPRO's investem maciçamente no 3º grau, para não perder a contribuição sindical. Eles não investem muito em sindicalização, mas investem em ganhar as AD's. E aí sindicalizam os chegados, até manter um colégio eleitoral que permita renovar as diretorias de SINPRO'S, conservando-as sempre com eles. Com o 1º e 2º graus já controlados há alguns anos, eles conseguem manter essa hegemonia sindical" (Ari Vicente Fernandes, 15/02/95).⁴²

Pode-se afirmar que, na prática, apesar de todas as intenções e deliberações em contrário, a ANDES transformou-se em Sindicato Nacional dos docentes das IES públicas, notadamente as do "setor das federais", o que constitui um traço limitativo básico da sua identidade.⁴³ Outra consequência problemática da sindicalização, na visão da maioria dos dirigentes, foi o desmedido apelo às ações jurídicas, seja em detrimento das ações "academicamente engajadas", seja em termos da luta política não corporativa,

⁴² À época da realização das entrevistas, os depoentes que dirigiam a ANDES, a exemplo de Luiz Henrique Schuch, Hideo Araki e Mauro Del Pino, enfatizavam bastante a política de expansão do setor das particulares que estava sendo proposta por aquela Diretoria e que tinha por finalidade básica reverter esse quadro. Para Marco Antonio Faria, no entanto, essa expansão exigiria *rever prioridades* - investir menos, por exemplo, nas relações sindicais internacionais - e adotar a *política de sindicalização direta*: "A visão de sindicalização direta a gente até ganhou, passou. Mas não conseguiu fazer. Começaram a disparar dissídios e não se consegue fazer uma discussão sindical. Uma primeira discussão global entre nós seria: nós queremos um sindicato que é de todo mundo, nós temos a obrigação de contentar a todos; não são as PUC's que nós queremos, nós queremos tudo. [...] Não tem que esperar os caras ganharem uma AD para só depois se aproximar, tem que trazê-los para o sindicato. [...] Os professores de 3º grau não têm obrigação de montar uma AD, mas têm o direito de participar dos nossos eventos, dos nossos Congressos. Se eles podem e não participam, tem que reclamar deles. Eles têm direito de chegar numa Seção Sindical e dizer: eu quero me sindicalizar, eu quero, antecedendo cada evento, ter uma assembléia em que eu possa pleitear a minha participação. Então, acabaria com essa coisa torta. Agora, o medo que os companheiros têm é assim: isso colide com a organização por local de trabalho. Colide, mas é a política de transição na organização do nosso sindicato, que não passa pela cabeça das pessoas" (Marco Antonio Faria, 12/02/95). Diferentemente, Lineu Maffezoli avalia que o caminho possível e necessário para reverter esse quadro é a politização: "eu acho que é possível politizar a questão da sindicalização. Por que é que deu uma briga fantástica com o SINPRO quando a gente foi se transformar em Seção Sindical da ANDES, se a gente já tinha um sindicato? Porque a ANDES não era um simples sindicato. De alguma forma, o SINPRO também está agora fazendo a sua discussão de carreira, de projeto para a universidade. Porque percebe que isso é um filão!" (Lineu Carlos Maffezoli, 08/05/95).

⁴³ Cabe ressaltar, nesse período, a atuação significativa dos docentes do setor das IES estaduais que integravam a entidade. Os esforços de articulação nacional das suas lutas, traduzidos pelos Encontros realizados, assim como as campanhas salariais e greves ocorridas, sinalizam avanços sobretudo qualitativos do movimento neste setor. É que esses avanços, embora localizados, colocavam as ações desenvolvidas em um patamar mais elevado, pela sua interligação com a defesa do projeto educacional da ANDES perante os poderes executivo e legislativo dos estados. Além disso, o setor contribuía decisivamente para o processo de democratização interna das IES, centrando-se na realização de estatuintes universitárias (ver Boletins).

consubstanciada nas greves nacionais, o que resultou na quebra da isonomia da carreira docente:

"[...] as desvantagens que surgiram foram relativas ao problema com o setor privado, porque a gente passou a ter um embate com um grupo com quem a gente tinha uma aliança, convivía, em função de estarmos disputando a mesma área. Isso é uma questão não resolvida até hoje. E a outra é a questão [...] de que se partiu muito para a luta judicial. Então, é processo para tudo quanto é coisa e atrás de um monte de detalhes; eu nem sei quantos processos judiciais existem hoje. Porque tem os processos que a ANDES leva a nível nacional e tem uma enormidade de processos que as AD's encaminham localmente. E uma das coisas complicadas disso é que se quebrou a isonomia, por exemplo. Eu acho que isso é uma perda" (Carlos Baldijão, 08/04/95)

"[...] como predomina o setor das federais, eu acho que há, sem planejamento estratégico, mas por direcionamento, algumas tônicas que me parecem ruins - por exemplo, a via das ações jurídicas. Eu acho que o movimento avançou, no caso das federais, em se organizar com regime jurídico, mas isto nos tornou também escravos. Em outras palavras, [...] aquilo ali era o mínimo e não o máximo possível. Nós temos sido incapazes de dizer: está lá, foi conquista, agora eu quero mais do que isso" (Márcio Antonio de Oliveira, 30/11/94)

"Os embates jurídicos que o Sindicato tem enfrentado tem nos colocado diante de algumas situações complicadas. Quer dizer, você pega o peso das instituições federais de ensino superior e você tem um contingente menor de colegas que, legitimamente, e justamente, estão ganhando alguns valores a mais nos seus salários, via uma ação jurídica que, nacionalmente, quebrou a isonomia da carreira docente. E isso chegou a um ponto em que, numa mesma instituição, você tem colegas ganhando o que é justo, o que foi roubado dos nossos salários, e outros que dividem a mesma sala e não ganham. [...] É claro que isso tem repercussões no trabalho acadêmico. [...] Como trabalhar sindicalmente isso? Nacionalmente, foi recomendado que as ações jurídicas fossem implementadas a nível local. A gente tinha medo que uma ação nacional, que teria que ser julgada diretamente no Tribunal Superior, [fosse] algo muito radical: se a gente perdesse, perderia para todos! Então, [isso] nos trouxe algumas complicações, que são superáveis, mas que deixam algumas seqüelas para o movimento" (Josevaldo Cunha, 02/12/94).

Para Newton Lima Neto e Sadi Dal Rosso, o mais grave desse desvio ou distorção, atribuído não só à sindicalização mas também às injunções das políticas econômicas governamentais, foi a *redução das ações no campo específico da política educacional*:

"Eu acho até que as lutas judiciais são decorrência natural de dois fenômenos: o da possibilidade dessas ações, que se ganha a partir de 1988 [...] e [o das] confusões dos governos liberais, neoliberais, que se sucederam, impondo aos trabalhadores um conjunto de achatamentos salariais a partir de planos [...] de estabilização que sempre se confrontaram com um ordenamento jurídico mínimo, abrindo espaço, através do judiciário e dentro das contradições que existem no sistema, para a retomada daquilo que de alguma maneira foi usurpado pelos planos, que sempre se basearam [...] na linha do arrocho salarial como mecanismo de contenção de consumo e de economia, no caso do setor público, para o Estado. Esses dois fatos acabam levando, necessariamente, a entidade a esse seu perfil sindical, tendo que assumir - imagino eu - o lado da luta no campo jurídico, o que até então ela não fazia, até por impedimento. Mas eu não penso que esse tenha sido o problema; era possível ou seria possível conjugar isso se você tivesse uma ótica de levar o que se chamou de específico com a mesma prioridade da luta geral. É essa a questão" (Newton Lima Neto, 10/04/95)

“ [...] as direções da ANDES e das AD's, diante talvez de um certo distanciamento das bases, começaram a acentuar muito as ações jurídicas. Porque isso é uma coisa que não acontece por acaso. [...] E aí, quando você leva o movimento a só cuidar de ações jurídicas e a só analisar ações coletivas com os servidores públicos e a só ver a questão salarial, as outras questões não têm espaço. Depois de 89, quando a gente terminou o projeto de LDB, que outro projeto de peso foi feito?” (Sadi Dal Rosso, 30/03/95).

Não obstante estas dificuldades, pode-se dizer que a ANDES, ao se transformar em sindicato nacional, avançou no sentido de afirmar a sua dimensão sindical “de direito”, ocupando um espaço conquistado que, caso não preenchido, poderia levar a pulverizações ou divisões legais que inviabilizariam a sua identidade de origem. Essa identidade foi integralmente preservada na transformação legal ocorrida, embora a pouca representatividade dos docentes das redes estadual e privada seja, sem dúvida, uma dificuldade básica a superar. No caso das IES privadas, essa dificuldade era ainda muito maior devido ao refluxo da participação dos professores dessas IES no movimento nacional, amplificado com a sindicalização da ANDES e a disputa com as entidades nacionais de trabalhadores em educação da rede privada e com os SINPRO's, como já analisado.

O refluxo do movimento das IES privadas: uma dificuldade nodal

No início do período aqui considerado, o movimento dos docentes das IES privadas encontrava-se efetivamente empenhado na sua inserção na ANDES. Os debates ocorridos no *IV Congresso Nacional* (1985) indicam a disposição dos seus militantes de ampliar as ações e definir uma política global para o setor, visando a implantação de uma *proposta acadêmica* voltada para a concretização do “padrão único” de qualidade, bem como de *práticas institucionais* que contribuíssem para uma maior democratização e para o *controle público das verbas estatais* destinadas às IES particulares. No plano *sindical*, preconizava-se a intensificação das lutas referentes ao livre direito de associação, à estabilidade para os dirigentes e à “definição do espaço sindical da ANDES e das AD's da rede particular, em face da legislação sindical brasileira”. No imediato, pretendia-se investir em uma campanha salarial articulada nacionalmente (Boletim Nacional da ANDES, nº 21, 1985)⁴⁴ e solicitar uma audiência com o MEC para reivindicar algumas questões de interesse do setor, com destaque para a obrigatoriedade de que as verbas públicas aplicadas nas IES privadas fossem dirigidas exclusivamente para atividades de pesquisa, programas de capacitação docente e de extensão de serviços de interesse social”, além das demandas de contratação em tempo contínuo, implantação de uma carreira nacionalmente unificada e revisão das relações entre universidades e mantenedoras” (Boletim Nacional da ANDES, nº 22, junho

⁴⁴ Para tanto, o IV Congresso decidira reativar o GT das Particulares, que deveria fornecer subsídios para implementar essas diretrizes e formular um diagnóstico da situação do setor”, com destaque para os temas: ensino público e gratuito, controle público das verbas, carreira docente, padrão único de universidade, regime jurídico das IES particulares e questões trabalhistas (cf. Boletim da ANDES nº 21, 1985).

de 1985).

Concretamente, no segundo semestre desse ano, passos importantes foram dados no sentido da realização de campanhas salariais unificadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e em Brasília, com claras perspectivas de continuidade em 1986. Ademais, o movimento adquiria “maturidade e confiança”, escapando ao “risco de simples manifestação corporativa exclusivamente salarial”: os interesses se voltavam para a reestruturação da universidade, centrando-se na sua democratização e no “controle público de sua vida diária” (Boletim Nacional da ANDES, nº 23, novembro de 1985).

No começo de 1986, avaliava-se ter havido, no ano anterior, um “considerável crescimento organizativo” dos professores do setor, seja pelo surgimento de novas AD’s em todo o país, seja pela maior mobilização das AD’s existentes. Crescera também o reconhecimento da ANDES como interlocutora das negociações salariais, logrando articular campanhas conjuntas de AD’s e SINPRO’s, o que era creditado, em grande parte, à “afirmação de uma política de transição para o setor que inclu[ia] o possível aporte de recursos públicos e apont[ava] um caminho para as IES particulares no quadro da reestruturação da universidade brasileira”. A idéia era “levar todos os setores do movimento ao enfrentamento com o ‘lobby’ privatista, para o que seria necessário divulgar, *“reforçar e operacionalizar os instrumentos da política de verbas públicas aprovada pelo movimento contida na Proposta das AD’s e da ANDES para a Universidade Brasileira - articulando, nacional e localmente, o controle do fluxo dessas verbas -*, além de prosseguir na luta por melhores condições de trabalho e de desenvolver a Campanha Salarial Unificada, devidamente integrada com os demais setores da ANDES” (Boletim Nacional da ANDES, nº 24, janeiro de 1986; grifos meus).

Em abril desse ano, o movimento grevista nas IES privadas permanecia ascendente, com destaque para os Estados de São Paulo, Salvador, Alagoas, Goiás e Rio Grande do Sul, projetando-se, para o segundo semestre, a “retomada das lutas pela transformação das IES particulares em instituições democráticas, subordinadas ao controle público, autônomas em relação às mantenedoras e onde existissem condições dignas para o trabalho de ensino, pesquisa e extensão”. Realçava-se, no imediato, a defesa da implantação de uma carreira nacionalmente unificada e uma *política de transição que efetivasse a política de verbas da ANDES*.⁴⁵ Pensava-se, também, em encaminhar à

⁴⁵ A luta por uma carreira nacionalmente unificada e por verbas era definida como um elo fundamental na articulação com os docentes dos demais setores institucionais do movimento docente, notadamente o das IES federais. Sindicalmente, avançava-se também na articulação com os SINPRO’S. Nesta perspectiva, o XIII CONAD aprovou, indicativamente, a realização de um 3º Encontro Nacional AD’s-SINPRO’s (cf. Relatório Final, 1986, p.14) e o XIV deliberou pela sua realização em Porto Alegre, recomendando o maior empenho organizativo possível e a inclusão, em sua pauta, do tema “reformulação da estrutura sindical na Constituinte” (Boletim Nacional da ANDES, nº 27, novembro de 1986).

Constituinte propostas de alterações nas estruturas e no estatuto das IES particulares, tendo-se como bandeiras estratégicas a defesa do direito ao trabalho, a luta contra a repressão e a ativação dos Comitês contra demissões (Boletim Nacional da ANDES, nº 26, agosto de 1986). A julgar pelas notícias divulgadas nos Boletins, tudo se encaminhava para a consolidação e ampliação das realizações do período anterior. Mas, justamente a partir de 1986, registrou-se um acentuado refluxo da participação dos docentes das IES particulares na ANDES. As razões desse refluxo se prendem tanto aos problemas conjunturais enfrentados pelo setor como à própria condução política do movimento do setor pela entidade nacional.

No final de 1986, já se falava de uma “crise institucional e financeira” das IES privadas, com rebatimentos no movimento docente. Os patrões alegavam falta de recursos para atender as “reivindicações justas” do professorado; por outro lado, o processo de “modernização empresarial” das mantenedoras e a própria política governamental para as IES particulares exigiam a racionalização máxima da administração e do lucro, ou seja, a “viabilização do empreendimento educacional em moldes essencialmente mercantis.”⁴⁶ Mesmo assim, passada a “surpresa inicial” com o Plano Cruzado, houve uma retomada das campanhas salariais unificadas: “cerca de 15.000 professores estiveram em greve até novembro - ainda que em épocas distintas e com durações distintas -, dissídios coletivos e cláusulas importantes foram julgados, acordos internos foram firmados, planos de reposições de perdas anteriores e reajustes semestrais foram conquistados (a partir do gatilho de 5% de inflação oficial), contrariando as regras do Cruzado” (Boletim Nacional da ANDES, nº 27, 1986).

Neste quadro, os docentes das IES privadas (principalmente os horistas, que predominavam), tendo atingido o “limite suportável do rebaixamento salarial” e sem novas perspectivas profissionais, foram levados a uma “radicalização no enfrentamento com as mantenedoras”. Em decorrência, a rotatividade média dos professores cresceu enormemente, mesmo nas universidades maiores. Por outro lado, ocorreu, nessa época, uma evasão pronunciada de docentes com 5 a 10 anos de magistério, com títulos de pós-graduação ou especialização, que tentavam inserir-se na rede pública ou passavam a buscar outras ocupações mais rentáveis no mercado de profissionais qualificados, o que implicou a perda de quadros da “geração que construiu as AD’s e a ANDES”, que eram substituídos por quadros novos, sem experiência militante (*idem*). Outro complicador era o clima geral de repressão e as demissões de lideranças do movimento, bem como a forte

⁴⁶ Da parte dos docentes, esta situação provocava mobilizações “reduzidas no ímpeto”, mas que revelavam um professorado “mais crítico e mais consciente de sua situação”, como demonstrava a maior participação no debate sobre a qualidade do ensino, a gestão acadêmica, a implantação de carreira e o regime jurídico das IES privadas (Boletim Nacional da ANDES, nº 27, 1986).

propaganda ideológica centrada na crítica ao ensino público “caro e deficiente” e na defesa da “valorização do professor”, apresentadas pelo *lobby* privatista na Constituinte para a demanda por mais recursos públicos para a IES particulares (cf. Boletim Nacional da ANDES, nº 27, 1986).

Neste contexto, o XIV CONAD, reunido em outubro de 1986, considerou fundamental que se avaliasse detidamente as dificuldades vividas pelos docentes da rede privada, naquela conjuntura. Além de uma *Plataforma Educacional dos Docentes para a Constituinte*, foram aprovadas as seguintes propostas indicativas a serem deliberadas no VI Congresso Nacional da ANDES: o encaminhamento de uma campanha salarial unificada em 1987, o aprimoramento das relações entre as AD's, os SINPRO's e a ANDES, a consolidação do recurso à via judicial e legislativa no interior da entidade nacional (com a implantação de uma Assessoria Jurídica em 1987) e a ampliação da ação dos Comitês em Defesa da Liberdade de Organização e Expressão dos Professores da Rede Privada (*idem*).⁴⁷

Em meio a essa crise, um fato veio tensionar ainda mais e marcar a trajetória dos docentes das IES particulares na ANDES: a *alteração da política de transição da entidade no que se refere ao repasse de verbas públicas para as IES privadas*.

Analisemos a questão retrospectivamente. Na *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*, já formalmente apresentada ao Ministério da Educação, defendia-se que “o aporte de recursos públicos deve[ria] estar condicionado à sua exclusiva utilização no sentido da consecução do padrão único e de impedir que o custo da melhoria das condições de ensino e trabalho [fosse] repassado aos estudantes através do aumento de mensalidades”. Para tanto, era “imprescindível que o financiamento público [fosse] exclusivamente destinado a projetos e programas integrados no planejamento pedagógico global da instituição”, ou seja, a projetos de pesquisa, programas de capacitação docente e programas de extensão de serviços de interesse social que estivessem “condicionados aos interesses da comunidade e à melhoria da qualidade do ensino”. Além disso, o controle desses recursos deveria ser “assegurado pela comunidade universitária, através de órgãos colegiados democraticamente eleitos” e, a sua gestão, “restrita exclusivamente aos setores

⁴⁷ Neste Boletim, que enfocava a discussão da “crise nas IES particulares”, informava-se ainda que, como resultado das últimas greves (sobretudo em IES confessionais como PUC-SP, PUC-MG, PUC-RS, PUC-RJ e UNISINOS), apontava-se a “necessidade enfática” de debater, “no bojo de discussões de caráter eminentemente salarial e trabalhista, questões, alternativas e possíveis saídas para a crise estrutural que ameaça a sobrevivência e continuidade destas IES”, apontando-se, como alternativas para aprofundamento, as possibilidades de: a) avanço na privatização (com arrocho salarial, deterioração maior das condições de trabalho, aumento das mensalidades e de número de alunos por sala, que vinha sendo articulada por reitores/mantenedoras e descartada pelo movimento); b) luta contra a privatização (garantindo-se ensino público e gratuito competente pela via da *federalização* dessas IES) e c) transformação do regime jurídico das mantenedoras, como “proposta de transição”, constituindo-se uma espécie de “fundação mista”, onde a responsabilidade financeira fosse repartida entre Estado e Mantenedoras, garantindo-se o controle das verbas mediante organismos tríplexes e paritários: representantes da comunidade, do Estado e das Mantenedoras.

diretamente envolvidos na execução dos projetos” (Cadernos ANDES nº 2, 1986, p.21). Na *Plataforma Educacional dos Docentes para a Constituinte*, aprovada no XIV CONAD, contudo, defendia-se apenas que fosse “vedada a alocação direta ou indiretamente de verbas públicas às mantenedoras ou aos proprietários de estabelecimentos privados de ensino”, especificando-se que “os critérios de distribuição e acesso às verbas públicas para a educação deve[riam] ser democratizados na comunidade acadêmica” (Relatório Final do XIV CONAD, 1986, p. 36).⁴⁸ Essas posições não foram bem aceitas pelas entidades que compunham o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Constituinte nem eram consensuais no interior do movimento docente, como já registrado no capítulo anterior.⁴⁹ As reações externas e internas em contrário se reativaram e tiveram repercussões polêmicas no VI Congresso Nacional da ANDES, levando à convocação de um CONAD e de um Congresso Extraordinários, para rediscutir a questão. O CONAD Extraordinário, realizado em março de 1987, aprovou a edição do primeiro fascículo do *Livro Negro das Mantenedoras* e alterações na *Plataforma Educacional* relativas à questão das verbas públicas, encarregando a APROPUC-SP, a ADUNIMEP e a ADUSU de “apresentar elementos para atualização/crítica da política de transição”.⁵⁰ Fundamentalmente, decidiu convocar, para maio, um I Congresso Extraordinário, que deveria apreciar as alterações introduzidas na *Plataforma Educacional*, adotadas *ad referendum* (cf. Relatório Final do CONAD Extraordinário, 1987, p. 23). Tais alterações eram, textualmente, as seguintes:

“É permitida a existência de escolas particulares desde que não recebam verbas públicas, estejam organizadas segundo os padrões unitários de qualidade, não tenham fins lucrativos e sejam subordinadas às normas mínimas ordenadoras da estrutura educacional nacional” (Relatório Final do CONAD Extraordinário, 1987, p. 19);

“As verbas públicas destinam-se exclusivamente às escolas públicas criadas e mantidas pela União, Estados e Municípios.” (Idem, p.20; grifo meu).

O I Congresso Extraordinário, realizado em maio de 1987, contou com a presença de delegados de apenas seis AD's de IES particulares e teve como pauta: a crise do ensino particular e a situação dos docentes, a *Plataforma Educacional para a Constituinte* e a política de verbas de transição, defendendo que a mesma fosse “compatível com as

⁴⁸ Neste CONAD, decidiu-se elaborar e divulgar o *Livro Negro das Mantenedoras*, a ser lançado em novembro, na reativação do Comitê em Defesa da Liberdade de Organização e Expressão dos Professores de São Paulo e na abertura de outros Comitês Regionais, aprovando-se ainda que o mesmo fosse também editado nos Cadernos da ANDES nº 3 (cf. Relatório Final, 1986, p. 15). Mas esse Caderno acabou tendo como tema *A Questão das Verbas e o Financiamento da Universidade*, resultante do I Seminário Nacional sobre Financiamento da Universidade realizado em Goiânia, como atividade antecedente e preparatória ao VI Congresso Nacional (cf. Cadernos ANDES nº3, março de 1987, que contém temas que privilegiam essa questão sob o prisma dos desafios e interesses dos docentes das IES federais autárquicas).

⁴⁹ O Boletim Nacional da ANDES nº 30 assim descreve a questão: as 13 entidades do Fórum tinham “posições pela defesa da formulação de ‘exclusividade’ das verbas públicas para as escolas públicas em suas propostas [...] e cobravam da ANDES formulação semelhante; às vésperas do CONAD Extraordinário [...], o impasse estava criado: a ANDES alterava a sua formulação ou saía do Fórum que fora criado por sua iniciativa”.

⁵⁰ A este CONAD compareceram representantes de apenas quatro AD's: as três já mencionadas e a APROPUC-Campinas, o que desvela o grau de refluxo da participação dos docentes das IES particulares nos eventos nacionais da ANDES (cf. Relatório Final do CONAD Extraordinário, 1987, p. 15).

decisões do movimento nacional” (Relatório Final do I Congresso Extraordinário, 1987, p. 44). Por decisão de seus participantes, foram referendadas, na íntegra, as modificações feitas pelo *CONAD Extraordinário* na Plataforma Educacional, acima citadas (*idem*, pp. 50-51). Alterava-se, assim, num espaço de poucos meses, a política de verbas da ANDES para as IES privadas, que havia sido polemicamente debatida, construída e aprovada no período anterior (1981-1984).

Se os resultados dessa decisão viabilizaram a continuidade da presença da ANDES no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e fortaleceram a intervenção da entidade no processo constituinte, seus efeitos foram problemáticos para os docentes de um setor que já se encontrava em crise. Na avaliação dos dirigentes nacionais, contudo, este não seria um determinante a mais da crise, uma vez que diversos delegados de AD's do setor das IES particulares já haviam apresentado a proposta de exclusividade de verbas públicas para as IES públicas desde o *VI Congresso*, seja nos debates das questões setoriais, seja nos grupos mistos sobre reestruturação da universidade e Plataforma Educacional para a Constituinte, embora, na ocasião, essa proposta tenha sido majoritariamente derrotada nas plenárias sobre esses temas:

[...] a quebra de consenso no setor, já registrada no 6º Congresso [...], acirrada pela questão da Plataforma Constitucional e polarizada quanto às verbas públicas, persistiu entre os docentes. Seria essa a causa de uma 'crise no setor'? [...] Não seria, a menos que se considerem divergências e polêmicas como geradoras de crise. Por outro lado, o consenso se mantém em diversas atividades e práticas quanto às Campanhas Salariais Unificadas, quanto aos pontos centrais de reivindicações, quanto às coordenações estaduais unificadas com SINPRO's e AD's. Também são consensuais as diretrizes adotadas para a implementação de Carreiras Docentes, a defesa de condições e recursos para a pesquisa, capacitação e extensão e demais condições de trabalho. Demissões têm recebido a solidariedade e o repúdio ao empregador de todo o movimento, que busca organizar seus Comitês de Defesa. A luta pela democratização e transparência financeira das IES Particulares é comum em todo o país, assim como o questionamento da mercantilização do ensino. Pontos de unificação das lutas do setor não faltam” (Boletim Nacional da ANDES, nº31, agosto de 1987).⁵¹

A existência de pontos de unificação concretos e o chamamento à unidade do movimento não foram suficientes, porém, para atenuar os impactos da reversão da “política de verbas” junto aos militantes do setor. No *XVI CONAD*, realizado em setembro de 1987, os docentes das IES particulares se fizeram representar apenas pela ADUSU, pela APROPUC-SP e pela ADUNIMEP (cf. Relatório Final, p. 35) que, ao debaterem a

⁵¹ Esta matéria, intitulada “Congresso referenda Política de Transição”, considerava que a quebra de consenso quanto à transição, com seus desdobramentos, devia-se, “em boa parte, a uma divergência de ritmo, de duração e de prazo dessa fase de transição. A experiência do movimento docente na PUC de São Paulo, apontando para o ensino público e gratuito através da passagem da Universidade para o Estado, represent[ava] a referência mais avançada da transição.” Além disso, o consenso do movimento sobre a defesa do ensino público e gratuito, “levado com toda força à Constituinte”, deveria ser “mais forte que as divergências. Enfrentá-las [seria] uma maneira de superar a verdadeira crise: a das precárias condições de salário e de ensino que sufoca[vam] e bloqueia[vam] o avanço na luta” (Boletim Nacional da ANDES, nº 31, 1987).

necessidade de reorganizar o setor e recuperar a política de transição, afirmavam:

"[...] regride a participação das AD's do setor no movimento nacional, na medida em que avança a ação organizativa do MEC e das mantenedoras e em razão de não termos tido condições de avançar nossas proposições em direção à concretização da política de transição da ANDES e das AD's para o setor particular"; [...] a incapacidade do movimento docente como um todo em assumir como sua a política de transição para a rede particular e pô-la em prática tem deixado o setor sem orientação política consistente por parte da ANDES, o que tem fornecido solo fértil para aqueles que, com boa fé ou por conveniência política, querem afastar as AD's da rede particular do movimento nacional" ((Relatório Final do XVI CONAD, 1987, pp. 37-38).

Ao que tudo indica, a manutenção da política de transição para as IES particulares como referência de luta, mas agora desprovida de critérios e mecanismos de controle para o repasse de verbas públicas para essas instituições, contribuiu para aumentar o refluxo da participação dos seus militantes na ANDES. Os depoimentos colhidos a respeito são bastante elucidativos desse processo, em suas razões e implicações. Alguns entrevistados destacaram, a influência marcante, neste sentido, da atuação de militantes vinculados ao PC do B, que passam a defender a tese de "verbas públicas só para as IES públicas", tanto no interior do movimento docente quanto no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública:

"A gente sai do Congresso de Goiânia, em 1987, com o setor das particulares dividido. Quase todas as votações foram divididas em relação à política de verbas públicas para as [IES] particulares, à política de transição proposta pela ANDES. O PC do B, para ganhar as eleições aqui na APROUCC, criticava a diretoria da ANDES porque alegava que [ela] tinha uma política discricionária em relação ao setor das particulares e que essa política impedia que as verbas viessem para a PUC. Faziam um discurso, aqui dentro, de que o crescimento e a melhoria salarial nossa dependiam de verbas públicas e a ANDES proibia isso. Então, eles defendiam verbas públicas para as mantenedoras, em campanha para conquistar a AD! Isso foi em 1986, no primeiro semestre. No segundo semestre, os adeptos do PC do B começam, no interior da ANDES, a dizer que nenhuma verba pública deve[ria] vir para as particulares. [...] Eles mudam completamente, o Partido faz um Congresso e diz: 'nada disso, verbas públicas só para as públicas; [para] as particulares, nada, nem bolsa para professor deve ter. É o patrão que tem que pagar isso tudo. Eles mudam a política em 180 graus e vão para o Congresso de Goiânia combater a política de transição [...] E, obviamente, conquistam [docentes das IES] federais. Foi um malabarismo do setor das particulares para se chegar a um documento e, quando [este] documento vai para a plenária final, essa votação é extremamente dividida; [...] eles votam contra e quase ganham [...], foi uma diferença mínima, daquelas que tem que contar e recontar votos" (Ari Vicente Fernandes, 25/02/95).

"[...] no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Constituinte, [...] o PC do B, controlando entidades pequenas em relação ao peso político da ANDES, obrigou a ANDES a abrir mão do seu discurso sobre política de transição. Esse foi um erro fundamental, ter feito o Congresso Extraordinário para rever uma posição de Congresso [...]. Na base das particulares, isso pegou muito mal: se você não tem política de transição, você não tem mais poder de negociar, de fazer política. Seria fazer 'política de avestruz'. E esses caras, que forçaram a ANDES a reverter sua posição, vão na base denunciar a ANDES por isto. Mais um esvaziamento" (Marco Antonio Faria, 12/02/95).

As opiniões se dividem quanto ao mérito da decisão tomada no Congresso Extraordinário e ao seu peso para o refluxo da participação dos docentes deste setor na

ANDES. À época professores de IES privadas, Renato de Oliveira, Carlos Martins e Ari Vicente Fernandes consideraram a decisão do *I Congresso Extraordinário* um equívoco e um sério dano ao movimento, praticado em nome de uma supervalorização do processo constituinte:

"Em nome de uma solidariedade à classe trabalhadora, a gente se perde em alianças que, às vezes, são espúrias. Aquela história do Fórum em Defesa da Escola Pública, lá na Constituinte, [em que] nós acabamos abrindo mão da nossa formulação [da política de verbas para as IES particulares] ... nós abrimos mão taticamente, porque os caras [eram] comprometidos com a visão estatista de educação, fazendo um Congresso Extraordinário para isto. Eu acho que aquilo foi uma ferida que a gente abriu no movimento" (Renato de Oliveira, 01/12/94)

"Eu acho que a decisão do Congresso Extraordinário tem como um dos aspectos o fato de, na prática, excluir o setor das particulares do espaço político da ANDES, mas seguramente esse não é o único efeito. [...] Tenho a sensação de que o que saiu daí foi um desgoverno geral do movimento. Não é impunemente que se abandona uma política construída ao longo de seis anos. [...] A partir daí, tenho a impressão de que se ficou [...] sob um fogo cruzado de atrelamentos: de um lado, uma tendência, que sempre existiu - embora nunca tenha sido majoritária -, de atrelamento ao aparelho de Estado e, de outro, uma posição de atrelamento a uma estrutura sindical" (Carlos Martins, 15/04/95)

"[...] de fato, a formulação da proposta para a Constituinte afasta a questão das verbas públicas para as [IES] particulares. Habilmente, ela não diz verbas públicas só para as [IES] federais, mas ela diz que verbas públicas não podem ser repassadas para as [IES] particulares. E aí, é claro, a gente volta para o Fórum, em maio, reabilitado pela esquerda internacional, mas é absolutamente desmoralizado. [...] Hoje, eu avalio que foi equivocada a valorização excessiva [do trabalho na Constituinte], demos a ela mais peso do que provavelmente ela deveria ter [...] A partir daí, as mantenedoras começaram a ter o acesso às verbas públicas mais facilitado, e o que a política de transição colocava em tese [...] aconteceu. Porém, pelas mãos do CRUB, dos reitores, dos mantenedores. Isto significou, de 1988 para a frente, um reforço muito grande da importância e do aparato da burocracia para dentro do setor das [IES] particulares. Quando a gente falava em aproximar as [IES] particulares do modelo público e dizia que as [IES] públicas, as estatais, não são ainda públicas, porque têm desvios corporativistas, têm privilégios, têm acesso diferenciado a verbas e uma burocracia que manda mais do que a [administração] acadêmica, nós acabamos importando os vícios das [IES] federais e estaduais para o interior das [IES] privadas [...]. E as chamadas [IES] confessionais, ou as particulares de ponta, hoje, têm acesso às verbas públicas e têm uma lucratividade enorme! E os salários? Eu recebi esse mês mais dinheiro pela bolsa do CNPQ, que é verba pública, do que o salário da PUC. Quer dizer, houve uma política de transição às avessas. E o pior é que, em diversos momentos, se atribuiu essa mudança, no que ela tem de negativo, à política da ANDES! É o discurso oficial dos SINPRO's" (Ari Vicente Fernandes, 25/02/95).⁵²

⁵² O entrevistado deixou claro, porém, que o "desmonte" do setor já vinha se dando antes mesmo do Congresso de Goiânia, podendo ser atribuído a fatores diversos, que iam desde a própria "crise das IES particulares", passavam pela insuficiência financeira e organizativa da entidade para dar conta das demandas do setor (poucos recursos, apenas um vice-presidente regional), pelo despreparo de alguns deles (inseridos nas IES federais) e chegavam à própria condução do movimento nacional, excessivamente "centralista na política de discutir grandes eixos, onde as questões setoriais eram menores, cada setor tinha de se virar para resolver. Nas [IES] federais, isso valia, mas nas estaduais não valeu. Porque [além] dos problemas das particulares, as [IES] estaduais de São Paulo, já em 1988, se articulam no fórum das estaduais paulistas e passam a levar a campanha salarial delas separada, descolada da ANDES, negociando diretamente com o Secretário da Educação". Por outro lado, este centralismo foi fundamental, segundo ele, para o crescimento da intervenção

Esta valorização maior do processo constituinte aparece, de fato, nos depoimentos dos entrevistados que integram as IES públicas, onde predominou uma visão que, sem negar os problemas decorrentes da reversão da política de verbas para o movimento docente do setor das particulares, considera que a decisão tomada no Congresso Extraordinário foi acertada, tendo em vista a importância da participação da ANDES no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Constituinte:

"[...] naquela altura, isso tinha que ser feito. Porque a questão maior que estava dada era a questão da Constituição e a da permanência no Fórum. Então, foi correto fazer o Congresso; agora, a gente não aprofundou mais essa discussão, ela parou um pouco. [...] O que tinha de interessante naquela proposta de transição era, em primeiro lugar, que a gente defendia - e isso está na Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira - que, no setor privado, a questão da autonomia estava posta. E era a autonomia da academia, da instituição, em relação à sua mantenedora" (Carlos Baldijão, 15/04/95)

"[...] eu acho que a questão tática da Constituinte não significou o abandono das teses gerais. [...] Eu não me lembro de a gente ter mudado, eu acho que a gente continuou com as teses. Quando eu estou colocando, por exemplo, como referencial, a Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira, a política de transição está lá colocada. [...] Porque não se parou de trabalhar a perspectiva da política de transição, de apoiar as verbas públicas para a capacitação docente. Eu, pelo menos, jamais mudei o discurso nessa direção, dos problemas de financiamento, da luta maior. Eu acho que o movimento, nessas universidades, também se esvaziou muito. Ele se afastou do institucional - de novo, isso - e ficou só no corporativo" (Newton Lima Neto, 10/04/95).⁵³

"[...] foi uma condição, foi uma condição. Foi cobrado da ANDES que ela pudesse resolver isso logo, senão, ela não integraria o Fórum. A ANDES fez a sua parte e as outras entidades não acompanharam com a mesma disposição de luta. Tanto é que o Fórum não conseguiu se constituir em um Fórum permanente, como era dele exigido. [...] A ANDES deu uma demonstração de que, não só no campo da concepção, da formulação, mas do ponto de vista prático, [ela] tem condições de construir um arco de alianças no movimento sindical, ou de contribuir para articular, da melhor maneira possível, o movimento sindical dos trabalhadores como um todo e não só o movimento sindical no campo da educação.⁵⁴ [...] Então, eu não acho que foi incorreto reavaliar a política de transição, o incorreto, talvez, foi a falta de articulação necessária para o próprio Fórum se colocar no enfrentamento que ele estava [fazendo] com o *lobby* privatista, ou talvez ele não tenha avaliado bem o tamanho [desse] enfrentamento" (Josevaldo Cunha, 02/12/94).

A análise do conjunto dos depoimentos colhidos a este respeito - alguns bastante

nacional da ANDES: "a ANDES passou a ser, durante o período da Constituinte, uma referência. Quando se falava em OAB, ABI, vinha, em seguida, a ANDES. Conseguiu-se fazer da ANDES, antes de ser Sindicato Nacional, uma entidade de projeção nacional, o que, na verdade, era o objetivo básico daquela diretoria [...], no seu núcleo básico. Por isso o GTPE ganhou força, por isso a *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira* foi reformulada e [...] por isso também se investiu muito na Constituinte, porque ela significava imprensa, televisão, rádio ... divulgação, enfim" (Ari Vicente Fernandes, 25/02/95).

⁵³ Realmente, a política de transição da ANDES - no seu conjunto e para todas as IES brasileiras - rumo ao "padrão unitário" de qualidade desejado pelo movimento docente, não foi retirada de pauta. O que está em foco são as implicações (em sua forma e conteúdo) desse "recuo tático" para os docentes do maior setor quantitativo que a entidade formalmente congrega e representa: os docentes das IES privadas.

⁵⁴ Nesta mesma linha de reflexões, Ari Vicente Fernandes e Carlos Martins consideraram que a ANDES não avaliou bem o seu "peso próprio", cedendo muito facilmente às pressões do Fórum, que eram, de certo modo, inesperadas. Afinal, ela havia sido praticamente a única entidade a chegar nesse espaço com uma Plataforma para a Constituinte elaborada em suas instâncias e recém deliberada em Congresso Nacional.

exaustivos - permite afirmar que, independentemente do peso atribuído a decisão do Congresso Extraordinário para a acentuação do refluxo da participação dos docentes da IES particulares na ANDES, *a luta por uma política de transição no repasse de verbas para essas IES foi e continua sendo fundamental no sentido de assegurar um controle público e democrático sobre o destino dos recursos públicos*. Pode-se afirmar, também, que essa questão constitui um desafio central para a ANDES-SN, inclusive como elemento mobilizador dos docentes das IES privadas que, segundo a quase unanimidade dos entrevistados, precisam ser “trazidos” de novo para a entidade, em sua política de expansão (ou de revitalização) desse setor. O depoimento de Lineu Maffezoli traduz as raízes e o tamanho do desafio:

“[...] o problema é que a ANDES nunca teve - ela pode até ter tido, do ponto de vista do discurso, das deliberações de Congresso - mas ela nunca praticou, efetivamente, uma política de expansão do setor privado. [...] Depois que se sindicalizou, ela passou a ter mais prioritariamente a luta sindical e restrita ao universo das [IES] federais. Eu diria que a questão, inclusive, não é só relativa às [IES] particulares, mas às estaduais, também. Eu sinto uma desagregação do setor das estaduais [...], eu não vejo uma grande inserção da ANDES [nelas], embora tenha militantes dessas estaduais com destaque dentro da ANDES. Mas não vejo que a ANDES tenha ido muito além da proposta meramente salarial. A ANDES tem que ser uma referência [...] maior e isso se perdeu. [...] E, efetivamente, no caso das [IES] particulares, ela nunca se dedicou à política de expansão” (Lineu Maffezoli, 08/05/95).

Este desafio foi assumido pelo *VII Congresso Nacional da ANDES*, realizado no início de 1988, que definiu, como lutas prioritárias: a realização de atividades-denúncia da atuação das IES particulares (demissões, autoritarismo das mantenedoras, irregularidades, baixa qualidade do ensino etc); o combate às demissões e a defesa da aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Estabilidade para Dirigentes de AD's, e a realização de uma campanha nacional pela alteração da legislação trabalhista referente à contratação de professores. Nesta mesma direção, os congressistas definiram como pauta do próximo CONAD uma “reavaliação crítica” e a “atualização” da política de transição da ANDES, articuladas com a discussão sobre a estatização das IES particulares, incluindo a elaboração de um dossiê sobre os processos de estadualização de universidades ocorridos (Boletim Nacional da ANDES, nº 34, 1988).

No *XVII CONAD*, realizado em junho, observamos um maior empenho dos militantes em reestruturar e expandir o movimento do setor privado. A primeira atividade do evento foi um encontro de dirigentes do setor com o presidente recém-empossado da ANDES, professor Sadi Dal Rosso. Neste encontro, estiveram presentes delegados de cinco AD's de IES (ADUI, ADUNIMEP, ADUCS, APESP, ADUSU) e professores da PUC-Sal, PUC-Campinas e PUC-RS. Nele, reafirmou-se ser necessário, para a reestruturação e expansão desejadas, “resgatar e aprofundar a história da política de transição”, envolvendo os docentes de todos os setores institucionais da ANDES na realização de seminários

regionais sobre o tema. Ressaltou-se, ainda, que o conjunto do movimento - e não só a Diretoria da ANDES - precisava assumir os encaminhamentos das questões de interesse dos docentes das IES privadas e que as AD's deste setor deveriam acompanhar o "fluxo de verbas e insumos públicos para as suas IES" (Relatório do XVII CONAD, 1988, p. 57; grifos meus). Na segunda parte da reunião, que contou com a presença de integrantes do SINPRO-RS, cuidou-se da organização de um Encontro entre SINPRO's, AD's e ANDES, a realizar-se em São Paulo, antecedendo um Encontro Nacional de SINPRO's, para o qual a ANDES estava convidada. A pauta definida para o encontro incluía a articulação entre essas entidades, a proposta de campanha salarial unificada em 1989 e o debate sobre o direito de sindicalização do funcionalismo (formas de organização).⁵⁵ A última parte foi dedicada à recuperação da história da política de transição da ANDES. Avaliou-se que essa política ficara fundamentalmente "restrita à discussão da política de verbas e que possíveis avanços em sua implementação passariam necessariamente pelo resgate e aprofundamento de uma política de transição para o conjunto do movimento, que analisasse as conquistas já obtidas e apontasse para "uma proposta de universidade e não para três tipos de Universidade, como [queria] a Constituinte." No setor das IES particulares, seria imprescindível definir patamares mínimos de luta visando o "padrão único" de qualidade, em que a carreira docente e a democratização fossem pontos unificadores básicos das disparidades existentes (*idem*, p. 59).

No XVIII CONAD, realizado um mês antes do II Congresso Extraordinário, que aprovou a transformação da ANDES em sindicato,⁵⁶ esperava-se que a "adoção de uma forma sindical nova" favorecesse, pela ruptura da barreira legal da representação, a abertura de espaços novos para a "organização pela base, autônoma, democrática e combativa" dos docentes do ensino superior, reforçando a articulação das lutas dos setores institucionais ao "avançar no sentido de uma organização sindical que reu[nisse] os docentes das redes pública e privada, dando maiores condições para o enfrentamento com a política privatizante". Os militantes da rede privada acreditavam que a transformação da ANDES em sindicato facilitaria a unificação das lutas salariais e políticas em torno das questões da universidade (e, pois, o equilíbrio entre a dimensão acadêmica e sindical da entidade), e que era absolutamente necessária a "*ampliação e organização do movimento no setor*". Estas deveriam ser perseguidas "nos marcos de uma política que não tem seu eixo na disputa pelas bases com outras organizações do movimento e sim na construção de um encaminhamento em direção a uma forte organização sindical de todos os

⁵⁵ Recomendava-se, neste sentido, um "trabalho intenso de recuperação de AD's que se encontr[avam] afastadas do movimento, assim como o de formação de comissões pró-AD's a partir da criação efetiva de Secretarias Regionais" (Relatório do VII CONAD, 1988, p. 58). Saliente-se que, deste CONAD, participaram 7 delegados e 4 observadores de 7 AD's do setor das particulares (*idem*, pp. 8-9).

⁵⁶ A este CONAD compareceram oito AD's de IES privadas.

trabalhadores em educação”. Esta busca não se poderia limitar à disputa jurídica, devendo-se priorizar o encaminhamento real e imediato das lutas, com destaque para a campanha salarial de 1989. Independentemente do caminho a ser definido na questão da sindicalização, insistia-se na elaboração de uma pauta nacional unificada, que resguardasse os interesses da categoria e enfatizasse a qualidade do ensino (regime de trabalho, carreira docente, número de alunos por sala de aula etc) (cf. Relatório Final do XVIII CONAD, pp. 84 - 86).

Esses esforços e deliberações não levaram, contudo, a uma reversão do quadro. O refluxo dos docentes das IES privadas era uma realidade inquestionável, no momento mesmo em que a ANDES se transformava em sindicato nacional e pretendia representar - “de fato e de direito” - todos os docentes do ensino superior do país. Se é verdade que a sua representatividade na condução das lutas do conjunto dos docentes das IES estaduais ainda é desafiante, este desafio é bem maior no que tange à representação dos docentes da rede de ensino superior privada, dado o próprio tamanho dessa rede no país e a disputa pela representação desses docentes que a entidade vem sendo obrigada a travar no espaço sindical existente, cutista e não cutista.

Conforme assinalado no início deste capítulo, diferentemente do ocorrido no quadriênio anterior, ao longo do período de 1985-1988 a entidade avançou, apesar dos conflitos instalados, no sentido da sua aproximação da CUT e de assumir legalmente a sua dimensão sindical, mas vivenciou sérios revezes e dificuldades no que se refere à representação dos docentes da rede de ensino superior privada. Isto significou uma inversão (paradoxal) nos resultados do enfrentamento de suas dificuldades básicas, mas não impediu que o difícil equilíbrio entre as suas dimensões *acadêmica* e *sindical* fosse sustentado, na prática, pelas proposições e intervenções no campo da política educacional.

AS INTERVENÇÕES MARCANTES NA POLÍTICA EDUCACIONAL: SUSTENTAÇÃO DA IDENTIDADE

Entre 1985 e 1988 as intervenções da ANDES no campo da política educacional vão estar fortemente marcadas pelo embate de projetos educativos e de sociedade propiciado pela “transição pelo alto” em curso. Como assinalou Coelho, a entidade teve de enfrentar uma realidade nova e contraditória:

“Nova, pelas mudanças conjunturais visando superar o caráter autocrático do governo anterior. Neste aspecto, abriram-se espaços para o diálogo, para a articulação política. Os docentes passaram a ser recebidos com mais frequência pelo MEC, que se mostrava disposto a discutir suas propostas. Mas contraditória, porque a prática não conferia com o discurso. Dir-se-ia que o governo se apropriou de certas bandeiras históricas dos movimentos sociais, reelaborando-as a seu modo” (Coelho, 1992, p.101).

Apesar das divergências internas já analisadas, instalou-se e prevaleceu, na

condução política do movimento, a clareza dos limites dessa ampliação de espaços, o que fez aumentar a posição de confronto do movimento docente com o poder instituído. Tratava-se de afirmar e defender, dentro da guerra de posições instaurada, a construção teórico-prática de uma universidade que primasse pela sua responsabilidade social e crítica, tendo como horizonte uma “nova ordem intelectual e moral”, conforme preconizava Gramsci:

“Antes de mais nada, e no plano geral, a universidade tem a tarefa humana de educar os cérebros para pensar de modo claro, seguro e pessoal, libertando-o[s] das névoas e do caos nos quais uma cultura inorgânica, pretensiosa e confusionista ameaçava submergi-lo[s], graças a leituras mal absorvidas, conferências mais brilhantes do que sólidas, conversações e discussões sem conteúdo [...]. Quando existe esta faculdade crítica, a história não é mais um livro de novelas, nem a biografia um romance; os oradores e as publicações do dia perdem a infalibilidade; a eloquência não substitui o pensamento, nem as afirmações corajosas ou as descrições coloridas ocupam o lugar de argumentos” (Gramsci, 1979, pp. 145-146).

Assim, todo o esforço empreendido pela direção da ANDES no período teve o sentido de denunciar e desconstruir o projeto de universidade da “Nova República” e de, simultaneamente, construir um projeto efetivamente transformador. Os textos preparatórios do *IV Congresso Nacional* (1985) já indicavam esses objetivos e essa estratégia de intervenção mais geral da entidade:

“[...] a própria configuração político-econômica governamental sempre nos limitou aos espaços da denúncia e da resistência. Hoje, cabe-nos recuperar e ampliar, ou melhor, especificar e definir nossa proposta de Universidade. [...] A transição liberal que ora se inicia certamente tentará implementar [...] uma reforma suficientemente profunda em suas estruturas no sentido de atualizá-la, colocando a pesquisa, o ensino e a extensão a serviço do seu próprio projeto. Cabe, assim, ao Movimento Docente, assumir, mais uma vez e definitivamente, a posição que lhe cabe, ocupando agora o papel e a postura que lhe foi impossível assumir plenamente no período autoritário. Cabe-nos questionar a Universidade interna e externamente, em sua estrutura, em seu funcionamento e em sua relação e inserção na sociedade brasileira.[...] Temos lutado pela democratização da Universidade e a temos buscado em sua amplitude. Enfaticamente temos cobrado do Estado a sua responsabilidade com a manutenção do ensino em todos os níveis e, especialmente, da Universidade, e em todos os seus âmbitos de ação. [...] Temos claro que a nossa intervenção, no entanto, deve se extinguir aí. A definição, a gestão e o controle do trabalho e do produto da Universidade, por conseguinte, deve caber à sociedade, através dos seus segmentos organizados, no respeito aos seus interesses [...]. A grande reforma universitária muito provavelmente não virá pela via governamental. Ou, por outra, talvez virá apenas e mais uma vez como reforma. Nós a queremos como transformação e não apenas como modernização conservadora. Assim, duas grandes tarefas se nos impõem. Uma, aquela que historicamente temos assumido, mantendo e intensificando nossa prática de ação cotidiana no interior das universidades. A outra [é] a iniciativa na formulação de propostas de transformação global da universidade no sentido de, nos limites possíveis de uma sociedade liberal-capitalista, vincular mais intensamente o produto do trabalho universitário aos interesses sociais mais gerais” (Boletim Nacional da ANDES, nº 20, 1985; grifos meus).

O desafio posto ao movimento era o de empreender uma “ruptura de todo o modelo estrutural, filosófico e ideológico implantado na universidade, especialmente nas duas últimas décadas” e afirmar o projeto para o ensino superior concebido pela ANDES, o que

impunha a adoção de medidas compatíveis, no que diz respeito ao financiamento das universidades, à expansão da rede pública e à definição de uma política para a rede particular, ao padrão único de qualidade, à valorização do magistério e à gestão da universidade, tendo como pressupostos fundamentais e indissociáveis a *autonomia* e a *democratização* das IES para que o Estado capitalista deixasse de assumir a tarefa de "educador" (cf. Relatório Final do IV Congresso, p. 20). Movidos por essas referências, tidas como unificadoras dos militantes de todos os setores institucionais do movimento, os dirigentes da ANDES apostavam numa disputa de hegemonias, interna e externamente às IES, que aumentasse o poder da universidade brasileira como formadora da consciência crítica, investindo na formação de intelectuais que contribuíssem para a construção de uma nova concepção de mundo, oposta à da elite intelectual burguesa e "comprometida com a formação de um novo bloco histórico" (Chaves, 1997, pp. 43-44).

Concretamente, dentro do tema geral da reestruturação da universidade, a ANDES mobilizou-se em torno de três eixos fundamentais: o combate ao Projeto do GERES, os embates sobre a avaliação institucional e do trabalho docente e a proposição de uma Plataforma dos Docentes para a nova Constituição brasileira.

O combate ao Projeto do GERES/MEC: uma ação vitoriosa

O Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior do MEC (GERES/MEC) foi criado em março de 1986 para elaborar um projeto para a universidade brasileira, o que constituía uma iniciativa arrojada, da parte do governo, visando à reestruturação global da educação superior brasileira. O Relatório dos seus trabalhos⁵⁷, feito a "portas fechadas" e mantido em sigilo até 29/09/86, foi conhecido pela ANDES, após muita insistência, nesta data, às vésperas do Seminário Nacional sobre Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica, que antecedeu o XIV CONAD.⁵⁸

⁵⁷ Por deliberação do XIV CONAD, a ANDES deveria divulgar este Relatório para todas as AD's o mais breve possível, de modo a que o movimento pudesse se posicionar sobre ele até o "Dia Nacional de Luta pela Universidade Pública e Gratuita, em reunião dos delegados das AD's das IES federais, a ocorrer em Brasília (Pereira, in: Cadernos ANDES n° 1, 1988, p. 73-74). O fato de a deliberação oficial do movimento sobre o Relatório do GERES ter sido tomada em reunião nacional de AD's das IES federais é emblemático da "força representativa" deste setor da ANDES, embora o mesmo tenha sido também discutido pelos docentes das IES privadas, como demonstram as menções à questão por este setor em Boletins do período. A 2ª edição (atualizada) deste Caderno, além do texto do então diretor da ANDES Marco Antonio Nascimento Pereira, intitulado *Contribuição à análise do Relatório do GERES - aprovado pela Diretoria da entidade - contém ainda um texto de autoria do professor Paulo Rosas, denominado O reino do faz-de-conta ou porque sou contra o Projeto do GERES*, em que o autor, tendo participado da "Comissão de Alto Nível" do MEC e disputado a presidência da ANDES pela Chapa 2 ("Andes Hoje - em Defesa da Universidade"), declara-se publicamente contrário ao mesmo, historiando as suas posições (derrotadas) na referida Comissão e apresentando as suas razões para rejeitar o Projeto, por ele considerado "nocivo e equivocado", "prejudicial à Universidade Brasileira" (cf. Cadernos ANDES n° 1, 1988, pp. 69-72).

⁵⁸ Convém lembrar que, neste mesmo CONAD, o movimento fazia uma avaliação crítica - exaustiva e conclusiva - do Programa Nova Universidade (PNU), que se destinava a apoiar projetos (de investimento ou recuperação da capacidade instalada nas universidades, bem como de ensino e extensão), valendo-se da aplicação da Emenda Calmon e dos "recursos excedentes que aportaram aos cofres do MEC". Anunciado pelo Ministro Marco Maciel como algo "decisivo para o revigoramento da universidade pública", o PNU, já em sua

Divulgado em setembro de 1986, este relatório continha uma parte inicial de fundamentação e um anteprojeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, que era o "fruto operacional" dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior ("Comissão de Alto Nível"), antecessora do GERES e autora do documento *Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira*, de caráter nitidamente conservador e com formulação muito genérica.⁵⁹

Segundo o GERES, havia duas "tendências" no debate sobre a universidade: a defensora de uma "*universidade alinhada*" (voltada para objetivos políticos e referenciada sobretudo pelo "compromisso político-ideológico com as forças populares", numa clara alusão ao movimento docente) e a que pleiteava uma *universidade do conhecimento*, calcada em um projeto modernizante, em que o desempenho acadêmico e científico seria a referência fundamental, sem prejuízo da "interação com as legítimas necessidades da sociedade" (Relatório do GERES, *apud* Pereira, 1988, p.74). Identificando-se com a segunda tendência, o GERES batia de frente na *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*, na qual esta é concebida como um ente público que, em sua pluralidade, deve conjugar compromisso social com investimento no conhecimento crítico e

terceira fase de execução, era desmascarado em seus intentos clientelísticos e criticado por ignorar as principais carências da universidade, por ferir a autonomia universitária, por desenvolver a privatização do ensino superior e por estimular a dependência tecnológica nas IES. Denunciando-o publicamente, o movimento defendia que os seus recursos fossem controlados pela comunidade universitária e incorporados aos orçamentos das universidades públicas, bem como vinculados a atividades de pesquisa, extensão e capacitação docente nas IES privadas, nos termos da *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira* que, atualizada em 1986, continuava a referência básica para esses embates (cf. Relatório Final do XIV CONAD, 1986, pp. 25-32).

⁵⁹ Esta Comissão foi criada pelo MEC através do Decreto nº 91.177 e integrava 24 membros. Instalada em maio deste ano, teve o prazo de seis meses para que os seus componentes apresentassem os resultados dos seus estudos. Maria José Féres Ribeiro, no texto: *Gênese das Propostas* (Cadernos ANDES nº 1, 1988, pp. 56-68) confronta as posições da ANDES e da "Comissão de Alto Nível" no que diz respeito ao diagnóstico da situação do ensino superior, ao padrão único de universidade, ao financiamento da universidade e aos princípios de democratização e autonomia. Nesta mesma linha, Miriam Limoeiro Cardoso, no texto *Democracia ou Controle da Universidade?*, confronta concepções e princípios de ambos como constitutivos de projetos opostos e antagônicos de universidade (Cadernos ANDES nº 1, 1988, pp. 83-91). Vale ressaltar que a reestruturação da universidade deveria integrar a Reforma da Administração Pública pretendida pelo Presidente José Sarney. A 3 de setembro, ele assinara um conjunto de 8 decretos, um dos quais (o mais polêmico) definia a estrutura dessa reforma e criava o GERAP (Grupo Executivo da Reforma da Administração Pública). Segundo informações dos Ministérios da Administração e da Educação, assim como da Secretaria de Planejamento, tal decreto deveria conter uma referência à universidade, mas esta acabou sendo apenas mencionada na Exposição de Motivos, como uma "diretriz setorial", em que se pensava definir critérios para a previsão da personalidade e regime jurídico das IES e estabelecimentos isolados de ensino superior que fossem "adequados às respectivas finalidades e garantidores de sua autonomia." E mais: a diretriz admitia a possibilidade de fundações vinculadas a órgão federal, desde que dotadas de patrimônio e recursos próprios ou destinadas ao ensino, à pesquisa e às atividades culturais, o que poderia comprometer a propalada intenção governamental de unificar os regimes jurídicos das IES federais, luta que vinha sendo travada conjuntamente pelos docentes de autarquias e fundações, a partir da greve desses últimos por isonomia, em 1985. Isto deixou o movimento docente em "estado de alerta" e expectante em relação aos procedimentos governamentais sobre a reestruturação da universidade, uma vez que o decreto que criava o GERAP admitia várias possibilidades de encaminhamento oficial da questão. Temia-se, por exemplo, que os Ministros encaminhassem em 30 dias ao GERAP as suas propostas de reestruturação organizacional (e o MEC já dispunha, desde 3 de setembro, do documento do GERES) ou que o Ministro da Educação encaminhasse a proposta de reestruturação diretamente para a Constituinte (cf. Boletim Especial da ANDES, setembro de 1986).

inovador. No entender de Pereira, ao submeter as atividades fins da universidade (sobretudo as de pesquisa e extensão) ao controle de agentes financiadores, induzindo, assim, à *privatização do conhecimento*, era “esse projeto e não o do movimento docente que prop[unha] o ‘alinhamento político-ideológico’ da universidade, no caso ao grande capital privado e ao Estado” (*idem*, p. 75).

A concepção de universidade defendida no Relatório do GERES questionava os efeitos da indissociabilidade entre ensino e pesquisa prevista na Lei nº 5540/68 - que a reconhecia como princípio apenas para as universidades - e adotava a *autonomia* como único critério definidor de uma instituição universitária, cabendo aos estabelecimentos isolados de ensino superior comprovar a sua *competência*, através dos *mecanismos de avaliação* especificados no projeto, para adquirir o estatuto de universidade. Com esta proposição, o GERES acentuava a divisão já existente entre as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior, levando à criação e/ou manutenção de centros de excelência e à proliferação de IES, públicas e privadas, destinadas apenas ao ensino - ou os “colégios de ensino superior”.

A questão da avaliação institucional passava a ganhar centralidade, assim, na política educacional do governo brasileiro. Propugnando o “aumento da eficiência” do sistema federal de ensino superior e reconhecendo a necessidade de mecanismos mais eficazes de controle social da aplicação dos recursos públicos (oriundos do contribuinte) pelo Estado, o GERES defendia a compatibilização entre o “aumento da autonomia na gestão universitária” e um “controle finalístico” das instituições, assegurada pela criação de um “sistema de avaliação de desempenho” das IES que, além de controlar a utilização desses recursos, deveria ter papel decisivo no “processo de formulação de políticas e estabelecimento de normas para o sistema educacional”. Através de um processo avaliativo - a ser conduzido pela SESU/MEC - seria possível, inclusive, obter “importantes subsídios” para a alocação de recursos *entre* as IES federais e fazer recomendações específicas sobre as “necessidades e disponibilidades de cada instituição” (Relatório do GERES, *apud* Pereira, 1988, p. 77).⁶⁰

A isonomia de cargos e salários era submetida a essa mesma lógica. O Projeto defendia um “piso salarial isonômico”, a partir do qual se admitiam diferenciações salariais “em função dos valores e critérios do mérito, desempenho, localização”, prevendo-se a concessão de incentivos salariais decorrentes do desempenho funcional e da permanência na universidade que, considerando a titulação do servidor, atendessem ainda às condições

⁶⁰Esta questão será abordada mais detidamente no próximo sub-item. Cabe salientar, desde agora, que o GERES instaurava, com essa proposta, a tendência cada vez mais predominante de estabelecer um “ranking” na rede pública de ensino superior para a alocação de recursos públicos entre as IES, favorecendo clientelismos e reproduzindo as desigualdades entre elas.

locais de mercado de trabalho e custo de vida. Desta forma, além de recusar a pleiteada isonomia entre IES autárquicas e fundacionais, o governo legalizava a desigualdade de salários entre as diversas universidades e entre as diferentes unidades de cada instituição.

No que se refere à *democratização* das IES, o anteprojeto de lei do GERES impunha um sério revés ao processo em curso: rejeitava eleições diretas e defendia que reitores e vice-reitores fossem nomeados pelo presidente da República, a partir de uma lista triplíce de professores titulares e adjuntos composta por um colégio eleitoral especial, constituído pelo colegiado deliberativo e por delegados eleitorais em número não superior ao deste colegiado, representativos de docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos de todas as unidades de ensino das IES. A representação de funcionários e estudantes não poderia, no conjunto, exceder um quarto do número de docentes. Procedimentos semelhantes eram também adotados para a escolha de diretores e vice-diretores de unidades, a cargo dos reitores.

A reestruturação da universidade proposta pelo GERES era ampla e radical. Previa o fim da obrigatoriedade da *estruturação das IES em departamentos e colegiados*, definia os *regimes de trabalho* do pessoal docente, consagrando a “dedicação exclusiva” e o “tempo parcial” em função do número de horas semanais de atividade - negando, portanto, a reivindicação do movimento de extinção do regime de 40 horas e deixando em aberto a possibilidade do retorno do professor-horista na rede federal de ensino -, e estipulava a *aposentadoria integral*, complementada pela universidade, apenas nos casos de compulsoriedade, ou seja, quando os servidores atingissem 70 anos (homens) e 65 anos (mulheres) de idade.

Compreende-se, pelo exposto, por que a rejeição do movimento docente ao Projeto do GERES foi também radical: estava em jogo todo um projeto de universidade e a própria identidade profissional dos docentes. Para os dirigentes da ANDES, o governo, além de dispensar a discussão da proposta na comunidade universitária e no Congresso Nacional, pretendia colocar o movimento dos professores e servidores numa armadilha, ao forçá-los a escolher entre o abandono de sua reivindicação de isonomia e a aceitação de uma reforma de universidade “absolutamente inaceitável”. Assim entendendo, erigiam como indispensável a luta contra a aprovação desse projeto no Congresso Nacional, centrando-se na reivindicação de imediata instituição da isonomia salarial entre autarquias e fundações, apoiados pelos servidores técnico-administrativos, que já se encontravam em greve (cf. Pereira, 1988, pp. 81-82).

Ambas as lutas foram vitoriosas. Ainda em 1986, a rejeição do projeto do GERES pela maioria dos colegiados superiores das IES públicas, coadjuvada por uma ampla mobilização da comunidade acadêmica e científica, levou o governo a desistir de levá-lo ao

Congresso. Como resultado desse embate, resultaram três projetos de reforma universitária: o do governo, a minuta de anteprojeto de lei para as IES federais da ANDES e FASUBRA e o projeto do CRUB, que também rejeitara o projeto do GERES e elaborara o seu próprio projeto (cf. Coelho, 1992, p.121). Quanto à isonomia, a greve dos docentes das IES federais, deflagrada no início do primeiro semestre letivo de 1987, obteve, como já assinalado, importantes conquistas econômicas e políticas para os docentes nacionalmente organizados.

Este embate vitorioso com o governo animou a ANDES a dar prosseguimento a outras lutas no campo da política educacional, tendo sempre como referência e instrumento fundamental a *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*.

Avaliação institucional e do trabalho docente: um desafio permanente

A necessidade de uma avaliação das instituições de ensino superior e do trabalho nelas realizado era reconhecida pelo movimento docente desde a formulação da *Proposta para a Universidade*, sempre interconectada com as demandas por *melhoria da qualidade da produção acadêmica* e pela *recuperação da dignidade do trabalho* nessas instituições. No entanto, durante todo o período anterior, nada de substancial foi feito neste sentido, seja pelas injunções conjunturais, seja pela existência de desafios mais prementes, seja ainda pelas incompreensões, críticas e resistências de várias naturezas à concepção, definição e instauração de procedimentos avaliativos nas IES, naqueles primeiros anos e no bojo do processo de democratização que nelas se processava. Mesmo assim, alguns dirigentes, como Rubens Pinto Lyra, já expunham preocupações com o exercício da “responsabilidade social dos docentes” e o seu “papel educador”:

“Nesse novo quadro, parece urgente um esforço no sentido de preencher os vazios que existem atualmente no que se refere, por exemplo, ao controle do trabalho do professor. Com efeito, tendo sido eliminados os procedimentos autoritários, este não foram ainda, em um certo número de Departamentos e IES, substituídos por formas democráticas de avaliação do desempenho docente. Nessa fase, impera um estado de semi-anarquia e de laxismo que depõe contra a responsabilidade social de que o professorado é portador, além de ser incompatível com o espírito de responsabilidade necessário à concretização de um ‘modus vivendi’ democrático na instituição universitária. Cabe, portanto, ao movimento docente, desfazer certos equívocos democratistas que tendem a ignorar esta verdade fundamental: a construção de uma Universidade digna desse nome requer que se associe ao seu caráter democrático um elevado nível de competência, de seriedade e de dedicação de seu corpo de professores. [...] O processo de autocrítica do movimento docente coloca na ordem do dia as responsabilidades, até agora insuficientemente assumidas, das Associações de Docentes face ao papel do professor enquanto profissional do ensino, educador, e não apenas assalariado e, decorrentemente, militante sindical. Efetivamente, não basta lutar por mais verbas. Esta é uma condição necessária, porém não suficiente, para a transformação do ‘status quo’ nas IES. É necessário se ir mais além, motivando o professor para uma reflexão e uma prática nova sobre o seu papel de educador, como condição indispensável para que se possa retirar a instituição universitária do marasmo e do faz-de-conta em que está presentemente mergulhada” (Lyra,

Ao mesmo tempo em que atentava para esta realidade e para este desafio, Lyra colocava em debate a própria questão do envolvimento da sociedade na vida universitária, o que mais adiante se consubstanciaria nas formulações sobre a avaliação externa da universidade, coerentemente com o entendimento da sua função social assumido pelo movimento docente:

"[...] a temática da responsabilidade social dos docentes não se esgota nos muros da Universidade pública, mas alcança a sociedade que a mantém e a quem ela deve servir. Nessa ordem de idéias, consideramos necessário repensar o relacionamento - ainda bastante débil - da comunidade universitária com as forças vivas da sociedade. A luta pela democratização interna das IES não foi acompanhada de um movimento correspondente, no sentido de estimular a participação daquelas forças, nem ao nível das instâncias acadêmicas de poder, nem na definição de programas, metas e conteúdos referentes ao ensino e à pesquisa. Urge a superação desse estado de coisas, que tende a favorecer o desenvolvimento de uma mentalidade corporativa e a formação de uma democracia de elites - da qual participa somente a parcela privilegiada que tem acesso à universidade ou nela trabalha. Neste sentido, cabe assinalar que já se esboça no seio do movimento [...] uma tomada de consciência sobre a questão, refletida em sua Proposta para a Universidade Brasileira" (Lyra, 1982, p.75).

Essas questões vão ganhar centralidade, como já ressaltado, com o advento da "Nova República", principalmente com o Projeto do GERES. Antes disso, no início de 1985, os dirigentes da ANDES já se haviam deparado com críticas acerca dessas lacunas e reconhecido a necessidade de lutar por "algo que até hoje permanece como um pano de fundo de nossas demandas: a qualidade do ensino e da pesquisa. É forçoso admitir que, até hoje, não passamos de formulações gerais sobre o assunto. A *Proposta da ANDES para a Universidade* terá de ser atualizada e aprofundada nos pontos que tocam à *competência e à avaliação do trabalho acadêmico.*" Como questões cruciais deste debate, eram elencadas: a função social da universidade; os critérios técnicos e de competência para o cumprimento dessa função; os limites das decisões colegiadas e da participação nos colegiados; quem avalia e sob que critérios avaliar o trabalho docente. Salientava-se, ainda, que a ênfase nessas questões singularizava o movimento docente em relação aos movimentos corporativistas, mas que elas precisariam "deixar de ser o cenário das lutas para se transformar no palco onde o processo se desenrola e avança" (Boletim Nacional da ANDES, nº 20, 1985; grifos no original).

A avaliação da produção acadêmica foi assumida como "tarefa do movimento docente" no *IV Congresso Nacional da ANDES*, quando se lhe atribuiu o "dever de colocar essas questões em discussão e produzir as políticas que condicion[assem] a atividade acadêmica em relação à sua responsabilidade social e que, a partir desse referencial, permit[issem] a sua avaliação pública e democrática". Partindo-se do princípio de que a democracia na universidade e a implantação do padrão único de condições de trabalho são elementos imprescindíveis para que a avaliação da qualidade acadêmica se dê de modo

público, democrático e igualitário, o papel da ANDES deveria ser o da construção democrática de uma *ética do trabalho acadêmico*, bem como de princípios e mecanismos de sua salvaguarda, antecipando-se às iniciativas institucionais do Estado. Isto tornava a tarefa “urgente e oportuna”, inclusive no sentido de “garantir a credibilidade da interlocução da ANDES entre os setores envolvidos com a transformação do ensino e da pesquisa no país”, como “uma das principais condições” de obtenção de “respaldo político e social” para as propostas do movimento. Para tanto, o Congresso criava ainda um GT para se dedicar ao aprofundamento de estudos e formulação de proposições sobre o tema. Desde então, tinha-se consciência das dificuldades a superar: “não encontraremos o consenso até agora possível quando enfrentamos as lutas que, por diversos motivos, beneficiam a categoria como um todo. Haverá resistência, seja por incompreensão, má informação e mesmo por vícios corporativistas que adquirimos ao longo desses anos de despolitização e desgoverno da atividade educacional” (Relatório Final do IV Congresso, 1985, pp. 32-34).⁶¹

Com efeito, no início de 1986, por ocasião do V Congresso Nacional, os militantes da ANDES se deparavam com essas dificuldades ao tentarem avançar na questão da avaliação do trabalho docente articulada à carreira.⁶² Fundamentando-se na *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*, os congressistas assumiam que a avaliação permanente do desempenho docente em funções básicas da universidade (formar bem, produzir saber e servir à comunidade) deveria se pautar pela *política de pessoal docente* aprovada no XI CONAD, mas não se desconheciam os empecilhos à sua concretização. A principal dificuldade era a de “criar formas concretas [dessa avaliação] mediante as quais os princípios democráticos [...] super[assem] os entraves provenientes do corporativismo. A avaliação pelos pares, nos departamentos, não [estava] gerando formas eficazes, até o momento, de controlar o efeito do corporativismo”. Admitia-se, também, que os impasses detectados para a materialização dessas formas deviam-se à “não explicitação [...] de uma outra dimensão básica frente a qual deve ser avaliado o trabalho docente”, também contida na *Proposta para a Universidade: a sua política institucional* que, enfatizando a função social transformadora das IES, afirmava que o trabalho docente deveria ser avaliado sistematicamente, por critérios públicos e

⁶¹ Entendia-se que esta avaliação supunha, ainda, o reconhecimento das distorções do Estatuto do Magistério e dos Planos de Carreira em vigor e a sua crítica, principalmente aquelas da carreira docente das IES autárquicas, decorrentes do “Decreto Golbery”. Era importante resgatar e reafirmar, neste sentido, a exigência de concurso público para ingresso na carreira, assim como a da avaliação do docente, com base em critérios de competência pública e democrática, para a progressão funcional na carreira, distinguindo a progressão salarial com base em acréscimos por tempo de serviço da progressão acadêmica propriamente dita (Relatório Final do IV Congresso, 1985, pp. 33-34).

⁶² No XI CONAD (junho de 1985), o movimento docente avançara na definição de uma política de pessoal docente que se voltava para os princípios e formas de avaliação desse trabalho, para o regime de trabalho e para a capacitação docente. Esta política, por sua vez, fundamentou a proposição de um plano único de cargos e salários para as fundações federais, negociado com o MEC durante e após a greve de agosto/setembro daquele ano, que incluía a progressão funcional com base em critérios de avaliação e titulação, o que será depois incorporado/aprimorado no PUCRCE das IES federais, após a greve de 1987 (cf. Relatório Final do V Congresso, 1986, p. 24).

democráticos, como “*forma de superar os critérios da racionalidade empresarial e da tecnocracia impingidos como valores absolutos às IES*” (Relatório Final do V Congresso, 1986, p.26; grifos meus).

Tendo em vista a afirmação concreta de sua política de pessoal docente e de sua política institucional, assim como os impasses vivenciados, o *XIII CONAD*, reunido em junho de 1986, propôs a realização de um Seminário Nacional sobre Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica, com a participação de intelectuais renomados e representantes de sociedades científicas, mediante o qual se pretendia envolver os militantes no aprofundamento dessas questões, esperando-se que os seus resultados subsidiassem avanços no próprio CONAD que o sucederia (cf. Relatório Final do XIII CONAD, 1986, p.1).

Neste CONAD - o *XIV* -, realizado no início de outubro, o movimento já havia se deparado com o Projeto do GERES e o seu “Sistema de Avaliação”, o que alçou os debates e resoluções para o enfrentamento com o governo no plano da avaliação institucional (ou da “política institucional”). Considerando que a finalidade precípua do governo era definir, através do seu Sistema de Avaliação, critérios para o estabelecimento do *ranking* na rede pública de ensino superior e se presumindo que os mesmos seriam compatíveis com a “ótica gerencial tecnológica, do ensino e da pesquisa”, a perspectiva era a de uma quebra da indissociabilidade entre essas duas atividades. Por isso, o CONAD recomendava que a ANDES, em suas manifestações públicas a este respeito, evidenciasse sempre que “os docentes não aceita[riam] qualquer tipo de avaliação casuística como que[ria] o MEC”, e que a avaliação acadêmica, no quadro real das universidades, “só pode[ria] ser realizada visando à sua reconstrução e à reposição dos recursos que lhe foram subtraídos nos últimos anos” (Relatório Final do XIV CONAD, 1986, p.21).

Subsidiados pelos resultados do Seminário Nacional, cujo relatório fora encaminhado previamente às AD's para amplo debate, os participantes do *XIV CONAD* aprovaram os seguintes pontos para aprofundamento/encaminhamento da questão, dentre outros:

- resgate da questão da avaliação, como “bandeira histórica do movimento docente”, denunciando as “verdadeiras intenções do governo” ao propô-la naquele momento, “falsamente baseada em critérios de competência”;
- conscientização sobre o fato de que a Proposta da ANDES para a Universidade era, ela mesma, fruto de um longo processo de avaliação sobre as IES, cujas bases vinham sendo também analisadas desde o *VII CONAD*, repensando-se a universidade dentro da sociedade brasileira segundo uma concepção que tinha como princípios a autonomia e a gestão democrática do ensino superior;
- produção de novos estudos com o propósito de redefinir os objetivos da

universidade, avaliar as reais condições de trabalho nela existentes e delinear as condições e necessidades concretas para a sua reconstrução (*idem*, p. 22).⁶³

A partir de então, estava “declarada a guerra” entre os projetos de avaliação da ANDES e do MEC, que persiste até hoje e que tem suscitado polêmicas internas quanto à oportunidade e o nível necessário de operacionalização de critérios de avaliação do trabalho docente e das IES. Isto porque, num primeiro e exaustivo momento, grandes esforços foram feitos e muito tempo foi gasto no sentido de tomar a dianteira nas iniciativas, contrapondo concepções, princípios e procedimentos avaliativos dentro de visões mais amplas de projetos educativos e de sociedade que radicalmente se opunham - os do movimento docente e os do governo - como estratégia de enfraquecer as iniciativas do MEC nesta direção, num contexto em que os processos avaliativos iam se instalando, com ou sem a interferência orgânica dos militantes da ANDES.

Estes embates são radicalizados no *VI Congresso Nacional*, quando a ANDES delibera pela rejeição da proposta de avaliação do MEC, desmascarando suas “reais intenções”: utilizar-se dessa bandeira histórica do movimento docente para “enfraquecer a Universidade Pública através de um processo de pura cobrança e classificação que sequer foi levado ao conhecimento da comunidade acadêmica e cujos princípios, [...], já conhecidos, [eram] contrários às deliberações do movimento”. Por meio deste “falso e autoritário processo”, o MEC tentava “responsabilizar as IES pela situação deplorável à qual a política privatizante e de corte de verbas tem levado o conjunto das universidades públicas do país” (Relatório Final do VI Congresso, 1987, p. 49).

A esta investida governamental o movimento deveria reagir iniciando de pronto um processo de avaliação compatível com os objetivos da universidade que se pretendia construir. Esta avaliação, autônoma e independente, pressupunha um diagnóstico que balizasse a real situação das IES em todos os aspectos: realização das suas atividades fins e administrativas, disponibilidade de recursos materiais e humanos para o desempenho de suas funções etc. Neste processo, as unidades deveriam discutir princípios e critérios para manter uma “avaliação permanente compatível com as proposições básicas da ANDES e com as “características do momento histórico vivido pela Universidade brasileira”, garantindo-se a sua ampla autonomia. Para tanto, a avaliação deveria voltar-se não apenas para o produto do trabalho acadêmico mas também para as condições materiais de sua realização, o que punha em evidência a política educacional do governo. Os seus critérios deveriam ser qualitativos, diferenciados por áreas de conhecimento e respeitadores das

⁶³ Recomendava-se também que os Departamentos definissem seus projetos “dentro desse contexto” e os submetessem a uma “avaliação realmente pública e comunitária”. Na avaliação específica do trabalho dos docentes, dever-se-ia atentar para as condições de sua realização, que exigiam muito investimento pessoal e cujos resultados seriam bem melhores com a provisão dos recursos necessários (*idem*, p. 22).

especificidades regionais, a eles subordinando-se os critérios quantitativos. Na visão do movimento docente, se processada segundo esses parâmetros, essa avaliação poderia contribuir para a resolução de dois outros problemas: a definição de critérios "claros e de natureza inteiramente acadêmica e científica" para a *progressão funcional na carreira* e o *estreitamento das relações entre docentes e funcionários*, caso o processo de avaliação se estendesse a esses últimos (*idem*, pp. 49-51).

Com este entendimento, os participantes do VI Congresso definiram como pontos a serem discutidos nas AD's: princípios específicos e gerais e mecanismos e critérios de avaliação; níveis de competência (o que cabe a cada instância universitária avaliar, a participação das entidades da sociedade civil relacionadas com a produção universitária e do próprio Estado); mecanismos de representação (dos estudantes e das comunidades envolvidas nos trabalhos de extensão) e critérios específicos de avaliação das atividades-fins que levassem em conta as especificidades das áreas de saber e das regiões, assim como as condições de trabalho e as exigências da conjuntura política e social (*idem*, pp. 51-53).

Estava montado, assim, o arcabouço a partir do qual a ANDES desenvolveria e aprimoraria o seu projeto de avaliação, *vis à vis* aos embates propositivos e concretos com o MEC e no cotidiano universitário. Em setembro de 1987, por ocasião do XVI CONAD, deliberou-se pela realização de um II Seminário Nacional sobre Avaliação - Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica⁶⁴ - para consolidar os resultados do primeiro. No início de 1988, por ocasião do VII Congresso Nacional da entidade, a diferenciação entre o projeto do governo - "Universidade e reprodução-controle social" e o do movimento - "Universidade e produção - qualidade do ensino, da produção do saber e da extensão"- já estava explicitamente fundamentada e amadurecida, no que tange à avaliação institucional:

"Possuindo projetos qualitativamente diferentes para a Universidade brasileira, o MD e o MEC pensam e propõem a avaliação da universidade de forma bem distinta. No projeto do governo, a avaliação está ligada à perspectiva de rentabilidade imediata do investimento, assim entendendo como gastos as verbas destinadas à educação superior no país. Suas propostas quanto à avaliação vão no sentido da obtenção de informações para tornar efetivo o controle da universidade, conforme a lógica empresarial de gestão. Para o MEC, a avaliação se traduz basicamente em produtividade. É importante notar como a proposta governamental de avaliação opera o deslocamento da ótica do capital (o que significa a sua ampliação) do espaço privado para o espaço público, quando busca fazer funcionar a universidade pública de acordo com o procedimento capitalista. Para o MD, ao contrário, a avaliação é sempre pensada em relação com a qualidade do trabalho universitário. Acreditamos ser necessário distinguir com clareza produtividade e produção e o que nos preocupa é a reestruturação da Universidade Brasileira no sentido de um padrão unitário de qualidade, verdadeiramente universitário, cultural e cientificamente significativo e socialmente responsável. Ao pensar a questão da avaliação, o MD toma como referência a Universidade como centro de pensamento, de debate e de crítica,

⁶⁴ Este Seminário, realizado em dezembro de 1987, teve os seus resultados divulgados no Cadernos ANDES nº 7, publicado em fevereiro de 1989. Pela abrangência e profundidade dos temas tratados, este número constituiu e constitui um importante acervo para os debates sobre o tema, que continuam em pauta no movimento.

onde exista, de fato, coletivamente, publicamente, vida intelectual, produzindo filosofia, ciência, arte, propiciando efetiva elevação cultural, histórica e socialmente enraizada (Relatório Final do VII Congresso, 1988, p. 32).

Tal diferenciação, que concebia a universidade como instância de elevação cultural em matizes gramscianos, sustentava, por sua vez, a distinção de parâmetros de avaliação, calcada em concepções opostas de *competência*. Para os governantes, tratava-se da competência em “sentido estrito e não adjetivado”, com a função primordial de “reforço da ordem” e “acentuando a diferenciação social e a discriminação, legitimando o *status quo* diferenciador e discriminador”. Para o movimento, os parâmetros da competência, identificada com *qualidade*, seriam a *democratização* e a *autonomia*, definido o compromisso básico da universidade com os principais problemas sociais e com as necessidades da maioria da população. A competência (ou qualidade social, na terminologia hoje vigente) seria pautada pela “relação democratização/ autonomia/sociedade [e] não prescind[ia] do desenvolvimento da crítica, especialmente no sentido da inserção efetiva na realidade social dentro da qual a Universidade deve ter um papel importante na produção do conhecimento necessário e sua comunicação formadora dos quadros de nível superior” (Relatório Final do VII Congresso, 1988, pp. 32-33).

Deste modo, a avaliação era vista como um “instrumento para (re)pensar a Universidade”, pondo em evidência o próprio trabalho docente e se fortalecendo pela “democracia na discussão”, necessariamente aberta e pública. Aí residiria a diferença estratégica entre o público e o privado: “enquanto o privado é o setor em que se reúnem os especialistas, é na esfera do público que se encontra [...] o espaço produtor do saber. Neste sentido, é central para a democracia na Universidade a recuperação do espaço público como espaço produtor do saber.” Para os congressistas, caberia fortalecer esta concepção e esta proposta de avaliação, colocando com rigor as questões pertinentes: “mudando as questões, mudarão as soluções e os encaminhamentos. Para isto, o MD não deve ficar na defensiva, deve sim assumir posição ofensiva, re-equacionando o problema e encaminhando sua resolução” (*idem*, pp. 33-34). Nesta direção, foram aprovados os seguintes encaminhamentos: (a) discutir e aprofundar a questão tomando como referência o “deslocamento do produto para o processo, dos resultados para as formas e condições de sua produção”; (b) identificar, discutir e avaliar as políticas de ensino, pesquisa e extensão vigentes; (c) detalhar a Proposta das AD’s e da ANDES para a Universidade Brasileira em termos dessas políticas, visando deliberações posteriores e (d) acompanhar e divulgar os processos de avaliação em andamento nas IES, informando a Coordenação de Política Educacional da ANDES a este respeito (*idem*, p. 34).

Como se vê, a ofensiva estratégica do movimento na “guerra” com os governantes se sustentava no rigor da definição do seu projeto avaliativo, aos níveis teórico e prático.

Diante da implementação paulatina, através de decretos governamentais, do projeto do GERES, bem como das perspectivas da nova política industrial, contraditórias com o modelo de universidade defendido pelo movimento, enfatizava-se a necessidade de assegurar mecanismos de democratização/avaliação das IES que alavancassem o projeto político da ANDES. Neste sentido, no XVII CONAD, realizado em junho de 1988, deliberou-se por divulgar rapidamente os resultados do II Seminário, decidindo-se também realizar um "Dia Nacional de Discussão sobre Avaliação e Democratização da Universidade Brasileira", a realizar-se na última semana de setembro (cf. Relatório Final do XVII CONAD, pp. 44-46).

A partir de então, as discussões sobre avaliação institucional e do trabalho docente vão se entrecruzar com as primeiras iniciativas atinentes à elaboração do Projeto de LDB da ANDES.⁶⁵ Não obstante este esforço e a riqueza de proposições, a proposta de avaliação da ANDES não tem encontrado o necessário respaldo no cotidiano do movimento nacional e das universidades, seja pelo corporativismo já apontado, seja pelas divergências internas quanto ao nível de detalhamento dos procedimentos avaliativos. Além disso, nessa guerra com os governantes, a ANDES-SN vem perdendo sucessivas batalhas, na medida em que novas versões do GERES vão sendo implementadas. Assim, a questão da avaliação (interna e externa) das IES continua um tema controverso e, portanto, um desafio para o movimento. Para alguns dirigentes, como Francisco Miraglia, a essência dessa proposta da ANDES-SN ainda se mantém atual, mesmo que obscurecida pelas iniciativas governamentais neste campo:

"[...] eu sintetizaria a proposta, a idéia que foi discutida na ANDES, [...] essencialmente no seguinte: a avaliação é a reflexão crítica em cima de um projeto dado. Ponto. Então, nós vamos primeiro estabelecer um projeto, vamos discutir [esse] projeto e depois vamos, no acompanhamento e no [seu] desenrolar, pensar criticamente sobre o que é que nós estamos fazendo. Isto é a avaliação. [...] A questão central é a reflexão crítica e essa reflexão, como é conhecimento, só se estabelece no domínio do público, feita com a participação primordial daqueles que fazem o trabalho. [...] A avaliação não é diferente, em nenhum momento, do ato de produzir saber, que é uma coisa que se decide e que se faz cotidianamente. Ela não é diferente de dar aula [...], é um momento de reflexão sobre o que estamos fazendo, mas primeiro a gente precisa discutir sobre o que vamos fazer. O que está na praça é um projeto para a universidade que vai aos francos e barrancos e que é dado por aquela elite que é dirigente da universidade e que representa os interesses empresariais, de não financiar mais, de se libertar do financiamento, como se isso fosse resolver o problema de educação e de saúde no Brasil" (Francisco Miraglia, 13/12/94).

Na visão de Newton Lima Neto, o principal problema vivenciado nas tentativas de concretização da proposta da ANDES é o da ausência de instrumentos de avaliação compatíveis com o seu projeto de universidade, o que vem trazendo desvantagens no embate com os governos:

⁶⁵ Neste projeto, que será abordado no capítulo 7, tem-se a formulação mais acabada, completa e madura da proposta de avaliação (interna e externa) da ANDES-SN, numa clara demonstração de o quanto a entidade exerceu a sua dimensão acadêmica na luta sindical por uma questão nodal na política educacional brasileira.

"A [...] avaliação era, para nós, no contexto concreto, não corporativo [...], [voltada] para a melhoria, para o reconhecimento, como resposta pública de prestação de contas, também, para a sociedade. [...] E [isto] não conseguimos fazer. Essa é uma frustração: nós não conseguimos implementar um processo de avaliação a tempo de impedir que a avaliação privatista-gerencial tomasse conta. Resistimos muito. E resistimos muito como direção. Foi um equívoco. Todas as gerações de dirigentes, até hoje, continuam com um discurso periférico de avaliação, sem a gente conseguir dar instrumentos para a sua concretização. E acaba parecendo, para a sociedade, para a própria comunidade, como um mecanismo de postergação. Isso é uma das coisas que está atrapalhando [...]. O movimento docente foi o autor da proposição pela primeira vez, fez seminários em que conseguiu aprofundar a natureza da questão, mas não conseguiu propor instrumentos. E aí fica aquela história da resistência, de que a gente não quer ser avaliado. Nós, aqui, tivemos muita resistência, temos ainda hoje. [Porque isso] mexe com o corporativismo da categoria. Mexe com interesses, mexe com o *laissez-faire*, que não interessa para nós [e] só ajuda a consolidação do modelo descolado da realidade social, das principais contradições que a universidade vive e a sociedade não consegue entender. A gente fala em criticidade, mas não consegue realizar a auto-criticidade. [...] Eu me incluo nisso, evidentemente. Eu acho que abrimos um espaço importante para ter condições de mostrar essas contradições para a sociedade, tomando sempre o cuidado de não sermos instrumento para a ação gerencial, mas [não conseguimos] levantar parâmetros que, hoje, nos dariam até mais instrumentos para obter maior sucesso" (Newton Lima Neto, 10/04/95).

Nesta mesma linha, Josevaldo Cunha salienta a natureza do círculo vicioso existente nas tentativas de implementar um processo de avaliação nos moldes defendidos pelo movimento:

"A gente não conseguiu sair do que eu chamaria de um certo círculo vicioso. [...] Não há um processo de avaliação porque a gente entende que as condições para fazer um processo que seja de avaliação e não de caça às bruxas não estão dadas. Por outro lado, a gente não tem solução para as lacunas públicas e notórias que existem no desempenho do trabalho acadêmico. Eu não estou aqui dizendo que o professor A ou B é mais ou menos qualificado, não é essa a intenção. É que essa lacuna acaba fazendo, agora, o Sindicato ficar correndo atrás de ver como enfrenta os resultados de [...] uma proposta [governamental] de avaliação que é o tal do PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras" (Josevaldo Cunha, 02/12/94).

Esses depoimentos indicam o grau de complexidade da questão e as dificuldades existentes no seu enfrentamento pela ANDES-SN. Apesar dos avanços obtidos neste campo, permanecem lacunas e fragilidades que deveriam ser contempladas no esforço de atualização histórica da *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*:

"[...] na Proposta mesmo, o que tem de avaliação é muito pouco, e talvez tenha até aquilo que a gente acabou, pelo menos uma parcela, assumindo como um gerador de confusões muito sérias: o pouco que tem, é vinculando a parte da avaliação docente à progressão na carreira. Eu acho que, no fundo, essa atualização histórica vai beber muito da própria síntese a que a gente chegou quando apresentou o Projeto de LDB. Mas tem coisas novas, de lá para cá" (Alexandre Náder, 23/04/95).

Se batalhas vêm sendo perdidas, isto não representa, contudo, a derrota da ANDES na guerra com o MEC, que se mantém até os dias atuais. No período 1985-1988, além de algumas vitórias iniciais e dos avanços no campo da compreensão e das

reflexões/proposições sobre esta questão, a entidade foi ainda capaz de elaborar uma Plataforma para a Constituinte, com destaque para as questões da Educação, o que contribuiu para sustentar, sindicalmente, a *dimensão acadêmica* da sua identidade.

A Plataforma para a Constituinte: reforço à identidade

Como vimos no início deste capítulo, a ANDES-SN investiu muito no processo constituinte como algo central para as suas lutas de *resistência transformadora*. Desde o *IV Congresso Nacional* (1985), a entidade se engajara na defesa supra-partidária da convocação de uma ANC livre e soberana, ao lado de entidades como a OAB, a CNBB, a ABI e várias outras, notadamente no campo da educação, além dos partidos políticos e dos movimentos sociais organizados. No *V Congresso Nacional* (1986), além de reafirmar a prioridade dessas lutas, o movimento docente decidiu partir para a elaboração de uma "Plataforma Geral" que explicitasse as "garantias constitucionais dos direitos ao ensino público e gratuito para todos, assegurado pelo Estado" e a "gestão democrática das escolas", estipulando-se uma "destinação percentual mínima do orçamento da União, Estados e Municípios para a Educação".⁶⁶ Esta Plataforma, que também encampava a defesa da total liberdade e autonomia sindicais em relação ao Estado e o direito irrestrito de greve, inclusive para os servidores públicos, deveria estar articulada com a "plataforma mais geral dos trabalhadores para a Constituinte" (Relatório Final do V Congresso, 1986, pp. 6-7).⁶⁷

Essas deliberações e iniciativas produziram resultados rápidos e significativos. Já no *XIV CONAD* (1986), foi aprovada a primeira versão da *Plataforma Educacional do MD para a Constituinte* que continha, em sua parte introdutória, críticas à política educacional vigente no país, ao lado da avaliação das potencialidades e limites daquele momento conjuntural e da explicitação das concepções e proposições básicas da entidade neste campo. A esta fundamentação seguiam-se os pontos que deveriam ser contemplados e defendidos na *Plataforma*, que consubstanciavam as "bandeiras históricas" do movimento para a educação brasileira.⁶⁸ No que se refere à Política Científica e Tecnológica e à

⁶⁶ Segundo Marcelo Ridenti (1995, p. 65), a Plataforma "girava sobretudo em torno da aplicação coletiva do fundo público - essencial para caracterizar um novo setor de classe média, potencialmente de esquerda."

⁶⁷ Ao mesmo tempo em que dava os primeiros passos para a elaboração da Plataforma Educacional dos Docentes para a Constituinte, o movimento também incursionava pelas questões da "Ciência, Cultura e Tecnologia". Este Congresso decidiu tornar este tema ponto de pauta da Jornada sobre Reestruturação da Universidade Brasileira, que deveria ocorrer nos dias 16 e 17 de abril de 1986. (Relatório Final do V Congresso, 1986, p. 27). Para viabilizar essas iniciativas, o trabalho dos GT's foi fundamental. No XIII CONAD (junho de 1986), resolveu-se não só reativar o GTPE como criar os GT's de "Política Científica e Tecnológica" e de "Política Artística e Cultural". Foi definido também que o próximo CONAD (outubro), dada a necessidade de urgência na elaboração da Plataforma, teria como temário básico "Educação, Ciência, Tecnologia e Cultura na Constituinte". Também neste XIII CONAD deliberou-se propor às entidades ligadas à educação a criação de um "Fórum Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia na Constituinte", visando aprovar uma "plataforma consensual" e "encaminhamentos unitários" de intervenção no processo constituinte (Relatório Final do XIII CONAD, 1986, pp. 2-3; grifos meus). Como se viu, esta iniciativa teve desdobramentos, no que tange à política de verbas da ANDES, que implicaram a realização de um CONAD e de um Congresso Extraordinários no início de 1987.

⁶⁸ Esta Plataforma, contida nas páginas 33 a 37 do Relatório Final do XIV CONAD, foi integralmente aprovada, com alguns aprimoramentos, pelo VI Congresso Nacional da ANDES (cf. Relatório Final, pp. 72-79) e divulgada

Política Cultural, constatava-se a precariedade das discussões realizadas nas IES, salientando-se que o debate sobre as mesmas se encontrava em fase inicial nas sociedades científicas e artísticas, assim como nas associações profissionais e na maioria dos partidos políticos. Assim, considerava-se urgente implantar os GT's correspondentes, criados no CONAD anterior, e se propunha encaminhar às AD's e às organizações mencionadas *pontos para discussão*, dos quais merecem destaque: o papel da Universidade no desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, ao se definir uma política nacional neste campo; a estipulação de um percentual da arrecadação global a ser destinado à pesquisa e à tecnologia; o impacto das inovações científicas e tecnológicas e o seu controle social; a democratização dos órgãos de financiamento e o papel dos meios de comunicação, além de questões atinentes à política ambiental e ecológica, da produção, ao armazenamento e transporte de armas nucleares em território brasileiro e à utilização e exploração do solo urbano (cf. Relatório Final do XIV CONAD, pp. 37-39).⁶⁹

Na fundamentação da *Plataforma para a Educação*, criticava-se a tendência à *privatização do ensino e do saber e a concepção educacional* dos governos brasileiros, privilegiadora da "transmissão do conhecimento em detrimento da reflexão crítica" e que se desenvolvia celeremente no sentido de "eximir o Estado de sua responsabilidade social com a educação", que vinha historicamente assumindo uma função "preponderantemente integradora, acrítica e com caráter fortemente conservador." Ao lado desta crítica, denunciava-se o "controle do Estado sobre a educação, através de uma política de verbas contrária aos interesses populares de melhoria, ampliação e aprimoramento do Ensino Público e Gratuito, favorecendo o crescimento da privatização do ensino e da produção do saber no país" (Cadernos ANDES nº 4, 1987, p. 17).

Salientando que a política educacional da "Nova República" expressava a continuidade das políticas educacionais do regime militar, acentuando a "subordinação governamental ao interesse das mantenedoras e proprietários de ensino" e se caracterizava, mais e mais, por "promoções de caráter clientelístico e meramente propagandístico", a entidade analisava, com matizes nitidamente gramscianos, os limites e potencialidades daquela conjuntura para a sua ação de resistência transformadora:

"A Constituinte Congressual, com todas as limitações a que está submetida, tem entretanto,

no Cadernos ANDES nº 4, publicado em maio de 1987. Nesta publicação, constam apenas as alterações feitas no I CONAD Extraordinário e no I Congresso Extraordinário, já comentadas no sub-item anterior.

⁶⁹ Essas questões, aprofundadas e ampliadas, converteram-se em pontos da Plataforma da ANDES para a Constituinte e foram como tais aprovadas no I CONAD Extraordinário - intitulando-se: Ciência, Tecnologia e Meio-Ambiente e Arte, Cultura e Comunicação. A Plataforma foi ainda enriquecida com pontos referentes à Saúde, Direitos da Pessoa, Direitos do Trabalhador e Organização Sindical (cf. Relatório Final do I CONAD Extraordinário, 1987, pp. 23-30). Todos esses pontos, à exceção do último, foram publicados no Cadernos ANDES nº 4 e expressam os avanços da entidade, em um curto período de tempo, na elaboração/proposição de políticas mais abrangentes para a sociedade brasileira segundo o ideário transformador que norteava a sua estratégia de resistência (cf. Cadernos ANDES nº 4, pp. 25-31).

*potencialidades que precisamos saber explorar. Afora as já conhecidas, tais como sua natureza congressual, a vigência das leis da ditadura militar - desde a lei eleitoral até a de greve e a de segurança nacional, que tornam a Constituinte passível de controle pelas forças mais reacionárias e, na esfera da educação, comprometidas com o ensino privado - há limitações conjunturais mais profundas, que dizem respeito ao processo político geral, em que as frações conservadoras e dominantes buscam alcançar a direção política da sociedade. Exaurida a forma coercitiva de controle social, com a crescente autonomização e fortalecimento de segmentos importantes das classes dominadas, as frações que buscam consolidar a sua hegemonia necessitam conquistar a direção moral e intelectual da sociedade, obtendo alguma legitimidade política para a sua dominação. Desde que legitimidade e persuasão se tornem importantes, ganha também destaque, neste projeto, a função legitimadora e reprodutiva do status quo social que a educação pode ter” (Cadernos ANDES nº 4, 1987, p. 18).*⁷⁰

Apostando nessa autonomização e fortalecimento de segmentos importantes das classes dominadas, a ANDES propunha “*resistir e avançar*, contrapondo concepção a concepção, *mobilização e luta* à tentativa de controle hegemônico da Constituinte Congressual pelos interesses que defendem a privatização do Ensino e da produção do saber no país”. E explicitava, também com evidente inspiração gramsciana, a sua concepção de educação e de escola como instrumento e espaço contraditórios de luta por projetos hegemônicos de sociedade:

“A educação que queremos não se reduz apenas à transmissão de conhecimentos, mas conjuga saber crítico e compromisso social. Volta-se, acima de tudo, para o desenvolvimento da capacidade de pensar, de refletir, de julgar. Propõe-se a conseguir estabelecer a relação com a própria realidade, rompendo com os mecanismos sutis de dominação ideológica [e] desenvolvendo, ao mesmo tempo e no mesmo movimento, o conhecimento, a consciência crítica e a capacitação à vida e ao trabalho em nossa realidade social. Esta concepção de educação pretende criar e desenvolver as oportunidades facilitadoras da formação da consciência social crítica. Entendemos a educação como uma das formas e a escola como um dos lugares do desenvolvimento da capacidade crítica, cujo campo próprio, bem o sabemos, é a luta, são os enfrentamentos concretos da prática cotidiana, que desenvolvem a crítica tanto mais quanto mais globais e organizados politicamente forem aquela luta e aquele enfrentamento. Pela própria natureza da educação que propomos, são pontos inegociáveis e que devem pautar nossa organização concreta: a democracia, a qualidade do ensino, a gratuidade, o interesse público e a autonomia das instituições de ensino” (Cadernos ANDES nº 4, 1987, p. 19).

Com este entendimento teórico-histórico e estratégico, a *Plataforma Educacional* apresentada à sociedade e aos parlamentares desenvolvia os “pontos inegociáveis” (com as reivindicações históricas do movimento) em itens que, sob a forma de artigos, deveriam

⁷⁰ A dimensão do embate a ser travado era exemplificada, nessa fundamentação introdutória, pelos anteprojetos da Comissão de Estudos Constitucionais (CE) e do Conselho Federal de Educação (CFE) para a Constituição que, traduzindo as aspirações do “lobby privatista”, tentavam estabelecer, como diretriz básica, o pluralismo das IES públicas e privadas”, assegurando, assim, o direito do capital privado de mercantilizar o ensino”. Com este princípio garantido, as IES privadas tentariam “abocanhar a parte que ‘por direito’ agora lhes caber[ia] dos recursos públicos, cuja dotação mínima ser[ia] definida constitucionalmente”, além de tentar assegurar que a “lei regul[asse] a transferência de recursos públicos ao ensino privado a todos que [a] solicit[assem]...”. Alertava-se, com esses exemplos, para o fato de que os defensores do capital tentavam “o mais drástico retrocesso já visto na história das constituições brasileiras” e para a sua força, “demonstrada pelo vigor com que introduziram seus interesses nos citados anteprojetos” (Cadernos ANDES nº 4, 1987, p. 18).

integrar a nova Constituição Brasileira. Tais itens, que constituem a partir de então o substrato básico para as formulações e lutas concretas da ANDES na esfera da política educacional, foram referendados, com as alterações feitas no *I CONAD Extraordinário* sobre a “política de verbas” da entidade, no *I Congresso Extraordinário*, quando foram também analisadas as atividades realizadas e os resultados obtidos na intervenção no processo constituinte, a partir do que definiram-se propostas de continuidade das lutas. Julgou-se fundamental e por vezes decisiva, na primeira etapa de trabalho das Subcomissões da Constituinte (que atuaram intensamente, apreciando emendas, substitutivos e deliberações sobre as propostas finais), a ação das entidades do Fórum e dos movimentos e articulações criadas, tanto nas audiências públicas ocorridas quanto na assessoria a parlamentares “sensíveis” às argumentações dessas entidades e articulações autônomas e independentes.⁷¹

Avaliava-se que, nessa primeira etapa, as forças conservadoras haviam se empenhado em intervir, prioritariamente, nas Subcomissões em que “estava em jogo a hegemonia do capital ou a adoção de idéias liberalizadoras como o aborto”, impingindo retrocessos nas Subcomissões que “implicavam alterações da ordem e da estrutura de dominação capitalistas”. Por outro lado, reconheciam-se avanços consideráveis para os movimentos comprometidos com as classes trabalhadoras nas Sub-Comissões de Educação, Cultura e Esportes, Saúde, Seguridade e Meio-Ambiente, Direito dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos. Nas Sub-Comissões de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, várias propostas desses movimentos haviam sido incorporadas, mas alteradas ou retiradas no Relatório Final, a exemplo da não fixação de percentuais mínimos para a aplicação de recursos financeiros públicos, do papel das universidades e institutos públicos de pesquisa na formulação da política científica e tecnológica e do controle social das aplicações da tecnologia, embora itens importantes como reserva de mercado e impacto do desenvolvimento científico e tecnológico na privacidade do cidadão fossem mantidos (cf. Relatório Final do I Congresso Extraordinário, pp. 53-54).

Na continuidade desse processo, o movimento docente estabeleceu como objetivos prioritários “preservar as conquistas já obtidas” e “incluir propostas omitidas ou alterar propostas insatisfatórias”. Ênfase especial foi dada ao período - decisivo - de apreciação de

⁷¹ Neste momento, a ANDES estava intervindo nas seguintes articulações: Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito, Movimento da Ciência e Tecnologia na Constituinte para o Desenvolvimento Social, Plenária Nacional Pró-participação Popular na Constituinte e Plenária Nacional pela Saúde na Constituinte. Além disto buscava, junto com outras entidades, construir uma “Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte” e participava, através da Coordenação de Relações Sindicais, da elaboração da proposta (sugestão de normas) sobre Direito dos Trabalhadores (cf. Relatório Final do I Congresso Extraordinário, 1987, pp. 52-53). No Fórum Nacional da Educação, que passou a existir efetivamente desde março de 1987, a ANDES vinha tendo uma participação continuada e intensa, tendo como representante permanente a professora Miriam Limoeiro Cardoso e contando ainda com a participação dos professores Osvaldo Maciel e Renato de Oliveira (*idem*, p. 61).

emendas em plenário, que comportaria as emendas provenientes da iniciativa popular, se obtivessem, no mínimo, 30 mil assinaturas de eleitores identificados, tendo-se deliberado por um imediato reforço à mobilização em torno de iniciativas populares voltadas para a Educação, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Saúde, Direitos do Trabalhador, Instrumentos de Participação do Cidadão e Sindicalização dos Servidores Públicos.

No caso da Educação, a ANDES e o Fórum investiram em uma Campanha pelo Ensino Público e Gratuito na Constituinte que, lançada nacionalmente no Congresso Nacional em 9 de abril, envolvia manifestações públicas (palestras, debates nas escolas e sindicatos, atos públicos, caravanas a Brasília) e obtenção de um abaixo-assinado em defesa do ensino público e gratuito que ultrapassasse um milhão de assinaturas. Além disso, a entidade continuou atuando junto à Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, tendo sido ouvida em audiência pública no dia 23 de abril, num clima de discussões "acaloradas e significativas", e persistiu nos esforços de acompanhamento direto dos parlamentares através da apresentação de emendas ao anteprojeto elaborado pelo Relator da Sub-Comissão, Senador João Calmon (Relatório Final do I Congresso Extraordinário, pp. 62-63).⁷²

O balanço que se fazia dos trabalhos junto a esta Sub-Comissão era animador, com resultados além do esperado, como a destinação de nunca menos de 18% da receita tributária da União para a educação. Apostava-se, assim, no avanço dessas conquistas, para o que seria fundamental organizar e desenvolver a Campanha Nacional em Defesa do Ensino Público com o máximo esmero, de modo a respaldar as ações empreendidas junto aos parlamentares no movimento de massas.⁷³

⁷² Na audiência pública, o presidente da entidade, Newton Lima Neto, fez as colocações iniciais e o debate foi sustentado, dada a sua necessidade de ausentar-se para uma audiência de negociação com o MEC sobre a greve das IES federais, pela professora Miriam Limoeiro Cardoso. O acompanhamento permanente dos trabalhos parlamentares nesta Comissão ficou a cargo desta professora e do prof. Antonio Ibañez Ruiz, que contaram com a colaboração mais eventual do prof. Osvaldo Maciel. Destaque especial foi dado, neste sentido, às intervenções dos parlamentares Florestan Fernandes e Octávio Elíseo, que atuaram juntos na formulação de um elenco de emendas baseadas nas propostas do Fórum, bem como dos deputados Hermes Zanetti (inclusive na condução dos trabalhos de discussão e votação das emendas) e Ubiratan Aguiar (Relatório Final do I Congresso Extraordinário, 1987, pp. 63-64).

⁷³ Cabe ressaltar que, apesar do "balanço positivo" dessas ações - que compensariam, por assim dizer, os desdobramentos negativos da reversão da política de verbas para o setor das IES particulares -, os militantes deste setor continuavam manifestando insatisfações com relação à Plataforma Educacional do Fórum, da qual a ANDES era signatária, para a Constituinte. O I Congresso Extraordinário deliberou encaminhar para a discussão nas AD's documento elaborado pelos representantes deste setor que alertava para as "perigosas contradições" nela contidas, seja por lacunas de "aspectos fundamentais da práxis educacional", seja por "equivocos de interpretação", seja por desconsiderar "uma das mais avançadas reivindicações do MD: a isonomia de carreira para os diversos níveis da docência, conforme formulada através da política de transição historicamente preconizada pela ANDES", bem como "aspectos de dimensionamento da rede privada e o conseqüente papel que o Estado deve representar na autorização para a abertura e funcionamento dos estabelecimentos de ensino." (Relatório Final do I Congresso Extraordinário, 1987, pp. 69-71). Minoritariamente (36,4% do total de votantes), chegou-se até a aprovar que este Congresso encaminhasse o documento ao Fórum, para discussão, o que indica o descontentamento do setor, já em refluxo, com os rumos dados à política de transição da ANDES no seu todo. Tanto é que deliberou-se, também, por "incluir a política de transição como ponto de partida do próximo Congresso, para ser aprofundada", tendo como referencial a Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira, que deveria ser atualizada no sentido da operacionalização desta política (*idem*, p.72).

Mas o desenrolar dos acontecimentos mostraria que o alcance dessas iniciativas era menor que o desejado: em setembro de 1987, constatava-se que o número de assinaturas recolhidas era inferior ao necessário para a apresentação de emendas populares, o que revelava “um envolvimento das entidades sindicais, associações profissionais e de moradores aquém do esperado”. Mesmo assim, idêntico - e mal-sucedido - investimento passava a ser feito na “Campanha pelas Diretas” (cf. Relatório Final do XVI CONAD, 1987, pp. 13-19).⁷⁴

Quase um ano depois, em junho de 1988, os participantes do XVII CONAD reconheceriam que o texto aprovado na Constituinte “nem de longe respond[ia] à totalidade das propostas definidas pelas entidades do Fórum Nacional de Educação”. Alguns princípios do movimento estavam contemplados, tais como a gratuidade do ensino público em todos os níveis, a gestão democrática do ensino público, a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas IES, a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e a manutenção da vinculação das receitas para a educação à arrecadação de impostos. Contudo, os retrocessos identificados eram considerados de grande monta, como a liberdade de iniciativa de ensino concedida aos grupos privados, a destinação de verbas públicas para as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas (incluindo as bolsas de estudos, hoje “crédito educativo”), a atribuição de parte da responsabilidade pela manutenção da educação à família e às empresas da educação e a perda da aposentadoria especial para os docentes do ensino superior. Destacava-se, nesta avaliação, que “a não destinação exclusiva de verbas públicas ao ensino público e o reconhecimento constitucional do princípio do lucro nas atividades educacionais, fortalecendo as instituições privadas, constitu[am-se] em perdas irreversíveis a médio prazo”. E admitia-se que, “mesmo as conquistas citadas, certamente ser[iam] alvo de novas investidas conservadoras no segundo turno de votação na Constituinte e ao longo da elaboração da legislação ordinária” (cf. Relatório Final do XVII CONAD, 1988, p. 41; grifos meus).

De fato, em setembro deste ano, Sadi Dal Rosso, então presidente da ANDES, ao avaliar preliminarmente as votações do segundo turno da Constituinte, apontava esses

⁷⁴ A partir do VII Congresso Nacional (1988), além desse investimento maciço no movimento de massas pelas Diretas-88, as questões da política educacional que tramitavam na Constituinte passam a ser articuladas com preocupações novas e subsequentes: a elaboração de uma nova LDB e de um Plano Nacional de Educação que aprofundasse e atualizasse questões relativas à democratização e autonomia, com destaque para: as questões da representação política, da proporcionalidade dessa representação, das relações do MD com a instituição universitária (aí se incluindo o problema da absorção de quadros do movimento pela burocracia) e da recuperação do espaço público na universidade pública, da democratização das IES privadas, da democratização do acesso e da permanência nas universidades, bem como de iniciativas voltadas para a realização de estatutos universitários e para o tema da avaliação institucional, já abordado. Para avançar esse debate de modo amplamente articulado, o VII Congresso aprovava ainda a realização do I Encontro Nacional de Educação, a ser promovido pelas entidades representativas dos três segmentos da comunidade universitária e envolvendo as entidades que integravam o Fórum Nacional de Educação (cf. Relatório Final do VII Congresso, 1988, pp. 24-32).

pontos como as principais perdas do movimento na nova Constituição brasileira, além da ausência de planos de carreira para os docentes das IES privadas, o que os deixava “submetidos ao arbítrio dos empresários”. Apenas uma “vitória expressiva” fora acrescentada: a aposentadoria especial para todos os professores, aos 25 e 30 anos de magistério que, como se sabe, veio a se tornar uma questão polêmica no interior do próprio movimento docente (Boletim Especial da ANDES, setembro de 1988). Em que pesem, contudo, as expectativas não concretizadas - mesmo dentro do realismo que norteava a participação da ANDES no processo constituinte -, não se pode negar a importância das conquistas obtidas, nem do investimento maciço da entidade nessas lutas. Por outro lado, tornou-se evidente o equívoco estratégico e tático do Fórum - e sobremaneira da ANDES, ao reverter a sua posição - defendendo “verbas públicas exclusivamente para as IES públicas”, por ter implicado um maior descontrole desses repasses para as mantenedoras, mesmo depois de aprovada a nova LDB.

A análise retrospectiva dessa intervenção da ANDES no processo constituinte - e na política educacional brasileira - pode ser complementada/enriquecida pelos depoimentos de alguns dirigentes. Detendo-se nos limites relativos à participação da direção e dos militantes no processo, Rubens Pinto Lyra avaliava que

“a acomodação das lideranças foi muito grande. A Plataforma para a Constituinte foi votada (...) às duas da manhã, o pessoal não sabia nem o que estava votando, no CONAD [...]. A minha proposta era procurar outras entidades - a CUT, a ABI, diversas entidades - e nós sentarmos e fazermos uma proposta para a Constituinte em conjunto. Nada mais factível! Afinal, o que é democracia e o que é socialismo? É isso! Nada pode ser feito isoladamente. Pois bem, o máximo que se aceitou foi que nós fizéssemos uma Plataforma. Eu fiquei violentamente decepcionado. Porque ficaram se arrastando até altas horas nas discussões tradicionais e, [na] madrugada, eu fiz alguns apelos quixotescos [...] e resolveram votar [...], [argumentando] que não se discutiu na base ... mas tem muita coisa que não é discutida na base e que aprovam. [Na] Plataforma tem direitos sindicais, questões de cidadania, autonomia sindical... na verdade, esses elementos não foram acompanhados pela ANDES. A ANDES só acompanhou a questão da educação, porque, afinal, ela tinha interesses diretos: eleição para reitor, autonomia da universidade etc [...]. Mas, nas questões mais gerais, não houve [acompanhamento]. Nós tivemos participação, mas ela não produziu, organicamente, alguma coisa onde o movimento fosse um parceiro, tivesse tomado a iniciativa e era com isso que eu sonhava. A ANDES foi a única entidade, talvez, que tenha feito uma proposta [mais ampla], mas [esses elementos] só foram assumidos formalmente” (Rubens Pinto Lyra, 25/03/95).

Esse depoimento contrasta com o de outros dirigentes entrevistados que, em geral, atribuíram um significado histórico elevado à intervenção da ANDES, seja pelo conteúdo de suas proposições, seja pela sua presença no Fórum, seja ainda pela sua articulação com o Parlamento. Francisco Miraglia assim avalia a contribuição da entidade com a *Plataforma Educacional*:

“[...] o GTPE teve um grande pique durante a Constituinte. Precisava-se fazer um projeto para a Constituição Brasileira que envolvesse a questão da Ciência e Tecnologia, a questão da

Educação etc. E se tratava de fazer um projeto que fosse avançado do ponto de vista social, mas que não era socialista [...]. Então, se fez um projeto que, do meu ponto de vista, era claramente social-democrata, com alguns defeitos conceituais graves, mas que eu estou assinando embaixo, porque a melhor proposta não é a mais à esquerda, mas a que faz a gente andar. [...] Era uma tremenda de uma proposta, tão boa e tão forte, do ponto de vista político, tão embasada nas necessidades prementes da educação nacional que, essencialmente, passou na Constituinte” (Francisco Miraglia, 13/12/94).

Para Renato de Oliveira, o ponto alto da participação da entidade foi a sua atuação junto ao Poder Legislativo:

“[...] a formulação da *Plataforma* é [...] um exercício de afirmação do compromisso da ANDES com as reivindicações do movimento operário-sindical, do qual ela se fez parte, mas sem que ali exista um pensamento constituinte, alguma elaboração no plano do direito constitucional, enquanto uma visão orgânica de Estado. Agora, como ponto alto, nos limites da própria Constituinte [...], o que nós demonstramos foi uma enorme capacidade de articulação política e de argumentação em torno das nossas posições com os deputados, ou seja, com pessoas que não necessariamente partilhavam dos nossos pontos de vista e que não necessariamente tinham familiaridade com o contexto das nossas discussões. [...] Nós soubemos, em vários momentos, eu diria que até elevar os deputados a representantes de um certo interesse comum, apesar deles. A ANDES mostrou ter essa capacidade de articular pessoas, de desenvolver uma política persuasiva, no bom sentido, junto aos deputados, e isso é extremamente positivo. [...] Eu acho que um sindicato de intelectuais tem que atuar muito associadamente ao poder legislativo. Não que isto signifique uma política de privilegiar o terreno institucional, mas nós temos que ter uma relação com o poder legislativo porque, bem ou mal, ele é o poder legislativo. [...] Nós temos que estar presentes no poder legislativo, enquanto representantes do poder público. E nós desempenhamos maravilhosamente bem essa capacidade. Provamos que é possível fazer isso sem ser absorvidos pela lógica parlamentar, mantendo sempre a ligação com a base, não apenas enquanto categoria permanentemente mobilizada, mas [...] tendo a perspectiva de que o que nós levávamos lá em cima tinha que ser algo que fortalecesse a capacidade de ação autônoma dos indivíduos no seu local de trabalho, no seu compromisso profissional, na sua atividade. Eu diria que isso foi o lado positivo” (Renato de Oliveira, 01/12/94).⁷⁵

Menos entusiastas, Joana Neves e Josevaldo Cunha formularam críticas ao conteúdo da *Plataforma* e à vivência deste processo. Para Joana Neves, os seus conteúdos básicos eram genéricos, refletindo também a “mencionada defasagem entre o sindicato e a categoria; o sindicato tinha o cuidado de ‘não chocar’ e, assim, afastar a própria base do debate que se travava” (Joana Neves, 01/06/95). Josevaldo Cunha se deteve mais na participação das bases e nos resultados das ações do Fórum:

“Nós saímos do Congresso de Goiânia, em janeiro de 1987 e, no dia 1º de fevereiro, na instalação da Constituinte, nós estávamos em Brasília, em uma manifestação pública, em defesa da chamada Plataforma Popular na Constituinte, onde a ANDES elencou um conjunto

⁷⁵ Para esse entrevistado, o lado negativo foi a reversão na política de verbas para as particulares, a abdicação de “um dos pilares da nossa formulação para a universidade brasileira, em nome da unidade do Fórum. Isso aí diminuiu, inclusive, a nossa combatividade, comprometeu a nossa personalidade jurídica naquele conjunto de forças. A gente não soube identificar o que existe, às vezes, de corporativismo por trás das formulações de certos setores, inclusive de funcionários públicos [...] que, pelo simples fato de serem funcionários, se acham representantes do interesse comum. É a ficção jurídica às avessas. Às vezes passa muito corporativismo por aí e a gente não conseguiu identificar” (Renato de Oliveira, 01/12/94).

de propostas. E aí eu acho que nós pecamos novamente [pela] falta de condições políticas para uma inserção maior na disputa do processo constituinte. Se nós, por um lado, conquistamos coisas importantes, como a questão do piso salarial para o magistério público, nós não fomos capazes de dar uma investida - via Constituição - no golpe privatista de garantir a livre proliferação, sem critérios muito claros, do ensino particular, notadamente o superior. A ANDES teve uma contribuição interessante, o conjunto de suas formulações foi quase todo aceito pelo Fórum e, lá, a gente trabalhou da melhor maneira possível. Há disputas naturais, que acontecem por divergências de propostas, mas a gente pecou pela falta de maior contundência política, eu acho que mais da parte da base do que da direção do movimento. A direção do movimento se portou corretamente e a base talvez não tenha compreendido, talvez pela sua amplitude de vida, a importância de lutar, naquele momento, pela defesa daquelas propostas, porque, afinal de contas, era um processo constituinte" (Josevaldo Cunha, 02/12/94).

Outros entrevistados, embora reconhecendo os avanços obtidos, preferiram relativizar as conquistas. Neste sentido, são ilustrativos os seguintes depoimentos:

"[...] a minha impressão sobre a atuação da ANDES sempre foi muito boa, mas me parece que [...] não se avançou tanto quanto se avançou na saúde. [...] O movimento na saúde avançou mais que na educação, na proposta e na prática. [...] Você não tem isso, na educação. Você não conseguiu ainda envolver a comunidade, quer dizer, o usuário aluno e o usuário pai de aluno, digamos assim" (Carlos Baldijão, 08/04/95)

"Ganhamos várias coisas, não é? Seria um primarismo dizer que não ganhamos nada. Agora, também é inevitável, irrecusável, que algumas das coisas que nós ganhamos traziam embutidas armadilhas: a questão da aposentadoria, a maneira como se fez a isonomia salarial nas federais. No caso das estaduais paulistas, ganhamos a autonomia administrativa. E, de repente, descobrimos que estamos ao sabor de uma coisa muito mais distante do nosso poder de intervenção, que é a política industrial. Temos uma percentagem definida do ICMS, agora, quem é que tem o poder de determinar quando o ICMS abaixa, sobe ou some? Enfim, é o jogo político" (Carlos Martins, 15/04/95).

O conjunto desses depoimentos revela a diversidade de implicações e desdobramentos da participação da ANDES-SN no processo constituinte. No geral, ao mesmo tempo em que se reconheceu a importância dessa participação, foram destacados os limites de seus resultados, tanto pela relação de forças vigente na conjuntura, quanto pela dinâmica interna e externa ao movimento docente, instalada a partir das estratégias e táticas de luta adotadas pela entidade e pelo Fórum Nacional de Educação - onde e a partir do qual, certamente, se deram as suas intervenções de maior vulto.

Essas intervenções, ao lado do combate ao projeto do GERES e das iniciativas no campo da avaliação institucional, constituem expressões significativas da ação acadêmica da ANDES, tendo representado um peso decisivo para a sustentação da sua singularidade. É possível afirmar, pela reconstituição da sua trajetória nesse período, que a entidade respondeu ativamente aos desafios conjunturais e internos ao exercer as suas duas dimensões constitutivas básicas, apesar do refluxo na representação/participação dos docentes das IES privadas, que persiste como um sério entrave ao exercício pleno da sua identidade.

Capítulo 6

O COMBATE AO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: CONSTRUIR UM PROJETO ALTERNATIVO DEMOCRÁTICO-POPULAR (1989-1994)

Os anos de 1989 a 1994 foram marcados por acontecimentos/inflexões de grande vulto em nível planetário e, particularmente, na sociedade brasileira. Este período caracterizou-se por uma intervenção decisiva do capital internacional (no contexto da chamada “globalização da economia”), que se exprimiu pela afirmação/expansão do neoliberalismo, no sentido de *preservar o padrão de acumulação capitalista através da implementação de novas tecnologias* - via reestruturação produtiva - calcadas no binômio “qualidade e produtividade”. Disto resultou, como já registrado na introdução desta pesquisa, uma acentuada redução do trabalho vivo e uma grande precarização das condições de trabalho, além de enormes concentrações de capital, com disparidades gritantes na distribuição da renda.

Na América Latina como um todo, o desenvolvimento do capital passou a interligar “redemocratização”, concentração de renda, tecnologia de ponta e reordenação do mercado na perspectiva da afirmação de uma economia exportadora de novo tipo, centrada na exploração intensiva dos recursos naturais e no redimensionamento do setor industrial, visando a sua competitividade no mercado externo. Este processo, designado por Marini (1987), de “reconversão”, implicou a destruição de parte considerável do capital social (principalmente na indústria), uma vez que, nesta sua nova redistribuição, apenas os ramos industriais com “vantagens comparativas reais”, ou que absorvessem alta tecnologia e grandes volumes de investimento se tornaram sustentáveis. Neste processo, os principais beneficiados foram os grandes grupos industriais e financeiros, neles incluída a parcela de posse do Estado, o que levou o FMI a privilegiar a redução do *déficit público* como instrumento básico para a execução do receituário neoliberal.

Acentuaram-se, assim, a superexploração do trabalho e o desemprego. Impuseram-se mudanças que redundaram em uma célere desregulamentação das relações de trabalho envolvendo o Estado, os empresários e as organizações sindicais, caracterizada pela eliminação progressiva de direitos e encargos sociais. A implementação de novas formas de gerenciamento e controle da produção de bens e serviços, assim como a desconcentração de unidades fabris, favorecida pela terceirização dos serviços, afetaram diretamente a existência material e a subjetividade das classes trabalhadoras. Suas formas de organização e de luta foram duramente atingidas, resultando em reações e modalidades

de ação sindical que vão da *integração passiva* à “nova ordem” até a sua *radical inaceitação*. Tem predominado, contudo, a *passivização* das classes trabalhadoras, o que torna o resgate da identidade dessas classes tarefa fundamental do sindicalismo que se opõe ao projeto neoliberal. Como salienta Dias,

“Um dos principais elementos de subordinação do pensamento e das práticas das classes subalternas é precisamente a brutal dificuldade de elaborarem a sua própria identidade. O saber/pensamento dessas classes é construído, errática e fragmentariamente, a partir da sua inserção subordinada na estrutura social. As classes subalternas têm que, em um processo permanente de luta contra essa dominação/saber, dar respostas concretas e imediatas aos problemas colocados pelos dominantes. É, normalmente, no próprio cerne, no interior destas práticas e discursos, que aparecem diante da totalidade social como a única possibilidade, como horizonte, que as respostas das classes subalternas se configuram como não saberes. E é exatamente por isso que os saberes/práticas dos dominantes ditam os ritmos e as formas de todo saber constituído. Subtrair-se a isso significa dar o primeiro passo para um processo de liberdade, de autonomia para construir seu projeto [...]” (DIAS, 1997, p. 20).

No Brasil, todo este processo foi pautado por acontecimentos políticos de monta: as *eleições presidenciais diretas* ocorridas ao final do governo Sarney após 25 anos de interregno ditatorial; o *governo do presidente eleito Fernando Collor de Melo* e o seu *impeachment*, a que se seguiu o final de mandato com a *presidência de Itamar Franco* e o *novo processo eleitoral que inaugurou a “égide Fernando Henrique Cardoso”* (ainda em curso) constituem balizas fundamentais para a compreensão do desenvolvimento do neoliberalismo no país, na chamada “Nova República”.

As análises de conjuntura da ANDES-SN relativas a este período constituem, em si mesmas, *fontes históricas de acentuada originalidade*, porque elaboradas na e para a luta. Ao lado dos planos de luta propostos/desenvolvidos, elas atestam tanto a *singularidade* deste sindicalismo quanto o seu *empenho* em desvelar/combater a racionalidade vigente, como forma de contribuição à *(re)construção da identidade de classe dos subalternos*. Este empenho e a riqueza/abundância das análises produzidas fizeram-me dedicar um capítulo especialmente a este tema, cuja reconstituição desvela, inclusive, as torções e especificidades de uma *produção coletiva* (discutida e deliberada nos eventos nacionais da entidade). Esta produção passou a assumir, crescente e nitidamente (sobretudo no biênio 1992-1994), recortes gramscianos e, por conseqüência, a incorporar, ao lado das torções já mencionadas, as próprias torções do pensar/repensar/rearticular-se do discurso de Gramsci:

“Pensar o discurso gramsciano [...] é pensar as condições nas quais esse discurso é produtor e produto. É, portanto, afirmar a dialética da totalidade social. O discurso é produto da totalidade, ao mesmo tempo em que é uma forma de apropriar-se dela. Apropriação que não é retilínea, que destaca, do universo ideológico dominante, elementos que o personificarão como um discurso, não importa se repetitivo ou não. Mas o discurso é, também, produtor da cena. A cena, contraditória, expressa [...] as condições de possibilidade de um discurso crítico do universo ideológico que lhe é, ao mesmo tempo, anterior e contemporâneo. Na dialética da

cena e do discurso, por transformações desiguais e combinadas, esses dois elementos ganham cara nova. E o discurso novo, crítico, criado pela intervenção dos homens, como membros de uma classe, pode vir a ser produtor. Pode ser uma nova forma de apropriação do real: uma apropriação que permita a transformação do próprio real. O discurso transformador é produzido e produtor" (DIAS, 1987, V. I, pp. 18-19; grifos meus).

Desta perspectiva, *mutatis mutandis*, as reflexões e intervenções da ANDES-SN, como "intelectual orgânico coletivo", nos anos de 1989 a 1994, podem ser entendidas como produção e produto dos confrontos da entidade com o projeto neoliberal, que passa a ser claramente implementado, no Brasil, neste período. Estes confrontos podem ser melhor visualizados segundo as três balizas já mencionadas, constituindo o pano de fundo - ou a "ante-sala" - a partir das quais poderão ser melhor resgatadas, no capítulo seguinte, as ações e reações da entidade nesses anos.

A ANDES-SN E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1989

Para o movimento docente reunido em seu *VIII Congresso*, o ano de 1989 se iniciava sob o crivo das "desesperadas tentativas", do governo Sarney e das classes dominantes, de controlar a economia brasileira através do "Plano Verão", em um contexto de crescente resistência dos trabalhadores, demonstrada tanto pela greve geral de 14 e 15 de março de 1989, quanto pelos resultados das eleições municipais de novembro de 1988, que revelaram um "crescimento dos partidos de esquerda" (PT, PDT, PC do B, PSB, PCB) em todo o país, ao lado do fortalecimento dos partidos e organizações mais "conservadores e reacionários da burguesia" (PFL, PTB, UDR, UBE).

Esta nítida polarização de posições políticas levava os militantes da ANDES-SN a avaliarem que os trabalhadores haviam manifestado, pelo voto, não apenas seu protesto contra a situação econômica, social e política do país, como também a sua "crescente opção de esquerda". Eles entendiam, contudo, que embora a direita se encontrasse em dificuldades para obter consenso quanto a uma candidatura, isto não representava um "encurralamento" ou "destruição" das forças reacionárias. Mesmo em franco isolamento, o governo Sarney reagia apelando para um pacto social com empresários e trabalhadores que, na visão da entidade, consistia em uma manobra divisionista que objetivava

"[...] neutralizar conjuntamente parcelas do movimento sindical, [como] um jogo de cena para encobrir sua verdadeira estratégia - lograr garantir um mínimo de controle sobre a economia ameaçada pela hiperinflação, viabilizar a continuidade da reprodução capitalista mantendo-se o pagamento da dívida externa [e] intensificar a exploração da força de trabalho, promovendo o maior arrocho salarial vivido pela classe trabalhadora nos últimos tempos" (Relatório Final do VIII Congresso, 1989, p. 55).¹

¹ Excepcionalmente, as análises de conjuntura deste Congresso, apresentadas como texto básico e preparatório ao Congresso, não foram deliberadas formalmente em plenária. O texto resultante das discussões foi sistematizado por uma Comissão e publicado, como contribuição do Congresso, no Boletim Nacional da ANDES nº 39 (cf. Ata da Plenária do Tema 1 - Conjuntura Nacional, Relatório Final do VIII Congresso, 1989, p. 54).

Para os congressistas, o “Plano Verão”, em realidade, ampliava a superexploração dos trabalhadores, implicando uma recessão econômica que aumentava o desemprego, a miséria e a fome, na cidade e no campo. Elegia o combate ao *déficit público* como elemento central de sua justificação, e de prevenção do acirramento das contradições/rupturas no âmbito da burguesia, silenciava sobre as causas estruturais desse *déficit* e da inflação: a continuidade do pagamento dos juros e do principal da dívida externa (apesar da proibição da conversão da dívida e dos reempréstimos); os “juros escorchantes” (alimentadores do crescimento dessa dívida; o descontrole das “negociatas com recursos públicos”; os “golpes das falências fraudulentas” e a intocabilidade da estrutura fundiária brasileira, superconcentrada e “responsável por uma guerra civil não declarada que grassa[va] há anos no país” (*idem*). Além disso, o drástico corte de verbas para o financiamento dos serviços públicos, outro pilar da estratégia econômica governamental, atingia incisivamente as dotações destinadas às IES públicas, o que expressava não só a tendência já existente há anos de diminuir a presença do Estado na provisão dos serviços básicos à população, mas uma “proposição particular de desarticulação acadêmica, científica e tecnológica do país”:

“a burguesia e seu governo pretendem evitar que a relativa mas crescente autonomia do sistema acadêmico possa constituir-se em trincheira de resistência à política de aprofundamento da dependência externa. Pretende evitar ‘desperdícios econômicos’, na medida em que a produção científica autônoma é cada vez mais incompatível com a condição capitalista periférica” (Relatório Final do VIII Congresso, 1989, p. 56).²

Na visão dos dirigentes e militantes, vivia-se, então, um contexto de acirramento da luta de classes - em que ocorreriam provocações e ameaças várias às forças de esquerda, respaldadas pela mídia e, pois, um “momento decisivo na construção de uma alternativa democrática e popular para o país”, de uma “cidadania dos trabalhadores”. O embate ideológico a ser travado, em que a ANDES-SN se incluía, deveria preservar, contudo, a independência do movimento perante os governos, ainda que de “esquerda”:

“Mais do que nunca, o movimento social organizado, no qual se insere a ANDES-Sindicato Nacional, terá a necessidade de se posicionar na defesa de propostas que façam avançar as lutas democráticas e sociais. É preciso, sobretudo agora, afirmar a independência desse movimento face aos governos, mesmo que populares e democráticos. A participação dos militantes de movimentos sociais nesses governos não deve implicar em atrelamento. Isso é vital, pois com a perda da crença na participação os atuais governos perderam as suas bases populares. Mas, mais do que isso, golpearam fortemente a democracia, fazendo dela um mero fetiche eleitoral. Esse erro o MD não poderá cometer. Teremos que enfrentar uma batalha

² Significativamente, este Congresso deliberou pelo indicativo de greve dos docentes das IES federais que, deflagrada a partir de 8 de maio de 1989, notabilizou-se por ter como um dos eixos centrais de suas reivindicações a obtenção de verbas para Outros Custeios e Capital (OCC) no montante necessário ao funcionamento dessas IES. Processualmente mais complexa em sua realização e término e estendendo-se até o mês de julho, esta greve foi bem-sucedida nas negociações de sua pauta, conseguindo obter do governo compromissos formais que, cumpridos, assegurariam “minimamente o funcionamento das IFES até o final do presente exercício financeiro”. O histórico e o balanço desta greve estão registrados no Relatório Final do XIX CONAD (1989, pp. 42-46). Ressalte-se que, a partir deste evento, os relatórios finais de Congressos e CONAD's da ANDES-SN foram lidos em disquetes, o que pode implicar variações na sua paginação.

ideológica extremamente dura. Todos os atos, tanto dos governos populares quanto do movimento, serão considerados xiitas, radicais, intransigentes etc. A tentativa de desqualificação dos novos governos será constante e a resposta que o movimento dará a isso requererá o máximo de clareza política. Na realidade, é hora de trabalharmos para a construção de uma nova cidadania, a dos trabalhadores, que passa pela ampliação dos direitos econômicos, pela reconstrução e redefinição das instituições, pelo direito à saúde, à educação etc. *Tai só será possível pela resistência por parte do movimento popular a qualquer tentativa de polarização reacionária da sociedade*” (Relatório Final do VIII Congresso, 1989, p. 56; grifos meus).

Esta perspectiva de engajamento era reforçada pela própria decisão de filiação da entidade à CUT, finalmente tomada neste Congresso,

[...] por votação incontestada que coroou longo processo de discussões. Com este passo, o movimento não apenas fortifica a proposta classista e combativa da classe trabalhadora, como também se arma de novos instrumentos e consolida aliados na defesa de suas bandeiras. [...] Atenção especial precisa ser dada ao significado do Pacote Verão e suas conseqüências para o setor público da economia. A proposta governamental (inviabilização dos serviços públicos via arrocho salarial, privatização, política de demissão dos servidores ...) exige [...] de todos os segmentos organizados e combativos do sindicalismo a articulação para a resistência. Particularmente importante, neste momento, será a capacidade de articulação e atuação solidária das categorias profissionais envolvidas a nível federal, estadual e mesmo municipal” (idem, pp. 57 e 58).³

O VIII Congresso também aprovaria um conjunto de lutas (gerais e específicas) a serem então travadas, que foram agrupadas em quatro eixos: (a) preservar e ampliar os “espaços democráticos conquistados pela luta histórica dos movimentos sociais democráticos e populares, de modo a construir uma alternativa democrática e popular de governo”; (b) fortalecer a “construção do sindicalismo classista, de massas, autônomo e independente, combativo, democrático, desatrelado do Estado e dos patrões, *garantindo-se permanentemente a autonomia e as especificidades do movimento docente, enquanto integrante da CUT*”; (c) fortalecer a entidade “enquanto único e valioso instrumento de representação e luta sindical, acadêmica e social dos docentes do ensino superior”;⁴ (d) priorizar a “luta pela recuperação dos recursos orçamentários retirados ao Ensino Público, à Ciência e à Tecnologia, em articulação com os movimentos e as entidades representativas dos servidores técnico-administrativos e dos estudantes, bem como com as Sociedades Científicas” (Relatório Final do VIII Congresso, 1988, p.58). Finalmente, ressaltava-se a

³ A decisão de filiação foi tomada por 167 votos a favor, 19 contrários e 18 abstenções, de um total de 263 delegados credenciados (cf. Ata da Plenária do Tema 2 - Indicativo de Filiação à CUT, Relatório Final do VIII Congresso, p. 59). Os seus desdobramentos concretos serão abordados mais adiante. Cabe ressaltar que, nesse período em estudo, intensificam-se as iniciativas de definição/consolidação das relações orgânicas da ANDES-SN com o sindicalismo mundial e latino-americano de trabalhadores em educação, que começaram a ser debatidas desde o VII Congresso da entidade. Ver, a respeito: *Cadernos ANDES n.º 8*, João Pessoa, ANDES-SN, 1991.

⁴ Para tanto, impunham-se dois tipos de ações: “uma, a nível interno de cada IES, procurando divulgar, discutir e convencer os professores da importância da construção do seu instrumento legal e legítimo de representação sindical; a outra, a nível externo, [seria] articular, a partir das AD's mais estruturadas, juntamente com as representações regionais da ANDES-SN, a expansão do movimento docente, dos seus princípios e de seus métodos de organização e de luta”. Esta questão será abordada no próximo capítulo.

importância, para se tentar avançar nessas direções, da preservação do que constituía a singularidade da ANDES-SN:

“Construída a partir da experiência concreta da luta democrática e profissional, estruturada horizontalmente a partir dos locais de trabalho, a ANDES-Sindicato Nacional ultrapassa os limites do corporativismo. Não reconhece no patrão e na disciplina do capital, público e privado, o elemento de sua estruturação. Não se limita apenas a tentar vender em melhores condições a força de trabalho universitária, nem coloca como único horizonte as condições do exercício da profissão. É seu projeto construir, com os demais setores populares e democráticos, uma proposta e uma prática de educação nacional voltada para os interesses da maioria da população” (Relatório Final do VIII Congresso, 1989, pp. 56-57; grifos meus).

Na continuidade desse processo, o movimento aprofundaria a sua crítica ao chamado “discurso neoliberal”. Em agosto de 1989, os participantes do XIX CONAD voltariam a denunciar a falência dos vários planos econômicos da “Nova República”, desmascarando-os em seus mecanismos e em seus efeitos nefastos para as já precárias condições de vida da maioria da população. Na ocasião, discutiu-se também o significado da revolução tecnológica e as suas repercussões na América Latina e no Brasil:

“No chamado ‘Primeiro Mundo’ avança célere uma revolução tecnológica destinada à modernização e a propiciar a continuidade do processo de acumulação capitalista. O Brasil não é locus privilegiado pelo grande capital para destinar-se à construção e desenvolvimento desta modernização. Este movimento do capital monopolista internacional poderá acarretar uma tendência à obsolescência e ao sucateamento dos parques industriais que não tenham a capacidade de adaptação aos novos métodos de produção. O sucesso desta estratégia e seus reflexos em países como o Brasil, e mesmo em toda a América Latina, são claros - dificultando o avanço da organização e da luta política dos trabalhadores” (Relatório Final do XIX CONAD, 1989, p. 19).

No que se refere às lutas sindicais (econômicas e políticas), a correlação de forças não era vista como favorável aos trabalhadores organizados, apesar do desgaste e da falta de legitimidade do governo Sarney, em final de mandato, e dos avanços constatados no respaldo às proposições “de esquerda”. Desacreditava-se da possibilidade de que qualquer medida econômica pudesse ser adotada no sentido de atenuar a gravidade da crise ou evitar o “caos” (um “Plano Inverno” já fora descartado pelo governo e prosseguia o sucateamento dos serviços públicos). Temia-se, inclusive, que as forças retrógradas, interessadas no agravamento da situação econômica e social, pusessem em questão a própria “conveniência” das eleições presidenciais.

As greves de trabalhadores deflagradas naquele ano, embora fossem um indicativo da sua insatisfação e disposição de luta, não resultaram, de um modo geral, em ganhos que recuperassem ao menos o poder aquisitivo médio do conjunto das classes trabalhadoras. Além disso, os movimentos paredistas haviam provocado o endurecimento dos patrões e do governo (que usaram todas as formas de repressão), revelando a estratégia política que os unificava: *“quebrar e inviabilizar a organização política dos*

trabalhadores (em especial, pela demissão de suas lideranças), matar a esperança e restabelecer a obediência e a disciplina dos que trabalham" (Relatório Final do XIX CONAD, 1989, p.20; grifos meus). As próprias greves do movimento docente realizadas no segundo semestre de 1988 e no primeiro de 1989 em "praticamente todas as AD's-SSinds", se haviam demonstrado a "correção da proposta sindical do MD" e comprovado que o movimento era capaz de "dar respostas efetivas ao momento político e econômico", também precisavam ser melhor avaliadas: impunha-se analisar "o significado e os resultados das greves, em particular das novas questões suscitadas no enfrentamento com o governo e com os padrões (autonomia universitária, ente jurídico único para a universidade pública, isonomia e carreira unificadas, LDB, articulação governos-administrações-padrões contra a ANDES-SN e as AD's SSinds etc.)" (*idem*, p. 21, grifos meus).⁵

No quadro da política mais geral, avaliava-se que a instabilidade econômica produzia um quadro de "alta volatilidade política", mas que as divergências no âmbito das classes dominantes não deviam ser lidas como possibilidades de ruptura de sua identidade histórica. Como classe, a burguesia tentava recuperar o controle de espaços perdidos no processo constituinte, sobretudo no que diz respeito às conquistas sociais, não se desprezando o risco de que o Congresso Nacional lograsse reverter essas conquistas via mecanismos legislativos ordinários. Sua estratégia era a despolitização do debate político, a desqualificação dos partidos e suas propostas e a mistificação deliberada dos problemas e suas soluções, manifesta na postura comum de várias candidaturas presidenciais. Neste contexto, importava reafirmar, de um modo geral, "a defesa intransigente do aprofundamento do ainda incipiente processo democrático", (re)validando as "bandeiras de *Mais Salário e Mais Democracia*" defendidas pela CUT.

Os encaminhamentos extraídos dessas análises apontavam, primeiro, para a necessidade de travar as lutas econômicas da forma "mais unificada possível", embora sem abandonar as lutas setorializadas e localizadas: "é da luta coletiva que poderá resultar a revisão da política de arrocho de salários. É tarefa primordial da CUT dar organicidade a essa luta e é vital para o MD implementá-la". Segundo, apontavam para o fortalecimento das lutas unitárias voltadas para a "expansão do horizonte democrático", isto é, para o aprofundamento do debate sobre as formas concretas de articulação do movimento com as

⁵ Alertava-se, neste sentido, para a existência, nas IFES, de "grupos interessados no desenvolvimento da estratégia expressa pelo Projeto GERES, de privatização do ensino e da produção de conhecimento", que se articulavam, a partir do poder institucional universitário e nos organismos de fomento à pesquisa, para reagir aos "avanços organizativos e da luta do MD". Entendia-se que a transformação da ANDES em Sindicato e o seu "compromisso com a defesa de verbas e salários" ameaçavam esses grupos por deslocarem para o movimento "parcela significativa do poder" das instâncias institucionais das universidades, antes exercido pela negociação das verbas com governos e organismos de fomento. Assim, esses grupos - que tinham eco no interior do próprio movimento, atacavam com impropérios os "métodos e compromissos do MD", reduzindo a democracia de base a "assembleísmo", configurando os movimentos paredistas como "grevismo" e a defesa de condições dignas de trabalho e salário como "corporativismo".

lutas gerais dos trabalhadores, de modo a clarificar o significado político das suas relações com essas lutas e da própria *relação universidade-sociedade*, com destaque para uma intervenção consistente junto aos presidenciaíveis, apresentando-lhes as propostas do movimento para a universidade e a educação no país e cobrando deles uma definição a respeito das mesmas.

O Boletim Nacional da ANDES-SN nº 42, de outubro, materializa os esforços empreendidos nesta direção, divulgando correspondência enviada no mês anterior a todos os candidatos à Presidência da República, o questionário a eles apresentado e as respostas recebidas de Ronaldo Caiado, Mário Covas, Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva e Ulysses Guimarães.⁶ Esta iniciativa - em sua forma, conteúdo e resultados - traduz a singularidade, o nível de credibilidade pública e o alcance das ações sindicais da entidade. No editorial deste Boletim, ao lado de um breve resgate do percurso político e do ideário do movimento, os dirigentes salientavam o significado histórico dessas eleições, o contexto de crise em que elas se realizavam e as distinções fundamentais entre as propostas dos candidatos, conclamando os docentes à participação politizada:

“Dia 15 de novembro, quase três décadas após as últimas eleições presidenciais diretas, o povo brasileiro voltará às urnas para escolher o principal dirigente da nação. [...] O direito de voto será exercido num momento de agudização da crise econômica: índices de inflação nunca vistos, concentração acelerada da renda nacional, sucateamento do serviço público. Sarney lega ao futuro governo uma proposta orçamentária que, se aprovada no Congresso Nacional, destina 64,4% da arrecadação federal ao pagamento das ilegítimas dívidas externa e interna (juros + amortizações) [e] que, além disso, prevê nos itens de investimentos que as Forças Armadas receberão o triplo do que se pretende destinar à Previdência, o triplo do que se destinaria à Educação, cinco vezes mais que para Ciência e Tecnologia. Para a classe dominante, trata-se de buscar soluções neoliberais, chegar a novas capitulações com a banca e os monopólios internacionais. Em outras economias latino-americanas (México, Bolívia, Argentina) já se implementa uma condução, assim balizada, de política econômica, e que inexoravelmente significa recessão, desnacionalização, desemprego, miséria. A proposta orçamentária que referimos espelha os desígnios antipopulares da equipe governamental e encontra acolhida e cumplicidade em vários dos ‘presidenciaíveis’ e seus assessores econômicos. [...] O exercício do voto, negado ao povo durante mais de um quarto de século, é instrumento decisivo para que vejamos concretizadas nossas aspirações de dignidade profissional e de construção da universidade pública, de qualidade, que defendemos. As matérias que publicamos, orientadas pela autonomia que caracteriza o nosso Sindicato [...].

⁶ Os leitores foram informados de que, por “óbvias questões de espaço e relevância política”, o questionário elaborado pela direção da entidade havia sido enviado aos dez primeiros candidatos colocados nas pesquisas de opinião divulgadas pelo Data-Folha até 8 de setembro e que os candidatos Roberto Freire, Afif Domingos, Leonel Brizola, Aureliano Chaves e Paulo Maluf não o haviam respondido, apesar da dilatação do prazo para o recebimento das respostas. Foi incluído, no Boletim, um resumo das propostas de Afif Domingos e Roberto Freire, extraído do que havia sido divulgado em suas plataformas eleitorais, não tendo sido possível obter documentos semelhantes dos demais candidatos. As questões formuladas diziam respeito a oito itens, a saber: projeto de política educacional, científica e tecnológica na proposta global do governo; erradicação do analfabetismo; valorização do magistério/dignificação profissional; posicionamento diante da reivindicação de “verbas públicas exclusivamente para as IES públicas”, em face da perspectiva de uma emenda constitucional neste sentido; autonomia universitária; escolha democrática dos dirigentes das universidades/combate ao clientelismo; verbas de OCC para o funcionamento das universidades públicas; medidas para superar a dependência científica e tecnológica do país e relações estabelecidas entre ciência, tecnologia e universidade pública.

pretendem favorecer o debate nas IES e registram perfis e posicionamentos que mostram as divergências entre os candidatos. Em 1960, 15,5 milhões de eleitores estavam habilitados a votar. Hoje são 82 milhões - um crescimento de 528% que não é apenas quantitativo. Mudou, em qualidade, a sociedade que vai às urnas, mudou o seu perfil, potencializaram-se problemas estruturais, outros e novos surgiram. Que o voto dos docentes das IES contribua para as mudanças que esta sociedade almeja, necessita. Para isto pretende contribuir este Boletim Especial" (Boletim Nacional da ANDES-SN, nº 42, 1989).

O conteúdo deste editorial ilumina exemplarmente a *perspectiva conscientizadora/politizadora* que orientava as ações dos dirigentes da ANDES-SN, bem como as suas expectativas quanto às possibilidades históricas de mudanças efetivamente transformadoras, neste momento decisivo para os destinos do país. Às vésperas das eleições, contudo, durante o XX CONAD, essas expectativas eram realisticamente redimensionadas em função do quadro econômico vigente, do desenrolar da campanha eleitoral ocorrida e da conseqüente correlação de forças que poderia se estabelecer.

Avaliava-se, então, que embora o processo eleitoral em dois turnos contribuísse para a explicitação da "diversidade secundária" de interesses e propostas que matizavam a burguesia, a unidade fundamental desta classe não estava comprometida e se exasperaria no segundo turno, mediante um "profundo ataque ideológico contra toda e qualquer posição defendida pela esquerda". Por seu lado, as classes trabalhadoras se debatiam em "perplexidades", em face da agudização da crise. Apesar de "todo o avanço político e organizativo observado nos últimos anos", suas análises e propostas de ação ainda eram insuficientes e frágeis, cabendo à CUT papel decisivo no sentido de aprimorar/implementar estratégias de curto e longo prazos visando à defesa ferrenha do poder aquisitivo dos salários. Era animador, contudo, o ascenso das greves comandadas pela direção sindical combativa, tanto por traduzir uma resistência aos efeitos da crise, como por "desmentir a falaciosa afirmação de que a proximidade das eleições teria levado à contenção das greves" (Relatório Final do XX CONAD, pp. 16 e 17).

Para os participantes do XX CONAD, a situação econômica do país continuava delicada. Embora houvesse indícios de crescimento em algumas atividades (com algum reflexo na produção e no emprego), tratava-se apenas, conforme o DIEESE, do preenchimento de estoques esvaziados das empresas, não significando uma retomada efetiva do crescimento da economia. A forte concentração de renda e o incremento dos índices de pobreza e miséria de amplas camadas populacionais falavam mais alto sobre a agudização da crise, cujos elementos constitutivos se mantinham e se alimentavam mutuamente - o crescimento das dívidas externa e interna, favorecendo diretamente a especulação; a falta de investimento na produção, em decorrência das altíssimas taxas de juros; e o descontrole da política econômica de preços. Este "modelo econômico" - que

beirava a hiperinflação, associada à estagnação econômica e ao desabastecimento - era visto como "intolerável" para o conjunto das classes trabalhadoras.

Tal situação era agravada pelo "assalto aos cofres públicos" praticado por "diversas frações da burguesia", respaldadas pelos "setores tecnocratas comprometidos com o poder econômico", como demonstrava a "campanha de privatização" de empresas estatais em andamento. Ao mesmo tempo, promovia-se uma "desmoralização objetiva do serviço público", mediante uma campanha publicitária da mídia que era muitas vezes apoiada por setores do Poder Legislativo, prognosticando um "*prefácio à toda destruição futura dos serviços sociais, pela sua entrega aos setores privatistas.*"⁷ Como se não bastasse, a campanha eleitoral presidencial fora utilizada para aprofundar a crise, posto que "as declarações terroristas das lideranças empresariais" teriam provocado um "salto violento do ouro e das taxas de juros, com as conseqüências daí decorrentes" (*idem*, p.17, grifos meus).

Este conjunto de elementos estruturais/conjunturais levava a ANDES-SN a considerar que as eleições presidenciais representariam um "real divisor de águas". Tomando-se como certa a ocorrência do segundo turno eleitoral, previa-se que as correntes reacionárias recuperariam a unidade enfraquecida no primeiro turno e mostrariam "toda a sua força, ao enfrentarem as forças de esquerda. Este enfrentamento seria "*a grande oportunidade para se travar a mais importante campanha de educação política [da] sociedade*" e, pois, "*o espaço onde se esclareceria para a população a dimensão real da crise*". Caso vencesse as eleições, a "esquerda" deveria se preparar para "uma gama imensa de dificuldades. Não apenas aquelas inerentes à própria crise estrutural, mas à sua agudização, ao boicote, à sabotagem e aos casuísmos institucionais que sem dúvida alguma se seguiriam" (Relatório Final do XX CONAD, 1989, p. 18; grifos meus).

As expectativas e o investimento feito neste confronto de projetos políticos de educação e sociedade foram grandes. Priorizou-se a luta pelas "*causas gerais de interesse conjunto da maioria dos trabalhadores*" (salários, abastecimento a preços compatíveis etc), acreditando-se que a unidade em torno dessas causas ampliaria as chances de vitória das forças "progressistas". A ANDES-SN investiu sobretudo na articulação com a FASUBRA, a UNE, os servidores públicos federais e estaduais e as entidades representativas de educadores ligadas ao DNTE/CUT, ao que deveria se somar a articulação com os "aliados na sociedade civil" (OAB, ABI etc), atribuindo à CUT "papel insubstituível na direção desse

⁷ Os militantes da ANDES-SN chamavam a atenção para a qualidade precária dos serviços prestados pelo setor privado, salientando o "caos" do transporte urbano, da saúde e da educação. Afirmavam que a tentativa dos empresários e do governo de responsabilizar o serviço público pela crise era usada para "encobrir a exploração" do "povo brasileiro" por aquele setor. Preocupava-os sobretudo a redução das verbas públicas para a educação previstas para 1990, face ao comprometimento de mais de 60% do Orçamento da União com a rolagem das dívidas externa e interna, já mencionado no editorial do Boletim nº42 (cf. Relatório Final do XX CONAD, 1989, p. 17).

processo” e, a si mesma, a tarefa de “estimular esse trabalho político” (Relatório Final do XX CONAD, 1989, p. 19).

Ao mesmo tempo, os seus militantes atentavam para as lutas político-ideológicas que se processavam no interior das próprias universidades, onde as forças conservadoras continuavam se aglutinando no sentido de “aprofundar o seu empresariamento” e a sua “inserção orgânica no sistema produtivo vigente”, o que se expressava pelo combate às “forças democráticas e de luta do MD”. Após um semestre de intensa mobilização e muitas greves, impunha-se, além da continuidade do esforço de implantação sindical, a participação conseqüente nas lutas institucionais e parlamentares que se travavam em torno da regulamentação das leis complementares às Constituições federal e estaduais, com destaque para o processo de elaboração das Leis Orgânicas Municipais de Ciência e Tecnologia, da LDB e do Sistema Jurídico Único. A entidade enfatizava, particularmente, a defesa do princípio constitucional da autonomia universitária e o trabalho a ser feito nas IES privadas, onde seria indispensável associar a defesa da qualidade do ensino com a luta pela democracia e pelo exercício do direito de liberdade de organização e expressão, inclusive nas campanhas salariais. Esta seria a forma de a ANDES-SN demarcar as diferenças da sua ação sindical da prática corporativa realizada em geral pelos SINPRO's que a ela se opunham.

Esta síntese das leituras, proposições e intervenções da ANDES-SN neste momento histórico configura os caminhos por ela traçados/percorridos no sentido de consolidar, agora como Sindicato Nacional filiado à CUT, a sua identidade singular, mais que nunca colocada a serviço da construção da identidade das classes trabalhadoras. A derrota eleitoral da “esquerda” e as ações do governo Collor intensificarão os desafios e obstáculos colocados a esta consolidação.

O COMBATE AO GOVERNO COLLOR: UMA AÇÃO DETERMINADA E CONTÍNUA

O IX Congresso da ANDES-SN aconteceu às vésperas da posse do presidente eleito Fernando Collor de Melo, fato político que ganhou centralidade nas análises de conjuntura do movimento, como determinação relevante - embora não única - a referenciar a definição das ações a serem empreendidas pelo sindicalismo dos docentes do ensino superior brasileiro. A vitória de Collor por mais de 4 milhões de votos sobre a “Frente Brasil Popular”, encabeçada por Luiz Inácio Lula da Silva, foi entendida como resultante da adesão da burguesia nacional à alternativa mais compatível com os seus interesses, tendo em vista o desgaste dos partidos de sustentação da “Nova República” (PMDB, PFL) e a inexpressividade política de outras legendas existentes neste campo.

A candidatura vitoriosa de Collor, de origem oligárquica, fora fabricada na esteira do Plano Cruzado. O discurso moralizante do então governador de Alagoas, defendendo o controle dos gastos públicos e a “caça aos marajás”, o teria alçado - com o apoio decisivo da Rede Globo, coadjuvada por outros setores da mídia - à condição de “ator relevante” no processo eleitoral. Personagem “renovador”, acima dos vícios da política tradicional e com aparente “independência” das máquinas eleitorais existentes, o presidente eleito articulava o seu discurso moralizante sobre os gastos públicos a um “visceral anticomunismo”, tomando-se a expressão da capacidade de unir os diferentes setores da burguesia (e não apenas a parcela agroexportadora que já o defendia às claras) e os segmentos menos organizados da população. Ele realizava, pois, o aparente paradoxo de, como candidato do sistema e de amplas parcelas do governo, conseguir a adesão de segmentos populares e médios, que o viam como “oposição” (Relatório Final do IX Congresso, 1990, p. 26). Embora a sua vitória representasse um sério entrave aos intentos de construção de uma alternativa democrática e popular para o país, o movimento valorizava politicamente o fato inédito de, pela primeira vez na história brasileira, uma candidatura originária dos trabalhadores ter conseguido ampliar consideravelmente sua base social no segundo turno das eleições, a ponto de avizinhar-se da vitória nas urnas:

“Depois de 30 anos sem que se realizassem eleições diretas para a Presidência da República, mal egressos de uma ditadura militar, sob um governo civil ilegítimo, tendo gozado de menos de uma década de relativa liberdade de organização sindical e político-partidária, os trabalhadores brasileiros conseguiram caminhar significativamente além do marco histórico característico da era 1946-1964. Pela primeira vez, não se viram submetidos à situação de adesão a uma proposta de aliança de classe hegemônica por frações da burguesia; souberam apontar para uma perspectiva de transformações sociais em que as eventuais alianças de classe se justificavam com base numa proposta popular. Ainda que seja discutível afirmar que as eleições apontavam, já, a perspectiva de vitória de um projeto de hegemonia para os trabalhadores, é inegável que o processo eleitoral refletiu e se constituiu num passo importantíssimo nessa direção. A derrota eleitoral não pode ser tomada como sinônimo de derrota do movimento popular e, ainda que expresse suas fragilidades, não pode deixar de ser registrado o crescimento importantíssimo da capacidade de direção política das classes dominadas no sentido da construção da sua própria hegemonia. O 17 de dezembro afirmou resultados que se alicerçam em elementos estruturais da nossa realidade” (Relatório Final do IX Congresso, 1990, p. 27; grifos meus).

Para os congressistas, a vitória de Collor representava, no plano econômico, a intensificação do processo de privatização e, por conseqüência, a expectativa de uma deterioração ainda maior dos serviços públicos. Política e ideologicamente, ela exprimia a exaltação bem-sucedida, junto a significativas parcelas da sociedade - aí se incluindo contingentes das próprias classes trabalhadoras - dos “surrados estereótipos fascistóides que fazem do socialismo o modo de produção em que se expropriam bens de consumo e se escravizam os trabalhadores; [...] [da] exploração de preconceitos éticos, morais e religiosos” (*idem, ibidem*).

Essas interpretações, que vão explicitando cada vez mais acentuada e predominantemente uma leitura gramsciana da realidade brasileira, orientada pela construção molecular do “novo dentro do velho” (ou pela possibilidade de condução política de um projeto de sociedade ainda sem o exercício efetivo do poder de Estado), completam-se pelo chamamento ao *papel educativo* do movimento docente diante da situação a enfrentar:

“Enquanto docentes e agentes do processo educacional, a situação nos convida à reflexão e à ação, sem desprezar (e mesmo, ao contrário, valorizando) as enormes dificuldades da luta ideológica que precisa ser travada na sociedade brasileira. Não podemos deixar de assinalar o fato de que a despolíticação das massas, articulada ideologicamente pelos setores dominantes da nossa sociedade, forneceu o caldo de cultura que propiciou alguns dos milhões de votos oferecidos a Collor, tornando explícito o conluio entre Collor e o chamado ‘sindicalismo de negócios’, reduzindo-se às reivindicações do mesmo os interesses e lutas de todo o sindicalismo” (Relatório Final do IX Congresso, 1990, p.28).

O IX CONGRESSO deteve-se também no cenário internacional em que atuaria o governo eleito. Salientou-se, particularmente, a permanência das pretensões imperialistas norte-americanas como uma ameaça aos países da América Latina que buscavam construir a própria soberania, como o demonstrava a invasão militar do Panamá, a pretexto do combate ao tráfico de drogas. A débil reação pública dos governos capitalistas do mundo inteiro a este episódio revelaria a “falsidade ideológica” do discurso em defesa da liberdade. Também no Brasil, a mídia estaria legitimando essa opressão norte-americana (por sua vez, o governo Sarney apenas “balbuciara frases de ocasião”), ao mesmo tempo em que distorcia os acontecimentos que se processavam no Leste Europeu.

De todo modo, as classes dominantes teriam logrado um êxito ideológico importante com a eleição de Collor. Restava saber se o seu projeto de “exploração, dominação e alienação”, com o consentimento ativo do poder central, seria eficaz a ponto de sufocar a emergência de reações dos trabalhadores à difícil situação econômica do país. Era difícil avaliar, também, se as pretensões de maior desnacionalização e de recurso aos investimentos externos do novo governo seriam exeqüíveis: em que medida os capitais internacionais estariam disponíveis, diante dos blocos econômicos que se formavam (EUA/Canadá, Europa, Japão/países asiáticos) e do atrativo econômico e político representado pelos investimentos no “mundo socialista”? Uma coisa porém era certa: esta maior abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro representava um fortalecimento da ingerência desse poder econômico na definição dos rumos da sociedade brasileira (Relatório Final do IX Congresso, 1990, p. 28).

A análise do movimento docente sobre as perspectivas da economia brasileira indicava tempos sombrios para as classes trabalhadoras: hiperinflação, disparada de preços, salários contratados pagos pela metade do seu valor real, atraso sistemático no

pagamento do funcionalismo público em vários estados, não cumprimento de acordos salariais ou decisões judiciais, fuga de capitais do setor produtivo e sua concentração na especulação, em face da ciranda financeira e dos juros bancários abusivos, conseqüências de uma política econômica insustentável, que beneficiava bancos e especuladores, pauperizando os trabalhadores. Uma solução real da crise exigiria, como defendido pela ANDES-SN e pelo movimento popular, o *não pagamento da dívida externa* e a *resolução efetiva do endividamento interno*. Muito longe disto estavam, entretanto, as pretensões do novo governo,⁸ prevendo-se medidas duras contra “a classe trabalhadora em geral e os funcionários públicos em particular” (*idem*, pp. 27-28), que demandariam disposição de resistência a curto prazo. O percurso político de Collor, seu perfil pessoal e as características de sua campanha (o discurso anti-comunista, a prática repressiva em Alagoas e violência dos seus “seguranças”), bem como a sua pretensão de exercer uma “autonomia relativa” do governo central perante as classes dominantes, levavam os militantes da ANDES-SN a vislumbrar o “risco do bonapartismo”.⁹ Com essas previsões e temores, o movimento docente lançou um “slogan” que passou a referenciar/configurar as suas ações de enfrentamento do projeto neoliberal no Brasil: “organizar, resistir, avançar”. Seu conteúdo era assim explicitado:

“Resistência será a palavra de ordem central da luta sindical e popular a partir da instalação em Brasília do novo governo. Numa conjuntura como esta, será fundamental a forma de participação do movimento social organizado, especialmente o movimento sindical, que terá que ser combativo e orgânico, até mesmo para poder resistir. [...] Resistir não significa recuar. Significa que, com mais firmeza e determinação, teremos de defender nossos princípios e propostas; ter consciência de que o agravamento da crise e a presença de um novo governo, conservador mas eleito, ainda que por escassa margem, traz tons novos a um quadro já sombrio. [...] Resistência, para o MD e a ANDES-SN, significará levar cada vez mais - veementemente e cotidianamente - à sociedade a denúncia da realidade vigente na escola pública e na educação superior. ¹⁰ [...] Resistência significará juntar forças ao conjunto dos trabalhadores, contribuindo para um funcionamento mais orgânico do DNTE/CUT, das Regionais da Central Única dos Trabalhadores e para o fortalecimento de nossa Central Única. A história do MD e da ANDES-SN, nascida nos difíceis anos de ditadura militar, nos autoriza a

⁸ A principal divergência entre os economistas que o assessoravam dizia respeito ao “grau de recessão” a ser imposto à sociedade e às medidas que se adotariam para “estabilizar” a economia.

⁹ O movimento adotava esta designação referindo-se ao modo como Luiz Bonaparte ascendeu ao poder na França, marcado pela utilização do respaldo do “lumpem-proletariado” (das camadas sociais pauperizadas/despolitizadas da sociedade - os “descamisados” da campanha eleitoral de Collor). Ver, a respeito: Marx, 1982. Neste mesmo sentido, Florestan Fernandes assinalava que a ideologia do governo Collor, antidemocrático e consagrador da perversidade, alicerçava-se em um suporte populista de comunicação de massa, possuindo “nexos bonapartistas” com o eleitorado clientelista, reativando o primarismo da autocracia burguesa como forma de dar prosseguimento às estratégias políticas repressivas da ditadura militar (Fernandes, 1990, p. 10). A utilização deste conceito para analisar a política brasileira foi feita também por Antunes, 1988b.

¹⁰ As expectativas (predominantemente frustradas) de realização deste trabalho cotidiano no campo da política educacional centravam-se na utilização, como instrumento precípua de luta, do projeto de LDB elaborado pela ANDES-SN no decorrer de 1989, que devia ser “amplamente discutid[o] com o conjunto da sociedade, formando um movimento nacional em defesa da educação pública” (*idem*, p. 29). Esta questão, pela sua relevância no contexto das ações da ANDES-SN na política educacional, será analisada no capítulo seguinte.

afirmar que não recuaremos. Resistir e organizar - para poder avançar na luta" (Relatório Final do IX Congresso, 1990, pp. 28- 29).

Mais concretamente, o *IX Congresso* recomendava o "engajamento maciço e redobrado" dos docentes na campanha eleitoral de 1990, o fortalecimento da CUT e a participação em ações de massa por ela organizadas, julgando indispensável a articulação com o conjunto do funcionalismo público e dos trabalhadores das empresas estatais. Tratava-se de barrar as políticas de corte de salários, as demissões e o processo de privatização dos serviços públicos iniciado no governo Sarney que, previa-se, atingiria contundentemente as universidades.¹¹ Seria igualmente fundamental expor aos partidos, às suas lideranças e aos membros do Congresso Nacional, assim como às Assembléias Legislativas Estaduais e/ou Câmaras Municipais, a critério das AD's, as posições políticas e reivindicações do movimento docente, com destaque para a proposta de LDB.

Uma preocupação deste *IX Congresso*, que se tornará crescente entre os integrantes do movimento nacional, dizia respeito à necessidade de se "promover e/ou apoiar iniciativas de *construção dos meios alternativos de comunicação*" e de "*compra de espaço para programas específicos*", defendendo contundentemente a bandeira de "*democratização da mídia*" junto aos segmentos organizados da sociedade. Além disso, caberia ao movimento docente difundir uma "leitura" crítica do material por ela elaborado e mover "ações judiciais contra empresas de comunicação, quando as matérias se mostr[assem] prejudiciais ao direito da sociedade a informações."¹²

Prosseguindo no esforço de adensamento das suas análises, os participantes do *XXI CONAD*¹³ (junho de 1990) deram especial atenção à questão do "*novo Estado*" que se implantava no Brasil, traduzido pela "reforma administrativa" de Collor e pela "profundidade das pretensões do seu Plano", em um contexto já marcado pelas conseqüências de uma política econômica recessiva. A avaliação predominante era a de que o Estado estava sendo redimensionado para responder às novas demandas do grande capital e ao seu

¹¹ Collor, em resposta ao questionário divulgado no Boletim nº42 da ANDES-SN, havia apontado a necessidade de levar a um discutível "padrão internacional" a relação professor-aluno nas universidades públicas, num contexto de orçamento precário de verbas para OCC, e o governo Sarney já patrocinara uma "expansão indiscriminada" das IES privadas (cf. Relatório Final do IX Congresso, 1990, pp. 28-29).

¹² Esta preocupação, decorrente da avaliação do papel exercido pela mídia durante a greve geral de março de 1989 (quando cunhara a expressão "greivismo selvagem"), da divulgação de falsas relações entre o câmbio do dólar e a oscilação nas pesquisas da "candidatura progressista" e do próprio papel da televisão em todo o processo eleitoral, levava os participantes do IX Congresso a recomendar que se divulgassem, nos próximos boletins, "textos a propósito da ação dos meios de comunicação na conjuntura, enfatizando o seu papel como 'atores' e não como 'figurantes' do processo político" (Relatório Final, p. 31). De fato, a mídia brasileira foi se configurando, mais e mais, como um "partido" de peso decisivo (a favor das classes dominantes e do Estado capitalista), na acepção gramsciana do termo.

¹³ Neste CONAD, tomou posse a Diretoria presidida pelo professor Carlos Eduardo Baldijão, representante da facção majoritária "Articulação ANDES Autônoma e Democrática" que, após a disputa eleitoral de 1986, continuava majoritária no movimento. Sem chapa concorrente, esta Diretoria foi eleita por um universo de 16.018 votantes, num colégio eleitoral de 45.664 docentes sindicalizados, tendo recebido 14.218 votos favoráveis, 1.487 em branco e 313 nulos (cf. Ata da Sessão Solene de Posse, Relatório Final do XXI CONAD, jun- jul./1990, p. 10).

“projeto de expansão”, mesmo que contrariando (pela forma e conteúdo das medidas adotadas) a própria Constituição brasileira. Assumia, para tanto, um “caráter centralizador, policalesco, interventor do processo eleitoral e político e hierarquicamente verticalizado, [desempenhando], agora com maior descaramento, o papel de *interventor das classes dominantes no processo social*”. Propagandeado, via reforma administrativa, como defensor dos princípios de “probidade e eficiência” (justificadores da redução do seu tamanho), esse Estado “minimal” tornava-se, na verdade, um “vetor de modernização e de integração do Brasil ao ‘capitalismo neoliberal’”, que se expandia em todo o mundo. Tendo em vista a sua trajetória em décadas anteriores, considerava-se que

“O projeto neo-liberal para a economia prevê um reajuste nas funções desempenhadas pelo Estado. Em décadas anteriores, o Estado teve a função de preparar a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento industrial, atuando diretamente depois em setores vitais e bastante lucrativos - como [os] de telecomunicações, petroquímica e energia. A ditadura militar acentuou a vinculação desse desenvolvimento do setor industrial da economia com o projeto de acumulação de capital internacional, esvaziando as ações do Estado em seu caráter de serviço público. Isto resultou num sucateamento programado de diversos setores essenciais desses serviços que, dessa forma, se abriram à expansão do setor privado e, uma vez sucateados, constituíram a imagem de um Estado ineficiente, perdulário e clientelista. Essa imagem foi largamente explorada pela mídia, em sucessivas campanhas de ‘desestatização’. O projeto neo-liberal que, no Brasil, já está em curso desde o período final da ditadura militar, exige agora diretamente para os grandes capitais privados áreas antes reservadas à gestão do Estado” (Relatório Final do XXI CONAD, 1990, p. 41).

Desta perspectiva, o Plano Collor exprimia o “reaparelhamento do Estado para o cumprimento de sua função de garantir a expansão do capital”. Tratava-se de um “ajuste do Estado a um novo estágio de suas funções básicas” - um ajuste profundo de sua função mediadora entre o capital e o trabalho, sustentada no falso discurso de “harmonia” e “colaboração”, mas que visava, na verdade, preservar a subordinação dos trabalhadores ao aparelho estatal e, mais que isto, a subordinação do país ao grande capital internacional, como condição para a renegociação parcial do pagamento da dívida externa, cuja manutenção nos termos previstos poderia inviabilizar o próprio capitalismo no Brasil.

A retração econômica do Estado como agente direto e a configuração do Poder Executivo como uma “autocracia” centrada na figura do presidente da República, com vastos poderes de intervenção na própria economia, constituíam, neste sentido, as duas resultantes básicas do plano econômico do governo Collor que, em nome do enxugamento da administração federal, conflitava-se com a recém-aprovada Constituição Federal, extinguindo “qualquer possibilidade de controle das ações do governo pela sociedade civil”, bem como de um efetivo equilíbrio entre os poderes estatais. Para o movimento docente, o “caráter dramático” deste ajuste do Estado residia exatamente neste confronto no plano institucional:

“O esvaziamento da ditadura militar, aliado ao avanço da capacidade de organização das forças populares, refletiu-se no processo constituinte que, mesmo dentro de suas limitações evidentes, produziu avanços em termos de democratização. O Plano Collor revela a impossibilidade da convivência entre as próprias estruturas democrático-burguesas com o brutal processo de exploração e acumulação levado a cabo nos países periféricos como o Brasil. Seu impacto econômico, com a recessão prevista e a necessária política de concentração de renda contida em sua visão monetária e sua acomodação aos princípios do FMI, exige uma concentração policialesca de poderes e a preparação de um executivo fortíssimo, ambos previstos no decreto 99.180, que define a estruturação dos Ministérios. Cabe lembrar que continua pairando, embora dissimulada, a tutela militar sobre os poderes de Estado” (Relatório Final do XXI CONAD, 1990, p. 42).¹⁴

Na visão dos docentes reunidos neste CONAD, os efeitos do Plano incidiam fortemente sobre os servidores do Estado, com repercussões nas universidades públicas. Instaurava-se uma “autocrática unilateralidade” governamental, que impingia um “comportamento acríptico ao servidor”, além de promover a ruptura dos compromissos estatais com a sociedade. Expressão dessa política eram as medidas provisórias e decretos administrativos federais extinguindo órgãos, promovendo mudanças estruturais nos existentes ou modificando as relações entre eles, além dos cortes de verbas e da demissão de grandes contingentes de trabalhadores, em nítido desrespeito à sua cidadania e aos seus direitos.

No que toca diretamente às universidades, acreditava-se que os programas de privatização, possibilitando o acesso do grande capital à economia e às empresas públicas, levariam à desnacionalização do país, atingindo o seu desenvolvimento científico, tecnológico e educacional. Evidentemente, a privatização da política industrial, implicando a privatização das universidades e instituições públicas de pesquisa, comprometeria a ciência e a tecnologia nacionais, aumentando o grau de dependência do país. Destacava-se, neste sentido, a formação de “laboratórios associados”, com verbas captadas junto ao BIRD ou no setor privado nacional e internacional, concretizadora dos princípios do GERES de priorizar os centros de excelência, concentradores das verbas de pesquisa, em detrimento das demais instituições de ensino superior. O governo também adotara medidas provisórias que atingiam a autonomia¹⁵ e a democracia universitárias, comprometendo projetos relevantes em debate na sociedade, a exemplo do Regime Jurídico Único (RJU) e da LDB, sem falar da ameaça de corte de 30% da folha de pagamento das IFES, o que inviabilizaria

¹⁴ A subserviência do novo governo aos militares revelava-se pelo seu recuo na proposta de criação de um Ministério de Defesa, pela nomeação prioritária dos ministros militares e pela exclusão de seus respectivos ministérios das modificações da reforma administrativa. Isto fazia temer o uso das Forças Armadas pelo Estado para reprimir os movimentos sociais contestatórios (*idem, ibidem*).

¹⁵ Pelo decreto 99.180, atribuía-se ao CFE funções que violentavam a autonomia universitária preconizada na Constituição, como deliberar sobre o reconhecimento das IES, seus estatutos, regimentos e normas e definir a política de pós-graduação e de capacitação de docentes das universidades, a cobrança de taxas e emolumentos e, inclusive, a suspensão da própria autonomia da Universidade, atropelando o processo histórico de tramitação de uma nova LDB no Congresso Nacional.

o seu funcionamento.¹⁶ Diante deste quadro globalmente tão adverso, a ANDES-SN considerava essencial o fortalecimento da crítica e do combate ao Plano Collor, como condição mesma para a *conscientização popular* - acintosamente manipulada pela mídia - e, pois, para a construção de uma *alternativa democrático-popular* para o Brasil.

Importava identificar, no imediato, as condições favoráveis para a *resistência transformadora*: o *declínio da popularidade* do presidente logo após a sua posse (decorrente da perspectiva econômica recessiva e dos “desmandos já acumulados na gestão do Estado”, a exemplo do confisco inicial das poupanças), bem como a *disposição de luta* manifesta por “setores importantes da sociedade civil organizada”. As greves no setor de transportes e as mobilizações contra as demissões de trabalhadores ocorridas na CSN de Volta Redonda e na Volkswagen de São Bernardo eram indicativas dessa disposição, balizando as possibilidades de sustentação da greve geral indicada pela CUT para 12 de junho de 1990, em combate aos efeitos da recessão. As eleições de outubro, por sua vez, favoreceriam atividades de pressão social organizada sobre a maioria conservadora do Congresso Nacional, ensejando que interesses regionais, certamente diversos dos da *resistência transformadora*, a estes se somassem na luta contra o desmonte das IFES, alargando as bases de sustentação social das bandeiras do movimento docente (Relatório Final do XXI CONAD, 1990, pp. 47-48).

Em consonância com a diretriz de “*organizar, resistir, avançar*” traçada no IX Congresso, o XXI CONAD definiu vários encaminhamentos centrados na luta pela democracia, pelo trabalho, pelo salário e pelo patrimônio público, sempre em conjunto com a CUT e a Coordenação dos SPF's/Trabalhadores das Estatais, destacando-se, neles, ações programáticas específicas em defesa do ensino público e gratuito, da ciência e da tecnologia. Algumas das recomendações traçadas refletiam, ainda, a busca do exercício da singularidade da ANDES-SN, tais como *subsidiar teoricamente as lutas, aprofundando/ampliando debates e reflexões sobre temas mais gerais e candentes*, a exemplo de “capital internacional, estatização e privatização” e incentivar a discussão sobre as questões do Leste Europeu.

Ao final de 1990, os representantes dos docentes presentes no XXII CONAD dedicavam-se novamente ao aprofundamento do debate sobre o momento político vivido no país, visando (re)definir os rumos do movimento. Reconhecendo que muitas das suas análises haviam se confirmado ao longo do tempo e tomando por base a atuação sindical exercida nesse período, os participantes deste evento avaliavam que os planos econômicos

¹⁶ Esta proposta alimentava-se do falso antagonismo entre o ensino superior e o ensino fundamental e médio no que se refere à absorção de recursos públicos. Alegava-se que as IES subtraíam recursos das escolas de 1º e 2º graus, descumprindo-se a Constituição. Por sua vez, manipulavam-se os dados da relação professor/aluno, servidor/aluno para defender a tese do excesso de professores e servidores, desconsiderando as especificidades/necessidades próprias das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

e políticos do governo visavam impor uma “inversão no desenvolvimento histórico dos movimentos sociais nas últimas décadas”, além de levarem à falência pequenas e médias empresas, ao desemprego e ao achatamento dos salários que, segundo os analistas econômicos do governo, vinham se elevando excessivamente e seriam a causa primeira da hiperinflação diagnosticada no início do ano (Relatório Final do XXII CONAD, 1990, p. 26).

Na verdade, o aguçamento do quadro recessivo era diretamente resultante dos mecanismos escolhidos para conter a inflação (revogação das leis sobre política salarial, congelamento dos salários e empenho pela não aprovação, no Congresso Nacional, de uma política econômica incompatível com o plano governamental). Estas medidas, associadas ao desemprego gerado pela recessão, teriam produzido um “*clima de terrorismo econômico*” que impunha uma “natural” submissão das classes trabalhadoras a padrões de renda cada vez mais baixos, o que seria, por sua vez, um grande atrativo para novos investimentos do capital oligopolista nacional e internacional. Entendendo que o processo inflacionário representava, de fato, um mecanismo de transferência e concentração de renda (pois os trabalhadores, sem recomposição salarial, teriam uma participação cada vez menor na renda nacional), o movimento julgava importante desmascarar a “falácia do discurso governamental” que tentava veicular a idéia de que o processo inflacionário prejudicaria igualmente a todos, denunciando a política de preços praticada pelos grandes oligopólios nacionais e internacionais como a principal responsável pela inflação. Sustentar essa política econômica, que impingia enormes perdas às classes trabalhadoras e, especialmente, aos pequenos e médios empresários, requeria do governo, segundo a ANDES-SN, a “desestruturação da capacidade de pressão desses agentes econômicos”, o que tornava o movimento dos trabalhadores (principal força de resistência a esse processo) o alvo privilegiado do “terrorismo econômico” do governo (*idem, ibidem*).

Prosseguindo em suas análises, os participantes do XXII CONAD debruçaram-se ainda sobre a questão da *dívida externa*, cuja renegociação, por força de dispositivo constitucional, passava a ser mediada pelo Congresso Nacional. A proposta do governo, que já obtivera o endosso do Senado, mantinha o compromisso com o receituário do FMI, indiferente ao sucesso ou insucesso do “remédio adotado”, e sustentava o pagamento regular dessa dívida. Caberia, assim, denunciar o caráter lesivo aos interesses nacionais desse princípio de “honrar os compromissos formais da dívida”, que se confrontava com a posição da maioria dos segmentos organizados da sociedade, historicamente favorável ao condicionamento de seu pagamento à criação de uma auditoria que avaliasse a “sua formação, composição, processo de evolução e legitimação” (Relatório Final do XXII CONAD, 1990, p. 27). Sobre a *questão agrária*, por sua vez, avaliou-se que o governo e o próprio Poder Legislativo impunham vários bloqueios institucionais e políticos ao acesso à terra, ao mesmo tempo em que representantes das classes dominantes impunham a sua

concepção de propriedade privada como “coisa absoluta, intocável, destinada ao uso pessoal de determinados grupos e, muitas vezes, como reserva de valor, sem qualquer consideração no que diz respeito a necessidades crescentes por alimentos e pela melhoria da distribuição de renda do povo brasileiro em seu conjunto”, sem falar de questões polêmicas como financiamento à terra, crédito agrícola, comercialização e armazenamento, que precisavam ser enfrentadas.

As “Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior” do governo também foram objeto de análise do movimento docente. Entendeu-se que elas representavam, apenas, uma “nova política tarifária”, pois nada havia sido estipulado sobre a política industrial em si mesma. A política de liberação das importações, por seu lado, revelava uma grande inconsistência para dar conta da flexibilização do câmbio: seu generalismo expressava o “espírito voluntarista” de um governo que certamente se colocaria “a serviço das tradições do Estado ‘liberal’ brasileiro”, historicamente concessionário dos grandes grupos empresariais, em especial das multinacionais. Tratava-se, na verdade, do “mais adequado instrumento de entreguismo e de desnacionalização completa da economia”, que desencadearia o “desmantelamento da situação estruturada na economia do país”, promovendo um “impacto drástico e negativo maior ainda no nível geral de emprego, na formação, composição e expansão do Produto Nacional, entre outras variáveis, ampliando o sucateamento do atual parque industrial”. Desta perspectiva, avaliou-se que a estratégia de responsabilizar o setor público pela crise atual da economia brasileira favoreceria o repasse do patrimônio público, a pequeno custo, para “poderosos grupos do setor privado” e que a reação à privatização poderia provocar uma “crise política no governo”, inclusive com a troca de ministros-chaves, o que poderia favorecer o desenvolvimento das lutas contra o “esvaziamento do serviço público e a privatização do Estado” (*idem*, p. 28).

As ações privatizantes do governo entrelaçavam, segundo os militantes da ANDES-SN, “medidas de impacto imediato” (reforma administrativa, corte de 30% nas despesas com pessoal, colocação de servidores em disponibilidade etc.) com medidas mais a longo prazo que viabilizassem a privatização pela via do sucateamento dos órgãos e instituições, incluindo-se nesse processo o aviltamento salarial dos servidores e a contenção de verbas. Além disto, havia a exigência do governo, como condição para a aprovação do RJU dos servidores, da extinção de garantias e conquistas essenciais já obtidas, tais como a reposição real dos salários, o contrato coletivo de trabalho e a sua arbitragem pelo Congresso Nacional, o FGTS e a aposentadoria integral para os servidores em disponibilidade. Tais medidas representavam a própria inviabilização do trabalho no setor público, como o atestava o aumento dos pedidos de demissões e de suspensão dos contratos de trabalho e o congelamento de 50% das vagas para contratações no serviço

público. Era particularmente inquietante, para o movimento docente, a grande redução e o controle das verbas de custeio para os diversos órgãos públicos, na medida em que atingiam incisivamente as universidades públicas e os necessários investimentos em ciência e tecnologia:

“A formação profissional universitária, assim como a produção científico-tecnológica, deverá privilegiar o setor privado, dada a escassez de recursos públicos para a Universidade e o incremento destes para a pesquisa tecnológica, via empresas privadas e voltadas para o mercado, conforme a política do governo para C & T. Este setor também sofrerá brutal pressão à desnacionalização, uma vez que - via Política Industrial e de Comércio Exterior - será facilitada a entrada no país de produtos estrangeiros, quer sejam mercadorias, quer sejam pacotes tecnológicos. Com isso, o benefício social que a educação pública e a C & T nacional deveriam propiciar ao país fica inviabilizado e compromete-se o nosso desenvolvimento” (Relatório Final do XXII CONAD, 1990, p. 29).

Tudo isto levava a ANDES-SN a propugnar a ampliação e consolidação do apoio popular às lutas sindicais mais imediatas por salário e emprego *como “dimensões do combate à privatização”* e a denúncia da “investida internacional do capital nos setores públicos (ideologicamente revelada na crise do Leste Europeu)”, salientando a sua interconexão com as políticas nacionais de não ingerência estatal na economia. Devia-se também atentar para o fato de que, concretamente, a democracia brasileira vinha sendo *“pisoteada a cada dia”*, mediante o uso continuado e abusivo de medidas provisórias, com a complacência da maioria do Congresso Nacional e do Poder Judiciário. Vivia-se uma democracia formal que, conduzida e institucionalmente controlada pelas classes dominantes, resumia-se à imposição de sacrifícios à população, ainda que fetichizada pela mídia: *“o confisco à poupança é divulgado como se estivesse se tirando dos ricos e poderosos, ao mesmo tempo em que o sacrifício passa a ser de todos; e é justificado como necessário, quando se elege a inflação como inimigo número um”*.

Esta subserviência ao Poder Executivo e a impopularidade das políticas governamentais explicariam o alto percentual de votos brancos e nulos nas eleições recém-ocorridas. Mesmo assim, a “despolização imposta e a realidade vivida pela sociedade com os governos estaduais da ‘Nova República’ [teriam contribuído] para a vitória de grande número de governadores e parlamentares, antigos membros dos partidos que sustentaram o regime militar, que representa[riam] o setor mais próximo do governo Collor”. Por outro lado, a eleição de aproximadamente 130 parlamentares federais de perfil oposicionista seria um trunfo político importante para a obtenção de conquistas populares em um presumível processo de revisão constitucional. Era preciso ter claro, porém, que os movimentos organizados no “campo democrático” estavam sendo os mais fortemente agredidos no que se refere a essas conquistas, o que exigia, sobretudo das bases e lideranças sindicais, uma “recomposição de forças” para impingir retrocessos à política recessiva do governo, garantir

direitos já conquistados e alargar as conquistas materiais e políticas dos trabalhadores no processo de revisão constitucional:

“Os planos do governo tentam impor ao povo retrocessos ainda maiores às conquistas democráticas dos últimos anos, muitas delas asseguradas pelo texto constitucional e bruscamente violentadas por atos governamentais que certamente tentarão ser impostos na próxima revisão constitucional. Agravando este quadro, o governo escolheu, recentemente, para o Ministério da Justiça, um ex-ministro da ditadura militar que, já em seu primeiro ato, reeditou a censura, travestida de Portaria Classificatória. No setor sindical, tais planos exigem um sindicalismo dócil e servil, que substitua as ações de massa pelas “negociações” que garantam o arrocho salarial. O chamado sindicalismo de resultados surgido antes do governo atual e que o ajudou a se eleger é escolhido como o modelo a ser desenvolvido no Brasil. É nas dificuldades de mobilização dos trabalhadores dentro de um quadro recessivo que o governo busca terreno propício para incentivar esse tipo de sindicalismo” (Relatório Final do XXII CONAD, 1990, p. 30).

Entendia-se, assim, porque a CUT vinha sendo muito atacada: “principal conquista democrática dos trabalhadores brasileiros” no sentido de contrapor-se ao sindicalismo oficial, era exatamente esta organização que possibilitava aos trabalhadores resistir e avançar em suas lutas. Cabia, nesta perspectiva, atuar no sentido de realizar um *embate ideológico* qualificado, “politizando as questões concretas que [afligiam] material e moralmente os trabalhadores e a população em geral [e] ampliando as articulações com a sociedade, num quadro em que o movimento sindical [assumissem] um lugar aglutinador na luta política dos setores populares e democráticos” (*idem, ibidem*).¹⁷

Um balanço das ações empreendidas pelo movimento em 1990 levava a ANDES-SN a reconhecer a dureza dos confrontos realizados e dos esforços permanentes exigidos para travá-los.¹⁸ No início de 1991, os professores que compareceram ao X Congresso da entidade reafirmariam as principais linhas de crítica e combate ao projeto neoliberal do governo Collor, globalmente e em defesa da educação/universidade pública:

“Se é verdade que este governo encontra-se bastante desgastado, isto não significa que será mais fácil travarmos as lutas que se fazem necessárias para defendermos nossas condições

¹⁷ No Informa ANDES n° 3, de dezembro de 1990, chamava-se a atenção para o fato de que a revisão constitucional, prevista para 1993, seria antecipada para 1991, visando à privatização. Esta antecipação seria necessária para que se concretizassem “ajustes” no setor público compatíveis com a política econômica, o que dependeria de emendas - indispensáveis, segundo o Ministério da Economia - para a “retomada do crescimento econômico a partir de 1992”. Integravam os “ajustes” pretendidos a perda de estabilidade dos servidores públicos e a introdução do ensino pago nas universidades públicas - argumentando-se que isto viabilizaria um “salto na educação básica”, uma vez que quase 80% dos recursos para a educação estariam sendo absorvidos pelas universidades. A ministra Zélia Cardoso de Mello apostava na materialização do “entendimento nacional” a este respeito face ao agravamento da recessão previsto para o primeiro semestre de 1991, o que exigia da ANDES-SN uma “mobilização efetiva visando impedir esse retrocesso”.

¹⁸ Destacava-se o empenho requerido para assegurar questões essenciais da educação nacional, a exemplo da participação, via Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, no processo de tramitação da LDB, o que fizera com que o projeto coletivamente defendido fosse aprovado pela Comissão de Finanças da Câmara Federal, assegurando-se também a continuidade da sua tramitação na nova legislatura. Do mesmo modo, a ANDES-SN garantiria a inclusão, no RJU, de aspectos importantes na regulamentação das relações trabalhistas dos SPFs federais, o que exigiria o prosseguimento dos esforços no sentido de reverter os vetos concretizados por medida provisória do governo no Congresso Nacional, após o recesso parlamentar (Informa ANDES, n° 3, 1990 - editorial e p. 3).

de vida, os serviços públicos essenciais e nos contrapomos à liquidação criminosa de empresas públicas. Além de uma conjuntura econômica adversa do ponto de vista nacional e internacional, o setor estatal permanece como bode expiatório preferido para explicar o déficit público e o 'atraso' econômico do país, justificativas falsas que servem para propiciar o deliberado processo privatizante empreendido pelo governo. O ensino superior público e gratuito vem sofrendo ataques especiais, retomando-se a velha ladainha de que é necessário cobrar dos estudantes 'ricos' para ajudar aos estudantes 'pobres'. Também, quanto ao financiamento de pesquisas, assiste-se a um discurso privatista ufanista e que, de prático, só apresentou arrocho de verbas e inviabilização de uma capacitação do país para desenvolver pesquisa autonomamente" (Relatório Final do X Congresso, 1991, p. 29).

Para esses congressistas, a reversão de uma correlação de forças tão desfavorável demandava o esforço político-ideológico de separação entre a "aparência" e a "essência"¹⁹ dos problemas concretos, ou de desconstrução da racionalidade vigente como condição para construir uma racionalidade própria dos subalternos. Tratava-se de combater, em seu cerne, o sucesso ideológico do projeto Collor:

"[...] o projeto neoliberal difundido por Collor logrou êxito eleitoral ao descaracterizar o significado histórico das bandeiras de luta pela democracia, moralidade pública e modernidade defendida pela sociedade brasileira nas últimas décadas. Representa a resultante de um bem projetado trabalho da mídia eletrônica e do marketing político, descomprometidos com a ética e a verdade. Esta mídia transmite para a população que todas as soluções dependem das 'boas intenções' e vontade pessoal de um presidente 'determinado', mascarando seu compromisso histórico de classe com o capital nacional e internacional" (Idem, p. 30).

Concretamente, no entanto, as políticas neoliberais, que sequer haviam debelado a inflação, já estavam provocando um "grande estrago na sócio-economia brasileira": queda de produção, desabastecimento, sonegação de estoques, desemprego crescente, rebaixamento do padrão de vida da chamada "classe média", qualidade de vida aviltante da massa populacional etc. Elas estavam implicando, essencialmente, uma "brutal queda da atividade econômica", responsável por falências e desemprego, fazendo-se acompanhar da ausência de qualquer garantia legal de reposição salarial, o que punha em xeque a ação orgânica e combativa dos trabalhadores.

No esforço de desnudamento das "aparências", a ANDES-SN procurou demonstrar, inclusive estatisticamente, que o "desastre recessivo", o aumento do desemprego e da miséria, a destruição do patrimônio público e a desnacionalização que se processavam eram consequências da política econômica em curso, ao mesmo tempo em que voltava a salientar o pisoteamento da democracia, o ataque ao funcionalismo e a destruição dos

¹⁹ Em fevereiro de 1991, coincidindo com esse esforço, a ANDES-SN divulgava o primeiro número da revista *Universidade e Sociedade*, expressão avançada das especificidades deste sindicalismo de intelectuais. Apesar dos persistentes problemas de circulação, a revista tornou-se um importante veículo de disseminação e debate das questões estruturais e conjunturais brasileiras enfrentadas pelo sindicato. Nela, escreveram e escrevem - inclusive e não apenas - muitos dos "intelectuais renomados" sem inserção orgânica no movimento mas compromissados com o ideário de esquerda. Plural, democrática e de qualidade equivalente a outras revistas de circulação nacional no campo da educação, *Universidade e Sociedade* concretiza um dos traços potencializadores das ações da entidade no que se refere às suas contribuições específicas no combate ao projeto neoliberal.

serviços públicos (com a conseqüente perda de direitos sociais) como problemas políticos nodais. Quanto à educação, a privatização provocava danos que precisavam ser amplamente entendidos e enfrentados:

"[...] especialmente no que diz respeito à educação, este processo de privatização tem ainda um componente ideológico próprio. É o aspecto da compra do conhecimento, que acirra seu trato como uma mercadoria qualquer, negociável no mercado de trabalho sem questionamento sobre as implicações sociais do seu uso. Certamente o fato de a escola ser pública e gratuita não é garantia de que a pessoa formada adquira responsabilidade social quanto ao uso do seu trabalho, mas a mercantilização da educação tem importante papel na destruição do caráter de propriedade social que o conhecimento deve ter" (Relatório Final do X Congresso, 1991, p. 37).

No caso específico da Universidade, assinalavam-se os estragos produzidos pela campanha governamental a favor da privatização que veiculava, de forma "sistemática e falaciosa" - recorrendo aos argumentos da "moralidade" e da "eficiência" e à manipulação de dados - a defesa do ensino pago (via reforma constitucional) nas IES públicas, configurando-as como "grandes centros de inoperância", por apresentarem "baixa produtividade acadêmica", "pequeno avanço científico e tecnológico", relação professor-aluno inadequada, ociosidade dos professores e do quadro técnico-administrativo e falta de inserção social. O desmascaramento dessas falácias exigia um trabalho intenso, político-educativo, junto à população e, particularmente, junto aos movimentos de trabalhadores, uma vez que a dissimulação governamental visava "esconder sua responsabilidade, tomando o funcionalismo [...] o bode expiatório responsável pelas deficiências da máquina do Estado e dos serviços públicos em geral". Este trabalho deveria ser redobrado no que diz respeito à defesa da universidade pública:

"Enquanto o governo anuncia para a população a ineficiência das IES públicas, estas padecem de uma situação miserável, chegando ao limite da insolvência. A falta de recursos para OCC [...], a paralisação dos programas de pesquisa (falta de recursos públicos nas agências de fomento), a transferência de recursos relativos à ciência e tecnologia para as empresas, o arrocho salarial a que os docentes estão submetidos, são dados concretos que vêm configurando um quadro de inanição. Isto significa que a Universidade pública e gratuita pode acabar em curtíssimo prazo. O movimento docente reconhece que é urgente a necessidade de modificar o Estado que aí está. O governo diz o mesmo. Cabe deixar claros os pontos apresentados pelo MD e, ao mesmo tempo, denunciar a postura mentirosa e demagógica assumida pelo governo. Mas não basta apresentação de propostas. O MD precisa constituir-se em força capaz de realizá-las no âmbito das suas próprias atribuições, particularmente no interior das universidades" (Relatório Final do X Congresso, 1991, p. 38).

Apesar do autoritarismo governamental, a avaliação do X Congresso era a de que as organizações populares e sindicais construídas nos últimos anos continuavam vivas e desempenhando um "papel importante na organização de mobilizações e lutas de resistência que [teriam impedido] que o governo e o patronato fossem mais além em seus ataques às condições de vida dos trabalhadores". Impunha-se fortalecê-las, diante das

proporções inéditas assumidas pela crise e, sobretudo, da iminência de uma revisão constitucional:

"[...] coloca-se como tarefa central dos setores organizados que se opõem aos planos de Collor construir uma alternativa democrática. Ela deve ser capaz de aglutinar amplos setores de massa na luta pelos direitos democráticos, assumindo a bandeira de que é ilegítimo um governo que trai seus compromissos de campanha e desrespeita os direitos mais elementares da cidadania. Sabemos também que a nova legislatura do Congresso Nacional terá poderes de revisão constitucional que lhe são outorgados pela própria Constituição. Será fundamental que se defenda e amplie as conquistas que o povo teve na Constituinte e que Collor pretende destruir, anunciando que suas intenções vão mais além do que uma revisão da Carta. Se esta alternativa democrática que se opõe ao governo e seus planos de miséria é necessária para estimular as ações de cada categoria de trabalhadores, ela também não se constrói senão a partir do desenvolvimento de lutas específicas em torno das questões que afligem estes trabalhadores" (idem, p. 39; grifos meus).

Esse cuidado do movimento docente em articular lutas gerais e específicas passava pelo entendimento de que, diante do insucesso das greves por uma política de reposição salarial (no setor público e privado) ocorridas em 1990, o avanço do movimento sindical combativo e classista dependeria, essencialmente, de uma "ação conjunta e mobilizadora contra os pontos centrais dos planos governamentais", a exemplo da política salarial, da defesa da estabilidade e do fim das privatizações. Nesta perspectiva, a CUT teria papel decisivo na

"[...] deflagração de um movimento da classe trabalhadora como um todo. Dentro dele e através de sua própria mobilização, o MD poder[ia] fazer com que sua luta de caráter unificador em defesa da escola pública também [fosse] defendida pelos demais sindicatos, na medida em que compreend[essem] que o dinheiro público deve ser usado no interesse da população e não contra ela, nas privatizações. Nesta direção o MD conseguiu em 1990 atuar com os demais servidores públicos, mas enfrenta ainda o problema de unificar-se com os trabalhadores do setor privado" (Relatório Final do X Congresso, 1991, p. 39; grifos meus).

Com base nessas análises e posicionamentos, foi definido, como eixo de luta central para 1991, a defesa da "preservação e ampliação dos direitos políticos, econômicos e sociais da cidadania", com as seguintes ênfases específicas: defesa dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino público e da autonomia universitária, de uma "política educacional voltada para os direitos da maioria da população", e dos direitos dos trabalhadores em geral e dos docentes em particular (remuneração justa, condições de trabalho compatíveis com o exercício do magistério) (idem, p. 40; grifos meus). Como bandeiras prioritárias, foram estabelecidas: (a) a "regulamentação dos dispositivos constitucionais que consolid[assem] as principais conquistas dos setores democráticos e populares"; (b) a *democratização dos meios de comunicação social*; (c) a *aprovação da LDB*, "vencendo o bloqueio dos interesses privatistas e de seus representantes no Congresso Nacional"; (d) a luta contra a *antecipação da revisão constitucional prevista para 1993*; (e) a regulamentação da competência do Poder Executivo para editar medidas

provisórias; (f) a defesa da escola pública (garantindo-se o cumprimento dos dispositivos constitucionais atinentes ao financiamento da educação); (g) a preservação/ampliação da universidade pública, incluindo a defesa permanente da autonomia universitária, o combate à instituição do ensino pago e aos mecanismos de privatização, a garantia dos recursos orçamentários necessários às atividades-fins e (h) o “financiamento da atividade científica, mantida a autonomia e liberdade acadêmica” (*idem*, pp. 40-41; grifos meus).²⁰

A disposição de luta da ANDES-SN era tão forte, naquele contexto, que levou à realização, em abril de 1991, de um segundo *CONAD Extraordinário*, visando discutir e preparar o movimento para o combate ao “Projeto de Reconstrução Nacional” e à “Proposta de uma Nova Política para o Ensino Superior” apresentadas pelo governo em março daquele ano. Para os militantes reunidos neste evento, ambos os projetos tinham, como pano de fundo, o caráter de “integração subordinada” à ordem internacional. Tentando atrair os capitais internacionais necessários à privatização das empresas estatais, Collor recorria ao sucateamento da economia e à extrema redução dos gastos sociais, no claro intuito de “quebrar a coluna vertebral das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais organizados”. A proposição dessas medidas era feita mediante um “processo singular de busca autoritária de consenso”, no contexto da luta de classes:

“Tentando antecipar-se às classes e aos movimentos sociais organizados, expressando os interesses dos setores e das classes dominantes, Collor pretende governar independentemente da sociedade. Sua relação com o parlamento tem sido abertamente autoritária. Hoje, se aparentemente parece fazer concessões, ele busca apenas reconstruir o seu bloco parlamentar de apoio. Obviamente, este tipo de atuação se baseia na avaliação de que o parlamento fundamentalmente expressa o mesmo tipo de posição política. A tentativa de arbitrar entre as frações burguesas, independente e acima das representações formais dessas frações, supõe necessariamente o apagamento da força dos movimentos organizados” (*idem*, p. 25).

Os participantes do *II CONAD Extraordinário* criticaram principalmente o envio da “Proposta de uma Nova Política para o Ensino Superior” ao Congresso sem consulta aos movimentos organizados das universidades e às sociedades científicas e desconhecendo todo o processo de tramitação da LDB na esfera parlamentar. O debate “aberto e democrático” era evitado, com vistas à continuidade da “integração subordinada da comunidade universitária” ao projeto governamental:

“Mais do que debater o problema, tenta-se apenas a legitimação do projeto, como já o fizeram governos anteriores (documento Della Senta, GERES, etc). O caráter público e a função social da Universidade não são absolutamente considerados na proposta do MEC; ao contrário, busca-se adequar as universidades públicas ao modelo das instituições privadas de ensino, dentro de uma ótica empresarial. Assim, propostas referentes à autonomia universitária, à gratuidade (serviço civil obrigatório), avaliação, democracia interna, exame de habilitação após

²⁰ Destaque-se, neste sentido, a disposição do movimento docente de lutar contra a “política de subordinação da pesquisa científica e tecnológica aos interesses imediatos do capital privado, em detrimento da ciência básica e do caráter público da pesquisa científica” (Relatório Final do X Congresso, p. 41).

o final dos cursos, ali apresentadas, são incompatíveis com o modelo de universidade que o Movimento Docente defende” (Relatório Final do II CONAD Extraordinário, 1991, p.25).²¹

Todas essas medidas, bem como as propostas no campo da ciência e tecnologia do Projeto de Reconstrução Nacional, foram detidamente analisadas, criticadas e rebatidas pelos participantes *deste II CONAD Extraordinário*. No que se refere à “Nova Política para o Ensino Superior”, o esforço de desnudamento das “aparências” levou os participantes desse evento a salientarem, contundentemente, a existência efetiva de uma “velha” política educacional, adequada aos desígnios neoliberais:

“Se o texto do MEC não pode ser chamado de Nova Política para o Ensino Superior, não significa que o governo não tenha uma política para a Educação. Sua política está expressa no Projeto de Reconstrução Nacional. O MEC busca, na forma e no conteúdo, aplicar a política geral do governo que o leva a [...] omitir-se em relação à rede privada de ensino, deixando-a intocada nos seus interesses e abrindo possibilidades para a sua maior expansão e consolidação no 3º grau. Ainda que o projeto afirme que ‘... as entidades particulares têm de merecer, fazer juz à delegação que recebem do estado de se apresentarem como agências de difusão do conhecimento humanístico-técnico-científico e de outorga de graus acadêmico’, recusa-se o governo a tratá-[las] como concessão do estado e exercer uma fiscalização efetiva para garantir sua qualidade. É importante ressaltar que o projeto para o ensino superior no país segue o receituário do Banco Mundial que, em recente visita de monitoramento, reiterou a tese do [...] ensino superior pago, projeto este que se tenta implementar no conjunto dos países da América Latina, como se fosse símbolo da modernidade. Não é. Na parte do planeta onde se observa um maior desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, político e social, a história é bem diferente” (Relatório Final do II CONAD Extraordinário, 1991, p. 27).

Coerentemente com o seu empenho em desvelar/combater o projeto neoliberal construindo cotidianamente alternativas de resistência transformadora, os militantes da ANDES-SN definiram uma estratégia de ação centrada em quatro eixos: (a) uma campanha em defesa da universidade pública e gratuita, contra a proposta do governo para o ensino superior e pela agilização da tramitação da LDB; (b) a articulação com entidades da sociedade civil organizada visando divulgar, debater e implementar os encaminhamentos definidos; (c) a atuação junto ao Poder Legislativo em todos os níveis; e (d) a ação no interior das IES em torno dessas questões (cf. Relatório Final do II CONAD Extraordinário, 1991, pp. 38 - 41).²²

²¹ Ressalte-se que esse conjunto de medidas era atinente apenas às IFES, ao mesmo tempo em que preservava e estimulava o crescimento das IES privadas, “voltadas exclusivamente para o lucro, sem preocupação com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão”. Saliente-se, também, que medidas de impacto tomadas pelo atual ministro da Educação, Paulo Renato de Souza - a exemplo do famoso “provão” pós-término dos cursos de graduação universitários como critério de “avaliação institucional” das IFES (e de alocação de recursos), adotado a partir de 1996 - nada têm de original: o então ministro Carlos Chiarelli já lançava, naquele “pacote educacional”, a idéia do Exame Nacional de Habilitação.

²² Dentre as recomendações constavam as de “colocar artigos na imprensa elaborados por *intelectuais das universidades* e solicitar ao Prof. Dalmo Dalari documento sobre a questão do ente jurídico “Universidade” para subsidiar as discussões (p. 41). Essas recomendações atestam a persistência dos limites, já identificados no capítulo 4, da relação (contraditória) da ANDES-SN com os “intelectuais renomados”: em princípio integrantes do quadro de associados da entidade, eles não a assumem organicamente e são por ela acionados, como “assessores”/especialistas na perspectiva da legitimação de seus interesses político-estratégicos.

Não obstante a correção da maioria dessas análises e a pertinência das ações encaminhadas, o XXIII CONAD, reunido em novembro de 1991, constataria uma desorganização dos movimentos sociais a partir do governo Collor, por se encontrarem “insuficientemente articulados” e carentes de “caminhos que resgat[assem] uma perspectiva unificada de saída da crise”. Tal situação exigia dos militantes combater a desesperança e o desânimo imperantes na subjetividade das classes trabalhadoras, objetivando implementar uma ação mais ofensiva contra o governo:

“Todos os esforços que o movimento dos trabalhadores tem empreendido, no último período, para garantir condições dignas de vida, tem esbarrado na vontade criminosa do governo em desmontar, uma a uma, as conquistas sociais, inclusive aquelas asseguradas na Constituição. Apesar da resistência que empreendemos às suas políticas, estamos diante da contingência de que seu próximo ato pode tornar nossa vida pior. [...] Hoje, o desânimo é quase uma constante em nossas vidas e a crise invadiu todas as esferas do relacionamento humano, inclusive a afetiva. Nossas esperanças de mudanças encontram-se ameaçadas. Nunca na nossa história tantos sonhos foram destruídos com tanta voracidade. Não é mais possível ficarmos limitados a uma posição defensiva. É vital para o movimento retornar à ofensiva e reerguer a bandeira da esperança de mudar” (Relatório Final do XXIII CONAD, 1991; grifos meus).

O acento na perspectiva *ofensiva* (ou no *avançar* do trinômio-lema do movimento) se fazia acompanhar de uma dada compreensão da amplitude da crise mundial. Considerava-se que a “exaltação da ideologia capitalista” já começava a sofrer desgastes, evidenciados pelo recuo da “onda anticomunista” e da “avidez pela sociedade de consumo” na Polônia e mesmo na Rússia de Bóris Ieltsin. A deterioração das condições de vida, em menos de um ano, nos países do Leste Europeu e a preocupação popular a este respeito começavam a ser noticiadas pela imprensa. A falência do “modelo neoliberal” já podia ser identificada, pelos seus resultados desastrosos, até mesmo em países como a Inglaterra e os EUA, onde era visível a pauperização de um grande contingente populacional.

“Para além do *impeachment*”: construir uma democracia real no país

Na interpretação do movimento docente, o Brasil vivia, ao final de 1991, uma “situação de penúria social alarmante”. Grassavam epidemias (cólera, malária), proliferava a violência urbana e rural, degenerava-se a qualidade de vida, levando à morte prematura um segmento expressivo da população. A existência de milhões de desempregados, a precariedade da oferta de serviços básicos como educação e saúde, a elevação das tarifas públicas acima da inflação e dos salários, sem nenhuma lei que assegurasse o reajuste em seu poder de compra, compunham um quadro de “profunda desestruturação da sociedade brasileira”.

Ao nível das relações de força, considerava-se que, se os movimentos sociais de oposição e as classes trabalhadoras apresentavam as debilidades já apontadas, o

presidente Collor também não conseguia “pairar acima” dos interesses clientelistas/particularistas locais e das classes dominantes. Os governos estaduais, por sua vez e em sua maioria, seguiam a mesma orientação de desmantelamento do setor público, em troca das *benesses* federais. O presidente também havia obtido a adesão dos mais diferentes partidos aos seus projetos - apesar da ausência de base sólida no Congresso Nacional -, mas o insucesso dos planos governamentais levava as classes dominantes, através de seus representantes partidários, a exigir uma fatia de poder para garantir uma base parlamentar de apoio que sustentasse a política de desmonte do papel social do Estado. O empresariado, por seu lado, já manifestava uma “certa desconfiança na capacidade de Collor e sua equipe *manter condições de governabilidade*” (Relatório Final do XXIII CONAD, 1991; grifos meus).

No entendimento dos militantes da ANDES-SN, esse quadro assumiria perspectivas cada vez mais sombrias - “novas privatizações de estatais, desmantelamento da seguridade social pública, mais recessão, mais desemprego, mais epidemias e menos vida para o povo brasileiro” - exigindo do movimento identificar os responsáveis por toda esta situação e “estar presente na discussão e encaminhamento de alternativas a esta crise”. Ela não seria superada com “soluções setoriais” nem permitia “saídas individuais”, requerendo construir e sustentar, no imediato e coletivamente, uma *solução* alicerçada no “acúmulo de forças por parte do movimento democrático e popular”.²³ Nesta direção, a ANDES-SN tinha clara a sua responsabilidade específica²⁴ e foi uma primeiras entidades a levantar, entre outras, a alternativa do *impeachment do presidente Collor*.

“Alternativas como a adoção do parlamentarismo - desde que seguidas de eleições gerais - ou o impeachment do presidente da república, hegemônicas pelo movimento popular e democrático, podem avançar no caminho de reforçar a democracia no país. [...] O ‘impeachment’ pode fazer avançar o princípio democrático que orienta a representação popular. Este princípio não transfere o direito ilimitado de decidir em nome do povo, mas o de respeitar permanentemente a sua vontade. O ‘impeachment’ pode importar no restabelecimento do princípio de respeito à vontade da maioria. Temos clareza de que não cabe ao MD encaminhar isoladamente estas ou outras soluções. Mas também temos certeza de que, se o movimento democrático de nosso país rearticular-se rapidamente, saberá assegurar um destino que signifique a afirmação do princípio de soberania popular” (Relatório Final do XXIII CONAD, 1991).

²³ Era preciso ter claro, nessa tentativa de construção alternativa, que as classes dominantes brasileiras vivenciavam a crise de modo próprio e também buscavam - dentro da lógica capitalista - possíveis saídas: o seu *aprofundamento* (como forma de garantir a superexploração, oferecendo “migalhas” aos trabalhadores em troca da mera sobrevivência física), a possibilidade de criar um *governo de composição* com partidos menos compromissados com as lutas populares, de modo a imprimir mais força ao projeto governamental ou, ainda, constituir um *parlamentarismo sem envolvimento popular algum*, que mantivesse e ampliasse o poder da composição vigente no Congresso Nacional, dando “mais tempo de sobrevivência” ao governo. Daí a importância de as classes trabalhadoras construírem alternativas radicais a este estado de coisas

²⁴ Integrava as análises realizadas neste evento a própria auto-avaliação da entidade e da greve das IFES ocorrida em 1991 como um “marco histórico” do sindicato, pelas conquistas econômicas e políticas alcançadas em condições tão adversas.

Os encaminhamentos decorrentes dessas análises apontavam para o fortalecimento da própria ANDES-SN e da sua inserção nacional, objetivando intervir junto à CUT, aos sindicatos e entidades da sociedade civil organizada no sentido de "rearticular a sociedade em campanha contra a miséria, a fome e em defesa da democracia e superação da crise política do país". Urgia debater as alternativas acima citadas, dentro e fora das universidades. Dentre as "bandeiras de luta" específicas aprovadas neste CONAD, vale salientar, pela sua importância na trajetória da entidade: (a) a defesa do projeto de LDB aprovado em primeira instância na Câmara dos Deputados (junho de 1990), incluindo pressões sobre os parlamentares pela incorporação, ainda em 1991, das emendas sugeridas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública; (b) a luta pela implantação de um piso salarial e de um padrão unitário de qualidade para as IES públicas e privadas (encaminhando uma negociação nacional com o MEC que incluísse contrato por jornada de trabalho e plano de carreira); e (c) a retomada da bandeira da avaliação nas universidades, evitando a sua "apropriação indevida e com outra direção pelo governo Collor" (Relatório Final do XXIII CONAD, 1991).

No início de 1992, os militantes da ANDES-SN, reunidos no seu *XI Congresso*, ao se debruçarem sobre o tema conjuntura, não só alteraram a sistemática de discussão/deliberação a este respeito²⁵, como deram especial atenção, ao tratarem da conjuntura internacional, às mudanças que se processavam no "mundo socialista". Entendia-se que o "novo quadro geopolítico" emergente das "profundas transformações sofridas no Leste Europeu" e o "impacto dessas transformações no restante do mundo" deveriam ser mais detidamente considerados, ao se analisar o neoliberalismo no Brasil.²⁶

²⁵ Previamente ao evento, circularam três contribuições - a da Diretoria da ANDES-SN, a da ADUFFB-JP SSind e a da ADUFF-SSind, refletindo a "essencialidade democrática do MD e do seu sindicato". Decidiu-se que os grupos mistos debateriam um roteiro antecipadamente aprovado em plenária, do que resultaram 11 relatórios cuja consolidação se tornou incompatível com o tempo regimental a isto destinado. Criou-se, então, uma Comissão de Redação que, ao remeter ao debate o texto resultante, entendeu que as três avaliações de conjuntura deveriam ser integradas aos Anais do Congresso e remetidas às bases para subsidiar suas conclusões. Na introdução deste texto, salientava-se que essas análises tinham "dupla mão": visavam "indicar até que ponto a conjuntura afet[ava] os interesses imediatos e mediatos do movimento, tanto no que diz[ia] respeito à dimensão econômica [...] quanto às dimensões mais amplas (política educacional, de ciência e tecnologia)", e criar "indicadores de intervenção nessa mesma conjuntura, delineando o leque de relações com os demais setores organizados da sociedade" (cf. Documento Final do XI Congresso, 1992, p. 56). Essa mudança traduzia não apenas as divergências sobre os desdobramentos da queda do Leste Europeu (enquanto horizonte político norteador de alternativas ao capitalismo) como, possivelmente, as divergências no seio da "Articulação ANDES-AD" e desta com os seus oponentes, pois tratava-se de um "Congresso eleitoral", onde haveria apresentação de programas e chapas.

²⁶ Neste Congresso, além de uma atenção mais acurada às divergências internas sobre os problemas e as perspectivas do ex-mundo socialista, os militantes da ANDES-SN compartilhavam o consenso de que a burguesia objetivava subtrair dos trabalhadores ganhos sociais conquistados ao longo de décadas, visando intensificar a exploração, e de que seria indispensável a discussão das referências teóricas sobre a questão, de modo permanente, pelas classes trabalhadoras, para que enfrentassem os desafios conjunturais. Tratava-se de "trabalhar na direção do entendimento crítico e revolucionário do que pode significar uma crise, não cabendo lugar ao niilismo ou rendição às teses do neoliberalismo" (Relatório Final do XI Congresso, 1992, p. 58).

A compreensão da *essência* do capitalismo neoliberal em nível planetário, por sua vez, implicava a consideração da revolução técnico-científica em curso e da qual resultava a imensa “proliferação da produtividade da força de trabalho”, o que exigia uma “reavaliação do seu valor” e da sua influência no crescimento do desemprego. Particular atenção deveria ser dada às mudanças na composição das classes trabalhadoras, dentro do quadro de alterações observadas nos países capitalistas centrais, marcado pelo abandono das políticas sociais pelo Estado, pela terceirização da economia, pelo desemprego e pela emergência de movimentos nazifascistas. Essas referências históricas deveriam balizar as análises do movimento sobre o papel do Estado nas *relações* entre o *nacional* e o *internacional*:

“Ao tornar obsoleto todo um conjunto de estruturas produtivas, a revolução técnico-científica [...] leva à gestação de uma nova e mais perversa divisão internacional do trabalho [e] à perspectiva da adequação da capacidade produtiva das nações subdesenvolvidas ao quadro econômico capitalista internacional [...]. Sob essas determinações deve[ria] ser principalmente entendido o papel que a burguesia monopolista atribu[ia] ao Estado. Vendo-se fortalecida pelo fim da bipolaridade vigente desde o último pós-guerra, alicerçada nas novas tecnologias produtivas, [a burguesia] pro[punha] o ‘Estado Mínimo’ como forma de ampliar a massa de mais-valia extraída dos trabalhadores e garantir transferências brutais de recursos ao centro desenvolvido. O primeiro objetivo leva[va] à desobrigação do Estado para com as suas funções de interesse social - saúde, educação, infra-estrutura em geral. A privatização ofere[cia] campo à venda como mercadorias da saúde, educação, transporte, comunicação e até mesmo estradas” (Relatório Final do XI Congresso, 1992, p.p. 58-59).

Na interpretação dos participantes deste evento, a proposta de Estado Mínimo se materializava em um contexto onde o Estado havia se mundializado e a problemática dos Estados-Nações era submetida aos “ditames do controle internacional”. O neoliberalismo requeria, para a sua plena vigência, um movimento de “privatização de setores da economia e de estatização daqueles que interes[savam] a segmentos do capital”, através do qual “parcelas do fundo público [eram] entregues à iniciativa privada, retirando da classe trabalhadora serviços públicos fundamentais para a obtenção de seus direitos sociais” (*idem*, p. 59). Esta “época de hegemonia” do capitalismo monopolista não significava, contudo, o fim de suas contradições estruturais, evidentes na “disputa entre os chamados blocos econômicos multinacionais” (EUA-Canadá, CEE, Japão-Extremo Oriente Asiático), prevendo-se a agudização dos conflitos. O poderio militar norte-americano era, a curto prazo, dissuasório, mas a ampliação dos exércitos nos EUA e na CEE era preocupante, além do fato de as economias dos países centrais não estarem conseguindo dar conta das “graves questões sociais”. As sociedades do chamado Primeiro Mundo viviam, assim, um adensamento da luta social, como o demonstravam a recessão norte-americana, o fortalecimento da extrema-direita européia e as manifestações de resistência operária, sem falar da insatisfação popular que grassava inclusive no bloco nipo-asiático.

Na América Latina, a aplicação do receituário neoliberal estava acarretando, aceleradamente, uma nova dependência, marcada pela abertura ao comércio internacional, pelos investimentos externos, pela desregulamentação das relações trabalhistas, pela venda de empresas estatais, pelo controle da inflação através da política monetária e pela submissão ao monitoramento do FMI, que traduziam as “regras do jogo imposto pelo capital multinacional aliado às burguesias locais”. Para o movimento docente, a saída era resistir: *“encarar de frente as dificuldades é a melhor forma de lograr a sua superação. Não pode haver lugar para o desânimo e a desesperança, se temos consciência da persistência das contradições estruturais do mundo capitalista”* (Relatório Final do XI Congresso, 1992, p. 59; grifos meus).

A atenção dada ao contexto internacional se fazia acompanhar da reiteração de análises anteriores sobre a conjuntura brasileira. Interessava aprofundar, em 1992, dois aspectos fundamentais: (a) de um lado, o *desgaste político e social do governo*, cuja incapacidade de responder às demandas sociais mais amplas poderia levar ao acirramento das ações políticas e mobilizações populares; (b) de outro, o *entrave representado pela recessão para a efetivação de movimentos massivos de luta econômica*, como os desencadeados em 1991, sobretudo pelos trabalhadores do setor público. Além disso, entendia-se que as forças burguesas de oposição a Collor estavam se acomodando ao projeto neoliberal, o que aumentava as dificuldades de luta das classes trabalhadoras. O consenso estabelecido a este respeito foi o de que era preciso dar uma *resposta política* a esta situação que, centrada no combate à política econômica, se voltasse para a *“construção de uma alternativa de poder para a [...] sociedade”*. Os militantes da ANDES-SN deveriam continuar insistindo em uma “efetiva unidade de ação dos trabalhadores e de suas organizações”, sensibilizando a sociedade civil organizada aos apelos em “defesa da democracia e dos interesses majoritários do país”, o que poderia ser favorecido pela contingência de um ano eleitoral (*idem*, pp. 59-60).

O debate sobre *educação, ciência e tecnologia*²⁷ também foi intenso. A crítica de fundo à educação brasileira, contextualizada nas sociedades periféricas, foi contundente:

“Por definição, a educação implementada nas sociedades periféricas é desideologizante, despolitizante, voltada para a mera reprodução do conhecimento, aspirando a atender as meras exigências imediatas do sistema produtivo. O adestramento e não a educação desalienadora é o que é proposto pela classe dominante. Esta objetiva, no particular

²⁷ O movimento docente assinalava que essas questões, mesmo que aprofundadas em plenárias específicas, deveriam integrar a análise da conjuntura nacional, dado que a concepção sindical que norteava os seus militantes “rejeitava o corporativismo e o economicismo, [...] contempl[ando] a preocupação permanente com as dimensões mais amplas [dos] interesses sociais”. Além do mais, era unânime a sua avaliação de que “a política empreendida, nos campos referidos, pelo governo Collor, [era] completamente lesiva aos interesses da imensa maioria da população. As tentativas cada vez maiores de privatização da educação e da saúde, a submissão da atividade de produção científica e tecnológica à divisão internacional do trabalho pretendida pela burguesia internacional monopolista [...] defin[iam] o governo”.

contexto do ensino superior, a perpetuação dos mecanismos de dependência científica e tecnológica, dentro da ótica de 'integração' do mercado brasileiro ao capitalismo internacional, bem como a reprodução dos recursos materiais e humanos a isso necessários" (Relatório Final do XI Congresso, 1992, p. 60).

No âmbito específico do ensino superior, os congressistas se posicionaram contra a política privatizante do "projeto Goldemberg de financiamento das IFES", que dava continuidade às concepções defendidas no Relatório da "Comissão de Alto Nível" criada pela "Nova República" e no Projeto do GERES. Tratava-se, novamente, de dividir as IES entre instituições de ensino e centros de excelência, rebaixando-se, com isto, a qualidade dos cursos de graduação e inserindo a pesquisa no "eixo universidade-indústria". Ao mesmo tempo, o governo buscava reinstaurar a prática autoritária de desrespeito à escolha de dirigentes feita pelas comunidades universitárias, sem falar de sua "ação deletéria" no que concernia à tramitação do projeto de LDB no Congresso Nacional. Preocupava aos militantes da ANDES-SN, acima de tudo, a situação precária da educação ministrada na maioria das IES privadas:

"[...] é relevante assinalar a crise que assola a majoritária rede de instituições privadas. Sofrem a recessão e exigem recursos públicos para não verem a lucratividade de seu negócio atingido. O crédito educativo, forma de financiamento estatal às mantenedoras das IES privadas, enfrenta problemas de repasse. A demissão em massa de docentes, o rebaixamento da qualidade dos serviços prestados, o arrocho de salários, os reajustes altíssimos nas mensalidades, são respostas que as mantenedoras das IES particulares vêm utilizando para adequar-se à situação. Outras saídas que algumas mantenedoras estão encontrando é a estadualização oportunista, como já ocorreu e ameaça continuar em São Paulo, incorporando inclusive as dívidas contraídas por elas" (Relatório Final do XI Congresso, 1992, p. 61).

Uma vez que a busca pela escola pública se ampliava na sociedade brasileira, era importante potencializá-la no sentido da pressão social pelo acesso e melhoria da educação na rede pública, ao mesmo tempo em que era preciso atentar para experiências em curso que poderiam redundar na instituição do ensino público pago, a exemplo das "associações ou cooperativas de pais de classe média, dispostos a contribuir financeiramente para o funcionamento de escolas públicas diferenciadas".

A dimensão dos desafios (gerais e específicos) a serem enfrentados ensejou uma avaliação das forças efetivas da própria ANDES-SN, isoladamente e nas suas relações com a CUT, em que problemas e dificuldades práticas deste sindicalismo de intelectuais foram detectados e assumidos:

"A ANDES avançou significativamente na consolidação de sua proposta sindical, ao cabo de mais de três anos de formalização desta identidade. Problemas e dificuldades persistem, contudo - sobretudo aqueles relacionados com a expansão das lutas dos docentes das IES privadas. O reacionarismo patronal e o grave problema da política empreendida pela CONTEE e vários SINPRO's (portadores de concepção sindical distinta da nossa) estiveram na base desta questão. No que respeita às instituições estaduais de ensino superior, assiste-se a uma expansão, com objetivos eleitoreiros, do número de unidades, seja pela criação de novas

faculdades/unidades, seja pela estadualização de escolas particulares isoladas, nas quais não são considerados o arrocho salarial e a precariedade das condições de trabalho nas IEES [...] O reconhecimento da existência de deficiências e insuficiências no relacionamento entre a ANDES-SN e a CUT é consensual. De um lado, nossa inserção nas instâncias orgânicas e deliberativas da CUT é ainda limitada, inferior a nosso potencial de intervenção. Ao mesmo tempo, cobranças sobre a insuficiência da atuação da CUT em nossas lutas são assinaladas, quer se tratem de lutas econômicas ou daquelas mais amplas, em defesa da escola pública - entre outras" (Relatório Final do XI Congresso, 1992, pp. 61-62; grifos meus).

Para superar tais dificuldades, muitas das *resoluções de eventos anteriores* - inclusive as estabelecidas pelo GT de Política Sindical, no *XI Congresso* - deveriam ser *efetivamente implementadas*. Era preciso construir estratégias para o enfrentamento com o Poder Executivo, envolvendo toda a sociedade, na perspectiva de uma *ruptura com o modelo neoliberal*, de modo a ensejar a definição de políticas sociais realmente compromissadas com os interesses das classes trabalhadoras, privilegiando-se a articulação com o seu conjunto organizado na CUT e, particularmente, com os trabalhadores da educação. Importava construir a *cidadania* dessas classes, pela defesa da educação e saúde gratuitas e de qualidade para todos, da seguridade social estatal, do emprego e de salários compatíveis com os índices apontados pelo DIEESE, além da defesa da qualidade ambiental, apoiando permanentemente as lutas dos trabalhadores rurais e urbanos.²⁸

Os encaminhamentos aprovados expressavam, mais uma vez, o intento de resistência transformadora do movimento: (a) priorizar a articulação com as organizações populares e sindicais visando ampliar a *"luta contra a recessão, o desemprego e em defesa da democracia"*; (b) participar ativamente da campanha nacional proposta pela CUT contra o arrocho, a recessão e a fome; (c) contactar os partidos de oposição ao governo Collor, as centrais sindicais e as demais entidades organizadas no "campo democrático", no intuito de "formular propostas que reagrup[assem] o movimento social na via de construção de uma alternativa a este governo".²⁹ Como tarefa permanente, era importante aprofundar questões centrais nas análises de conjuntura já realizadas, a exemplo da "abordagem sobre

²⁸ Considerava-se, neste sentido, fundamental aprimorar os meios de comunicação interna e externa ao sindicato, de modo a permitir uma "maior divulgação e melhor comunicação da ANDES com seus sindicalizados, o que requeria a rearticulação do GT de Comunicação. Externamente, deveria existir uma preocupação constante com o uso da mídia (e, pois, o enfrentamento num espaço altamente desprivilegiado para o movimento docente) e a luta ferrenha pela sua democratização. Como mecanismo importante para a efetivação dessas ações, apontava-se para a construção de um "melhor relacionamento universidade pública-sociedade", que resultasse no fortalecimento e aumento da sua credibilidade, em oposição aos ataques veiculados pela mídia. Além disto, cabia engajar-se mais efetivamente nas lutas em defesa do meio ambiente, "cuja importância social, política e ideológica precisa[ria] ser melhor assimilada e privilegiada pelo movimento sindical" (Relatório Final do XI Congresso, 1992, p. 64).

²⁹ No campo específico da educação, além da continuidade do empenho em defesa da LDB propugnada pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, ressaltava-se a necessidade de atuar articuladamente com os movimentos de trabalhadores em educação no ensino de 1º e 2º graus, dedicando-se mais à "problemática das licenciaturas nas IES" e à da finalidade/importância da existência do ensino de 1º e 2º graus dentro das mesmas. Ao mesmo tempo, era preciso sustentar a luta pela autonomia e democratização das universidades, analisando-as conceitualmente e avaliando a sua prática, além de pressionar os colegiados superiores das IFES no sentido de que recusassem o "modelo de financiamento" proposto pelo MEC.

os acontecimentos recentes no “mundo socialista”, divulgando as diferentes concepções surgidas no *XI Congresso* e preparando um seminário sobre o tema, a ocorrer imediatamente antes do próximo CONAD.

Em meados de 1992, diante de um “quadro de ilegitimidade governamental poucas vezes alcançada em nossa história”, a ANDES-SN voltou a acionar, decididamente, a bandeira do *impeachment* do presidente Collor, como alternativa para a grave crise econômica e política vivida no país, marcada pela impunidade e pela “tentativa de destruição de todas as iniciativas populares” (recorrendo-se à mentira, à desinformação e à repressão), sem deixar de levar em conta, porém, que a tarefa central do sindicalismo seria *a luta pela democracia*:

“O impeachment é passo necessário, embora não suficiente. O conjunto da sociedade não pode, de forma alguma, assistir passivamente que se realizem tentativas de escamotear o impeachment, por exemplo, com um ‘parlamentarismo de ocasião’. A luta pelo impeachment deve ser um movimento de massas, tendo como norte a reconstrução da democracia” (InformANDES, junho 1992 - editorial, grifos meus; Cadernos ANDES n° 13, 1994, p. 5).³⁰

A proposta de *impeachment* do presidente Collor foi amplamente discutida no XXIV CONAD, ocorrido em junho daquele ano, ancorada em avaliações da conjuntura internacional e nacional pautadas pela necessidade de construção de uma real democracia no Brasil. Acreditava-se que a “nova acumulação internacional” continuava agredindo as conquistas sociais (a crise do *Welfare State* e a afirmação do Estado mínimo o atestavam), em um contexto de arrefecimento da utopia socialista, o que colocava a necessidade de “resgatar as utopias e o coletivo”, construindo *a identidade das classes trabalhadoras* pelo respeito à sua diversidade e pelo “conhecimento [das] suas lutas, linguagens e tradições” (Cadernos ANDES n° 13, 1994, pp. 7-8; grifos meus).

As avaliações sobre o Brasil ressaltavam o aprofundamento da recessão, que continuava a reproduzir/agravar os efeitos sociais perversos já mencionados, provocando um ascenso do *individualismo*, ou seja, uma tendência crescente à busca de saídas individuais para os problemas sócio-econômicos e políticos colocados, com destaque para a impunidade vigente.³¹ Por outro lado, mesmo o movimento sindical combativo atravessava um momento de imobilismo e de “escalada preocupante rumo ao consenso”,³²

³⁰ A partir deste InformANDES e até abril de 1994, as análises de conjuntura feitas pelo movimento docente estão registradas neste Caderno n° 13 - “Memória da Luta” - que passo a utilizar na reconstituição aqui realizada.

³¹ A corrupção atingira um grau tão elevado que instalara-se, no Congresso Nacional, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as acusações de práticas estelionatárias praticadas por Paulo César Farias em favor de Fernando Collor de Mello, durante o processo eleitoral que o elegeu presidente da República.

³² Considerava-se que eram determinantes, neste sentido, o “enfraquecimento da utopia socialista” e a “permanência numa postura defensiva (explicada pela falta de consciência do exercício da cidadania, pela fragilidade da direção política e pelas dificuldades impostas pelo processo repressivo aos trabalhadores”, entre outros elementos) (Cadernos ANDES n° 13, 1994, p. 12).

fixando-se nas ações econômico-corporativas para sustar os “alarmantes índices de desemprego e arrocho salarial”, o que favorecia o intuito de frações burguesas e do governo de não apenas reprimi-lo mas, de fato, destruí-lo. Apesar das adversidades deste quadro, o movimento realçava, gramscianamente, a *positividade da crise* instalada:

“A crise, na sua dinâmica contraditória, apesar dos seus efeitos sobre a organização e a mobilização do movimento sindical e popular, não é fatal. Modificações moleculares se processam redefinindo o equilíbrio de forças (como ilustra o caso da cobertura da CPI de PC Farias pela imprensa). A desmoralização do bloco governista abre espaço para uma reorganização do movimento sindical. O processo de julgamento da corrupção pela CPI sintetiza em um momento anos e anos de crítica. O processo de retomada da mobilização se dá pela elevação do nível de consciência política da base do movimento. O que, vale lembrar, não se faz de forma automática, mas impõe às lideranças a tarefa política de direcionamento do processo” (Relatório Final do XXIV CONAD, *apud* Cadernos ANDES n° 13, 1994, p. 13; grifos meus).

Esse direcionamento político exigia a fixação de um horizonte “*para além do impeachment*”. Do ponto de vista das forças conservadoras, buscava-se uma saída que levasse à “restauração da normalidade”, sendo o *impeachment* uma forma de “responsabilizar Collor” e “purificar as instituições”. Mas, mesmo entre essas forças, o recurso ao *impeachment* não era consensual, aventando-se também as saídas do *parlamentarismo* e da *revisão constitucional*. Para os militantes da ANDES-SN, esta última seria a mais danosa para as classes subalternas, dada a menor possibilidade de controle sobre os seus rumos. Defender o *impeachment* e *ir além* dele significava, portanto, constituir

“[...] um amplo movimento de massas que colo[casse] como questão central a democracia não apenas nos seus aspectos formais. Trata[va]-se, fundamentalmente, da participação ampla da população na formulação e implementação de políticas que respond[essem] à crise, [de] uma luta que recoilo[casse] o debate sobre as transformações necessárias para a consolidação de mudanças econômicas centradas não apenas na ampliação de empregos e em uma política consistente de elevações salariais que, resultando em uma expansão da economia, [viessessem] a criar, também, mecanismos através dos quais os benefícios do crescimento econômico [favorecessem] primordialmente aqueles que o produziram - os trabalhadores. [Tratava-se de lutar] por medidas que contemp[lassem] os segmentos não assalariados da população (entre elas, a universalização dos serviços de educação e de saúde públicos). Por medidas, enfim, que torn[assem] possível o exercício da cidadania [como] regra e não exceção para todo o povo brasileiro” (*idem*, p. 14; grifos meus).

Neste embate, era importante ter claro que a corrupção, apesar de alardeada pela mídia e alvo explícito das mobilizações populares e institucionais pelo *impeachment*, não era o “elemento central” da crise brasileira. Tratava-se, essencialmente, de uma crise de legitimidade do governo:

“A crise é estrutural. Mais do que uma aguda crise política ela se revela, de fato, como uma profunda crise ideológica. Coloca em questão não apenas este ou aquele governante, mas atualiza a questão da necessidade de repensar as formas culturais, as formas sociais. Coloca, portanto, em questão, as formas tradicionais da política brasileira, atualizadas pelo projeto

neoliberal numa sociedade onde governos e empresários sempre tiveram as mãos livres para atuar. Por esse caráter, a crise envolve o conjunto da sociedade e se aprofundará cada vez mais, com a implementação do projeto econômico vigente” (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 15; grifos meus).

Nesse contexto, os partidos e entidades democráticas deveriam se articular e defender ferrenhamente os direitos sociais conquistados, evitando que, em nome da “eficácia capitalista”, se “rasgasse a Constituição”. As eleições municipais de outubro seriam um espaço importante para esta articulação, devendo-se contrapor a participação massiva no pleito à proposta (despolitizante) do voto nulo, que em nada beneficiaria os interesses populares. Dentre os encaminhamentos gerais formulados pelo XXIV CONAD, merecem destaque: (a) o envolvimento da ANDES-SN em uma campanha de massa pelo *impeachment*, entendido como uma luta efetiva pela real conquista da democracia; (b) a intervenção decidida no movimento sindical combativo, tentando barrar posições que, em nome do consenso, perdessem a perspectiva de classe; (c) o combate a projetos de revisão constitucional ampla e a emendas constitucionais apresentadas pelo governo, bem como a toda e qualquer iniciativa que ameaçasse as conquistas já obtidas; e (d) a convocação de um CONAD Extraordinário para “deliberar sobre novas formas de intervenção nesse processo”, caso a conjuntura o exigisse (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 16).

Realizado após a aprovação do *impeachment* do presidente Collor pela Câmara Federal (outubro de 1992), o III CONAD Extraordinário dedicou-se a avaliar/aprofundar o significado e os limites deste acontecimento inédito na história do país. No entendimento dos seus participantes, haviam sido fundamentais, para a instauração do processo de *impeachment* de Collor, as manifestações populares que, impedindo os “velhos truques políticos” e exprimindo um *consenso contraditório*, traduziam a impossibilidade de o presidente continuar governando o Brasil. Este movimento, porém, envolvia um amplo leque de forças: os “caras pintadas”, os que julgavam ter a corrupção ultrapassado os limites toleráveis, os “adesistas de última hora”, os que consideravam a ameaça de perda da governabilidade decisiva para esta medida e os que, como a ANDES-SN, batalhavam contra o projeto neoliberal e seus efeitos perversos, “*para além do impeachment*”. Neste sentido, o movimento desencadeado carregava uma contradição básica: “*se a luta contra a corrupção obtinha com enorme facilidade o consenso, a luta contra o neoliberalismo seguramente romperia esse consenso*”. Isto se evidenciara nos espaços orgânicos articulados com este fim: no Movimento pela Ética na Política, no Movimento Democrático contra a Impunidade e em todos os demais fóruns que se organizaram em torno desta grande questão nacional. Em todos eles, a ANDES-SN havia atuado, de maneira “firme e decidida”, buscando contribuir para que “o entendimento e a prática de luta alcançassem o grau de coerência e de radicalidade necessários para a elaboração de uma *alternativa popular de solução para a crise*” (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 25).

Os efeitos contraditórios dessa luta já se faziam sentir, contudo. Os segmentos populares manifestavam o seu desagrado e as instituições liberais atuavam “normalmente”, levando a crer que a população tinha poder decisório e que a política podia ser algo diferente: ao nível do simbólico, a cidadania aparecia como conquistada, parecendo mudada a relação da sociedade com o Estado. E, de fato, contrariamente à expectativa de que nada [mudara], o novo governo não [teria] as mãos livres [...], não [poderia] ignorar nem a corrupção nem a impunidade” (*idem*, p. 26). Além disso, novas expectativas haviam sido criadas. A proximidade das eleições municipais levava os políticos situacionistas a aderir ao discurso da “moralidade”, o que esvaziava o conteúdo político do movimento *pró-impeachment*. Mesmo assim, os resultados do primeiro turno eleitoral haviam fortalecido os candidatos dos partidos de esquerda, mas esperava-se que, no segundo, com o vice-presidente Itamar Franco já em exercício, novos arranjos políticos fossem feitos, o que poderia alterar este quadro, revelando mais nitidamente o “grau de radicalidade” das escolhas da população.

Como o processo do *impeachment* ainda não estava encerrado - faltava o seu julgamento pelo Senado -, considerou-se importante manter acesa a mobilização popular, transpondo os limites do discurso da “governabilidade” e exigindo um projeto efetivo de mudança das condições de vida e trabalho da esmagadora maioria da população brasileira, construindo uma *plataforma popular* de governo fundada nas seguintes reivindicações: fim da recessão e do desemprego; recuperação dos valores reais dos salários e dos direitos que devem ser assegurados pelo Estado, combate à impunidade e à subordinação do Brasil ao FMI e ao Banco Mundial; e plena realização da cidadania” (Cadernos ANDES nº 13, 1994, pp. 27-28).³³

Outros pontos básicos desse “projeto popular” eram o debate amplo e representativo do orçamento elaborado pelo Executivo no Congresso Nacional e a transparência na administração das verbas públicas, de modo a permitir o fácil acesso aos dados e o controle público dos gastos e insumos, inclusive aqueles destinados ao desenvolvimento científico e educacional, em nível federal, estadual e municipal.³⁴ Tais gastos deveriam ser, regularmente, objeto de análises e críticas e continuava premente a luta pela

³³ Era fundamental, igualmente, evitar que a reforma fiscal anunciada se concretizasse, pois se tratava, de fato, de uma reforma constitucional travestida: “parte significativa dos problemas de orçamento fiscal da União podem ser resolvidos pelo combate à sonegação de impostos que, estima-se, representa uma perda de cerca de 40% dos tributos, ou ainda por uma revisão das renúncias fiscais, especialmente das isenções para exportações”. O movimento docente alertava ainda para o fato de que a perspectiva de realização de um plebiscito para a escolha da forma de governo (monarquia/parlamentarismo/presidencialismo) e de uma revisão constitucional exigiriam do movimento sindical outista uma “urgente preparação no sentido do aprimoramento do seu projeto de sociedade”, de modo a garantir a politização do debate sobre sistema de governo e a ampliação das conquistas de 1988, evitando os retrocessos contidos na proposta de reforma fiscal (*idem*, pp. 28-29).

³⁴ Uma reivindicação estratégica do movimento era a de investimento regular de 1,5% do PIB em desenvolvimento científico e tecnológico e de 10% do mesmo em educação pública (Índices compatíveis com os vigentes em países desenvolvidos ou “interessados em acelerar seu desenvolvimento”, recomendados pela UNESCO).

aprovação/implementação imediata do projeto de LDB em tramitação na Câmara Federal. No que se refere à saúde, importava resgatar o seu caráter público e construir um sistema nacional que também assegurasse um padrão unitário de qualidade em todo o país, conforme demandado pela IX Conferência Nacional de Saúde, que definira princípios claros para o financiamento/gerenciamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Fazer avançar a construção dessa plataforma popular de governo exigiria, estrategicamente, “reverter qualquer perspectiva que sinaliz[asse] para a política de pacto social no interior do movimento sindical classista”. Dada a centralidade atribuída à CUT neste processo, caberia ao movimento docente ampliar a sua inserção nesta Central, principalmente mediante a participação das AD’s SSind’s nas CUT’s Estaduais. A especificidade da sua contribuição - no conteúdo e na forma - era claramente delineada:

“O trabalho de elaboração, de esclarecimento político e de construção de propostas passa, prioritariamente, pelo seu aprofundamento no interior da nossa própria categoria. Esse aprofundamento se faz necessário com os sindicatos de professores de 1º e 2º graus, com os demais trabalhadores em educação e com o conjunto do movimento sindical organizado. A clareza política e a construção de pautas conjuntas [...] permitirão dar maior organicidade à luta popular e recuperar a sua radicalidade. Com isto, se poderá mudar a correlação de forças na conjuntura, alterando a sua qualidade” (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 30).

Com base nessas avaliações e posicionamentos, sintetizados na *Carta de Brasília*, o III CONAD Extraordinário elaborou um Plano de Lutas minucioso, envolvendo proposições que abrangiam: (a) a *reforma constitucional*; (b) as *diretrizes para a discussão/formulação de propostas* concernentes aos temas: cidadania e direito, ciência e tecnologia, reforma agrária e urbana, política econômica; e (c) *encaminhamentos emergenciais* relativos ao movimento social organizado, para negociações imediatas com o governo e às tarefas específicas do movimento docente (cf. Cadernos ANDES nº 13, 1994, pp. 32-38). Este Plano ilustra bem o empenho da ANDES-SN na construção molecular do “novo dentro do velho”:

“Faz-se mais que necessário que o movimento social organizado (partidos, sindicatos, igrejas, associações) que se colocou na luta contra o desgoverno Collor elabore coletivamente um programa mínimo alternativo à política neoliberal. Programa que seja referência para a sociedade. E que permita a intervenção de ampla maioria da população como sujeito dos destinos do país. A luta e a mobilização da sociedade não podem ser apenas uma catarse que pouco a pouco será digerida. A população que se mobilizou pela sua dignidade, pela construção de melhores condições de vida, necessita e requer a sua soberania. Cabe a todos, ao movimento social organizado, ao movimento docente organizado na ANDES-SN, trabalhar no sentido da construção dessa cidadania” (Carta de Brasília, in Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 42; grifos meus).

O GOVERNO ITAMAR: DENÚNCIA E COMBATE AO “NEOLIBERALISMO TRAVESTIDO DE DEMOCRACIA”

As expectativas de uma atuação radical do movimento popular frente ao “novo” governo que se iniciava logo se viram, no entanto, entravadas. Em dezembro de 1992, os militantes da ANDES-SN já denunciavam o governo Itamar Franco como expressão do “mais amplo arco de alianças que as classes dominantes jamais conseguiram articular no país”. Herdeiro dos dividendos políticos do *impeachment* e legitimado junto às forças progressistas pela incorporação de personalidades de prestígio popular, o presidente Itamar tentara envolver todas as forças que orbitaram em torno do “fora, Collor!” em um *pacto social*, de modo a tolher as possibilidades de construção de uma alternativa efetivamente popular. Na avaliação do movimento docente, reunido em seu XXV CONAD, embora este pacto não houvesse sido nacionalmente formalizado, progredia a articulação entre empresários e trabalhadores. Isto requeria uma atuação firme da ANDES-SN e dos demais movimentos organizados no campo popular, em espaços públicos nacionalmente articulados:

“No conjunto da sociedade ocorrem movimentos que, na prática, caracterizam um pacto. Pacto que não passa necessariamente pelo governo. O movimento sindical tem progressivamente transferido suas lutas por conquistas sociais (saúde, educação, transporte, alimentação) do plano público, da esfera estatal, para as suas campanhas salariais. Seu interlocutor passa a ser o empresariado. Este deslocamento de campo possibilita o enfraquecimento da unidade da luta dos trabalhadores organizados sindicalmente com o conjunto da população e permite ao capital apropriar-se de uma fatia crescente do capital social para realizar a sua dominação. O espaço do público é fortemente privilegiado pelo movimento popular que localiza, em especial ao nível do governo municipal, suas lutas por saúde, educação etc. Assim se desconstrói o espaço do público ou, pelo menos, se limita esse espaço no nível municipal. A reconstrução das grandes lutas sociais, a recomposição do movimento social organizado, é hoje tarefa essencial”(Relatório Final do XXV CONAD, *apud* Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 46; grifos meus)³⁵

Para os integrantes desse evento, pouca diferença havia entre o governo Collor e o governo Itamar. Preso aos interesses das classes dominantes, o presidente Itamar investia em uma reforma partidária que reorganizasse as forças conservadoras e em uma reforma constitucional (nela incluído o plebiscito sobre o regime de governo) que desse às classes dominantes o controle do núcleo do poder e, ao mesmo tempo, obtivesse legitimidade junto às forças progressistas, de modo a forjar a aparência de uma *democracia real*. Na política

³⁵ Essa avaliação dos militantes da ANDES-SN é instigante e reveladora das torções do seu discurso. Ao mesmo tempo em que identificava, corretamente, a concretização de um pacto real na sociedade - que transcendia a própria interferência governamental -, reconhecia, tacitamente, que todas as pretensões de politização/elevação cultural das massas (e mesmo das direções do movimento sindical) ainda se encontravam muito longe do nível requerido para a construção de uma *alternativa democrático-popular* para o país: daí a necessidade de “reconstruir as grandes lutas sociais”, “recompôr o movimento social organizado”. Apesar do esforço empreendido nas análises das relações de força e da identificação das fragilidades do movimento social organizado, os dirigentes da ANDES-SN insistiam na possibilidade de reversão imediata dessas fragilidades, talvez movidos por um excessivo “otimismo da vontade”, em detrimento do “pessimismo da razão” (a conjugação equilibrada desses dois componentes da direção política consciente era muito enfatizada por Gramsci).

econômica, o ajuste fiscal continuava a pedra de toque para qualquer mudança, mas tratava-se, apenas, de uma reforma tributária parcial, voltada para o aumento de receita da União, que preservava, na essência, a “mais brutal injustiça”, posto que a proposta orçamentária para 1993 continha baixos investimentos sociais e sustentava os pesados compromissos com os pagamentos das dívidas interna e externa. Apesar de ampliar os percentuais das transferências de recursos da União para os Estados e Municípios (o que também era uma forma velada de cooptação de governadores e prefeitos), essa reforma constituía, em suma, a “antecipação da revisão constitucional” (Cedemos ANDES nº 13, 1994, pp. 44-45).³⁶ Tratava-se, em síntese, de um governo conservador, travestido de roupagens democráticas:

“O governo não tem efetivamente apresentado propostas concretas capazes de fazer frente aos graves problemas sociais. Age de forma ilusória, superficial e paliativa. Procura obter apoio popular e cooptar alguns segmentos populares, abrindo espaço para a implementação menos traumática do modelo neoliberal. Fala em medidas pontuais, como a redefinição das prestações dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação que, além de atingir apenas 15% do total dos mutuários, não se constitui em política habitacional adequada às necessidades da população, [além de prometer] o pagamento do reajuste dos aposentados e [acenar com] a perspectiva de retorno do ‘gatilho’. O espaço de ‘negociação’ aberto [...] traz para o debate o movimento social organizado, sem contudo proceder a negociações reais. Retoma a ética na negociação ao mesmo tempo em que publica ou faz publicar suas posições unilateralmente, sob a forma de entrevistas. Tenta se antecipar às pressões sociais e fazer com que o movimento social seja caudatário e, assim, enfraquecê-lo. Procura construir uma imagem positiva frente ao povo e, desse modo, abrir espaço para uma ação política futura, na perspectiva de uma revisão constitucional que, servindo à construção do projeto neoliberal, elimine as conquistas sociais já conseguidas” (idem, p.45; grifos meus).

Predominava entre os militantes da ANDES-SN a compreensão de que o acirramento da crise se enraizava na continuidade de implementação do projeto neoliberal e na manutenção do receituário de uma política econômica incompatível com a efetiva prática de concessões aos segmentos populares da sociedade, tornando-se portanto inexecutável a “costura” de um sistema de apoio político mais amplo. Entendia-se também que o segundo turno das eleições municipais produzira não apenas a recomposição da direita, mas o crescimento dos partidos de esquerda em grande parte das capitais brasileiras. Esta redefinição do quadro político constituía uma espécie de ante-sala das futuras eleições presidenciais, onde novamente se confrontariam os que defendiam a “necessidade da ordem a qualquer custo” e os que priorizavam a “necessidade de transformação das condições da vida social”. Para as classes trabalhadoras e os excluídos, continuava em jogo, portanto, a *construção de uma alternativa popular ao projeto neoliberal*, que de fato

³⁶ Preocupava particularmente a ANDES-SN o fato de, no conjunto das propostas de ajuste fiscal, a dívida mobiliária federal (e o seu serviço, decisivo para a determinação do déficit público) não ser “objeto de intervenção do governo”. As previsões eram de que 50% do aumento de receita obtido com o ajuste fiscal se destinasse a essa questão, o que significava que os impostos visavam sobretudo enfrentar essa dívida, enquanto a vultosa sonegação existente permanecia incólume (*idem*, p. 45).

implicasse nova qualidade de vida e exercício pleno da cidadania, ao “[...] aglutinar o movimento social organizado na perspectiva de uma política *que* construísse as condições de vida e de *participação política ativa e consciente*” (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p.47; grifos meus).

As análises feitas durante o XXV CONAD concluíam pela atualidade da maioria dos pontos do Plano de Lutas construído no III CONAD Extraordinário. Dentre eles, destacavam-se os referentes ao *fortalecimento de uma ação articulada por intermédio da CUT*; ³⁷ os relativos à *reforma constitucional* (denúncia da não regulamentação de mais de cem artigos da Constituição de 1988, ressaltando seus aspectos positivos e elaboração de uma plataforma de ação visando à revisão constitucional de 1993³⁸ e os atinentes aos *encaminhamentos emergenciais*, a saber: (a) elaboração de proposta de política salarial a ser negociada pela CUT com o Estado; (b) definição de uma política de recomposição do salário mínimo que assegurasse ao menos o disposto na Constituição e de um piso salarial por categoria para todos os trabalhadores, reajustado segundo os índices do DIEESE; (c) retirada da proposta de reforma constitucional enviada pelo governo Collor ao parlamento a título de reforma fiscal e luta contra a continuidade dessa estratégia pelo governo Itamar; (d) exigência de combate imediato à sonegação fiscal; (e) rejeição de qualquer novo imposto ou aumento da alíquota dos já existentes; f) retirada do Projeto de Lei de Propriedade Industrial - “Lei das Patentes”, lesivo aos interesses da maioria da população; g) redefinição, através de amplo debate, das prioridades orçamentárias da União e criação de mecanismos de controle de sua execução; h) suspensão imediata do programa de privatizações, com auditoria nas já realizadas; (i) abertura de negociações com os SPF’s, objetivando a implantação da isonomia salarial entre os três poderes e a revisão da que vinha sendo concretizada; (j) auditoria na dívida interna pelo Congresso Nacional e não pagamento da dívida externa, entre outros (cf. Cadernos ANDES nº 13, 1994, pp. 48-51).³⁹

³⁷ Neste sentido, a Diretoria da ANDES-SN participou de duas reuniões ampliadas da Diretoria Executiva da CUT, visando “organizar uma negociação das classes trabalhadoras com o governo” e estabelecer uma “plano de mobilizações”. Nesses momentos, registraram-se *divergências de análise* entre o sindicato e esta Central (que serão abordadas mais adiante), mas também concordância quanto à lista de reivindicações apresentadas (*idem*, pp. 47-48).

³⁸ O XXV CONAD reafirmou ainda a proposta, formulada pelo III CONAD Extraordinário, de criação urgente de um “Fórum sobre a Revisão Constitucional”, que viabilizasse a “elaboração de propostas e estratégias de intervenção dos trabalhadores nesse debate” (*idem*, p.48).

³⁹ No que diz respeito às reivindicações emergenciais específicas da categoria dos docentes do ensino superior, destacavam-se: a garantia, no orçamento de 1993, de recursos adequados para educação, saúde, C & T e despesas com pessoal/encargos sociais; a revisão imediata das prioridades governamentais, provendo de recursos os organismos de fomento à pesquisa sob sua responsabilidade (de modo a atender a demanda por bolsas em todos os níveis, financiar projetos de pesquisa básica e sustentar os compromissos firmados com projetos já aprovados); à tramitação, em urgência urgentíssima, do projeto de LDB que se encontrava na Câmara Federal (Projeto de Lei nº 1258-A/88) e a exigência da devolução imediata de parcelas dos salários dos professores cassadas durante o governo Collor (*idem*, p.50).

Ao reafirmarem/atualizarem o seu Plano de Lutas, os militantes do movimento docente alertavam para a necessidade de acelerar essas ações, que deveriam estar delineadas já no início de 1993.⁴⁰ Nesta perspectiva, no seu XII Congresso, a ANDES-SN faria um “balanço histórico” da sua intervenção na conjuntura, resgatando as principais análises e proposições formuladas. A partir deste balanço, e de uma rápida atualização do quadro vigente, em que se destacava a “paralisia generalizada do movimento social organizado” - a entidade assumiria, como referência básica de suas ações”, o combate à *integração passiva à ordem*:

“O processo de integração capitalista internacional se caracteriza pela mundialização, tanto no plano econômico quanto no plano político-ideológico. A monopolização capitalista internacional não apenas subordina as economias, mas também os Estados nacionais. Estes Estados tomam-se então um limite à capacidade de resistência dos trabalhadores. Tal processo exige a clara definição de novas formas de internacionalismo. As classes trabalhadoras atuam no cenário configurado pós-desestruturação das experiências de constituição do socialismo, que marca brutalmente a tendência de refluxo dessas forças populares. O cenário aparece, então, como estando caracterizado, por um lado, pela pretensa ‘inevitabilidade’ do capitalismo, não apenas como forma produtiva mas também como horizonte civilizatório e, por outro lado, pela forte tentativa de desconstrução das identidades classistas que se diferenciam desse horizonte. Mais do que uma mera forma produtiva, o capitalismo é a racionalidade da classe dominante que se apresenta em todas as esferas da vida social: do político ao afetivo, do estético ao teórico. Se os dirigentes do campo popular reconhecem a inevitabilidade do capitalismo, reconhecem a impossibilidade de outra visão de mundo; isto significa que, fundamentalmente, assumiram que a história do capitalismo é toda a História, que estamos condenados a sofrê-la. A integração passiva à ordem significa assumir que todo o pensável, que tudo o que se pode viver está resumido à lógica, à racionalidade e à trajetória capitalistas” (Relatório Final do XII Congresso apud Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 63; grifos meus).

Se assumida por partidos, sindicatos, movimentos sociais, essa lógica passaria a situar suas ações no âmbito da “racionalidade de mercado”, o que liquidaria com a vontade coletiva de construir alternativas a essa racionalidade. Daí a importância de recusar veementemente as “formas mecanicistas” nas análises e práticas sociais:

“[...] sob esta racionalidade não cabem, entre outros, projetos como o de uma educação pública, gratuita, crítica e competente, não cabe uma proposta que assegure saúde coletiva e uma seguridade social pública aberta a toda a sociedade. Os espaços de construção das nossas ciências, práticas e desejos são regulados pelas possibilidades orçamentárias e pelos projetos políticos de quem deseja manter esse projeto ‘civilizatório’. As classes trabalhadoras, seus partidos e sindicatos, devem colocar claramente a perspectiva da negação dessa integração à ordem e reafirmar a luta pela construção de uma nova racionalidade” (idem, p. 64; grifos meus).

Para os congressistas, essa tendência crescente de *integração passiva à ordem*, expressa na “paralisia do movimento social”, aparecia como uma “grande perplexidade, seja

⁴⁰ Ampliando/atualizando o seu espectro de análises, o XXV CONAD deliberou ainda que o movimento docente deveria debater e elaborar estratégias relativas à questão do Mercosul, “pelas profundas implicações que, dentro de pouquíssimo tempo, esta[r]iam colocadas para a nossa sociedade”, relativas tanto às formas de concentração/acumulação de capital como à forma de organização sindical.

dos partidos de esquerda, seja dos movimentos sociais”, que, com a perda do horizonte classista, tendiam a deslocar cada vez mais as suas ações para o campo institucional, reduzindo, assim, sua capacidade de exprimir os interesses de suas bases sociais. Objetivamente, contribuía decisivamente para o fortalecimento dessa tendência o rescaldo de uma década de recessão, que levava o movimento ao refluxo, no desespero de preservar conquistas. Desemprego e recessão explicariam, em grande parte, a desorganização das classes trabalhadoras: “colocadas [...] no campo da luta pela sobrevivência, [...] perdem a combatividade que demonstraram no final da década de 70 e meados da de 80. Não se trata de uma maquiavélica traição das direções, ainda que, objetivamente, muitas delas tenham modificado posições e mesmo projetos” (*idem, ibidem*).⁴¹ Impunha-se, portanto, o combate a essa tendência no interior do próprio movimento sindical classista: “transformar essa realidade é uma necessidade imperiosa para as classes trabalhadoras, [mas] requer uma análise realista das condições em que ela pode e deve realizar-se. A rejeição dessa integração significa *afirmar não apenas a possibilidade, mas a necessidade de construção de novas formas civilizatórias*” (Cadernos ANDES n° 13, 1994, p. 65; grifos meus).

Visando prosseguir na tarefa simultânea de desconstrução e combate ao projeto neoliberal no Brasil e reverter a inércia ou adesão do movimento social ao “pacto da governabilidade”,⁴² julgava-se essencial a “democratização da comunicação”.⁴³ Era preciso refutar, também, a “trégua” intentada pelo “novo” governo, aprofundando o real significado e os objetivos de seu projeto político.

Na avaliação do movimento, a consolidação do neoliberalismo no governo Itamar Franco estava balizada pelo plebiscito sobre o regime de governo,⁴⁴ pela revisão constitucional e pela continuidade da recessão econômica decorrente da adoção do receituário do FMI. A iniciativa da consulta plebiscitária, ocorrendo em um momento de grave crise e dela desviando as atenções populares, visava obscurecer os sérios problemas nacionais, despolitizando o debate sobre os mesmos, dado que a discussão sobre

⁴¹ Contribuíam também para essa tendência a crise internacional da “utopia” socialista e, na materialidade do mundo do trabalho, a terceirização, a flexibilização produtiva e a desconstrução do espaço fabril, que geravam a aparência de “desaparecimento das classes” (Cadernos ANDES n° 13, 1994, p. 65).

⁴² Neste sentido, foi feita uma crítica contundente à posição colaboracionista do “sindicalismo de negócios”: “ao afirmar a ‘modernidade’ da negociação e ao reduzir a luta dos trabalhadores à pura perspectiva de melhor inserção na ordem capitalista, afirma a ‘civilização’ da negociação e combate a greve como forma de luta” (*idem*, p. 67).

⁴³ Tratava-se de enfrentar, eficazmente, o “monopólio de controle da opinião pública”, decisivo para a fabricação do presidente Collor e a implantação do neoliberalismo no país. Os militantes da ANDES-SN reconheciam que não haviam conseguido “atuar como um todo no fortalecimento do Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação” (*idem*, p. 67).

⁴⁴ A proposta deste plebiscito havia sido gestada quando da discussão fisiologista sobre o aumento do tempo de mandato do presidente Sarney: após cinco anos de vigência do texto constitucional, far-se-ia a consulta plebiscitária sobre regime de governo (república ou monarquia e parlamentarismo ou presidencialismo). Deste modo, por mero acordo parlamentar, o Congresso Constituinte criara a possibilidade de revisão constitucional antes mesmo que a nova Carta Magna fosse implementada.

parlamentarismo ou presidencialismo se tornara uma "espécie de jogo onde se exploram as emoções populares, não se discutem projetos políticos e não se explicitam as formas que eles assumirão" (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 71). Como parte da mesma estratégia, o governo começava também a realizar manobras no sentido de antecipar a revisão constitucional. Para a ANDES, essas tentativas de modificar os métodos de dominação política indicavam que

"a crise política das classes dominantes brasileiras [...] avanç[ara] até se transformar em crise institucional. Do ponto de vista da burguesia, a superação dessa crise sup[unha] a eliminação das conquistas sociais. Do ponto de vista das classes trabalhadoras, essa superação pass[aria], necessariamente, pela luta de preservação e ampliação dessas conquistas. A reforma constitucional sintetiz[aria], assim, as contradições sociais. O papel dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais [seria], portanto, intervir ativamente na perspectiva de construção de uma nova hegemonia" (idem, ibidem; grifos meus).

Como estratégia de enfrentamento dessa situação, o XII Congresso propunha *resistir e avançar*, refutando as estratégias dominantes de *passivização* das classes trabalhadoras via mascaramento "democrático" do real. Urgia implementar as propostas definidas pelo III CONAD Extraordinário, além de participar ativamente do debate sobre a forma de governo (explicitando, através dos meios de comunicação adequados, o verdadeiro significado político do plebiscito) e de denunciar as manobras congressuais que visavam antecipar a revisão constitucional (tentando impedi-la) e a transformação dessa revisão em um novo processo constituinte.⁴⁵

A 13 de maio de 1993, contrariando a maré de imobilismo do movimento sindical, os servidores públicos federais (SPF's) declararam uma "greve decisiva contra o desmonte do Estado" que, em curto espaço de tempo, obteve um grau de adesão significativo. Esta greve repercutiu diretamente no governo, ao reduzir a arrecadação fiscal e concretizar uma paralisação geral da administração em "amplitude nunca vista". Itamar Franco, que naquele momento em que promovia a troca de seus ministros para ampliar a sua sustentação social, fora obrigado a negociar com um Comando Unificado de Greve e a recuar em sua intransigência, o que resultara em conquistas relevantes, como a anistia dos servidores punidos em greves anteriores e um reajuste salarial de 85%, sem falar da coesão e unidade desses trabalhadores em greve. Na avaliação dos dirigentes da ANDES-SN, contudo, não se deveria susperestimar essa vitória:

⁴⁵ Tendo em vista elaborar uma plataforma dos docentes para a revisão constitucional, deliberou-se que os GT's da ANDES-SN deveriam apresentar, até o final de abril, uma avaliação da Constituição e propostas preliminares para a reforma constitucional, sobretudo no que se referia às questões da política educacional, o que demonstra a centralidade do GTPE e o papel dos GT's como alimentadores da ação deste sindicalismo de intelectuais. Nesta mesma direção, recomendava-se a (re)criação do GT de Comunicações, objetivando: "definir uma política de atuação da ANDES-SN na área; construir, em conjunto com o movimento sindical organizado, uma proposta para as políticas públicas na área de comunicação social e difundir/fomentar o debate sobre o tema nas AD's SSind's".

"A luta centrou seu caráter ofensivo na busca da conquista da política salarial e da isonomia. Ela, enquanto ação conjuntural, não fez o governo recuar de seus propósitos de continuar a política de desmonte do serviço público. Nova ofensiva deve vir com a revisão constitucional. Nela, os propósitos neoliberais, já apresentados nas emendas constitucionais de Collor, voltarão. Fim da estabilidade, da aposentadoria integral e por tempo de serviço, limitação da autonomia das Universidades, com o fim da carreira única, entre outros, serão os problemas a [enfrentar] pelos servidores públicos. A maior vitória foi [...] a conquista deste grau de unidade para o enfrentamento das lutas futuras. Se o movimento unificado sai fortalecido, também assim [se encontra] o MD" (Cadernos ANDES nº 13, 1994, pp. 91-92; grifos meus).⁴⁶

Este surto combativo do principal alvo do projeto neoliberal - o funcionalismo público federal - não era suficiente, porém, para fazer frente à *crise estrutural* da sociedade brasileira, conforme analisado pelo XXVI CONAD (junho/julho de 1993). O Brasil vinha experimentando uma série de crises políticas, apresentadas pelas classes dominantes como resultantes de uma "situação de ingovernabilidade gerada pelas instituições" - o que justificava a alteração desse quadro institucional através da revisão da Carta de 1988 -, mas que, de fato, traduziam a continuidade de políticas antipopulares, decorrentes de uma situação estrutural de *inserção subordinada* do país na divisão internacional do trabalho. Impossibilitados de responder às reais necessidades da população e amarrados ao "draconiano projeto do FMI", os governos Sarney, Collor e Itamar, compromissados com os objetivos estratégicos das classes dominantes, atuavam na perspectiva do "convencimento ideológico":

"Estabelece-se uma expectativa de mudanças como instrumento alimentador da paciência popular e tenta-se, permanentemente, caracterizar o posicionamento do movimento social organizado como intransigente; as reações sociais são descaracterizadas como tal, apresentadas como se criminosas fossem, caem ministros e novos planos milagreiros são propagados. Estabeleceu-se um processo articulado que passa pela crise, por expectativas frustradas de mudanças, desgaste de ministros e sua substituição, 'novos' planos, persistência da crise etc. Recentemente, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, feito ministro, fal[ou] em resolver a inflação com uma ... mudança de atitudes! E, em pleno escárnio, ous[ou] chamar seu plano de Plano Verdade! A raiz da crise é estrutural e só a esse nível ela poderá ser resolvida" (Relatório Final do XXVI CONAD, *apud* Cadernos ANDES nº 13, 1994, p.96; grifos meus).

O próprio caráter estrutural da crise brasileira dificultava, contudo, esse convencimento ideológico. Aos poucos, a máscara democrática do governo Itamar ia caindo, junto com o esgotamento do "capital político" que herdara do processo de *impeachment*. Desgastado perante a opinião pública, este governo recorria à "fórmula surrada" de "mercadejar, com os partidos conservadores" que predominavam no Congresso, cargos de diferentes escalões dos ministérios e verbas para a realização de obras por partidos, governos ou parlamentares dispostos a venderem seu apoio. Os cortes

⁴⁶ Nas IFES, a greve atingira, até junho, cerca de 43 AD's S'Sinds de 41 IES e, em diversos estados, foram constituídos comandos unificados com os SPF's, responsáveis por manifestações públicas significativas, principalmente nas capitais, o que concretizava com maior força uma velha estratégia perseguida sindicalmente pela ANDES (cf. InformANDES Extra, *apud* Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 91).

orçamentários anunciados - comprometendo acordos internos entre os parlamentares, ocorridos quando da tramitação da lei orçamentária - reforçavam também o poder executivo como “canal de negociação para a concretização de projetos” e o fortaleciam, pois, como importante vetor de cooptação política. Não havia mais dúvidas de que o projeto Itamar materializava a continuidade da implantação do neoliberalismo no Brasil, mesmo que parcelas significativas do movimento social organizado, prisioneiras de uma visão limitada de institucionalidade e atidas ao combate à corrupção, ainda não o percebessem. O que havia de novo no cenário eram as *modificações no processo de administração da crise econômica e os seus desdobramentos políticos*. O fracasso da tentativa de editar um novo plano levava à necessidade de “negar aspectos técnicos” desse plano e a reformulá-lo, com base em uma estratégia de *marketing* que associasse uma “nova figura à velha proposta”, divulgada com “nova roupagem”:

“A escolha de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda possibilitou, desde o início, algumas iniciativas importantes: a possibilidade de retorno ao esquema do ‘ministro forte’; a tentativa do governo de lançar as bases de uma maior coesão e apoio da classe dominante na construção da política neoliberal; a busca do resgate da credibilidade e da imagem do governo, em acelerado processo de deterioração. Além disso, não se po[dia] deixar de lado a perspectiva de construção de uma alternativa de centro para a sucessão presidencial, alternativa que visa[va] reaglutinar segmentos sociais que contribu[issem] para barrar o crescimento de uma candidatura democrática e popular” (Cadernos ANDES n° 13, 1994, p. 97).

Tratava-se, no fundo, de aprimorar os desenhos do projeto de expansão do neoliberalismo no país, adequando aspectos básicos de sua operacionalização: abertura do mercado interno, aceleração do processo de privatização e da construção do Estado Mínimo, entre outros. Como primeira iniciativa nesta direção, o governo buscava a articulação entre as medidas de política econômica e as demandas de um processo de acumulação capitalista que contemplava a terceirização e a incorporação de novas técnicas gerenciais e de modernas tecnologias, assim como o estabelecimento de novas relações entre o capital e o trabalho, pressupondo um “novo modelo” organizativo dos trabalhadores. Uma outra estratégia visível era a de procurar a adesão popular (com forte apoio da mídia) ao “Plano Verdade” (sic), cuja equipe coordenadora possuía inequívoca identidade conceitual com a que estruturou o Plano Cruzado. Naquele momento estratégico, o governo recorria também ao discurso contra a sonegação, sem, contudo, propiciar as condições necessárias ao seu enfrentamento: faltavam fiscais e agilidade administrativa/judiciária. Igualmente frouxo permanecia o combate à “corrupção organizada dentro do aparelho burocrático de fiscalização”. Ao lado disso, sustentava-se e veiculava-se a velha falácia de aceleração do processo inflacionário como decorrência da reposição salarial, embora os alicerces das propostas governamentais não escapassem ao receituário do FMI: arrocho salarial e cortes nos gastos sociais.

A implementação desse modelo continuava apresentando, também, as dificuldades resultantes da falta de controle da máquina administrativa federal, da resistência dos estados e municípios às medidas restritivas e das especificidades das “vésperas de um ano eleitoral”. A sustentação política do “Plano Verdade” estava subordinada, enfim, à construção de uma “ampla coalizão política”, fundada em uma candidatura presidencial de “centro” que, de fato, se personificou na figura do ministro Fernando Henrique Cardoso.

Toda esta engrenagem precisava ser compreendida/combateda pelo movimento social e, particularmente, pelo sindicalismo classista. Naquele momento conjuntural, a ANDES-SN avaliava, talvez com excessivo “otimismo da vontade”, haver um crescimento, no campo sindical, da “consciência política derivada das condições objetivas progressivamente impostas”: “consciência de que a política de modernização não apenas é incapaz de atender aos anseios dos trabalhadores, mas representa um processo de crescimento da exploração” (o salário mínimo atingira o mais baixo poder aquisitivo das últimas décadas e a política salarial sacramentava o maior arrocho salarial vivenciado pelos trabalhadores brasileiros). Embora crescente, esta consciência se confrontava com uma parte das lideranças sindicais que construíam o Movimento Decola Brasil: “essa parcela está envolvida com o governo, mas procura mascarar tal articulação. É exatamente aquela direção sindical que nunca assumiu o sindicalismo classista e que, unindo o peleguismo tradicional ao sindicalismo de negócios, contribui para construir um sindicalismo na perspectiva neoliberal e, portanto, de fortalecimento do capital” (Cadernos ANDES n° 13, 1994, pp. 98-99).

Impunha-se, assim, “a denúncia e a luta contra a *integração passiva à ordem*”, sobretudo como forma de alimentar o *crescimento da consciência política* dos trabalhadores organizados. Era necessário superar a “debilidade da intervenção do movimento social organizado, aí incluído o movimento sindical”. Era preciso esclarecer, de uma vez por todas, que a estratégia de afirmação do Estado Mínimo se fundava em dois pilares: a redução dos gastos públicos e o ataque ao sindicalismo, em particular o dos servidores públicos, que vinha “demonstrando maior capacidade de resistência, até porque a estabilidade permit[ia] maior margem de ação”. Era imperativo convencer os trabalhadores organizados de que, na revisão constitucional, “toda a legislação referente ao trabalho e ao sindicalismo [seria] ferozmente atacada pelos empresários e por seus aliados”, com destaque para a estabilidade no serviço público. Era vital mostrar que a intervenção governamental se sustentava, ideologicamente, na propagação de falácias e inverdades, como a de que o Estado brasileiro era muito grande,⁴⁷ ao mesmo tempo em que a evasão fiscal imperava,

⁴⁷ A administração pública direta, no Brasil, correspondia a menos de 20% do PIB, ao passo que, em países como França, Inglaterra, Alemanha, países escandinavos e EUA, este índice girava em torno de 45%. Ademais, nesses países, os investimentos em educação e saúde equivaliam a cerca de 10% do PIB, índice bem superior ao brasileiro; por este critério, para um PIB de 500 bilhões de dólares/ano, dever-se-ia investir pelo menos 50

havia tarifas privilegiadas para setores como o automobilístico ou o agropecuário e parte considerável da dívida fiscal era sonogada.⁴⁸ Caberia, enfim, ao conjunto do movimento popular e democrático, construir alternativas para a sociedade”, apostando no “crescimento da consciência política”, no ascenso do movimento de massas e na “correção de rotas” da própria CUT:

“Vivemos no presente uma reanimação do movimento de massas. O governo Itamar, no seu incessante desejo de construir sua base de apoio parlamentar, tem, consistentemente, jogado fora os apoios de setores próximos aos movimentos sociais. Estes setores fizeram sua experimentação em relação ao atual governo. Mesmo vários daqueles que acreditaram na herança do impeachment e que pensaram poder atuar dentro do governo foram descartados. A política realizada pelo governo e por seus aliados levou não apenas ao expurgo de setores mais à esquerda como à reiteração do seu neoliberalismo. Em análises aprovadas em instâncias deliberativas anteriormente reunidas [...], nosso Sindicato avaliou criticamente a atuação da nossa Central Única dos Trabalhadores face aos desafios apresentados pelas diferentes conjunturas. Hoje, ela se posiciona de forma mais clara, colocando-se criticamente face ao governo. A demora dessa resposta, sem dúvida alguma, se mostrou na recente greve dos servidores públicos federais. Nesse momento, estava tramitando o projeto Paim de reajuste mensal de salários. Não houve uma efetiva coordenação entre a greve dos SPF's e a mobilização pela conquista do reajuste mensal. Contudo, a intervenção posterior da CUT demonstrou que se podia arrancar uma política salarial mais avançada; essa atuação recente da Central é um dos sinais positivos de que vem saindo de uma situação de relativo imobilismo” (Relatório Final do XXVI CONAD, apud Cadernos ANDES n° 13, 1994, p. 102; grifos meus).

Com esta perspectiva, a ANDES-SN posicionou-se pela organização de um movimento de massas contra a realização da revisão constitucional, prevista para iniciar-se em outubro, e pela preservação/ampliação das conquistas sociais obtidas na Carta de 1988, fundamentando-se nos questionamentos feitos por entidades como a OAB e a CNBB sobre a legitimidade da extensão ou mesmo da própria revisão pretendida. A avaliação era a de que o processo de eleições “quase gerais” a ocorrer em 1994 propiciaria um debate político mais intenso, ampliando as oportunidades de combate ao aprofundamento do neoliberalismo no país.

Se o ascenso das mobilizações deveria ser potencializado ao máximo, era igualmente necessário *atribuir uma dimensão política* às lutas a serem empreendidas. Era preciso tentar um “salto de qualidade” nas intervenções. A contribuição da ANDES-SN nesta direção era definida em estreita relação com a sua inserção na CUT, a partir da sua própria singularidade como sindicato:

“Mais do que nunca, se coloca como tarefa inadiável do para o nosso Sindicato uma maior integração no interior da CUT. Não bastam apenas nossas análises, por mais justas que

bilhões/ano em programas públicos de educação e saúde, e não apenas 12,5 bilhões/ano, como ocorria (cf. Cadernos ANDES n° 13, 1994, p. 101).

⁴⁸ Embora o governo afirmasse que 21 bilhões de dólares haviam sido aplicados, nos últimos dez anos, nas estatais, escamoteava-se que parcela importante deste gasto era devida a subsídios ao setor privado (por exemplo, venda de aço a preços subsidiados para a indústria automobilística).

sejam. É vital que nossas Seções Sindicais não só regularizem sua situação financeira com a CUT, como também participem ativamente nos níveis estaduais e regionais da Central. Só assim poderemos ampliar nossa intervenção junto ao conjunto da classe trabalhadora. A presença da ANDES-SN no cotidiano da Central não é tarefa apenas da direção do nosso Sindicato. O debate em nível estadual e municipal, conforme nossa base, estimulará um processo de construção de alternativas democráticas e populares. Pela nossa própria inserção no mundo do trabalho, enquanto pesquisadores profissionais, podemos e devemos contribuir no sentido da elaboração dessas alternativas” (Cadernos ANDES nº13, 1994, pp. 104-105; grifos meus).

Neste esforço, caberia privilegiar a luta pela carreira única, pela ampliação da educação pública e gratuita em todos os níveis e pela democratização das comunicações, além dos pontos relativos às relações trabalhistas, a serem defendidos na revisão constitucional. Tornava-se importante, também, precisar com a máxima clareza a atuação da ANDES-SN no Movimento Contra a Miséria e a Fome, que o governo e o empresariado tentavam capitalizar/transformar em um movimento assistencialista:

“Nossa intervenção deve pautar pela politização da discussão sobre a miséria e a fome, apontando para o equívoco que existe em não denunciar os reais responsáveis por esta situação ou permitir que se dê uma roupagem emergencial a problemas de caráter estrutural. Assim como no caso do Movimento pela Ética na Política, onde participamos levando a necessidade de derrubar não só Collor mas também seu programa econômico, devemos participar desta articulação ampla da sociedade civil, contribuindo para que este Movimento se torne importante na luta contra a privatização do público, por uma política salarial que defenda os salários da inflação e propicie ganhos reais, por uma reforma [...] agrária de interesse dos trabalhadores rurais e da maioria da população e pela defesa da Saúde e Educação públicas como direito de todos e dever do Estado” (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 106; grifos meus).

Além da reiteração dos “encaminhamentos emergenciais” já reafirmados no XII Congresso, os participantes do XXVI CONAD dedicaram-se a *aprimorar suas estratégias de luta face à perspectiva da revisão constitucional, interconectando-as ao contexto mais amplo das lutas imediatas*. Neste sentido, foi proposta a constituição de um Fórum Democrático pela Preservação e Ampliação das Conquistas Sociais no processo de revisão constitucional, abarcando todos os setores progressistas da sociedade civil, visando organizar a luta pela regulamentação/cumprimento dos mais de cem artigos da Constituição ainda não efetivados; denunciar o controle conservador dos meios de comunicação de massa e definir formas de veiculação das propostas de interesse popular. Defendeu-se, também, a deflagração de uma campanha nacional pela não realização da revisão constitucional naquele ano, juntamente com a CUT e demais setores do movimento social organizado no campo democrático, que esclarecesse a população sobre o significado e as conseqüências da proposta de revisão constitucional pleiteada pelas classes dominantes; sobre as causas estruturais subjacentes à iniciativa do Movimento contra a Miséria e a Fome e sobre as “falácias divulgadas pela burguesia e o governo” em relação ao tamanho do Estado, aos gastos com a Universidade e à sonegação de impostos. Especificamente, o movimento docente deveria aprofundar as análises sobre a “estrutura e natureza do

sistema tributário do país” e continuar a luta pelo reajuste mensal de salários (Projeto Paim), acompanhando a sua tramitação no Senado e pressionando de todas as formas pela sua aprovação (Cadernos ANDES nº 13, 1994, pp. 106-107).

Não obstante os esforços empreendidos, a mobilização popular junto ao Congresso não logrou, novamente, os resultados desejados. A maioria parlamentar, conservadora, votou a favor da revisão constitucional - isto é, do projeto neoliberal - e o Supremo Tribunal Federal negou a liminar do pedido de suspensão do ato congressual, reafirmando a decisão dos parlamentares. Tal decisão revestia-se de uma gravidade maior pelo fato de o Congresso estar vivendo uma crise sem precedentes, em face das denúncias de corrupção feitas por um funcionário do Senado, o que colocava em xeque a legitimidade dos parlamentares envolvidos para o exercício de suas funções e, também, os “planos revisionistas iniciais”.⁴⁹ Ademais, o debate sobre a revisão constitucional fora crivado por uma “imensa barragem ideológica” aos movimentos sociais, construída sobretudo pela grande imprensa, o que explicaria a lentidão e fragilidade da mobilização popular, necessária ao enfrentamento do projeto neoliberal no seu todo.

Reunidos no *XXVII CONAD*, os docentes procuraram aprofundar a discussão sobre o avanço do neoliberalismo no mundo e suas consequências. A avaliação era a de que, na verdade, “caminhava-se para trás”. Na América Latina, as reformas efetivadas segundo os ditames do FMI haviam reduzido os elevadíssimos índices inflacionários a 100% anuais, mas os mecanismos de “ajuste” adotados haviam lançado 46% da população à condição de pobreza (índice superior em cerca de 5% ao constatado no começo da década de 80), dos quais em torno de 22% se encontravam na faixa da miséria. Entendia-se que o Mercosul representava, neste contexto, um “instrumento privilegiado de implementação da ótica neoliberal”, ao impor os interesses das multinacionais e das grandes empresas nacionais: “aqui, como nos países do leste europeu, a superexploração do trabalho e a superopressão política são imãs siamesas, necessárias para a realização da acumulação capitalista. São essas as bases necessárias para a implementação da política neoliberal. Tudo isso marcado pela chamada modernidade, vale dizer, pela implementação da racionalidade de mercado” (idem, p. 130).

Os militantes presentes no *XXVII CONAD* dedicaram-se sobretudo a elucidar as reais causas da crise econômica enfrentada pelo Brasil, onde a taxa de inflação acumulada atingira o patamar de 2.086,57% (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 131). Considerava-se que a política de reajuste das tarifas públicas acima das taxas inflacionárias então praticada

⁴⁹ Como assinala o Relatório do *XXVII CONAD*, a crise política brasileira vinha se intensificando desde a instalação da CPI do Orçamento, que dera novamente centralidade ao debate político sobre a corrupção. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito representava a “continuidade e complementação” da CPI PC-Collor. Os seus resultados seriam decisivos para a conformação do cenário político em que se dariam as “eleições quase gerais” de 1994, quando se recolocariam projetos políticos antagônicos em disputa (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 127).

pelo governo repercutia mais como aceleração dessas taxas do que como possibilidade de “ajuste econômico”; que os cortes no orçamento público reduziam mais e mais a intervenção do governo Itamar nas áreas sociais e que a consolidação do processo de privatização das estatais contribuía para a oligopolização privada da economia. Por outro lado, as intervenções constantes na esfera financeira preservavam as altas taxas de juros, responsáveis, em grande parte, pelo crescimento do *déficit* público. Esse conjunto de medidas alimentava, assim, o processo recessivo. Ao desconstruir essa lógica dominante, o movimento docente advertia para o fato de que

“[...] tanto a ‘leitura’ oficial da crise, quanto as medidas de política econômica implementadas não dev[er]iam ser entendidas como fruto da incompetência governamental. Elas reflet[em] algo mais sério, pois, no seu bojo, procura[va]-se justificar e fortalecer o processo de construção da política neoliberal. Colocar, como quer[iam] o governo, os partidos que o apoia[vam] e os capitalistas, o déficit público como vilão maior dos problemas brasileiros e responsável pelo processo inflacionário [seria] direcionar no sentido da necessidade de redefinir o papel e a estrutura do Estado. Isto [seria] parcialmente verdadeiro. Apesar de os dados ‘demonstrarem’ que esse déficit decorr[ia] fundamentalmente da política governamental de endividamento público interno [...], ele alimentar[ia] o processo recessivo. A dívida interna [seria], em grande parte, responsável pela inflação, [ao consumir] 65% do Orçamento” (idem, p. 132).⁵⁰

Um outro componente importante a considerar, neste processo de desconstrução da racionalidade dominante, seria a intenção governamental de utilizar os fundos sociais: isto respondia à necessidade das empresas privadas, mas implicava, também, a necessidade de “democratizar” o capital dessas empresas. Dever-se-ia estar alerta, neste sentido, para a possibilidade de uso governamental desses fundos sem ouvir a opinião dos trabalhadores, os “principais interessados”.

A conjugação desses fatos e iniciativas se dava em um momento “politicamente estratégico”, face à iminência de concretização da revisão constitucional que, sem dúvida, aceleraria a “construção da política neoliberal à revelia da sociedade”. Ela se dava, também, em um clima de crescente violência (real e simbólica), que marcava a “transição transada”:

“A violência [...] imperante em nossa sociedade se difunde de forma assustadora, sem encontrar contrastes e resistências estruturadas. Ela se exerce contra trabalhadores, mulheres, negros, índios, crianças. Generaliza-se o genocídio urbano: Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Acari. Os linchamentos ocorrem como se fossem uma coisa natural. Tudo isso demonstra claramente a presença de um processo de fascistização. Essa violência é a expressão clássica da reação da direita, que demonstra ser incapaz de oferecer alternativas concretas à sociedade. Incapacidade objetiva, na medida em que, para manter-se no pleno exercício do poder e realizar o processo de sua acumulação de capital, necessita cada vez mais reduzir direitos sociais e impedir as formas

⁵⁰ O déficit público constituía, desta perspectiva, um forte elemento de “reafirmação das políticas neoliberais” de privatização das empresas estatais do setor produtivo e de serviços públicos (saúde, seguridade social e educação). Para o movimento docente, a solução da crise não passava pela desestatização, como afirmavam os neoliberais; o problema era inverso: impunha-se a “desprivatização do Estado, que se encontrava subordinado aos interesses corporativos das classes dominantes” (idem, *ibidem*; grifos meus).

organizativas da sociedade. A campanha das privatizações, os massacres etc expressam esse quadro. O capital se concentra mais e mais” (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 134).⁵¹

As atenções da ANDES-SN, naquele momento, centraram-se na tentativa de barrar a revisão constitucional, que teria como objetivos precípuos a redefinição radical do Estado, a destruição do setor produtivo estatal, a limitação das conquistas sociais e a privatização dos serviços públicos, representando a “síntese e a consagração de todas essas violências”, ao definir o mercado como “fundamento pleno da cidadania” e ao “impor a sua racionalidade”. Além disso, o movimento docente questionava a legitimidade do governo e do Congresso para efetivá-la, uma vez que deputados, ministros e o próprio presidente do Senado eram suspeitos de corrupção. Em todos os fóruns de que participou, a ANDES-SN posicionou-se firmemente pela *não realização* da revisão constitucional, por considerá-la um “golpe”, mesmo quando o Movimento Cívico contra a Revisão Constitucional, no qual se inscrevia, fez a opção tática de lutar pela “suspensão do processo revisional até que todas as denúncias fossem apuradas e as responsabilidades devidamente caracterizadas”: “*não podemos aceitar que a revisão seja decidida por um Congresso sem legitimidade. Nossa intervenção em todos os fóruns e movimentos deve exigir tanto a apuração total das denúncias quanto a negação do processo de revisão*”.⁵² Apesar de os argumentos contra a corrupção serem muito fortes no combate à revisão constitucional, a entidade reiterava, repetidamente, que a questão de fundo não era essa.⁵³ e, sim, o fato de o Congresso não ter poderes constituintes. Destacava, também, um “problema muito mais grave”: “*a revisão*

⁵¹ Neste quadro, a tentativa governamental de apontar eixos de ação como os contidos no Plano de Ação Imediata do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, “caía no vazio”. O próprio intento de mobilização social através do Movimento Contra a Fome e a Miséria, a despeito da grande adesão obtida, estava se constituindo, na maioria das vezes, em algo predominantemente assistencialista. Inicialmente ligado a um projeto de segurança alimentar que interligava o combate à fome à construção da cidadania, o programa sofrera a ingerência governamental (com o apoio dos empresários e a incompreensão de vários segmentos sociais) no sentido de ser minimizado e ter seu potencial de mobilização neutralizado. Este movimento passara a apresentar, assim, o risco de tornar-se um “freio da ação do movimento social”, diante da “armadilha do esvaziamento ideológico da questão da fome”, ao lado do empenho simultâneo do governo em atuar no sentido da “resolução do problema”. Caberia ao movimento docente, face a este risco, denunciar “toda e qualquer ação legitimatória das forças conservadoras e reacionárias que tent[assem] esvaziar o sentido do movimento”, estimulando “o estudo e a formulação de políticas sociais que enfrent[assem] a barbárie instalada no país, sobretudo quando fic[ava] nítido para a população que a corrupção [tinha] atingido sobremaneira os projetos sociais” (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p.133).

⁵² Neste sentido, a própria Executiva da CUT assim se posicionava: “Os fatos comprovaram o que a CUT, entidades da sociedade civil e partidos políticos que compõem o Movimento Cívico Nacional Contra a Revisão Constitucional vinham denunciando há algum tempo: a revisão com este Congresso Nacional é golpe na certa! Neste teatro do absurdo, os protagonistas entram em cena: deputados envolvidos com o narcotráfico. Deputados que compram e vendem o ingresso em outro partido. Deputados e senadores envolvidos em uma monstruosa corrupção, onde manipulam os recursos do Orçamento da União, revelando uma gigantesca roubalheira dos impostos pagos pelo povo. Por fim, uma verdadeira máfia composta por parlamentares, ministros e empresários. [...] Em resumo: esse Congresso não é legítimo, não tem credibilidade e não tem ética para rever nada da atual Constituição do Brasil” (*idem, ibidem*).

⁵³ Evidentemente, era preciso registrar as diferenças entre os parlamentares: nem todos seriam “criminosos de colarinho branco”. A ANDES-SN advertia ainda para o fato de que o “ataque abstrato” ao Congresso em nada ajudava a democracia, mas sim aos que a ela se opunham, sendo portanto necessário um posicionamento incisivo contra qualquer eventual “tentativa de solução de força contra o Congresso”. Cabia, sim, apurar os fatos, condenar os responsáveis e afirmar a inaceitabilidade absoluta desses golpes.

é a forma pela qual o projeto neoliberal escapa das implementações localizadas e esporádicas para tomar a forma de lei” (*idem*, 1994, p.136; grifos meus).

No entendimento predominante dos que se reuniram no XXVII CONAD, a ilegitimidade do caráter constituinte do Congresso Nacional, a incapacidade do governo Itamar de solucionar os principais problemas econômicos do país, o prosseguimento dos escândalos de corrupção e a necessidade premente de construir um projeto popular para o Brasil colocavam na ordem do dia o debate sobre a *antecipação* das eleições “quase gerais” previstas para outubro de 1994.⁵⁴ Um outro aspecto a considerar era o da *lei eleitoral* aprovada pelo Congresso Nacional, que ensejava uma “*privatização intensiva da representação política*”, ao permitir o favorecimento a candidatos e seus partidos de vultosas somas em dinheiro (a serem descontadas do imposto de renda), o que poderia ser feito por pessoas físicas, sem qualquer exigência de divulgação/publicização. Além disso, a proibição de cenas externas nos programas políticos foi vista como uma efetiva prática de censura, que prejudicava as candidaturas do campo democrático e popular, já desfavorecidas pela filtragem de notícias habitualmente exercida pelas TV’s comerciais.

A *construção de um projeto democrático e popular* - insistia a ANDES-SN - se mantinha, por tudo isto, como uma “necessidade vital”, o que implicava o “imediate fortalecimento do trabalho de articulação do movimento sindical e dos movimentos populares em uma *luta de resistência* que [pudesse] impedir a destruição das conquistas sociais e da cidadania”. A premência em efetivar essa construção levou os participantes do XXVII CONAD a assumirem o desafio da realização constante da crítica (historicizada) das ações da entidade e do movimento sindical:

“Problemático, porém, é fazer a crítica abstratamente: ela deve ser historicizada. Para compreendermos nossa situação atual, temos que levar em conta a existência do esvaziamento das instituições democráticas a nível mundial. Curiosamente, esse processo de esvaziamento passa por um deslocamento do campo do movimento, da luta social para o campo do institucional. Corre-se o risco, já analisado em documentos anteriores, de ampliação da integração passiva à ordem. É necessário, portanto, que os movimentos sociais coloquem com clareza e eficácia seus projetos, condição básica para impedir que as classes dominantes acabem por privilegiar o exercício formal dos princípios da cidadania burguesa, ignorando, na prática, as desigualdades sociais básicas” (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 137; grifos meus).

Além de salientar que a ênfase excessiva nas lutas institucionais havia prejudicado o empenho pela realização de ações de massa, a ANDES-SN insistia na formulação de projetos pelos movimentos sociais (como forma de “corrigir” tal deslocamento), o que exigia, acima de tudo, não perder de vista o seu horizonte histórico:

“a luta pelo imediatismo se arraiga no dia-a-dia. Entidades e coletivos perderam e perdem perspectivas históricas. Passou-se um tempo longo no plano institucional. A agenda de

⁵⁴ A CUT realizaria, neste sentido, um plebiscito nacional sobre esta possibilidade e sobre a aceitação (ou não) da revisão constitucional conforme encaminhada pelo governo.

negociação do movimento social se dá sempre nesse plano. [...] O movimento sindical, a CUT e vários partidos populares não têm, muitas vezes, conseguido compreender corretamente a ligação orgânica entre conjuntura e plano institucional. Este foi, seguidas vezes, valorizado em demasia. O impeachment foi exemplar. Setores do movimento social ficaram presos no puramente institucional, imobilizados pela 'governabilidade'. Não se questionou, com a força devida, Itamar como continuidade de Collor. Assim, combateu-se o acessório e não o fundamental. Ao invés de atacar-se a política neoliberal, combateu-se apenas a corrupção. Isto, sem dúvida, permitiu levar à frente o impeachment, mas, perversamente, fortaleceu aquela política sem que se lograsse efetivamente a punição dos corruptos [...]. Coloca-se, assim, como eixo político, a necessidade urgente de retomar a agenda do movimento e submeter a esta a agenda da negociação. Um importante passo nesse sentido foi dado pela CUT quando abandonou o terreno das 'negociações' com o governo [...], que nada decidiam mas [o] legitimavam. Temos agora que dar um passo à frente e tentar construir nosso projeto alternativo democrático-popular. É fundamental tomar consciência de que a permanência no campo econômico-corporativo, ao longo de duas décadas recessivas, atua decisivamente para colocar-nos na posição de subalternidade. A construção [desse] projeto passa a ser uma necessidade objetiva para romper a fragmentação das lutas e construir a unidade das forças populares" (Cadernos ANDES n° 13, 1994, pp. 137-138; grifos meus).

Uma "qualidade nova" era requerida para essa construção. Impunha-se definir claramente os possíveis aliados, compatibilizando necessidades e propostas. Era indispensável o entendimento do "real papel" do Estado (em todas as suas esferas e níveis de abrangência), sem alimentar ilusões quanto à sua "neutralidade". Era imprescindível debater a reestruturação produtiva em curso, as vantagens e desvantagens, para o movimento social, de aderir às "modernas técnicas gerenciais e as novas tecnologias". Era fundamental, também, debater "todo o processo de comunicação social e o modo pelo qual ele conforma o pensamento da sociedade, através de uma intervenção coordenada com a CUT e que privilegiasse a mobilização popular. Era nodal, enfim, construir esse projeto a partir do cotidiano das massas, buscando a sua "elevação cultural", no dizer gramsciano:

"Devemos fazer as pontes com o nosso cotidiano. Esclarecer os riscos da conjuntura, da revisão constitucional e suas ligações com a política neoliberal. Mostrar o que está em acelerado processo de destruição: as redes públicas de saúde e educação, os direitos sociais e trabalhistas, entre outros. Devemos clarificar também que o jogo da revisão foi longamente preparado pela tática da não regulamentação do texto constitucional. Assim, os direitos conquistados não se transformaram efetivamente em realidade. A população, não tendo visto tudo isso se concretizar, não tendo do plano institucional senão uma vaga e esfumada imagem, não tem, efetivamente, como e porque se lançar na defesa desses direitos. Para ela, a maioria desses direitos são meras palavras" (idem, p. 139; grifos meus).

Este trabalho, cotidiano e molecular, viabilizaria, segundo os militantes da ANDES-SN, uma indicação, para o conjunto da sociedade e sobretudo para as classes subalternas, de rumos para uma saída efetiva da crise, calcada na construção da "cidadania real" dos trabalhadores e na criação de uma "nova sociabilidade", que negasse os "sagrados laços do egoísmo do mercado" e afirmasse a autonomia dos cidadãos e da sociedade. Alguns encaminhamentos foram definidos/reafirmados, nesta direção:(a) intensificar a participação da CUT no Movimento Cívico contra a Revisão Constitucional; (b) regulamentar os direitos

“em aberto” da Constituição de 1988 (resguardando as conquistas); (c) articular uma luta geral pelo “fim imediato da política econômica do governo”; (d) fortalecer e ampliar a luta pela democratização dos meios de comunicação de massa (como “condição fundamental de cidadania”); (e) atuar no Movimento contra a Miséria e a Fome, politizando os debates sobre as suas “causas estruturais”; (f) investir na construção de uma proposta democrática de legislação eleitoral, combatendo a recentemente aprovada; (g) organizar uma campanha nacional que reafirmasse “o caráter e a necessidade social do serviço público”, denunciando as privatizações como “forma de destruição desses serviços e de implementação do projeto neoliberal”.⁵⁵ Cabia particularmente à ANDES-SN perseguir uma “inserção mais ativa na CUT”, aprofundando em seu interior as análises sobre a reestruturação produtiva e o Mercosul, lutando pela construção de uma política salarial que garantisse, no mínimo, a reposição mensal do poder aquisitivo dos salários e definindo uma recomposição do salário mínimo que assegurasse o atendimento às necessidades básicas dos trabalhadores e de suas famílias.

A insistência na construção desse “projeto alternativo” persiste. No início de 1994, reunido no *XIII Congresso Nacional da ANDES-SN*, sob o lema “*Eppur si muove!*”, o movimento docente mostrava que, contrariamente à apologia neoliberal, o movimento da história podia ser constatado desde a inflexão iniciada com a revolução social de 1917 e prosseguia com os acontecimentos do Leste Europeu, “cujo vulcão continua[va] em erupção com lavas de diferentes cores e tonalidades”. Neste sentido, o ano de 1993 fora “muito fértil para o desvendamento dos problemas que envol[viam] as lutas sociais em vários países, tanto do Ocidente como do Oriente”:

“Contra os ditames do neoliberalismo e da política recessiva imposta pelo FMI para os países da América Latina, diversos acontecimentos permitiram o questionamento das ‘certezas’ que foram veiculadas com a crise do Leste Europeu e a queda do muro de Berlim. Tal questão tem que estar presente em todos os momentos de nossa discussão para permitir a construção do projeto democrático e popular. As várias análises que indicavam os avanços da economia mundial com a abertura de mercados são hoje demolidas pelo aumento da exclusão social e mesmo pelo desejo de demonstrar que o privatismo foi uma estratégia de absorção do capital de mais uma parcela da produção social para o patrimônio dos setores privados” (Cadernos ANDES n° 13, 1994, pp. 145-146; grifos meus).

Segundo as interpretações predominantes no movimento docente, tomara-se evidente que o rápido processo de organização de blocos econômicos, que se converteram em “elos de cooperação regional numa economia mundializada”, não rompera com o “desenvolvimento desigual”: o tratado de Maastricht, o NAFTA e mesmo o Mercosul seriam a demonstração palpável de que “o simples processo de abertura de mercados ou mesmo a privatização de empresas estatais não implic[ava] em correção de rumos econômicos”, e de

⁵⁵ Nos campos específicos da educação e saúde, importava obter do governo o compromisso com o “não contingenciamento das verbas” a eles destinadas.

que parte expressiva da “correção” efetivada se voltara para os interesses do grande capital, em detrimento de “setores econômicos significativos para a realidade das economias nacionais e mesmo regionais”. Na América Latina, o fenômeno da fujimorização (1992/93), apresentado como “alternativa modernizadora”, já era identificado como um “paliativo de curtíssimo prazo” que, de fato, respondia a interesses econômicos das multinacionais a médio e longo prazos. O mercado de moeda vinha desestimulando a produção e dificultando as exportações nos países latino-americanos e a realidade social de países como o Peru, a Venezuela, a Argentina e o México evidenciava a miséria de setores numerosos da população, que se manifestavam (por vezes violentamente) contra o “pacto das elites com os interesses internacionais”, responsável pela indiscriminada abertura de mercados e pelo desaquecimento da produção. Ao analisar a conjuntura brasileira, os participantes do *XIII Congresso* enfatizavam o caráter classista do projeto neoliberal:

“Os projetos econômicos e políticos são [...] a tradução concreta da concepção de mundo das classes sociais. Eles são, portanto, a materialização do poder dessas classes e expressam, ainda que de forma mediatizada, a relação de forças na sociedade. Não são portanto, de modo algum, neutros. Assim, em uma sociedade de classes, um programa que resolve perfeitamente um conjunto de crises do ponto de vista do capital [...], acaba por agravar essas mesmas crises [...] da perspectiva das classes subalternas” (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 148).

Em outras palavras, a ANDES-SN não só sustentava a perspectiva teórica (desgastada e criticada) da luta de classes, como continuava a utilizá-la para a definição tática e estratégica das ações de *resistência transformadora*. Diante dos insucessos em barrar as iniciativas de revisão constitucional, importava investir mais e mais na construção de um “projeto alternativo democrático e popular”, para o que a entidade contribuía (re)apresentando princípios norteadores e salientando uma premissa básica: “não se [pode] reproduzir a cisão entre empregados e desempregados; não [se pode] considerar o mercado como elemento definidor do conjunto das relações sociais”. E, finalmente, era preciso entender que esse projeto não podia ser tarefa apenas da ANDES-SN. Ele deveria ser “construído pelo conjunto do movimento sindical classista, no interior da CUT, e atuar no sentido de aglutinar os demais movimentos e a população” (*idem*, pp. 148-149).

Tratava-se de construir, obstinada e coletivamente, o “novo dentro do velho”: uma racionalidade nova, radicalmente oposta à vigente, que representasse a possibilidade histórica de uma “nova civilização” (no dizer de Gramsci), capaz de concretizar a “sociedade dos iguais” ou o “reino da liberdade” propugnado por Marx, insistindo na vontade política (colada na história) das direções conscientes. Assim, os dirigentes e militantes da ANDES-SN deveriam estar preparados para resistir às tendências ideológicas predominantes, que se disseminavam no próprio seio do movimento sindical classista e dos partidos de esquerda, sem perder de vista a dimensão internacional dessa construção. Daí a

importância de desvelar por inteiro, como radicalmente oposta, a lógica que presidia a expansão e “consagração” do neoliberalismo, com ênfase em sua materialidade excludente:

“A realização do neoliberalismo significa, por um lado, ampliar o fosso entre empregados e desempregados, tentando objetivamente dividir o conjunto das classes trabalhadoras. O problema possui uma gravidade enorme. O próprio Ministro do Trabalho reconhece que, ao longo dos últimos anos, as inovações administrativas e tecnológicas destruíram dois milhões de postos de trabalho. [...] Além disso, é bom lembrar que o consistente rebaixamento do patamar salarial aprofunda ainda mais a miséria. Toda a política econômica atual e seus desdobramentos futuros tendem a agravar ainda mais essa questão. Tendem também a ampliar o fosso entre o conjunto da sociedade, aqueles que concentram, cada vez mais, a renda nacional e os assalariados altamente remunerados. Cria-se, assim, na prática, um verdadeiro regime do apartheid econômico social: amplia-se, brutalmente, o número dos excluídos. Tal situação, somada à ausência de um projeto alternativo, tem como resultado possível o surgimento e fortalecimento de iniciativas que só levariam à legitimação da exclusão imposta. Os movimentos separatistas e racistas existentes no país correspondem a diferentes níveis desse tipo de iniciativa” (Relatório Final do XIII Congresso, apud Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 149).

A sucessão de Itamar: primeiros prognósticos sobre o governo Fernando Henrique Cardoso

Não obstante as adversidades históricas identificadas, o movimento docente acreditava que, nas eleições “quase gerais” a se realizarem no final de 1994, todas essas questões seriam expostas, agudizadas e confrontadas. Era preciso inserir-se, portanto, em um novo embate de projetos de educação e sociedade que certamente ocorreria. Nele, a ANDES-SN deveria sustentar firmemente a bandeira da autonomia sindical, tendo claro que o maior ou menor sucesso nessa confrontação dependeria da forma pela qual o sindicalismo combativo atuasse na campanha eleitoral e junto a “um futuro governo democrático popular”: a recusa do envolvimento das entidades no primeiro e no segundo turnos deveria ser enfaticamente reafirmada, assim como a hipótese do colaboracionismo com o governo deveria ser criticada e rechaçada. O fundamental, para o país e para o movimento sindical combativo, era fortalecer a organização e a defesa de bandeiras históricas de forma autônoma e democrática (Relatório Final do XIII Congresso, apud Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 149).

Predominava, entre os dirigentes e militantes da entidade, a crença de que havia grandes possibilidades de constituição de um governo democrático-popular, maiores até que as vividas nas eleições de 1989. Os indicadores dessas possibilidades eram reconhecidos no “crescimento do prestígio das forças democrático populares” e na correspondente “fragilização relativa das forças centristas e reacionárias”. As classes dominantes ainda careciam de um candidato que unificasse as suas ações e enfrentasse o

“campo democrático popular”, o que se evidenciava pela ferocidade da campanha difamatória dirigida contra a própria CUT.⁵⁶

Embora não descartasse - como o “melhor dos cenários” - a possibilidade de vitória de uma candidatura democrático-popular já no primeiro turno, a ANDES-SN advertia para o fato de que o processo eleitoral seria “extremamente complexo”. Era forte a perspectiva de de manipulação das informações pela mídia, monopolizada há bastante tempo pelas forças conservadoras/reacionárias (nacionais e internacionais), razão pela qual dever-se-ia “exigir o controle social” sobre a sua ação, impedindo que esta se tomasse decisiva no resultado das eleições. Avaliava-se que, se houvesse um segundo turno, o “vasto arco de alianças conservadoras/reacionárias se ampliaria como uma esmagadora “frente antipopular”. Um dos sinais dessa articulação, já visível, era a adesão do sindicalismo de negócios à campanha dos conservadores: este sindicalismo “rasg[ara] a fantasia e se assum[ira] plenamente como um dos mais importantes aliados dos setores reacionários da sociedade”. A Força Sindical representaria, assim, uma demonstração da *integração ativa à ordem* de setores do movimento sindical: lutando a favor da privatização e atacando constantemente o sindicalismo classista (ao defender, por exemplo, a implantação da CPI contra a CUT), este sindicalismo de negócios atuava decisivamente no sentido de veicular a idéia de que “o capitalismo [era] o melhor dos mundos para os trabalhadores” (Cadernos ANDES n° 13, 1994, p. 150-151).

Por outro lado, considerava-se também que as classes dominantes sofriam os desgastes resultantes das CPI's (PC-Collor e do Orçamento) que, embora não tenham alterado substancialmente a correlação de forças, representavam entraves para a efetivação dos intentos conservadores. A CPI do Orçamento estava permitindo, “graças à combatividade de parlamentares do campo democrático-popular”, o mapeamento das principais redes que conformavam um “Estado dentro do Estado”, exercendo assim uma ação pedagógica que provocava inquietações junto a setores parlamentares e à própria mídia, ao colocar em xeque grande quantidade de quadros da política tradicional brasileira. Não era à toa que os atingidos (direta ou indiretamente) tentavam pôr fim o mais rapidamente possível à sua atuação: “desvendar o significado e o alcance dessas redes signific[ava], em última instância, demonstrar quem [eram] os Donos do Poder, demonstrar como e por que o controle do Estado pelos dominantes é condição *sine qua non* não apenas do exercício do poder político mas da sua própria existência econômica” (*idem*,

⁵⁶ A CUT foi alvo, naquele início de 1994, de uma CPI requisitada pelos conservadores: “a política de nivelamento por baixo continua em curso, como se bastasse às forças reacionárias a afirmação de que há podridão não somente em suas fileiras. Assim é que o postergamento dos trabalhos da CPI parece satisfazer à sanha moralizadora dos partidos comprometidos com a onda de corrupção. A ANDES-SN, como integrante da CUT, deve exigir e propalar a [...] realização imediata da CPI, mas não somente sobre a nossa Central” (Cadernos ANDES n° 13, 1994, p. 150).

p.151). Além disso, a própria revisão constitucional encontrava-se *sub judice* e fragilizada pelas suspeitas quanto à integridade de parlamentares por ela responsáveis, o que explicava o ritmo lento e a pouca profundidade dos trabalhos dos revisores, diferentemente do pretendido pelos conservadores, a quem interessava, portanto, uma conclusão rápida dessa CPI. Todo esse quadro levava a ANDES-SN a afirmar que

"[...] o grande capital nacional e internacional est[ava] pressionando da forma mais brutal para que a revisão se realiz[asse]. Soma[ram]-se irregularidades, truculências e arbitrariedades. O regimento do congresso revisor permit[ia] o atropelo total do processo de debate e fo[ra] feito [...] por um dos implicados na CPI da Corrupção. O relatório da revisão, feito por Nelson Jobim, até muito recentemente advogado de vários implicados naquela CPI, se apresent[ava] aos poucos, o que obrig[ava] o Congresso revisor a votar a nova constituição sem sequer ter idéia do seu conjunto. Votando[-se] capítulo a capítulo, apresentados com apenas vinte e quatro horas de antecedência, [ficava impedida] toda e qualquer possibilidade de mobilização popular" (idem, ibidem).

Com esses recursos espúrios, as classes dominantes buscavam enfrentar os obstáculos que as colocavam em desvantagens no processo eleitoral. Suas práticas precisavam ser denunciadas e combatidas, o que requeria a necessidade de reconstituição, em caráter de urgência, do Movimento pela Ética na Política.

Era preciso enfrentar, também, a política econômica do ministro Fernando Henrique Cardoso que, sem dúvida, representava uma forma decisiva de intervenção no processo eleitoral. Urgia desvelar o real significado do "Plano FHC-2" (que sucedera ao Plano de Ação Imediata - PAI), lançado logo após a sua posse e que, segundo a ANDES-SN, consubstanciava um conjunto de idéias basicamente centradas no ajuste fiscal, veiculadas como "plano de estabilização econômica". Mantendo como eixo o ideário neoliberal, este Plano continha um "amplo espectro de indefinições e um diagnóstico incorreto da crise econômica [e] da questão inflacionária, em particular". Identificando no déficit público a causa primeira da inflação, propunha o aumento de impostos (fundamentalmente pagos pelos assalariados) como forma de combatê-lo, medida esta que fora endossada pelo Congresso Nacional, no tocante às pessoas físicas. O "Plano FHC-2" defendia, também, uma redistribuição de recursos entre as diversas esferas governamentais, concentrando na União parte dos recursos que eram repassados aos estados e municípios, visando à criação de um Fundo Social de Emergência, o que era considerado no mínimo "suspeito", em um período eleitoral. Além de cortes nas despesas com pessoal, custeios e capitais, o Plano apontava, como elemento marcante, para um "processo gradual de dolarização disfarçada através da criação da URV", apelando, porém, para que o capital "assumisse a nova moeda de forma espontânea". Esse conjunto de medidas deveria ser aprovado pelo Congresso Nacional sob o rótulo de "ajuste fiscal", cujos ingredientes básicos eram, em suma, o aumento de impostos, a redefinição da alocação de recursos entre a União, os

Estados e os Municípios e o aprofundamento da reformulação do Estado.⁵⁷ A crítica fundamental do movimento docente a essas medidas era assim formulada:

“O Plano FHC-2, mais uma vez, como era de esperar, não toca no essencial, ao deixar de interferir nos setores oligopólicos que são os principais responsáveis pela inflação. Não toca nos grandes capitais, que continuam a determinar impunemente os rumos da acumulação capitalista, levando o conjunto da sociedade a uma crise sem precedentes e ampliando o espectro da miséria. Não toca na questão das dívidas interna e externa, elementos altamente inflacionários e recessivos, inviabilizadores de uma política que atenda, entre outras, às necessidades de saúde e educação dos trabalhadores. Não limita a possibilidade de ampliação desses lucros, não combate - de fato - os aumentos especulativos, aceita o repasse do aumento dos tributos das pessoas jurídicas para os preços e aumenta a carga tributária sobre o conjunto dos assalariados” (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 155).

O plano de estabilização econômica voltou a ser debatido no XXVIII CONAD. Entendia-se que, com ele, o governo tentara criar as condições necessárias à apresentação de uma candidatura presidencial que garantisse a continuidade do processo de implantação do neoliberalismo e, simultaneamente, “pavimentasse o caminho” para “pequenas reformas econômicas”. Embora a revisão constitucional não tivesse ocorrido, isto não representava uma “vitória” das lutas populares, mas devia-se principalmente ao clima eleitoral e à insuficiente capacidade de articulação política do bloco conservador. Com muitas dificuldades, o governo conseguira aprovar o seu “plano de estabilização”, assim analisado pelo movimento docente:

“O plano de estabilização aprovado, ao mesmo tempo que é eleitoreiro, no sentido de buscar garantir a vitória de uma candidatura neoliberal, trata de consolidar um patamar mais e mais aprofundado da miséria. Além disso, para garantir o Real, queimam-se reservas cambiais preciosas. Não é apenas a perda salarial bruta que se coloca como obra do plano. As demissões se ampliam. A VARIG e muitas outras empresas demitem continuamente. O desemprego nas empresas paulistas no mês de maio é assustador. Fica, também, por outro lado, evidente o modo de reação do governo face ao movimento social e ampliam-se as ameaças de repressão. A recente ocupação militar do espaço público, a pretexto de garantir a lei e a ordem, é sintomática. E, dado esclarecedor, aumenta o número de generais e coronéis que ocupam postos na administração ‘civil’. Os empresários acentuam em seu discurso que, se bem o que se necessita agora é a estabilização, esta tem como premissa essencial a privatização.” (Relatório Final do XXVIII CONAD, 1994, p. 127, Apenso).

Era muito difícil para o movimento docente, naquele contexto, prever as conseqüências do Plano Real ou o seu tempo de duração. Admitia-se que uma parcela dos

⁵⁷ De concreto, além das propostas mencionadas, vigoravam apenas os cortes no Orçamento da União para 1994. O MEC, em particular, havia terminado o ano de 1993 com uma execução orçamentária de 10,4 bilhões de dólares; o orçamento para 1994 previa 8,025 bilhões iniciais e, após os cortes, estes valores caíram para 6,725 bilhões de dólares; ou seja, o ministério sofrera uma redução orçamentária de 35% em relação a 1993 e de 16,7% em relação ao orçamento para 1994. Parte desse corte dizia respeito ao “redirecionamento” geral das verbas de pessoal e o restante referia-se a custeios e investimentos. O próprio ministro reconhecia que esse montante de recursos seria insuficiente para fazer operar a rede de instituições vinculadas ao ministério, o que significava que, nas IFES, ocorreria um comprometimento ainda menor com as atividades de pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que se tinha indícios de que o governo intensificaria o arrocho salarial do funcionalismo público (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 154).

neoliberais atuaria no sentido de assegurar a redução do processo inflacionário - aspecto tido como o mais positivo - até as eleições de outubro, mas já se tinha claro que a diminuição da inflação não representava o “fim dos problemas das classes trabalhadoras”, visto que, em muitos países, ela vinha implicando inequivocamente a desindustrialização, o crescimento da miséria e do desemprego. Às lideranças dos trabalhadores caberia denunciar fartamente que as classes dominantes vinham buscando a todo custo alargar os mecanismos de controle e privatização do Estado, o que redundava na prática (cotidiana) de exclusão social. Considerava-se ainda que essa “enormidade de problemas” teria de ser encarada pelo campo democrático-popular, caso vencesse as eleições. Por isso, era indispensável a criação de um fórum voltado para a construção de um projeto alternativo democrático-popular, capitaneado pela CUT. Neste fórum, a ANDES-SN deveria assumir o seu papel como

“[...] sindicato de trabalhadores que, no seu próprio cotidiano, estuda essas questões: da fome à alfabetização, da produção de alternativas de políticas sociais ao exercício da desmistificação dos projetos e das críticas conservadoras. Realizando essa tarefa, estaremos não apenas intervindo ativamente na vida nacional, lutando para construir uma democracia real para o conjunto das classes trabalhadoras, mas estaremos fortalecendo nossas lutas por uma universidade pública, gratuita, democrática, autônoma, laica, de qualidade, que é o projeto do movimento docente. Estaremos realizando o projeto do movimento docente ao mesmo tempo em que estaremos colocando, em um patamar novo, a relação universidade-sociedade” (Cadernos ANDES nº 13, 1994, p. 157)

Especificamente, a ANDES-SN deveria apresentar a todos os candidatos e discutir em todos os fóruns o seu projeto de Educação Nacional, de Saúde Pública, de Seguridade Social, de Desenvolvimento Econômico, Social e Cultural, de Democratização das Informações e das Comunicações. Seus pontos básicos, presentes no Plano de Lutas da entidade para 1994, deveriam ser o “centro das negociações” nas eleições.

Ao final de 1994, frustradas as expectativas de eleição de um candidato comprometido com um projeto democrático-popular para a sociedade brasileira, o movimento docente, reunido no XXIX CONAD, fazia novo balanço do momento internacional e nacional, posicionando-se pela continuidade de suas lutas de resistência transformadora. No plano internacional, constatava-se que o projeto político neoliberal prosseguia impondo a velha ideologia liberal da “plena liberdade de exploração da força de trabalho, empenhando-se em praticá-la ao máximo na economia”, para o que era necessária a destruição das formas organizativas e de solidariedade das classes trabalhadoras, de modo a fazer aparecer um mundo sem contrastes, sem antagonismos organizados. O conjunto de reflexões que vinham sendo feitas pelo Banco Mundial teria papel fundamental neste sentido:

“A idéia de internacionalização do capital, glamourizada sob a forma e o nome de globalização, de modernidade, propõe ainda uma vez o fim das classes. O pós-moderno instaura o reino do

fragmento (forma abstrata mais universal da fragmentação/segmentação da sociedade pelo mercado). As tentativas de uma visão de totalidade são negadas. O discurso do Banco Mundial, o intelectual orgânico das burguesias a nível planetário, chega mesmo a afirmar que a luta hoje está colocada entre os racionais e os irracionais. Os antigos adversários, anteriormente acusados de comunistas, subversivos, são negados na sua própria essência e transformados em 'irracionais': em despossuídos da razão. Nessa lógica totalitária, tudo aparece como sendo momento de uma racionalidade econômica: o capitalismo é, nessa perspectiva, toda a história. Os partidos, os sindicatos e os movimentos sociais são mero instrumento de irracionalidade" (Caderno de Textos do XXIX CONAD, 1994, p. 9; grifos meus).

O movimento docente entendia que o império internacional dessa ideologia comprometia as possibilidades de avanço imediato dos projetos nacionais, comprometendo as ações dos governos com o totalitarismo, ao mesmo tempo em que a intervenção do Estado na economia era reduzida apenas na aparência:

"Os projetos nacionais se esfumam na perspectiva do internacional que é pura racionalidade, porque desprovida de historicidade. Os Estados Nacionais abandonam as velhas formas de legitimação. Não procuram mais aliados nos movimentos sociais. Tratam de impor uma eficácia técnica, transferindo para o executivo as decisões vitais. Os Parlamentos são esvaziados de qualquer efetividade, não sem antes serem fortemente fragilizados ideologicamente como local onde os políticos, sempre reduzidos às formas mais caricaturais possíveis, exercem sua ação. A ação desses políticos é vista ora como corporativa, ora como simplesmente irracional. Os governos buscam, e em muitos lugares conseguem, governar por decreto. As medidas provisórias são então o reino da racionalidade, dos técnicos capazes e não dos políticos interesseiros. O que foi, neste mesmo século, acusado de totalitarismo, aparece agora com a legitimação da racionalidade. A despolítica e a desideologização são então não apenas a regra, mas a condição necessária do jogo político, ou, como eles preferem, da plena expressão da sociedade livre. Contrariamente ao que o neoliberalismo afirma, o Estado não tem a sua atuação reduzida. Pelo contrário. Por medidas aparentemente técnicas, o Estado intervém, mais e mais, em toda a vida da sociedade. A brutal política de transferência do capital social para o capital privado, conhecida por privatização, a chamada desregulamentação do trabalho [...], as propostas de reformulação/aniquiração da Seguridade Social, o não controle sobre o cumprimento das legislações sociais, a exploração do trabalho infantil etc são a prova cabal de que, longe de retirar-se da vida econômica, o Estado amplia essa intervenção. Esse procedimento varia de país a país, mas vem se afirmando tendencialmente em todo o planeta" (Caderno de Textos do XXIX CONAD, 1994, pp. 9-10).

Restava prosseguir na luta por desnudar essas aparências, combatendo pela raiz a racionalidade de mercado. No Brasil, esse processo incidia sobre uma realidade em que sequer houvera um Estado de Bem-Estar Social, mas sobre a qual se impusera a estratégia do Estado Mínimo. No entanto, o Plano Real, decretado às vésperas das eleições presidenciais, era a demonstração mais palpável da manutenção da presença do Estado na economia. Ao que tudo indicava, o governo FHC seria um governo de continuidade do governo Itamar, embora se apresentando com um "discurso novo" (reeditando a tática de Tancredo e de Sarney), o que fora e seria decisivo na política de alianças com "setores intelectuais e com políticos que, de uma forma ou outra, atua[vam] no campo popular". Restava, enfim, dar continuidade ao embate ideológico, coerentemente com a manutenção da perspectiva da resistência transformadora, mantendo na ordem do dia a continuidade da

construção do projeto democrático-popular, recusando o “defensismo imobilizador” e evitando a armadilha de restringir as lutas sindicais ao campo econômico-corporativo. Desta perspectiva, a luta contra o projeto de Revisão Constitucional continuava premente. Urgia pressionar o Congresso para que saísse da passividade e da subordinação. Esta disposição de luta se traduzia na definição de tarefas precisas, naquela conjuntura:

“Cabe a nós travar a luta pela educação, democracia e cidadania na perspectiva de reverter a apropriação do Estado pelos interesses privados. O neoliberalismo tenta se legitimar, objetivamente, passando a noção de que a miséria, a falta de cultura, são condições naturais da sociedade. Aponta para a idéia dos irracionais, dos incompetentes, dos que vivem às custas do Estado. O movimento social, articulando-se com a CUT, deve dar o combate não apenas prático, mas também ideológico, a esse discurso. Fome, miséria, ignorância, são absolutamente incompatíveis com a liberdade e a dignidade humana. A luta por uma política distributiva de renda deve ser contraposta aos projetos neoliberais concentradores de riqueza. Em particular, cabe a nós aprofundar a questão do docente e do trabalhador das Instituições Públicas de Ensino Superior. A Universidade tem sofrido um processo de transformação interna via aceleração da internalização do modelo neoliberal. Entre outras questões, cabe trabalhar: aviltamento salarial, terceirização dos serviços técnicos, sobrecarga de horário de trabalho, fundações internas etc. Devemos enfrentar com clareza a questão do tempo integral e da dedicação exclusiva e, ao mesmo tempo, reafirmar nosso projeto de Educação Pública e Gratuita, laica, democrática e de qualidade” (Caderno de Textos do XXIX CONAD, 1994, p. 13).

Como vimos, coerentemente com o seu ideário e remando sempre contra a “maré ideológica”, a ANDES-SN, nesse último período estudado, empenhou-se ao máximo no combate incessante ao neoliberalismo, exercendo, assim, o seu caráter de um sindicalismo de intelectuais. A ênfase posta neste combate materializou-se em análises, proposições e realizações que, embora não tenham logrado o alcance desejado, sustentavam a identificação deste sindicalismo, em suas dimensões acadêmica e sindical (sobretudo ao nível das intenções e do discurso), com as lutas emancipatórias das classes trabalhadoras.

Capítulo 7

AS MUDANÇAS OCORRIDAS: REDEFINIÇÃO DA IDENTIDADE? (1989-1994)

Este período da história da ANDES-SN expressa o seu *amadurecimento* como organismo sindical e como organização singular que, consciente das suas especificidades, tenta exercê-las na perspectiva da sustentação - historicamente atualizada - de suas dimensões constitutivas. Assim, do ponto de vista da potencialização de seus traços favorecedores de uma *resistência transformadora*, é inegável o vulto de suas intervenções, que persistem na busca de articulação entre lutas gerais e específicas através das ações na esfera da política educacional.

Por outro lado, a entidade continua a enfrentar as dificuldades que demarcaram a sua trajetória, agora ampliadas pelas tentativas de inserção efetiva na CUT e pelos desafios de sua afirmação como sindicato (destacando-se o problema da representação dos docentes das IES privadas). Os esforços empreendidos no sentido de superar essas dificuldades não conseguiram sanar os desequilíbrios, por vezes mais acentuados, no exercício das suas dimensões *acadêmica e especificamente sindical*, o que me levou a perguntar sobre a possibilidade de uma (re)definição (ou inflexão) dessa identidade, em moldes predominantemente sindicais. O resgate feito neste capítulo, sem perder de vista as questões centrais da pesquisa, busca, também, responder a essa indagação histórica.

O DISCURSO HEGEMÔNICO E SUA (IN)SUSTENTABILIDADE PRÁTICA

Ao mesmo tempo em que a ANDES-SN avançava nas análises das relações de força vigentes no país e na proposição de estratégias mais amplas de combate ao neoliberalismo, o distanciamento entre as suas elaborações teórico-estratégicas e as suas práticas cotidianas se pronunciava. Eram determinantes desse distanciamento, além das crescentes adversidades conjunturais e de problemas específicos dessas práticas,¹ os obstáculos não superados, expressos pela complexificação das dificuldades básicas no exercício da sua *dimensão sindical*, que se caracterizam como *traços constitutivos limitadores* do alcance de suas iniciativas.

¹ Sobressaem-se, dentre esses problemas, os atinentes às relações *direção-base* do movimento (marcadas pela tendência ao jacobinismo), às dificuldades de comunicação mais efetiva com os associados e aos vieses corporativistas que se fazem presentes nesta - como em outras, em grau ainda maior - organização sindical.

A persistência (ampliada) das dificuldades básicas

Esperava-se que a transformação da ANDES em Sindicato Nacional favorecesse a sua filiação à CUT - de fato ocorrida no começo deste período - e, por consequência, uma inserção mais efetiva da entidade no sindicalismo combativo e classista. No entanto, essas duas iniciativas na esfera especificamente sindical ampliaram as dificuldades que permearam a sua trajetória neste campo, revelando as debilidades dos processos de que resultaram e aumentando os problemas da sua representação dos docentes das IES privadas. Este item resgata o conteúdo e as formas de materialização dessas dificuldades.

A filiação à CUT e suas repercussões

Como registrado no capítulo anterior, a ANDES-SN se filiou à CUT em seu *VIII Congresso* (1989), que contou com aproximadamente 350 participantes, entre diretores, delegados e observadores de 50 AD's-SSinds. No manifesto *Nossa Filiação à CUT*, aprovado por aclamação no dia 18 de fevereiro - um dia após a decisão tomada - estão sintetizados e contextualizados o processo histórico, as razões e o significado político desta filiação. Resgatando as afinidades entre a ANDES-SN e a CUT quanto a concepções e práticas sindicais, bem como às lutas políticas já travadas, o texto retomava as "bandeiras históricas" do movimento docente, entendidas como "parte indissociável das lutas dos trabalhadores brasileiros", quer do campo, quer da cidade, mediante as quais havia sido construída a *identidade de trabalhadores* dos professores universitários. Passava-se a viver, então, um "novo patamar da luta sindical e política":

"A decisão, amplamente majoritária [...], coroa um longo processo² de discussão no interior do Movimento Docente. Ao nos filiar, não abrimos mão da autonomia de nosso movimento, tampouco praticamos um mero ato formal. O Movimento Docente coloca-se agora em um novo patamar da luta sindical e política. Cabe-nos incrementar a elaboração conjunta com o movimento social organizado tanto das questões específicas do MD quanto daquelas questões gerais dos trabalhadores. Hoje a escola pública sofre o recrudescimento do ataque governamental (corte de verbas, ameaça de demissões, arrocho salarial, deterioração das condições de trabalho, ensino, pesquisa, extensão); a privatização da educação é o inconfessável objetivo perseguido. Interessa ao conjunto dos trabalhadores resistir a este processo; a CUT é o fórum em que, organizadamente, a defesa da Escola Pública deve ser articulada. Filiados à CUT, passaremos a influir mais decisivamente na formulação de diretrizes gerais da atuação sindical e política dos trabalhadores. Colocamos no horizonte a perspectiva de aprimoramento de nosso trabalho acadêmico, reforçando a decisão de fazê-lo dirigido, prioritariamente, à procura de respostas para as questões que a maior parte de nossa

² Convém lembrar que esse "longo processo" não lograra, efetivamente, a sensibilização das "bases" do movimento e, menos ainda, da categoria. É significativo que, embora majoritária, essa decisão tenha sido tomada por 63,5% dos votantes (167 votos de um total de 263 delegados credenciados). Os votos contrários (19) e as abstenções (18) correspondem a apenas 14%, o que indica que 22,5% dos delegados credenciados não estiveram presentes à plenária em que se tomou decisão de tamanha relevância (cf. Ata da Plenária do Indicativo de Filiação, no Relatório Final do VIII Congresso, 1989, p. 59).

sociedade precisa e quer ver urgentemente respondidas" (Relatório Final do VIII Congresso, 1989, p. 62; grifos meus).³

Como se vê, esta decisão, tomada em clima de regozijo, gerou grandes expectativas quanto ao papel específico da ANDES-SN: colocar a sua dimensão acadêmica, de modo orgânico, a serviço do conjunto do movimento sindical, integrando de modo mais consistente e consequente as dimensões constitutivas da sua identidade. Havia clareza sobre o alcance desses objetivos e sobre as formas e espaços de luta a serem acionados: a *prática teórica* - com destaque para as questões da política educacional - e a *atuação privilegiada no DNTE*, ao lado da intervenção das AD's-SSinds nas CUT's Estaduais ou Regionais. Tinha-se, ainda, como pressuposto que, finalmente, *os docentes universitários assumiam concretamente a sua condição de classe trabalhadora* (cf. Boletim Nacional da ANDES-SN, nº 39, 1989). A realidade mostraria, contudo, a fragilidade desse pressuposto e, por decorrência, as dificuldades de concretizar essas intenções, mesmo no âmbito dos militantes da entidade. Além disto, divergências em relação a algumas deliberações tomadas/implementadas pela Central, somadas à preocupação quanto aos seus rumos, adensariam essas dificuldades, que passam a ter mão dupla.

O movimento docente de fato empenhou-se em atuar, a partir de então, no DNTE. No entanto, durante a realização do I Congresso deste Departamento, além de se constatar a presença de um número de participantes drasticamente reduzido⁴, lamentava-se a escassez de documentos subsidiadores dos debates: somente a ANDES-SN apresentara um texto sobre a LDB em tramitação. Dentro desses limites, o Congresso avaliou a conjuntura e traçou resoluções orientadoras da estruturação do DNTE e de suas lutas específicas, constituindo também uma Diretoria.⁵ Apesar das fragilidades do próprio Departamento recém-criado, que certamente se relacionavam ao menor peso político das categorias profissionais que congregava, entendia-se que o seu fortalecimento seria decisivo para promover a integração entre as organizações de trabalhadores em educação da CUT (Boletim Nacional da ANDES-SN, nº 40, 1989).

³ Neste Congresso, foi criado um Grupo de Trabalho de Implantação Sindical, cuja tarefa inicial foi a publicação do "I Seminário de Sindicalização". Este GT deveria, também, acompanhar e propor soluções para as dificuldades que se apresentassem no processo de transformação das AD's em Seções Sindicais da ANDES-SN (cf. Relatório Final do VIII Congresso, 1989, p. 65).

⁴ O evento ocorreu na UNICAMP, em julho de 1989. Esperava-se aproximadamente quatrocentos delegados e compareceram pouco mais de duzentos. A própria ANDES-SN se fez representar por apenas dezessete delegados, de um total de quarenta e três possíveis (Boletim Nacional da ANDES, nº 40, 1989).

⁵ A direção eleita resultou de um esforço dos delegados presentes no sentido de compor uma chapa única. Dela participavam o prof. Carlos Baldijão (delegado da ANDES-SN), como Secretário Geral, e a autora desta tese (delegada da ADUFPB-JP), como membro do Conselho Diretivo. Ressalte-se que os delegados das AD's-SSinds foram considerados como delegados da ANDES-SN. No XIX CONAD, deliberou-se em plenária pela indicação de mais três representantes da entidade para este Conselho, a serem designados pela Coordenação dos setores do movimento (cf. Boletim Nacional da ANDES-SN nº 40, 1989).

Uma das formas desse fortalecimento era a participação no debate mais amplo sobre *estrutura sindical*, ensejado pela tramitação, na Comissão de Trabalho da Câmara Federal, de anteprojetos de lei que regulamentariam as questões atinentes à *organização sindical*, segundo a Constituição de 1988.⁶ Para tanto, seria importante que as AD's-SSinds acompanhassem o trabalho do GT de Organização Sindical da ANDES-SN⁷, em articulação com as CUT's Estaduais, atuando localmente junto aos parlamentares, ao mesmo tempo em que a ANDES-SN e o GTPS fariam o mesmo trabalho junto ao Congresso Nacional (Relatório Final do XX CONAD, 1989, p. 42).

No início de 1990, durante o *IX Congresso*, retomava-se o significado da filiação à CUT, afirmando-se ter ela possibilitado "uma maior vinculação orgânica com o conjunto dos trabalhadores", o que permitia que a *Proposta de Universidade* do movimento docente pudesse ser assumida como algo de interesse do movimento sindical cutista como um todo. Em decorrência, era importante, também, executar as deliberações da Central e dos seus Congressos. Neste sentido, urgia discutir uma questão que vinha se tornando crucial para o incremento da participação das AD's e da ANDES-SN: a *contribuição financeira de 5% dos sindicatos filiados* à CUT, conforme deliberado no III Congresso Nacional da Central (III CONCUT). No caso específico da ANDES-SN, essa contribuição passou a ser um componente limitador da sua intervenção nas instâncias deliberativas da CUT, dada a própria singularidade da estrutura sindical da entidade, com nítidos "prejuízos financeiros e políticos" para a ANDES-SN e para a CUT. O movimento docente, ao contribuir financeiramente apenas de modo parcial, em nível nacional, com a Central e não globalmente, também em nível estadual ou regional, ficava impedido de participar dos seus eventos a partir de suas bases locais, as AD's-SSinds. Analisando o problema, o GTPS, tendo em vista a autonomia estatutária das AD's-SSinds, recomendava que as mesmas submetessem às suas assembleias gerais "a decisão política de contribuir mensalmente para a CUT do seu Estado ou Região, com o percentual de 5% do montante equivalente ao total arrecadado em sua base, subtraído desse total a importância repassada à 1ª Tesouraria da ANDES-SN". Por sua vez, as AD's ainda não transformadas em Seções

⁶ Tratava-se, para a ANDES-SN, de um momento privilegiado para defender conquistas como a autonomia e a liberdade sindicais, vis a vis à manutenção da unicidade sindical e do recolhimento da contribuição sindical compulsória. Visando *romper efetivamente com a estrutura sindical "oficial"*, a ANDES-SN propõe a inclusão, na regulamentação do direito à sindicalização, de dispositivos que assegurassem por um lado, o esclarecimento de dúvidas sobre desmembramento, fusão ou criação de sindicatos por intermédio de "amplas consultas às respectivas bases" e por outro, a competência das assembleias de base para deliberar sobre a destinação da contribuição compulsória (podendo inclusive devolvê-la ou a ela renunciar). Além disso, a entidade concebe "bases como "sendo "toda a categoria e não apenas as bases do sindicato 'oficial'", na medida em que existiam entidades sindicais "antes não abrangidas pela legislação fascista" (Relatório Final do XX CONAD, 1989, p. 42).

⁷ Trata-se, possivelmente, de uma nova designação dada ao GT de Implantação Sindical, cuja criação está relacionada aos avanços da ANDES representados pelas iniciativas de transformar-se em sindicato e de filiar-se à CUT. Posteriormente, o GT de Organização Sindical passa a designar-se GT de Política Sindical (GTPS) e terá papel central nas análises e proposições/realizações da entidade no campo especificamente sindical.

Sindicais deveriam, preferencialmente, relacionar essa questão ao debate sobre esta transformação (Relatório Final do IX Congresso, 1990, p. 82).

Um ano depois, em seu X Congresso, dirigentes e militantes da ANDES-SN ainda se deparavam com os mesmos desafios. O debate sobre a *estrutura sindical* vigente levava-os a admitir que a ruptura com a mesma teria de ser feita na prática, implicando enfrentamentos (inclusive no interior da própria CUT): “a construção do sindicalismo autônomo, democrático e de lutas tem se dado com enfrentamentos. Não havia e não há outro caminho. Os enfrentamentos continuam e devem ser encarados pelo MD para consolidar a sua proposta sindical” (Relatório Final do X Congresso, 1991, p. 112).

Por sua vez, a decisão de filiação à CUT ainda não dera os frutos esperados. A participação da ANDES-SN e das AD's-SSinds nas instâncias verticais e horizontais da CUT continuava precária - como demonstrava o desempenho da entidade no I Congresso do DNTE - e, se a transformação da ANDES em sindicato favorecera a filiação, também dificultava, paradoxalmente, uma inserção orgânica mais efetiva na Central:

“A transformação da ANDES em Sindicato Nacional foi, sem dúvida, um elemento importante na definição de sua filiação à CUT três meses após o II Congresso Extraordinário. As tarefas de construção do Sindicato Nacional, por sua vez, levaram o MD a priorizá-las, secundarizando seu papel no movimento sindical e no interior da CUT [...]. Na prática, a política sindical deixou de ter todas as suas dimensões, confundindo-se com a consolidação de nossa proposta de Sindicato Nacional. Este ‘voltar-se para dentro’[...] trouxe prejuízos na própria afirmação dessa proposta, uma vez que ela se choca com outros sindicatos existentes, inclusive filiados à CUT, sobretudo no setor das particulares” (Relatório Final do X Congresso, 1991, pp. 112-113; grifos meus).

A maior complexidade no enfrentamento dessas dificuldades básicas se dava, portanto, pela *crescente interconexão entre as mesmas*, no fazer sindical da entidade. Fatos marcantes neste sentido foram a criação, no segundo semestre de 1990, da CONDSEF e da CONTEE, que passaram a disputar com a ANDES-SN, no interior da própria CUT, a representação dos docentes das IFES e das IES privadas.⁸ Em face desses novos desafios, os participantes do X Congresso consideravam que o debate sobre a organização de cada um desses setores exigia uma reflexão, no âmbito da Central, sobre

⁸ A Confederação Democrática dos Servidores Federais (CONDSEF) fora criada em congresso realizado em agosto de 1990 (que simultaneamente a filia à CUT), motivada pela busca de unidade no enfrentamento dos desafios impostos pelo governo Collor. No entanto, segundo os participantes do X Congresso da ANDES-SN, esta unidade fora ameaçada em vários momentos pela própria CONDSEF que, proclamando-se representativa dos SPF's, adotara encaminhamentos diferentes dos definidos nas plenárias dos delegados das diversas entidades que organizavam esses servidores, sobretudo durante a campanha salarial. Naquele momento, através de boletim especial dirigido aos docentes do ensino superior e sem nenhuma comunicação feita com a Diretoria da ANDES-SN, a CONDSEF propôs que a entidade nacional dos docentes a ela se filiasse. Mais problemática ainda fora a criação, em novembro deste mesmo ano, da Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) que, pretendendo incluir em seus quadros os professores do 3º grau da rede privada, passara a existir sem que a ANDES-SN fosse convocada a participar do debate sobre a sua criação, em “Plenária Nacional de Entidades de Trabalhadores de Estabelecimentos de Ensino” promovida por dirigentes sindicais ligados à CUT e contando, inclusive, com a presença de alguns integrantes do DNTE.

“o lugar da CUT na organização dos trabalhadores”. Isto se tornava premente uma vez que, em 1991, o IV CONCUR reavaliaria a estrutura sindical definida no Congresso Nacional anterior (III CONCUR), oportunidade em que se redefiniriam os fóruns de articulação das diversas categorias e segmentos de trabalhadores.⁹

Impunha-se, assim, que a ANDES-SN estabelecesse as suas *prioridades* no campo da política sindical, dentre as quais se apontava o *reforço ao fórum que reunia os SPF's e trabalhadores de empresas estatais*. Em termos das relações com a CUT, as iniciativas de implantação do sindicato deveriam se *interligar* às de construção da própria Central, definindo-se os seguintes encaminhamentos: (a) *consolidação da ANDES-SN*, mediante o *tratamento unitário* dos docentes dos três setores institucionais, investindo-se na *transformação das AD's em seções sindicais* e na *expansão da entidade* pela criação de novas seções sindicais e pela filiação direta de docentes onde não existisse movimento docente organizado; (b) *inserção nos preparativos do IV CONCUR*, cuidando-se da regularização da contribuição financeira das AD's-SSinds às CUT's, alargando-se a participação no DNTE mediante a criação dos Departamentos Estaduais de Trabalhadores em Educação (DETE's) e incentivando-se o debate sobre a estrutura sindical da própria CUT e (c) *reafirmação do posicionamento tomado no sentido de não participar da criação de entidades de servidores*, o que significava a recusa da proposta de filiar-se à CONDSEF, que deveria ser discutida, nas AD's-SSinds, juntamente com as propostas existentes sobre a estruturação da CUT (Relatório Final do X Congresso, 1991, p. 114).¹⁰

⁹ No X Congresso, comemorativo dos dez anos de existência da ANDES-SN, realizaram-se quatro seminários sobre temas candentes que desafiavam o movimento, a saber: *O público e o privado na educação, Carreira Docente, Terra e Democracia e Estrutura e Política Sindical*, numa co-promoção com a Fasubra Sindical que contou com a coordenação da CUT e com representantes da CONDSEF, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura - CNTEEC, do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal de 1º e 2º Grau - SINASEF e da Associação Nacional de Educadores Federais/ Sindicato Nacional - ANDEF-SN. Neste seminário, marcado por “forte discussão”, houve o confronto entre a posição defendida pela ANDES-SN, que valorizava o sindicalismo de base, horizontalmente organizado por local de trabalho e sustentado pela livre contribuição financeira de seus sindicalizados e a concepção “verticalista, que mantém a estrutura do sindicalismo corporativista, organizada em federações e confederações, sustentada pelo imposto sindical”. Segundo Coelho, a CUT - que ainda não tinha posição definida sobre a estrutura que deveria ser adotada para aglutinar os servidores públicos no seu todo - foi “pressionada no sentido de aprofundar este debate entre os cutistas, visando fortalecer a unidade e a organização de base” (Coelho, 1992, p. 207). Ver, a este respeito, matéria intitulada *“Peleguismo na CUT não!”* (InformAndes Extra, março de 1991, p. 5), que destaca o pronunciamento do então presidente da ANDES-SN, Carlos Baldijão, advertindo para o equívoco da utilização das facilidades do imposto sindical para “criar primeiro uma estrutura legal [e] só depois tentar uma penetração nas bases”. Este mesmo Boletim trazia matéria de uma página em que se fundamentava a posição da entidade de “não participar do Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania do Governo Collor (PNAC) e de alertar a CUT sobre a impropriedade de tal envolvimento” (*idem*, p. 6).

¹⁰ As recomendações feitas reportavam-se às formas de regularização da situação financeira das AD's-SSinds segundo as normas estatutárias vigentes na CUT, visando possibilitar a participação nos Congressos Estaduais das CUT's (CECUT's) e no IV CONCUR, e ao debate, nas “bases” do movimento, sobre as relações ANDES-SINPRO's cutistas, na perspectiva de se encontrarem formas conjuntas de resolução dos problemas existentes “através do fortalecimento das decisões de base e não de soluções judiciais que só desgast[av]am a CUT” (*idem, ibidem*).

As avaliações feitas ao final de 1991 constatavam, entretanto, a persistência (com variações de intensidade) desses mesmos problemas. A preparação para o IV CONCUT fora insuficiente, destacando-se a dificuldade de regularização financeira da contribuição das AD's-SSinds às CUT's Estaduais, do que resultara a presença de apenas 12 delegados no evento, que sequer haviam se reunido para discutir as questões em pauta e suas implicações para o movimento docente. Não fora possível uma discussão mais aprofundada sobre a estrutura da CUT e uma participação mais efetiva no DNTE (via criação dos DETE's e instrumentalização para o debate de questões educacionais) e na CUT, em cujo âmbito acirraram-se as tensões com a CONDSEF e a CONTEE. No caso da primeira, a ANDES-SN conseguira apontar a sua falta de representatividade junto aos SPF's, exortando-a a participar das plenárias dos servidores públicos. Quanto à segunda, apesar de tardiamente esclarecidas as circunstâncias envolvidas em que se dera a sua criação e a própria presença de membros do DNTE neste processo, esses esclarecimentos visavam apenas "retomar a discussão sobre a organização dos trabalhadores em educação das escolas particulares do 1º e 2º graus" que, no entendimento da ANDES-SN, deveria nortear-se pelos "pressupostos da organização da CUT" e, deste modo, "desfazer os equívocos cometidos" (cf. Relatório Final do XXIII CONAD, 1991, p. 126). Face a este quadro, associado ao das dificuldades de implantação sindical da ANDES-SN, considerava-se necessária uma intervenção mais incisiva da entidade no campo da política sindical, com especial atenção ao GTPS:

"[...] precisamos ser ousados, sob pena de não realizarmos nossa concepção de sindicato que representa os docentes das IES públicas e privadas. Para tal, consideramos superada a fase de declaração de intenções. Precisamos realizá-las! E, para a sua realização, além das condições objetivas necessárias, faz-se imprescindível a vontade política, representada não pelo voluntarismo, mas sim pelo convencimento e envolvimento de toda a militância. Nesse contexto, o GT de Política Sindical assume papel fundamental para o avanço da atuação da ANDES-SN nas questões específicas da organização do movimento docente e de suas relações com o conjunto da classe trabalhadora. Avaliar profunda e radicalmente o GT neste momento reveste-se de vital importância e requer que o pensemos, primeiro, a partir de suas funções prioritárias - subsidiar o Sindicato, elaborar propostas sobre temas específicos, aprofundar a discussão política - para que possamos encaminhar propostas que venham ao encontro da efetivação e implementação de suas funções" (idem, p. 124; grifos meus).¹¹

A "infinidade de problemas" detectados na atuação do GTPS - retomados no XI Congresso - relacionava-se, principalmente, à falta de continuidade nos trabalhos e à dificuldade de implantação/consolidação das propostas deliberadas desde o X Congresso: "acreditamos que fomos corretos na formulação das propostas, porém ainda temos debilidades na sua execução" (Relatório Final do XI Congresso, 1992, p. 175). Assim, além

¹¹ A constatação de que este GT não estava conseguindo dar conta da implementação das resoluções dos eventos nacionais da entidade em seu campo específico parece traduzir as tensões entre as funções de elaboração e intervenção desses espaços orgânicos, já situadas e analisadas no capítulo 3 desta pesquisa.

da reafirmação dessas propostas, julgou-se imprescindível o “fortalecimento efetivo” e a ampliação do GT de Política Sindical, de modo que este pudesse concretizar uma “dinâmica de trabalho mais intensa e cotidiana”. Neste sentido, as organizações locais da ANDES-SN deveriam designar diretores ou militantes para exercerem a coordenação do trabalho sindical, estimulando a constituição de GT’s locais (cabendo idêntica tarefa às Regionais da entidade), que deveriam se integrar através do GT nacional. Enfatizava-se, ainda, que o GTPS deveria, a curto prazo, dedicar-se a produzir “materiais de divulgação do sindicato”, elaborar um “plano de cursos de formação sindical” (inclusive sob a forma de vídeo) e implementá-lo, além de acompanhar a constituição dos GT’s locais e regionais (Relatório Final do XI Congresso, 1992, pp.176-177). Quanto à ampliação da intervenção na CUT, insistia-se em que a participação dos docentes deveria transcender os momentos de realização de eventos da Central (nacionais, estaduais e regionais), constituindo uma prática cotidiana nas instâncias voltadas para saúde, educação e formação sindical. Desta perspectiva, continuava premente buscar uma efetiva vinculação orgânica entre as ADs-SSínds e as CUT’s Estaduais.

Como salientado no capítulo anterior, a ANDES-SN depositou grandes expectativas na intervenção política da CUT no contexto do *impeachment* do presidente Collor. Isto a fazia acentuar, durante o XXIV CONAD, a importância do “debate fraterno” sobre concepções sindicais, no intuito de fortalecer a unidade e a autonomia/independência das organizações e de recolocar a crítica e recusa à “forma verticalizada” de estruturação que se ampliava no interior da Central:

“Preocupa-nos, fundamentalmente, as tendências vivenciadas no campo da Central e que indicam não apenas o crescimento da incorporação de federações e confederações anteriores ao surgimento da CUT, bem como o nascimento dessas federações já no próprio seio da CUT, como a [...] CONTEE. A ANDES-SN vê como extremamente preocupantes processos como a possibilidade de desaparecimento do [...] DNTE. [...] Este Departamento, diferenciado dos demais, é uma novidade importante. Ele não é marcado na sua origem por limites de categoria mas compreende diversas categorias e suas entidades nacionais no campo dos trabalhadores em educação. A importância do DNTE está exatamente no fato de que ele é o fórum adequado à resolução das questões ora existentes entre a CONTEE e a ANDES-SN, por exemplo. Sua eliminação torna praticamente impossível o debate cutista sobre essas questões” (Relatório Final do XXIV CONAD, 1992, p. 154; grifos meus).¹²

Apostando no processo de “clarificação política e ideológica” necessário ao enfrentamento com o governo Collor, os militantes reunidos no XXIV CONAD advertiam para o risco de, em nome de uma “eficácia econômica travestida de modernidade acima da luta de classes”, o movimento sindical cutista perder a sua “forte presença classista”, defendendo que a ANDES-SN intervisse incisivamente nos debates em pauta na

¹² O *InformAndes* de junho de 1992 (edição especial, que noticia a posse da diretoria encabeçada por Márcio Antonio de Oliveira para o biênio 92/94), contempla essas questões no editorial - “O *impeachment* e a luta pela democracia” e em matéria intitulada “A ANDES-SN e o movimento sindical” (p. 7).

Central.¹³ Para viabilizar esta intervenção, foram retomadas e mantidas recomendações anteriores, tanto na perspectiva da contribuição das AD's-SSinds à sustentação financeira das CUT's Estaduais, quanto no sentido de uma participação mais constante na vida da Central.¹⁴ (Relatório Final do XXIV CONAD, 1992, p. 154).

Cabe ressaltar que, a despeito das debilidades da influência da ANDES-SN na Central, a entidade conseguiu levantar questões políticas nodais e polêmicas, que podem ter aguçado as tensões e discordâncias geradas em torno da “negociação em todos os espaços possíveis”, que dividiam as “tendências políticas” atuantes na Central. Neste contexto, o discurso majoritário da direção nacional da CUT ainda se revelava combativo e classista:

“Para derrotar o projeto neoliberal é preciso um projeto alternativo, construído junto com os setores e forças políticas comprometidos com as necessidades da maioria. Este projeto deve considerar a importância do estado como agente econômico fundamental, defendendo as empresas estatais que são estratégicas para o desenvolvimento, preservando o patrimônio público e apontando para a melhoria dos serviços públicos. Um projeto voltado para a produção daquilo que a população precisa, com respeito ao meio ambiente e ao trabalhador. Para chegar a isso, vai ser preciso negociar bastante. É imprescindível a mobilização dos trabalhadores, a luta direta, os grandes embates sindicais; quanto maior a combatividade, maiores serão nossas conquistas. Mas não podemos dispensar a participação dos representantes dos sindicatos em todo e qualquer espaço de negociação, onde estejam em jogo os interesses da classe trabalhadora e da maioria da população. Daí a importância da presença da CUT nas câmaras setoriais [...], como no acordo das montadoras e na discussão do transporte aeroviário. Do mesmo modo, é fundamental nossa presença em todos os conselhos ou organismos de representação, fiscalizando o FGTS, o FAS, a Previdência Social etc., exigindo transparência e presença dos trabalhadores na gestão dos fundos públicos, que nos interessa diretamente. Devemos combinar os diferentes interesses das diversas categorias e setores que compõem a CUT com os interesses gerais da população. Essa é uma questão fundamental e prioritária” (Meneguelli, in: *Revista Universidade e Sociedade*, nº 3, junho 1992, p. 81).¹⁵

Mas as apreensões da ANDES-SN tinham razão de ser. Ao final deste mesmo ano, o novo presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o “Vicentinho”, fazia uma crítica aos posicionamentos radicais de esquerda e à reiteração das táticas de resistência e confronto com o Estado e os patrões, defendendo a concepção de “sindicato como sujeito social”:

¹³ Dentre as questões então integrantes da pauta da CUT destacava-se a da sua filiação à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL). Na avaliação da maioria dos militantes da ANDES-SN, as concepções e objetivos daquela entidade eram incompatíveis com a perspectiva classista e emancipatória que norteava a própria criação da entidade dos docentes e a do “novo sindicalismo”. Cabe ainda mencionar que esta questão já havia sido objeto de apreciação em eventos anteriores da ANDES-SN (cf. Relatório Final do XI Congresso, 1992, p. 177), mas este foi nitidamente um dos momentos de maior agudização das tensões, a ponto de solicitar-se, dos delegados da ANDES-SN e das AD'S-SSinds que fossem deliberar sobre a questão nas instâncias da CUT, o compromisso de voto contrário à filiação à CIOSL. Vale ainda lembrar, como mencionado anteriormente, que o tratamento da questão das relações internacionais (ANDES e CUT) transcende os objetivos e questões norteadores desta pesquisa, razão pela qual o tema só aparece marginalmente.

¹⁴ Desse modo, demandava-se do GTPS a produção de textos sobre política sindical que atendessem ao duplo objetivo de explicitar mecanismos e instrumentos necessários à discussão, elaboração e implementação dessa política e de formular propostas de encaminhamento das lutas, transcendendo o nível do diagnóstico.

¹⁵ Coerentemente com seu ideário e proposições políticas, a ANDES-SN também apresentava reservas e preocupações relativas à tática de “negociação em todos os espaços possíveis”, que irá fundamentando o que mais recentemente se designa, na Central, como “sindicalismo propositivo”.

“O ponto de partida de nossa reflexão é a constatação de que o Brasil mudou muito desde 1978. O mundo também mudou muito. E raramente uma tática que traz vitórias e se mostra correta numa determinada situação conjuntural continua gerando bons frutos quando a realidade sofre mudanças tão radicais. [...] O [impulso] reivindicatório, radicalmente oposicionista, em certa medida corporativista, de nossas lutas pós 78 já não consegue responder a todas as questões colocadas por um cenário em que nós próprios, os autores principais das mudanças, amadurecemos até o ponto de termos, hoje, condições de ser governo neste país. Fique bem claro que, hoje, o movimento sindical brasileiro e a CUT, logicamente, precisam manter o tom reivindicatório e oposicionista. Afinal, isso representa a própria natureza da organização sindical. Mas precisamos ter claro que isso, isoladamente, não responde mais às questões e aos dilemas que a classe trabalhadora tem diante de si. [...] O Brasil começa a exibir um perfil de país com instituições democráticas sólidas. Mais ainda: a tendência geral de cada momento eleitoral vem sendo o reforçamento dos partidos de esquerda e centro-esquerda, especialmente o PT, que já responde por parcelas expressivas do poder político. Num país assim, é imperdoável a miopia dos companheiros de certas correntes da própria CUT, que se apegam aos padrões do passado para defender táticas quase idênticas às adotadas quinze anos atrás, como se a classe trabalhadora estivesse dispensada de estudar as mudanças ocorridas, para adaptar-se a elas. As greves continuam ocorrendo e vão continuar ocorrendo por décadas e décadas, mesmo diante de governos democráticos e populares. São indispensáveis no conflito da sociedade capitalista e valem como escolas de conscientização política. Mas não passa de tolice imatura a postura de alguns que seguem enxergando a greve como única arma à disposição de uma determinada categoria profissional ou do próprio movimento sindical em seu conjunto. Nesse sentido, temos insistido na idéia de que o sindicato precisa existir, hoje, numa crise tão ampla e profunda como a vivida pelo Brasil, como verdadeiro ser social: um sindicato como sujeito social, que luta, mas luta pensando que é capaz de conversar e, sempre que necessário, senta em mesas de negociação com os mais repelentes adversários, sem medo de ser tragado ou perder a identidade pelo simples fato de conversar. Um sindicato que, mesmo sendo de uma categoria, não deve e não pode limitar-se aos horizontes estreitos da própria categoria. [...] A solução é articularmos um plano de intervenção sindical que seja capaz de satisfazer às reivindicações centrais de cada categoria, ao mesmo tempo em que não fugimos da responsabilidade de oferecer sugestões e propostas de política global para tirar este Brasil do lamaçal em que foi jogado” (Vicentinho, in: Revista Universidade e Sociedade, nº 4, novembro de 1992, pp. 16-17; grifos meus).

Mais do que divergências estratégicas ou táticas, estava (e está) em pauta o debate ideológico sobre o horizonte político das lutas da Central e, pois, o da *sua identidade de classe*. Compreende-se assim por que, no início de 1993, como consequência do adensamento teórico de suas análises de conjuntura e de suas avaliações sobre o *impeachment* do presidente Collor, o movimento docente, ao salientar os limites do governo Itamar e o seu caráter de *continuidade ao estabelecido*, insistia na necessidade de a CUT assumir uma “postura mais ativa” diante dos acontecimentos políticos de monta, com argumentos fatuais que justificavam as reservas postas à “negociação/participação” indiscriminadas:

“Não cabe ter ilusões. Mesmo o fato de que figuras como Barelli estejam no governo não deve obscurecer o significado da política vigente. O movimento sindical deve passar a uma postura mais ativa. A CUT não pode ficar presa nas tenazes de uma tática governamental que busca a realização de uma política anti-social e neoliberal. Não somos ‘sócios dessa jornada’, porque

os sócios pagam a conta, ainda que diferencialmente, e nós pagaremos a maior parte, a pesada conta da dívida desse governo. À CUT, e ao movimento sindical nela organizado, cabe atuar no sentido de combater a política neoliberal. Sabemos que mais de dez anos de recessão (nacional e internacional) têm levado os trabalhadores a uma posição defensiva. Sabemos que o neoliberalismo tem como ponto essencial a quebra das organizações sindicais e a fragmentação de suas lutas, o que tem levado (ainda que necessariamente) ao aparecimento de um discurso conservador no interior da Central. Sabemos que a CUT tem procurado estratégias que permitam sair dessa crise. Contudo, o que se vê e era de esperar, é o absoluto descompromisso do patronato com as questões sociais. Um bom exemplo foi o acordo de redução de impostos 'para defender a indústria automotiva' " (Relatório Final do XII Congresso, 1993, p. 61; grifos meus).

Ao lado dessa divergência, prosseguia o conflito, nas relações entre a ANDES-SN e a CUT, decorrente da decisão de filiação da Central à CIOSL, que o movimento docente refutara e se dispunha a tentar reverter, mediante debate massivo e prévio ao V CONCUT. Mais uma vez, insistia-se em ampliar a presença da ANDES-SN na CUT e, sobretudo, no DNTE. Por sua vez, o debate sobre estrutura sindical continuava provocando inquietações. Os participantes do *XII Congresso* julgaram decisivo investir no aprofundamento das implicações da verticalização que se ampliava. Era preciso observar “o que melhor con[vinha] para a construção da Central e de suas organizações”, devendo-se respeitar “as formas de organização e de luta das categorias” ¹⁶ (Relatório Final do XII Congresso, 1993, p. 62).

Como recomendações resultantes deste evento, sobressaía-se a de que o GTPS aprofundasse a análise sobre os “*fatores que concorreram e concorrem para a mudança de postura política da CUT, com ênfase na correlação de forças existente no interior da Central e na identificação de setores que ombre[avam] com a ANDES-SN com uma postura crítica e que se constitu[iam] em potenciais aliados em ações políticas*”. Além disto, a Diretoria da entidade deveria promover uma reunião entre o GTPS e o Setor Jurídico para analisar os “problemas sindicais na revisão constitucional”, em particular o do contrato coletivo de trabalho. Continuava de pé, ainda, a necessidade de incentivar a regularização financeira das AD's-SSinds junto às CUT's Estaduais visando uma participação mais consistente nas esferas de deliberação da Central (*idem, ibidem*; grifos meus).

Crítica e auto-crítica vão se definindo, portanto, como elementos constitutivos das relações da ANDES-SN com a CUT. No *XXVI CONAD* (1993), reconhecia-se ainda a

¹⁶ Seria um despropósito, neste sentido (como se chegou a cogitar, inclusive no interior do movimento docente), “desorganizar a ANDES-SN no interior de um ‘Sindicato’ de Funcionários Públicos Federais, de ‘sindicatos’ estaduais e/ou municipais”, posto que “o ritmo de um processo de unificação de diversas categorias não pode[ria] ser decidido burocraticamente, em especial quando o nível organizativo das mesmas [era] extremamente diferenciado. Cabia, assim, participar tanto do Seminário dos SPF's quanto do debate sobre o Congresso do DNTE, assegurando a sua realização e tentando evitar que se criasse uma “Confederação de Educadores” que seria, “tendencialmente, apenas um pesado organismo burocrático”: “não podemos abrir mão do DNTE, embora devamos atuar no sentido de reformulá-lo para dar-lhe maior eficácia. Isto passa necessariamente pela nossa intervenção no cotidiano do Departamento” (*idem, ibidem*).

dificuldade de o movimento docente implementar as deliberações e recomendações traçadas no campo da política sindical:

"Em que pese a relevância das questões sindicais na atualidade, não temos conseguido aprofundar uma reflexão acerca das possibilidades e limites destas questões para o movimento docente. Em reuniões anteriores, a importância deste aprofundamento já foi amplamente discutida e reconhecida. Apesar disto, pouco ou quase nada foi feito a respeito. Na reunião do GT de Política Sindical Nacional esta necessidade foi mais uma vez reafirmada. Neste sentido, o XXVI CONAD recomenda a todas as AD's-SSinds que implementem GT's locais e também que priorizem a ação que permita recuperar o atraso nas discussões ainda não realizadas" (Relatório Final do XXVI CONAD, 1992, p. 105; grifos meus).¹⁷

Esta priorização era considerada imprescindível sobretudo em função da VI Plenária Nacional da CUT, em que se definiriam eixos e propostas de intervenção no processo de revisão constitucional: urgia instrumentalizá-la para enfrentar o "conjunto de ataques contra a população e a classe trabalhadora". Importava, sobremaneira, combater a estrutura sindical oficial, ao nível da legislação sindical, para o que era necessário enfrentar as diversas contradições vividas pela CUT que, presentes na "transição da velha para uma nova estrutura", exprimiam os embates entre "um sindicalismo corporativo e um classista" (*idem*, p. 106). Neste sentido, alertava-se para o fato de que, naquele momento histórico da acumulação capitalista em escala mundial, dadas as crescentes dificuldades de sobrevivência, aumentava a competitividade individual, lastreada pelo "fetichismo do mercado", o que se refletia na *acentuação do corporativismo sindical*, em detrimento dos "projetos históricos da classe trabalhadora" (*idem*, p. 108). No Brasil, já se vivia este processo, que poderia ser agudizado pela revisão constitucional, com sérias implicações para a universidade e para o próprio sindicalismo dos docentes:

"A vingarem os objetivos neoliberais para a Universidade Brasileira, estará em risco a própria sobrevivência de nosso sindicato. Não haverá assim isonomia, estabilidade e carreira única. A comunidade universitária se vê envolvida, em parcelas significativas, pela competitividade empresarial. Exemplo disto é a existência de comissões compostas de pessoas oriundas da academia e do empresariado, e que têm como objetivo promover uma interação/integração destas realidades diametralmente opostas, em prejuízo, na maioria das vezes, das próprias universidades e do seu caráter eminentemente público. Em graus diferenciados, este fenômeno é preocupante, quando a defesa da universidade brasileira torna-se absolutamente necessária. A Educação, em seu conjunto, tende a ser desregulamentada" (Relatório Final do XXVI CONAD, 1993, p. 109).

Este entendimento, que não perdia de vista a centralidade das questões da educação, levava também à necessidade de reforçar a defesa do "projeto histórico" das classes trabalhadoras no interior da CUT, como cerne do enfrentamento das questões polêmicas que perpassavam o cotidiano da Central:

¹⁷ Dentre os problemas a serem debatidos, elencavam-se os atinentes à "terceirização e seus impactos", ao contrato coletivo de trabalho ("já amplamente discutido e assumido pela CUT como uma nova CLT") e à política industrial do governo, como alguns dos temas a serem discutidos na revisão constitucional.

"A construção do sindicalismo cutista tem-se dado com muitos embates contra o peleguismo e o corporativismo, embates estes que [...] só foram exitosos porque acompanharam a organização da luta, a ação direta dos trabalhadores [...]. As pressões do corporativismo, das dificuldades de rompimento com a velha estrutura, como, por exemplo, com o imposto sindical, têm-se feito sentir no interior da CUT e dos sindicatos filiados. As decisões importantes que a CUT tem tido ou terá de tomar no terreno de suas relações internacionais, da estrutura vertical e outras envolvem, essencialmente, a questão do avanço ou retrocesso na conquista de um sindicalismo livre e combativo" (idem, p. 110; grifos meus).

A VI Plenária Nacional da CUT tornou-se, assim, alvo de muitas expectativas, principalmente no que tangia à construção da sua estrutura vertical. Relembrando que a concepção de "ramos de atividades" havia prevalecido em um primeiro momento dos debates e que a V Plenária Nacional definira que estes se transformariam em confederações nacionais e federações estaduais, entendia-se que, na VI Plenária, o movimento docente deveria contribuir com a avaliação e definição dos próximos passos a serem dados, defendendo a tese de que "a única garantia de sucesso da empreitada que a CUT se prop[unha] [era] a existência da *organização por local de trabalho e a democracia em todas as instâncias*". Sem isto, "a estrutura vertical da CUT em nada se diferencia[ria] das federações e confederações oficiais".

Neste contexto, crescia também em importância a realização do II Congresso do DNTE, como instância vertical que congregava as organizações sindicais por categoria ou mesmo segmentos de um mesmo ramo de atividades. Ainda havia, entre as entidades que o compunham, o consenso sobre a sua manutenção,¹⁸ o que alimentava a esperança na possibilidade de "refletir sobre a conjuntura e aprovar ações imediatas para o enfrentamento ao neoliberalismo no terreno da educação", visando precisar seus objetivos e estimular a criação dos DETE's. Pretendia-se que o DNTE pudesse assumir, no imediato, as lutas em defesa da educação pública e dos direitos dos trabalhadores da educação na revisão constitucional; pela aprovação e implantação da LDB e por um piso salarial para o magistério, além de acompanhar/fiscalizar as execuções orçamentárias da União, dos estados e dos municípios, de modo a fazer respeitar os dispositivos constitucionais no campo da educação, ciência e tecnologia. Ao lado desses eixos de intervenção no II Congresso, o movimento docente advertia:

¹⁸ Em junho de 1993, em Belo Horizonte, ocorrera um Seminário do DNTE, onde se discutira preliminarmente a resolução da Plenária da CUT que tomava a estrutura vertical de confederações e federações uma referência para a sua reestruturação interna, embora os Departamentos não tivessem sido extintos e coubesse ao próximo Congresso da CUT repensar ou referendar essa nova orientação. As entidades componentes do DNTE haviam considerado, nesse seminário, que seria impossível, naquele momento, a implantação deste sistema como alternativo ao Departamento, inclusive para não "repetir as experiências de confronto e divisão que ocorreram em outras áreas". A ANDES-SN, por sua vez, tivera um posicionamento claro em defesa da manutenção do DNTE e da sua reestruturação para que tivesse "um mecanismo de direção e representação melhor articulado às bases das diferentes entidades de educação". Esse debate deveria prosseguir na própria Executiva do DNTE, visando tornar o seu II Congresso "o mais produtivo possível" (Relatório Final do XXVI CONAD, 1993, p. 114).

“Para que o Departamento possa assumir estas e outras lutas é necessário que tenha uma direção atuante [...]; o nosso sindicato deve dispor de companheiros que assumirão, conjuntamente com outros, esta tarefa. Estará em questão, ainda, a insistência da direção da CONTEE (que abriga sindicatos e federações que impetraram ação judicial contra o registro sindical da ANDES-SN) em que [esta] deva se restringir ao setor público. Para a ANDES-SN, tal questão não está, nem estará em discussão. [...] A exigência continua sendo a retirada de ação na justiça contra o registro da ANDES-SN. Conivente com estas ações e com o imposto sindical, mantém a CONTEE seus laços com a velha estrutura oficial. A concepção de separação dos trabalhadores [segundo] a forma de contratação (pública ou privada) é contraditória com a proposição de ramos que pretende superar o corporativismo” (Relatório Final do XXVI CONAD, 1993, p. 112; grifos meus).

Neste sentido, os esforços e proposições da ANDES-SN foram bem-sucedidos. Realizado em julho e reunindo 250 delegados de base e nacionais que representavam mais de um milhão de trabalhadores em educação, o II Congresso do DNTE debateu a trajetória do Departamento, as propostas para a sua estruturação, um plano de lutas que unificava as diversas entidades que o compõem e, além de elegerem a sua nova Coordenação, escolheram também os seus delegados para a VI Plenária Nacional da CUT. A decisão de manutenção do DNTE em meio à polêmica sobre a estrutura vertical que se vivia na CUT foi um fato marcante e a ANDES-SN conseguiu colocar dois membros efetivos, além de um suplente, na Coordenação do Departamento¹⁹. Mas a inserção da entidade neste espaço orgânico da CUT continuava precária:

“Para os 15 delegados da ANDES-SN e das AD's-SSinds presentes, um problema ficou claro: a inserção do Movimento Docente na CUT encontra-se muito aquém das possibilidades e não corresponde às deliberações dos Congressos e Conselhos (CONAD's) [...] que, nos últimos anos, invariavelmente, apont[avam] para o aprofundamento desta inserção. De uma base filiada de mais de 50 mil docentes, as AD's-SSinds que contribuem com a CUT não somam 23 mil filiados. Fosse plena a participação do MD na CUT, sua delegação ao Congresso do DNTE teria sido três vezes maior” (InformAndes, agosto 1993).

No XXVII CONAD, o II Congresso do DNTE foi avaliado. Visualizando-se este Departamento como um organismo composto pela “maior base filiada à CUT” (em sua maioria por entidades nacionalmente organizadas), considerava-se que o evento fora um “momento importante”, sobretudo por ter sustentado o compromisso prévio de mantê-lo. Isto representava uma vitória, mesmo que persistissem divergências sobre o seu destino no âmbito da nova direção (ou da coordenação) recém-eleita. Avaliou-se, também, a participação da ANDES-SN: apesar do crescimento ocorrido em relação ao I Congresso (1990), cerca de dois terços das AD's-SSinds ainda não haviam regularizado a sua contribuição financeira e, pois, a sua participação na vida da Central. Isto fazia com que,

¹⁹ Esta Coordenação era composta por treze membros efetivos e sete suplentes. Destes, como membros efetivos foram eleitos Márcio Antonio de Oliveira, então presidente da ANDES-SN e Paulo Rizzo, 1º vice-presidente da entidade. Como suplente, Américo Kerr, 2º vice-presidente. Para a VI Plenária Nacional da CUT (cuja delegação era composta de vinte e três titulares e sete suplentes), elegeram-se como titulares Márcio Antonio de Oliveira e Paulo Rizzo, ficando Francisco Pinheiro (da ADUFC-SSind) como suplente (cf. InformAndes, agosto 1993).

dentre as entidades nacionais de educação, a ANDES-SN possuísse, proporcionalmente, a menor base filiada à CUT (Relatório Final do XXVII CONAD, 1993, pp. 89-90).

A VI Plenária Nacional da CUT constituiu-se em outro “momento importante”. Ao resgatar os dez anos de existência da Central, seus integrantes constataram que “o rompimento com a estrutura sindical oficial não era total por parte dos sindicatos filiados” e que se vivia “uma situação híbrida, em que coexist[iam] formas de organização sindical independentes com elementos da velha estrutura, como o imposto sindical”. Isto demonstrava o “atraso em que se encontr[ava] a construção das organizações por local de trabalho, inexistentes na grande maioria dos sindicatos filiados”. Essas constatações eram muito significativas para os militantes da ANDES-SN, por indicarem a dimensão do desafio de “enfrentar as pressões desorganizadoras do neoliberalismo em uma situação de atraso na consolidação [da] estrutura sindical cutista”. (Relatório Final do XXVII CONAD, 1993).

Desta perspectiva, entendendo que o debate de temas como estrutura sindical, contrato coletivo de trabalho e unificação dos trabalhadores não poderia ser dissociado da necessidade de construção das organizações por local de trabalho e de sua auto-sustentação financeira, os participantes do XXVII CONAD consideraram que a contribuição da ANDES-SN nesta direção poderia ser substancial, se a entidade conseguisse ampliar a sua participação na vida da Central e, particularmente, no V CONCUR:

“A preparação do V CONCUR deve, para o MD, ser acompanhada da articulação com as demais entidades dos trabalhadores em educação, em cada estado, para a constituição dos DETE’s, [que] devem ser concebidos como organismos de debates e de ação unitária de luta dos trabalhadores do setor. Além disso, o MD deve envolver-se no conjunto das tarefas definidas pela VI Plenária Nacional da CUT, como os debates a respeito de temas como Estrutura Vertical; Contrato Coletivo; Política Industrial; Câmaras Setoriais e Relações Internacionais” (Relatório Final do XXVII CONAD, 1993, p. 91).²⁰

O XIII Congresso deu prosseguimento aos esforços preparatórios ao V CONCUR em um contexto que, como resgatado no capítulo anterior, era considerado decisivo para o desenvolvimento histórico do país, face à disputa eleitoral para a presidência da República. Avaliava-se estar em jogo a possibilidade de construção de um projeto alternativo democrático-popular, através de um processo em que os sindicatos seriam “chamados a superar as limitações corporativas para atuarem também social e politicamente” (ou para assumirem a sua dimensão emancipatória, na acepção de Gramsci). Evidentemente, como já muito frisado, o movimento docente considerava que a CUT teria papel decisivo neste processo, o que revestia o V CONCUR, a se realizar em maio daquele ano, de uma

²⁰ Quanto às divergências sobre a organização sindical dos trabalhadores em educação que vinham gerando disputas de base envolvendo a ANDES-SN e outras entidades do DNTE, reafirmava-se que tais disputas deveriam ser “tratadas com a participação e intermediação da CUT através de sua secretaria de Política Sindical, pelo DNTE e pelos DETE’s quando exist[issem]” e a “posição da CUT de que a decisão sobre sindicalização fosse prerrogativa das bases, repudiando-se qualquer recurso à justiça” (*idem, ibidem*).

importância especial. A preparação da ANDES-SN para este evento trouxe resultados positivos no que dizia respeito à participação das AD's-SSinds.²¹ Considerava-se, coerentemente com a trajetória feita, que esta participação deveria se voltar tanto para a discussão dos temas gerais, quanto para a formulação de propostas no campo específico da educação:

*"A construção de um projeto alternativo que se oponha ao neoliberalismo deve possibilitar que passos sejam dados na conquista de uma negociação nacional encabeçada pela CUT, com negociações setoriais. No campo dos trabalhadores em educação [...], a tarefa posta para o DNTE é lutar para estabelecer negociações nacionais que unifiquem os trabalhadores no setor, com base em uma pauta que contemple itens como piso salarial, carreira, condições de trabalho" (Relatório Final do XIII Congresso, 1994, p. 102).*²²

A necessidade de tornar a educação uma *prioridade da CUT* foi fortemente acentuada pelos militantes do movimento docente. Entendia-se que as mudanças econômicas e políticas em curso no Brasil e no mundo ameaçavam seriamente a educação pública e que as demandas do neoliberalismo se voltavam para a sua utilização na perspectiva da reprodução da ordem vigente, principalmente através da sua adequação às exigências da reestruturação produtiva. No movimento sindical cutista, por sua vez, vinha crescendo a compreensão da importância da educação para o combate ao projeto neoliberal, o que favorecia a proposta de torná-la prioritária nas ações da Central, encaminhada através do DNTE:

*"Uma campanha nacional em defesa da Educação Pública, de grandes dimensões, deve, então, ser impulsionada pela CUT, incluindo, sem prejuízo de outras, a inserção efetiva da Central nos fóruns nacional e estaduais em defesa da escola pública, respectivamente, para contribuir nas discussões sobre o plano decenal de educação e elaboração de planos estaduais nos encaminhamentos da LDB e da questão da relação entre trabalho e educação. Esta campanha deve se basear na defesa da cidadania, mostrando o sucateamento da escola pública no quadro de aprofundamento da exclusão social imposto pelo neoliberalismo. Somente uma ampla campanha nacional que coloque para toda a sociedade os problemas da educação poderá dar conseqüência às muitas lutas, como as salariais, que se repetirão este ano. É o que poderá possibilitar aos trabalhadores do setor impor negociações mais ampliadas, enfrentando as tendências de fragmentação hoje existentes" (Relatório Final do XII Congresso, 1994, p. 103).*²³

Ao lado dessas prioridades de intervenção, os participantes do XIII Congresso também se dispunham a atuar no V CONCUR lutando para que a CUT colocasse efetivamente em prática a sua *posição contrária ao imposto sindical* (estabelecendo prazo

²¹ Neste sentido, a regularização da contribuição de mais 8 AD's-SSinds aumentou o número de organizações de base aptas a participarem do V CONCUR de 19 para 27, o que representou um acréscimo de 42% nessa participação, em curto período de tempo. Mesmo assim, o número de AD's-SSinds contribuindo com a CUT representava apenas 34% do previsto para a ANDES-SN, o que indicava que "o esforço para ampliar a regularização e participação na Central" continuava atual e prioritário em 1994 (Relatório Final do XIII Congresso, 1994, p. 102).

²² Para o aprofundamento das questões gerais e específicas que compunham a pauta do V CONCUR, a ANDES-SN proporia ao DNTE a realização de um seminário nacional em abril daquele ano.

²³ Como já registrado, a ANDES-SN havia se posicionado incisivamente contra a participação da CUT no PNAC do governo Collor, em contraposição à sua vontade política de construir um projeto educativo das/para as classes trabalhadoras. Seus primeiros ensaios no campo das relações educação-trabalho serão reconstituídos mais adiante.

para que os sindicatos cutistas a implementassem) e pela *desfiliação da Central da CIOSL*, posto que não teria havido nenhuma mudança nas concepções e práticas deste organismo internacional que justificasse uma revisão da posição tomada pela ANDES-SN desde o XI Congresso.²⁴

O resgate aqui feito permitiu identificar, nas relações da ANDES-SN com a CUT, alguns determinantes externos impeditivos de uma inserção orgânica mais efetiva da entidade na Central. No âmbito interno, destacam-se as resistências da “base” do movimento docente em assumir-se como integrante das classes trabalhadoras, o que aumentava as dificuldades da militância e da direção de priorizarem efetivamente a política sindical, apesar das autocríticas formuladas e dos esforços empreendidos para superá-las. No âmbito da CUT, há que considerar as suas próprias contradições e conflitos internos - sobretudo concementes aos rumos político-ideológicos a serem tomados -, com destaque para a polêmica sobre a sua estrutura vertical, além do “lugar” e do “peso” do próprio DNTE no conjunto das categorias de trabalhadores sindicalmente organizados na CUT. Compreende-se por que foram se estabelecendo, em conseqüência, tensões e divergências - algumas de monta - que em nada contribuíram para diminuir a carga de empecilhos à realização das expectativas colocadas pelo movimento docente em torno da sua filiação a esta Central. Os depoimentos colhidos reforçam a importância desses determinantes, ao mesmo tempo em que permitem uma melhor apreensão da trajetória das relações entre a ANDES-SN e a CUT assinalando, inclusive, as positivities e potencialidades do percurso feito no período de 1989 a 1994.

A constatação de que a categoria e a base do movimento continuavam apresentando resistências a se assumirem como classe trabalhadora apareceu na fala de vários dos entrevistados. Para Anamaria Beck, há uma “resistência de mão-dupla” na vivência das especificidades do trabalho intelectual, que se enraíza na divisão social do trabalho e que, por sua vez, explica grande parte das dificuldades presentes nas relações entre a ANDES-SN e a CUT:

“Eu penso que existe uma [...] resistência de mão dupla; [há] a dificuldade, em primeiro lugar, de os docentes se verem como trabalhadores. Mesmo que sejam trabalhadores intelectuais. Isso, de um lado. E, do outro lado, é a da aceitação dos docentes como trabalhadores intelectuais pelo conjunto dos trabalhadores. Eu acho que a CUT tem dificuldade em lidar conosco. Eu vejo que o servidor da Previdência tem uma relação melhor com a CUT do que o docente, ainda que os dois sejam servidores públicos federais. Mesmo que aquele servidor da Previdência seja um psicólogo, um médico etc, a CUT tem com ele uma relação melhor - porque o vê como trabalhador - do que com o docente [universitário]. Porque, assim como os docentes não se vêem como trabalhadores, a CUT não nos vê como trabalhadores. Ainda que assalariados, ainda que sem política salarial, ainda que com todos os problemas que nós

²⁴ Não encontrei, nos documentos pesquisados (Relatórios dos CONAD's realizados em 1994), nenhuma avaliação da participação da ANDES-SN no V CONCUT nem sobre este evento.

temos. [Na raiz dessa dificuldade [está] a famosa divisão trabalho manual-trabalho intelectual. [...] Tem um curto-circuito aí, que a gente precisa identificar. E acho que há um pouco de preconceito, pois essa divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual ainda está muito colocada. [...] Quer dizer, a idéia de que quem pensa é intelectual e de que intelectual não é trabalhador é parte desse preconceito. Se, por um lado, tem o preconceito do docente porque pensa, do outro lado tem o preconceito da CUT, porque acha que nós não trabalhamos. O conceito de trabalho, para o trabalhador manual, não passa pelo intelectual. É a idéia preconceituosa que ele tem [...], não que seja essa a perspectiva. Acho que essa divisão tem marcado muito a relação da ANDES com a CUT" (Anamaria Beck, 01/12/94).

Luiz Henrique Schuch também reportou-se à existência de um preconceito, qualificando-o e chamando a atenção para a necessidade de formas especiais de mobilização:

"[...] tem uma questão de preconceito, de parte a parte. Por mais que a gente seja cutista, a gente sabe, pela peculiaridade da categoria, [...], que uma boa parte não se considera trabalhador e que a gente precisa - mesmo chamando a se considerar trabalhador - de formas especiais de mobilização, [porque] acaba havendo um certo preconceito nosso [...] em termos de participar dos fóruns da CUT. Eu não digo que seja a Diretoria da ANDES que, conscientemente, vá fazer isso. Mas acaba ficando como um espaço meio secundário. Da parte da CUT, a mesma coisa: forjada no pátio da fábrica, do ABC e tudo o mais, [há esse preconceito]. Até porque deve ter havido experiências traumáticas de parte a parte; de um lado, a arrogância, a prepotência do intelectual e, do outro, a 'baixaria' do trabalhador comum. A universidade já é vista como um espaço de privilegiados" (Luiz Henrique Schuch, 30/11/94).²⁵

Flávio Aguiar e Antonio Ponciano Bezerra detiveram-se nas especificidades do trabalho docente como condicionantes das posturas adotadas na militância sindical:

"[...] as nossas discussões sobre esse mundo sindical, sobre o mundo do trabalho em geral, se situam num plano de definições muito vagas, exatamente porque não são cotejadas com a experiência do mundo do trabalho no sentido mais amplo. Nós somos trabalhadores, nós temos a experiência do trabalho. Entretanto, faz parte do nosso perfil de trabalhador essa especificidade de trabalharmos, enquanto professores do 3º grau, com conceitos e, sobretudo, com a formulação de conceitos. Nós fazemos muito, nos vários campos, uma sintaxe de conceitos. E isso nós terminamos levando também para o campo da nossa atuação. É saudável que se leve isso, em termos de um rigor que, muitas vezes, se sente falta em outros companheiros da vida sindical. Mas leva a isso também, a nós vemos o rigor sob uma forma hierática, como se nós, definindo o mundo dos modelos conceituais a que as propostas de atuação devam se adequar, tivéssemos resolvido os problemas da própria atuação" (Flávio Aguiar, 11/01/95).

"O intelectual é muito autoritário, parece que está escrito na testa: eu sei! Então, [os companheiros] vêm e você fala como se fosse Salomão: eu vou dar a chave do problema. Esse tipo de coisa gera uma antipatia normal, que é inevitável, primária. [...] Mas esse tipo de coisa de [dar] receitas, fórmulas, soluções [...] realmente faz com que [se] crie essa barreira [...]: aceita-se que [a gente] se filie [à CUT], acha-se que se deve filiar, tudo bem.

²⁵ Ilustrando esse preconceito e a "visão de universidade" existente na CUT, Maria Valéria Veríssimo aludiu ao seguinte fato: "outro dia, perguntaram para o Vicentinho o que é o deixava mais nervoso e ele disse: é justamente falar para professores universitários. E Vicentinho é um quadro político da melhor qualidade! [...] Eu acho que a CUT tem dificuldade de trabalhar com a gente, dificuldade de nos enxergar como trabalhadores [e] essa prática acaba sendo - não sei se esse é o melhor termo - sectária para acolher qualquer proposta que venha da ANDES" (Maria Valéria Veríssimo, 02/12/94).

Agora, fazer parte disso como algo orgânico, é uma coisa para se pensar [...]. E exatamente por isso: [há] problemas da não mistura do tipo de trabalho” (Antonio Ponciano Bezerra, 31/03/95).

Francisco Miraglia acentuou que essas posturas são também marcadas por um certo “ranço de classe”, pelo caráter de corporação, o que distancia teoria e prática:

“A gente não está conseguindo estimular essa [vinculação] no interior das AD's, não está conseguindo fazer ver com clareza qual é o nosso papel nisso e também fazer entender qual é o papel da [...] ligação geral com a classe trabalhadora. E nisso tem, eu diria, um traço corporativo. Não é uma [postura] corporativa no sentido estrito de que só [se está] interessado em defender os interesses da corporação, mas tem um pouco de ranço de classe, mesmo, no interior da universidade. Tem gente que vê perfeitamente [adequada] a luta contra o presidente da República para conseguir incorporar os docentes e funcionários das universidades federais na medida provisória em que eles foram colocados para trás [...], mas, na ligação com a briga do petroleiro, do metalúrgico, com as brigas sociais mais gerais, freqüentemente tem-se a concepção [da pertinência], mas não se tem a prática associada àquela concepção” (Francisco Miraglia, 13/12/94).²⁶

As divergências políticas que foram se estabelecendo entre a ANDES-SN e a CUT, documentalmente já resgatadas, também foram muito apontadas como explicação para as dificuldades de inserção orgânica mais efetiva na Central, após todos esses anos de filiação:

“A partir da filiação da ANDES à CUT, começaram os ensaios de como se articular. [...] Na primeira gestão da ANDES que lidou diretamente com a CUT, eu acho que os ensaios foram mais a nível de cúpula. [...] A partir de um certo ponto [...], se conseguiu começar a participar de uma maneira mais intensa do DNTE, ou seja, tentar atuar na área específica que existia dentro da CUT na questão da organização dos trabalhadores em educação. [...] Neste Departamento, [havia] uma discussão - como [houve] na CUT inteira - [sobre] se se fazia ou não Confederação. [...] Mas, de qualquer jeito, esse trabalho começou a crescer, a se desenvolver e a articulação a nível das políticas gerais continuou. E inclusive a ANDES começou a ter uma participação [...] que destoava [...] da diretriz política que a própria Central tinha em relação a uma porção de coisas.” (Francisco Miraglia, 13/12/94)

“Eu sou defensor da CUT, cutista de coração. Agora, tem umas coisas muito dolorosas. [...] Na época do *impeachment*, a gente lutava para incluir a palavra neoliberalismo! E a CUT, em nome de ampliar o leque de alianças... Eu me lembro de um dia em que o presidente da SBPC, Ênio [...] disse que não aceitava um documento em que entrasse a palavra neoliberalismo. E a CUT deu apoio a ele! [...] Com quem a gente estava ampliando alianças? Com Roseane Sarney, a musa do *impeachment*, com aquelas pessoas que eram a favor do Collor mas que, na última hora, precisavam estar contra o Collor, para continuar no poder, para mudar tudo e não mudar nada?” (Márcio Antonio de Oliveira, 30/11/94)

“Essa questão é de natureza circunstancial, mas deve ser pesada, também. É que, dentro dessas características da especificidade dos campos de debate no interior da CUT, tem proliferado, no interior do movimento docente e sobretudo no interior da [sua] representação, mais facilmente, uma perspectiva mais rigorosamente clássica, do ponto de vista revolucionário. [Isto] levou, muitas vezes - algumas, inerentemente; outras, por inabilidades ou coisas desse tipo - a representação do movimento docente a conflitos com a direção da CUT,

²⁶ Essa fonte de dificuldade de inserção parece ser tão forte e básica que foi apontada por mais nove dos entrevistados, além dos aqui citados.

por manutenção de perspectivas políticas distintas. Políticas, no sentido imediato, significando a disputa de espaço político no interior da Central. E isso levou também a dificuldades e, freqüentemente, a incompreensões de parte a parte" (Flávio Aguiar, 11/01/95).

Como se vê, questões de fundo, por vezes tratadas como procedimentos táticos e como "inabilidades", foram se mesclando para gerar impasses e dificultar ainda mais a inserção da ANDES-SN na CUT. Tudo isto se tornou muito presente no debate sobre a estrutura vertical da CUT, em que foram nítidas as divergências entre a entidade e as forças majoritárias na Central:

"[...] a nossa inserção, a nível da liderança da CUT, no plano nacional, é complicada. E é complicada por vários motivos. [Um deles] é porque a nossa opção de estrutura sindical não foi deglutida dentro da CUT. E não foi só por aquele segmento que defende uma estrutura confederativa. Algumas concepções, dentro da CUT, não conseguem engolir uma coisa: a nossa proposta não era a proposta dos trabalhadores em educação [organizados por ramo de atividade]. Eu acho que isso aí também tem que ser avaliado" (Agamenon Almeida, 02/12/94)

"Construir a ligação orgânica com a CUT é problema da ANDES, é problema da CUT e é problema da ligação orgânica. Tem um problema sério, que é a própria estruturação da CUT. [...] O novo sindicalismo, ao se organizar na CUT, discutiu táticas: criar sindicatos novos ou apoderar[-se] dos aparelhos antigos do ministério do Trabalho? Temos que nos apoderar, sim, através da oposição sindical. Muito bem, ganhamos, só que aparelhos do ministério do Trabalho. Cadê o novo sindicalismo? A gente teve ônus, por ganhar esses aparelhos. O verticalismo da confederação cutista é parecido com o verticalismo da confederação pelega, com aquele distanciamento e a dependência do imposto sindical. [...] Esse conjunto de posturas que a CUT foi tendo que tomar, contingenciada pelas decisões que tomou, a afasta da ANDES. Porque a ANDES não se encaixa nisso, porque os trabalhadores da educação estão com uma outra concepção. A gente no máximo está conseguindo se aglutinar no DNTE, com precariedades, e no máximo está conseguindo se aglutinar nos SPF's, com precariedades. [...] Então, a ANDES é um problema, em termos de concepção sindical. Porque coincide com a concepção sindical original da CUT, sim, mas que a CUT não conseguiu [implementar]" (Luiz Henrique Schuch, 30/11/94).

Na avaliação dos entrevistados, a *decisão da Central de filiar-se à CIOSL* foi efetivamente outro móvel/momento de divergências e distanciamento, seja pelas discordâncias políticas de concepções e práticas já resgatadas, seja pela sua repercussão nas "bases" do movimento docente. Há ainda que considerar, como pano de fundo dessas divergências e impasses, o problema das "tendências" políticas que atuam no âmbito da Central. Os depoimentos sobre a postura dos militantes da ANDES-SN em relação às mesmas são diferenciados:

"No Congresso de Curitiba - eu acho que foi lá, sim - alguns companheiros acabaram entrando naquele discurso de acusar o Jair de pelego, por conta daquele papo de "conciliação nacional". E os companheiros da diretoria se degladiaram em cima dessa questão. Porque estava o pessoal da CUT pela Base lá, percebe? Então, as divergências da CUT, se não entrassem dentro da ANDES, é porque teria algo de artificial nisso. Não dá para ser tão perfeito assim. De repente, o cara saiu delegado por onde? Como é que ele conseguiu chegar num Congresso Nacional da CUT? Ah, a CUT pela Base apoiou o nome dele. Por que é que a gente consegue espaço no DNTE? Porque tem um segmento da Articulação da CUT que apóia. Você costura por fora. [...] Nas AD's, por exemplo. Os companheiros que estão na DS fecham com a gente

desde longa data. E, no movimento sindical, por que eles são contra? Porque, nos SINPRO's que têm DS, a gente tem tanta dificuldade de trabalhar? Eu acho que tem um cinismo muito grande, nesse processo"[...] A gente não quer perceber isso" (Marco Antonio Faria, 12/02/95)²⁷

"Houve um período aí de uma certa partidização, coisa que não ocorria até então. Mas, durante um certo período, as pessoas começaram a se comportar um pouco como CUT pela Base, como não sei o que e tal, como tendências. Isso dificultou e eu acho que isso foi um período ruim, na nossa relação com a CUT. A gente perdeu muito, isso é recente. A gente tinha claramente alguns setores militantes da ANDES na CUT, mas não como ANDES. Eles estavam lá como tendência. Então, era aquela história de meter o pau na direção nacional. Mas enquanto a referência foi o movimento docente e na medida em que ela volte a ser o movimento docente - e parece que isto voltou - eu acho que a ANDES tem condições de contribuir" (Carlos Baldijão, 08/04/95)

"Eu acho que nós temos uma coisa que é, para mim, muito boa. A ANDES constitui, dentro da CUT, uma tendência. Está aí a questão do DNTE ... é a ANDES [que coordena]. A ANDES aparece como uma tendência própria. Eu acho que isso é um reconhecimento e um respeito à nossa maneira de atuar. Eu desconfio - nesse monte de sindicatos aí - que algum tenha essa prática que nós temos. Nós não somos marcados pelo jogo das tendências e isso aí, no setor das federais, é muito claro quando a gente está tratando com os SPF's" (Luiz Paiva Carapeto, 30/11/94)

"A ANDES é um problema em relação à questão da objeção de tendências. Em vários fóruns, a ANDES tem sido entendida como a "tendência ANDES" [...]. Isso aí é um problema, nós tivemos um impasse no DNTE. Fizeram um rateio por tendência para definir os delegados que vão para a "Pedagogia 95" em Cuba e a ANDES não entrou porque não [se colocava] como tendência, então está sendo excluída - e está na coordenação do DNTE! É a famosa rigidez sindical. Nós temos problemas internos na ANDES por conta disso, mas a CUT tem problemas [maiores] até. Na relação com a ANDES, isto afeta, porque a gente conseguiu um certo distanciamento dessa questão. [...] Agora, até por isso, a gente está presidindo o DNTE. [...] Porque há um grau implícito de entendimento de que a gente consegue se abstrair um pouco dessas coisas que são menores na luta sindical, então se gera um certa confiança de que o trabalho não vai ser tão tendencioso assim. [...] Resolve um pouco essas questões" (Luiz Henrique Schuch, 30/11/94).

A riqueza - em substância e detalhes - desses depoimentos revela o quanto essa questão é importante e decisiva na (re)definição das relações da ANDES-SN com a CUT, em sua complexidade e contraditoriedade. É impossível, historicamente, abstrair o peso do "jogo de tendências" na definição dos rumos da CUT, como é impossível admitir que elas não se manifestem no cotidiano da ANDES-SN e em suas relações com a Central, apesar da relativa autonomia e independência com que a entidade atua, inclusive em decorrência de suas especificidades e limites de inserção orgânica. A depender da conjuntura, das questões em pauta e das próprias características pessoais/vinculações dos que se

²⁷ Para esse entrevistado, a "guerra das estrelas" que ocorre tanto na direção da ANDES-SN quanto na direção da Central é um complicador a mais: "além dessas divergências políticas das tendências no interior da CUT, que deveriam se expressar mais claramente na ANDES, para não ser algo artificial, você tem os estrelismos. Eu acho que esse é o complicador maior, que também existe na CUT. [...] Há algumas questões internas, de disputa de poder, que complicam muito. E o pior é que essa disputa está mais à frente da divergência política de tendências, é ela que dá o tom. Eu espero que as divergências de tendências no interior da CUT sejam diferenças de fundo, sejam diferenças políticas muito mais que as questiúnculas do estrelismo. Mas, na ANDES, isso está invertido, você tem dificuldades de fazer esse trabalho" (Marco Antonio Faria, 12/02/95).

encontram nos cargos de direção, essa interferência poderá ser maior ou menor e construtiva ou destrutivamente trabalhada, em termos de projetos políticos mais amplos. De todo modo, a explicitação dessas divergências no interior da ANDES-SN deve ser encarada, para além do exercício democrático propugnado, como algo saudável tanto para o estabelecimento das suas relações com a CUT como para o seu próprio fortalecimento democrático e político.

Dentro desse contexto de dificuldades, uma delas foi pontuada quase que consensualmente como uma debilidade da ANDES-SN pelos entrevistados: o pouco ou nenhum sucesso obtido, em termos nacionais, no que se refere à vinculação entre as AD's-SSinds e as CUT's estaduais. Para grande parte deles, enfrentar essa dificuldade era imprescindível à superação dos entraves existentes, visando uma inserção orgânica mais sólida na Central, com participação e intervenção conseqüentes no seu cotidiano de lutas e na definição dos seus rumos. Foi também significativa a convergência dos depoimentos quanto ao reconhecimento da existência de uma maior solidez da inserção da entidade no DNTE. Na visão dos entrevistados, este fato evidenciava a importância da política educacional para o estabelecimento das relações da entidade com a CUT, como campo privilegiado de intervenção. Outro campo privilegiado de ação - embora menos enfatizado - seria o das relações estabelecidas com os servidores públicos federais (SPF's), mediadas pela CUT. Nestes dois campos, as avaliações são mais positivas:

"Por avaliação de alguns companheiros, a ANDES estava muito mais afastada da CUT até 1993. Depois, por experiência, eu diria que ela está mais próxima da CUT. A CUT se refere com mais freqüência à ANDES, nós criamos um trabalho de intercâmbio, enviamos os nossos documentos, traduzimos melhor os documentos da CUT na base. Eu acho que tem avanços [...]. [Estarmos] na Coordenação do DNTE é um avanço. Na verdade, a proposta do DNTE foi a proposta construída pelas entidades, por nós, e a ANDES entrou [...] exatamente porque não aparecia como tendência e porque era um sindicato forte, organizado. [...] Mas, de um modo geral, eu acho que a ANDES está muito mais bem situada, hoje" (Márcio Antonio de Oliveira, 30/11/94)

"Não é apenas a ANDES que tem dificuldade de implantação no interior da CUT; em diferentes graus, todos os trabalhadores da educação têm. [...] É muito difícil, nesse momento de recuo, fazer os trabalhadores avançarem a novos campos e conquistas. É verdade que, hoje, a educação é uma questão estratégica para a classe trabalhadora, [mas] levar um sindicato que não é de educadores a discutir a educação é duríssimo. Do outro lado, levar também trabalhadores do campo da educação a se preocuparem com definições mais amplas, efetivamente, do que as suas exigências específicas, é muito difícil. [...] Eu penso inclusive que a ANDES, dentro da sua tradição, dentro das suas possibilidades, tem dado uma contribuição efetiva, no campo do sindicalismo e mesmo na CUT, no sentido de ampliar os horizontes da discussão sobre o tema da educação em geral, não apenas a do terceiro grau" (Flávio Aguiar, 11/01/95)

"Eu diria que a ANDES tem participado dentro do setor dos servidores públicos. E aí é um setor, digamos, que é da CUT, o dos SPF's. E, nesse [setor], a ANDES tem uma participação direta e grande. Porque as lutas conjuntas com os SPF's [...] são irreversíveis, a menos que mudem as coisas com relação à autonomia, às formas de organização [...]. Agora, a presença

nossa na CUT é variável. Por exemplo, em Santa Catarina, ela é marcante. Aqui, em São Paulo, ela é 'zero', as AD's das estaduais não estão na CUT estadual, eventualmente, vão a alguma reunião como convidadas, até porque não estão pagando à CUT. Na Paraíba, o pessoal tem uma inserção grande - tanto é que docentes, filiados da ANDES, como você, por exemplo, foram dirigentes e a AD se filiou à CUT estadual antes de a ANDES se filiar. [...] Na Paraíba, tem uma inserção importante na CUT estadual e na regional, inclusive, lá em Campina Grande. [...] Em outras regiões do Brasil, isso também ocorre, como é o caso do Acre, é o caso de Rondônia, onde o movimento docente tem uma maior presença na vida política do estado, como também na luta sindical do estado. Já em São Paulo e no Rio de Janeiro, que são os grandes centros importantes, nesses espaços, de fato, nós estamos de fora" (Carlos Baldijão, 08/04/95)

Em que pesem essas avaliações mais positivas - ou relativizadoras das dificuldades -, a relevância dessas questões é inconteste e permite identificá-las como traços constitutivos da trajetória da ANDES-SN que continuam limitando a afirmação da sua identidade. Superá-las significa, inclusive, transcender o "caráter burocrático" que ainda predomina nas relações entre a entidade dos docentes e a Central e fazer valer o seu valor específico nas lutas mais amplas, conforme assinalado por Bezerra:

"É uma relação burocratizada e acho que o papel da ANDES dentro da CUT é insignificante pelo valor que o sindicato tem, pelo prestígio que o sindicato tem, pela seriedade do seu trabalho e pela consideração que a ANDES tem - pelo menos, a imagem que a ANDES tem - com relação à CUT. Eu acho que há uma espécie de relação de 'parente pobre', no sentido denotativo da palavra [...] e, enquanto isso permanecer, vai ter essa coisa de você está sempre forçando um maior espaço, uma cadeira aqui, uma presença ali. Eu sei que tem alguns organismos que têm a presença da ANDES, mas, mesmo assim, o lugar que ela ocupa, pela categoria que ela representa no país, é realmente pequeno" (Antonio Ponciano Bezerra, 31/03/95).

O processo de implantação sindical: busca de expansão/consolidação da entidade

A transformação da ANDES em Sindicato Nacional exigiu um esforço árduo e contínuo de implantação da estrutura sindical da entidade em todos os setores institucionais dos docentes. Objetivava-se, com ele, a expansão e consolidação sindical em uma conjuntura desfavorável, seja pelas reações patronais, seja pelos embates travados com a parcela do sindicalismo atrelada ao Estado. Todo o período de 1989 a 1994 será marcado por esse esforço, cujos resultados exprimem, em seus alcances e limites, a complexidade dos desafios enfrentados.

Durante o *VIII Congresso Nacional da entidade*, que a filiou à CUT, o empenho nesta direção já era patente e se manifestava sobretudo pela disposição de combater o imposto sindical. Enquanto este perdurasse, impunha-se implementar mecanismos para a sua devolução aos docentes, conforme estipulado no estatuto da ANDES-SN, tarefa esta que foi integralmente assumida. Essa vontade política refletia, na prática, a originalidade e combatividade do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

que, ao mesmo tempo, iniciava o trabalho de transformação das AD's em Seções Sindicais. Neste Congresso, deliberou-se ainda que as AD's-SSinds deveriam estipular, em Assembléias Gerais, o percentual da Contribuição Assistencial dos seus filiados a ser repassado ao Sindicato Nacional, dentro do limite máximo de 40% definido em seu Estatuto (Relatório Final do VIII Congresso, 1989, p. 100).

No XIX CONAD, afirmava-se como muito importante a disposição transitória do Estatuto da entidade – prorrogável, enquanto durasse a necessidade - que concedia prerrogativas de Seções Sindicais a todas as AD's, o que lhes permitia tomar essa decisão em consonância com a sua autonomia e o seu ritmo próprio, preservando a sua própria história e tradição de luta. Os docentes reunidos nesse evento acreditavam ainda que a estrutura sindical aprovada e a proposta política da ANDES-SN viabilizariam a sua expansão/consolidação no movimento como um todo e, em particular, no setor privado:

"Nossa estrutura sindical afirma o direito de estabilidade dos dirigentes das AD's-Seções Sindicais. Estamos obtendo vitórias na Justiça que comprovam a importância desse princípio, que permitirá ao movimento crescer no setor privado, fortalecendo assim a luta nesse setor, o mais sujeito à repressão patronal. A potencialidade de luta desse setor é reconhecida pelos próprios patrões que, aliados aos pelegos, estão com os mesmos argumentos, principalmente na Justiça. Tanto no setor dos docentes das IFES quanto no das particulares ou das estaduais, a proposta da ANDES-SN é perfeitamente compatível com as lutas setoriais, fortalecendo-as através da estrutura da ANDES-SN e do próprio dissídio, permitindo assim que se tenha um enfrentamento nacional unitário no que se refere à política educacional [...], à política de ciência e tecnologia e à luta pela construção da universidade brasileira conforme proposta [do] próprio movimento" (Relatório Final do XIX CONAD, 1989, p. 32).²⁸

Os desafios inerentes a essas pretensões logo começaram a aparecer. No plano externo, eles se reportavam às novas relações estabelecidas com os patrões (mantenedoras e Estado) e às disputas judiciais com as entidades sindicais que faziam oposição à ANDES-SN no próprio espaço orgânico da CUT.

Na relação com os patrões das IES privadas, a reintegração de dirigentes sindicais demitidos do seu trabalho tomara-se mais viável e os dissídios coletivos expressavam a

²⁸ Apesar de essas bandeiras mais gerais - acionadas em torno das políticas de educação, ciência e tecnologia - continuarem norteando a busca de equilíbrio entre as dimensões sindical e academicamente engajada da entidade, os setores ainda buscavam, no início do período de 1989-1994, a sua articulação nacional em torno de questões próprias. Os docentes das IFES, após a greve vitoriosa de maio de 1989, buscavam aprofundar questões relativas à luta por verbas, salários, regime jurídico único/carreira e aposentadoria. Nas IES estaduais, os professores combatiam a queda do montante de verbas para o seu funcionamento, o arrocho salarial, o veto a novas contratações/ausência de carreira em grande parte delas e a interrupção sistemática de projetos e programas de pesquisa e extensão. Ao mesmo tempo, faziam-se presentes no processo de elaboração/aprovação das Constituintes Estaduais, que já se encontravam em fase de votação em plenário e ocorriam em uma correlação de forças predominantemente conservadora. Entre os docentes das IES privadas, enfrentava-se o seu refluxo, considerando de modo otimista os avanços obtidos em relação ao ano anterior (novas AD's se faziam presentes no movimento), mas julgava-se indispensável a persistência e a continuidade desse trabalho de ampliação, o que exigia, também, a "definição mais precisa de uma política global para o setor". De um modo geral, questões como carreira docente e LDB pareciam favorecer a aglutinação de todos os setores em torno de lutas nacionais comuns (Ver: Relatório Final do XIX CONAD, *Plenária do Tema IV - Questões Setoriais*, 1989).

legitimidade/legalidade da transformação da ANDES em sindicato. Para os *docentes das IES públicas*, a sindicalização compelia o Estado a responder judicialmente às reivindicações, o que o qualificava “formalmente como patrão” e o obrigava a reconhecer o direito desses docentes à negociação coletiva das condições de trabalho, direito este que outras categorias de trabalhadores já desfrutavam. No entanto, os militantes presentes ao XIX CONAD já alertavam os docentes de todos os setores institucionais do movimento no sentido de que utilizassem o dissídio como tática e não estrategicamente: colocando-o como “arma fundamental”, admitir-se-ia tacitamente que “a Justiça - que não é neutra - decid[isse] pela categoria, diminuindo conseqüentemente a importância da [sua] luta [...] contra os patrões”. Por outro lado, o dissídio poderia se constituir em um “*instrumento a ser usado taticamente a partir da correlação de forças e da avaliação geral da estratégia da categoria*” (Relatório Final do XIX CONAD, 1989, p. 33; grifos meus).²⁹

Na relação com as entidades sindicais concorrentes da “base” territorial da ANDES-SN, o início dos procedimentos de recolhimento do imposto sindical certamente aguçou o ímpeto para as disputas judiciais. Em março de 1989, a Diretoria da entidade publicava Edital reivindicando das Administrações das IES o recolhimento da Contribuição Sindical (CS) prevista no art. 8º da Constituição Federal, objetivando “ocupar espaço e não permitir o recolhimento para outros sindicatos”. A cobrança da CS foi encaminhada às administrações das IES através de correspondência expedida para as AD’s-SSinds, a quem cabia a decisão, “autônoma e democrática”, de remeter às respectivas instâncias administrativas de seus locais de trabalho. Desta liberdade de opção resultaram duas posturas opostas: algumas AD’s-SSinds encaminharam efetivamente esta cobrança às administrações institucionais (explicitando a decisão de contribuir para a ANDES-SN), e outras não o fizeram. Além disso, em várias IES, houve a cobrança por parte de outros sindicatos e as administrações de algumas delas moveram ações de consignação em pagamento contra a ANDES-SN e esses sindicatos. Essas posturas divergentes não inquietavam, porém, os militantes reunidos neste evento: “o procedimento adotado resguardou, de um lado, aquelas AD’s-SSinds que se opuseram à cobrança e, de outro lado, aquelas que tiveram cobranças feitas por antigos usuários [...]. Às que se opuseram à cobrança, ficou a seu encargo encaminhar ou não o ofício da ANDES-SN reivindicando o repasse da CS. Às que não se opuseram, resguardamos o princípio da devolução” (Relatório Final do XIX CONAD, 1989, p. 35).

²⁹ Convém salientar que, para os docentes das IFES, a utilização desses instrumentos legais constituía um aprendizado inteiramente novo e que demandava assessoria específica. Tanto é que o Boletim Nacional da ANDES-SN nº 44, de janeiro de 1990, divulgava artigo de José Francisco Siqueira Neto, então Assessor Jurídico dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e Consultor Jurídico da ANDES-SN, contendo informações, reflexões e ponderações sobre questões como negociação coletiva, dissídio e contrato coletivo de trabalho (como processo de negociação permanente), visando instrumentalizar os docentes deste setor em seus debates sobre o Regime Jurídico Único (RJU) e sobre a campanha salarial que deflagrariam.

Pode-se depreender, desse quadro inicial, que o respeito à autonomia das ADs-SSinds enfraquecia, contraditoriamente, a implementação de uma decisão congressual que é uma das marcas distintivas da singularidade da ANDES-SN: o combate ao imposto sindical compulsório e a defesa da total devolução do montante obrigatoriamente recolhido a quem de direito. Ao mesmo tempo em que respeitavam as dificuldades/resistências iniciais manifestas no processo de implementação dos procedimentos necessários a este recolhimento pelas AD's-SSinds, os participantes do XIX CONAD entendiam que, na verdade, o valor do montante a ser recolhido era o principal móvel das ações judiciais impetradas contra a ANDES-SN pela Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC) e por algumas Federações de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FETEE's).

Ainda em 1989, durante o XX CONAD (novembro), percebiam-se outras repercussões da transformação da entidade em sindicato e dos seus intentos de implantação sindical. Dentre os encaminhamentos relativos à longa pauta de reivindicações definida pelos docentes das IFES, constavam o de que essa pauta deveria ser "preparada de modo a possibilitar a configuração de Acordo Coletivo de Trabalho" e o de que caberia à CUT acompanhar todo o processo de negociações. Além disso, foi realizada reunião conjunta dos delegados das IES estaduais (IEES) e federais, que debateram o RJU, o plano de carreira e a LDB. Nesta reunião, os encaminhamentos para os setores institucionais dos docentes foram aprovados conjuntamente em sua totalidade, sugerindo-se ainda que o GTPE se dedicasse a "fiscalizar a situação das IES particulares e suas mantenedoras" (Relatório Final do XX CONAD, 1989, p.37).³⁰

Os militantes das IES particulares (IPES), por sua vez, continuavam enfrentando os desafios do refluxo do setor. Ao XX CONAD compareceram delegados de apenas três AD's-SSinds, sendo que duas elegeram representantes que não puderam participar por problemas financeiros e sete enviaram informes à reunião do setor. Assumiu-se, então, a impossibilidade de uma avaliação conclusiva sobre a situação salarial, de carreira e qualidade do ensino, assim como sobre os problemas vivenciados pelos docentes das IPES, o que demarcou a necessidade de aprofundar a discussão com um maior número de

³⁰ Podemos inferir, desta recomendação, tanto a centralidade do GTPE como um esforço de pensar a ANDES-SN globalmente. É significativo que os docentes dos setores institucionais das IES públicas tenham manifestado essa preocupação neste momento de "implantação sindical" da entidade. O XX CONAD não descuidou, também, de sustentar a discussão sobre organização sindical, tendo em vista que a Comissão de Trabalho da Câmara Federal elaboraria projeto de lei a este respeito e que o ante-projeto do deputado Mário Lima se apresentava com forte identidade com o "sindicalismo dos anos 40". Neste sentido, foi reafirmada a luta pela garantia de três pontos fundamentais, já definidos pelo movimento docente: (a) que todas as dúvidas sobre desmembramento de base, fusão ou criação de sindicatos se resolvessem mediante amplas consultas às respectivas bases; (b) que essas consultas fossem feitas a toda a categoria e não apenas às bases do "sindicato oficial" e (c) que a destinação da Contribuição Sindical compulsória também fosse decidida pelas assembleias de base (cf. Relatório Final do XX CONAD, 1989, p. 49).

AD's-SSinds ligadas à ANDES-SN, estabelecendo-se um cronograma de reuniões regionais para este fim. Dentro deste quadro de precariedades, definiu-se, a partir dos dados disponíveis, que a campanha salarial para 1990 deveria centrar-se no aumento real de salários e na qualidade do ensino, o que requeria a luta por regimes de trabalho compatíveis (tendo em vista, sobretudo, a extinção do regime de horista), aprimorando-se estratégias para a obtenção do "turno contínuo" (Relatório Final do XX CONAD, 1989, p. 40).³¹

Por ocasião do IX Congresso, a implantação sindical foi priorizada, seja em função da necessidade de defender o sindicalismo autônomo e combativo face à tramitação da legislação sindical pós-1988, seja pelos ataques que a ANDES-SN vinha sofrendo, desde o seu registro, por parte das "Confederações, Federações e Sindicatos ligados ao sindicalismo tradicional brasileiro e até mesmo por parte de alguns sindicatos ligados à CUT", através de seguidas contestações judiciais. Afirmavam os participantes:

"A proposta da ANDES-SN está de pé, consolidando os anos de luta do Movimento Docente. Cumpre agora que nos dediquemos a implantar de fato nosso sindicato nas diferentes IES do país através das transformações de AD's em AD's Seções Sindicais onde elas já existirem e através da criação de AD's Seções Sindicais onde elas não existirem. Esta é a melhor resposta política que podemos dar às agressões que o MD vem sofrendo, e é o passo decisivo para a consolidação dos princípios de autonomia e democracia que, no nosso entender, devem embasar a luta organizada dos docentes a nível nacional" (Relatório Final do IX Congresso, 1990, p. 78; grifos meus).

Assim entendendo, o "GT-Sindicalização" propôs que o ano de 1990 fosse consagrado como o "ano da Implantação do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior", deflagrando-se uma campanha nacional para este fim, com duas linhas básicas: *campanha de transformação das AD's em Seções Sindicais* e de *expansão sindical*. No que se refere à legislação atinente à organização sindical, o IX Congresso reafirmou análises e princípios/reivindicações já mencionados, recomendando que a Diretoria reeditasse, em 1990, a Campanha pela Extinção da Contribuição Sindical Compulsória (Relatório Final do IX Congresso, 1990, pp. 114-115).

A decisão de investir na implantação do sindicato se interconectava à necessidade de fazê-lo desenvolvendo as lutas específicas que mobilizavam os docentes de cada setor institucional, segundo o traçado original de unificá-las, em sua diversidade, em torno de eixos comuns. No âmbito dos docentes das IES públicas federais e estaduais, as

³¹ Além disso, os delegados do setor discutiram o Projeto de Lei sobre Magistério Superior Privado apresentado pelo senador Jamil Haddad, tecendo considerações a respeito dos problemas detectados: tratamento diferenciado ao ensino público e ao privado, possibilidade de continuação do regime de trabalho de horista, salário mínimo profissional inferior ao praticado em algumas regiões do país, desconsideração das especificidades do trabalho do professor e dos regimentos e estatutos universitários quanto à admissão/demissão de docentes, atribuição de poderes excessivos ao CFE para interferir na carreira docente e na administração universitária. Essas preocupações já haviam sido apresentadas ao autor, que se comprometeu com abrir o projeto a debates, críticas e sugestões, para o que foi suspensa a sua tramitação, tendo sido o mesmo encaminhado às ADs-SSinds (Relatório Final do XX CONAD, 1989, pp. 40-41).

reivindicações em torno das “questões principais do RJU” continuavam sendo um elemento animador, inclusive, das articulações com os servidores públicos como um todo, em nível nacional e em alguns estados.³² Merece destaque, neste sentido, o esforço empreendido para que o RJU contemplasse dispositivos capazes de assegurar plenamente o direito à sindicalização e à negociação coletiva de trabalho - reivindicações históricas dos SPF's que haviam sido consagradas na Constituição de 1988.³³ (Relatório Final do IX Congresso, 1990, p. 60).

No âmbito dos docentes das IPES, a plenária do setor traçou recomendações que iluminavam tanto as lutas específicas a serem travadas quanto os esforços de empreendê-las integradamente com os docentes dos demais setores institucionais, como estratégia básica de expansão/consolidação da ANDES-SN no setor. Defendia-se, assim, a proposição de “formas concretas de inserção dos outros setores na defesa das condições de trabalho, democratização e controle da qualidade da escola privada, na defesa do Ensino Público e Gratuito”. Demandava-se que as AD's-SSinds dos setores das IFES e IEES incluíssem, em suas pautas de reivindicações junto ao Poder Público, a “fiscalização efetiva do Setor Privado, ressaltando a questão das condições de trabalho e denunciando a irresponsabilidade do governo em liberar a abertura de novos cursos, com o apoio de “entidades profissionais de outras categorias interessadas”. Aos militantes das IES particulares cabia, especificamente, lutar pela ampliação dos espaços democráticos de decisão nessas instituições, elaborar documento sobre a situação do ensino particular (contendo temas como sindicalização, carreira docente, salários, privatização, qualidade do

³² No XX CONAD (novembro de 1989), além de serem referendados posicionamentos assumidos pelos docentes do setor das IES federais quanto às linhas gerais do RJU, a questão passou a ser discutida, como já assinalado, conjuntamente com os docentes das IES estaduais, sendo a Comissão Nacional integrada por representantes dos dois setores. A “Comissão RJU-DPC” (Comissão Regime Jurídico Único-Diretrizes de Planos de Carreira) reuniu-se na segunda quinzena de novembro e elaborou emendas preliminares ao Projeto de Lei do Governo, tendo participado, ainda, de um seminário promovido pela Comissão de Serviço Público da Câmara Federal no final deste mês e organizado, a 1º de dezembro daquele ano, um seminário sobre o mesmo tema. No seminário realizado pela Comissão da Câmara, as entidades presentes conseguiram a adesão dos parlamentares às sugestões apresentadas: a prorrogação do prazo de apresentação do relatório final da Comissão de Serviço Público para março de 1990; a manutenção dos membros dessa Comissão, da sua presidente (Irma Passoni - PT/SP) e do relator (Geraldo Campos - PSDB/DF); a elaboração de documento da Câmara consolidando os resultados do seminário, a ser divulgado para as entidades na primeira semana de fevereiro de 1990 e a realização, pela Câmara, na terceira semana de fevereiro de 1990, de novo seminário sobre o tema, além de ter sido assegurado o compromisso de que os parlamentares não apreciariam nenhum projeto de lei que envolvesse a formulação de novos planos de carreira antes da aprovação do RJU e DPC. Só não foi atendido, significativamente, o pleito de que se definissem “normas mínimas viabilizadoras de uma efetiva negociação dos SPF's com o governo”, em função da data-base de 1º de janeiro de 1990 (Relatório Final do IX Congresso, 1990, pp. 54-55). Como se vê, naquele contexto de ataque aos serviços públicos promovido pelo projeto neoliberal, a ANDES-SN, articuladamente com os SPF's, empreendia ações promissoras e relevantes em defesa da “coisa pública”.

³³ Regime Jurídico Único e Carreira tornaram-se, efetivamente, eixos fundamentais das lutas travadas pelos docentes das IES públicas nesse último período estudado. Ver, a este respeito: o Cadernos ANDES nº 9 - *O Regime Jurídico Único*, Curitiba, fevereiro de 1992 e o Cadernos ANDES nº 14 - *Carreira e Capacitação Docente*, sl, sd. Neles, encontra-se uma reconstituição dos processos e dos conteúdos das ações empreendidas pela ANDES-SN, assim como as conquistas obtidas neste campo, dentro dos limites conjunturais então existentes.

ensino, democratização) e atualizar/reeditar/divulgar o Cadernos ANDES *A Denúncia das Mantenedoras*. No plano sindical, dever-se-ia implementar uma política de consolidação no setor que considerasse as especificidades locais e envolvesse o “estreitamento imediato da relação com os SINPRO’s que se dispus[essem] a trabalhar [...] a transição”; uma campanha de sindicalização desencadeada pelas Vice-Presidências Regionais; a indicação de militantes das IES federais e estaduais para contribuírem com esse trabalho e uma maior presença e participação no DNTE/CUT (Relatório Final do IX CONAD, 1990, p. 75).

O XXI CONAD, ocorrido em meados de 1990,³⁴ reiterou a estratégia de impulsionar a campanha de transformação das AD’s em Seções Sindicais, associando-a “às demais campanhas e lutas do MD nos três setores que compõem o movimento”. A campanha nacional de implantação da ANDES-SN continuava sendo considerada prioritária e os participantes deste evento avaliavam que os desafios conjunturais a favoreceriam:

“Para impulsionar hoje esta campanha prioritária na construção do Sindicato Nacional devemos observar os reflexos importantes que a conjuntura política coloca ao MD. As campanhas de corte nas folhas de pagamento das IFES, por exemplo, tem provocado uma coesão maior na base do movimento, colocando em evidência o lugar e a necessidade do Sindicato Nacional para garantir o emprego e as condições de trabalho. O vulto das tarefas impostas nos momentos difíceis da conjuntura, ao contrário de obstaculizarem as tarefas de construção sindical, podem contribuir bastante para debater a questão e conduzir ao objetivo principal, que é a transformação da AD em AD-Seção Sindical” (Relatório Final do XXI CONAD, 1990, p. 110).

Os revezes conjunturais foram, realmente, grandes. O ano de 1990, como vimos no capítulo anterior, foi marcado pelos ataques do governo Collor ao serviço público e, particularmente, à universidade pública e gratuita. Assim, os esforços de implantação sindical da ANDES-SN canalizaram-se, de certa forma, para uma defesa mais contundente da instituição universitária, que pretendia unificar os docentes das redes pública e privada do ensino superior. Como sempre, a entidade perseguia a conexão intrínseca entre as suas dimensões acadêmica e sindical na definição/realização de suas ações. O *Manifesto aos Professores*, resultante do XXI CONAD (que reuniu representantes de 54 AD’s) é emblemático do apelo então feito à mobilização da “base” em torno dessas lutas. Após demonstrar através de dados a situação calamitosa da educação brasileira, este manifesto

³⁴ Neste CONAD, tomou posse a Diretoria encabeçada por Carlos Eduardo Malhado Baldijão, constituída por adeptos da “Articulação ANDES-AD” e eleita sem concorrência. De um colégio eleitoral composto por 45.664 docentes, compareceram às urnas 16.018, ou seja, 35, 07%. Do total desses votantes, 14.218 (88,76%) disseram sim à chapa única apresentada. O número de votos em branco foi de 1.487 (9,28%) e o de votos nulos correspondeu a apenas 313 professores (1,9%). Esses dados revelam o alto grau de endosso à chapa e, por suposto, à sua linha de condução política do movimento docente, após a transformação da ANDES em Sindicato Nacional e à sua filiação à CUT. Comparativamente à eleição anterior (gestão do professor Sadi Dal Rosso), o percentual de votantes decaiu em cerca de 9 pontos percentuais (indicando uma redução significativa da “base atuante”), mas o percentual dos que endossaram a chapa foi um pouco maior e o de votos em branco decresceu um pouco. O montante de votos nulos praticamente permaneceu o mesmo, em torno de 2% (ver nota nº 32, pag. 246 desta tese), o que revela o baixíssimo índice de rejeição dos votantes.

circunstanciava os efeitos do plano de estabilização econômica do novo governo nacional para os docentes dos três setores institucionais:

“Para os servidores públicos e os trabalhadores das empresas estatais a situação é particularmente dramática; o governo pretende ‘enxugar’ a máquina administrativa demitindo ou colocando em disponibilidade milhares de servidores com base em critérios desconhecidos e procedimentos autoritários ou simplesmente ilegais. Enquanto pretende cortar verbas para as Universidades Públicas (IFES), o MEC as distribui fartamente para o setor privado. Somente no mês de abril este setor recebeu, através de convênios, mais dinheiro por instituição do que o setor público. Na sua violenta investida contra a Universidade Pública, o governo desrespeita a Constituição e o princípio nela inscrito da autonomia universitária. Para tanto, apela para uma campanha unilateral e tendenciosa de desqualificação das IFES e seus servidores [...]. Assim, o corte que o governo pretende impor às IFES, com a colaboração de suas administrações superiores ou até mesmo passando sobre elas, significa, concretamente, a inviabilização das atividades e a abertura da etapa final de seu sucateamento e a sua privatização. Quanto às Universidades Estaduais, além do forte arrocho salarial, os governadores vem retendo verbas, levando-as a uma rápida deterioração. Ao mesmo tempo que cortam ou retêm verbas, promovem a criação de novas faculdades e universidades, a partir da simples estadualização de instituições privadas, em precárias condições de funcionamento [...]. Além das perdas salariais impostas pela não reposição da inflação [...] e pela prefixação em zero do reajuste dos salários de abril e maio, a ‘livre negociação’ proposta pelo governo não passa de farsa. Os professores do setor privado não têm como negociar reajustes diante de um quadro recessivo, diante da ameaça de demissões. Nas universidades públicas o empregador - govern[os] estaduais e federal - se nega à negociação” (Relatório Final do XXI CONAD, 1990, pp. 99-100).

As respostas dos militantes dos “setores” a esses desafios se traduziram em encaminhamentos voltados para os eixos de autonomia universitária, verbas e salários, reforçando-se a continuidade de ações amplamente articuladas em defesa do RJU/DPC e da LDB. Os docentes das IEES e os das IPES definiram a realização de encontros nacionais dos respectivos setores, para a construção de estratégias comuns a cada um deles. Contudo, apenas os militantes das IPES (apesar de pouco representados) acentuaram mais a preocupação de pensar globalmente o movimento, em face da política governamental de privatização do ensino:

“Hoje, esta política se insere dentro de uma concepção neoliberal de privatização das atividades sob o controle do Estado. O ataque central vem precedido por um processo de sucateamento da Universidade Pública, de estímulo à iniciativa privada, de desmoralização do servidor público, da tentativa de identificar público como ineficiente e privado como eficiente. [...] É a política de transição inversa à defendida pelo movimento docente. Enquanto os docentes da rede particular estão longe de conquistar salários dignos, contrato por regime de trabalho, carreira docente, plano de capacitação, estabilidade no emprego, os docentes da rede pública correm o risco de ter eliminadas algumas destas condições já conquistadas. Não é à toa que as mantenedoras do ensino superior estão eufóricas” (Relatório Final do XXI CONAD, 1990, p. 89; grifos meus).³⁵

³⁵ Segundo este Relatório, as mantenedoras foram o “único segmento do empresariado que, sob a alegação de serem instituições ‘benéficas’, tiveram seus cruzados novos desbloqueados pela portaria 099/90, recursos estes obtidos em boa parte na especulação financeira e não investidos em educação”. Além disto, conseguiram ampliar o crédito educativo (com financiamento público) e obtiveram “vultosos recursos através de convênios com a SESU-MEC que, por instituição, [eram] superiores aos recebidos pelas instituições públicas” (*idem, ibidem*).

Com esta visão mais abrangente, os docentes das IPES, além de indicarem uma “greve geral no setor”, o início do debate sobre a “instauração de dissídio coletivo nacional” e a viabilização de um piso salarial nacionalmente unificado, propuseram, como ações comuns a todos os setores, o levantamento, em cada universidade pública, do repasse (por vários meios) de recursos públicos para as IES privadas pelas administrações superiores e o aprofundamento da inserção do movimento docente nas duas redes de ensino. Ao mesmo tempo, definiram, como pauta para o seu Encontro Nacional: *situação do setor, possibilidades de expansão, relação com os SINPRO's, dissídio coletivo nacional, campanha de sindicalização*.

A concatenação das lutas gerais e específicas com a prioridade de implantação sindical da ANDES-SN não se revelou, contudo, naquele momento, uma tarefa bem-sucedida. Diferentemente do esperado, as adversidades conjunturais levavam os docentes das IEES a admitirem que a gravidade do quadro da educação superior vinha exigindo “uma tal concentração de esforços que prejudic[ava], na prática, outros encaminhamentos políticos importantes como os processos estatuintes, o RJU e a transformação das AD's em AD's-Seções Sindicais” (*idem*, p. 84). Nesse contexto, todos os setores acenaram com indicativos de greves nacionais, que não vingaram em 1990.³⁶ Sindicalmente, os docentes das IFES salientaram a necessidade de “armar taticamente” a direção do movimento docente resgatando, perante a comunidade universitária e a sociedade, o papel “indispensável e insubstituível” da ANDES-SN como interlocutora dos docentes junto ao governo, para o que era importante deixar claro ser a entidade a *única e legítima negociadora pela categoria* (Relatório Final do XXI CONAD, 1990, p. 98).

As dificuldades de afirmação dessas posturas e intervenções no real continuaram aumentando. No XXII CONAD, os delegados do setor das IPES eram muito firmes ao historicizá-las. Resgatando que a elaboração de uma *Proposta* para a universidade brasileira, ao lado dos princípios de democracia e autonomia da entidade, haviam definido os eixos de luta que permitiram o crescimento/fortalecimento da ANDES e a aglutinação de todos os docentes do ensino superior, esses delegados consideravam que a entidade conseguira *resistir* (na defesa da universidade pública), mais do que *avançar* na construção da *Proposta*, à medida em que o ensino público era crescentemente atacado, enquanto o ensino privado progressivamente crescia. A transformação da ANDES em sindicato havia

³⁶ Os docentes das IFES descartaram o indicativo de greve dos SPF's/Estatais para 6 de junho em função da proposta da Executiva Nacional da CUT de greve geral para 12 de junho. Contudo, as AD's-SSinds, majoritariamente, não discutiram esse indicativo, o que foi atribuído à “exiguidade de tempo” entre o surgimento da proposta (25 de maio) e a reunião do setor no CONAD, mas também revelava o grau de desmobilização existente, sob as ameaças de cortes e demissões. Criou-se, então, um Comando Nacional de Mobilização para atuar de imediato em Brasília, por tempo indeterminado, como “fórum centralizador e direcionador das lutas a serem empreendidas pelo MD no combate eficiente ao ‘Plano Collor’ ” (*idem*, pp. 96-97).

ocorrido dentro desses marcos, mas era nítida a necessidade de aproximar teoria e prática através de um “salto de qualidade”, após dois anos dessa transformação:

“Foi tudo isto que fez com que a ANDES-SN congregasse os docentes da rede pública e privada a nível nacional. Foi sobretudo a compreensão de que, para chegar à Universidade que queremos, num país dominado pelo ensino superior privado, a presença dos docentes da rede pública e privada, articulados numa luta conjunta da entidade, era e é fundamental. Passados dois anos o que se verifica é que, na atual conjuntura, aprofundaram-se as linhas que determinaram esta opção, ao lado de terem se tornado mais dramáticas as condições de luta e suas exigências. O processo de privatização da educação e do ensino superior em particular é hoje não apenas um processo que se aprofunda, mas, sobretudo, parte articulada de um projeto maior para o país. Enquanto durante anos lutamos para, através da transformação das condições de trabalho da rede particular, “puxar”, aproximar o ensino superior privado do padrão unitário desejado, assistimos hoje à tentativa do governo de impor como padrão unitário o padrão dominante no ensino superior, o do ensino superior privado que, na visão do governo, está revestido das qualidades de ‘eficiência’, ‘produtividade’ e ‘baixo custo’. Ainda que unificados no discurso, temos sido lentos na unificação de nossas lutas no interior da entidade. As próprias distinções internas nos setores tiveram que ser trabalhosamente superadas. O próprio setor das federais, só a partir de 1987 passa a ter, com a isonomia e a carreira unificada, uma situação de homogeneidade. Temos, por isso, levado nossas lutas de forma setorizada. A força e a expressão, ao lado das conquistas realizadas, do movimento das federais e a expansão e crescimento do movimento das estaduais garantiram a presença da entidade e do MD no espaço da luta pela Educação Pública e deram alento à luta no setor privado, constantemente acuado pelas mantenedoras. A conjuntura hoje exige um salto de qualidade” (Relatório Final do XXII CONAD, 1990, p. 77; grifos meus).

Tratava-se de retomar essa perspectiva, unificando, no imediato, as campanhas salariais para 1991. Para os militantes das IPES, a campanha realizada no segundo semestre de 1990 pelos docentes das IFES mostrara que, sem o desmascaramento do discurso governamental da ‘eficiência’, do ‘baixo custo’ e da ‘produtividade’ do ensino superior privado, este “modelo” seria rapidamente adotado nas universidades públicas (inclusive com o aval da sociedade), cabendo aos professores da rede privada “a triste situação de verem consagrado e estendido aos colegas das universidades públicas o modelo que os massacra e inviabiliza as possibilidades de construção de uma universidade verdadeiramente pública no Brasil”.³⁷ Assim entendendo, os participantes da reunião do setor das IPES defendiam a elaboração de uma “carta conjunta” em defesa do *padrão unitário de qualidade* para a universidade brasileira; a construção de uma *pauta comum* de reivindicações a ser encaminhada ao MEC, definida por uma comissão integrada por docentes dos três setores institucionais do movimento e a realização de um seminário, no próximo Congresso da ANDES-SN, que tivesse como tema “Público x Privado - a Privatização da Universidade Brasileira” (Relatório Final do XXII CONAD, 1990, p. 78).

³⁷ Pertinentemente, os representantes das IPES ressaltavam que o debate público x privado “às vezes [uma] guerra, no Estado brasileiro”, vinha da época do Império, quando “pela primeira vez os privatistas garantem a possibilidade de criação de faculdades privadas e logo conseguem garantir também as subvenções.” O discurso e as intervenções dos empresários da educação haviam, desde então, passado por “momentos e mudanças que é preciso conhecer e aprofundar, bem como a discussão e ação dos três setores nesta luta” (Relatório Final do XXII CONAD, 1990, pp. 77-78).

Foram, pois, os militantes das IPES que levantaram, novamente, a necessidade de desenvolver esse processo articulando as lutas dos docentes dos três setores em torno do aprofundamento de uma questão histórica nodal para os embates a serem travados: o *confronto entre o público e o privado na educação brasileira*. Esse chamamento estratégico, muito pertinente, parece não ter tido, contudo, eco suficiente a ponto de, efetivamente, orientar/viabilizar as ações conjuntas dos docentes dos três setores institucionais.

Os docentes das IFES, impelidos a se concentrarem nas respostas aos ataques do governo Collor ao serviço público, decidiram realizar uma campanha salarial articuladamente com os SPF's, que integrasse a defesa da universidade pública consubstanciada nos eixos de *autonomia, verbas e salários* como parte da defesa do patrimônio do serviço público.³⁸ Além disto, resolveram constituir uma Comissão para elaborar propostas de Plano de Carreira, fundamentada na *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*.³⁹ Este passou a ser, portanto, um espaço e um eixo de integração imediato e possível entre os docentes dos três setores institucionais, ao efetivarem lutas concretas no processo de implantação/expansão sindical da ANDES-SN. Entendia-se que a questão da autonomia era crucial para o conjunto do movimento docente. Como o MEC propugnava que cada universidade pudesse ter a sua própria carreira e salários, caberia ao setor das IFES debater este tema "incluindo a defesa da isonomia salarial e de carreira única", que continuava um eixo aglutinador das lutas dos docentes dos três setores institucionais (Relatório Final do XXII CONAD, 1990, p. 88-89).

Em 1991, por ocasião do *X Congresso*, vivia-se o marco dos dez anos de existência da entidade nacional dos professores do ensino superior brasileiro. Os relatórios das reuniões dos militantes dos três setores institucionais expressam tanto essa referência em suas análises do percurso feito quanto as especificidades de ênfases e visões no balanço

³⁸ Como já considerado pelos militantes das IPES e mencionado anteriormente, os docentes das IFES haviam tentado construir, no primeiro semestre de 1990, uma greve conjunta dos SPF's que não teve o endosso das assembleias da maioria das AD's do setor, dadas as resistências e perplexidades diante das medidas recém-adotadas pelo governo, o que fez o setor investir na greve geral de 12 de junho, conchamada pela CUT. Diante da impossibilidade de deflagrá-la, os docentes do setor tentaram, no segundo semestre, trabalhar na perspectiva de ações de massa em defesa da Democracia, dos Salários e do Patrimônio Público, fortalecendo a CUT e a Coordenação dos SPF's e Estatais. Nestes esforços incluía-se a preparação de uma greve a ser deflagrada a 11 de setembro, conforme deliberado em Congresso dos SPF's, do qual a ANDES-SN participou como observadora. Mas as "dificuldades ditadas pela conjuntura e os receios e preocupações daí decorrentes com relação à deflagração da greve" fizeram as AD's desencadearem ampla discussão sobre "formas alternativas de luta", algumas das quais exigiam um "grau de organização/mobilização do movimento docente superior ao que ele já conquist[ara]". Os esforços passaram a concentrar-se, então, na realização da campanha conjunta com os SPF's, de modo a unificar, nas plenárias a se realizarem em novembro, a pauta e os encaminhamentos da campanha e das negociações com o governo, articulando-se, internamente, os docentes dos setores das IES públicas da ANDES-SN (Relatório Final do XXII CONAD, 1990, pp. 87-88).

³⁹ Esta comissão foi integrada por um diretor da ANDES, um representante do GTPE, um representante da comissão de RJU/DPC, um representante dos docentes de 1º e 2º graus e representantes de ADS-SSinds, onde se fazia presente uma AD estadual (a ADUSP) e outra particular (a ADUNIFOR), ficando este espaço aberto à adesão de outras AD's.

realizado e na definição dos caminhos a percorrer, predominantemente centrados na defesa da universidade pública como patrimônio social.

Os docentes das IEES reunidos no evento debateram questões relativas ao RJU, às políticas orçamentárias para as universidades, às políticas estaduais de fomento à pesquisa, à carreira única, ao piso nacional de salários e às campanhas salariais, pensando-as todas em sua articulação nacional e segundo os princípios e reivindicações históricas da ANDES-SN, tentando preservar conquistas. Particularmente no que se refere ao RJU, importava “seguir o caminho trilhado” pelo movimento docente nas IFES, objetivando a instituição do RJU (finalmente aprovado para os servidores federais pela Lei nº 8.112/90, ainda que descumprindo os prazos da Constituição Federal) nos Estados, cuidando para que não se incluíssem, nos projetos estaduais, aspectos já contidos nas Cartas federal e estaduais. Importava evitar redundâncias que favorecessem vetos aos pleitos obtidos pelo movimento docente e que, pois, descaracterizassem um projeto já amplamente discutido, a exemplo do ocorrido em âmbito federal.⁴⁰

Os militantes das IFES, por sua vez, avaliavam que, embora 1990 tivesse sido um ano de “profunda atividade sindical” - centrada sobretudo na articulação com os SPF's e nas ações em torno do RJU e da LDB no Congresso Nacional - o movimento não havia logrado uma efetiva mobilização das “bases”, a ponto de “reverter” os planos governamentais, principalmente no campo trabalhista: o RJU havia sido aprovado, mas os vetos presidenciais a ele apostos, através da Medida Provisória nº 286, transformada na lei nº 8162, de janeiro de 1991, acrescidas de 78 Orientações Normativas da Secretaria de Administração Federal (SAF), haviam descaracterizado as matérias aprovadas, ferindo “princípios doutrinários” e gerando um “caos administrativo”. Isto exigia uma retomada enérgica dessa luta em 1991, pois estavam em jogo, com os vetos apostos, questões vitais como a estabilidade no emprego, a aposentadoria integral, as relações trabalhistas entre os servidores públicos e o Estado, a negociação coletiva, o ajuizamento individual e coletivo perante a Justiça do Trabalho. As intervenções sobre a questão das DPC, por sua vez, haviam sido proficuas, em termos de acúmulo de discussões e firmeza na condução do processo, o que deveria ser sustentado. Urgia enfrentar, ainda, a inexistência de uma política salarial e os irrisórios índices de reajuste obtidos.

O conteúdo dessas lutas favorecia, evidentemente, a articulação dos docentes dos setores das IES públicas e desses docentes com os SPF's, em nível nacional e nos

⁴⁰ A defesa de uma carreira docente nacionalmente unificada continuava sendo um forte eixo integrador das lutas do movimento dos professores das IEES e IFES, ao nível das proposições: o Projeto de Lei 4.059 – sobre as Diretrizes de Planos de Carreira - DPC -, em tramitação no Congresso Nacional, exigia uma atuação constante junto ao parlamento para que se defendesse a prevalência de uma compreensão política da carreira docente orientada pela qualificação da universidade e do trabalho acadêmico (o que requeria, evidentemente, verbas para o funcionamento pleno das IES e salários condignos) (cf. Relatório do X Congresso, 1991, p. 64).

estados. Os militantes das IFES entendiam que os embates travados em 1990 pelos trabalhadores dos setores público e privado haviam acentuado a necessidade de uma ação ampla e conjunta de todos os trabalhadores e que a defesa da universidade pública se processasse no “contexto da privatização dos serviços públicos e das estatais”.⁴¹ Chama a atenção, contudo, nos relatórios das reuniões dos militantes das IES públicas, a ausência de definições tático-estratégicas que envolvessem, efetivamente, os professores das IPES, ao passo que, no relatório dos docentes deste setor, era contundente a ênfase na necessidade de que as batalhas pela universidade pública e por melhores condições de trabalho integrassem, de fato, estratégias e táticas de combate ao ensino privado assumidas pelo conjunto do movimento docente:

“Nos 10 anos da ANDES e 9 da primeira formulação da Proposta da ANDES e das AD’s para a Universidade Brasileira, impõe-se uma avaliação de quanto caminhamos em direção à universidade que queremos [...]. Esta avaliação, a partir da transformação da ANDES em Sindicato Nacional e, conseqüentemente, [dos] próprios motivos que levaram à transformação, necessita [superar] aquelas dos avanços conseguidos ou não em cada setor. [...] Hoje, mais que nunca, a possibilidade de avançarmos em direção a essa proposta de universidade não pode passar exclusivamente pela resistência aos ataques que a universidade pública vem sofrendo, embora a resistência seja imprescindível. Enquanto entidade nacional que deve congrega todos os docentes das instituições de ensino superior, é preciso, de uma vez por todas, compreender e dar seqüência à compreensão de que a outra face da moeda do sucateamento da universidade pública é a afirmação do modelo privado. A demonstração da inviabilidade do ensino superior privado é arma poderosa na resistência frente aos ataques à universidade pública e se realiza através da pressão sobre o questionamento da qualidade do ensino privado. Esta, no entanto, precisa deixar de ser considerada tarefa de um setor, o setor das particulares [...] A ausência de avanços e a existência mesmo de recuos na conquista do ensino de qualidade no setor privado [...], na verdade, funciona como rebaixador da qualidade do ensino superior como um todo, considerando-se a hegemonia da política de privatização sobre o conjunto (Relatório Final do X Congresso, 1991, p. 67; grifos meus).

Disto decorria, para os militantes das IPES, a imperiosa necessidade de retomar/implementar decisões como a divulgação de uma carta conjunta em defesa do *padrão unitário de qualidade* para a universidade brasileira; a campanha de denúncia das mantenedoras - associada a mecanismos para a sua fiscalização definidos em projeto de lei - e a ampliação do levantamento da transferência de recursos públicos para as IES privadas (mediante o conhecimento das formas de repasse desses recursos pelas administrações superiores) (*idem*, pp. 67-68). Além disso, esses militantes apontavam para a necessidade de assegurar o maior número possível de representantes dos docentes do setor na comissão de carreira docente e de incluí-la no aprofundamento da questão da negociação nacional (*idem*, p. 83).

⁴¹ No plano de lutas dos docentes das IFES destacava-se a definição de “estado de alerta com indicativo de greve” que, de fato, ocorrerá em 1991, articuladamente com os SPF’s.

A dimensão das dificuldades de implementação dessas decisões pode ser aquilatada pelo fato de a Plenária de Conjuntura do XXIII CONAD (novembro de 1991) ter definido como tema a "Organização do Sindicato em Defesa da Educação Pública e Gratuita". Entendia-se como imprescindível que este evento promovesse um "salto de qualidade" na organização da ANDES-SN, mediante a articulação dos militantes dos diferentes setores institucionais, respeitando-se as "especificidades e legitimidade da representação da ANDES-SN e a maturidade adquirida na luta sindical", credenciando à defesa de uma proposta de enfrentamento da crise nacional. Havia o reconhecimento de que

"enquanto nos setores públicos o sindicato vem progressivamente se consolidando, no setor privado temos sofrido duros revezes, principalmente em função do ataque por parte das mantenedoras e dos pelegos, seus aliados históricos, além de alguns SINPRO's, até cutistas. É fundamental que se avance na construção do sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior. Compreendemos que qualquer definição para a área educacional do país envolve tanto o setor público quanto o privado" (Relatório Final do XXIII CONAD, 1991, p. 41).

Como encaminhamentos para fortalecer o sindicato, priorizava-se a profissionalização da estrutura da ANDES-SN (com destaque para a "interligação informatizada"), assim como a participação das AD's-SSinds neste esforço de fortalecimento nacional e intersetorial de expansão da ANDES-SN nas IES aonde ainda não estivesse implantada, especialmente no setor privado (*idem*, p. 149). Ao analisarem os esforços já empreendidos, os docentes reunidos no XXIII CONAD preocupavam-se, ainda, com detectar a capacidade de a ANDES-SN *articular ações jurídicas e ações políticas*, na perspectiva de uniformizar suas intervenções tanto no que se referia a essas ações quanto no que dizia respeito à estruturação das assessorias jurídicas (*idem*, p. 121). As respostas a serem dadas a este conjunto de encaminhamentos, eminentemente políticos, punham em evidência a importância da atuação dos GT's, que deviam ser avaliados e aprimorados, bem como das regionais do sindicato nacional:

"é inquestionável a importância do papel desempenhado pelos GT's, contribuindo, de forma decisiva, não só para o aprofundamento da discussão política, mas para a formulação de propostas no sentido de que o Sindicato consiga responder, oportunamente e com propriedade, às questões inerentes ao seu campo de atuação. No entanto, ao fazermos uma avaliação [...], resguardadas as exceções, vários problemas são encontrados, principalmente a falta de continuidade no trabalho, a não implementação de deliberações, as dificuldades de implementação de deliberações [e de] implementação/consolidação de propostas. [...] No que diz respeito à estrutura e ao funcionamento das Regionais, é necessário que se aprofunde a discussão em função do papel que lhes cabe no aprimoramento organizacional da ANDES-Sindicato Nacional, contribuindo para a sua expansão e consolidação nacional" (Relatório Final do XXIII CONAD, 1991, p. 122).⁴²

⁴² Neste evento, a Comissão Nacional de Carreira foi transformada em GT-Carreira. Decidiu-se também que a Coordenação dos GT's passasse a ser integrada por membros que não fossem da Diretoria da ANDES-SN e que o financiamento das suas atividades fosse rateado pelas AD's. Tinha-se clareza, aliás, de que era preciso dar respostas efetivas às questões de finanças do Sindicato Nacional como parte do seu propósito de consolidação e expansão, para o que era necessário viabilizar, inclusive, as finanças das AD's-SSinds, mediante tratamento isonômico que respeitasse as suas especificidades (*idem, ibidem*).

Neste CONAD, especial atenção foi dada ao GT de Política Sindical como alavanca da atuação da ANDES-SN nas questões específicas de organização do movimento docente e de suas relações com o conjunto da classe trabalhadora. O XI Congresso reiterou a importância deste GT nesta direção e defendeu o seu fortalecimento, mediante a ampliação da presença das AD's-SSinds e da realização de cursos de formação política voltados para a "preparação de quadros" e para temas como negociação coletiva, leis trabalhistas etc (Relatório Final do XI Congresso, 1992, p. 176).

Mas os desafios de expansão/consolidação da ANDES-SN persistiam, apesar de parte considerável das AD's do setor das IFES ter-se transformado em Seções Sindicais. No XXIV CONAD, o mapa de apuração da última eleição da Diretoria da entidade mostrava que apenas quatro AD's das IPES constavam (ADUSU, ADUNIFOR, ADUCAPE e ADUNIMEP), das quais duas haviam realizado o pleito nacional. O relatório dos docentes deste setor reunidos neste evento reclamavam uma análise mais acurada deste quadro, acreditando que "somente o exercício permanente de avaliação da teoria e da prática pode[ria] evitar que os princípios de uma entidade se transforma[sem] em mera declaração de intenção" e resultassem em encaminhamentos que materializassem, de fato, a proposta da ANDES-SN de representação de todos os docentes do ensino superior brasileiro.

Como pressupostos para esta análise, esses militantes consideravam: (a) o caráter diferenciado da organização dos docentes do setor das IPES, com grande diversidade de situações das IES; (b) a necessidade de considerar tanto as razões externas quanto internas da persistência deste quadro; (c) a exigência de um maior empenho da ANDES-SN na tarefa de "convencimento da grande massa de docentes brasileiros inseridos no setor" e (d) a efetivação de ações que expressassem a vontade política de um "sindicato combativo". A avaliação empreendida relativizava o peso da repressão patronal como determinante maior, em nível externo, do refluxo dos docentes das IPES no movimento docente:

"[...] é usual apontar a repressão patronal como uma das razões para a desmobilização dos docentes do setor e, em decorrência, para a dificuldade do nosso Sindicato representar de fato esses docentes. Ainda que não possamos deixar de ressaltar e reconhecer o poder de ação patronal, não podemos absolutizá-la. Devemos, também, apontar para possíveis falhas da ANDES-SN em dar continuidade e consequência a um trabalho iniciado na década de 1980. Mesmo nas IES onde os docentes conseguiram um razoável grau de organização, inclusive com formação de AD's, a ANDES-SN não conseguiu manter a sua representação. No caso das IES em que a repressão patronal ocorre mais intensamente, o instrumento de sindicalização direta dos docentes através das vice-presidências regionais está a merecer – pelo número de sindicalizados – uma reflexão em face do saldo de sua aplicação" (Relatório Final do XXIV CONAD, 1992, p. 135).

A ação dos SINPRO's era considerada como um sério problema. Reconhecia-se que a contestação da representação da ANDES-SN - mesmo por parte dos mais combativos -

intensificara-se com a fundação da CONTEE, o que exigia uma postura mais agressiva do movimento docente para enfrentá-la, inclusive no interior da CUT:

“A nossa disposição ao diálogo e ao entendimento não deve significar a adoção de uma posição defensiva. Ao contrário, devemos adotar uma posição ofensiva, principalmente no que diz respeito à realização da meta de expansão do sindicato. Esta ofensiva justifica-se por duas razões. Primeiro, porque não devemos subestimar a possibilidade de reciclagem dos SINPRO’s, inclusive a partir da cooptação de propostas nossas. Segundo, porque devemos combater uma cultura subjacente ao nosso sindicato – a de que a organização dos docentes do setor das particulares dar-se-á de forma espontânea, prescindindo da intervenção do sindicato. O combate a essa cultura faz-se imprescindível, pois a recusa à prática do legítimo exercício da disputa de base pode significar uma confissão de incompetência ou de descaso para com os próprios compromissos do sindicato” (Relatório Final do XXIV CONAD, 1992, p. 136).

Internamente, preocupava os militantes do setor o enviesamento da concepção de *autonomia* praticada pelas AD’s-SSinds (centrada excessivamente em si mesmas), o que dificultava a consolidação da “consciência de uma unidade sindical”. Além disso, a organização da ANDES-SN em setores institucionais poderia se tomar uma “setorização estanque”, comprometedora do entendimento de *sindicato único*. As Regionais, por sua vez, exprimiam uma das dimensões da *dissociação entre estrutura e funcionamento* da entidade: os seus vice-presidentes assumiam uma dupla função, em nível regional e nacional, o que demandava o envolvimento em atividades nacionais que acabavam prejudicando a sua ação específica. A escassez de recursos da ANDES-SN e a dificuldade de seu repasse pelas AD’s-SSinds inviabilizavam, também, o necessário suporte financeiro para as ações da entidade, denunciando a “não compreensão da própria estrutura do Sindicato”. Por fim, a não estruturação de uma assessoria jurídica voltada para as especificidades das IPES dificultava as intervenções da entidade neste setor, pois os professores, em face da repressão patronal e das precárias condições de trabalho, necessitavam de um constante acompanhamento. Urgia, diante disto tudo, superar os limites do GT de Política Sindical no sentido de “formular uma política de expansão do sindicato”, concretizando os encaminhamentos propostos para este fim. Urgia, também, viabilizar a participação das AD’s do setor nos eventos nacionais e nos demais espaços orgânicos do sindicato, como expressão maior da sua consolidação na acepção original:

“[...] apontamos a pequena ou quase nenhuma participação das AD’s do setor das particulares nas atividades da ANDES-SN como última evidência dos problemas enfrentados pelo setor. Se aos GT’s e Comissões não se integrou nenhuma AD, nos CONAD’s e Congressos essa participação tem sido precária. Essa precariedade deve-se tanto a questões de ordem financeira – não pagamento das mensalidades e altos custos desses eventos – quanto ao fato de a maior parte do temário e, conseqüentemente, das discussões, não contemplar assuntos de interesse específico do setor” (idem, p. 137).

Uma questão de fundo, enfim, se punha: “como e com que grau de competência o sindicato tem conseguido traduzir seus princípios e propostas de modo a convencer a maioria dos docentes das IES brasileiras da sua justeza?” Tratava-se de uma questão

crucial, por remeter diretamente à (in)coerência entre a teoria e a prática existente, entre a estrutura e o funcionamento sindical. Para os militantes das IPES, era imprescindível reverter esse quadro:

"Não podemos negar que, em vista da virulência dos ataques dos sucessivos governos à escola pública, o Sindicato teve que se voltar à mobilização para a resistência dos docentes das IFES contra as investidas de privatização. No entanto, é vital que o sindicato trabalhe constantemente na perspectiva de articular todos os setores nas questões colocadas para cada um, procurando reverter a tendência dos docentes de cada setor limitarem-se a suas lutas específicas, o que representará um salto qualitativo para o movimento docente" (Relatório Final do XXIV CONAD, 1992, p. 137).

Diante da absoluta premência de superar essas dificuldades externas e internas, os docentes das IPES formularam encaminhamentos voltados para: (a) a realização de seminários estaduais e/ou regionais visando elaborar um plano de expansão do sindicato no setor; (b) a deflagração de uma campanha nacional de filiação à ANDES-SN, com metas e prioridades definidos em cada regional; (c) a elaboração de questionário para obter uma "radiografia das instituições privadas no Brasil"; (d) a retomada da proposta de negociação nacional, assumindo uma "postura ofensiva junto ao MEC no que diz respeito às questões das instituições privadas" (*idem, ibidem*).⁴³

Do conjunto de análises realizadas pelos docentes dos três setores institucionais, o XXIV CONAD definiu como prioridade concretizar um funcionamento adequado das Regionais da ANDES-SN, elaborando e desenvolvendo estratégias diversificadas que atendessem às especificidades desses setores:

"O setor das particulares tem sido a área de maior dificuldade para a expansão da ANDES-SN, sendo seus maiores problemas o da sindicalização dos professores e, principalmente, a criação de associações de docentes. [...] Já no setor das estaduais, a ação é no sentido de trabalhar junto às AD's integrantes do sindicato nacional, aproximando-as das atividades das VPR's de tal modo que as suas integrações, reaglutinações ou inserções estejam de acordo com a política da ANDES-SN. Os encontros regionais do setor devem viabilizar a socialização do conhecimento de suas realidades e a definição de um plano de ação para o setor. [...] Quanto ao setor das federais, com seu número elevado de AD's filiadas, já com considerável trabalho de base, a atuação das regionais se daria no sentido de coordenação das ações políticas assumidas conjuntamente por várias AD's; [da] articulação entre as AD's com vistas [ao] trânsito das reflexões oriundas dos debates ocorridos em cada uma delas" (Relatório Final do XXIV CONAD, 1992, pp. 142-143).⁴⁴

⁴³ Evidentemente, estes encaminhamentos incluíam a garantia de uma política financeira que viabilizasse a participação efetiva das AD's do setor nas atividades da ANDES-SN e o fortalecimento das estruturas regionais da entidade mediante a criação de assessorias e fóruns de discussão, como os GT's.

⁴⁴ Além disso, as estruturas das AD's-SSinds poderiam ser "ponto de apoio e de articulação" das tarefas de expansão e consolidação da ANDES-SN, "assegurando o caráter global de sua atuação e respeitando as especificidades de cada realidade". As regionais deveriam, também, realizar um seminário para exame dos problemas das IPES, reservando um amplo espaço para que os representantes das AD's deste setor, docentes sindicalizados via regional e mesmo não sindicalizados pudessem falar da realidade das suas IES e das suas efetivas condições de trabalho.

Em prosseguimento a esses esforços de expansão/consolidação sindical em 1992, a composição de uma *estrutura jurídica* da ANDES-SN foi objeto privilegiado de debates no XXV CONAD, com o objetivo de “responder às necessidades do Sindicato de forma eficiente, ágil e, fundamentalmente, atendendo às perspectivas de direcionamento político da entidade”.⁴⁵ Ao discutirem o papel e a importância dessa estrutura jurídica, os participantes desse evento consideraram algumas premissas básicas que referenciassem “a forma, o conteúdo e a ação da estrutura a ser proposta” e construíram uma proposta de organização jurídica da ANDES-SN que contemplava: (a) uma estrutura de assessorias (em nível nacional, regional ou estadual e local) e um arquivo jurídico nacional; (b) as atribuições dessas assessorias; (c) a definição de que esta organização, seu funcionamento e dimensionamento seriam aprovados em instância deliberativa do sindicato, por proposta da Diretoria; (d) a decisão de que a sua implementação se efetivaria sob a coordenação da Diretoria, segundo um plano por ela elaborado e (e) um anteprojeto de regimento geral da estrutura jurídica, elaborado pela Diretoria e a ser aprovado no primeiro CONAD ou Congresso subsequente ao XXV CONAD (Relatório Final, pp. 118-119).

Essas proposições, juntamente com as relativas à carreira docente, representavam certamente avanços organizativos no empreendimento de expansão/consolidação da ANDES-SN. Além disto, este CONAD definiu também que, conforme deliberação do XI Congresso, se agilizasse a implantação imediata da contribuição de cada filiado à entidade, estipulada em 0,2% do salário docente, nele incluída “toda e qualquer remuneração ou ganho permanente e não pessoal” (Relatório Final do XXV CONAD, 1992, p.122). Apesar desses avanços, persistiam objetivamente os desequilíbrios setoriais na consolidação da entidade como sindicato nacional.

No *XII Congresso* (1993), a reunião dos docentes do setor das IPES ratificava e recomendava a divulgação das análises feitas no CONAD anterior sobre o seu crescente esvaziamento, insistindo na afirmação de uma política de expansão que resgatasse tanto o seu papel decisivo nos primórdios da ANDES - calcado na afirmação da *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira* - quanto a expressão correta de sua defesa do ensino público e gratuito como “não contraditória com os interesses dos docentes das IPES”. Essa insistência levava em conta, ainda, a expressão numérica desses docentes no conjunto do professorado de nível superior e a responsabilidade da ANDES-SN no sentido de explicitar o “papel dos docentes das IPES, sua contribuição na construção de um novo

⁴⁵ Convém ressaltar que, desde o XI Congresso, o movimento docente definira que o XXIV CONAD apreciasse uma proposta de organização da estrutura jurídica da ANDES-SN. Não tendo sido possível aprofundar essa discussão nesse evento, a mesma foi remetida ao XXV CONAD. Neste CONAD, foi também intensamente debatida a proposta de Carreira Única do Magistério para as Instituições de Ensino Superior, inclusive sob a forma de anteprojeto de lei. Estas duas questões eram, por si mesmas, aglutinadoras dos interesses dos docentes dos três setores institucionais.

projeto político [e] o espaço a ser ocupado pelas universidades particulares neste projeto” (Relatório Final do XII Congresso, 1993, p. 82). Para tanto, os militantes do setor presentes neste evento retomavam duas reivindicações a serem assumidas pela entidade, fundadas na *Proposta*: (a) *gestão democrática*, implicando ingresso por concurso público, democratização das IPES, controle das verbas públicas em conformidade com a política de transição já formulada pelo movimento docente, eleições diretas em todos os níveis e direito à organização sindical; e (b) *padrão unitário de qualidade*, traduzido pela existência de um plano de carreira associado a um plano de capacitação docente com garantia de estabilidade, implementação efetiva de uma política de pesquisa e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disto, urgia que se estabelecessem procedimentos que viabilizassem uma pauta nacional de reivindicações, a definição de um piso nacional de salários, a unificação da data-base e a defesa dos interesses dos docentes do setor frente ao MEC e à LDB.

Os docentes do setor das IEES também reconheciam a sua situação como precária: existiam cinco AD's-SSinds com participação plena no sindicato e sete com participação parcial ou sem participação, sendo necessário abarcar as AD's não integrantes da ANDES-SN e as IEES sem organização dos docentes. Diante deste quadro, os militantes do setor presentes no *XII Congresso* afirmavam ser “fundamental para a afirmação do caráter nacional do sindicato sua expansão e consolidação no interior das IEES”, reivindicando um “ainda maior apoio e fortalecimento das regionais, incluindo aporte de recursos financeiros necessários ao trabalho que se faz urgente” (Relatório Final do XII Congresso, 1992, p. 84). No intuito de viabilizar essa política de expansão/consolidação, foi apresentado um cronograma anual de ação envolvendo: (a) a atualização do quadro do setor com a situação específica das IEES; (b) contatos com professores aonde não existissem AD's e com AD's não integrantes da ANDES-SN; (c) promoção de eventos voltados para a divulgação da entidade nas IEES; (d) reuniões locais, regionais e inter-regionais, culminando em encontro nacional do setor e seminário para discussão de temas de seu interesse. Pretendia-se, assim, potencializar a filiação dos docentes mediante as vice-presidências regionais, a criação de seções sindicais, a transformação de AD's em seções sindicais e a consolidação/ampliação das já existentes. Pretendia-se, também, construir uma pauta nacional unificada que, integrando as questões regionais e locais, possibilitasse a “superação do isolamento das AD's” e o “encaminhamento nacional das lutas do setor” (Relatório Final do XII Congresso, 1993, pp. 84-85).

Os docentes das IFES revelavam-se, neste evento, praticamente concentrados na articulação com os SPF's, naquele contexto de *impeachment* do presidente Collor e de início do governo Itamar. A isonomia salarial fora estabelecida de forma unilateral por Collor de Mello (com anuência do Congresso Nacional), tendo sido utilizada para “estabelecer

privilégios relativos a determinados segmentos, particularmente àqueles com maior poder cartorial” e Itamar Franco não mudara substancialmente as relações entre o governo e os servidores públicos. Constatava-se uma desmobilização em torno das questões salariais que era assim explicada:

“A prática de ‘aumentos’ salariais parciais, seja através de reajustes, correções de tabelas, concessões de gratificações, ganhos salariais através da via judicial [...] estabeleceu uma falsa crença na manutenção do poder real dos salários quando, na verdade, seu valor médio real, durante o ano de 1992, esteve abaixo do valor registrado quando da deflagração da greve de 1991. Por outro lado, a viabilização do impeachment exigiu de toda a sociedade um amplo engajamento, centralizando nossas atenções durante todo o processo. Agora, a construção do governo Itamar não pode ser argumento imobilizador. Não podemos cair no conto do ‘pacto da governabilidade’ e assumir o ônus financeiro da política recessiva e inflacionária” (Relatório Final do XII Congresso, 1993, pp. 88-89).

Impunha-se, assim, definir um “plano de lutas forte”, mobilizador, com objetivos estratégicos a serem atingidos em 1993, que contemplasse uma campanha salarial emergencial e a elaboração de um calendário de ações voltadas para a deflagração de uma greve do setor. Esta deveria centrar-se na conquista de uma política salarial que mantivesse o valor real dos salários, através da recuperação de perdas históricas e da construção de um piso salarial para os docentes das IFES e para o conjunto dos SPF's.

Apesar dos empecilhos colocados à expansão do sindicato nas IPES, os resultados dos encaminhamentos e recomendações já formulados começaram a ser avaliados como mais promissores algum tempo depois, durante o XXVI CONAD. Constatava-se que a existência de dotação orçamentária de recursos para a estruturação de reuniões e expansão do setor estava possibilitando uma melhor atuação da ANDES-SN e que o papel do setor jurídico da entidade estava sendo positivo quanto às demissões feitas pelas mantenedoras, como o atestavam várias ações na justiça. Além disso, a estruturação das Secretarias Regionais favorecia uma melhor intervenção da entidade nas IPES, tendo já ocorrido dois encontros setoriais em janeiro e abril de 1993, em Salvador e Belo Horizonte, respectivamente. Esses avanços levavam os participantes do XXVI CONAD a formularem perspectivas mais otimistas de consolidação e ampliação da ANDES-SN no setor e, pois, de implantação efetiva da *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*:

“A proposta da ANDES afirma a necessidade imperiosa de implementar um plano de carreira que suprima a figura do horista, que estabeleça o concurso como única forma de acesso à carreira de professor e que defina como critério de ascensão a titulação. Nessa mesma proposta, defendemos a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão [e que] não pode haver ensino de qualidade com exclusão da comunidade universitária do processo de discussão e decisão dos seus rumos. Essa proposta nos impede de realizar negociações que reconheçam e eternizem a existência de instituições onde os parâmetros para o seu

funcionamento são definidos solitariamente pelas suas mantenedoras, visando fundamentalmente o lucro" (Relatório Final do XXVI CONAD, 1993, p. 115; grifos meus).⁴⁶

Para que tais avanços se consolidassem, papel decisivo era atribuído às Secretarias Regionais da ANDES-SN que, em articulação com a Coordenação Nacional do Setor, deveriam atuar, inclusive, na integração entre os docentes dos três setores institucionais. Recomendava-se, neste sentido, que as AD's-SSinds das IES públicas cooperassem com a implantação e defesa de AD's-SSinds no setor das IPES de sua região (através do programa "adote uma particular") e que as Regionais resgatassem o debate sobre a *política de transição* da entidade para o setor, durante a realização dos "seminários de expansão" previstos para o segundo semestre de 1993, dos quais se esperava a formulação de propostas de atuação para o conjunto da entidade.

Os docentes das IEES faziam apreciações semelhantes, ao constatarem um "significativo avanço" da expansão do sindicato nessas instituições. Este avanço era atribuído, essencialmente, à "articulação entre as Secretarias Regionais e a Coordenação do Setor", que estava sendo "decisiva para a superação das dificuldades" existentes, o que apontava para a necessidade de intensificação desse trabalho. Grande expectativa continuava sendo posta na construção de uma pauta nacional unificada, que contemplasse as questões regionais e locais de forma integrada (Relatório Final do XXVI CONAD, 1993, p. 118). Visando à continuidade do planejamento feito no início do ano, os militantes deste setor definiram ainda, como encaminhamentos reforçadores: o levantamento do quadro do setor em cada Regional; a realização de visitas às IEES ainda não integradas e às que tivessem uma participação menos intensa no sindicato; o apoio aos processos de criação de Seções Sindicais nas IEES; a discussão de questões atinentes à pauta nacional unificada e a intensificação de esforços para obter a "máxima participação" dos docentes no Encontro Nacional do Setor e no XXVII CONAD (Relatório Final do XXVI CONAD, 1993, p. 118).⁴⁷

Neste mesmo evento e demarcando sua trajetória própria em relação aos demais setores, os docentes das IFES faziam um balanço da unidade e luta dos SPF's,

⁴⁶ Tratava-se, na verdade, de utilizar a *Proposta* como instrumento de combate aos resultados obtidos na aprovação da LDB na Câmara Federal: as mantenedoras haviam logrado uma "substancial transferência" de recursos públicos para as IPES (sob a alegação de serem comunitárias, confessionais ou filantrópicas) e impedido que constassem da lei mecanismos democráticos como eleição para dirigentes, piso salarial unificado, autonomia didático-pedagógica e científica, organização estudantil e de professores. Além disso, o plano de carreira e a capacitação docente, assim como a política salarial para os professores das IPES, que deveriam ser contemplados em Estatutos respeitadores de suas peculiaridades, já estavam sendo traçados por comissões responsáveis por esses Estatutos, sem a participação dos docentes e dos estudantes. Este enfrentamento do *lobby* privatista deveria ser contundente, face à possibilidade de uma Revisão Constitucional em outubro de 1993.

⁴⁷ Os itens a constarem da pauta nacional unificada eram os seguintes: carreira/capacitação/avaliação; democratização; autonomia (principalmente financeira) - incluindo a definição de recursos a serem repassados pelo Poder Público e a forma do seu repasse -; expansão das IEES/processos de estadualização; política salarial; processos estatuintes; sindicalização; revisão constitucional; RJU e articulação com os 1º e 2º graus. Eles indicavam, em seu conjunto, a persistência da imbricação entre as dimensões academicamente engajada e especificamente sindical constitutivas da identidade da ANDES-SN.

considerando-as uma “rica experiência”. A partir do “acúmulo político e organizacional” adquirido desde 1990⁴⁸, avaliava-se o êxito obtido na “vigorosa greve nacional” dos SPF’s, deflagrada em maio de 1993,

[...] não só porque estávamos submetidos a um brutal arrocho salarial, decorrente sobremaneira da implementação da política neoliberal imposta por Collor e continuada por Itamar, mas também porque as avaliações feitas pelo movimento dos SPF’s (em vários fóruns nacionais), unificado na CNESF, expressaram uma maior coesão organizacional nas entidades nacionais e a vontade política de conquistar, via luta geral, o atendimento às reivindicações” (idem, p. 126).

Contudo, face ao vigor grevista, o governo recorreu à manobra de anunciar um reajuste salarial de 85% para o mês de maio e a promessa de apresentar, no prazo de dez dias, uma proposta para política salarial e isonomia, veiculando, assim, a idéia de que as principais reivindicações haviam sido atendidas e que a persistência deste movimento paredista seria pura intransigência de suas lideranças. Isto provocou, evidentemente, o enfraquecimento da greve, atingindo sobretudo as categorias com menor tradição de luta/organização interna e as ainda traumatizadas pelo desconto de mais de vinte dias de trabalho ocorrido durante a greve de 1992. As divisões internas e as polêmicas suscitadas no Comando Nacional Unificado em decorrência dessas contradições - que culminaram em uma saída de greve desordenada e insatisfatória - foram historicamente analisadas como um aprendizado que demandava a construção de uma mais sólida unidade, externa e interna ao movimento docente:

“Esta unidade, entretanto, não se coloca como uma relação mecânica de agregação de indivíduos ou seções sindicais, despidos de suas compreensões e posicionamentos específicos. Ao contrário, se firma na diversidade de leituras e na prática democrática da confrontação, o que viabilizou a definição de um projeto técnico-político [...] para a universidade brasileira. [...] Mas não apenas dentro de seus próprios limites se define a unidade da ANDES. Sua inserção na sociedade e seu entendimento de que, na condição de sindicato, deve assumir responsabilidades mais amplas, nos têm levado a buscar articulações com outras entidades, setores, movimentos sociais organizados e diferentes categorias de trabalhadores. Evidentemente que somos seletivos na busca de ampliação dessa parceria. Mais uma vez, não buscamos apenas ampliação numérica nem integração mecânica, mas sim a ampliação da força política. Esta, enquanto recurso de intervenção na realidade, só se viabiliza em função de projetos que traduzam interesses comuns. Em torno da construção dos mesmos, mais uma vez, nos deparamos com diversidades e, novamente, no mesmo processo, geramos o objeto e a condição de unidade” (Relatório Final do XXVI CONAD, 1993, p. 126; grifos meus).

⁴⁸ Como parte deste acúmulo, eram destacados: (a) o trabalho conjunto efetivado em prol da aprovação do RJU no Congresso Nacional, como “elemento decisivo para a formação da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais” (CNESF), resultante na derrubada parcial dos vetos a ele apostos pelo Poder Executivo em 1991; (b) a vivência conflituosa do encerramento da greve nacional dos SPF’s em 1991, quando o movimento docente continuou a greve mesmo depois do seu encerramento pelos servidores públicos federais, conquistando alguns ganhos salariais (pela elevação dos índices de incentivos por titulação e regime de trabalho de DE e de 20% - por especialização - linear para toda a categoria, o que alterou a tabela salarial) e (c) o fato de, em 1992, o movimento docente não ter aderido à greve nacional dos SPF’s, criando dificuldades para a unidade do movimento e salientando claramente que “a autonomia das entidades sindicais [era] uma questão fundamental para a melhor compreensão dos limites e horizontes da luta sindical pelo atendimento [das] justas reivindicações dos servidores públicos federais” (Relatório Final do XXVI CONAD, 1993, p. 126).

Este apelo (histórico) à unidade como condição para transposição de limites fazia os militantes das IFES reconhecerem que, no caso da greve dos SPF's, apesar das diversidades/especificidades de objetivos e reivindicações das diferentes categorias, o eixo da política salarial agregara e canalizara a mobilização/unidade possíveis, a exemplo do que acontecera em torno das lutas pelo RJU, pela LDB e pelo *impeachment* do presidente Collor. Embora não explicitamente voltado para o desafio interno de implantação/expansão sindical da ANDES-SN, tal apelo à unidade se expressava em encaminhamentos que reforçavam as lutas em torno de eixos aglutinadores dos três setores institucionais; (a) luta pela carreira docente e pela definição de um plano nacional de carreira; (b) estudo da possibilidade de ação jurídica nacional visando à extensão da URP do Plano Verão e dos ganhos do Plano Bresser para todos os professores, com base na isonomia e (c) desencadear campanha em defesa da Universidade Pública e das conquistas do magistério na revisão constitucional.

No plano das auto-determinações, a disposição de priorizar a expansão da ANDES-SN nas IPES persistia, alimentando-se desses avanços. Ao final de 1993, por ocasião do XXVII CONAD, a questão era enfatizada como *“um problema de todo o movimento docente”*. Recorria-se ao próprio Estatuto da entidade para fundamentá-la e, no intuito de compreender mais aprofundadamente a persistência do refluxo existente, os participantes desse evento se perguntavam: *“por que o esvaziamento do setor das IPES começa e ocorre a partir da transformação da ANDES em ANDES-SN? O que explicaria a ANDES ter o setor das IPES mais presente/forte no período da repressão política da ditadura militar e o esvaziamento do setor na ANDES em período de abertura política? Qual o papel que outras organizações têm nesse quadro?”*⁴⁹ Tinha-se a clareza de que, apesar dos avanços organizativos/qualitativos detectados, esse refluxo precisava ser *“corajosamente enfrentado”*:

“O diagnóstico dos problemas do setor tem sido repetitivo. [...] O fato é que nosso sindicato precisa estabelecer estratégias que orientem a sua ação no que se refere à política de expansão no setor das IPES. [...] Esta é uma tarefa do conjunto do sindicato, não apenas de um setor. Tal afirmação, exaustivamente repetida nas instâncias do sindicato, nunca contestada, precisa ser mais concretizada. Os princípios que fundam a estrutura e a organização da ANDES-SN, expressos em seu Estatuto, teriam que ser alterados caso a [entidade] deixasse de representar os docentes das IES privadas. Se não concordamos com isto, pois seria renunciar à nossa concepção sindical e à proposta de universidade que defendemos, resta-nos uma saída: encontrar alternativas viáveis para expandir e consolidar o sindicato nas IES privadas” (Relatório Final do XXVII CONAD, 1993, p. 95; grifos meus).

⁴⁹ Como vimos no capítulo 5 desta tese, o refluxo das IPES na ANDES-SN já vinha se processando, por razões várias, mesmo antes da transformação da entidade em sindicato. Essas questões tinham, contudo, o mérito de dar centralidade ao problema em suas dimensões mais amplas, colocando novos elementos para o seu aprofundamento.

O fato de a consciência desta necessidade vir crescendo traduzia-se nos avanços organizativos e práticos já obtidos, com destaque para a atuação das Secretarias Regionais.⁵⁰ No intuito de aprimorá-la, defendia-se a continuidade da estratégia de *parceria* apresentada nos Encontros do setor, ou seja, de envolvimento efetivo das AD's-SSInds da rede pública nas tarefas dessas Secretarias, voltadas para: (a) a divulgação da proposta sindical e de universidade da ANDES-SN, através de impressos e da "tática de corpo a corpo"; (b) a disponibilidade dos recursos materiais das AD's-SSInds, como ajuda ao trabalho organizativo sindical dos professores da IPES escolhida para a parceria; (c) a promoção de eventos sobre "temas de interesse geral desses professores"; (d) a realização de seminários ou cursos de formação sindical; (e) a organização de encontros interregionais para debater a política de expansão sindical; (f) a realização de pesquisa sobre as IPES das regiões, com respaldo em um modelo de questionário já existente e recorrendo também a entrevistas e documentos. Complementarmente, este aprimoramento deveria incluir, também, os "problemas de funcionamento" enfrentados pelas regionais (Relatório Final do XXVII CONAD, 1993, p. 96).⁵¹

Era preciso ter claras, no aprofundamento da questão da expansão, a "não *contraditoriedade*" entre a representação dos docentes das IPES pela ANDES-SN e a sua defesa intransigente do ensino público e gratuito, com a "consequente destinação exclusiva de verbas públicas para a educação pública"⁵², bem como a *diferenciação* existente entre as IPES. Os trechos a seguir, longos e deliberadamente transcritos, elucidam bastante a relevância desses dois aspectos para tal aprofundamento:

"[...] para parcelas do MD pode aparecer contraditória a presença dos docentes das IPES, dada a defesa intransigente da ANDES-SN pelo ensino público e gratuito e a consequente destinação exclusiva de verbas públicas para a educação pública. A consolidação do setor das IPES no sindicato nacional, no entanto, é uma das condições para a concretização do Projeto da ANDES-SN para a Universidade Brasileira, por ser este o setor onde mais avança a defesa da privatização da educação superior, no Brasil. A implantação de uma política de privatização do ensino, [...] durante o governo militar, visava fundamentalmente desobrigar o Estado dos custos com a educação pública, ampliando e fortalecendo os aportes financeiros e fiscais às mantenedoras das IPES. Essa ação se baseou nos princípios de eficiência que respondessem

⁵⁰ Do trabalho realizado em 1993 resultara a participação de representantes de VPR's e de Seções Sindicais das IPES e IEES nos eventos do setor das IPES e a proposta de "parceria" entre os setores públicos e o particular, responsabilizando-se as AD's-SSInds desses setores pelo envolvimento dos docentes das IPES na entidade nacional (Relatório Final do XXVII CONAD, 1993, p. 100).

⁵¹ Apostava-se ainda, nesse esforço de expansão, na filiação de docentes através das Vice-Presidências Regionais, insistindo-se na realização de um seminário sobre "Público e Privado" antecedente ao XIII Congresso, precedido de seminários locais e regionais e na recuperação da política de transição da ANDES-SN como instrumento de consolidação da entidade em todos os setores institucionais. Recomendava-se, também, que o XIII Congresso elegeesse como tema central a questão da expansão (*idem*, pp. 96-97).

⁵² Como já analisado, esse repasse exclusivo de verbas públicas para as IES públicas, além de ser um dos elementos constitutivos do refluxo dos docentes das IPES na ANDES-SN, era e é uma contradição nodal para o movimento: tanto é que continuou recorrente a ênfase na necessidade do prosseguimento do debate sobre a "política de transição" para as IPES - crescentemente centrada no "padrão unitário de qualidade" para a Universidade Brasileira - no qual, certamente, é fundante o acúmulo de discussões/intervenções sobre a destinação de recursos públicos para essas instituições.

a seu modelo de desenvolvimento [e] foi mantida pela Nova República, ganh[ando] novos contornos com a implementação do projeto neoliberal. A lógica que permeia o ensino privado, hoje, não é apenas uma questão de verbas, nem se funda tão somente no lucro que ele representa: configura-se também como importante base de sustentação política de grupos que, inclusive, dispõem verbas públicas para a manutenção de suas “empresas de ensino”, pois buscam a consolidação de um espaço político de poder para fazer valer os interesses privados, por dentro da lógica de funcionamento do Estado. O enfrentamento desta situação passa necessariamente pela organização dos docentes das IPES, com vistas a fazer avançar as propostas da ANDES-SN no interior dessas instituições, em especial no que tange à democratização de sua gestão. Não se trata, portanto, de simplesmente investir na melhoria da qualidade destas IES ou apenas de defender docentes da repressão patronal e sim de quebrar por dentro esta lógica que [...] se fortalece. Para tanto, precisamos ter os docentes das IPES integrando o trabalho sindical” (grifos meus);

“O setor das IPES [...] não se constitui numa única realidade. Se ainda encontramos um grande número de IPES onde o ensino é tratado como mercadoria de terceira categoria e seus docentes estão submetidos a arbítrios, inclusive de repressão à organização sindical, temos, no outro extremo, se consolidando os modelos das Universidades ditas ‘comunitárias’, que se reestruturaram com base nas referências do ‘padrão de qualidade’ exigido pelo MEC, para beneficiar o setor privado com verbas públicas. Este ‘padrão de qualidade’ inclui propostas historicamente defendidas pelo MD, como, por exemplo, exigência de carreira docente, contratação por regime de dedicação integral ou parcial, política de capacitação docente, política de pesquisa, entre outros. Junte-se a isto o fato [de] estas instituições pagarem salários muitas vezes superiores aos das escolas públicas. Este quadro tem gerado um clima de satisfação entre os docentes no interior destas IPES, ocultando questões de fundo, como por exemplo: mesmo com avanços na democratização interna [...], continuam sendo vistas e gerenciadas como propriedades particulares de suas mantenedoras e não como concessões do Estado que deveriam, portanto, estar sujeitas ao controle público. Além disso, melhorias das condições de trabalho e de salários desses docentes não vêm acompanhadas de garantias sociais como estabilidade, aposentadoria integral, atendimento à saúde, creches etc. Concretamente, as “Escolas Comunitárias” vêm se transformando muito rapidamente num “modelo que dá certo” e fortalecendo os argumentos em defesa da privatização do ensino superior. Com isso, ironicamente, as causas da deterioração do ensino público acabam se transformando em justificativa para a sua privatização” (Relatório Final do XXVII CONAD, 1993, p. 100).

Um outro aspecto promissor dizia respeito ao maior envolvimento dos docentes das IEES com os problemas do setor das IPES. Defendiam eles que a consolidação da ANDES-SN como representativa de todas as IES requeria a sua expansão nas IEES e IPES “numa intensidade que assegura[sse] a perspectiva de uma inserção crescente [e] significativa a curto prazo”. Ao mesmo tempo, os militantes das IEES davam continuidade ao “plano de expansão do setor” aprovado desde o XXV CONAD, do qual já resultara um “quadro mais positivo”, estando superada a “situação de extrema precariedade” então detectada (Relatório Final do XXVII CONAD, 1993, p. 101).

Já os docentes das IFES, apesar de integrarem um setor consolidado e amplamente majoritário na ANDES-SN, passavam a se deparar com novos problemas, decorrentes do crescimento do número de professores não concursados (os “substitutos”, não integrantes do quadro de pessoal), que foram mais e mais utilizados para suprir as demandas

resultantes das aposentadorias em massa, registradas a partir do governo Collor. Em algumas AD's-SSinds, tais professores eram admitidos como sócios, ao passo que, em outras, sua filiação não era aceita, o que levou o GTPS a ser instado a se pronunciar a respeito:

"A luta pelo padrão unitário de qualidade passa pela exigência do estancamento da contratação de professores substitutos, [pela] ampliação de vagas, [pelo] fim da utilização de docentes conveniados trabalhando em cursos regulares. Esta não é uma luta contra esses professores. A ANDES-SN reconhece a existência e necessidade [de] as IES utilizarem-se de professores contratados temporariamente, vide a referência aos substitutos no seu projeto de carreira. A perspectiva neoliberal é, no entanto, a de jogar a universidade pública nas regras de mercado e diminuir a carga de recursos financeiros do Estado, o que faz aguçar o problema. A resistência a esse curso passa também por encaminhar as reivindicações daqueles que se encontram sob as piores condições nas IFES atualmente, como já fazem diversas AD's-SSinds em relação aos substitutos. As reivindicações destes setores do magistério serão assumidas pelo sindicato dentro dos princípios e padrões estabelecidos em seus fóruns deliberativos" (Relatório Final do XXVII CONAD, 1993, p. 92).

Com este posicionamento favorável ao tratamento sindical igualitário, por todas as AD's, dos professores substitutos (e também dos visitantes e conveniados), os participantes deste evento nacional, orientando-se pelo Art. 8º do Estatuto da entidade, assumiam de forma mais explícita que a sindicalização deveria constituir um direito de todos os filiados e uma prioridade a ser incentivada pelos militantes de todos os setores institucionais:

"O estatuto expressa uma concepção política de organização sindical. Esta concepção organizativa está fundamentada na luta pela conquista de um padrão unitário de qualidade em todas as IES e, por isso [existe] a busca de sindicalizar os docentes em todas as instituições públicas e privadas, independente[mente] das formas de contratação existentes. Ao lutar por uma carreira única, por ingresso por concurso público, estabilidade, a ANDES-SN não é só o sindicato dos que já estão na carreira, que tenham concurso público ou já tenham estabilidade. A luta por essas questões é de todos os docentes e será mais forte porquanto o sindicato for capaz de nela envolver os docentes que não têm estas conquistas. O desrespeito ao estatuto [...] é, portanto, expressão de uma compreensão política distinta daquela que baliza a proposta de organização sindical da ANDES-SN" (Relatório Final do XXVII CONAD, 1993, p. 93).

Face a esta deliberação, os presentes ao XXVII CONAD recomendavam que o GTPS elaborasse um texto para fundamentá-la, deixando clara a posição contrária da entidade ao ingresso na carreira docente sem concurso e problematizando os convênios que vinham sendo firmados pelas IES públicas. Além disso, caberia observar o disposto nos regimentos das AD's-SSinds sobre a sindicalização dos professores que estavam fora da carreira (*idem*, p. 93).

Um outro problema ia se revelando, em sua complexidade/intensidade, mais nitidamente para os docentes das IFES: a *quebra* da isonomia pelo recurso às ações jurídicas, cuja responsabilidade era atribuída, incisiva e quase que unilateralmente, aos governos:

"Esta conquista, tão duramente alcançada, foi quebrada pelas posturas dos governos de, historicamente, não reconhecerem os direitos dos trabalhadores, induzindo-os, principalmente

aos SPFs, a buscarem, conjuntural e pontualmente, a via jurídica para recuperar tais direitos. Portanto, os verdadeiros responsáveis pela quebra da isonomia não são os trabalhadores, mas os governos. Suas políticas de arrocho salarial, que provocaram perdas que se acumularam desde 1987, levaram o setor das IFES, após inúmeras tentativas de reavê-las através de embates políticos (negociação, greves) a encaminhar a luta no campo jurídico. Tal decisão foi fruto de um amplo processo de discussão, buscando definir uma estratégia que contemplasse, além do nível de organização jurídica da ANDES-SN e das AD's-SSinds, as características do poder judiciário brasileiro. Assim, a opção foi a de impetrar ações isoladas, encaminhadas a partir das AD's em detrimento de possíveis ações nacionais. Nesta trajetória, criaram-se situações diversas: ações ainda em tramitação pelos encaminhamentos morosos da justiça, ações ganhas incorporadas ou não aos salários, ações ganhas e protestadas etc. Somem-se a esses fatores os diversos mecanismos que têm resultado na incorporação da gratificação aos salários. Resultado disso é a quebra da isonomia salarial entre IFES e mesmo internamente, em algumas" (Relatório Final do XXVII CONAD, 1993, p. 102; grifos meus).

Se esta responsabilidade, de fato, deve ser assim considerada, os desdobramentos da opção por ações isoladas podem e devem ser interpretados como um possível equívoco ou falta de força da entidade para investir, prioritariamente (e com êxito) em lutas políticas e em ações jurídicas de cunho nacional que, certamente, evitariam ou minimizariam quebras dessa natureza. De todo modo, o problema era sério, como reconheciam os participantes do evento:

"o prejuízo daí decorrente não é apenas individual, reflete-se no próprio sindicato. Põe em risco sua luta central em defesa do seu projeto de universidade, enfraquece sua própria organização e desqualifica a sua principal ação que é a política. Todavia, é de fundamental importância que se tenha a clareza de que a quebra de isonomia em sua total dimensão pode-se dar em planos muito mais abrangentes e permanentes, caso o governo consiga aprovar suas propostas de financiamento e autonomia para as IFES" (Relatório Final do XXVII CONAD, 1993, p. 103).⁵³

Como esse quadro poderia agravar-se com as iniciativas governamentais em curso e pela via a Revisão Constitucional, não bastava à ANDES-SN "fortalecer seus mecanismos de luta defensiva", mas, principalmente, "qualificar-se na formulação de propostas para as principais questões que se [apresentavam] como entraves à construção [do] seu projeto de universidade", relativas a: financiamento, autonomia, carreira docente, avaliação institucional, capacitação, democratização e a própria isonomia, tendo-se claro que "a

⁵³ Ao se darem conta das dimensões desse problema e da necessidade de enfrentá-lo, os participantes do XXVII CONAD consideravam importante redefinir as relações do próprio sindicato com as instâncias institucionais (administrações centrais das IES, CRUB e Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior - ANDIFES), tendo consciência das diferenças de natureza entre o sindicato, essas instituições e outras entidades, do que resultavam "diferentes reconhecimentos dos direitos e reivindicações dos que compõem a comunidade universitária, bem como diferentes posturas no relacionamento com o governo". Tais diferenciações, expressas no cotidiano de práticas e no trato de questões como o financiamento, a autonomia e a isonomia, se davam também no plano da falta de legitimidade das iniciativas tomadas por essas instituições/entidades perante o movimento docente, o que demandava duas reações: no plano da intencionalidade, impedir que os méritos das lutas travadas pela ANDES-SN lhe fossem subtraídas e assegurar, nas relações com o governo, o respeito à sua própria autonomia, resultante de decisões/mediações próprias, definidas em suas instâncias democráticas (*idem, ibidem*). Dada a importância dessas análises e a premência de situar o Estado em nível mais amplo, o XXVII CONAD decidiu, ainda, constituir uma comissão de estudos sobre "o papel do Estado, suas instituições e as relações com a sociedade, composta por representantes de AD's e membros da Diretoria (*idem*, p. 105).

verdadeira luta pela isonomia, em sua expressão mais ampla, não deve dar-se apenas no campo jurídico, mas reafirmar-se no espaço da luta política". Importava ainda, no imediato e diante desses desafios, avançar na formulação da proposta de carreira única e desencadear uma "campanha nacional pelo restabelecimento da isonomia, pela defesa da autonomia e de um projeto de verbas e financiamento adequados" (Relatório Final do XXVII CONAD, 1993, p. 103).

Quase ao final desse período em estudo, pode-se verificar que, a despeito dos avanços organizativos e de alguns resultados positivos obtidos no processo de implantação/consolidação da ANDES-SN nas IEES e IPES, a entidade continuava representando predominantemente os docentes das IFES, agora acossados por esses novos problemas que desafiavam a sua solidez e capacidade de intervenção naquela realidade adversa, o que os levava a acentuar a tendência a concentrarem-se em suas lutas imediatas/específicas, de caráter econômico-corporativo.

No início de 1994, durante o *XIII Congresso*, conforme deliberado no CONAD anterior, o tema da expansão da ANDES-SN foi tratado com centralidade, na perspectiva de efetivamente ampliar a inserção da entidade no setor das IPES e das IEES. O esforço de ousar nesta direção foi mais firmemente vinculado à defesa de um *padrão unitário de qualidade* para todas as IES brasileiras, que somente seria garantido pela sua efetiva autonomia didático-pedagógica e financeira e pela sua democratização interna. Tudo isto exigia um conjunto de ações, envolvendo: (a) dotar as Secretarias Regionais de militância e infra-estrutura (inclusive jurídica); (b) utilizar o mecanismo de sindicalização direta à Regional, visando "resguardar lideranças sindicais cujas bases se encontr[assem] ainda em formação"; (c) denunciar a omissão do MEC quantos aos "descalabros" existentes no ensino particular e a "conivência da Justiça do Trabalho com as patronais, em prejuízo dos docentes" (Relatório Final do XIII Congresso, 1994, p. 105).

A centralidade posta na efetiva construção de um padrão unitário de qualidade como forma privilegiada de dar conteúdo à política de expansão remeteu, necessariamente, à retomada da *política de transição da ANDES-SN*, insistentemente reclamada pelos docentes das IPES. Com isto, ganhou novamente destaque a questão (problemática) do repasse de recursos públicos para as IES privadas, que vinha perpassando a trajetória da entidade com as implicações já vistas. Naquele momento, essa questão era assim (re)dimensionada:

"Uma política de transição deve pautar-se nos princípios de qualidade e gestão democrática expressos na proposta da ANDES-SN para a universidade brasileira. Nesta perspectiva, se funda a defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão socialmente comprometida [e da] construção de planos de carreira e capacitação e regime de dedicação exclusiva, que garantam condições de trabalho e implementação de uma política de avaliação

institucional como instrumento de democratização. Estas medidas se constituem em elementos fundamentais de uma Política de Transição em direção à publicização das IES”;

“Um dos aspectos fundamentais na implantação da nossa proposta de universidade é a defesa do princípio de ‘verbas públicas para as IES públicas’. Este princípio não pode prescindir de uma política de transição que responda às necessidades dos docentes das IES particulares em seus projetos de capacitação, pesquisa e extensão, sob controle da comunidade acadêmica. Entretanto, faz-se necessário definir estratégias eficientes, no tocante ao controle da distribuição e utilização das verbas públicas transferidas às IES, garantido o caráter público da sua utilização. A discussão acumulada no sindicato de nossa proposta de carreira única para todos os docentes das IES é um poderoso instrumento na luta pelo padrão unitário de universidade (federais, estaduais ou particulares), sendo, nas IPES, fundamental para a superação do regime horista” (Relatório Final do XIII Congresso, 1994, p. 106).

Como podemos observar, voltava-se não só a admitir claramente o repasse de recursos públicos para as IES privadas (o termo “exclusivamente” não é mencionado neste dimensionamento), como avançava-se qualitativamente na compreensão de que o embate histórico entre o público e o privado na educação brasileira suplantava os limites do “estatal *versus* particular”. O privilegiamento de uma carreira docente como instrumento central para a construção desse padrão unitário de universidade também se reafirmava.

Deste ponto de vista, entende-se por que eram reclamadas ações “mais contundentes” relativas à demissão de professores nas IPES e em algumas IEES, bem como o “aporte de recursos financeiros e, principalmente, a presença física de militantes de outras IES com organização sindical em estágio mais avançado”, visando superar as dificuldades de organização dos docentes e de infra-estrutura das AD’s-SSinds das IPES e IEES. Considerava-se crucial, ainda, uma “atuação integrada da Diretoria Nacional, Secretarias Regionais e Seções Sindicais”, articulando-se ações nacionais com problemas localizados e específicos. Igualmente imprescindível seria produzir um “diagnóstico dos setores” (número de estabelecimentos, de professores - com sua titulação e regime de trabalho -, situação das verbas públicas etc). Outros estudos também deveriam ser realizados objetivando “explicitar as competências e responsabilidades do MEC, CFE, DEMEC’s, Conselhos Estaduais, Secretarias de Educação, Governo do Estado e União etc, e as obrigações e deveres jurídicos das mantenedoras das IPES, para municiar as ações do [...] sindicato junto a esses órgãos e associações patronais, dentro de uma estratégia global de atuação, em nível nacional” (Relatório Final do XIII Congresso, 1994, pp. 106-107).

Compreende-se, ainda, que alguns encaminhamentos significativos e emblemáticos da singularidade da ANDES-SN tenham sido traçados nesta direção: (a) publicar um Cadernos ANDES atualizando a história de luta dos docentes dos três setores, (b) contemplar o tema “Política de Expansão” no próximo número da *Revista Universidade e Sociedade*; (c) reeditar o Cadernos ANDES nº 2, visando implementar a retomada da *Proposta das AD’s e da ANDES para a Universidade Brasileira*; (d) elaborar plano de ação,

pelas Vice-Presidências Regionais, centrado nos eixos da política de transição e visando responder às demandas específicas dos docentes das IPES; (e) realização de seminários, nos eventos da entidade, sobre “o público e o privado”; (f) realizar cursos de formação sindical com o apoio da CUT, entre outros (Relatório Final do XIII Congresso, 1994, p. 107).

Durante o primeiro semestre de 1994, os docentes das IEES levaram adiante as resoluções/recomendações referentes à pauta nacional unificada, à carreira docente, à autonomia e avaliação institucional, à política salarial, à organização sindical, prosseguindo no esforço de expansão/consolidação da ANDES-SN no setor. Neste sentido, enfatizavam que a contribuição de todos os diretores da entidade era fundamental, devendo-se “fortalecer ainda mais as Secretarias Regionais, tanto no aspecto político como com o aporte de recursos materiais, inclusive com a dedicação prioritária dos vice-presidentes regionais” (Relatório Final do XXVIII CONAD, 1993, p. 92).

Os militantes das IPES, por sua vez, avaliavam que o trabalho mais recentemente realizado pelo sindicato se refletia “no compromisso político evidenciado pelo conjunto do MD com a expansão do setor”, tendo os encontros nacionais promovidos pela gestão 1992-94 introduzido este debate no interior da ANDES-SN, viabilizando a “aproximação com diversos grupos de docentes motivados a integrarem a ANDES-SN”. Mas esses avanços ainda precisavam ser consolidados, apontando-se a carência de informações que definissem o quadro do ensino superior privado no Brasil, o que requeria: (a) a produção de um diagnóstico do setor, que traduzisse o número e especificasse as IPES existentes no Brasil; (b) a definição de “táticas de atuação” junto aos professores dessas instituições; (c) a intensificação da relação com a CUT através do DNTE e DETE’s; (d) o estabelecimento sistemático de audiências com o MEC, questionando a sua intervenção sobre as práticas vigentes e contrárias à posição do MD; (e) o “fortalecimento da presença da ANDES-SN na mídia, posicionando-se em relação aos fatos importantes [...] e/ou criando-os”. Internamente, julgava-se que seria indispensável: (a) consolidar as Secretarias Regionais, com a indicação, pelas mesmas, de elementos de interligação entre a Coordenação nacional do setor; (b) fazer a previsão orçamentária, no orçamento global do sindicato nacional, de verbas para expansão; (c) implementar uma política de comunicação social da ANDES-SN voltada para todos os associados, inclusive os não sindicalizados; (d) aprofundar o conceito de *universidade comunitária* como forma de privatização do ensino superior (*idem*, p. 93).⁵⁴

No segundo semestre, o prosseguimento das ações dos docentes das IEES se deu em torno da unificação de suas lutas visando à estruturação de Fóruns Estaduais

⁵⁴ Quanto ao setor das IFES, o Relatório Final do XXVIII CONAD contém, apenas, a recomendação da possibilidade de anexar o relatório deste setor.

integradores das AD's-SSinds e destas com os servidores dessas instituições. Para tanto, defendia-se a elaboração de um dossiê sobre as condições de funcionamento das IEES e sobre o tratamento dado pelos governos estaduais à sua manutenção, além da estruturação de um "sistema de informações o mais ágil possível", que subsidiasse o acompanhamento e a intervenção política do setor perante as várias situações vividas nas IEES. A montagem de escritórios regionais também era defendida como mais uma forma de concretizar o plano de lutas dos docentes deste setor, cujo conteúdo básico se voltava, coerentemente com as resoluções do XIII Congresso, para a "explicitação de critérios mínimos definidores do padrão unitário de qualidade defendido pela ANDES-SN". Além disto, era vital o empenho na articulação com o movimento popular organizado, objetivando discutir com o governo e a sociedade a expansão das IEES, face à delimitação de uma política para o ensino superior voltada para a "inserção das IEES na construção do projeto popular". Importava, ainda, que as AD's participassem da avaliação das conjunturas estaduais, visando "dar o contorno às questões chaves que possibilitarão o enfrentamento das políticas estaduais assentadas nas diretrizes neoliberais que já surgem no horizonte e fundamentar a participação das IEES no processo de avaliação institucional no interior de cada uma delas" (Relatório Final do XXIX CONAD, 1994, p. 67).⁵⁵

Os militantes das IPES também deram continuidade ao seu trabalho segundo as resoluções do XIII Congresso, centrando-se na definição de procedimentos para o encaminhamento dos *processos de negociação coletiva*. Neste sentido, era importante estruturar pautas com os seguintes eixos: questões salariais; questões relativas a condições de trabalho e questões concernentes a garantias sociais, tendo como horizonte a *construção do padrão unitário para a universidade brasileira*. Coerentemente com os avanços e a centralidade de algumas questões aglutinadoras das lutas dos docentes de todos os setores, os docentes das IPES incluíam, dentre os pontos dessa pauta, um *plano de carreira nacional unificado*, embasado nos princípios contidos na *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*, que deveriam ser detalhados conforme os acúmulos resultantes das resoluções de Congressos e CONAD's, com destaque para o Plano de Capacitação e Carreira Docente e para a proposta de um piso nacional de salários. Essas pautas, elaboradas a partir das Assembléias Gerais realizadas nas AD's-SSinds ou convocadas pelas Regionais para este fim, deveriam ser unificadas regionalmente e, se possível, nacionalmente, desenvolvendo-se "formas organizativas para viabilizar a condução da negociação coletiva". Visando concretizar essas ações, insistia-se na parceria com as AD's-SSinds dos setores públicos de cada Regional, tanto no que se referia ao trabalho político quanto no que se reportava ao apoio financeiro e operacional. Urgia

⁵⁵ O eixo aglutinador da carreira docente continuava forte, como se depreende da deliberação de que as AD's debatesses o Cadernos ANDES sobre o tema, através das vice-presidências regionais.

também “recuperar a aproximação com IPES que já mantiveram alguma relação com o sindicato”, tendo em vista “soluções negociadas para os débitos de contribuições atrasadas das AD’s-SSinds”, divulgando-se amplamente as propostas fundamentais da entidade nacional (Relatório Final do XXIX CONAD, 1994, p. 72).

Os docentes das IFES, além dos novos desafios já assinalados, propunham-se a contribuir para a organização do movimento docente e do setor participando do I Fórum Nacional sobre Relações de Trabalho e Negociação Coletiva nas IFES, a realizar-se em dezembro de 1994, pretendendo ocupar esse espaço para “expor a preocupação sobre a questão de política educacional dos governos presente e futuro”. Naquele contexto, suas atenções voltavam a se concentrar, principalmente, nas lutas específicas e urgentes do setor e nos desafios mais abrangentes colocados pelo momento político brasileiro⁵⁶: (a) a articulação e ampliação do arco de alianças políticas, envolvendo: a ANDIFES, a FASUBRA e a UNE na divulgação de um manifesto em defesa da universidade pública, a ser publicado no dia da posse do novo presidente; a CUT e os movimentos sociais em torno da Ação pela Cidadania, do Fórum das Estatais e de outras manifestações expressivas e os partidos políticos, no que concernia à reforma constitucional, ao orçamento para 1995 e “outras medidas de caráter econômico-social cuja aprovação já est[ava] sendo articulada no Congresso”; (b) uma campanha de mídia/massa voltada para a construção de um “projeto alternativo democrático-popular” centrado nos eixos da democracia, educação e cidadania, sustentada por pressão junto aos políticos em Brasília e nos estados, dos quais se deveria exigir/divulgar uma “posição pública sobre a questão da universidade pública” (Relatório Final do XXIX CONAD, 1994, p. 70).

Pode-se dizer, pela reconstituição feita, que, grosso modo, no período de 1989 a 1994, os esforços de implantação da ANDES-SN intentaram a superação dessas dificuldades sem perder de vista a convergência das dimensões *acadêmica* e *especificamente sindical* e o fortalecimento da sua inserção na CUT. Ao nível das análises, proposições e encaminhamentos, esta trajetória foi pertinentemente definida e praticada, centrando-se em questões fundamentais (setorializadas e gerais) que poderiam mobilizar os sindicalizados. Mas isto não alterou radicalmente o fato de, ao final do período estudado, a ANDES-SN representar, efetiva e predominantemente, apenas os docentes das IFES⁵⁷, conforme reconhecido por Renato de Oliveira:

⁵⁶ O setor enfrentava a exclusão dos docentes das IFES dos reajustes definidos para algumas categorias de SPF's e militares através de Medida Provisória, do não cumprimento da primeira etapa da isonomia conforme acordo de greve (junho 1994), das perdas salariais que chegavam naquele ano a 49,32% e demandavam um reajuste de 97,34% para a sua recuperação, da perspectiva de Reforma Constitucional, do parco montante de verbas para OCC previsto para 1995 e da possibilidade de divisão do MEC (alocando as IFES no Ministério de Ciência e Tecnologia e provocando uma ruptura no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão).

⁵⁷ Para Ridenti (1995, p. 60), que abordou a ANDES como “referencial na luta dos professores que são funcionários públicos, esta maior representatividade do setor das IFES se devia à maior rotatividade no

"Na prática, embora ninguém goste de ouvir isso, a ANDES se transformou num sindicato das instituições federais de ensino superior. Isto se viu, por exemplo, no programa eleitoral da atual Diretoria, onde há toda uma preocupação com o estreitamento da base sindical da ANDES e tudo o mais: temos que expandir [a participação no] ensino privado, temos de consolidar a penetração no ensino das estaduais etc. [...] O movimento dos servidores públicos federais continua sendo o nosso aliado estratégico. É o eixo estratégico da nossa articulação com os outros setores mobilizados da sociedade. Porque nós também somos servidores públicos federais. Só nesta formulação [...] existe a preponderância dos interesses econômico-corporativos [...] dos professores das universidades federais, em detrimento não dos interesses econômico-corporativos dos professores da rede privada, porque eles estão muito bem representados pelos seus respectivos sindicatos, que o fazem tão bem ou melhor que a ANDES faz com os professores da rede federal. E também não dos interesses econômico-corporativos dos professores das redes estaduais, porque são extremamente homogêneas, nas suas relações com os respectivos governos. [Mas em detrimento do] projeto da ANDES para a universidade brasileira" (Renato de Oliveira, 01/12/94).

Sadi Dal Rosso também enfatizou as implicações da maior articulação das IFES com os servidores públicos. Conjunturalmente premente, essa articulação teria feito a balança das realizações da ANDES-SN pender mais para as prioridades, de caráter econômico-corporativo, definidas pelos militantes deste setor e, portanto, para as suas ações especificamente sindicais/grevistas, em detrimento daquelas de caráter *acadêmico*:

"[...] nós sempre tivemos greves salariais. Todas as greves da ANDES, são todas salariais! [...] Mas houve uma inflexão mais à frente, uma acentuação das questões trabalhistas, legais, uma inserção talvez até desmesurada dentro do movimento sindical dos servidores públicos, com prejuízo dessa outra dimensão. Isso não é irreversível, eu acho que pode ser revertido, eu acho que já há, dentro do movimento, uma certa sensação de que não pode perder a especificidade, desaparecer dentro dos servidores públicos. Nós somos servidores públicos mas, dentro do serviço público, somos nós que ensinamos e pesquisamos, porque os outros não fazem isso! Nós é que ensinamos e pesquisamos e nós temos que olhar para isso. Porque também eu não sou a favor de nos separarmos dos servidores públicos, isso é [...] posição de direita. Temos que manter as especificidades de trabalhador intelectual" (Sadi Dal Rosso, 30/03/95).⁵⁸

emprego e ao maior controle patronal, que dificultariam a organização do setor das particulares; ao êxodo desses professores (os mais qualificados) para a rede estatal em busca de melhores condições de trabalho e salário (o que, hoje, em absoluto se sustenta, dado o massacre salarial sofrido pelos docentes desta rede), ao fato de a ANDES originar-se sobretudo das AD's das IES públicas e à própria postura política, ideológica e educacional da entidade, de luta pelo ensino superior público e gratuito". Como se pode inferir do próprio resgate feito da trajetória dos professores das IPES na entidade nacional, esses elementos se revestem de dimensões mais complexas e diferenciadas, que se acentuam/modificam conforme as conjunturas e a dinâmica interna do movimento nacional dos docentes.

⁵⁸ Se esse viés ocorria, a força própria das greves deflagradas pelos docentes das IFES era menor, em seu impacto e pelas fragilidades da prática sindical "oficial" mais recente, ao mesmo tempo em que a força maior dos movimentos grevistas das IPES, decorrente das especificidades do trabalho produtivo que desenvolvem (salientada no capítulo 1), não era devidamente potencializada pelo sindicato como um todo, nessa dinâmica desigual: "As federais param dois, três meses, e não abalam nada. Numa escola particular, uma greve de 15 dias é um grande pepino. Porque as partes têm que resolver logo, o prejuízo é imediato. Então, isso vai implicar numa dinâmica diferenciada. Outra coisa: quando a gente negocia salário, a gente assina um acordo. As federais, até agora, não assinaram acordo, não negociam numa mesa e sai um acordo. Elas discutem, discutem e sai um decreto-lei, uma coisa assim. Quer dizer, o tal do direito à sindicalização não está plenamente exercido. Se estivesse, você sentava o nosso comando de greve, ou uma comissão de negociação, e o governo, e se assinava um acordo" (Marco Antonio Faria, 12/02/95).

A presença dos docentes das IEES na ANDES-SN, embora mais expressiva e menos problemática, comparativamente ao refluxo dos docentes das IPES, ainda precisava ser melhor trabalhada em suas diferenciações internas, segundo Carlos Baldijão:

"As estaduais têm um problema de organização, [há] situações extremamente diferenciadas. Hoje, menos, porque muita coisa do movimento docente já foi incorporada: a questão da carreira, da dedicação exclusiva, da escolha dos dirigentes [...]. Enfim, as estaduais caminharam muito em cima das propostas da ANDES. [...] Há uma preocupação muito grande com a questão da qualidade [...], mas as estaduais cresceram muito, na ANDES. O aumento e a presença das AD's das estaduais na ANDES, hoje, são significativos. [...] As estaduais foram se estruturando, até enquanto instituições, sob a influência da ANDES" (Carlos Eduardo Baldijão, 08/04/95).

Mas o refluxo dos docentes das IPES na entidade nacional continuava, segundo os depoimentos colhidos, um problema central a ser enfrentado, através de conteúdos e práticas integradores:

"Eu acho que o que dificulta muito o nosso trabalho é o fato de nós não conseguirmos tirar as federais do âmbito das federais e, efetivamente, ter uma política de [...] conquista do setor das particulares. É preciso tirar o cara dali, do imediato. E o que é que [se] faz, efetivamente, para efetivamente construir, na prática, um sistema orgânico de ensino superior nesse país? Essas são deficiências, e eu me incluo nelas" (Márcio Antonio de Oliveira, 30/11/94).

"Eu acho que as particulares se tornaram o grande problema da ANDES [...]. A coisa veio, veio e estamos aí com 2, com 3, com 4. [...] Pelo menos nas duas gestões de que eu fiz parte, e na gestão que antecedeu a esta, era sempre aquela coisa de que as federais tinham que trabalhar [o problema] e eu não via trabalhar. [...] Eu acho que, agora, com essa situação que se criou, vai dar para [ver] um pouco mais o que é que nós podemos formular, não para o setor das particulares, mas para a ANDES como um todo, incluindo os professores das particulares e resgatando coisas que para nós são muito caras, como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Isto precisa ser trabalhado na questão das particulares. A questão da estabilidade é muito fácil para nós, que somos das federais, o que não é o caso das particulares" (Luiz Paiva Carapeto, 30/11/94).

O enfrentamento dos problemas dos professores das IPES deveria ser norteado, segundo Marco Antonio Faria, pelo trabalho, específico e difícil, de defender o ensino público e gratuito junto a professores de instituições privadas, já colocado pelos militantes do setor, que poderia ser melhor realizado através da defesa da carreira docente única:

"Às vezes você identifica essa dificuldade nas próprias direções locais: como é que a gente vai fazer esse trabalho? Como é que você vai defender o ensino público e gratuito querendo o fim do ensino particular e esperar apoio? Acho que a política de expansão, hoje, não avança porque essa leitura não está tão clara, na militância como um todo. [...] Há dificuldade de levar essa discussão. [...] A carreira docente única, para [se] ter um mesmo critério e poder migrar de uma escola para outra, é o melhor começo para enfrentar essa dificuldade. O fato de [se] apontar a defesa do ensino público e gratuito de qualidade vai significar o seguinte: [é preciso] ter, nessa instituição, as mesmas condições que [se] teria em qualquer outra" (Marco Antonio Faria, 12/02/95).

Lineu Maffezoli também se reportou a essa questão, apontando a defesa da Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira (nela incluída a "política de transição") como principal instrumento do trabalho de politização sobre a questão do público e do privado:

"[...] de fato, foi uma contradição interessante colocar a ANDES como referencial e tendo que deixar claro isso. Inclusive porque, no setor, tinha sindicatos, não [havia] o problema da não sindicalização, como, até a Constituição de 1988, no setor público [...] E, de repente, a gente chega com outra proposta, com a defesa do ensino público e gratuito. Muitos até nos diziam, claramente, que nós estávamos lutando pelo fim do nosso emprego. E a gente dizia que era isso mesmo. Só que deixando claro que, quando houvesse essa perspectiva nitidamente colocada, era porque outros empregos para nós, docentes, estariam se abrindo na esfera pública. Porque eu não entendo que [se] resolva essa questão simplesmente fechando as escolas particulares. [...] Quando, efetivamente, se tiver a educação como eixo prioritário nessa sociedade, vai se abrir espaço público, que não precisa ser necessariamente estatal, para que as pessoas possam estudar de forma gratuita. O que significa, em tese, abrir novas oportunidades de emprego para os docentes. Essa era uma resposta que se dava porque, na realidade, esse é um horizonte que está colocado para a luta: [...] garantir o ensino público e gratuito para todos, [o que pode ser] compatível com a existência da escola particular" (Lineu Carlos Maffezoli, 08/05/95).

Outro desafio fundamental a ser enfrentado, nesse resgate do setor, era o da disputa com os SINPRO's, assim (re)dimensionado por Renato de Oliveira:

"O setor privado foi relegado à lógica sindical dos seus respectivos sindicatos. Todos eles, parece, entraram em guerra com a ANDES para disputar a base; a ANDES estaria querendo roubar, na ótica deles, a base do terceiro grau privado. [...] Então, assim como a rede privada ficou nas mãos da lógica sindical dos seus respectivos SINPRO'S, o setor das universidades públicas ficou na lógica sindical da ANDES, enquanto sindicato das IFES" (Renato de Oliveira, 01/12/94).

Finalmente, a supremacia dos docentes das IFES também se dava porque, embora as análises, proposições e estratégias globalmente definidas nos eventos nacionais da ANDES-SN fossem acertadas, as práticas de dirigentes e militantes do setor, dada a sua predominância numérica e a sua organização nacional mais fácil e solidamente articulada, revestiam-se de uma certa "superioridade" em relação aos demais setores, o que limitava (e limita) as possibilidades de superação deste quadro. Esta dinâmica pôde ser constatada através dos depoimentos, alguns contundentes, como o de Bezerra:

"Eu [...] acho que há uma desarticulação muito grande entre a proposta – no sentido de ser um sindicato de três áreas – e a prática. Então, você tem uma espécie de pitonisa: o que se vai fazer com as outras duas áreas tem que consultar a este oráculo aqui, e este oráculo nunca é muito receptivo. [...] Os outros setores aparecem como concessões [...] Você não pode negar que o dinheiro do sindicato é o dinheiro das federais sobretudo e que, pelo menos a uma certa altura, você não falava de expansão sindical no setor das federais. Era uma filiação tão significativa que [essa] questão não tinha sentido. Então, as federais eram uma espécie [não só] de sustentáculo econômico do movimento, [porque] um grande número de figuras intelectuais destacadas provinham realmente do grupo de universidades federais e tinha uma história, inclusive, de tradição de [eleger] presidente [da ANDES] das federais [...]. Qualquer tipo de ação, de reclamação, de reivindicação das estaduais ou particulares, eu sinto uma má vontade nas discussões [...]" (Antonio Ponciano Bezerra, 31/03/95).

Por outro lado, Bezerra assinalou uma certa passividade dos militantes das IEES e IPES em relação a essas posturas dos integrantes das IFES, que em nada contribuía para alterar este quadro:

“Eu sempre achei esses dois setores [...] pouco ativos, mais ou menos acomodados, ou receptivos, por exemplo, à má-vontade do setor das federais. Não havia uma proposta realmente clara de trabalho, ou porque não [se] queria ou porque não [se] sabia fazer; realmente, eu não sei. Em minha experiência na gestão do Márcio, o setor das particulares era de uma fragilidade incrível, impressionante! Para além de tudo o que eu já disse, de desmotivação, de falta de agressividade [...], tinha esse entravamento aí, que matava o trabalho das particulares. Com relação ao setor das estaduais, a coisa dormia do mesmo jeito [...] Não [havia] um projeto sólido, uma articulação [entre esses setores]: se são os parentes pobres do sindicato, que [fizessem] uma articulação, alguma coisa desse tipo. As coisas de dissolviam numa briga, se dissolviam nas tarefas da executiva central do sindicato. Politicamente, isso foi péssimo [para esses setores] e muito positivo para as federais. Porque, de alguma forma, as federais eram as que mostravam avanço, mostravam greve, mostravam reivindicação, trabalho. [...] E os outros setores eram vistos como problemáticos, [se reuniam] mais para resolver problemas com a diretoria regional do que para traçar estratégias de ação” (Antonio Ponciano Bezerra, 31/3/95).

Apesar da persistência desse forte limite às pretensões de representação de todos os docentes do ensino superior brasileiro assumidas pela ANDES-SN - acentuado pelo maior chamamento às lutas econômico-corporativas do setor das IFES -, a entidade não sofreu uma *redefinição de fundo* de sua identidade. O imbricamento entre essas lutas (em todos os setores institucionais, ainda que predominantemente ao nível do discurso e dos planos de ação) e as realizações mais gerais no campo da política educacional (notadamente nos primeiros anos do período em estudo) permitem defender a idéia da manutenção das dimensões constitutivas básicas dessa identidade: a *acadêmica* e a *especificamente sindical*.

AS REALIZAÇÕES NA POLÍTICA EDUCACIONAL:

SUSTENTAÇÃO DA IDENTIDADE

Neste último período estudado, as realizações marcantes da ANDES-SN no campo da política educacional se voltaram para a continuidade dos debates/embates sobre *avaliação institucional*, a *elaboração e defesa do seu projeto de LDB* junto ao parlamento, algumas iniciativas (novas e em articulação com a CUT) no que se refere às *relações educação-trabalho* e, certamente, a retomada/atualização da *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*. Esta última iniciativa resultou, em grande parte, do próprio esforço de implantação sindical da entidade: neste processo, como vimos, os docentes das IPES (embora numericamente reduzidos) capitanearam o chamamento à defesa de um *padrão*

unitário para a universidade brasileira, o que trouxe, entre outros fatores, a necessidade de retomada da *Proposta* como instrumento primordial de luta.⁵⁹

A questão da avaliação institucional

Em continuidade ao processo (polêmico) de debates e proposições sobre a questão da avaliação institucional, o movimento docente passou a focar, nesse período, princípios e procedimentos para a *avaliação externa* das IES, centrados na participação da sociedade e na articulação com os princípios e procedimentos de *avaliação interna* que já vinham sendo discutidos. Ressalte-se que este debate passou a ser feito em função da elaboração do projeto de LDB da ANDES-SN. No XXI CONAD (1990), os artigos desse projeto correspondentes ao tema foram examinados, destacando-se a criação de um *Conselho Social* como proposta de *avaliação externa* da ANDES-SN. Entendia-se que o mesmo deveria ter “natureza autônoma e caráter consultivo, express[ando] os interesses substantivos dos diferentes setores da sociedade em que se insere [e] tendo como função precípua contribuir para a formulação de políticas acadêmicas, administrativas e financeiras das instituições de ensino superior públicas”. Nele, as entidades sindicais deveriam participar apenas com direito a voz, para resguardar a sua autonomia: esta proposta havia sido profundamente discutida e aprovada no IX Congresso, mas se tornou polêmica e foi encaminhada como indicativa ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB (Relatório Final do XXI CONAD, 1990, p. 58). No XXII CONAD, discutia-se a introdução de suas atribuições e composição no projeto de LDB da ANDES-SN, bem como a manutenção do seu caráter estadual, a definição do seu funcionamento através de regimento e os prazos/mecanismos para a sua convocação e funcionamento (Relatório Final do XXII CONAD, 1990, p. 38).

O tema foi discutido e debatido globalmente no X Congresso (1991), em que a avaliação institucional foi abordada como “uma questão crucial”. Resgatando-se o acúmulo de reflexões já existentes, salientava-se que esta discussão, iniciada com a formulação da *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*, desenvolvera-se nacionalmente em “ritmo e intensidade variáveis” segundo as conjunturas e evoluíra para a ampliação dos seus eixos centrais, principalmente a partir da realização dos Seminários Nacionais sobre “Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica” e “Avaliação e Autonomia”. Aprofundando-se essa discussão, conseguiu-se estabelecer uma distinção nítida e explícita entre as propostas de avaliação dos sucessivos governos e a do movimento docente, que foram se concretizando, como já ressaltado, nas propostas de avaliação interna e externa contidas e aprimoradas no projeto de LDB da entidade. Ao mesmo tempo,

⁵⁹ Dada a abundância de material sobre esses temas, limito-me aos relatórios dos Congressos Nacionais da ANDES-SN e a alguns CONAD's com resoluções a respeito, além dos *Cadernos ANDES* específicos sobre essa questão.

registrava-se a preocupação de conhecer, analisar e sistematizar as experiências de avaliação que vinham sendo realizadas em diferentes IES públicas, para que essas contribuições, esparsas, parciais ou fragmentárias, não se perdessem. Era preciso, também, denunciar procedimentos que pudessem “comprometer, substancialmente, a concepção e as propostas de avaliação institucional que o MD [vinha] construindo” (Relatório Final do X Congresso, 1991, p. 42).

Em linhas mais gerais, a proposta de avaliação interna das IES estava assim concebida no Projeto de LDB:

“uma retrospectiva crítica, socialmente contextualizada, do trabalho realizado pela instituição, com a participação de todos os envolvidos nesse trabalho, sendo ainda um elemento de controle da ação do Estado na Educação e, ao mesmo tempo, instrumento para a construção de uma escola pública, gratuita e democrática. Nesta perspectiva, a avaliação interna deve ser geradora de um projeto de desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico voltado para a solução dos graves problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pela maioria da população brasileira [...]. Para tanto, é preciso que esse processo seja realizado nas diversas instâncias onde se realiza o trabalho institucional e acadêmico, tendo caráter público e democrático e levando em conta as condições concretas sob as quais esse trabalho é produzido” (Relatório Final do X Congresso, 1991, p. 42).

A concepção/definição de avaliação externa diferenciava o caráter público ou privado das IES:

“Para as IES públicas, o elemento preponderante num processo de avaliação externa é o seu compromisso com a sociedade que as mantém. Desse modo, prevê-se a instalação, em cada Estado, de Conselhos Sociais que, na sua composição, representem os diferentes segmentos da sociedade na qual a instituição se insere. Estes Conselhos terão caráter autônomo e consultivo, devendo expressar os interesses substantivos dos diferentes setores da sociedade, tendo como principal finalidade contribuir para a formulação de políticas acadêmicas, administrativas e financeiras das IES públicas, acompanhando a sua execução. Essas contribuições deverão ser consideradas por Plenárias, órgãos máximos de deliberação das IES, que terão a responsabilidade de definir, autonomamente, políticas acadêmicas, científicas e financeiras, estabelecendo diretrizes globais para o seu funcionamento e propiciando a avaliação pública de seus resultados. Tais Plenárias deverão ser constituídas por representantes dos três segmentos da comunidade universitária, dos órgãos colegiados superiores e dos órgãos colegiados das unidades de ensino, nos termos definidos pelos estatutos e regimentos de cada IES, assegurando-se que o número de representantes dos três segmentos seja superior ao dos órgãos colegiados”. Para as IES privadas, uma vez que todas são vistas como concessionárias de um serviço público, a avaliação externa deverá ser concebida como um controle sobre o exercício desta concessão. Para tanto, o processo de avaliação externa deverá ser coordenado pelo órgão normativo máximo de toda a Educação Nacional, o Conselho Nacional de Educação, tendo em vista os fins da educação nacional” (Relatório Final do X Congresso, 1991, p. 42).⁶⁰

⁶⁰ Cf. “Cadernos da ADUF”, n° 1, ADUFPB-JP, julho de 1990, *apud* Relatório. A composição do Conselho Social e a diferenciação entre as IES públicas e privadas continuariam sendo debatidos e aprofundados neste processo.

Estas concepções se mostravam radicalmente opostas às contidas no Projeto de LDB então aprovado pela Comissão de Educação da Câmara Federal: nele, a avaliação era um mero instrumento de credenciamento das IES como universidades (que se tomariam “centros de ensino superior” caso não preenchessem os requisitos científicos exigidos na lei). Ademais, tal projeto feria a autonomia universitária e desconsiderava a “profunda crise em que se acha[vam] mergulhadas as universidades públicas, contribuindo para agravá-la, ao estabelecer requisitos de ‘alto padrão’ científico (em si mesmos desejáveis) sem [...] nenhuma garantia dos recursos materiais e financeiros necessários à manutenção desse padrão”. Ao mesmo tempo, importava *implementar* o processo de avaliação institucional nas IES: as proposições do movimento deveriam ser amplamente divulgadas e debatidas, numa conjuntura em que o governo propagandeava, através da mídia, a improdutividade, a incompetência e a ociosidade (generalizada) dos docentes. A esta perspectiva o movimento deveria contrapor procedimentos de avaliação que, rebatendo as “investidas empresariais e pseudo-moralizantes do governo”, aprofundasse e sistematizasse um processo de avaliação institucional permanente, nacionalmente referenciado pela proposta da ANDES-SN.

Ao defender o enfrentamento deste desafio, o movimento acreditava que se tratava de uma postura coerente com a defesa da democratização da sociedade brasileira:

“A democracia implica que a sociedade saiba onde e como estão sendo usados os recursos públicos e com que resultados. A educação não foge a esta regra. Uma das características do autoritarismo, como se sabe, é a apropriação do Estado pelo governo de plantão, a burocracia e grupos privados que a eles se aliam. Conheçamos, suficientemente, os resultados de séculos desse monopólio do Estado no Brasil” (Relatório Final do X Congresso, 1991, p. 43).

A insubordinação à política de privatização do Estado seria, porém, insuficiente para atingir a democracia. Esta exigia a defesa da autonomia da universidade, praticada de modo a viabilizar a sua prestação de contas à sociedade: “se isto [não] acontecer, será mais um exemplo de privatização [da] universidade pública - neste caso, pela burocracia universitária. Também para a universidade, a democracia só existe quando a comunidade sabe como ela está sendo gerida. A eleição dos administradores, por si só, não garante a democratização. E a democracia não pode ficar encerrada nos limites da universidade” (*idem, ibidem*).

Apesar das opiniões divergentes quanto a ser aquele “o melhor momento para intensificar a discussão sobre uma proposta sistemática de avaliação”, várias razões levavam os participantes do evento a defenderem a oportunidade da discussão: (a) a inexistência de um processo sistemático de avaliação vinha sendo utilizada para acusar a universidade e os professores de se negarem a prestar contas de sua atividade, apesar de sustentados por verbas públicas; (b) a sociedade estava exigindo o aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados pelo Estado e as críticas à ineficiência, ao clientelismo, à

corrupção, e à má qualidade dos serviços públicos eram procedentes e compartilhadas; (c) o governo tentava impingir sua política de corte de pessoal como solução para esses problemas e implementar uma proposta de avaliação significava "sair da defensiva"; (d) o caráter do governo e os métodos utilizados para adotar seus objetivos, ao lado da insatisfação generalizada/acumulada com a atuação do Estado (Relatório Final do X Congresso, 1991, p.44).

Agravada pelo descaso do governo com os problemas sociais, em um quadro de ameaça da democracia pelo autoritarismo nas práticas institucionais/políticas, esta situação precisava ser enfrentada mediante estratégias que desmistificassem, inclusive, a manipulação governamental das massas pela mídia. Nesta situação se inseria a proposta de avaliação institucional. Dela decorriam os seguintes encaminhamentos: (a) levantamento/sistematização das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas, inclusive projetos de interesse social suspensos por falta de recursos, além dos critérios eventualmente utilizados para a sua aprovação, como primeiro passo para a avaliação institucional; (b) empenho para que as iniciativas de avaliação garantissem uma análise da realidade econômica, social e política da sociedade, visando definir sua função social através de um projeto de ensino, pesquisa e extensão socialmente relevante; (c) realização de um diagnóstico global e preliminar de cada IES, a fim de diagnosticar o quadro de ensino, pesquisa, extensão e administração relativamente à função social defendida.

Como princípios norteadores da *avaliação interna*, foram estabelecidos, a partir da contribuição da ADUFPB-JP (Cadernos nº 7): (a) a avaliação do trabalho acadêmico nas instâncias em que se desenvolve, integrando professores, alunos e funcionários; (b) um processo de avaliação institucional que incluísse desempenho profissional individual; (c) a formulação/reformulação da política acadêmica das unidades de ensino, especificando as condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento; (d) a intenção explícita de imprimir à avaliação a função de reeducação/revisão das práticas pedagógicas, assessorando o processo de tomada de decisões nas IES; (e) a promoção de mecanismos de intercâmbio/avaliação entre as instâncias acadêmicas e administrativas de cada IES (Relatório Final do X Congresso, 1991, p. 45).

No XXIII CONAD, considerava-se a "dimensão adquirida", naquela conjuntura, pela avaliação institucional, salientando-se o "papel político/estratégico" em defesa da universidade que a mesma poderia ter no enfrentamento com o governo, nele incluído o combate à campanha pública contra a sua desmoralização. Era importante, nesta perspectiva, refutar o tecnicismo da visão de produtividade defendida pelos organismos oficiais em sua concepção de avaliação, descontextualizando-a das políticas educacionais e da falta de condições de infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades de ensino,

pesquisa e extensão. Importava historicizar o processo avaliativo, definindo parâmetros de avaliação do trabalho docente que viabilizassem esta atividade como *um momento* do referido processo. Importava também analisar relatos de experiências de avaliação institucional, discutindo a partir delas objetivos e metas da universidade, como forma de preparação para encontros regionais e um encontro nacional sobre o tema, que antecederesse o XI Congresso, com participação de representantes do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB. Importava, enfim, enfática e urgentemente, “empunhar a bandeira da avaliação da universidade” (Relatório Final do XXIII CONAD, 1991, p. 71).

No XI Congresso, um posicionamento importante foi tomado em relação ao “viés corporativista” que prevalecia no processo de avaliação do trabalho docente, decorrente da situação de trabalho vigente, da carreira docente e da política de capacitação de pessoal: a avaliação institucional pretendida pela ANDES-SN, com as diretrizes constantes no projeto de LDB da entidade, não poderia ser restrita a essa dimensão, ou seja, “a *avaliação do desempenho docente não significa avaliação institucional*”. Este entendimento exigia, pois, que se intensificasse o debate sobre a vinculação entre *avaliação institucional e carreira docente*, visando “estabelecer a *desvinculação* entre a avaliação docente, como parte da avaliação institucional, e a *progressão do docente na carreira*” (Relatório Final do XI Congresso, 1992, p. 114). Tratava-se, realmente, de uma distinção relevante, que permitiu o desatrelamento da questão da progressão funcional (fortemente marcada, na prática, pelo corporativismo vigente nos espaços departamentais das unidades de ensino das IES) da avaliação permanente do desempenho docente como elemento constitutivo (sem dúvida, muito importante, mas não único) do processo de avaliação institucional. Acompanhando este posicionamento, reafirmava-se a continuidade dos encaminhamentos traçados no CONAD anterior, definindo-se a realização de mais um seminário nacional sobre avaliação institucional no XXIV CONAD (Relatório Final do XI Congresso, 1992, p. 114).

Neste CONAD, outra questão importante foi enfocada: o processo de avaliação institucional deveria centrar-se no binômio *avaliação-autonomia*, em contraposição aos projetos governamentais.⁶¹ Objetivando subsidiar os debates, o GTPE/ANDES-SN formulava as seguintes questões: (a) “em que medida, nos planos conceitual e concreto, estabelece-se um antagonismo entre avaliação e autonomia X credenciamento, descredenciamento, verbas e salário, subordinados à avaliação?”; (b) “como, em nível de ação e elaboração, desenvolver trabalhos que apresentem eficácia para barrar as intenções

⁶¹ No Documento “Uma Nova Política para o Ensino Superior”, divulgado pelo MEC em abril de 1991 e já comentado no capítulo anterior, estipulava-se nitidamente a subordinação de questões como credenciamento/descredenciamento das IES, destinação de verbas, pessoal, salários, entre outros, à avaliação institucional. Além disto, o PEC nº 056/91 propugnava o “enquadramento das IFES como um novo ente jurídico, com gestão independente dos recursos humanos – retirando docentes e servidores das IFES do RJU – sob o pretexto do ‘desenvolvimento das políticas próprias de pessoal’, além de descomprometer o Estado com a manutenção da Universidade” (Relatório Final do XXIV CONAD, 1992, p. 83).

do governo?"; (c) "em que medida a existência de uma avaliação social, como a proposta pelo Fórum Nacional como emenda à LDB, contribui para o avanço de nossas propostas para a educação?";(d) "como as AD's-SSinds, localmente e ainda sem respaldo legal, podem propiciar, nas suas IES, a implementação de mecanismos efetivos que realizem um processo de avaliação social?" (Relatório Final do XXIV CONAD, 1992, p. 83).

Ao mesmo tempo em que se reiterava a deliberação congressual de desvincular o processo de avaliação institucional dos mecanismo de progressão na carreira, avançava-se no sentido de que as AD's-SSinds buscassem pôr em prática, preferencialmente através de estatutos, uma avaliação externa das suas IES efetivada por um Conselho Social nos moldes da proposta defendida pelo Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública.⁶² Uma recomendação importante era feita: que as AD's-SSinds considerassem as realidades das IES estaduais, municipais e particulares, ao defenderem o binômio avaliação/autonomia, assim como as propostas dos governadores e administradores dessas IES, visando "instrumentalizar a sua luta na LDB" (Relatório Final do XXIV CONAD, 1992, pp. 83-84).

Durante o XXVII CONAD (1993), um alerta era feito ao prosseguimento dos trabalhos do movimento docente sobre avaliação institucional: estabelecera-se uma perigosa articulação, pelo MEC, entre a questão da autonomia de gestão financeira das universidades e a avaliação institucional, na medida em que se configurava a tendência de vincular a alocação de recursos do governo à adoção de modelos e critérios de avaliação que privilegiavam a produtividade, fomentando o processo de privatização no interior das IES públicas. Caberia à ANDES-SN e às AD's-SSinds "acompanhar minuciosamente esse processo, denunciando suas verdadeiras intenções [e] alertando para as armadilhas contidas nos critérios numéricos adotados [...], com o objetivo de municiar os docentes e a comunidade universitária para o enfrentamento de mais essa investida contra a escola pública" (Relatório Final do XXVII CONAD, 1993, p. 58).

O tema foi retomado mais exaustivamente no XIII Congresso (1994), em que se fez mais uma retrospectiva histórica sobre o seu debate, vinculando-a aos demais temas candentes na política educacional: LDB, autonomia, democratização da estrutura de poder das IES e qualidade do trabalho acadêmico. Referenciando-se pela exigência da implantação de um *padrão unitário de qualidade* como substrato para a concretização de um projeto de universidade socialmente relevante, os participantes deste evento

⁶² Recomendava-se, também, que se examinasse detidamente a questão no Projeto de LDB apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro, vinculando-o ao PEC-56B e ao Projeto Jorge Hage (debatido/aprovado na Câmara), por sua filiação à proposta do GERES e como forma de enfatizar, como contraponto, a proposta do Fórum. Ressalte-se que a questão da avaliação institucional foi um dos pontos de atrito e cisões, em determinado momento, entre as entidades sindicais (capitaneadas pela ANDES-SN) e as entidades científicas que compunham este Fórum.

destacavam os princípios da autonomia e democracia universitárias como sustentadores desse projeto, relacionando-os à necessidade de definir/implementar, democrática e publicamente, critérios de avaliação institucional e do trabalho docente.

As análises retrospectivas salientavam ainda que, a partir da “Nova República”, o binômio *autonomia/competência* passara a nortear mais fortemente a política educacional do governo, na perspectiva de fortalecer os cursos de pós-graduação (em sua simbiose com as agências de fomento à pesquisa) como “instâncias à parte do espaço público da universidade” (ou como “centros de excelência”). Isto dera “sentido histórico” ao projeto GERES, num processo contínuo que se sustentara mesmo sem a sua institucionalização e que utilizava, como principal recurso para o controle e a avaliação desses cursos, “as determinações de vias de financiamento e linhas de pesquisa voltadas para o interesse do capital”:

“O projeto do GERES foi assim instituído, não mais de fora para dentro, através de uma comissão de notáveis [...], mas acabou vingando por dentro da academia. Desempenhou importante papel nesse processo a criação de entidades articuladoras dos interesses dos programas de pós-graduação, por definirem linhas de pesquisa e orientação, através do cancelamento do que é ou não científico, e ainda por indicarem os membros dos conselhos dos órgãos que financiavam pesquisa. [...] As orientações acadêmicas acabam, então, sendo definidas em âmbitos estranhos à universidade. A vinculação dos pesquisadores a esses programas tem funcionado como credenciamento para assumir cargos de direção no interior das universidades, configurando um sistema particularista de poder. A acentuação desse processo desfigura a universidade como instituição social de interesse público” (Relatório Final do XIII Congresso, 1994, p. 77).⁶³

No início de 1994, vivia-se novas investidas - por parte do MEC, da ANDIFES e das administrações universitárias - no sentido de implementar processos de avaliação institucional que buscavam “enquadrar o ensino superior e as universidades em modelos determinados por princípios e objetivos outros que não os defendidos pelo MD”. Embora esses organismos não dispusessem de um quadro global das universidades brasileiras relativo à avaliação e não existissem muitos sistemas de avaliação implantados, realizavam-se diversos procedimentos que traduziam “diretrizes preocupantes”: fragmentados e diversificados, esses processos avaliativos quase que impossibilitavam a elaboração de um quadro sistemático dos mesmos, mas já era possível identificar diversas práticas consolidadas nas universidades.

Nas IFES, três procedimentos avaliativos estavam sendo implementados: (a) avaliação do desempenho docente para fins de progressão funcional, através de um processo que tendia a tornar-se automático, sem engendrar repercussões pedagógicas mais amplas para as atividades departamentais e para a qualidade do trabalho docente; (b) avaliação departamental visando obter recursos orçamentários ou humanos, pautada sobretudo em

⁶³ Relembra-se, ainda, que o Estado pretendia normatizar as proposições do GERES no documento *Uma Nova Política para o Ensino Superior*, no PEC-56 e no Substitutivo Jorge Hage do Projeto de LDB, no capítulo concernente ao ensino superior/credenciamento-descredenciamento.

critérios quantitativos geradores de “padronizações inadequadas às características das atividades de ensino, pesquisa e extensão”; (c) avaliação “institucional” voltada, especificamente, para a obtenção de recursos financeiros liberados pelas agências financiadoras de projetos de pesquisa e, pois, para os cursos de pós-graduação e os projetos desenvolvidos por núcleos, laboratórios ou outros grupos específicos de pesquisa.⁶⁴ Completava esta “situação caótica” a utilização, pelo MEC, de procedimentos avaliativos como requisito para a implementação de políticas financeiras e pedagógicas de resultados questionáveis quanto ao aprimoramento institucional e ao melhor desempenho de professores, alunos e funcionários.

De um modo geral, entendia-se que as iniciativas em curso tinham características que afastavam as IES da sua condição de “instituições sociais de interesse público”: avaliações individualizadas e segmentadas, procedimentos impostos por instâncias burocráticas e comprometimento da avaliação com a questão orçamentária, o que constituía “mais um e perigoso instrumento do acentuado processo de privatização”. Configurava-se, assim, uma sistemática de avaliação que determinaria os elementos básicos de funcionamento das IES: financiamento, contratação de docentes, política salarial, ou seja, uma política educacional que, concretizada mediante “pacotes”, em muito se distanciava do projeto de universidade defendido pela ANDES-SN (Relatório Final do XIII Congresso, 1994, p. 78). Isto colocava para o movimento docente a premência de desencadear ações concretas em defesa do seu projeto:

“Enquanto no passado este projeto foi pensado como resposta a um oponente externo com visibilidade e concretude - a ditadura -, hoje, o adversário não se encontra apenas fora das universidades, mas em seu interior, manifestando-se sob formas tais como: individualismo, conservadorismo, ausência de engajamento nos projetos coletivos, desvinculação da realidade social, falta de transparência na instituição a nível da administração e da academia” (Relatório Final do XIII Congresso, 1994, p. 78).

Era importante, assim, “desvelar as faces desses opositores” que vinham “corroendo subliminarmente as conquistas históricas da categoria”, tendo claro que as lutas se fragmentavam em diversas frentes de oposição ao projeto ideológico do Estado: LDB, Carreira, Revisão Constitucional, entre outras. Nesta perspectiva, tornava-se “questão de princípio” discutir o projeto de universidade como *premissa* para a avaliação institucional, o que implicava a necessidade de atualizar a *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*.⁶⁵ Era preciso reavaliar a amplitude das conquistas e redimensionar

⁶⁴ Nas IEES, era mais difícil compor um quadro, dada a grande heterogeneidade de situações. Tornara-se emblemática, contudo, a iniciativa do ministro Goldemberg no sentido de produzir a “lista de improdutivos” da USP, alardeada pela imprensa, que colocara sob suspeição os professores e gerara uma imagem muito negativa da universidade e do ensino superior em geral. Nas IPES, a avaliação funcionava como instrumento de controle dos docentes, sendo elaborada e executada segundo os critérios das mantenedoras. Além disto, falseavam-se e manipulavam-se dados relativos a laboratórios e bibliotecas, assim como à titulação de professores, visando a criação, ao credenciamento e ao reconhecimento dos cursos pelo Poder Público.

⁶⁵ Este tema será desenvolvido mais adiante. Tratava-se de atualizar os “eixos da Proposta”, pois os seus princípios, para o movimento docente, continuavam incólumes.

as estratégias de contraposição ao projeto privatista (ou à reestruturação conservadora da universidade), fortalecendo esta luta através da implementação da avaliação institucional segundo os princípios do movimento, da integração da universidade com os demais níveis de ensino, da “redefinição da origem dos financiamentos e da determinação das linhas de pesquisa” e da promoção de debates sobre posturas individualistas-corporativistas que comprometiam o projeto político da ANDES-SN.

No que concernia à avaliação, entendia-se que era o momento de avançar em direção ao desencadeamento dos processos avaliativos, com procedimentos e prazos definidos, para o que traçaram-se os seguintes encaminhamentos: (a) apresentar às entidades representativas de funcionários e estudantes os “fundamentos para a avaliação institucional” estabelecidos no X Congresso; (b) remeter esses fundamentos, efetivamente, para a aprovação dos colegiados superiores das IES; (c) conquistar junto a esses colegiados o compromisso com um processo democrático de avaliação institucional, envolvendo: debates amplos sobre diferentes concepções e experiências, discussão pública da identidade da IES, (d) elaboração simultânea de um diagnóstico institucional sobre atividades acadêmicas, recursos humanos, materiais e físicos; cotejamento entre debates e diagnóstico, início da sistematização da proposta de avaliação, segundo etapas.⁶⁶

Vale ainda ressaltar que, durante audiência da ANDES-SN com o MEC, ao final de janeiro de 1994, havia sido entregue cópia do Edital “Chamada de Projetos” a serem financiados pela SESU/MEC, através do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB), em que se salientava, como um dos parâmetros apresentados, a proposta de avaliação da ANDIFES, vinculando explicitamente a liberação de recursos para as IES à incorporação da concepção de avaliação norteadora dessa proposta. Os participantes do XIII Congresso decidiram, então: denunciar e repudiar o procedimento do MEC nessa questão; intervir junto à ANDIFES visando à confrontação de suas propostas com as do movimento docente; avaliar os parâmetros norteadores das interlocuções da ANDES-SN com o MEC e pressionar, junto aos órgãos deliberativos e às administrações superiores das IES, visando a adoção de uma sistemática mais flexível de avaliação institucional, no que dizia respeito a concepções e prazos.⁶⁷

Em meados daquele ano, porém, constatava-se que o movimento docente não lograra prorrogar/flexibilizar os termos do Edital que instituía o PAIUB, sendo significativa a adesão das IES a este Programa. Deliberou-se, então, pela implementação de um “roteiro de identificação da situação das IES”, objetivando detectar a existência (ou não) de processos que configurassem um “tratamento específico” da avaliação, a utilização de

⁶⁶ Para tanto, foi definido um calendário que se estendia de abril de 1994 a setembro de 1995.

⁶⁷ Além disso, recomendava-se que a Diretoria da entidade elaborasse um texto sobre o tema “avaliação das administrações”, para debate no evento nacional seguinte.

instrumentos que caracterizassem a implementação de alguma proposta de avaliação institucional e, em caso afirmativo, as formas de participação dos diferentes segmentos da comunidade universitária, bem como o papel das AD's-SSinds neste processo. Nas IES onde não houvesse processo avaliativo, caberia ao movimento desencadear a discussão democrática deste processo, segundo etapas pre-estabelecidas no texto *Avaliação Institucional* constante do Caderno do XIII Congresso; lutar pela construção de uma proposta coerente com os princípios e propostas da ANDES-SN; acompanhar criticamente o desenrolar desse processo (sem envolver-se em sua execução). Nas IES onde o processo já fora instaurado, cabia sustentar o seu caráter democrático e defender, em todas as instâncias, os princípios e procedimentos do movimento, que também deveria acompanhar criticamente o desenvolvimento do processo, denunciando-o se necessário. Finalmente, decidiu-se que a adesão das IES ao PAIUB deveria ser “definida democrática e autonomamente pela comunidade universitária e referendada pelos órgãos deliberativos superiores das IES” (Relatório Final do XXVIII CONAD, 1994, pp. 68-69).

Durante o XXIX CONAD, o tema da “avaliação das administrações” foi retomado ainda preliminarmente. Entendendo-se que esta avaliação fazia parte do processo de avaliação institucional como um todo, deliberou-se que as AD's-SSinds, à luz do projeto de avaliação do movimento, aprofundassem a discussão deste tema, objetivando interferir no sentido de que as administrações também fossem avaliadas no processo e identificar critérios necessários à formulação de procedimentos para esta avaliação, específicos para os diferentes escalões administrativos (Relatório Final do XXIX CONAD, 1994, pp. 40-41).

Pode-se afirmar, pela reconstituição feita, que as proposições e ações da ANDES-SN neste campo progrediram significativamente neste período em estudo, comparativamente ao período anterior. Estas realizações em muito contribuíram, certamente, para a sustentação da sua dimensão *acadêmica*. Se, ao nível dos embates com o governo, foram e vêm sendo nítidas as derrotas do movimento docente ao confrontar/implementar processos de avaliação institucional, por razões várias e complexas, isto não invalida a qualidade e importância dos avanços obtidos, que constituem parte importante do seu acervo e da sua história no campo da política educacional.

A elaboração e defesa de um projeto de LDB

O GTPE/ANDES-SN dedicou-se centralmente à discussão sobre a nova LDB desde o início desse processo de discussões.⁶⁸ Para tanto, elaborou documento preliminar sobre o tema e reuniu/encaminhou contribuições e um roteiro que estimulasse este debate nas

⁶⁸ A ANDES iniciou as discussões sobre o tema antes mesmo da promulgação da nova Carta Constitucional. No XVII e XVIII CONAD's (1988), começaram os trabalhos com este objetivo e o XIX CONAD (1989) aprovou o anteprojeto encaminhado ao IX Congresso (1990).

“bases”, cujos resultados foram compatibilizados em reunião nacional ocorrida a dezembro de 1988. Nesta reunião, o deputado Jorge Hage (PSDB/BA) salientou a necessidade e importância de as entidades sindicais e associativas ligadas à educação formularem propostas voltadas para a elaboração de um projeto que possibilitasse um trabalho conjunto das mesmas com as forças progressistas da Câmara Federal. Face a esta ponderação, o GTPE decidiu elaborar um anteprojeto de LDB, referenciando-se pelo projeto de lei do deputado Jorge Hage e pelas contribuições apresentadas pelo professor Dermeval Saviani, entre outras, à IV Conferência Brasileira de Educação (IV CBE).

O anteprojeto foi encaminhado às AD's na primeira quinzena de janeiro de 1989 e, no VIII Congresso da ANDES (fevereiro), seu conteúdo foi objeto de discussão nos grupos de trabalho e em plenária sobre política educacional. Inaugurava-se, desta forma, um debate que transcendia os limites do ensino superior brasileiro, no qual se reconhecia a desinformação e o despreparo do movimento docente em relação às questões e problemas educacionais dos demais níveis de ensino.⁶⁹ A partir de então, em sucessivos Congressos e CONAD's, o tema foi permanentemente debatido e aperfeiçoado. Merece destaque, neste sentido, a concepção de educação orientadora das formulações constantes do anteprojeto:

“Ao defender a gratuidade e a qualidade da escola pública para todos e em todos os níveis, sabemos estar defendendo uma concepção que entende a educação como um dos instrumentos sociais para a construção da cidadania plena, engajada e crítica, capaz de contribuir para a transformação da sociedade e, conseqüentemente, da qualidade de vida da imensa maioria da população brasileira” (Relatório Final do IX Congresso, 1990, p. 35).

Neste Congresso, a luta por uma LDB foi considerada fundamental, cabendo realizá-la nos espaços institucionais com um amplo respaldo popular:

“[...] essa lei pode transformar-se em mais um importante instrumento de nossa luta, na medida em que nela se estabeleçam bases efetivas para o desenvolvimento da educação pública que interessa ao conjunto dos trabalhadores brasileiros na busca de sua emancipação. Este projeto de LDB deve ser o parâmetro de nossa luta e articulação com as demais entidades da sociedade civil que defendem os mesmos princípios. É o momento dessa luta transformar-se em movimento de massa. Desde o início a ANDES-SN propôs que o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB deveria centrar suas atividades em dois campos de ação: [a] elaboração de propostas [...] [e a] promoção de ampla mobilização nacional em [sua] defesa e da ciência e tecnologia”. [...] A ampliação do debate das propostas, de modo a torná-las parte da consciência coletiva, é de vital importância. Por isso, esse processo de divulgação,

⁶⁹ O anteprojeto inicial, elaborado pelo GTPE, foi divulgado na íntegra e consta do Relatório Final do VIII Congresso (pp. 33-49). Os temas centrais para debate eram: a articulação entre os diferentes graus de ensino (considerando-se os objetivos de cada um deles), a estrutura e funcionamento do ensino (incluindo sistema nacional de educação, administração e conselhos de educação), gestão democrática, carreira docente, financiamento da educação. Para o aprofundamento deste último item, o GTPE articulou-se, de pronto, com o GT Verbas, de modo a subsidiar os debates em Seminário Nacional sobre o tema, a ocorrer em maio de 1989, por iniciativa da ANDES-SN e congregando entidades como ANDES-SN, CNTE, FASUBRA, UNE, UBES, DNTE-CUT). Ao mesmo tempo, novas questões eram elencadas para discussão: o papel da escola na sociedade, escola e educação integral versus escola como agência de ensino, educação e trabalho (incluindo formação do professor, ensino profissionalizante e educação do trabalhador), pós-graduação e significado da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Relatório Final do VIII Congresso, 1989, pp. 28-32).

massificação e debate deve se constituir no mecanismo de preparação para a mobilização necessária ao momento da votação da LDB pelo Congresso Nacional” (Relatório Final do IX Congresso, 1990, p. 36).

Do anteprojeto analisado neste Congresso já constavam os pontos fundamentais de toda a proposta da ANDES-SN, cujo caráter inovador/transformador se traduzia pela adoção do *trabalho como princípio educativo* básico e norteador da educação nacional em todos os níveis e graus de ensino. Além de dedicar-se cuidadosamente a aspectos nodais como a constituição de um *Sistema Nacional de Educação*, coerentemente integrado, e à definição de critérios/medidas de *Financiamento da Educação* que assegurassem o pleno desenvolvimento da educação pública e o controle público dos recursos alocados na rede particular de ensino, a entidade nacional dos docentes também cuidou de garantir procedimentos e normas que viabilizassem a *democratização* (interna e externa) da educação escolar no seu todo. Merecem destaque, como expressão do compromisso social fortemente presente no projeto, a proposta de criação de um *Fórum Nacional de Educação* como instância máxima de definição dos rumos e prioridades para a educação brasileira, além da criação (já mencionada) de um *Conselho Social* para avaliar o desempenho das universidades.⁷⁰

Munidos desse instrumento de luta, os militantes da ANDES propugnavam, durante o IX Congresso, a deflagração, juntamente com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB, de um amplo movimento nacional em prol da escola pública, da ciência e da tecnologia, mediante a divulgação de um manifesto nacional contendo as teses e propostas fundamentais desse Fórum Nacional (a ser largamente divulgadas pelo DNTE/CUT). Defendia-se, neste sentido, a criação de Fóruns Estaduais e Municipais encarregados de coordenar o movimento, realizar atividades voltadas para a compreensão, discussão e mobilização popular das propostas centrais, atuar junto a parlamentares e candidatos em sua defesa e promover encontros para divulgação e debate dessas propostas (Relatório Final do IX Congresso, 1990, p. 41).

Os trabalhos de intervenção junto ao Congresso Nacional também foram intensos. Ao final de maio de 1990, a Comissão de Educação da Câmara iniciava a votação do segundo Substitutivo do deputado Jorge Hage ao projeto de LDB. Ao mesmo tempo, a Comissão de

⁷⁰ As análises acadêmicas sobre o conteúdo e o processo de tramitação desta LDB foram abundantes, no campo da educação. A própria revista *Universidade e Sociedade*, como expressão maior da dimensão academicamente engajada da ANDES-SN, encarregou-se de realizá-las e/ou divulgá-las. Ver, neste sentido: Fernandes, Florestan - “Diretrizes e Bases: Conciliação Aberta” (1991, nº1); Moraes, Ignez Navarro de - “Educação Brasileira: uma nova Lei de Diretrizes e Bases” (1991, nº 1); Severino, Antonio Joaquim - O Ensino Superior e a Formação do Educador na Nova LDB (1992, nº 3); Encarte: Projeto de LDBEN da Câmara Federal (1993, nº 5); Encarte Especial LDB: Bollman, Maria da Graça - “Do Processo de Construção Democrática à Aprovação Anti-Democrática”; ANDES-SN - “Análise dos Principais Pontos da Nova LDB”; “LDB: Íntegra da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996” (1997, nº 12); Documento: “A Nova LDB na Avaliação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (1997, nº 13); Davies, Nicholas - “Os Recursos Financeiros na LDB” (1997, nº 14); Muranaka, Maria A Segato e Minto, César Augusto - “O Capítulo ‘Da Educação Superior’ na LDB” (1998, nº15).

Educação do Senado aprovava o Projeto de Lei nº 208, que dispunha sobre o ensino de terceiro grau. Com os dois projetos, configurava-se uma “política para o ensino superior que se contra[punha] à proposta defendida pelo movimento docente”.⁷¹

Durante o *XXII CONAD*, os participantes do evento combatiam a política educacional do governo, concretizada no Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania e no anúncio de um Plano Nacional de Educação, que propagandeava medidas como o resgate do ensino de 2º grau, o aumento da jornada escolar diária e dos dias letivos e a autonomia da universidade, já constantes do projeto de LDB que tramitava no Congresso: “O Ministro faz a apologia destas medidas que pretende tomar, invocando que a LDB ainda não foi aprovada e que ‘nós não podemos administrar com base na conjuntura, já que o Congresso Nacional não deve votar a LDB no próximo ano [...]. Para ele, diante da renovação do Congresso, a Lei voltará a ser discutida, com a possibilidade de novas metas” (Relatório Final do *XXII CONAD*, 1990, pp. 35-36).

Em oposição a essas medidas, os participantes do *XXII CONAD* defendiam a LDB em tramitação, a despeito dos seus limites: “O texto aprovado na Comissão de Educação, não obstante a correlação de forças desfavorável, contém alguns avanços significativos para a educação pública, gratuita, democrática e de qualidade em todos os níveis”. Atribuindo esses avanços à “presença expressiva das entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB durante todo o processo de votação”, indicavam, por outro lado, pontos polêmicos e que feriam os princípios defendidos pela ANDES-SN, sobretudo os atinentes à avaliação institucional, elencando também os aspectos não consensuais ao nível do Fórum: o Conselho Nacional de Educação e o Fórum Nacional de Educação (natureza, atribuições e composição), a formação técnico-profissional e a proposta de um Conselho Social de natureza autônoma e caráter consultivo.

Além dessas posturas, procurou-se aprimorar o processo de negociação no interior do Fórum e com os parlamentares. Considerando-o “trabalhoso, exigindo que nossos representantes, muitas vezes, tenham que assumir posições que, embora respaldadas pela base do MD, na sua essência, os colocam numa situação de relativa intranqüilidade”, o GTPE cuidou de construir emendas que, consensuais no Fórum, subsidiassem as negociações com os deputados, definindo graus de prioridade (ou inaceitabilidade) que dessem aos negociadores “maior segurança e estabilidade”. As questões mais polêmicas no interior do Fórum deveriam ser submetidas, por sua vez, ao “posicionamento da base do MD”. As alterações no projeto da ANDES-SN só deveriam ser efetivadas se tivessem

⁷¹ No substitutivo do deputado Jorge Hage, os militantes da ANDES-SN criticavam sobretudo a proposta de criação de um Sistema Nacional de Formação Profissional (que poderia “gerar uma massa de mão de obra semi-qualificada”) e a instituição da figura do credenciamento de universidades de “modo transitório e vinculado a um processo de avaliação conduzido pelo Conselho Nacional de Educação”. No PL do Senado Federal, combatia-se principalmente a criação indiscriminada de universidades (Relatório Final do *XXI CONAD*, 1990, p. 55).

"implicações diretas nas ações dos [...] representantes no Fórum, em função da exiguidade do tempo disponível e da urgência em apresentar resultados concretos que subsidi[assem] as negociações" (Relatório Final do XXII CONAD, 1990, p. 37).

Entendia-se como fundamental, naquele momento, intensificar as pressões junto ao parlamento para a aprovação do projeto de LDB na Comissão de Finanças ainda naquela legislatura (através de um esforço conjunto do Fórum e dos deputados da Comissão de Educação), defendendo-se que "o Fórum não pode[ria] descuidar de procurar interferir na composição da próxima Comissão de Educação, contando com parlamentares recém-eleitos pelas forças progressistas". Como tarefa imprescindível e urgente, apontava-se a

"[...] ampla divulgação e discussão do projeto de LDB aprovado, tanto nas bases das entidades que comp[unham] o Fórum Nacional e os Fóruns Estaduais, quanto entre os envolvidos direta ou indiretamente com a causa da escola pública, de qualidade, em todos os níveis. Assim, se conseguirá o respaldo da sociedade civil necessário, de um lado, à manutenção das conquistas atualmente constantes no texto legal e, de outro, à discussão e aprovação de emendas que representam novos avanços na conquista de uma LDB que atenda às necessidades educacionais da população brasileira" (Relatório Final do XXII CONAD, 1990, p. 37).

No XXIII CONAD, o movimento julgou necessário priorizar a questão estratégica da tramitação da LDB, ainda que isto implicasse perdas no conteúdo do projeto. A perversidade do quadro social existente fazia com que os mecanismos de controle da sociedade sobre o governo fossem frágeis e incipientes, o que limitava o patamar definidor das lutas dos trabalhadores através de um instrumento como a LDB. Neste contexto, era sábio considerar o texto aprovado nas Comissões da Câmara (incluindo emendas aceitas ou apresentadas pelo Fórum) como satisfatório. Tratava-se de construir uma normatização que assegurasse ao máximo os princípios defendidos para a nova lei e as emendas pretendidas.⁷²

Na Comissão de Educação, o projeto de LDB e as 1263 emendas de plenário estavam sendo examinadas por uma comissão suprapartidária constituída por um representante de cada partido e pelos relatores das demais Comissões que também o analisavam. Apostava-se em um processo de negociações que, embora penoso e complexo, era crucial para organizar a votação final no plenário da Câmara. O ponto mais polêmico dessas negociações era o da abrangência a ser atribuída à LDB: organizar toda a educação nacional ou apenas estruturar o ensino público em sistemas, como pretendido pelas forças conservadoras e privatistas? Isto tornava o Sistema Nacional de Educação alvo central das discussões, tendo-se claro que seus resultados influiriam sobre todo o projeto, em especial nos capítulos atinentes à formação técnico-profissional, à educação

⁷² Naquele momento, o projeto encontrava-se novamente nas Comissões de Educação, de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação, tendo em vista que o Colégio de Líderes decidira garantir aos novos parlamentares "tempo para um conhecimento de maior profundidade" (Relatório Final do XXIII CONAD, 1991, p. 68).

superior, aos profissionais da educação e aos recursos financeiros (Relatório Final do XXIII CONAD, 1991, p. 69).

Dado que a correlação de forças existente na Câmara era visivelmente desfavorável às forças progressistas, impunha-se uma ampla mobilização da sociedade, promovida pelo Fórum, visando a obtenção de um acordo que significasse um avanço, ainda que limitado, em prol dos interesses populares. Preocupava, por isso, que o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB estivesse vivendo “altos e baixos”, sobretudo devido à ausência sistemática de algumas entidades que o compunham e à presença eventual de outras. Tornava-se importante, assim, envidar esforços no sentido de articular estratégias de envolvimento dessas entidades nos trabalhos do Fórum, de modo a manter um acompanhamento sistemático da votação do projeto em Brasília (Relatório Final do XXIII CONAD, 1991, p. 70).⁷³

Em junho de 1992, o movimento docente, reunido no XXIV CONAD, reafirmava, como pressuposto básico de sua intervenção neste processo, a concepção filosófica que embasava a proposta político-pedagógica da ANDES-SN, contida no seu projeto de LDB.⁷⁴ Era importante, naquela correlação de forças crescentemente desfavorável à aprovação da nova lei no Congresso Nacional, referenciar-se firmemente por essa concepção ao defender pontos considerados inegociáveis: gestão democrática da escola pública e privada, valorização dos trabalhadores em educação na escola pública e privada, avaliação institucional nos termos do acordo fechado no interior do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB, autonomia das instituições de ensino superior, verbas (mecanismos rigorosos de controle do repasse de recursos públicos para as IES privadas), Sistema Nacional de Educação e Conselho Nacional de Educação autônomo, sem hegemonia do Poder Executivo (Relatório Final do XXIV CONAD, 1992, p. 83).

No XXV CONAD, o movimento docente dedicou-se a uma ampla abordagem da “crise e perspectivas” da educação brasileira, que incluía um balanço da situação educacional do país, o quadro real dos diversos níveis de ensino (comparativamente com a educação de outros países), uma revisão crítica de algumas medidas do governo Itamar Franco que comprometiam a luta pelo Sistema Nacional de Educação conforme defendido no projeto de LDB e um chamamento à mobilização pela aprovação desta lei e por um Plano Nacional de Educação (PNE). A *Carta de Piracicaba*, aprovada ao final do evento, sintetizava as principais posições da entidade sobre o Substitutivo em tramitação e o PNE:

⁷³ Apesar dos esforços empreendidos nesta direção, o final do período legislativo de 1991 foi concluído sem que o projeto fosse aprovado ao menos nas comissões técnicas. Por sua vez, a comissão suprapartidária não havia conseguido um acordo que viabilizasse a sua votação em plenário da Câmara (Relatório Final do XI Congresso, 1992, p. 112).

⁷⁴ A versão final deste projeto, antecedida por um histórico da sua elaboração, está contida em Encarte da Revista *Universidade e Sociedade*, 1991, n° 1.

“Neste momento de votação da LDB, a ANDES-SN reitera sua posição determinada em defesa dos princípios básicos para a construção do sistema nacional de educação: padrão unitário de qualidade, acesso e gestão democrática, financiamento integral e gratuidade da rede pública de educação em todos os níveis. O segundo substitutivo Jorge Hage, ora em tramitação, contém conquistas importantes para as classes trabalhadoras: - a responsabilidade do poder público para com a oferta de ensino em todos os níveis, a universalização do acesso à escola e a garantia de permanência; - a gestão democrática, a autonomia pedagógica e de gestão financeira das instituições de educação básica e das universidades; - a previsão de um Sistema Nacional de Educação, no qual se integra um Fórum Nacional de Educação, potencialmente representativo dos movimentos sociais organizados e definidor das políticas nacionais de educação; - a valorização dos profissionais da educação, em termos de formação e carreira; - a garantia de que os recursos públicos somente poderão ser destinados às instituições privadas de ensino de finalidades ‘não lucrativas’, quando atendidas todas as responsabilidades do poder público para com a sua rede, não sendo admitida em nenhuma hipótese a aplicação dos recursos do salário-educação nessas instituições. A ANDES-SN manifesta nesse momento sua preocupação com as ameaças a essas e outras conquistas, seja através de emendas aglutinativas, seja através da ação forte do lobby privatista, que ferem os eixos centrais de um projeto educacional predominantemente comprometido com a defesa do direito à escola e com o dever do estado em garantir a educação aos cidadãos. São particularmente graves os seguintes ataques ao projeto: - a tentativa de supressão do Sistema Nacional de Educação; - a pressão para excluir os dispositivos que asseguram a gestão escolar democrática e a valorização dos profissionais da educação, no projeto já limitados apenas à rede pública; - a supressão do dispositivo que condiciona o repasse público às instituições privadas ‘não lucrativas’ ao pleno funcionamento prévio da rede pública, bem como as emendas que reduzem os mecanismos de fiscalização e controle do repasse desses recursos e sua utilização por essas instituições; - os esforços no sentido de reduzir ou desvirtuar as conquistas referentes à educação básica de jovens e adultos trabalhadores, pela reintrodução da proposta de ensino supletivo; - as agressões à concepção de um padrão unitário de qualidade de ensino em todos os níveis da educação escolar. Os docentes das IES, trabalhadores da educação, propõem a aprovação imediata do chamado Projeto Jorge Hage, nele incorporadas as emendas defendidas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB. [...] Em que pesem os limites e contradições do projeto, o movimento docente entende que a sua regulamentação permitirá que se defina, em 1993, com ampla participação dos movimentos sociais organizados, a elaboração do Plano Nacional de Educação, instrumento imprescindível para a implementação de políticas adequadas às reais necessidades do país e da maioria de sua população, hoje excluída da escola pública brasileira” (Relatório Final do XXV CONAD, 1992, p. 75)⁷⁵

A atuação/intervenção do movimento docente na tramitação da LDB atingiu sua fase decisiva durante os debates ocorridos no Senado, quando o Senador Cid Saboya, relator do projeto, apresentou duas versões no sentido de alterar os substitutivos apresentados a esse projeto, incorporando emendas feitas pelo Senador Darci Ribeiro, cujo projeto já havia sido fortemente criticado/refutado pela ANDES-SN (cf. Relatório Final do XXVII CONAD,

⁷⁵ Meses depois, em junho de 1993, o GTPE/ANDES-SN encaminhava às AD's-SSinds um roteiro de discussão do Projeto de LDB aprovado na Câmara dos Deputados e publicado na revista *Universidade e Sociedade* nº 5, pontuando as questões polêmicas contidas nos capítulos referentes à Organização da Educação Nacional, da Educação Escolar e seus Níveis, Formação Técnico-Profissional, Ensino Superior. Prosseguia, assim, o intenso trabalho de acompanhamento da tramitação da nova lei, centrado nas iniciativas do Senado Federal (Cf. Relatório Final do XXVI CONAD, 1993, p. 57).

1993, p. 56).⁷⁶ Em maio de 1994, o parecer do Senador Cid Saboya foi discutido globalmente pela Comissão de Educação, do que resultou uma versão atualizada, a ser encaminhada ao Plenário. Estimava-se que a mesma pudesse ser votada na legislatura vigente, a depender do grau de mobilização e pressão das entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB. Neste sentido, o XXVIII CONAD decidiu investir junto ao Colégio de Líderes pela inclusão do projeto na pauta de convocação extraordinária do Senado, pressionando os parlamentares pela sua votação imediata. Propôs-se, também, a realização de um Dia Nacional em Defesa da Escola Pública, que viabilizasse a presença, em Brasília, de todas as entidades constitutivas do Fórum Nacional e dos Fóruns Estaduais, além de representantes das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais dos Estados e Capitais do país (Relatório Final do XXVIII CONAD, 1994, p. 70). Apesar dessas iniciativas, ao final de 1994, por ocasião do XXIX CONAD, o projeto não havia sido ainda aprovado. Além disto, a LDB estava sendo antecipadamente “esquartejada” por iniciativas do governo Itamar Franco:

“O conteúdo do referido projeto, em tramitação no Senado Federal, trata a educação de forma global, como instrumento de mediação para a construção da cidadania para todos, e abrange todas as iniciativas, instâncias e instituições educacionais num Sistema Nacional de Educação. Ele resulta, em grande parte, da sistemática de sua construção e dos compromissos então estabelecidos, sendo incompatível com as funções previstas pelo governo para a educação. Os procedimentos de elaboração do Projeto de LDB, com a expressiva participação de entidades do movimento social organizado [...], assinalam um marco na história das conquistas democráticas. Ali, num processo efetivo de negociação [...], foram sendo consolidados compromissos que, dentro dos limites estabelecidos, representam avanços inquestionáveis. A ruptura desses compromissos, na própria tramitação em curso, traria ao governo um ônus político bastante elevado. Desse modo, a solução encontrada pelo governo para superar o impasse foi a adoção, pelo Executivo, diretamente ou por meio de seus parlamentares, de iniciativas fragmentadas - e fragmentárias - que versam sobre tópicos contemplados na LDB, ao mesmo tempo em que não se empenha efetivamente para garantir a tramitação do projeto” (Relatório Final do XXIX CONAD, 1994, p. 97).⁷⁷

Impunha-se, portanto, combater essa estratégia governamental, através de uma “intensa mobilização [da] categoria e daqueles [...] comprometidos com a causa da escola pública de qualidade para todos”, ao mesmo tempo em que se tentava barrar essas iniciativas fragmentárias lutando pela aprovação imediata do projeto de LDB.⁷⁸

⁷⁶ A íntegra da Lei nº 9394/96 (“LDB-Darcy/MEC”) foi divulgada, como já registrado em nota anterior, na revista *Universidade e Sociedade*, 1997, nº 12.

⁷⁷ Uma das medidas mais significativas fora a extinção do Conselho Federal de Educação (CFE) e a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), com composição inspirada na LDB, mas “devidamente alterada para garantir maioria ao governo”. (Relatório Final do XXIX CONAD, 1994, p. 97).

⁷⁸ Convém ressaltar que os trabalhos da ANDES-SN voltados para a elaboração/aprovação de um PNE, iniciados no período estudado neste capítulo, prosseguiram e se desdobraram em ações significativas referentes ao Plano Decenal de Educação. Tais iniciativas demonstram que, se houve uma redução da produção/intervenção da entidade no campo da política educacional após a votação da LDB, ela não é suficiente para sustentar a afirmação de que a entidade perdeu a sua dimensão *acadêmica*.

Esta luta se estendeu para além do término deste estudo. Quando da realização das entrevistas, pude recolher amplos e significativos depoimentos que ajudam a melhor perceber o significado histórico, a relevância política, os alcances e os limites deste trabalho de elaboração/intervenção da ANDES-SN no campo da política educacional. Ressalto, primeiramente, as contribuições voltadas para o significado do projeto de LDB da ANDES-SN, que permitem apreender as dimensões políticas e sociais desta iniciativa. Segundo Mauro Del Pino, Géria Franco e Marco Antonio Faria, o projeto tornou-se uma referência necessária e importante para a sociedade organizada no campo popular:

“A ANDES conseguiu construir um projeto de LDB que era uma coisa que, na verdade, a sociedade, enquanto movimento social organizado, estava necessitando [...] como referência. Esse papel de gerar um instrumento que fosse utilizado como instrumento de discussão, de negociação com outras entidades, naquele momento importante da vida nacional, a ANDES conseguiu cumprir” (Mauro Del Pino, 30/11/94)

“[Houve] o trabalho de elaboração interna, da produção do movimento sobre os princípios que deveriam reger a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A partir do movimento, [tem sido] possível usá-lo, nos momentos subsequentes, [...] como base para todas as negociações políticas; enfim, como a nossa plataforma. Hoje, quando eu olho para trás, digo que a gente fez um trabalho legal! O fato de se ter aquele encarte na Revista Universidade e Sociedade [...] é uma referência que é um instrumento de luta. Tem propostas, elaboração política e isto nos serve de instrumento de luta” (Géria Montanari Franco, 11/04/95)

“Se o projeto conseguir fazer passar algumas coisas, como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, será fundamental. A LDB não está aprovada, mas o projeto nosso é uma referência. A ADUNIMEP, hoje, tem uma política de capacitação [...] porque os caras olham aquela proposta de LDB e falam assim: não vai depender só da universidade, porque tem tais e tais níveis de exigência que não estão ainda na lei” (Marco Antonio Faria, 12/02/95).

Os entrevistados abaixo abordaram o significado do projeto em sua relação com as especificidades da ação sindical da ANDES-SN (ou da sua dimensão academicamente engajada) e com a inserção da entidade no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública:

“Em termos de instrumento de luta, ele é uma bandeira. O movimento, quando quer dizer alguma coisa, puxa lá o projeto de LDB, ele tem uma reprodução plurianual, ele teve um imenso impacto. Você pode até discordar de certos pontos que estejam lá dentro, mas tem uma proposta sobre todos os níveis educacionais.[...] Nesse respeito, foi uma das coisas de maior repercussão que o movimento já fez. Ele se compara exatamente ao primeiro projeto para a universidade brasileira. Só que, por si mesmo, ele é maior porque [também] discute a educação de 1º, de 2º grau” (Sadi Dal Rosso, 30/03/95)

“No campo da política educacional, eu acho que essa proposta [...] [atende] a um dos grandes perfis da ANDES, ou seja, à possibilidade e à capacidade que a ANDES teve de discutir, simultaneamente, as condições de trabalho, a natureza e a qualidade do próprio trabalho. Isto é muito difícil em outros campos de luta dos trabalhadores; nós temos sinceramente que encarar isso como uma contribuição que nós temos a dar, sobretudo para motivar outros campos a começarem, desenvolverem, continuarem ou ampliarem discussões semelhantes. A junção dessas duas coisas, a perspectiva independente e a discussão da qualidade e natureza do próprio trabalho, levou-nos a uma perspectiva muito rica, que foi a da formulação de propostas globais como ponto de partida da negociação. [...] A ANDES não se limitou a tirar pontos de emendas para a LDB, ela formulou um projeto de LDB” (Flávio Aguiar, 11/01/95)

"Nossa participação foi, sobretudo, educativa; representou um mergulho profundo no nosso próprio campo: a educação brasileira. Isso foi particularmente rico porque estávamos num momento decisivo de construção da democracia no país. [...] A ANDES-SN exerceu uma certa hegemonia e uma nítida liderança no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Isto se explica, de um lado, pelo respeito acadêmico que inspira às entidades científicas e, de outro lado, pelo prestígio político e econômico que tem junto aos demais sindicatos das categorias ligadas à educação" (Joana Neves, 01/06/95)

"Aquele momento foi uma demonstração do peso político da ANDES.[...] A gente surpreendeu muito as outras entidades do Fórum quando chegou, enquanto entidade sindical, com [aquele] nível de proposta de discussão: um projeto de ponta a ponta. Quem apresenta trabalho se qualifica. Isso é verdade dentro da academia, é verdade em qualquer outro espaço. E ganha, na maioria das vezes. Quando efetivamente tem espaço de disputa, quem apresentar trabalho se qualifica" (Alexandre Náder, 24/03/95)

"Se a gente pegar o projeto de LDB da ANDES, que foi publicado como encarte no primeiro número da Revista Universidade e Sociedade, eu acho que, sem nenhuma posição acintosa, a gente dificilmente teria uma proposta melhor do que aquela. Agora, o movimento não foi capaz de fazer prevalecer a proposta ao negociá-la no parlamento" (Josevaldo Cunha, 02/12/94).

As apreciações sobre o *conteúdo* do projeto traduzem, de um lado, as especificidades da ANDES-SN e, de outro, o próprio mérito desta ação academicamente engajada. Francisco Miraglia abordou o seu horizonte político, conceitualmente bem fundamentado:

"Eu acho que o projeto de LDB que o sindicato fez é muito, muito bom. Do ponto de vista conceitual, do ponto de vista social, do ponto de vista da responsabilidade com a educação, do papel que ela tem. E, a partir dessa conceituação, você desenrolava a priorização da compreensão do papel do trabalho, do papel do trabalhador, da aquisição da cidadania, da apropriação de conhecimentos [...]" (Francisco Miraglia, 13/12/94).

Joana Neves apontou as suas contradições e Renato de Oliveira, sob ângulo oposto, criticou o seu sociologismo:

"O projeto de LDB da ANDES-SN é expressão da sua proposta política geral, [mas tem] contradições. Coloca o Estado sob suspeição, mas atribui a ele poder/obrigação de prover a educação brasileira. Considera o Estado instrumento das elites e espera que, ainda assim, ele realize uma educação voltada para os interesses das classes trabalhadoras. Para chegar a isso, propõe uma enorme vigilância da sociedade sobre o Estado, o que não me parece possível de se concretizar, uma vez que o Estado tem enormes recursos e afiadíssimos instrumentos para se defender e controlar a vigilância que se exerceria sobre ele" (Joana Neves, 01/06/95)

"A impressão que eu tenho é que nós afundamos muito nas technicalidades da discussão educacional, num certo sociologismo de análises da instituição educacional, que perde a dimensão mais ampla, que perde o compromisso de construir alguma coisa, de construir um novo projeto. Nós desacreditamos de um novo projeto, inclusive em nome de uma sociologia comprometida com a realidade. Na verdade, um sociologismo empobrecedor até da vida pública [...]: não existe interesse público. Está aí o nosso bom e velho marxismo, sei eu, de correntes, nos ensinando que o que existe é o interesse de classe. Está certo, mas nós temos de construir o interesse público, o interesse comum. Até para a superação das classes; quer dizer, não adianta ficarmos sentados esperando a grande revolução" (Renato de Oliveira, 01/12/94).

Além de atribuírem esses significados ao conteúdo do projeto, os entrevistados também apontaram seus méritos e deméritos. Para a maioria deles, os primeiros suplantaram os últimos; há um enorme respeito intelectual e político por essa produção da ANDES-SN. As positivities mais apontadas foram as seguintes:

“Uma das principais características daquele projeto é a criação do Sistema Nacional de Educação, a [sua] concepção da possibilidade de nós construirmos, no Brasil, um sistema de ensino nacionalmente unificado, que parte de alguns pressupostos. Desde a questão da carreira, do trabalho docente - como é que deve se dar o trabalho docente - até quem deve ter acesso a esse sistema de ensino, quem deve financiar esse sistema de ensino, e que tipo de cidadão, na verdade, este sistema de ensino pode colaborar no sentido da sua formação. É esse tipo de concepção mais geral que permeia todo o projeto de LDB da ANDES-SN e que lhe dá uma consistência interna. A partir daí, tem o Conselho Nacional de Educação, composto democraticamente por várias instâncias da sociedade, para pensar, deliberar e definir as principais questões educacionais, de forma a realmente representar os anseios da sociedade; [a] questão do financiamento do ensino, da pesquisa e da extensão - e da indissociabilidade - em todas as universidades. Todas as concepções que permeiam o projeto de LDB eu acho que é o que há de mais elogiável, de mais fundamental” (Mauro Del Pino, 30/11/94)

“O importante, considerando a nossa especificidade, é a questão de sermos um sindicato de ensino superior e de estarmos nos propondo a trabalhar a educação nacional, mas sermos capazes de explicitar melhor os pontos específicos para o ensino superior. Eu considero como mérito a questão da avaliação institucional, do Conselho Social. [...] Tem outras coisas: piso, carreira, mas são coisas mais discutidas generalizadamente” (Géria Franco, 11/04/95)

“Como primeiro ponto alto, eu vou ressaltar a capacidade e a possibilidade de pensar no projeto como um todo. O que eu acho que nasce tanto do fato de na ANDES haver educadores como no fato de a ANDES ter, desde sempre, uma perspectiva de independência em relação ao poder do Estado. Isso é um ponto fundamental. Eu penso também que o segundo ponto fundamental foi o de que o projeto da ANDES parte de uma conquista constitucional, que é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e que o projeto da ANDES conseguiu avançar na direção de tornar esta indissociabilidade um patrimônio da educação brasileira. O projeto, como tal, não define isto propriamente, mas dá passos significativos na direção de tornar este amálgama - porque é um amálgama criativo, dentro da tradição brasileira - um patrimônio da educação como um todo. Este é o desafio que está colocado para a educação no Brasil. É pensar o professor como pesquisador, trabalhador etc. Penso, também, que nós conseguimos dar uma boa contribuição - quero ressaltar isso - no sentido de definir [...], pelo menos, o começo de uma proposta de avaliação de qualidade para o trabalho docente e para o trabalho da instituição, também” (Flávio Aguiar, 11/01/95)

“Eu sou uma pessoa muito orgulhosa do nosso projeto de LDB. Eu acho o projeto muito consistente, do ponto de vista da nossa concepção de educação e sociedade e, nesse sentido, eu acho que ele tem a sua maior qualidade, que é a consistência interna e a consistência com as bandeiras da ANDES de um modo geral” (Alexandre Nader, 24/03/95).

O reconhecimento dessas positivities não impediu que aspectos negativos do projeto fossem também indicados:

“Eu diria que ele tem algumas insuficiências, que a gente mesmo mapeou ao longo da nossa própria militância e tem, também, alguns equívocos. Poucos ... a vinculação da avaliação à progressão funcional foi trazida do projeto de universidade para o projeto de LDB. Eu acho que a gente trabalha a relação educação-trabalho de forma insuficiente, eu acho que não basta a

gente bater na tecla da escola unitária, eu acho que isso deveria ter sido mais esmiuçado no projeto; essa também é uma questão que eu identifico como insuficiência. Eu não sei se é uma questão, para mim, talvez vinculada à conjuntura estratégica, mas eu, hoje em dia, acho que o projeto poderia ter sido um pouco mais minucioso com relação à questão da valorização do profissional da educação; eu acho que ele deveria ter descido um pouco mais em detalhes com relação à questão da formação, da valorização mesmo da atividade educacional. Justamente para tentar barrar um pouco [...] a desvalorização social do fazer pedagógico” (Alexandre Náder, 24/03/95)

“Um problema que eu encontro [...] é essa questão, por exemplo, de qual o papel do ensino de 1º e 2º graus para a sociedade e o papel do ensino superior. Eu acho que a ANDES tem bem claro, para si, qual deve ser o papel do ensino superior, qual o papel da universidade. Mas eu acho que não temos uma formulação muito adequada, ainda, sobre qual deve ser a relação do 1º e 2º graus com a universidade e como é que se materializaria concretamente esse ensino, que a princípio estaria muito mais restrito ao âmbito dos municípios e dos estados. Uma coisa que eu questiono, por exemplo, é o fato de a ANDES privilegiar, nas universidades, a produção do conhecimento – o ensino, a pesquisa e a própria extensão universitária –, como se coubesse somente à universidade se relacionar com a sociedade e criar, enfim, o conhecimento necessário ao conjunto da população [...]. Eu acho que a gente também deve dar aos professores condições de se capacitarem e de serem agentes formuladores de conhecimento” (Mauro Del Pino, 30/11/94)

“Acho que em outras áreas, ainda no campo da própria definição de conceitos, naquela ocasião a contribuição da ANDES se tornou um pouco mais tênue. Por exemplo, na área da formação profissional, eu acho que continuamos pensando naqueles parâmetros, mas a experiência que se tem, hoje, nesse campo – e pela sua importância para a classe trabalhadora – talvez nos levasse a olhar para essa parte [...] com tanto afinco como nós olhamos, por exemplo, para a parte do ensino superior, para a parte da avaliação. Nós sempre tivemos uma certa tendência a olhar a formação profissional como a tivemos no passado [...], como uma espécie de mal em extinção, mal que tem que ser tolerado. E não é. A realidade do mundo do trabalho é bem outra, neste sentido, e eu acho que nós temos também que repensar a nossa formação profissional” (Flávio Aguiar, 11/01/95).

As avaliações quanto aos impactos do projeto nas “bases” do movimento e na própria sociedade são ilustrativas das dificuldades histórico-estruturais de ganhar a adesão de “massa” para reivindicar direitos elementares como o da educação. Carlos Baldijão salientou este problema comparativamente às reivindicações por saúde, em um país com tanta exclusão social:

“O movimento na área da saúde tem uma presença popular mais significativa, ele está colocado no movimento de massa, eu acho que é isso. [...] Nós tivemos uma participação muito importante na LDB: primeiro a gente construiu a proposta, [...] a pusemos em discussão e ela foi o eixo - ou se fechava em torno ou se discordava - mas, enfim, o peso da ANDES foi definitivo, na proposta de LDB. Foi um processo bonito, construir a proposta, botá-la em cima da mesa e dizer: olha, nós não chegamos aqui para começar a pensar. [...] Agora, o que diferencia é o fato de [este processo] não estar articulado ao movimento de massa [...] de caráter popular, não apenas o sindical. Na saúde, o movimento popular é muito mais presente, ele existe efetivamente, enquanto que na educação isso não acontece. Essa é uma questão com que eu sempre fiquei intrigado. É natural que a ANDES tivesse um peso maior na LDB do que na questão da saúde. Porque mesmo o pessoal da saúde se coloca na ANDES como educador, mais do que como profissional da saúde” (Carlos Baldijão, 08/04/95).

Sadi Dal Rosso avaliou que o impacto do projeto foi grande no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e nas esferas institucionais, mas também concordou no sentido de que a penetração da luta pela LDB nas massas não foi significativa:

“O impacto foi grande no Fórum, no Congresso Nacional, talvez um pouco no Ministério da Educação. Isso credenciou a ANDES, deu maior força em todo o processo. [...] Agora, o projeto funcionou para esferas seletas, não chegou a entrar na boca do povo. Porque [já] é uma coisa difícil que o debate sobre educação chegue dentro do movimento sindical que não é da área da educação” (Sadi Dal Rosso, 30/03/95).

Alguns entrevistados salientaram que a penetração do projeto foi insatisfatória até nas bases do próprio movimento docente, ponderando (diferentemente) as razões:

“A impressão que me dá é que a gente construiu um projeto interessante, mas não conseguiu vender na base que era importante discutir aquilo, você ouvia muita gente dizer: isso é coisa para o pessoal do Departamento de Educação. Algo semelhante à Proposta para a Universidade. [...] Eu me lembro de determinados momentos de negociação na Câmara, realmente foi um trabalho difícil. E eu acho que a gente não conseguiu traduzir, para a universidade como um todo - e, logicamente, para a sociedade como um todo - que a LDB era um instrumento importante” (Agamenon Almeida, 01/12/94)

“Ninguém se mobiliza em cima daquilo que não absorveu e sobre o que não está convencido. Este esforço, a priori, estava fadado a não ser bem sucedido. Mas a gente até que conseguiu [...] coisas que superaram a minha expectativa, em determinados momentos. Por exemplo, a quantidade de pessoas, em algumas ações de massa promovidas pela UNE. Eu não posso dizer que a UNE tenha vestido a camisa da proposta de LDB no Fórum, mas estava lá e fez força para botar gente lá e botou! Agora, na ANDES, a gente mobilizou dentro do esperado do movimento e da categoria” (Alexandre Náder, 24/03/95)

“Eu acho que se você perguntar para as pessoas sobre as características fundamentais do projeto de LDB da ANDES, elas não sabem. Acho que tem diretor da ANDES que não sabe. [...] Agora, eu não acho que você escrevendo outro projeto ia resolver o problema, a questão é de absorção: que interesse tenho de saber o que vai acontecer com a educação nacional? Tem um processo de delegação sindical [...] que é uma coisa assim: esse pessoal aí entende do riscado, eles tocam o serviço e está bom” (Francisco Miraglia, 13/12/94)

“No MD há segmentos que foram muito atingidos pelo projeto de LDB, ou porque trabalharam a favor, ou porque reagiram contra. Agora, ele não entrou totalmente no movimento docente, ele ficou em certos segmentos que, de alguma maneira, tinham como se envolver com a questão da reforma educacional. [...] Mas o projeto teve uma certa repercussão. Não podemos exagerar, no entanto” (Sadi Dal Rosso, 30/03/95).

De um modo geral, o processo de elaboração do projeto de LDB da ANDES-SN e a tramitação desta lei no parlamento foram considerados de extrema relevância, no conjunto de realizações empreendidas pela entidade no campo educacional. Isto não impediu que, pela longa duração desse processo, já à época da realização das entrevistas, se considerasse a necessidade de transcender o acompanhamento (extremamente cansativo) da tramitação da LDB:

“Eu nem sei se devia falar isso, mas eu não aguento falar em aprovação da LDB. Ela tem que ser aprovada. Já está toda mutilada, não é o que nós queríamos, mas tem que ser aprovada. Agora, eu acho que não tem que estar mais no horizonte como uma questão principal. Eu

acho que um dos erros que a gente cometeu foi esse: transformar a história da LDB na questão central. Está se tentando revigorar o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e essa pode ser uma forma de a gente sair desse eixo, porque fica um negócio puramente formal: aprova, não aprova. Se não aprova, o ministro age como bem entende: como é que nós vamos fazer com essa história do CFE que acabou?" (Márcio Antonio de Oliveira, 30/11/94).

Apesar de o GTPE/ANDES-SN continuar se empenhando nesta tarefa até o seu final, outras realizações marcantes no campo da política educacional ainda ocorreram nesse período: a abordagem inicial das relações educação-trabalho, dentro do universo cutista, e a retomada da *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*, visando a sua atualização.

As relações educação-trabalho: uma nova frente de atuação

Como salientado no item anterior, a ANDES-SN passou a discutir a educação escolar brasileira em seu todo a partir do processo de elaboração do seu anteprojeto de LDB. Nele, como também ressaltado em entrevistas, a questão da formação profissional não foi satisfatoriamente analisada/formulada, seja por falta de acúmulo, seja pela complexidade do tema na história da educação brasileira. De todo modo, iniciava-se, embrionariamente e por esta via, o debate sobre as relações educação-trabalho, que permeou toda a elaboração do projeto, uma vez que o trabalho foi assumido como princípio educativo.

Este debate propiciou um posicionamento firme da entidade, tomado em seu XXII CONAD: a defesa da retirada do capítulo referente à formação profissional do projeto de LDB que havia sido aprovado na Comissão de Educação da Câmara. Referenciados pelo princípio do "trabalho como fonte de riqueza, dignidade e bem-estar universais" consagrado no projeto de lei, bem como pela proposta de educação unitária nele contida, os participantes do evento fundamentavam este posicionamento demarcando as suas diferenças conceituais e políticas em relação ao conteúdo do capítulo que desejavam suprimir:

"De natureza completamente diversa é a demanda de uma formação de trabalhadores para a execução de tarefas específicas do trabalho cujo maior beneficiado é o grande capital que, por isso mesmo, contribui de múltiplas formas para vender à sociedade - em especial aos trabalhadores - a idéia de que deve exigir do Poder Público tal tipo de formação. É preciso ressaltar que este adestramento não pode ser entendido como educação, seja por aqueles que adotam a concepção de educação do projeto em tramitação, seja por nós do MD, que propugnamos a compreensão do trabalho como princípio educativo [que], portanto, de forma alguma pode ser disciplinado por uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" (Relatório Final do XXII CONAD, 1990, p. 43).

O tema (re)aparece com mais força e conteúdo em 1992, a partir do trabalho de uma Comissão que atuou no âmbito da Secretaria de Políticas Sociais da CUT Nacional. Durante reuniões desta Comissão, que contava com representantes da ANDES-SN, foi

produzido o texto *Diretrizes para uma Política de Formação da CUT*, que foi encaminhado ao GTPE/ANDES-SN para debate e divulgação no interior do movimento docente.⁷⁹

No XII Congresso (1993), este e outros textos foram divulgados. Eles corporificavam e desenvolviam as concepções norteadoras da abordagem da formação profissional e de ensino a ser defendida pela CUT, juntamente com as proposições delas decorrentes. Instituíam-se, por esse caminho, um importante elo de ligação orgânica com a Central, coerente com as especificidades do sindicalismo praticado pela ANDES-SN e de relevância indiscutível para o conjunto dos trabalhadores, no contexto da reestruturação produtiva em curso. Inserido no bloco de questões da política educacional voltadas para o combate à privatização, o tema “Educação e Trabalho” foi assim assumido/justificado pelo movimento:

“O aguçamento da crise atual se deu num contexto em que, sobretudo face às transformações ocorridas no Leste Europeu, as classes trabalhadoras apresentam-se com uma redução da sua capacidade de intervenção sobre a aplicação do fundo público. Neste contexto, [...] o que se pretende é que os recursos públicos não mais sejam destinados aos gastos sociais e sim que sejam transformados tão-somente em instrumento para extração/ampliação da mais-valia. A forma como este processo vem ocorrendo no Brasil, país periférico, cujas classes trabalhadoras estão ainda construindo sua tradição de luta independente do Estado e do patronato, tem sido brutal. Nesta lógica inserem-se a Reforma Fiscal - que, na prática, resultará direta ou indiretamente numa maior tributação de salários -, o programa de privatização das empresas estatais e também o estímulo às experiências de gestão não estatal das instituições públicas encarregadas da execução das políticas sociais. Nessas condições de fragilidade do poder reivindicatório das classes trabalhadoras brasileiras, o posicionamento das agências responsáveis pelas ações sociais fora da esfera do Estado significa a multiplicação [...] das frentes de luta [...], tendo como consequência inescapável a exclusão dos trabalhadores do conjunto dos usuários dos serviços por ela prestados e do processo de definição de diretrizes para a atuação das mesmas. A responsabilidade da ANDES-SN na denúncia e na construção de uma proposta que vise reverter o curso desses acontecimentos é inquestionável: como sindicato de intelectuais e, portanto, de formadores de opinião, nosso discurso e nossa prática terão sempre uma repercussão significativa, ainda que mais ou menos limitada, sobretudo no sindicalismo dos servidores públicos. Além disso, integramos um setor das camadas médias que tem sistematicamente fornecido quadros à burocracia estatal, ou seja, aos protagonistas da mediação entre o público e o privado, sendo este um terreno no qual nos movimentamos com razoável desembaraço. É sob esta ótica que o GTPE propõe ao XII Congresso a discussão das questões “Educação e Trabalho” e “Universidade, Ensino Fundamental e Ensino Médio”. (Relatório Final do XII Congresso, 1993, p. 92).

Solidamente fundamentada - e alicerçada nas análises de Francisco de Oliveira (1988) sobre a questão dos fundos públicos - esta iniciativa se traduziu na realização Seminário sobre Educação e Trabalho (Manaus, março de 1993) e numa grande participação da ANDES-SN no Seminário Internacional “Trabalhadores e Educação: Organização e Construção da Cidadania”, cujo relatório final, elaborado pelos

⁷⁹ Representavam a ANDES-SN nesta Comissão os professores Flávio Aguiar, Ignez Navarro de Moraes e Maria de Fátima Félix. Além desse texto, vários outros (acadêmicos e militantes) sobre o tema foram distribuídos às AD's-SSinds.

representantes da entidade na Secretaria Nacional de Políticas Sociais da CUT, passou também a referenciar os debates do movimento docente a este respeito.⁸⁰

No XXVII CONAD (novembro de 1993), publicava-se o *Cadernos ANDES* nº 10, voltado especificamente para este tema, o que expressava a ênfase posta no seu debate e prática.⁸¹ Neste evento, algumas questões fundamentais foram levantadas para orientar as discussões: (a) a relação entre as novas formas de organização e gestão do processo de trabalho (e da produção) e as aceleradas inovações tecnológicas desse final de século; (b) a dimensão político-ideológica da questão, salientando-se a necessidade de enfatizar o conteúdo político do debate sobre formação profissional, seja em termos da participação dos trabalhadores na definição de uma política nacional de formação profissional, seja em termos da aborgagem (histórico-crítica) do processo de apropriação do conhecimento sobre o processo produtivo; (c) a concepção de formação profissional adotada, entendida como *“um dos elementos de um projeto educativo global e emancipador [e] parte da formação educacional como um todo, sendo esta entendida como formação para a cidadania do ponto de vista das classes trabalhadoras”*; (d) o horizonte político da superação do capitalismo, isto é, o “estabelecimento de novas formas de relações sociais, onde os imperativos econômicos se subordinem, de fato, aos imperativos sociais da maioria da população” (e) o princípio de que a formação profissional, integrada ao sistema regular de ensino no contexto de uma “escola unitária”, deveria ser responsabilidade pública e dever do Estado (Relatório Final do XXVII CONAD, 1993, p. 54; grifos meus).

Esse início de discussões sobre o tema foi, portanto, bem fundamentado/ aprofundado segundo a linha ideológica majoritária na direção da ANDES-SN. Dos debates realizados decorreram, de um lado, um “grande consenso” sobre as questões gerais colocadas e, de outro, polêmicas a serem enfrentadas no interior da entidade, sobretudo aquelas referentes à existência ou pleito de criação escolas de formação profissional nos sindicatos. Neste sentido, duas posições se manifestaram (já expressas nos debates promovidos pela CUT): uma que afirmava “não ser papel do sindicato substituir o Estado na oferta da formação profissional” e outra que defendia a “organização de diferentes modalidades de ensino profissional em centros públicos ou privados de formação profissional e em entidades comunitárias e sindicais”. Em face desta polêmica, julgava-se que as argumentações contidas nos textos permitiram “equacionar a questão de fundo

⁸⁰ A revista *Universidade e Sociedade* passou a divulgar a produção de intelectuais (militantes ou não do movimento docente) sobre o tema. Ver: Machado, Lucília R. S. - “Sociedade Industrial X Sociedade Tecnizada: Mudança no Trabalho, Mudança na Educação?”; Frigotto, Gaudêncio - “Trabalho e Educação: Formação Técnico-Profissional em Questão”; Neves, Joana - “O Ensino Vocacional em São Paulo (1961-1968): uma Experiência de Integração entre Educação e Trabalho”; Franco, Maria A. Ciavatta - “A LDB dos Anos 90 - a Norma e a Interpretação da Relação Trabalho e Educação”; Brian, Newton - “Mutações Técnicas e Organizacionais e o Ensino Tecnológico” (1993, nº 5).

⁸¹ Além de alguns textos republicados, o Caderno contém contribuições de Edmundo Fernandes Dias, Lucília Machado, Gaudêncio Frigotto, entre outros.

colocada e avaliar os fundamentos das posições”. Caberia à ANDES-SN “definir-se a respeito, considerando as decisões do MD em seus fóruns deliberativos e fortalecendo-as no interior da CUT” (*idem, ibidem*). Nesta perspectiva, encaminhava-se que as AD’s-SSInds aprofundassem as seguintes questões em suas IES: controle e gestão dos fundos públicos destinados à formação profissional; criação de Centros Públicos de Formação Profissional; expansão das escolas técnicas; o ensino médio e a formação profissional; a relação educação geral - formação técnico-profissional e controle público e gestão das políticas, programas e agências de formação técnico-profissional.

Por ocasião do *XIII Congresso* (1994), deliberou-se por remeter ao GTPE e ao GTPS o debate sobre o tema, bem como a sua avaliação em face da LDB e das alterações que vinham sendo propostas sobre a formação profissional no âmbito da CUT, relativamente às diretrizes e princípios inicialmente definidos. Mas esta iniciativa não prosseguiu nem ganhou abrangência, apesar da sua relevância política e da sua centralidade para a transposição das lutas econômico-corporativas na ação sindical.⁸²

Os depoimentos colhidos a respeito desta iniciativa e dessas realizações – coincidentes temporalmente com o seu ápice - são, porém, enfáticos ao assinalar e dimensionar a fecundidade e riqueza das mesmas no que se refere ao fortalecimento da ação sindical dos trabalhadores e da ANDES-SN no interior da CUT.

No que se refere ao *conteúdo* das atividades desenvolvidas, sua relevância histórica foi devidamente enfocada, conceitualmente e em seu significado político:

“a posição que [...] eu entendo ser majoritária no sindicato nacional sobre a questão das relações educação-trabalho [...] é uma posição correta, quer dizer: você tem a necessidade de adequação ao mercado de trabalho e, de certa forma, numa ponta, você sofisticada, mas também [...] o operário precisa saber filosofia, história, geografia, ciências, matemática. Ter capacidade de apropriação da produção cultural no meio em que ele trabalha e não ser treinado para fazer uma tarefa” (Francisco Miraglia, 13/12/94)

“[...] essa prática de formulação de propostas mais globalizantes é uma contribuição efetiva que a ANDES pode dar, ainda mais no momento em que é estratégica, para a Central, a construção de um projeto educacional, assim como de um projeto alternativo, para a sociedade. Entretanto, a ANDES tem que saber pensar isso reflexivamente: não vamos pensar que, numa sociedade emancipada, com seus grilhões do presente e do passado, as nossas universidades continuariam as mesmas, os nossos direitos continuariam os mesmos. [...] A ANDES tem que partir para essa contribuição sabendo que o trabalho, enquanto patrimônio coletivo, e o trabalhador, não cabem no sistema de ensino atual. A não ser, ainda, sob a forma excludente: lhe é dado participar dessa forma de ensino profissional como adestramento, que ainda é a forma predominante, apesar de todas as notícias de que o mundo das transformações tecnológicas também está passando para o Brasil. Pensar radicalmente em

⁸² Não encontrei, nos documentos pesquisados até 1994, nenhum encaminhamento a este respeito nem análises sobre as razões do seu declínio. Possivelmente as mesmas devem estar associadas à necessidade de dar respostas a questões candentes como o Plano Nacional de Educação e a própria atualização da *Proposta das AD’s e da ANDES para a Universidade Brasileira*.

educação e trabalho significa repensar um sistema educacional e isso vai mexer [...] em alguns nichos, nossos nichos, vai ser difícil trabalhar isso" (Flávio Aguiar, 11/01/95)

"Eu acho que o grande mérito está em compreender a formação profissional vinculada com a formação geral do trabalhador, o que é extremamente diferente, por exemplo, da concepção do SENAI, do SENAC, desses sistemas de formação de recursos humanos patrocinados pelos empresários. A grande virtude é essa, é mostrar que é fundamental, para a própria classe trabalhadora, que ela se forme não somente para o trabalho, mas se forme para a cidadania, entendendo o trabalho como uma das múltiplas faces do processo de cidadania" (Mauro Del Pino, 30/11/94)

"[...] a forma como a ANDES está interpretando a questão envolve um conjunto de facetas que nem sempre têm sido compreendidas [e] que falam de educação e trabalho. Do ponto de vista do governo, é [privilegiada] a formação do operário qualificado [...]. Mas a perspectiva da ANDES não pode estar restrita a esse aspecto, nem à concessão de diplomas, ela é muito mais ampla que isso: como é que o espaço social do trabalho, que continua sendo grande instrumento de enlace social, se reflete no fenômeno? Do ponto de vista prático, isto tem significado, para nós mesmos, estar discutindo o regime de D.E. [verificando] os furos existentes em suas implicações amplas: mercado, quadro de reestruturação produtiva" (Luiz Henrique Schuch, 30/11/94).

A *importância* dessa iniciativa para a própria ANDES-SN e para o conjunto da categoria dos professores universitários foi analisada em termos da necessidade premente de reexaminar o próprio *processo de trabalho dos docentes, a função social* do ensino praticado:

"Eu acho que isso tem que ser trabalhado [...]. Agora, o que eu sinto falta é do seguinte: onde está a relação educação-trabalho dentro da universidade? Eu estou vendo aí uma proposta dos reitores tentando fazer uma articulação para unir universidades num projeto para quem quer fazer pesquisa, quem quer fazer projetos sobre questões do trabalho, como forma de colocar a universidade a serviço do trabalhador.⁸³ Nós tínhamos que estar pensando como é que o processo educativo, dentro da universidade, está se dando. O que é que eu faço com os currículos? O que é que eu faço com as estruturas? Disso, eu sinto falta. Nós não estamos dando respostas" (Márcio Antonio de Oliveira, 30/11/94)

"[...] que propostas nós temos para a formação básica [...], o que nós pensamos como projeto de formação? Que cidadão se quer formar? Porque eu não tenho dúvidas de que algumas exigências vão ser colocadas por força do capital. Mais que nunca, essa coisa de formar segundo as exigências do mercado acaba se traduzindo nessas modificações [...] Isso vale para quando você tem cursos de profissionalização ou cursos finais de graduação para determinadas profissões. Como é que se mexe no básico que, para mim, significa a capacidade de reflexão? O aprimoramento de certas habilidades, o aprimoramento de certos conhecimentos segundo os ramos que você defina de formação de cada um, é uma questão posterior [...]. Pensar uma proposta de formação que dê essa capacidade de entendimento e não de repetição, é nisso que nós temos de intervir. Conteúdos, processo educacional, posturas ... eu acho que têm que entrar nesse detalhamento" (Lineu Maffezoli, 08/05/95).

O *processo* que levou ao trabalho dessa questão, em sua gênese e em sua íntima relação com a inserção da ANDES-SN na CUT, foi também analisado, em suas várias

⁸³ O entrevistado está se referindo à criação da rede UNITRABALHO, cuja gênese se deu a partir da articulação da CUT Nacional com alguns reitores "progressistas" e cuja implantação provocou alguns atritos entre a ANDES-SN, a CUT e os reitores envolvidos, alguns deles ex-dirigentes do movimento docente.

dimensões. Para alguns entrevistados, tratava-se de *uma continuidade dos investimentos feitos na elaboração e acompanhamento da tramitação da LDB*, o que gerava expectativas:

"[...] aquela fase do GTPE em relação à LDB está [passando]. Nós vamos continuar brigando pela LDB, nós vamos Ter que aprovar essa LDB [...], mas eu acho que ela já não tem mais aquela prioridade. Eu acho que esse canal, esse horizonte aí, esse trabalho que a gente está desenvolvendo ou começando a desenvolver, sobre as relações educação-trabalho, é por onde nós vamos caminhar. Eu acho que vai ser a prioridade da ANDES, não dá para pensar em outras. Trabalhar isso nos insere em todas as frentes de luta que estão aí" (Luiz Paiva Carapeto, 30/11/94)

"Eu diria que o nosso sindicato percebeu [...] a proposta correta na hora correta. Na verdade, a disposição da ANDES de ser um elemento ativo, um agente na construção do projeto alternativo de sociedade no campo democrático-popular, para se contrapor ao projeto das classes dominantes do país, é uma tarefa de grande envergadura. A ANDES está correta em ter percebido isso e em ter a leitura de que ela, sozinha, não dá conta dessa tarefa. Esse eixo foi aprovado há algum tempo atrás [...]. De lá para cá, a gente tem tentado detalhar esse projeto, a partir de discussões [que se originaram] no Grupo de Trabalho de Política Sindical, pela inserção que a ANDES tem dentro da CUT. A gente começou a discutir essa questão da política industrial da Central, que envolvia uma proposta que foi colocada e tem polêmicas em torno dela. Mas eu acho interessante a CUT ter assumido a vontade e disposição de discutir uma política industrial e ver essas coisas, a questão desses conceitos ou desses cenários a nível nacional que vão se delineando à nossa frente e que vão resultar na política dos grandes países em relação aos países periféricos" (Josevaldo Cunha, 01/12/94)

"À medida em que o GTPE vai perdendo fôlego no processo de organização, elaboração e implementação de linhas de trabalho junto às AD's, fica evidente que o trabalho que vai se aprofundando [...] em termos de elaboração mais ampliada, em termos de alcance nacional, é aquele que a ANDES-SN e o GTPE, através de seus representantes no âmbito do DNTE e da Comissão de educação e trabalho da CUT, vai dando continuidade a partir desse eixo, conseguindo imprimir uma marca de sua contribuição para a relação entre a ANDES-SN e os demais sindicatos organizados na CUT. Ao mesmo tempo que se apreende a positividade desse tipo de prática, percebe-se quanto se distancia a ANDES-SN no sentido de consolidar uma prática de trabalho conjunto com a CNTE e, portanto, com as questões do ensino de 1º e 2º graus. Embora assuma publicamente a incorporação de bandeiras e reivindicações relacionadas a esses níveis de ensino, não traz, para o âmbito interno do GTPE, como eixo de trabalho, a formação do educador que perpassa a própria organização interna dos cursos de licenciatura nas universidades brasileiras" (Mária de Fátima Félix Rosar, 20/07/95).

A questão foi também analisada sob o prisma das especificidades do trabalho intelectual, em suas relações com a produção dos intelectuais renomados e com o conjunto dos trabalhadores:

"A gente precisava ter, há mais tempo, entrado nessa discussão. É interessante ver que [ela] veio para dentro do GTPE pela via dos CEFET's. A gente fez aquele primeiro seminário em Manaus, e foi um seminário muito interessante, porque aí a gente consegue perceber a importância que muitos docentes, desses altamente qualificados, essas grandes figuras que repercutem e têm representação internacional, também estão do nosso lado, [...] quando a ANDES os procura. [...] Então, tu começa a perceber que, se existe a nossa base de altamente qualificados que brigam conosco – e eu acho que essa divergência tem que estar posta, mesmo – tem também, do nosso lado, os altamente qualificados dispostos a brigar por nossas propostas. Contanto que a gente abra esse espaço para que eles possam trazer a contribuição. [...] E a gente precisa desses intelectuais, que nos digam se a nossa proposta

política cola com a realidade, cola com a teoria acadêmica, tem coerência interna para poder deslanchar. [...] Acho que esse é um caminho que a gente está aprendendo, com educação e trabalho. [...] A gente vai conseguir começar a trabalhar esse preconceito de que intelectual só trabalha com a cabeça e trabalhador manual só trabalha com a mão. Acho que é uma interface bem interessante [...], é uma vertente que pode dar muitos bons frutos na construção do nosso projeto. E na informação do nosso projeto. Há um ano, um ano e meio, a gente vem mexendo mais intensamente nisso, mas a gente já chegou num ponto que [...] vai acabar deixando uma contribuição importante” (Anamaria Beck, 01/12/94)

“A ANDES desempenhou um papel importante no sentido de transformar – não foi apenas a ANDES, mas a ANDES deu uma contribuição importante – a preocupação com a formação profissional diante do mundo crescente – [...] da automação e das novas tecnologias em uma preocupação com educação e trabalho. A preocupação com a formação profissional, decorrente dessa situação, existia no interior da Central. Mas o movimento docente deu uma contribuição importante no sentido de alargar os horizontes. O que, aliás, foi muito bem recebido. É uma prova que as coisas podem ser bem recebidas, inclusive no sentido de introduzir perspectivas emancipadoras e que eram um pouco estranhas, naquele momento, ao discurso da Central sobre essa questão. E exatamente porque se conseguiu estabelecer um diálogo com outros setores interessados, também, nessa questão. [...] Nós carregamos, como marca de origem, esse perfil do pensar. Não somos só nós que pensamos, [...] mas a gente carrega isso como traço profissional e acho que a gente deve ultimar essa contribuição no interior da CUT. Porém, pensar significa pensar sempre, no momento, o próprio ponto de vista e sabendo também repensá-lo. Nisto, eu penso que o movimento docente, assim como outros setores do movimento sindical, atravessa uma certa dificuldade, que é comum ao sindicalismo hoje em dia, mas é por aí que a gente tem que caminhar” (Flávio Aguiar, 11/01/95).

Se as análises de mérito e as expectativas geradas, naquele contexto, em torno desta iniciativa, foram altamente positivas e promissoras, isto não impediu que alguns desses entrevistados indicassem limites e/ou apresentassem reservas quanto ao alcance dos investimentos neste importante campo de luta para os trabalhadores organizados. Dentre os limites apontados, ressaltavam-se a necessidade de continuar aprofundando o tema e de ampliar o leque de alianças sociais e políticas em torno dele.

“Eu acho que a ANDES tem algo que está começando a acumular em relação à educação e trabalho, que tem que ser mais aprofundado. Eu acho que alguns setores da CUT têm algumas coisas na frente. Por outro lado, embora atrasada na discussão, a ANDES tem alguns acúmulos que interessariam profundamente à CUT. Eu acho que está meio parada, a Comissão de Educação da Secretaria de Políticas Sociais da CUT. Está parada e a gente está tentando reativar” (Márcio Antonio de Oliveira, 30/11/94)

“[...] tem havido um aprofundamento da discussão, eu acho que ela está se generalizando. Mas está em fase de formulação um pensamento da ANDES nessa área, ainda. A CUT, ela não faz esta formulação, não vinha fazendo. Ela fez o que? Ela estava muito preocupada em ter uma proposta para o ensino profissional, não é? Neste sentido, [os representantes] da ANDES dentro da CUT podem estar ajudando [...]. Vinha sendo assim. Parece que, no momento, há uma mudança: tanto se [insistiu] que houve o convencimento da Executiva da CUT, ela foi convencida, pelo DNTE e pela Comissão de Educação da Secretaria Nacional de Políticas Sociais, de que a educação tem que ser bandeira de luta da CUT, uma bandeira fundamental. Daí o lançamento da Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública, que não é uma campanha do DNTE, seria uma campanha da CUT. Só que, na prática, a coisa ainda não colou suficientemente” (Géria Montanari Franco, 11/04/95)

"A ANDES, procurando acompanhar essas coisas, está em sintonia com as aspirações e as motivações do campo sindical brasileiro. Eu acho que está correto, isto. Eu lhe confesso que tenho uma angústia, que é por às vezes a gente estar mais preocupado em ter a proposta pronta [...] do que em ir, ao mesmo tempo em que formula essa contribuição, investindo na construção de um arco de alianças. Porque, nessa questão específica do projeto alternativo democrático-popular, dentro das transformações do mundo do trabalho, a minha leitura é que se precisa, na verdade, de um arco de alianças. Por que? Porque, mesmo dentro do mesmo campo que tem a mesma concepção sindical, tem leituras diferentes de como devam ser encaminhadas essas coisas. E eu acho que, nesse momento, a Central é o fórum privilegiado para contribuir para que essas coisas sejam encaminhadas com uma leitura diferente. Agora [...], é preciso ir mais além. Quer dizer, que outras organizações da sociedade civil nós podemos pautar para integrar esse arco de alianças?" (Josevaldo Cunha, 01/12/94).

Apesar da relevância do tema na contextualidade histórica nacional e internacional como alavanca das lutas políticas dos trabalhadores organizados, da pertinência/oportunidade dessas iniciativas e das expectativas geradas, os frutos imediatos desse esforço não transcenderam em muito os registrados no *Cadernos ANDES* nº 10. Houve análises, reflexões, elaborações e formulação de propostas, registraram-se divergências de fundo, aumentou a articulação pontual da ANDES-SN com a CUT, mas o tema não se tornou, efetivamente, uma bandeira de luta dos trabalhadores. Isto não invalida a constatação de que, no tocante à identidade da ANDES-SN, estas realizações contribuíram significativamente para fortalecer (integrando) as suas dimensões *acadêmica* e *especificamente sindical*.

A retomada da Proposta das AD'S e da ANDES para a Universidade Brasileira

Durante o XXV CONAD, como já mencionado, os militantes da ANDES-SN, ao tratarem do tema Política Educacional, realizaram um balanço mais exaustivo da situação educacional brasileira, em que se incluía a "revisão crítica de algumas medidas do governo federal para o setor da educação, na perspectiva de luta em defesa do sistema nacional de educação". As medidas elencadas e sintetizadas diziam respeito a seis documentos básicos que expressavam a "pulverização" desse sistema, pretendida pelo então governo Collor: o Plano Plurianual (1991-1995), o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), o Projeto de Reconstrução Nacional (1990), o Programa de Ação do Ministério da Educação (1991 e 1992)⁸⁴, o Projeto Minha Gente e o Projeto Nordeste.

Para o movimento, esses documentos representavam o intuito do governo Collor de "dar direção ao setor da educação", o que não ocorrera. Este governo fora responsável pela não aprovação da LDB, em tramitação na Câmara Federal desde 1989, o que inviabilizara a

⁸⁴ Na visão do movimento, o Projeto de Reconstrução Nacional formulara, dentro da política neoliberal em curso, a proposta de um novo sistema educacional que expressava a "formalização do processo de privatização da educação brasileira". O Programa de Ação do MEC, por sua vez, tivera resultados desastrosos, principalmente para as IFES, que haviam sido vítimas da restrição de verbas e da tentativa de "controle acintoso" sobre o movimento docente, exercida pela SESU (Relatório Final do XXV CONAD, 1992, p. 65).

elaboração de um Plano Nacional de Educação. As expectativas em relação ao governo Itamar eram, naquele momento, como já assinalado, de continuidade dessa política de pulverização/privatização do sistema escolar como um todo, o que afetava cada vez mais as universidades públicas, em sua natureza e em sua função social.

Este quadro levou os participantes do XXV CONAD a definirem, dentre as *tarefas a médio prazo*, a “atualização do Projeto de Universidade da ANDES-SN, a partir dos avanços propostos no Projeto de LDB da ANDES e das experiências de processos de estatuintes e de avaliação institucional” (Relatório Final do XXV CONAD, 1992, p. 72). Esta deliberação foi reforçada no XIII Congresso da entidade (1994).

No XXIX CONAD (1994), este intento materializava-se na elaboração/aprovação de um *Roteiro para Atualização do Caderno 2*, que incluía: uma proposta preliminar e uma estrutura para a nova versão; a definição de tarefas e responsabilidades; um cronograma que previa a apresentação/consolidação dos resultados desses trabalhos durante o XXX CONAD e uma bibliografia básica. A importância da retomada dessa *Proposta*, para os militantes, pode ser avaliada pelas recomendações então feitas, que chegavam a apontar a convocação de um Congresso Extraordinário para trabalhar o tema, embora apresentando as alternativas de torná-lo central no próximo CONAD e de prever, nele, uma Plenária específica para debatê-lo (Relatório Final do XXIX CONAD, 1994, p. 42). Os depoimentos colhidos à época da tomada de decisão de atualizar a *Proposta* ajudam a perceber com mais nitidez o significado e as expectativas geradas por esta deliberação. A necessidade desse resgate/atualização era reconhecida:

“A proposta deve ser resgatada. Para isso, creio que será preciso superar os limites [existentes]. Acho que um bom começo seria o de formular propostas concretas e exequíveis para a melhoria da educação e, nesse caso, a necessidade mais imediata, no meu entender, é promover o resgate profissional do magistério, aviltado pelos salários ridículos, pelas condições indecentes de trabalho e pela precariedade da formação” (Joana Neves, 01/06/95).

Conjuntamente, Alexandre Náder via neste trabalho uma oportunidade histórica de tentar aproximar a universidade dos movimentos sociais,

“[...] principalmente vinculando à questão da cidadania. Quando você retoma, atualiza historicamente e uma das atualizações é reforçar a questão do vínculo com a construção da cidadania. É claro que isso não pode ficar de novo no plano teórico, isso tem que ter uma prática, correspondente, de atuação junto aos outros movimentos. Eu acho que se pode avançar, é uma possibilidade que tem que ser aproveitada” (Alexandre Náder, 24/03/95).

O significado dessa atualização, em si mesma, gerou inquietações e interpretações nuançadas:

“Existe um grande receio do que seja exatamente rever, retomar, reformular, atualizar. Atualizar é a palavra. Atualizar o Caderno 2, para várias pessoas, é a possibilidade de chacoalhar as bases que fundamentam a nossa concepção de educação. Em nenhum momento a gente está vendo assim, a gente está vendo que precisa atualizar, que, naquele

Caderno, o que a gente falava de avaliação, de extensão, era muito pouco, praticamente se mencionava. Essa coisa da indissociabilidade, ela se desenvolveu muito, depois. Tem coisa que não está suficientemente elaborada e talvez nem seja. A questão do caráter de concessão do ensino, quando trabalhado pela iniciativa privada, não está pronta, eu acho que cabe o estímulo à produção nesta área. Eu não vejo a necessidade de se reformular nada, mas de avançar em tudo que está lá” (Geria Montanari Franco, 11/04/95)

“O que é a atualização da Proposta? Ela foi discutida no CONAD de Olinda e fechada no CONAD de São Paulo, em 86. Depois disso, a gente avançou. Por exemplo, o projeto de carreira já está pronto. Por que é que ele não entra no projeto de universidade? Nós avançamos em várias coisas e o nosso projeto de universidade, hoje, está empobrecido em função desses avanços [...]. Aquela Proposta que a gente está usando já é muito mais avançada do que aquela primeirinha, do Caderninho branco. Acho que a gente precisa atualizá-la e colocar isso na rua [...]. Isso é preciso, inclusive, em termos da [sua] apresentação. Nós não vamos construir uma universidade para substituir aquela que a ditadura deixou. Nós temos que construir um projeto de universidade para o próximo século e a gente tem propostas dispersas, pelos CONAD's, por Encontros Regionais, além das que vêm do próprio projeto de LDB. Então, está na hora de começar a mostrar aonde a gente já avançou. E isso vai ser tudo compatibilizado, para refazer essa articulação do nosso projeto” (Anamaria Beck, 01/12/94).

Josevaldo Cunha ressaltou, porém, a atualidade dos princípios da *Proposta* e a necessidade de retomar/aprofundar a “política de transição” da ANDES-SN, como questão nodal a ser enfrentada:

“O princípio de atualização da Proposta está correto. Agora, a correção do princípio não quer dizer que os princípios do sindicato precisam ser atualizados. Acho que os princípios que motivam e fundamentam a Proposta [...] continuam atuais. Agora, no cotidiano, a gente detectou a necessidade de construir elementos para articular a integração dessa Proposta. Nisso passa a leitura diferente das pessoas, mas o importante é que as leituras diferentes, todas elas, têm um ponto em comum, que é a visão de que a solução se dá no interior do sindicato. [...] Eu acho que precisa muito mais a gente construir esses elementos de articulação, para emendá-la. Tem um dos pontos que é a política de transição. [...] É uma oportunidade de resgatar a política de transição e de se potencializar melhor a construção dessa articulação que tem que ter no campo da educação” (Josevaldo Cunha, 02/12/94).

De um modo geral, as questões mencionadas nesses depoimentos foram as mais ressaltadas pelos entrevistados como motivadoras da necessidade de atualização da *Proposta*. Márcio Antonio Oliveira, apesar de sua concordância com esta iniciativa, advertia, contudo, para os seus limites em termos de realização no campo da política educacional:

“Nós não vamos transformar isso em objetivo do movimento, não. O movimento tem coisas que ele tem que levar adiante. Para mim, essa questão da educação e trabalho, da universidade e trabalho, eu acho que ela tem que ser enfrentada. Nós também não podemos inventar o simulacro de que estamos avançando, com a melhoria da Proposta para a Universidade. Isso, para mim, é coisa para motivar, para ampliar a discussão, para sintetizar conquistas e acúmulos, mas não substitui a necessidade de aprofundamento de determinadas questões essenciais que a gente vai ter que enfrentar, sob pena de ficarmos nesse marasmo” (Márcio Antonio de Oliveira, 30/11/94).

O resgate histórico feito neste capítulo, apesar das suas insuficiências, permite afirmar que, no período de 1989 a 1994, a ANDES-SN sustentou, ao nível das concepções,

princípios e proposições de luta, a sua *identidade*, apesar da persistência (ampliada) das dificuldades básicas que entravavam a consolidação da sua *dimensão sindical*. Por injunções históricas e limites internos do movimento, suas ações neste campo foram progressivamente se ampliando, ao mesmo tempo em que decresciam, após a elaboração do seu Projeto de LDB, as realizações de impacto no campo da política educacional, que são expressivas da sua dimensão *acadêmica*.

Na prática, foram ganhando maior visibilidade as ações empreendidas no campo especificamente sindical das lutas dos docentes das IFES, o que foi reforçador da configuração da entidade como representativa, quase que apenas, desses docentes. Mas o conteúdo e a relevância das ações academicamente engajadas, apesar do seu alcance limitado e de sua menor visibilidade, deram suporte - em suas interligações mais acentuadas com as lutas do conjunto dos trabalhadores brasileiros - à reafirmação de sua singularidade, seja como entidade que ainda não abriu mão de representar todos os docentes do ensino superior brasileiro, seja como um sindicato singular, que perservera em manter a sua identidade constitutiva básica, apesar das mudanças e adversidades (conjunturais e internas) ocorridas nesse período.

A ANDES-SN não sofreu, portanto, neste período, uma *redefinição* da sua identidade. Lutou, isto sim, por *reafirmá-la*, buscando responder às injunções internas e externas que a tensionavam/ameaçavam. Os limites das ações empreendidas nesta direção devem ser compreendidos à luz da própria trajetória (dinâmica e contraditória) da entidade, *vis à vis* às mutações históricas que foram se processando na sociedade brasileira.

Considerações Finais

A ANDES-SN DESVELADA: ALCANCES E LIMITES DE UM SINDICALISMO DE INTELLECTUAIS

*"A crise é o momento em que o velho morre
e o novo ainda não pode nascer".
(Antonio Gramsci)*

Realizada e concluída sob a égide da crise contemporânea, esta pesquisa foi motivada, política e academicamente, pelo desejo de vislumbrar caminhos para a sua superação. Nela, *busca de rigor intelectual e paixão* se imbricaram ao pisar a esteira da *história e memória da ANDES-SN*, no período estudado (1981-1994).

O produto final desta investigação, expresso na reconstituição da trajetória do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, configura uma *contribuição essencialmente histórica*, inserida no campo das ciências sociais, em suas interconexões com o da educação brasileira, como política social.

A *história e memória* do movimento docente nacionalmente organizado, resgatadas nesse processo, desvelam uma ANDES-SN exaustivamente examinada segundo o olhar, as preocupações políticas e as inquietações da autora. O forte apelo ao suporte documental e às entrevistas traduz, assim, o meu próprio discurso sobre os conteúdos dos textos pesquisados e dos depoimentos colhidos. Entendendo que fontes e abordagens de problemas são indissociáveis e não se esgotam em si mesmos, mas se reconstróem através do próprio trabalho de sua reconstituição histórica, busquei produzir um conhecimento novo sobre o objeto estudado, orientando-me pela visão de mundo assumida e pelas questões centrais da pesquisa, formuladas na introdução desta tese.

A *singularidade* da ANDES-SN como um *sindicato de intelectuais*, entendida como síntese tensionada e tensionante de suas dimensões *acadêmica e especificamente sindical*, constitui, em si mesma, a *fonte primeira* dos alcances e limites inerentes à sua própria *identidade* no sentido de contribuir para a construção histórica da *identidade de classe* dos trabalhadores. Desta perspectiva, pode-se dizer que o *cerne da dimensão especificamente sindical da ANDES-SN localiza-se no próprio confronto histórico entre o público e o privado na sociedade brasileira, que transcende em muito os limites de qualquer ação sindical institucionalizada* e que o *cerne da sua dimensão acadêmica situa-se na sua concepção, proposição e defesa de um projeto de universidade que, cada vez mais articuladas a*

formulações para o sistema educacional brasileiro como um todo, constituem uma alavanca para as transformações políticas e sociais pretendidas pelo movimento dos docentes universitários.

Ancorada na natureza e nas especificidades do trabalho docente, esta singularidade se materializou, como analisado no capítulo 1, em uma organização nacional que, emergindo da afirmação/reafirmação da identidade profissional dos intelectuais brasileiros como trabalhadores, transformou parte deles em expressão do que pode se configurar como *intelectual orgânico coletivo*, com *identidade ímpar* e em si mesma favorecedora da contribuição à (re)construção da *identidade de classe dos trabalhadores*, entendida como condição indispensável para a sua libertação dos grilhões da sociabilidade capitalista e para a construção simultânea de uma sociabilidade emancipatória. O *imbricamento histórico-processual das tentativas de construção dessas identidades tomou-se, assim, um determinante fundamental para a análise da trajetória deste sindicato de intelectuais.*

A reconstituição do processo de criação da ANDES permitiu detectar (no capítulo 2) a natureza e o conteúdo das motivações que levaram parte desses intelectuais (como *trabalhadores assalariados*) a se organizar sindicalmente, bem como as tensões e conflitos que se manifestaram na definição das concepções e práticas que conformaram a singularidade da sua ação sindical. Esta singularidade se expressou em uma estrutura orgânica também original, com destaque para as funções de elaboração teórica e de intervenção política que foram sendo desenvolvidas pelos GT's e, em especial, pelo GTPE (capítulo 3).¹

Do resgate feito nesses dois capítulos foram emergindo, com nitidez crescente, alguns *traços constitutivos limitadores e potencializadores* do pleno exercício da identidade da ANDES-SN e, pois, de uma intervenção na realidade coerente com o perfil político-ideológico, com as finalidades e com os objetivos então traçados pelos que a criaram. Esses traços, que se reportam diretamente às duas dimensões constitutivas da singularidade do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - a *acadêmica* e a *especificamente sindical* - foram se revelando, se (re)afirmando e se (re)dimensionando no percurso histórico da entidade, reconstituído segundo a periodização adotada, que se traduziu na estruturação dos demais capítulos desta tese.

¹ Como procurei demonstrar, a ANDES-SN se empenhou, na prática teórica e nas intervenções concretas, no sentido de construir uma estrutura efetivamente nova para o sindicalismo brasileiro, que se valesse da originalidade e dos princípios motores da própria estrutura orgânica da entidade. Seus insucessos nesta direção indicam não só os limites dessa pretensão, mas as razões históricas que levaram e levam à preservação de traços definidores de uma estrutura sindical "herdeira" do sindicalismo varguista. Neste sentido, o percurso feito pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior oferece muitas contribuições ao debate ensejado por Armando Boito Júnior sobre a persistência de um "sindicalismo de Estado" no Brasil.

Como expressão de **traços limitadores** dessa identidade foram reconhecidas e resgatadas duas *dificuldades básicas* que marcaram e ainda marcam a caminhada do movimento docente: as suas *relações com o movimento sindical brasileiro - em particular, com a CUT - e os desequilíbrios nas relações entre os "setores institucionais" em que se distribuem os professores da educação superior do país, organizados na ANDES-SN*. Nos diferentes períodos históricos estudados, essas dificuldades foram se concretizando de modo próprio e crivado pela contextualidade histórica correspondente, revelando os limites de uma prática sindical que se pretendeu e se pretende, da parte de suas direções e de seus militantes, orientada pela construção de um projeto de educação e de sociedade voltado para a construção de uma racionalidade compromissada com as classes trabalhadoras.

Não se pode esquecer que, segundo a visão de mundo adotada, as organizações sindicais são "criaturas do capitalismo". Assim, o mérito da ANDES foi o de pretender, sempre, uma leitura adequada e abrangente da realidade, que lhe permitisse transpor os limites econômico-corporativos da ação sindical, valendo-se das próprias especificidades do trabalho docente e definindo um horizonte político permanentemente orientado pela busca de transformações sociais, notadamente no campo da política educacional, como suporte dinâmico dessas transformações.

Assim, nesses mesmos períodos, foram igualmente pesquisados os **traços potencializadores** de sua contribuição ao movimento sindical brasileiro e às lutas mais gerais pela construção de uma educação e de uma sociedade novas - ou de um "projeto alternativo democrático-popular". Identificados principalmente na sua *estrutura organizativa*, em suas *concepções políticas* e no *ideário norteador de suas práticas específicas* (que revelaram maior força e consistência no plano das intenções e do discurso, com destaque para a sua capacidade crescente de elaboração de análises de conjuntura),² esses traços foram se exprimindo sobretudo através das formulações teóricas, proposições e ações sindicais da ANDES-SN no campo da *política educacional*, como elementos-chave para o exercício de sua *dimensão acadêmica*, tanto nas suas relações com os movimentos sindical e popular, quanto nas suas relações com os "intelectuais renomados"/entidades acadêmico-científicas e ainda nos seus enfrentamentos com o Estado-patrão e com o empresariado da educação superior brasileira.

² Importa ressaltar que essa inegável potencialidade do sindicalismo dos docentes traz embutidas algumas armadilhas, como a da tendência histórica de um privilegiamento maior da ação imediata e/ou da prática teórica em detrimento da sua capacidade de intervir diretamente na realidade, segundo as estratégias, táticas e planos de luta definidos a partir dessas análises. Tanto é que, à medida em que os desafios conjunturais foram se complexificando e se ampliando, notadamente com a implementação crescente do projeto neoliberal no Brasil, aumentaram consideravelmente - em quantidade e qualidade - as elaborações teóricas do sindicato, como demonstrado no capítulo 6. Corre-se o risco, assim, de reduzir o horizonte de expectativas a esse privilegiamento (defensivo e compreensível, diante de tantas adversidades históricas) da prática teórica, inclusive como um "refúgio" para as vicissitudes vividas pelos que se mantiveram no ideário das esquerdas e se recusam a aceitar/difundir a eternidade do capitalismo. Tudo isto deve ser dimensionado a partir das características da base social que, crescentemente, oscila entre o academicismo e o "apoliticismo" conservador.

Uma síntese da materialização (imbricada) desses traços nos períodos estudados permite avaliar melhor a pertinência da sua identificação e a sua persistência/desenvolvimento ao longo do tempo pesquisado.

Nos anos de 1981 a 1984, na contextualidade do “renascer orgânico” das classes trabalhadoras, o movimento docente procurou empreender a crítica e denúncia da racionalidade capitalista como forma de auto-afirmar-se em sua identidade e de definir o seu lugar no conjunto das relações de forças sociais então existentes. *O combate à política educacional do governo*, capitaneado pelas reivindicações dos docentes das IFES, tornou-se a pedra de toque para a definição de estratégias e táticas de luta que unificassem os docentes dos três “setores institucionais” em torno de bandeiras específicas da categoria e de interesse do conjunto dos trabalhadores. Essas bandeiras expressavam, assim, o esforço de politização necessário tanto ao tratamento unitário dos docentes do ensino superior organizados na ANDES como ao intento de articulação/inserção no “novo sindicalismo”, que deveria concretizar-se em alianças estabelecidas, preferencialmente, com os servidores públicos e com os professores dos demais graus de ensino.

No decorrer desse processo, foi-se delineando e afirmando a sua postura política de *resistência transformadora*, calcada em reivindicações não corporativistas/economicistas e no esforço de colocar a crise da universidade e do sistema educacional brasileiro na ordem do dia do movimento sindical e do movimento social organizado no campo democrático-popular. O horizonte político, interpretado segundo a visão gramsciana que orientou a pesquisa, era o da valorização/fortalecimento de uma vontade coletiva nacional-popular que, fundada em um programa de reformas econômicas, viabilizasse a construção democrática, participativa - cotidiana, molecular - do “novo dentro do velho”, naqueles primeiros anos da “década da esperança”.

Os empecilhos a esse ideário e a esse projeto sindical desde cedo foram se apresentando. Apesar da correção das análises e posturas da ANDES no que se refere à sua presença nos ENCLAT's e nos CONCLAT's - e, posteriormente, na CUT -, o seu esforço de inserção no movimento sindical “combativo e classista” visando contemplar as especificidades do sindicalismo da categoria mediante a proposição de bandeiras na área educacional articuladas às bandeiras de luta mais prementes dos trabalhadores não foi bem-sucedido no sentido de produzir frutos imediatos. A defesa do ensino público e gratuito como eixo norteador dessa inserção não se revelou historicamente forte o suficiente para sensibilizar as “bases” da categoria para uma articulação orgânica - formal e efetiva - na CUT nem para ser devidamente encampada pelo “novo sindicalismo”, fortalecendo a sua unidade.

As fragilidades no estabelecimento das relações da ANDES com o “novo sindicalismo”, nesse período estudado, podem ser explicadas, de um lado, pelas dificuldades da própria categoria em se assumir como parte das classes trabalhadoras (e, pois, de integrar harmonicamente as dimensões *acadêmica* e *especificamente sindical* da identidade do movimento docente) e, de outro, pela tendência das demais categorias de trabalhadores de perceber/assimilar os docentes universitários de modo diferenciado, em decorrência da divisão social do trabalho historicamente estabelecida. Além desse determinante estrutural, a despolitização das bases do movimento docente e a cisão que se processou, naquela conjuntura, no seio do próprio sindicalismo brasileiro, também contribuíram decisivamente para dificultar uma organicidade maior da entidade em suas relações com o “novo sindicalismo”.³

No próprio âmbito interno do movimento docente, a necessidade de definir uma “política de transição”, orientadora das lutas dos docentes das IPES - e que fosse efetivamente incorporada pelos militantes dos demais setores institucionais - sedimentou-se como fonte de tensões e conflitos, que se concentraram na questão do *repasso de verbas públicas para as IPES*. Esses conflitos foram, certamente, bem mais profícuos em seus resultados: além de ensejarem uma rica discussão inicial sobre a educação brasileira e a privatização do ensino, permitiram a concepção e defesa de um “padrão único” de qualidade para a educação superior que foi se tomando um dos pilares de sustentação do projeto de universidade do movimento. De fato, tendo como referencial primeiro a função social da universidade e seu caráter público (não necessariamente estatal), impunha-se para a ANDES enfrentar a realidade de um ensino superior administrado e ministrado, em sua grande maioria (cerca de 70%) pela iniciativa privada. Tratava-se de construir uma política de “desprivatização progressiva” das IPES calcada em princípios, critérios e procedimentos consagrados pelo movimento docente, centrada na concretização desse “padrão único” e que permitisse a superação gradual dos entraves à ministração do ensino privado como serviço público, mediante a preponderância de valores e critérios educacionais sobre as ações administrativas. Esta seria a forma, como vimos, de contraposição eficaz ao “padrão único privado” defendido pelo MEC, pela maioria do CRUB e pelas mantenedoras, que implicava a desobrigação completa do Estado para com a oferta da educação superior gratuita e a ampliação das oportunidades de investimento do capital privado neste campo.

³ A ocorrência de discordâncias entre a entidade e os organizadores dos eventos nacionais de trabalhadores ocorridos no período no que se refere à representação dos professores universitários (notadamente da rede particular) é emblemática dessas dificuldades: ao mesmo tempo em que a direção do movimento se esforçava por convencer as suas “bases” a se portarem como integrantes do conjunto dos trabalhadores sofria, nesse conjunto, restrições à representação/participação da categoria.

O esforço empreendido no sentido de definir/encaminhar formas de luta “unitárias” de tratamento da diversidade e das divergências intra e inter setores institucionais dos docentes em torno dessa questão foi árduo e conflituoso, mas bem-sucedido na perspectiva do seu aprofundamento e da definição de balizas e rumos para a intervenção da ANDES. A unidade, a integração e o equilíbrio entre as lutas dos docentes desses setores estavam longe de serem consolidadas, mas esses debates e iniciativas certamente contribuíram para afirmar, nesses primeiros anos, a *singularidade da ação sindical da entidade* e a sua *pretensão de representar todos os professores universitários do país*.

Tomou-se evidente, pela reconstituição feita, que a *afirmação da identidade* deste sindicalismo de intelectuais nesses primeiros anos certamente também se deveu, em muito, à elaboração, debate e apresentação formal da *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*. Os *traços potencializadores* do alcance das ações dos docentes se consubstanciaram nesta realização que, além contribuir para a unidade interna do movimento, representou, em seus limites, uma demonstração pública da capacidade de intervenção da ANDES na política educacional. Forjada nas lutas travadas, essa *Proposta* representou, em seu conteúdo e intentos, a resposta dos professores do ensino superior ao desafio de reestruturação da universidade, em contraposição aos desígnios do governo e dos empresários. Ela significou, sob este prisma, um salto de qualidade na articulação das dimensões *acadêmica e especificamente sindical* da ANDES, consubstanciada na elaboração de um projeto efetivamente transformador, que transcendia o caráter corporativo das ações sindicais. As repercussões internas e sobretudo externas (favoráveis) que provocou atestam o significado histórico e a importância política desta iniciativa, na trajetória do movimento docente.

De um modo geral, é possível afirmar que o apelo à *unidade do movimento docente e do movimento sindical* para fazer face às injunções conjunturais, centrado na política educacional como mediadora de suas relações com as forças sociais organizadas e com o Estado, consubstanciou-se, no período de 1981 a 1984, em realizações que suplantaram os traços constitutivos limitadores da identidade da ANDES, revelando-a à opinião pública e à sociedade como uma nova força social coletiva, que agregava respeitabilidade e legitimidade.

No período seguinte (1985 - 1988), a entidade nacional dos docentes universitários demonstrou combatividade e empenho no sentido de enfrentar esses limites, através de ações que potencializassem a sua identidade singular. Defrontando-se com as divergências internas que foram se explicitando em torno da adesão ou não à transição pelo alto que se processava com a “Nova República” e vivenciando uma primeira disputa eleitoral que punha em xeque o ideário, as concepções e as práticas definidas no nascedouro da entidade e

vivenciadas no período anterior, a direção política majoritária no movimento docente logrou reafirmar-se nas urnas, preservando e solidificando as dimensões constitutivas da singularidade da ANDES e buscando interligá-las mediante intervenções teórico-práticas que permitissem avançar harmonicamente em ambas, no contexto dos novos desafios que se colocavam.

Neste segundo quadriênio de sua existência, os limites e potencialidades dos traços constitutivos da singularidade da ANDES se desvelaram em sua plenitude. Respalhada em análises de conjuntura mais densas e alicerçadas na preocupação estratégica de avaliar as relações de força para definir conteúdos e procedimentos de luta, a direção política hegemônica no movimento docente sustentou com convicção a perspectiva política de *resistência transformadora* diante das injunções da “nova ordem” instaurada, em que a guerra de posições então travada com os poderes instituídos e as forças conservadoras abria novas possibilidades de ação/ocupação de espaços e se revestia de uma complexidade bem maior que os enfrentamentos ao regime ditatorial dos anos precedentes.

Este período, como demonstrado, foi decisivo para a continuidade do processo de aproximação da ANDES do “novo sindicalismo”, para a afirmação de “direito” da sua dimensão sindical (dada pela transformação da entidade em sindicato) e também para uma redefinição da presença e da relação entre os militantes dos diferentes setores institucionais, sempre marcada pela questão da transferência de recursos públicos para as IPES. Inversamente ao ocorrido no período anterior, os esforços de superação dessas dificuldades básicas foram mais frutíferos no terreno da afirmação da dimensão sindical da entidade que no terreno da sua inserção nas IPES, onde se registraram impasses e retrocessos.

De fato, nas relações com o “novo sindicalismo”, processou-se uma aproximação mais consistente e conseqüente da ANDES em direção à CUT. Embora a decisão de filiação a esta Central tenha sido adiada várias vezes, as iniciativas tomadas (elaboração de boletins especiais, do *Cadernos Andes* nº 5, realização de um seminário nacional sobre a questão sindical, participação nas greves gerais ocorridas e, sobretudo, a deliberação congressual de explicitar uma maior afinidade da ANDES com a CUT, privilegiando as ações conjuntas com a mesma) representaram avanços significativos na perspectiva da inserção orgânica da entidade no “novo sindicalismo”.⁴

As polêmicas resultantes dessa deliberação congressual não abalaram, como temia a direção nacional do movimento docente, as ações da entidade no campo institucional, sobretudo aquelas centradas nos esforços de participação no processo constituinte. Segundo alguns depoimentos colhidos, a decisão de reverter a “política de transição” da

⁴ Evidentemente, esses avanços devem ser lidos no âmbito restrito da militância e da direção da ANDES, uma vez que as “bases” do movimento continuavam apresentando resistências às proposições e práticas de inserção no conjunto dos trabalhadores organizados.

ANDES no tocante ao repasse de verbas públicas para as IPES como condição para a permanência da entidade no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública teve um impacto bem mais negativo para a presença da entidade entre os docentes deste setor, contribuindo para o seu refluxo no movimento nacional. Por sua vez, a decisão de transformação da ANDES em sindicato, na qual se depositavam maiores expectativas de inserção da entidade neste setor, acirrou tensões e conflitos com os SINPRO's e suas entidades representativas em nível nacional (CNTEEC, CONTEE), introduzindo ainda novos desafios, como o da ênfase crescente nas ações jurídicas em detrimento da luta política pelas reivindicações do movimento dos professores das IEES e, principalmente, das IFES.

Em que pesem estas novas tensões e problemas, a ANDES-SN inegavelmente avançou, no período, em relação à afirmação da sua dimensão sindical, alargando os limites da sua inserção no "novo sindicalismo" e se afirmando, de direito, como entidade sindical. Ao mesmo tempo, as suas lutas no campo da política educacional fortaleceram sobremaneira a sua dimensão *acadêmica*: o combate vitorioso ao projeto do GERES, os progressos substanciais alcançados no debate e na formulação de concepções e propostas de avaliação institucional e dos docentes (a despeito das batalhas perdidas na guerra declarada contra o MEC e os empresários da educação) e a elaboração e defesa da *Plataforma dos Docentes para a Constituinte* são realizações marcantes e emblemáticas da potencialização dos traços constitutivos favorecedores do exercício da singularidade deste sindicato de intelectuais.

Este período foi rico, em suma, para a *reafirmação da identidade da ANDES-SN*, face aos abalos sofridos e às ameaças provenientes dos "cantos de sereia" da "Nova República". É possível considerar que o período seguinte, bem mais desafiante pela implantação do neoliberalismo no país, encontrou a entidade fortalecida para os embates que travaria na sua luta de *resistência transformadora*. No entanto, as adversidades conjunturais e os novos problemas decorrentes da transformação da entidade em sindicato, que acentuaram o refluxo dos docentes das IPES no movimento nacional, em muito contribuíram para a capacidade de a ANDES-SN conjugar, equilibradamente, as dimensões constitutivas da sua identidade, certamente enfraquecida pela representação inexpressiva dos professores da rede privada.

Como registrado no capítulo 6 desta tese, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior desenvolveu ao máximo, no período de 1989 a 1994, o seu potencial de elaborar análises de conjuntura para fazer face aos desafios colocados pelas eleições presidenciais de 1989, pelo governo Collor e seu *impeachment*, pela gestão presidencial de Itamar Franco e pela sucessão eleitoral deste governo. Essas análises, que alimentaram ações de vulto e planos de luta arrojados em defesa da construção de um projeto alternativo democrático-popular para a sociedade brasileira, espelham, de um lado,

uma contribuição inestimável e específica da entidade na perspectiva da resistência e combate à lógica neoliberal e, de outro, a fragilidade de suas inserções no “campo progressista” das forças sociais em presença: o lema *resistir, organizar, avançar* não teve eco suficiente para provocar reações de monta junto aos movimentos sindical e popular e, nem mesmo, junto às “bases” do movimento docente.⁵ Dentro desses limites, a ANDES-SN exerceu a singularidade de um sindicato de intelectuais que, materializada em análises, proposições e realizações - mesmo sem o alcance desejado - reafirmaram a sua identidade em suas dimensões constitutivas na perspectiva do compromisso com as lutas emancipatórias das classes trabalhadoras e dos excluídos, notadamente ao nível das intenções e da prática teórica efetivada.

O resgate feito no capítulo 7 revela que, apesar de toda a combatividade e competência analítica reveladas pela ANDES-SN no enfrentamento do projeto neoliberal, o período de 1989 a 1994 notabilizou-se, no cotidiano de lutas da entidade, pela persistência das dificuldades básicas que demarcaram a sua trajetória, agora acentuadas pelas tentativas de uma inserção orgânica efetiva na CUT e complexificadas pela sua transformação em sindicato, com os conseqüentes desafios de implantação sindical em todos os setores institucionais do movimento docente nacionalmente organizado. Esperava-se que essa transformação favorecesse a filiação da entidade à CUT, de fato ocorrida no início de 1989 e, portanto, uma maior inserção orgânica do movimento docente na Central. No entanto, essas deliberações ampliaram as dificuldades que permearam o percurso da ANDES-SN no campo especificamente sindical, aumentando os problemas da sua representação dos docentes das IPES.

Pretendia-se, com a filiação da entidade à CUT, colocar a sua dimensão *acadêmica* organicamente a serviço do conjunto do movimento sindical, integrando de modo mais consistente e conseqüente as dimensões constitutivas da sua identidade. Dirigentes e militantes tinham clareza quanto aos objetivos dessa filiação e aos espaços/formas de luta a serem desenvolvidos: a prática teórica subsidiadora das grandes deliberações políticas da Central e uma atuação centrada no DNTE e nas questões da política educacional. Para tanto, seria fundamental a participação dos militantes, através das AD's-SSinds, no cotidiano das CUT's Estaduais e Regionais.

⁵ As adversidades conjunturais em nível internacional e nacional contribuíram, sem dúvida, para enrijecer os limites da prática sindical da ANDES-SN enquanto força social inserida no universo de lutas anticapitalistas, aumentando a distância política entre a direção e as “bases” (renovadas e ainda mais despolitizadas) do movimento docente. Além disso, o predomínio de determinadas abordagens teóricas (como a gramsciana, marcadamente no biênio 1992-94) nas análises de conjuntura realizadas traduzem a influência direta e reconhecível de determinados intelectuais orgânicos do movimento que, por sua vez, também se distanciam - em diferentes graus - no conjunto da Diretoria, como elaboradores e, mais ainda, das próprias “bases” do movimento. Por outro lado, essas elaborações passam a contribuir para a elevação cultural do nível de debates dos docentes, politizando as discussões e deliberações tomadas nos eventos nacionais e nos locais de trabalho (AD's-SSinds e espaços institucionais).

No entanto, esses objetivos e expectativas logo foram confrontados com uma realidade adversa. Ao nível das deliberações políticas de monta, foram se estabelecendo divergências, algumas de fundo, entre a entidade e a CUT, no que se refere à sua tendência de integração passiva à ordem, que se traduziam, por exemplo, em decisões como a de filiação da Central à CIOLS - organismo internacional que, no olhar dos militantes da ANDES-SN, não se enquadrava no perfil combativo e classista pleiteado para a CUT e para o movimento docente - e nas deliberações da própria CUT quanto à sua estrutura vertical, que foi resultando no crescimento de confederações e federações em seu interior.

Além disso, os embates da ANDES-SN com a CONDSEF e a CONTEE, em torno da disputa de base e das ações judiciais, também conflitaram a presença da entidade no interior da Central, sem falar no jogo de tendências políticas nela existente, ao qual a ANDES-SN pretendeu, na maior parte do tempo e ao nível do discurso, se furtar, o que reduziu o seu poder de interferência nas decisões políticas. Por sua vez, a participação das AD's na vida da Central, seja nos eventos nacionais, seja em nível estadual e regional, apesar de alguns avanços quantitativos registrados, continuou precária. Isto representou, no período estudado, um sério entrave às pretensões de inserção orgânica e de interferência nos rumos a serem tomados pela CUT, na contextualidade de uma crise (internacional e nacional) sem precedentes. Mesmo assim, a ANDES-SN conseguiu ser relativamente bem-sucedida em suas pretensões de inserção e intervenção no DNTE, o que contribuiu, sem dúvida, para alavancar as questões educacionais no interior da Central, embora essas questões não tenham se tornado, efetivamente, uma prioridade.⁶

A relevância desses entraves de naturezas várias para uma efetiva inserção orgânica da ANDES-SN na CUT expressa a justa medida dos limites que representam para a afirmação plena da identidade deste sindicalismo de intelectuais. Superá-las, além de ser um imperativo, requer a transcendência do caráter burocrático que ainda se faz presente nas relações da entidade com a Central e constitui um desafio que, implicando ações e reações da própria CUT, não pode ser enfrentado/resolvido apenas pela ANDES-SN.⁷

Os próprios esforços de implantação sindical da entidade, em uma conjuntura crescentemente adversa e desestimulante, parecem ter concorrido, contraditoriamente, para que o investimento nas relações com a CUT não se tomasse prioritário, nas ações empreendidas pela ANDES-SN neste último período estudado. Com efeito, a busca de

⁶ Na raiz de todas essas dificuldades de mão-dupla, reaparecia o problema da divisão social do trabalho, acionadora de barreiras entre "trabalhadores manuais" e "trabalhadores intelectuais". Essas barreiras, por sua vez, eram reforçadas por algumas posturas de dirigentes da ANDES-SN, apesar de a reestruturação produtiva em curso estar colocando cada vez mais em xeque essa divisão social imposta pela racionalidade capitalista.

⁷ O fato de as "bases" do movimento docente continuarem refratárias a uma inserção orgânica efetiva no movimento sindical certamente arrefece ou modula a disposição das direções de priorizar a questão sindical, apesar das deliberações neste sentido tomadas no período e das ênfases e expectativas colocadas nas ações do GTPS.

expansão e consolidação da entidade nos três setores institucionais dos professores universitários, embora muito enfatizada como prioridade, não foi exitosa, particularmente no que se refere aos docentes das IPES, cujo refluxo continuou marcante no movimento nacional.

O esforço de concretizar essa implantação articulando as lutas específicas dos diferentes setores, necessário e correto, revelou-se complexo, desvelou novos problemas e desafios para os docentes de todos os setores institucionais e não produziu resultados quantitativos relevantes ao nível da criação de novas AD's e/ou da sua transformação em Seções Sindicais nas IPES. No entanto, especial atenção deve ser dada aos ganhos qualitativos resultantes desse esforço, sobretudo no que se refere a uma rediscussão sobre o confronto histórico entre o público e o privado na educação superior brasileira que, impulsionada pelos militantes das IPES (embora muito minoritários), contribuiu para trazer de volta, com centralidade, a questão da "política de transição" da ANDES-SN para a universidade brasileira e, com ela, a defesa de um padrão unitário de qualidade para as IES de todo o país. Disto resultou, em parte, o empenho em atualizar a própria *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira*, nela incluída a questão nodal e premente do controle do repasse de verbas públicas para as IPES.⁸

Apesar dos avanços organizativos e de alguns resultados positivos obtidos no processo de implantação/consolidação da ANDES-SN nas IEES e nas IPES, ao final do período de 1989 a 1994 a ANDES-SN continuava representando predominantemente os docentes das IFES, então envolvidos em novos problemas que desafiavam a sua solidez e poder de intervenção naquela contextualidade adversa, impelindo-os a se concentrarem em suas lutas imediatas/específicas, de caráter econômico-corporativo. Pode-se afirmar, de um modo geral, que os esforços empreendidos nesta direção - sobretudo ao nível das análises, proposições e encaminhamentos -, voltaram-se para a superação dessas dificuldades sem perder de vista a convergência das dimensões *acadêmica* e *especificamente sindical* e o fortalecimento da inserção da entidade na CUT, mas não lograram os intentos pertinentemente traçados e perseguidos, embora centrando-os em questões fundamentais (setorializadas e gerais) que poderiam mobilizar os sindicalizados como um todo.⁹

A persistência desses limites (redimensionados) no exercício da dimensão *especificamente sindical* da ANDES-SN não deve obscurecer os avanços efetivamente obtidos nem tampouco a maior imbricação concreta entre as duas dimensões constitutivas

⁸ Além desse ganho qualitativo, este esforço resultou, também, em um melhor funcionamento das instâncias regionais da ANDES, em avanços na estruturação da sua assessoria jurídica e em uma melhor integração entre os docentes dos diferentes setores, através da campanha "adote uma particular".

⁹ As análises dos entrevistados de diferentes setores institucionais a este respeito são ricas e fornecem importantes contribuições à definição de novas posturas e procedimentos voltados para a superação desse sério traço limitador da identidade da ANDES-SN.

da sua identidade. A reconstituição feita deste período autoriza a afirmação da tese de que, em circunstâncias muito desfavoráveis e ameaçadoras, a entidade conseguiu sustentar a sua identidade original, reafirmando-a inclusive pelas suas maiores realizações no campo da política educacional: a *elaboração e defesa de um projeto de LDB*; os saltos qualitativos na proposição/implementação de *propostas de avaliação institucional interna e externa* (apesar das novas batalhas perdidas contra o MEC, a ANDIFES e os empresários da educação); as incursões no campo das *relações educação-trabalho* (envolvendo a própria CUT) e a retomada/atualização da *Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira* (iniciada ao final deste período). Embora as ações empreendidas no campo especificamente sindical, capitaneadas pelas greves e intervenções econômico-corporativas dos docentes das IFES, tenham ganho uma maior visibilidade - o que levou alguns dos entrevistados a temerem/afirmarem a perda ou inflexão em sua identidade original -, a ANDES-SN conseguiu, efetivamente, reafirmar a sua singularidade, ao tentar dar respostas às injunções internas e externas que a tensionavam ou abalavam, acionando, como lhe foi possível, as suas dimensões constitutivas básicas.

Permeada pelas tensões e contradições inerentes aos limites vivenciados, a própria prática sindical da ANDES-SN, apesar de todas as "salvaguardas democráticas" da sua estrutura orgânica, não ficou - nem poderia permanecer - imune a problemas presentes (em grau maior) em outras organizações sindicais. É preciso levar em consideração, ainda, as repercussões do corte de verbas para as Universidades públicas e, em particular, o impacto da degradação salarial sobre as condições de vida e de trabalho dos docentes universitários. Isto vem repercutindo fortemente na transformação do perfil da categoria: os processos de aposentadoria, forçados pelas medidas neoliberais dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, fomentaram a intensificação de práticas fortemente individualistas e despolitizadas no fazer universitário.¹⁰

Assim, a capacidade de *resistência política e de intervenção transformadora* do Sindicato Nacional foi sendo crescentemente posta em xeque pelas injunções históricas que se impuseram aos movimentos sociais organizados no "campo da esquerda", no Brasil e no mundo. Dos "cantos de sereia" da "Nova República" ao "Fora Collor!" - perpassados pelo avanço do projeto neoliberal (com a sua impregnação ideológica), pela reestruturação produtiva em nível mundial e pela queda do Leste Europeu - chegou-se aos descabros da "era Fernando Henrique Cardoso". Todas essas mutações, de grande impacto, geraram tensões, perplexidades e divergências que acabaram por fortalecer as divisões em seu interior - como, aliás, nos demais movimentos de corte classista/anticapitalista. Mesmo assim, os traços constitutivos da identidade da ANDES-SN, em sua dialeticidade,

¹⁰ As idéias contidas neste parágrafo e nos quatro seguintes, com pequenas alterações formais, foram por mim apresentadas no texto "ANDES-SN: um sindicato singular", publicado na *Revista da ADUFRJ*, nº 3, junho de 1999.

permaneceram como expressão da relevância histórica da entidade. Relevância esta que se materializou, inequivocamente, em suas intervenções firmes e decididas nos momentos de grandes inflexões nacionais e em suas proposições/ações no campo da política educacional (centradas na defesa permanente da universidade e da educação pública).

As dificuldades vivenciadas por este sindicato de intelectuais - sobretudo no último período estudado - não podem, ainda, ser descontextualizadas da própria crise em que se encontra imerso o movimento sindical classista, marcada pela desregulamentação das relações de trabalho, pelo desemprego estrutural e pela exclusão social crescente, fomentadora da miséria, da violência e da barbárie.

Neste contexto, é preciso não perder de vista a necessidade de reconstruir/reafirmar a identidade de classe dos trabalhadores e excluídos, como condição para construir um projeto político emancipador. Desta perspectiva, *importa preservar/consolidar a identidade original do movimento docente*, colocando-a efetivamente a serviço não só da categoria que o sindicato representa, mas da superação das crises (interna e externa) vivenciadas pelos movimentos sociais organizados no universo anticapitalista de lutas. Mais que nunca é necessário resgatar o lema que animou o movimento docente no início dos anos 90: "organizar, resistir, avançar".

É fundamental, para os que fazem a ANDES-SN, revisitar permanentemente as experiências do passado na perspectiva de potencializar ao máximo a *identidade* deste sindicato de intelectuais em seus traços favorecedores da contribuição específica que pode dar às lutas classistas contra a (des)ordem instaurada. Neste sentido, a sua *dimensão acadêmica* precisa ser posta em prática tanto no que se refere à politização de suas próprias "bases" quanto no que diz respeito à elevação da qualidade política das lutas especificamente sindicais dos docentes e das categorias de trabalhadores organizadas na CUT. Para tanto, a sua relação com os "intelectuais renomados" que se aproximam do "campo democrático-popular" ou nele se situam mas não aderem à prática sindical dos professores universitários requer tratamento especial e prioritário, visando aprofundar as razões dos limites existentes e superá-los: para que a distância entre "intelectuais sindicalistas" e "intelectuais de renome acadêmico", ao diminuir, favoreça a credibilidade e a força política da entidade e, pois, a sua *singularidade*.

A elaboração desta tese foi motivada exatamente por essa vontade política e acadêmica de contribuir para libertar as possibilidades inexploradas do passado, tendo em vista a construção molecular, no presente, de uma sociabilidade futura, justa e igualitária. A incursão feita nos documentos da ANDES-SN e a riqueza dos depoimentos colhidos sobre os temas e questões que foram revisitados na trajetória da entidade (1981-1994) ensejam novos estudos e aprofundamentos que - espero - sejam realizados pelos que produzem as

análises sociológicas e a história do movimento sindical brasileiro, na perspectiva do compromisso com as classes trabalhadoras.¹¹ Acredito que o investimento em estudos desta natureza, além de subsidiar a sua *ação especificamente sindical*, poderá ensejar a formação de núcleos de pesquisa centrados na interdisciplinaridade de campos de conhecimento (ciências sociais, educação, história, economia) - via GT's e nos espaços institucionais - que em muito pode contribuir, política e academicamente, para a superação da crise contemporânea, tendo em vista a perspectiva gramsciana de "acelerar o futuro". Merece prioridade, neste campo de sugestões de pesquisas, a questão da representação dos docentes das IPES, que permanece como um sério limite às pretensões e proposições da ANDES-SN.

Se as crises constituem momentos privilegiados em que "o velho morre e o novo não pode ainda nascer", há que mobilizar força e vontade política coletiva para que o novo nasça e se afirme, para que as potencialidades do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior se sobreponham aos seus limites. Só assim a entidade sindical dos professores universitários brasileiros, em sua identidade singular, continuará tendo uma ação significativa na história, que também continua.

¹¹ À guisa de colaboração final a este debate e à continuidade de estudos dessa natureza, permito-me apontar alguns temas e questões que esta pesquisa enseja:

- ao nível teórico-metodológico, as próprias linhas de análise por mim perseguidas para reconstruir a história e memória da ANDES-SN exigem um debate e um aprofundamento da sua pertinência e adequação às indagações que orientaram a realização desta pesquisa, com destaque para a questão do caráter produtivo do trabalho docente, tendo em vista a sua relevância/aplicabilidade em uma contextualidade histórica onde o conhecimento vem se tornando mais e mais uma mercadoria.
- ao nível do resgate da história e memória da ANDES-SN: o período mais recente (1995-1998), marcado pela "égide FHC", requer estudos com preocupações idênticas, seja na perspectiva da continuidade desta pesquisa (com os necessários e devidos aprofundamentos e aprimoramentos ensejados pelas análises e discussões que suscite), seja a partir de abordagens que enfatizem aspectos complementares aos aqui enfatizados.
- ao nível da dinâmica interna do movimento docente organizado na ANDES-SN, alguns aspectos exigem foco específico e aprofundamento: (a) as relações entre as direções, a "base" e a categoria dos professores universitários, na perspectiva dos limites representados pelo distanciamento entre o discurso hegemônico e o "perfil da categoria", com a sua devida atualização histórica; (b) as pretensões não corporativas e os eventuais desvios corporativistas que possam, efetivamente, comprometer a identidade singular da ANDES-SN; (c) os problemas de comunicação entre direção-base e entre AD's-SSinds: linguagem, agilidade, eficiência, adequação, sensibilização, politização e (d) os problemas decorrentes da crescente ocupação de espaços administrativos nas IES por integrantes do movimento docente, em nível local e nos diferentes escalões de poder;
- ao nível das relações/interlocuções do movimento docente com outros sujeitos sociais: (a) as relações entre a ANDES-SN e a CUT, privilegiando as percepções, análises e proposições da Central; (b) as relações da ANDES-SN com os servidores públicos e com as organizações sindicais de professores do primeiro e segundo graus de ensino; (c) as relações entre a ANDES-SN e as entidades acadêmico-científicas, notadamente no campo da educação, ciência e tecnologia e (d) as relações da ANDES-SN com intelectuais renomados, sindicalizados e não sindicalizados.

Bibliografia

- AGLIETTA, M. e BRENDA, A. *Les methamorphoses de la société salariale*, Paris, Calmann-Levy, 1984.
- AGUIAR, Flávio. "Propostas de avaliação institucional", in: *Cadernos da ADUF*, nº 4, João Pessoa, ADUFPB-JP, 1990.
- ALEM, Sílvio Frank. F. "História do sindicalismo no Brasil: uma periodização", in: *Revista Universidade e Sociedade*, Ano I, nº 1, 1991.
- _____. "Eppur si muove! o tempo, a história", in: *Revista Universidade e Sociedade*, Ano IV, nº 6, 1994.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil, 1930-1945*. Tese de Doutorado. São Paulo, UNICAMP, 1978.
- _____. "O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas", in: *Revista Debate e Crítica*, nº 6, julho 1975.
- ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo", in: SADER, E. e GENTILI, P. (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- _____. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- ANDES. *Boletim Nacional* - números 1 a 37 (abr. 1981 - nov. 1988)
- ANDES-SN. *Boletim Nacional* - números 38 a 45 (dez. 1988 - mai. 1990)
- _____. *Boletim - Informa ANDES* - números 1 a 11 (nov. 1990 - dez. 1991)
- _____. *Boletim - InformAndes* - fev. 1992 a nov.1994.
- ANDES. *Cadernos nº 1* (2a. edição atualizada). Juiz de Fora, 1988.
- _____. *Cadernos nº 2 - Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira*. (Reedição atualizada). Juiz de Fora, julho de 1986.
- _____. *Cadernos nº 4 - Plataforma dos docentes para a Constituinte*. Brasília, 1987.
- _____. *Cadernos nº 5 - A ANDES e a questão sindical*. Juiz de Fora, Zas Gráfica e Editora, outubro de 1987.
- ANDES-SN. *Cadernos nº 7 - II Seminário nacional: avaliação - trabalho intelectual e avaliação acadêmica*. Juiz de Fora, Zas Gráfica e Editora, fevereiro de 1989.
- _____. *Cadernos nº 8 - Relações internacionais*, João Pessoa, 1991.
- _____. *Cadernos nº 9 - O regime jurídico único*. Curitiba, 1992.
- _____. *Cadernos nº 10 - Educação e trabalho*. Brasília, 1993.
- _____. *Cadernos nº 13 - Memória da luta*. Brasília, 1994.
- _____. *Cadernos nº 14 - Carreira e capacitação docente*. Brasília, 1994.
- _____. *Cadernos nº 2 - Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira*. (Edição Especial - Atualizada e Revisada). Brasília, 1996.
- ANDES. *Carta de Florianópolis*, 1982, mimeo.

ANDES. *Carta de Piracicaba*, 1984, mimeo.

_____. *I CONAD - Relatório Final*. São Paulo, 1981, mimeo.

_____. *II CONAD - Relatório Final*. Salvador, 1981, mimeo.

_____. *III CONAD - Relatório Final*. Brasília, 1981, mimeo.

_____. *O I Congresso: um momento decisivo*. Documento divulgado no I Congresso Nacional da ANDES. Florianópolis, fevereiro 1982, mimeo.

_____. *Unidade do movimento: uma proposta para a direção da ANDES*. Documento para discussão nacional, março 1982, mimeo.

_____. *IV CONAD - Relatório Final*. Natal, 1982, mimeo.

_____. *V CONAD - Relatório Final*. Belo Horizonte, 1982, mimeo.

_____. *VI CONAD - Relatório Final*. Vitória, 1982, mimeo.

_____. *II Congresso Nacional - Ata e Anexos*. Fortaleza, 1983, mimeo.

_____. *VII CONAD - Relatório Final*. Rio de Janeiro, 1983, mimeo.

_____. *VIII CONAD - Relatório Final*. Goiânia, 1983, mimeo.

_____. *III Congresso Nacional - Relatório Final*. Piracicaba, 1984, mimeo.

_____. *IX CONAD - Relatório Final*. Belo Horizonte, 1984, mimeo.

_____. *X CONAD - Relatório Final*. Cuiabá, 1984, mimeo.

_____. *IV Congresso Nacional - Relatório Final*. Vitória, 1985, mimeo.

_____. *XI CONAD - Relatório Final*. Olinda, 1985, mimeo.

_____. *XII CONAD - Relatório Final*. Niterói, 1985, mimeo.

_____. *V Congresso Nacional - Relatório Final*. Salvador, 1986, mimeo.

_____. *XIII CONAD - Relatório Final*. São Paulo, 1986, mimeo.

_____. *XIV CONAD - Relatório Final*. Curitiba, 1986, mimeo.

_____. *VI Congresso Nacional - Relatório Final*. Goiânia, 1987, mimeo.

_____. *I CONAD Extraordinário - Relatório Final*. Brasília, 1987, mimeo.

_____. *XV CONAD - Relatório Final*. Brasília, 1987, mimeo.

_____. *XVI CONAD - Relatório Final*. São Luiz, 1987, mimeo.

_____. *I Congresso Extraordinário - Relatório Final*. Brasília, 1987, mimeo.

_____. *VII Congresso Nacional - Relatório Final*. Juiz de Fora, 1988, mimeo.

_____. *XVII CONAD - Relatório Final*. Porto Alegre, 1988, mimeo.

_____. *XVIII CONAD - Relatório Final*. João Pessoa, 1988, mimeo.

ANDES-SN. *II Congresso Extraordinário - Relatório Final*. Rio de Janeiro, 1988, mimeo.

_____. *VIII Congresso Nacional - Relatório Final*. São Paulo, 1989, mimeo.

_____. *XIX CONAD - Relatório Final*. Uberlândia, 1989, mimeo.

_____. *XX CONAD - Relatório Final*. Belém, 1989, mimeo.

_____. *IX Congresso Nacional - Relatório Final*. Londrina, 1990, mimeo.

_____. *XXI CONAD - Relatório Final*. Aracaju, 1990, mimeo.

- ANDES-SN. *XXII CONAD - Relatório Final*. Campo Grande, 1990, mimeo.
- _____. *X Congresso Nacional - Relatório Final*. Curitiba, 1991, mimeo.
- _____. *II CONAD Extraordinário - Relatório Final*. Brasília, 1991, mimeo.
- _____. *XXIII CONAD - Relatório Final*. Maceió, 1991, mimeo.
- _____. *XI Congresso Nacional - Relatório Final*. Cuiabá, 1992, mimeo.
- _____. *XXIV CONAD - Relatório Final*. Fortaleza, 1992, mimeo.
- _____. *III CONAD Extraordinário - Relatório Final*. Brasília, 1992, mimeo.
- _____. *XXV CONAD - Relatório Final*. Piracicaba, 1992, mimeo.
- _____. *XII Congresso Nacional - Relatório Final*. Manaus, 1993, mimeo.
- _____. *XXVI CONAD - Relatório Final*. Natal, 1993, mimeo.
- _____. *XXVII CONAD - Relatório Final*. Pelotas, 1993, mimeo.
- _____. *XIII Congresso Nacional - Relatório Final*. Viçosa, 1994, mimeo.
- _____. *XXVIII CONAD - Relatório Final*. Recife, 1994, mimeo.
- _____. *XXIX CONAD - Relatório Final*. Niterói, 1994, mimeo.
- _____. *I Curso de formação sindical. Documentos sobre conjuntura - Anais dos Congressos da ANDES-SN (1982 a 1992; 1995 a 1997)*. Belo Horizonte, 1997, mimeo.
- ANDES. *Estatuto*. Florianópolis, 1982, mimeo.
- ANDES-SN. *Estatuto*. Juiz de Fora, Zas Gráfica e Editora, 1988.
- _____. *Estatuto*. (Atualizado e consolidado até o XVI Congresso). João Pessoa, 1997, mimeo.
- ANDES-SN. *Revista Universidade e Sociedade* - números 1 a 7 (fev. 1991 a jun. 1994).
- _____. "Análise dos principais pontos da nova LDB", in: *Revista Universidade e Sociedade*, nº 12, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo, Cortez/EDUNICAMP, 1995.
- _____. *O novo sindicalismo*. São Paulo, Brasil Urgente, 1991.
- _____. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. Da revolução de 30 até a aliança nacional libertadora*. São Paulo, Cortez/Ensaio, 1988a.
- _____. *A rebeldia do trabalho*. São Paulo, Ensaio/Edunicamp, 1988b.
- _____. *Crise e poder*. São Paulo, Cortez, 1985.
- ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade*. São Paulo, ADUSP, 1979.
- ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre, LPM/ADUFRGS, 1979.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - (JOÃO PESSOA) *O caso Jomard Muniz de Brito: um capítulo do livro negro da UFPB ou o surrealismo da repressão*. João Pessoa, ADUFPB-JP, 1979.
- BADALONI, Nicola. "Gramsci, para além de sua época e do seu país", in: *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

- BALDIJÃO, Carlos Eduardo Malhado. "Os desafios do movimento docente nos dez anos de luta da ANDES-Sindicato Nacional", in: *Revista Universidade e Sociedade*, Ano I, nº 1, 1991.
- BARELLI, Walter. "Trabalhadores influenciam as decisões", in: *Revista São Paulo em Perspectiva*, nº 4, jan./mar. 1990.
- BARELLI, Walter e CASTRO, Maria Silvia P. *Questões para o sindicalismo dos anos 90*. São Paulo, Loyola, 1992.
- BOLLMAN, Maria da Graça. "LDB: do processo de construção democrática à aprovação antidemocrática", in: *Revista Universidade e Sociedade*, nº 12, 1997.
- BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil - uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo, EDUNICAMP/HUCITEC, 1991a.
- _____. (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991b.
- BOLETIM NACIONAL DAS AD'S. *Edição Prévia ao II ENAD*.
- _____. nº 3, 1980.
- _____. nº 4, 1980.
- BORÓN, Atílio. "A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal", in: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- BRAGA, Ruy. *A restauração do capital. Um estudo da crise contemporânea*. São Paulo, Xamã, 1997.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- BRIAN, Newton. "Mutações técnicas e organizacionais e o ensino tecnológico", in: *Revista Universidade e Sociedade*, nº 5, 1993.
- BUFFA, Esther. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
- BURAWOY, M. "A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado", in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 13, jun. 1990.
- CALLINICOS, Alex. *A vingança da história. O marxismo e as revoluções do Leste Europeu*. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.
- CANCLINI, Nestor G. "Gramsci e as culturas populares na América Latina", in: *Gramsci e a América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- CASTRO, N. A. e ALFREDO, A. S. "Além de Braverman, depois de Burawoy: vertentes analíticas da sociologia do trabalho", in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 17, 1991.
- CLARK, S. "New utopias for old: fordist dreams and post-fordist fantasies", in: *Capital and Class*, nº 42, 1990.
- CHAIA, Miguel Wady. "Dieese: saber intelectual e prática sindical", in: *Revista Lua Nova*, nº 19, 1989.
- CHAVES, Vera Lúcia Jacob. *Poder de estado e poder dos docentes - Um olhar sobre o movimento docente na UFPA*. Belém, SPEP/GRAFHITTE, 1997.
- COELHO, Pedro Rabelo. *A questão político-sindical na universidade brasileira*. Tese de

- Doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 1992, mimeo.
- COUTINHO, Carlos Nelson. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira", in: *Gramsci e a América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- CUNHA, Luiz Antonio. *Qual universidade?* São Paulo, Cortez, 1989.
- CURY, Carlos Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. São Paulo, Cortez, 1986.
- DIAS, Edmundo F. *Democracia operária*. (2 vols.). Campinas, EDUNICAMP, 1987.
- _____. "Cultura, política e cidadania na produção gramsciana de 1914-1918", in: *Cadernos CEDES*, nº 3 (1ª reimpressão), São Paulo, Cortez, 1989.
- _____. "Hegemonia: Nova civiltà ou domínio ideológico", in: *Revista História & Perspectivas*, nº 5, 1991.
- _____. "Capital e trabalho: a nova dominação (decifra-me ou te devoro)", in: *Revista Universidade e Sociedade*, Ano VI, nº 10, 1996a.
- _____. "Cidadania e racionalidade de classe", in: *Revista Universidade e Sociedade*, Ano VI, nº 11, 1996b.
- _____. "Hegemonia: racionalidade que se faz história", in: DIAS *et alii* *O outro Gramsci*, São Paulo, Xamã, 1996c.
- _____. "A liberdade (im)possível na ordem do capital. Reestruturação produtiva e passivização", in: IFCH/UNICAMP - *Textos Didáticos*, nº 29, 1997.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- EDWARDS, R. "The social relations of production at the point of production", in: *The Insurgent Sociology*, v. 8, nºs. 2 e 3, 1978.
- ELIAS, Beatriz. "A USP nos Arquivos do DOPS", in: *Revista da ADUSP*, nº 13, 1998.
- ELSTER, John. *Mark, hoje*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- III ENCONTRO NACIONAL DAS AD's. *Relatório Final*, 1981, mimeo.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, Globo, 1989.
- FÉRES, Maria José.Vieira. "Memória do Movimento Docente III" (entrevista), in: *Revista Universidade e Sociedade*, Ano VII, nº 12, 1997.
- FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1986.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- _____. "Diretrizes e bases: conciliação aberta", in: *Revista Universidade e Sociedade*, Ano I, nº 1, 1991.
- FERNANDES, Luis. "Neoliberalismo e reestruturação capitalista", in: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Caderno 1*, 25/6/95, 1995.
- _____. *Caderno 2*, 27/10/96.
- FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. "A nova LDB na avaliação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública" (documento), in: *Revista Universidade e*

Sociedade, nº 13, 1997.

FRANCO, Maria A. Ciavatta. "A LDB dos anos 90: a norma e a interpretação da relação trabalho e educação", in: *Revista Universidade e Sociedade*, nº 5, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. "Trabalho e educação: formação técnico-profissional em questão", in: *Revista Universidade e Sociedade*, nº 5, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Quardeni del carcere*. Roma, Einaudi, 1977a.

_____. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Il risorgimento*. Argentina, Granica, 1974.

_____. *Sobre democracia operária e outros Textos*. Lisboa, Ulmeiro, 1976.

_____. *Pasado y presente*. Barcelona, Granica, 1977.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Maquiavel, o príncipe e o estado moderno*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

GIANNOTTI, José Arthur. *Universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

GORZ, A. *Crítica da divisão social do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980.

_____. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro, Forense, 1982.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice/IUPERJ, 1988.

GUSMÃO, Maria Regina P. *Modelo institucional, estrutura de financiamento e demanda tecnológica: a experiência do IPT nos anos 80*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1991, mimeo.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

LENIN, Vladimir Ilich U. *Sobre os sindicatos*. São Paulo, Polis, 1979.

LIMOEIRO, Miriam. Fala na Mesa 3 - "Trabalho intelectual e avaliação da universidade: perspectivas". II Seminário Nacional: *Avaliação - trabalho intelectual e avaliação acadêmica*, in: *Cadernos ANDES nº 7*, Juiz de Fora, Zas Gráfica e Editora, 1989.

LYRA, Rubens Pinto. *O processo sucessório da ANDES*. João Pessoa, 1984, mimeo.

_____. *Universidade e movimento docente*. João Pessoa, UFPB/FUNAPE/Editora Universitária, 1982.

LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de massas, partido e sindicatos*. São Paulo, Kairós, 1979.

MACHADO, Lucília R. S. "Sociedade industrial X sociedade tecnizada: mudança no trabalho, mudança na educação?", in: *Revista Universidade e Sociedade*, nº 5, 1993.

MACIEL, Osvaldo. "História da ANDES-Sindicato Nacional - trabalhando a luta, construindo (a) história (I)", in: *Revista Universidade e Sociedade*, Ano I, nº 1, 1991.

_____. "Trabalhando a luta, construindo (a) história (II)", in: *Revista Universidade e Sociedade*, Ano II, nº 4, 1992.

_____. "Memória do movimento docente" (entrevista), in: *Revista Universidade e Sociedade*, Ano VI, nº 10, 1996.

MANDEL, Ernst. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Nova Cultural, 1987.

- MANFREDI, Sílvia. *Educação sindical: entre o conformismo à crítica*. São Paulo, Loyola, 1986.
- MANFREDI, Sílvia. *Formação sindical. história de uma prática cultural no Brasil*. São Paulo, Escrituras, 1996.
- MARANHÃO, Ricardo. "Sindicato X comissão de fábrica: uma falsa alternativa", in: *Revista Cara a Cara*, nº 2, 1978.
- _____. *Sindicatos e democratização*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- MARCHETTI, Maria Lujan. *Universidade: produção e compromisso*. Fortaleza, UFC, 1980.
- MARTINS, Carlos B. *Ensino pago: um retrato sem retoques*. São Paulo, Cortez, 1988.
- MARX, Karl. *Capítulo VI (inédito) de O capital*. São Paulo, Cortez, 1969.
- _____. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa-Moscovo, Edições Progresso, 1982.
- MÉSZÁROS, Istvan. "A crise atual", in: *Revista Ensaio*, Ano I, nº 17/18, 1989.
- _____. *Marx e a teoria da alienação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- MIRAGLIA, Francisco. Fala na Mesa 3 - "Trabalho intelectual e avaliação da universidade" – II Seminário Nacional: Avaliação - trabalho intelectual e avaliação acadêmica, in: *Cadernos ANDES nº 7*, Juiz de Fora, Zas Gráfica e Editora, 1989.
- MIRANDA, Glaura. "As condições de sobrevivência das universidades federais", in: *Universidade e Educação. Coletânea CBE*. São Paulo/Campinas, ANDE/ANPED/CEDES-PAPIRUS, 1991.
- MOISÉS, José Álvaro. *Lições de liberdade e de opressão*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- MORAES, Ignez Navarro de. "Professores e ativistas da esfera pública" (resenha do livro de Marcelo Ridenti), in: *Revista Universidade e Sociedade*, Ano VI, nº 10, 1996.
- _____. "Marxismo, ciência e ideologia: um olhar gramsciano", in: *Revista Temáticas - Doutorandos em Ciências Sociais*. Campinas, IFCH/UNICAMP, Ano 1, Vol. 1/2, 1993.
- _____. "Movimento sindical de professores, estado e educação", in: *Sociedade Civil e Educação, Coletâneas CBE*. São Paulo-Campinas, ANDE/ANPED/CEDES/PAPIRUS, 1991.
- _____. "Educação brasileira: uma nova LDB", in: *Revista Universidade e Sociedade*, Ano I, nº 1, 1991.
- _____. *Seletividade sócio-econômica no acesso ao ensino superior. Estudo de caso do concurso vestibular unificado realizado na Paraíba - 1981*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, CE/UFPB, 1983, mimeo.
- MOREL, Regina L. M. *Ciência e estado - a política científica no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- MOREIRA, Elaine. *Oposição sindical frente à estrutura sindical*. Campinas, 1990.
- MOTA, Ana Elisabete. "Do operário padrão ao operário patrão", in: *Revista Temáticas - Doutorandos em Ciências Sociais*. IFCH/UNICAMP, Ano 2, nº 3, 1994.
- MURANAKA, Maria A. Segato e MINTO, César Augusto. "O capítulo 'Da educação superior' na LDB", in: *Revista Universidade e Sociedade*, nº 15, 1998.
- NAVARRO, Ignez Pinto e NÁDER, Alexandre. *Movimentos universitários: dilemas e perspectivas*. Trabalho apresentado em Mesa Redonda do I Congresso Nacional de

- Educação, in: *Revista Universidade e Sociedade*, Ano VII, nº 13, julho de 1997.
- NAVARRO, Ignez Pinto. "ANDES-SN: um sindicato singular", in: *Revista da ADUFRJ*, nº 3, junho de 1999.
- NEDER, R. L. et alii. *Automação e movimento sindical no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 1988.
- NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo, Cortez, 1993.
- _____. "Repensando o balanço do neoliberalismo", in: SADER, Emir & GENTILE, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- NEVES, Joana. "O ensino vocacional em São Paulo (1961-1968): uma experiência de integração entre educação e trabalho", in: *Revista Universidade e Sociedade*, nº 5, 1993.
- NICHOLAS, Davies. "Os recursos financeiros na LDB", in: *Revista Universidade e Sociedade*, nº 14, 1997.
- NICOLAUS, Martin. *El Marx desconocido. Proletariado y classe media en Marx: coreografía hegeliana y la dialéctica capitalista*. Barcelona, Anagrama, 1972.
- NORONHA, Eduardo. "A explosão das greves na década de 80", in: BOITO JR., Armando (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- OFFE, Claus. "Trabalho: a categoria-chave da sociologia?", in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 10, vol. 4, 1989.
- _____. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991.
- OLIVEIRA, F. de. *O surgimento do antivalor. capital, força de trabalho e fundo público*, in: *Cadernos CEBRAP*, nº 22, 1988.
- _____. "Os protagonistas do drama: estado e classes Sociais no Brasil", in: LARANJEIRA, S. (org.). *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Schuarcs, 1991.
- _____. "Neoliberalismo à brasileira", in: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- OLIVEN, Arabela C. *A paróquialização do ensino superior: classe média e sistema educacional no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1990.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo, Loyola, 1987.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo, Ática, 1990.
- PEREIRA, Marco Antonio Nascimento. "Contribuição à análise do relatório do GERES", in: *Cadernos ANDES*, nº 1, 1988.
- PINGUELLI ROSA, Luiz, in: *ANDES - O público e o privado, o poder e o saber*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.
- _____. "Memória do Movimento Docente" (entrevista), in: *Revista Universidade e Sociedade*, Ano VI, nº11, 1996.
- POLLERT, A. "Dismantling flexibility", in: *Capital and Class*, nº 38, 1988.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- _____. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

- PRZEWORSKI, Adam. "Marxismo e escolha racional", in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 6, Vol. 3, 1988.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Schwarcz. 1991.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- RAMALHO, José Ricardo. (comentarista), in: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. (orgs). *Pós-neoliberalismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- RIDENTI, Marcelo. *Professores e ativistas da esfera pública*. São Paulo, Cortez, 1995.
- ROCHA, João Augusto de Lima. *Por uma ANDES voltada para os docentes e comprometida com um projeto de universidade pública, gratuita e democrática*, in: Boletim Nacional da ANDES, n.º 24, 1986.
- RODRIGUES, Iram Jácome. "As comissões de empresa e o movimento sindical", in: BOITO JR. Armando. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- RODRIGUES, Leôncio. "As tendências políticas na formação das centrais sindicais", in: BOITO JR., Armando. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- _____. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- _____. *Partidos e sindicatos - escritos de sociologia política*. São Paulo, Ática, 1990.
- ROMANELLI, Otaíza. *História da educação no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- SADER, E. e SANDRONI, P. "Lutas operárias e táticas da 'burguesia'", in: *Cadernos da PUC - Economia*. São Paulo, EDUC/Cortez, 1981.
- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1984.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. "O ensino superior e a formação do educador na nova LDB", in: *Revista Universidade e Sociedade*, n.º 3, 1992.
- SILVEIRA, Maria Lídia Souza da. *A formação dos trabalhadores a partir do campo de trabalho: subjetividade e classe*. Tese de Doutorado. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1998.
- SOUZA, Angela Tude de. "Sobre o americanismo e fordismo de Antonio Gramsci", in: *Revista História & Perspectivas*, n.º 5, 1991.
- _____. "A crise contemporânea e a nova ordem mundial - as forças produtivas e as classes sociais na atual ordem hegemônica", in: *Revista Universidade e Sociedade*, Ano IV, n.º 6, 1994.
- TEIXEIRA, N. G. *O futuro do sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1984.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *Iseb: Fábrica de ideologias*. São Paulo, Ática, 1977.
- TROTSKY, Leon. *Escritos sobre o sindicato*. São Paulo, Kairós, 1978.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- VIEIRA, Sofia L. *A universidade federal nos anos 90: o jogo da política educacional*. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC/SP, 1990 (mimeo).
- WEFFORT, Francisco. "Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968", in: *Cadernos CEBRAP*, 1972.

Anexos

Anexo 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS - DIRIGENTES/EX-DIRIGENTES DA ANDES-SN

- **INFORMAÇÕES BÁSICAS AOS ENTREVISTADOS**

- Tema e questões centrais da pesquisa
- Abordagem teórico-metodológica

- **ASPECTOS ABORDADOS**

- **Dados sobre o entrevistado:** área de atuação profissional, vínculos com a Universidade, (contrato de trabalho/formação acadêmica), trajetória militante e profissional no que tem de mais significativo; relações que estabelece entre: militância e vida profissional, militância e vida pessoal, afetiva.

- **Blocos de questões:**

- 1º Bloco - **Conjuntura de crise e sindicalismo.**

- Visão da atual conjuntura: natureza da crise contemporânea e seus reflexos no movimento sindical (em termos globais e no caso brasileiro)
- Repercussões da crise na ANDES-SN e na CUT
- Principais desafios postos ao movimento sindical cutista e, dentro dele, à ANDES-SN, na atual conjuntura
- Perspectivas de enfrentamento desses desafios e contribuição específica que pode ser dada pela ANDES-SN

- 2º Bloco - **O trabalho docente, em suas especificidades.**

- O que dá especificidade ao trabalho docente e o distingue de outros tipos de trabalho em serviços
- Concepção da categoria docente: perfil político-ideológico predominante, distinções entre categoria, base e militância do movimento docente, diferenciações internas à categoria
- Influência da profissionalização (estatuto, carreira) e do assalariamento dos docentes na iniciativa de criação da ANDES em moldes sindicais novos

- 3º Bloco - **Organização e ação sindical da ANDES-SN.**

- Especificidades da organização e da ação sindical do movimento docente: o que diferencia a ANDES-SN de outros sindicatos
- O processo de criação da ANDES (fatos/vivências relevantes)
- A concepção, a organização e a prática sindical da ANDES-SN: se possível, principais polêmicas e divergências internas que marcam a sua trajetória
- Importância da criação dos Grupos de Trabalho e avaliação específica da trajetória do GTPE
- A relação entre greves e conquistas no campo da política educacional
- As relações entre a "base" e a direção nacional do MD
- O "perfil conservador" da categoria docente e da base do MD
- A crítica corrente ao "corporativismo" dos docentes, comparativamente ao "corporativismo" da ação sindical como um todo
- As relações entre a ANDES-SN e as entidades acadêmico-científicas, sobretudo no campo da educação

- O "peso" (poder de influência, inclusive na formação de opinião) da ANDES-SN, comparativamente ao de "intelectuais renomados" (atuando isoladamente) e relação entre esses intelectuais e a ANDES-SN
- Principais vitórias e derrotas da ANDES-SN, nos seus anos de existência e considerando os diferentes "setores" institucionais dos docentes
- Principais dificuldades que a ANDES-SN enfrenta hoje e perspectivas de superação

4º Bloco - As relações entre a ANDES-SN e a CUT.

- A participação do MD na criação da CUT e seu processo de filiação à Central
- A inserção orgânica da ANDES-SN na CUT e no DNTE, após a filiação
- As principais dificuldades presentes no relacionamento entre a ANDES-SN e a CUT, consideradas do ponto de vista do Sindicato Nacional
- Perspectivas de superação dessas dificuldades

5º Bloco - A ANDES-SN e a política educacional.

□ A Proposta das AD'S e da ANDES-SN para a Universidade Brasileira

- A gestação da proposta, em seu contexto (preocupações e objetivos, diante da conjuntura).
- A matriz político-ideológica do conteúdo da proposta, em seus méritos e limites
- O seu significado, para o MD e para os movimentos sociais organizados
- Perspectivas de resgate da proposta, tendo em vista o movimento sindical (particularmente o cutista) e a construção de um projeto educacional para a sociedade brasileira, no atual contexto de crise

□ O processo constituinte e a LDB

- A participação da ANDES-SN no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, nesses dois momentos
- O conteúdo básico da Plataforma Educacional da ANDES para a Constituinte e do seu Projeto de LDB (perspectiva político-ideológica, positivities, contradições, limites)
- Os resultados da ação da ANDES-SN nesses dois momentos, no Fórum e no "movimento de massas": conquistas e derrotas
- Os desafios da ANDES-SN diante da tramitação final e dos resultados da aprovação da LDB; prioridades a serem colocadas, na continuidade dessa luta

□ A abordagem das relações educação-trabalho

- A recente intervenção da ANDES-SN (iniciativas de eventos, elaboração/debates/divulgação de propostas, inserção na CUT) no campo das relações educação-trabalho
- Pertinência e importância da prioridade dada à questão da formação profissional em nível médio
- O mérito das propostas que estão sendo gestadas
- Desdobramentos mais imediatos; ênfases e prioridades para a continuidade da intervenção neste campo

• **QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA OS COORDENADORES/EX-COORDENADORES DO GTPE**

1º Bloco - O GTPE.

- A importância da criação dos GT's, dentro da estrutura organizativa da ANDES-SN (significado, papel, contribuições)
- As relações entre o GTPE e demais GT's, entre o GTPE e a Diretoria da ANDES-SN, entre o GTPE e as AD's
- A trajetória específica do GTPE, em termos de:
 - contexto de surgimento: interesses e preocupações imediatas
 - principais contribuições, fragilidades e problemas
 - potencialidades, prioridades e perspectivas, diante dos desafios da política educacional vigente no país.

2º Bloco - A Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade.

- A matriz político-ideológica do conteúdo da Proposta, seus méritos e limites
- O seu significado, para o MD e para os movimentos sociais organizados (seu real poder como instrumento de intervenção, sua vinculação com outras reivindicações básicas do MD e formas de luta utilizadas)
- Possibilidades e perspectivas de resgate dessa Proposta

3º Bloco - A Constituinte e a LDB.

- A participação do GTPE e da ANDES no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, nesses dois momentos
- As relações do GTPE/ANDES-SN com as demais entidades constitutivas do Fórum
- Os conteúdos básicos da Plataforma Educacional da ANDES para a Constituinte e do seu Projeto de LDB (perspectiva político-ideológica, positivities, contradições, limites)
- A possível transmutação do GTPE em grupo de intervenção, a partir da Constituinte
- Os resultados da ação da ANDES-SN nesses dois momentos, no Fórum e no movimento de massas: principais conquistas e derrotas
- Os principais desafios e prioridades da ANDES-SN no campo da política educacional

4º Bloco - As relações educação-trabalho como eixo do GTPE.

- Importância/significado da intervenção da ANDES-SN (iniciativa de eventos, elaboração/debates/divulgação de propostas, inserção na CUT) no campo das relações educação-trabalho
- O processo de intervenção neste campo: internamente ao MD e na relação com as entidades filiadas ao DNTE/CUT
- A abertura desse eixo de trabalho: inflexão importante nas atividades de elaboração/intervenção do GTPE?
- A pertinência e importância da prioridade dada à questão da formação profissional em nível médio
- O mérito das propostas já formuladas e seus desdobramentos mais imediatos
- As principais dificuldades do GTPE, para dar continuidade a este eixo de trabalho
- Ênfases e prioridades

Anexo 2

RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS SEGUNDO FORMAÇÃO PROFISSÃO/TITULAÇÃO E CARGOS OCUPADOS NO SINDICATO NACIONAL

- 1. Agamenon Almeida (UFC) - Economista, Mestre e Doutor**
 - 1º Vice-Presidente - Diretoria Provisória (1981-82)
 - Vice-Presidente Regional Nordeste I (1982-84)
 - 2º Tesoureiro (1992-94)
 - 1º Tesoureiro (1994-96)
- 2. Alexandre Antonio Gili Náder (UFPB- Campus I) - Físico, Mestre**
 - 1º Secretário Regional Nordeste II (1992-94)
 - Coordenador do GTPE (1992-94)
- 3. Anamaria Beck (UFSC) Historiadora - Mestre e Doutora**
 - Vice-Presidente Regional Sul (1984-86)
 - Vice-Presidente Regional Sul (1992-94)
 - 1ª Vice-Presidente da ANDES-SN (1994-96)
- 4. Antonio Ponciano Bezerra (UFSE) - Licenciado em Letras, Mestre e Doutor**
 - 2º Vice-Presidente Regional Nordeste III (1992-94)
 - Vice-Presidente Regional Nordeste III (1994-96)
- 5. Ari Vicente Fernandes (PUC-Campinas) - Arquiteto, Mestre**
 - 2º Vice-Presidente Regional São Paulo (suplente - 1984-86)
 - 1º Tesoureiro (1986-88)
- 6. Carlos Eduardo Malhado Baldijão (USP) - Farmacêutico Bioquímico, Mestre e Doutor**
 - Vice-Presidente Regional São Paulo (1981-82)
 - 1º Vice-Presidente da ANDES-SN (1988-90)
 - Presidente da ANDES-SN (1990-92)
- 7. Carlos Martins (PUC-Campinas, USP, UFSCar) - Arquiteto, Mestre e Doutor**
 - Vice-Presidente Regional São Paulo (1982-84)
 - 1º Vice-Presidente da ANDES (1984-86)
- 8. Flávio Wolf de Aguiar (USP) - Licenciado em Letras, Mestre e Doutor**
 - 2º Vice-Presidente Regional São Paulo (1992-94)
- 9. Francisco Miraglia (USP) - Matemático, Mestre e Doutor**
 - 2º Vice-Presidente Regional São Paulo (1986-88)
 - Coordenador do GTPE (1986-88)
- 10. Géria Montanari Franco (UFSCar) - Bióloga, Mestre e Doutora**
 - 1ª Secretária Regional São Paulo (1990-92)
 - 3ª Secretária da ANDES-SN (1994-96)
 - Coordenadora do GTPE (1994-96)
- 11. Hideo Araki (UFPR) - Engenheiro Cartográfico, Mestre**
 - 2º Vice-Presidente Regional Sul (1992-94)
 - Vice-Presidente Regional Sul (1994-96)
- 12. Joana Neves (UFPB- Campus I) - Historiadora, Mestre**
 - 3ª Tesoureira da ANDES-SN (1992-94)
 - Coordenadora do GTPE (1992-94)
- 13. João Carlos Brahm Cousin (UFRGS) - Oceanógrafo, Mestre e Doutor**
 - Vice-Presidente Regional Rio Grande do Sul (1994-96)
- 14. Josevaldo Cunha (UFPB-Campus II) - Engenheiro Agrícola, Mestre**
 - Vice-Presidente Regional Nordeste II (1992-94)
 - 2º Secretário da ANDES-SN (1994-96)

- 15. Lineu Carlos Maffezoli (UNIMEP, PUC-Campinas)- Economista, Doutor**
 - 2º Tesoureiro Regional São Paulo (1990-92)
- 16. Luiz Henrique Schuch (UFPEL) - Veterinário, Especialista**
 - Presidente da ANDES-SN (1994-96)
- 17. Luiz Paiva Carapeto (UFPEL) - Veterinário, Mestre**
 - Vice-Presidente Regional Sul (1988-90)
 - Secretário Geral da ANDES-SN (1990-92)
 - 1º Secretário da ANDES-SN (1994-96)
- 18. Márcio Antonio de Oliveira (UFJF) - Historiador, Mestre**
 - Vice-Presidente Regional Leste (1984-86)
 - Presidente da ANDES-SN (1992-94)
- 19. Marco Antonio Sperl de Faria (UNIMEP)- Engenheiro Naval, Mestre**
 - 1º Tesoureiro da ANDES-SN (1988-90)
 - 2º. Vice-Presidente da ANDES-SN (1990-92)
- 20. Maria da Graça Nóbrega Bollman (UFSC)- Pedagoga, Mestre e Doutora**
 - 2ª Vice-Presidente Regional Sul (1994-96)
 - Coordenadora do GTPE (1994-96)
- 21. Maria de Fátima Félix Rosar (UFMA) - Pedagoga, Mestre e Doutora**
 - 1ª Secretária da ANDES-SN (1994-1996)
 - Coordenadora do GTPE (1994-1996)
- 22. Maria Valéria Barbosa Veríssimo (UNESP) - Socióloga, Mestre**
 - 2ª Vice-Presidente Regional São Paulo (1994-96)
- 23. Mauro Augusto B. Del Pino (UFPEL) - Engenheiro Civil, Licenciado em Educação**
 - 2º Vice-Regional Rio Grande do Sul (1994-96)
 - Coordenador do GTPE (1994-96)
- 24. Newton Lima Neto (UFSCar) - Engenheiro, Mestre e Doutor**
 - 1º. Secretário da ANDES (1981-82)
 - Secretário Geral da ANDES (1982-84)
 - Presidente da ANDES (1986-88)
- 25. Renato de Oliveira (UNISINOS/UFRGS) - Sociólogo, Mestre e Doutor**
 - 2º Vice-Presidente Regional Sul (suplência) (1982-84)
 - 2º. Tesoureiro da ANDES (1986-88)
- 26. Renato Ortiz (UFMG/UNICAMP) - Cientista Social, Mestre e Doutor**
 - Vice-Presidente Regional Leste (1981-82)
- 27. Rosemary Conti (UFC) - Pedagoga, Mestre e Doutora**
 - Suplente da Secretaria Geral da ANDES-SN (1990-92)
 - Coordenadora do GTPE (1990-92)
- 28. Rubens Pinto Lyra (UFPB-Campus I) - Cientista Social, Mestre e Doutor**
 - Vice-Presidente Regional Nordeste II (1981-82)
 - Suplente da Presidência da ANDES (1982-84)
 - Vice-Presidente Regional Nordeste II (1984-86)
- 29. Sadi Dal Rosso (UnB) - Sociólogo, Mestre e Doutor**
 - Vice-Presidente Regional Centro-Oeste (1982-84)
 - Suplente da Presidência da ANDES (1984-86)
 - Presidente da ANDES-SN (1988-90)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE